

**A SUSTENTABILIDADE DO ALTO DOURO VINHATEIRO:
REALIDADE OU UTOPIA? CONTRIBUTO PARA A AVALIAÇÃO E
MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO**

José Francisco de Carvalho Ferreira

**Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial
Especialidade em Geografia Humana**

JUNHO DE 2012

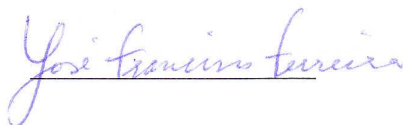
Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia e Planeamento Territorial, especialidade em Geografia Humana, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Viegas Firmino (Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

Os trabalhos que culminaram na presente tese foram financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/39418/2007) e decorreram no e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (<http://www.fcsh.unl.pt/e-geo/>), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no quadro do grupo de Investigação Dinâmicas Ambientais e Socioeconómicas: Gestão para a Sustentabilidade.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

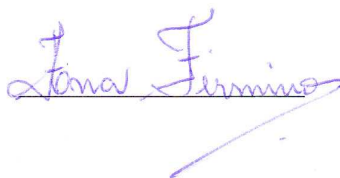
O candidato,

A handwritten signature in blue ink, reading "José Francisco Ferreira".

Lisboa, 21 de Junho de 2012

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

A handwritten signature in blue ink, reading "Teresa Ferreira".

Lisboa, 21 de Junho de 2012

DEDICATÓRIA...

Há dois grupos de pessoas a quem dedico este trabalho:

os que me apoiaram e os que duvidaram.

Os primeiros, porque o seu amor serviu sempre de incentivo: incluo nestes a minha família, em especial, os meus pais (RIP), os meus irmãos e a Eliene. Incluo, igualmente, os meus amigos. Sem as suas palavras (e acções) de ânimo, apoio, incentivo e carinho tudo teria sido mais difícil.

Os outros, porque a sua existência constituiu uma motivação extra.

A todos, nas devidas proporções, estou grato!

AGRADECIMENTOS

É costume dizer-se que o trabalho de investigação é um trabalho solitário. Na verdade, exige muitas horas de leitura, de reflexão e de escrita. Se o que aqui foi escrito é disto reflexo, não é menos verdade que muito se deve às imensas colaborações que tive durante o largo período de trabalhos.

Alguns dos capítulos desta tese não teriam sido possíveis sem a colaboração de muitas instituições e numerosas pessoas. A consulta aos actores locais é disso exemplo. Ainda que algumas vezes o contacto não tenha sido fácil, rapidamente, a hospitalidade e o acolhimento fizeram esquecer as contrariedades. A todos os que tive o privilégio de entrevistar e respectivas instituições, o meu mais profundo agradecimento.

Noutra parte do trabalho, na recolha de dados estatísticos que deram origem ao índice de sustentabilidade, outras instituições foram consultadas, umas de carácter local, outras de âmbito regional e nacional. Sem que todas tivessem a mesma prestação e fossem do mesmo modo atenciosas, não posso deixar de agradecer.

Aos amigos, colegas e professores que, durante este percurso, deram ideias ou foram solícitos quando alguma dúvida surgia ou algum esclarecimento era necessário, o meu mais sincero reconhecimento.

Aos durienses com quem tive a possibilidade de debater ideias, agradeço a amabilidade, o tempo e a partilha. São estas conversas que me fazem acreditar que é possível fazer do Douro o espelho do melhor que se pode fazer em Portugal.

Agradeço à minha orientadora pela solicitude, paciência e sabedoria com que me guiou nesta empresa. Ao e-GEO pelas possibilidades criadas.

Agradeço à FCT. A investigação financiada foi, indubitavelmente, uma excelente possibilidade de evoluir como cientista e de crescer como ser humano.

A todos, expresso a minha mais sentida gratidão.

A SUSTENTABILIDADE DO ALTO DOURO VINHATEIRO: REALIDADE OU UTOPIA? CONTRIBUTO PARA A AVALIAÇÃO E MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO

AUTOR

José Francisco de Carvalho Ferreira

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável, avaliação da sustentabilidade, índice de sustentabilidade, desenvolvimento rural, Alto Douro Vinhateiro

O Alto Douro Vinhateiro (13 concelhos da NUT III Douro), uma das mais importantes regiões vinhateiras portuguesas, situada no norte interior de Portugal, enfrenta graves problemas, comuns a muitas áreas rurais do país e do mundo. O envelhecimento e a perda de população, a baixa densidade económica, social e cultural, a dinâmica económica débil, a baixa instrução, as dificuldades no sector do vinho, principal cultura da região, o deficiente movimento associativo, as poucas oportunidades de emprego, a aparente falta de estratégias comuns aos vários municípios, o difícil entrosamento institucional indicavam que a região não estaria a ser gerida de modo sustentável. Com esta investigação pretendeu-se mostrar até que ponto esta constatação era ou não verdadeira, com o conceito de desenvolvimento sustentável como pano de fundo. Tendo percorrido os conceitos de desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável e perscrutadas diversas metodologias para avaliar a sustentabilidade, foram seleccionados 76 indicadores, agrupados em 23 aspectos e em 5 dimensões (ambiental, social, económica, institucional e cultural). Depois de normalizados os indicadores, foi possível chegar a um valor regional que traduz a maior ou menor aproximação da região ao conceito de desenvolvimento sustentável, que nesta investigação se definiu como o “processo de transformações que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, ambiental, económica, social, cultural e institucional, almejando a promoção humana integral, a cidadania plena e a equidade social, a paz e a segurança, um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, no contexto das gerações presentes e futuras e na direcção de um mundo sustentável”. Numa escala de 0 a 100, a região obteve uma pontuação de **57,14** pontos, mostrando que, além de não estar tão mal como se pensava inicialmente, imprimida a correcta direcção, esta tem potencial para ser uma das regiões mais sustentáveis do país e, neste sentido, ser um exemplo de sustentabilidade para outras regiões.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE ALTO DOURO WINE REGION: REALITY OR UTOPIA? CONTRIBUTION TO THE REGIONAL SUSTAINABILITY ASSESSMENT AND IMPROVEMENT

AUTHOR

José Francisco de Carvalho Ferreira

ABSTRACT

KEYWORDS: sustainable development, sustainability assessment, sustainability index, rural development, Alto Douro Wine Region

The Alto Douro Wine Region (13 municipalities in the NUT III Douro), one of the most important portuguese wine regions, located in North Portugal, is facing serious problems, common to many rural areas of the country and in the world. Aging and population loss, low economic, social and cultural density, low economic dynamics, low education level, difficulties in the wine sector main crop in the region, poor associative movement, lack of employment opportunities, lack of common strategies among regional municipalities, and institutional difficulties indicated that the region would not be managed in a sustainable way. This research was intended to show if this statement is true or not, using the concept of sustainable development as a background. After covered the concepts of rural development and sustainable development, various methodologies for assessing sustainability were probed. Seventy six indicators were selected, grouped into 23 aspects and five dimensions (environmental, social, economic, institutional and cultural). After standardizing the indicators, it was possible to calculate a regional value which indicates how far or close the region is to the concept of sustainable development wich, in this research, is defined as "the process of transformation that occurs harmoniously in spatial, environmental, economic, social, cultural and institutional dimensions, aiming at integral human promotion, full citizenship and social equity, peace and security, a healthy and ecologically balanced environment, in the context of present and future generations and towards a sustainable world". In a 0 to 100 scale, the region received a score of 57.14 points, showing that, despite initial hypothesis, if manage in a sustainable way, the region has potential to be one of the most sustainable region's of Portugal and an example for other regions.

ÍNDICE

Índice	vii
Siglas e acrónimos	x

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I – Questões introdutórias	001
1.1. Objectivos	003
1.2. Hipótese a comprovar	004
1.3. Dados e Metodologia	005
1.4. Enquadramento	006
1.5. Estrutura da Tese.....	010
 CAPÍTULO II – O Desenvolvimento Rural	 013
2.1. O mundo rural na Europa e em Portugal.....	030
2.1.1. O desenvolvimento rural na Europa.....	031
2.1.2. O desenvolvimento rural em Portugal.....	039
2.2. Principais problemáticas associadas ao mundo rural	045
2.3. Desenvolvimento, competitividade e inovação em áreas rurais	047
2.4. Coesão social, económica e territorial em áreas rurais	051
2.5. Desafios e estratégias para o mundo rural.....	054
 CAPÍTULO III – O Desenvolvimento Sustentável	 063
3.1. Origem do Conceito.....	065
3.2. Aspectos históricos	069
3.3. O relatório Brundtland (1987).....	077
3.4. A Cimeira da Terra (Rio 92).....	088
3.4.1. A Agenda 21	092
3.5. Protocolo de Quioto (1997), Declaração do Milénio (2000) e a Carta da Terra (2000)	097
3.6. Cimeira de Joanesburgo (2002)	101
3.7. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)	104

3.8. Debate conceptual e operacional em torno do Desenvolvimento Sustentável	109
3.9. Novas perspectivas da sustentabilidade	137

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO IV – Diagnóstico da região do Alto Douro Vinhateiro	141
4.1. Aspectos Históricos.....	143
4.2. Dinâmicas económicas e condições de vida	147
4.3. Território e ambiente	165
4.3.1. Ordenamento do Território e estratégias regionais.....	166
4.3.2. Biodiversidade.....	170
4.3.3. Recursos Hídricos	171
4.3.4. Usos do solo	175
4.3.5. Produção, tratamento e gestão de resíduos	177
4.4. Sistema urbano, competitividade territorial acessibilidades.....	179
4.5. Modernização administrativa e governamental	182
4.6. Recursos estratégicos para o desenvolvimento	185
4.6.1. Capital humano	185
4.6.2. Património natural e cultural.....	199
4.6.3. Potencial turístico	202
4.6.4. Energias renováveis.....	210
4.6.5. Produtos endógenos.....	215
4.7. Primeira análise SWOT	217
 CAPÍTULO V – Consulta aos Actores locais.....	220
5.1. Identificação dos actores locais	223
5.2. A entrevista	225
5.2.1. Resultados	227
a) A região.....	228
b) Outros Aspectos.....	244
5.3. Estratégias de desenvolvimento dos actores	254
5.4. Projectos de sucesso e insucesso.....	264
5.5. Segunda análise SWOT	273

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO VI – Avaliação da Sustentabilidade Regional	282
6.1. Da interpretação à operacionalidade do Desenvolvimento Sustentável	283
6.2. O tripé do DS: dimensões ambiental, social e económica	289
6.3. Outras dimensões: cultural, espacial e político-institucional.....	292
6.4. Metodologias para avaliar a sustentabilidade	294
6.4.1. O Caso Português	304
6.5. Indicadores de Sustentabilidade.....	307
6.5.1. Escolha e tratamento de indicadores de sustentabilidade	311
6.6. Avaliação da sustentabilidade do ADV	315
6.7. Análise SWOT final	348
CAPÍTULO VII – Conclusões e contributos para as linhas estratégicas do Alto Douro Vinhateiro	353
7.1. A Região face ao Desenvolvimento Rural e Sustentável	354
7.2. (Im) Possibilidades de implementação do DS na região.....	361
7.3. Validação da hipótese	368
7.4. Contributos para as estratégias da região	369
7.5. Comentários e recomendações	374
Bibliografia	378
Lista de mapas.....	400
Lista de figuras	400
Lista de tabelas	401
Lista de gráficos.....	402
Anexo 1 – Guião e conteúdo das entrevistas	i
Anexo 2 – Lista de indicadores, aspectos e dimensões da sustentabilidade.....	lv
Anexo 3 – Ficha do indicador.....	lviii
Anexo 4 – Pontuação e escala dos indicadores.....	lxxviii
Anexo 5 – Síntese da pontuação por concelho	cxiv
Anexo 6 – Lista de indicadores indisponível a nível municipal	cxvii

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ABAE – Associação Bandeira Azul
ADENE – Agência para a Energia
AdTMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro
ADV – Alto Douro Vinhateiro
ADVID – Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
AETUR – Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes
AEVP – Associação das Empresas do Vinho do Porto
AFN – Autoridade Florestal Nacional
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
ARHN – Administrações de Região Hidrográfica do Norte
CD – Casa do Douro
CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE – Comissão Europeia
CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro
CIRDD – Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro
CITMAD – Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro
CNE – Comissão Nacional e Eleições
DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais
DGGE – Direcção Geral de Energia e Geologia
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DOC – Denominação de Origem Controlada
DOP – Denominação de Origem Protegida
DRAPTMAD – Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Trás-os-Montes e Alto Douro
DS – Desenvolvimento Sustentável
EMD – Estrutura de Missão do Douro
ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2015
ENE – Estratégia Nacional para a Energia
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ESI – Environmental Sustainable Index
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETD – Entidade de Turismo do Douro
GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
GRI – Global Reporting Initiative
GTIMADV – Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro
ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IG – Indicação Geográfica
IGESPAR – Instituto da Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IGP – Indicação Geográfica Protegida
INAG – Instituto da Água
INE – Instituto Nacional de Estatística
INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Águas e de Águas Residuais
ISEW – Index of Sustainable Economic Welfare
IVDP – Instituto do Vinho do Porto
IVV – Instituto da Vinha e do Vinho

LADPM – Liga dos Amigos do Douro Património Mundial
MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MSSS – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (antes **MTSS** – Ministério do Trabalho e da Segurança Social)
NERVIR – Associação Empresarial de Vila Real
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PED – Países em Desenvolvimento
PD – Países Desenvolvidos
PDM – Plano Director Municipal
PDTVD – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro
PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas
PIOTADV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro
PNAER – Plano de Nacional Acção para as Energias Renováveis
PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODOURO – Plano de Desenvolvimento do Douro
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
RDD – Região Demarcada do Douro
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SAU – Superfície Agrícola Utilizada
SEPNA – Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR
SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SMED – Sistema de Medição da Excelência dos Destinos (World Centre of Excellence for Destinations)
SSI – Sustainable Society Index
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
UE – União Europeia
UMIC – Agência Portuguesa para a Sociedade do Conhecimento
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIDOURO – Associação das Cooperativas do Douro
UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
WBCSD – World Business Council for Sustainable Development

NOME ABREVIADO DOS CONCELHOS DA REGIÃO DE ESTUDO

ALJ – Alijó
ARM – Armamar
CZA – Carrazeda de Ansiães
LMG – Lamego
MF – Mesão Frio
PR – Peso da Régua
SAB – Sabrosa
SMP – Santa Marta de Penaguião
SJP – São João da Pesqueira
TBC – Tabuaço
TM – Torre de Moncorvo
VNFC – Vila Nova de Foz Côa
VR – Vila Real

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

Questões introdutórias

*«Há pessoas que vêem as coisas como elas são e perguntam “por quê?”
Há outras que vêem as coisas como deveriam ser e perguntam «por que não?»».*

Robert Kennedy

A região de estudo é composta por 13 concelhos, e designa-se de Alto Douro Vinhateiro (ADV). A investigação incidiu nesta região, em primeiro lugar, pelo facto de ter num dos seus concelhos as minhas origens. Vivi, estudei e trabalhei em Vacalar, Concelho de Armamar. Embora não seja um factor crucial, dado que os cientistas aprendem a distanciar-se, parece-me necessário referir estas origens, porque, de certa forma, quando fazemos parte de alguma coisa, acabamos por ser, de algum modo, condicionados por ela. Estou consciente dessa possibilidade, por isso a menciono, com o intuito de a manter presente no espírito e não constituir qualquer obstáculo.

As motivações para a realização desta investigação são de origem variada. Umas por curiosidade científica, outras por não entender o estado da região, não obstante a sua riqueza, outras com a clara intenção de analisar a região a partir de um novo padrão de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável (DS).

Algumas são as razões que justificam a escolha deste tema. A primeira delas questiona o facto de uma região com um enorme potencial ser uma das mais pobres do país. Neste sentido, propomo-nos apurar as razões de tal situação e possíveis soluções, na óptica do DS.

A segunda decorre do facto de a ONU ter declarado a década 2005/2014 como a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, tendo sido designada a UNESCO como o órgão responsável pela promoção desta iniciativa. Nas últimas décadas, a ONU tem associado a cada uma delas uma perspectiva diferente do desenvolvimento. Tendo sido esta década direccionada para o DS, pareceu-nos pertinente o estudo/aprofundamento desta temática, aplicando o conceito ao ADV.

Em terceiro lugar, é necessário pensar no DS, no desgaste do termo sustentável em vários campos, seja a nível político, nos *media*, na sociedade em geral, muitas vezes assumindo uma visão puramente economicista ou estritamente ambiental, e a consequente necessidade de provar/recuperar a sua valência.

A quarta dessas razões tem a ver com a dificuldade prática de medir a sustentabilidade, isto é, o desafio que constitui criar/recolher um conjunto de indicadores que possam ajudar a perscrutar a sustentabilidade. O objectivo último é, neste sentido, contribuir para que os municípios, em geral, e os rurais, em particular, possam medir/intervir ao nível da sustentabilidade municipal.

A quinta razão relaciona-se com a preocupação, cada vez mais patente, de as empresas produzirem e publicarem relatórios de sustentabilidade. A produção destes relatórios tem-se apresentado como um enorme benefício para o seu desempenho, porque, ao serem tornados públicos, favorecem a sua imagem (*ad extra*), ou seja, são olhadas de outro modo pelo mercado, ou mesmo porque os indicadores constituem uma ferramenta para aferir o cumprimento dos objectivos, metas, desempenhos e elementos a alterar, a minimizar ou a potenciar.

Neste contexto, se as empresas, por várias razões, se preocupam com a elaboração de um relatório de sustentabilidade, ou seja, em fazer uma avaliação do seu desempenho económico, ambiental e contribuição social, porque é que as instituições públicas, como as autarquias, não têm essa preocupação? Consideramos que a deveriam ter, por isso nos propomos contribuir para a avaliação da sustentabilidade local (regional).

A última razão tem a ver com a possibilidade de poder contribuir para as linhas estratégicas da Região, com a pretensão de ajudar a melhorar o seu desempenho ao nível das várias dimensões da sustentabilidade e a qualidade de vida da população. Não escondemos que uma das preocupações pessoais de há muito se prende com as estratégias regionais e com o bem-estar das populações, no fundo, dos que são os verdadeiros construtores da paisagem classificada como Património Mundial.

1.1. Objectivos

A presente investigação tem 3 objectivos centrais: (1) entender os processos e políticas de desenvolvimento adstritos ao ADV, (2) avaliar a sustentabilidade da região, e (3) contribuir para a definição de estratégias e políticas de desenvolvimento.

Tendo em vista o facto de a região estar classificada como uma das menos desenvolvidas e mais pobres do País, pretende-se com esta investigação (Objectivos Específicos): (1) perceber por que razão ou razões esta região, com vastos recursos e enormes potencialidades no turismo, continua a ser uma das mais desfavorecidas de Portugal, (2) analisar criticamente o processo de desenvolvimento subjacente às políticas e estratégias da e para a região, (3) compreender as interacções entre o modelo de desenvolvimento, os planos de ordenamento e a sustentabilidade, uma vez que não é

possível gerir e ordenar o território sem uma estratégia territorial, (4) aferir a sustentabilidade, definindo indicadores e uma metodologia para o procedimento de avaliação da mesma em áreas rurais, (5) contribuir para a definição das principais linhas do quadro estratégico da região, tendo em conta as directrizes estipuladas pela União Europeia, as estratégias nacionais e regionais e o sentir dos actores locais.

1.2. Hipótese a comprovar

A questão de partida é a seguinte: a nossa percepção da realidade regional, apoiada na observação directa e conhecimento tácito da região e suportada por estudos recentes, indica-nos que a região do ADV não é gerida de modo sustentável, isto é, não potencia os seus recursos de uma forma sustentável, tendo em conta as várias dimensões da sustentabilidade¹. Com esta investigação pretende-se testar esta tese, avaliar a sustentabilidade e contribuir para a criação de oportunidades numa óptica de DS.

A tese que sustentamos tem origem em muitas leituras feitas sobre a problemática do desenvolvimento e, de certo modo, na paixão pessoal por esta temática. À parte esta tese, são várias as questões iniciais, que emergem da simples apreciação da paisagem no coração da região. Interrogamo-nos sobre as estratégias que estão subjacentes a programas e planos definidos para a região. Interrogamo-nos pelo entendimento que têm os actores locais (públicos e privados) das estratégias de desenvolvimento, que papel lhes é atribuído e que potencialidades e constrangimentos julgam oportuno potenciar/minimizar. E, entre outras questões, também nos interrogamos sobre as características que deveria ter o modelo de desenvolvimento da região, ou seja, responder às questões “para onde ir?” e “o que fazer?”.

A aparente falta de uma estratégia para a região, a situação de inoperância das entidades competentes, a falta de recursos humanos capacitados, a indiferença (ou não) dos habitantes em relação aos problemas da região, líderes de visão limitada, falta de investidores, um hodierno feudalismo que faz com que apenas alguns (algumas famílias ou grupos económicos) beneficiem do que a todos deveria favorecer, são questões que nos passam pela mente à hora de equacionar a direcção desta investigação.

¹ Tomamos como referência 6 dimensões da sustentabilidade: social, económica, ambiental, espacial, cultural e institucional, entre outras (espiritual, demográfica, planetária).

1.3. Dados e Metodologia

Os dados necessários para este trabalho são de natureza diversa: estatísticos, estudos regionais e sectoriais, planos nacionais, regionais, intermunicipais e municipais, entrevistas a alguns actores locais, a entidades públicas e privadas.

A metodologia inclui duas abordagens em simultâneo: a qualitativa e a quantitativa. Elas são utilizadas para caracterizar a região, auscultar os actores locais e para avaliar a sustentabilidade. Não será de somenos importância referir que a sustentabilidade é um conceito essencialmente qualitativo, razão pela qual, mesmo quando são utilizados dados quantitativos, estes têm, em geral, algum suporte qualitativo por trás.

O método de abordagem é o método hipotético-dedutivo, a partir do qual, detectado o problema, se formula uma ou várias hipóteses, a ser testadas e comprovadas, partindo do geral para o particular. Este método é complementado com o método de procedimento estatístico, o da observação e monográfico, uma vez que a pesquisa incluiu a recolha e tratamento de dados estatísticos vários e a elaboração de indicadores e índices, a pesquisa bibliográfica, a observação directa no terreno e a descrição da situação encontrada (diagnóstico regional).

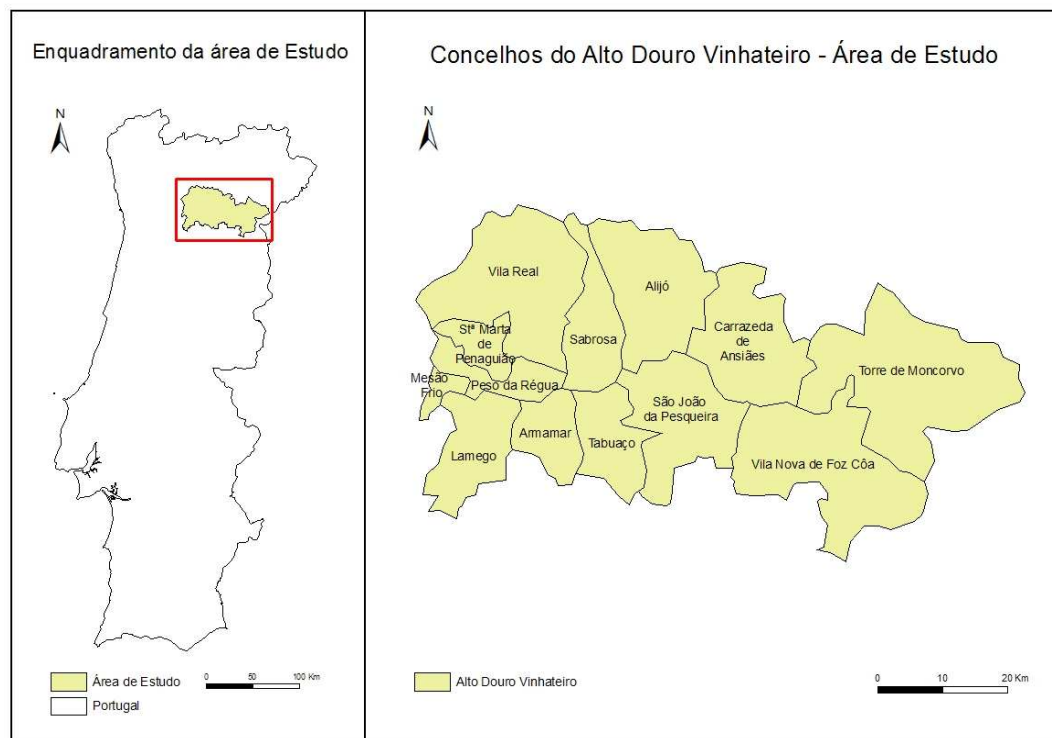
Em particular, além da pesquisa bibliográfica ou levantamento documental sobre a temática da investigação e a região de estudo, far-se-á, igualmente, um diagnóstico da região. Recorre-se à análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), com o objectivo de sistematizar as características mais marcadas da região. Será feita também uma entrevista a alguns dos principais actores locais (33 entrevistas). O trabalho de campo será finalizado com o contacto informal com os habitantes da região (sem uma formulação específica), confrontando-os com as questões mais prementes da região.

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) poderão ser utilizados como técnica capaz de mostrar resultados e padrões de distribuição espacial. Outras técnicas como a análise factorial ou a análise de clusters poderão, igualmente, ser utilizados.

1.4. Enquadramento

O Alto Douro Vinhateiro, região que nos propomos estudar, situa-se na NUT II Norte², englobando 13 dos 19 concelhos da NUT III Douro (Concelhos de Mesão-Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Alijó, Sabrosa, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa), representados no mapa seguinte.

Mapa 1
Mapa de enquadramento da região de estudo



Nas últimas duas décadas, estes concelhos têm sido marcados por uma perda acentuada da população, ficando reduzidos a pouco mais de 200 mil habitantes (NUT III Douro), em 2011, com uma perda média de 10,9% entre os dois últimos períodos censitários, e pelo envelhecimento.

² NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial.

O seu património natural, arquitectónico e cultural, expressão de uma das mais antigas regiões vitivinícolas do mundo, de que o Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Vale do Côa são referência, assume-se como um recurso crucial para o desenvolvimento. Foi este mesmo património, de que o Douro Vinhateiro é parcela importante e representativa, que, em 2001, granjeou, para uma significativa área do conjunto de concelhos da região de estudo, o título de *Paisagem Cultural Evolutiva e Viva* atribuído pela UNESCO: uma homenagem à obra combinada do Homem e da Natureza, que vem a ilustrar o valor universal do papel activo de uma cultura e uma paisagem de excelência.

Contudo, apesar da sua riqueza intrínseca, a região era classificada em 2004 pelo Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD, 2004: 25) como uma das mais deprimidas do país e da União Europeia, com um poder de compra inferior a 45% da média nacional (Armamar, Sabrosa, Tabuaço e Carrazeda de Ansiães). Embora a situação descrita tenha melhorado, 10 dos 13 concelhos da região de estudo continuam com um poder de compra pouco superior a 50%, em 2009, onde apenas Vila Real detém um valor superior ao valor índice 100 nacional (102,5%).

O mesmo PRASD, caracterizando 18 regiões, em 2004, refere que a «situação de Trás-os-Montes e Alto Douro [na qual se enquadra a região de estudo] é certamente uma das mais complexas em todo o território nacional» (PRASD, 2004: 25). Desde o abandono, passando pelo envelhecimento, pelo declínio da agricultura, pelas fracas oportunidades de emprego e pela escassa oferta de serviços de educação e cultura, abundantes factores contribuem para o actual estado da região (Marques, 2005: 7).

Marques (2005: 6-7), a este respeito, salienta que se trata de territórios com dinâmicas populacionais regressivas ou pouco activas, que se associam a estruturas sociais envelhecidas, com níveis de instrução relativamente baixos e muito dependentes das actividades agro-florestais. Trata-se, pois, de territórios complexos e pouco coesos.

O objectivo desta investigação é perceber as razões pelas quais esta região se apresenta como uma das mais desfavorecidas do País, apesar das enormes potencialidades. Pretende-se, antes de mais, sistematizar, quantificar e espacializar as principais disfunções do sistema territorial, identificar a origem dos problemas e suas consequências e encontrar possíveis soluções (Pereira, 2003: 194), contando, para esse efeito, com o contributo dos principais actores locais.

Acreditamos no mundo rural como a grande aposta do futuro, tal como é evidenciado por Covas (1997: 19), já que os maiores investimentos têm sido feitos no mundo urbano, deixando que no rural tudo (ou quase tudo) esteja por fazer (ver Blume, 2004: 95).

Hoje, percebe-se que o desenvolvimento, entendido numa óptica funcionalista, segundo a qual o investimento em determinados “pólos de desenvolvimento” seria gerador de outros pólos, por difusão, que contribuiriam para um desenvolvimento equitativo do País, em Portugal não funcionou (Henriques, 2001). Pelo contrário, durante muito tempo, deu origem a fortes desequilíbrios territoriais que conduziram ao maior crescimento do litoral que do interior.

É necessário pensar a região numa óptica de valorização dos recursos endógenos e pela dinamização das populações e actores locais, no sentido da abertura do campo de oportunidades e de possibilidades. Neste sentido, porque se trata de uma dinâmica territorializada, não tem de ser fechada em si, integrando os recursos e oportunidades de nível nacional e comunitário ou outros, numa óptica global.

Portanto, torna-se imperioso perceber até que ponto o DS é ou não possível de implementar na região do ADV, muito embora a tarefa não seja de fácil execução dado que grande parte dos estudos de avaliação da sustentabilidade se referem ao espaço urbano. Ainda assim, a dimensão local e global da sustentabilidade remete-nos para a necessidade de ser estudada e implementada a todos os níveis e escalas.

Tanto nas áreas rurais como nas urbanas, a maior dificuldade está em materializar o conceito de DS, definir indicadores, recolher e tratar a informação, que nem sempre está disponível, ou está disponível a custos elevados, ou até mesmo existente mas inacessível (Siena, 2002: 14-15).

A convicção de que se parte é a de que o DS não é apenas uma designação vazia de conteúdo e desacreditada, uma vez que o crescimento económico tem demonstrado causar degradação ambiental, falta de coesão social e de equidade, a médio ou a longo prazo. Importa perceber o que significa, o seu alcance e implicações, por exemplo, ao nível das mudanças necessárias no sistema económico de uma região.

Como Schmidt (2006: 8) refere, parece não restar dúvidas da necessidade de introduzir critérios de sustentabilidade nas políticas e programas, de modo a possibilitar uma gestão integrada do território e assim contribuir para uma sustentabilidade global.

O estudo da Região tendo como referência o DS permite-nos, ainda, equacionar o modelo de desenvolvimento actual e criar novas propostas de sustentabilidade, de modo a ser construído um legado para as gerações futuras, dimensão fundamental do conceito de DS.

É a criação/preservação deste legado que coloca a sustentabilidade como um tema transversal às principais questões que hoje se levantam relativas às consequências nefastas da globalização, à degradação ambiental, à perda continuada da biodiversidade. É necessário equacionar a conduta consumista, de modo a criar padrões de sustentabilidade, e, ao mesmo tempo, preservar os recursos, possibilitando às gerações vindouras satisfazer, igualmente, as suas necessidades. É responsabilidade das gerações actuais cuidar da possibilidade de um futuro melhor para aqueles que lhes sucedem.

Por outro lado, hoje, mais do que nunca, é necessário mobilizar o conjunto de actores sociais de modo a que sirvam ao desenvolvimento das estratégias de cada povo (Gabiña, 1998: XVIII). Neste contexto, os processos de desenvolvimento devem ser apropriados por todos, de forma a dinamizar-se processos de mudança sustentáveis, como é salientado por Marques (2005: 26). Por ser um processo complexo, é necessária uma cultura colectiva, que, por um lado, facilitará a resposta aos desafios da mudança, e, por outro, a procura de soluções flexíveis e inovadoras para os problemas da organização dos territórios.

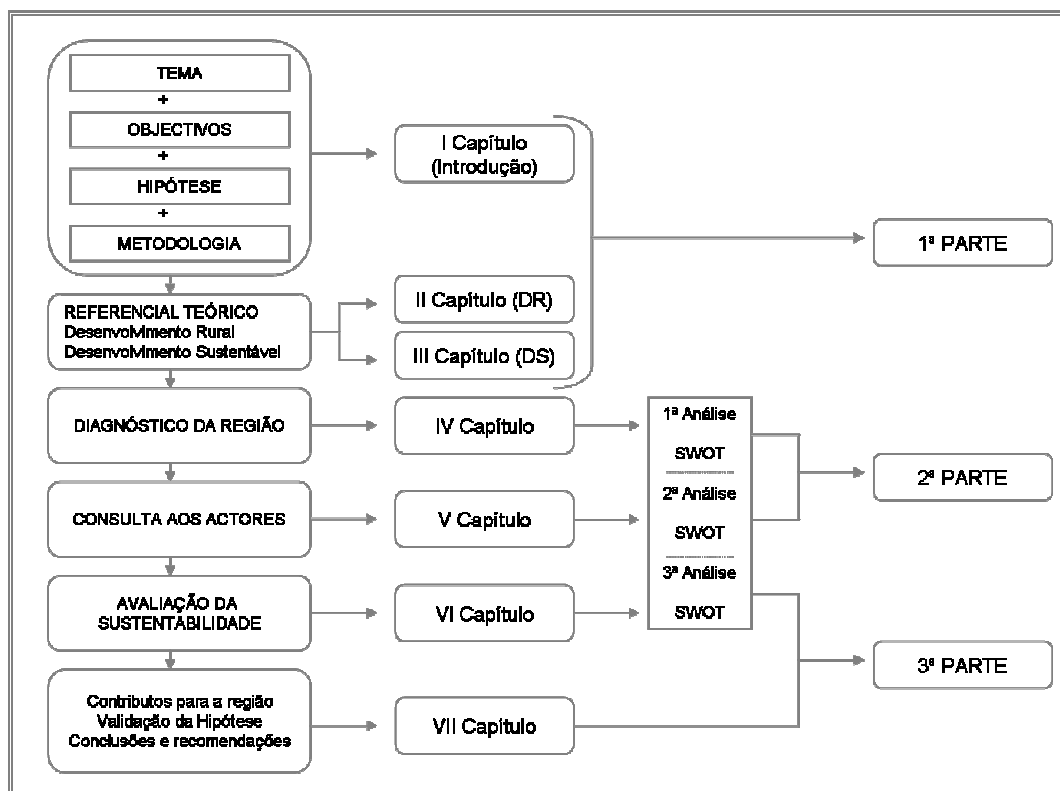
Na região, o eixo urbano Vila Real, Peso da Régua e Lamego é apontado como estruturante e o garante da articulação entre o ordenamento territorial e a preservação da natureza, atribuindo-lhe a promoção de uma melhor integração funcional e um reforço da coesão social, como elementos fundamentais de sustentabilidade social, económica e ambiental (Marques, 2005: 7).

Por último, a primazia do crescimento económico, a falta de orientações de política de ordenamento à escala nacional e de estratégias de desenvolvimento regional (Pereira, 2003:189), a descoordenação das instituições públicas (vertical e horizontal) e privadas, a falta de competitividade e de coesão territorial, associados ao desemprego, ao envelhecimento e despovoamento do interior (PRASD, 2004), apontam na direcção de este não ser um território gerido de modo sustentável.

É nesta óptica da sustentabilidade que se pretende analisar a região em questão, sabendo antecipadamente que não se pode estar à espera que os problemas aconteçam, nem da mudança para agir (Gabiña, 1998: 8-11; Sachs, 1993: 43).

1.5. Estrutura da Tese

Figura 1
Diagrama da Investigação



A Investigação está organizada em três partes e em 7 capítulos (Figura 1). A primeira parte constitui o referencial teórico, incidindo sobre o mundo rural (Desenvolvimento Rural) e a sustentabilidade (Desenvolvimento Sustentável). Na segunda parte, tendo em conta o referencial teórico, pretende-se aferir como se encontra neste momento a região, quais os seus maiores constrangimentos e as suas grandes potencialidades (análise extensiva da região) e consultar aos actores locais. Por último, a terceira parte inclui a avaliação da sustentabilidade, a reflexão sobre a situação da região

face ao Desenvolvimento Rural e ao Desenvolvimento Sustentável e o contributo que se pretende dar com esta investigação para as linhas estratégicas da região, considerando as possíveis intervenções, propostas e a validação da hipótese.

A primeira parte inclui os três primeiros capítulos. O primeiro capítulo será composto por questões introdutórias, incluindo a justificação do tema, os objectivos (gerais e específicos), a hipótese a comprovar e a metodologia.

O segundo capítulo consistirá na reflexão sobre o desenvolvimento na óptica da ruralidade, começando por definir ideias sobre o mundo rural, no contexto da Europa e de Portugal. Esta reflexão deverá também incidir nos problemas inerentes ao mundo rural e nas estratégias de desenvolvimento. A competitividade e inovação e a coesão social, económica e territorial nas áreas rurais serão, igualmente, alvo de consideração. Este capítulo terminará com a reflexão sobre os desafios actuais do mundo rural.

Ainda na primeira parte, o terceiro capítulo parte do pressuposto de que o DS pode ser medido. A partir da reflexão sobre a origem e evolução do conceito, avalia-se o seu impacto nas áreas rurais e as possibilidades de o medir. A reflexão incidirá sobre as várias dimensões da sustentabilidade (ambiental, económica, social, cultural, institucional, espacial, demográfica e espiritual), procurando elaborar um Índice de Sustentabilidade, cuja pretensão é avaliar se a gestão/utilização que se faz da região do ADV é ou não sustentável.

A segunda parte inicia-se com o capítulo 4. Este capítulo consistirá numa análise extensiva da região, incidindo nas dinâmicas económicas; nas condições de vida; no território e ambiente; nas acessibilidades, sistema urbano e competitividade territorial; na modernização administrativa e governamental e nos recursos estratégicos para o desenvolvimento (capital humano, património natural e património cultural).

Parte-se do pressuposto que a busca de soluções (ou a sua tentativa) exige um alto grau de informação. Neste sentido, crê-se que este diagnóstico estratégico, baseado numa análise extensiva da região, possibilitará um melhor conhecimento da mesma e o estabelecimento de relações de causalidade, se as houver.

Por outro lado, pretende-se também identificar as dinâmicas da economia e sociedade da região, e outras dinâmicas de nível mais amplo que influenciem os processos locais, assim como outras que os deveriam influenciar mas não o fazem. Este

capítulo terminará com uma análise SWOT intermédia baseada na análise dos itens descritos integrados neste capítulo.

O quinto capítulo apresenta a consulta aos principais actores locais, públicos e privados, num processo através do qual se pretende entender o que tem falhado, quais os problemas estruturais e as possíveis soluções, sem esquecer projectos bem-sucedidos e outros menos bem conseguidos.

Neste capítulo, há uma clara intenção de avaliar e caracterizar a articulação entre os actores locais públicos e os actores locais privados. No final do capítulo será feita uma análise SWOT intermédia, com base nas indicações que forem obtidas nesta consulta aos actores locais, podendo observar-se a adequação dos actores ao que é referido pela bibliografia sobre o assunto.

A terceira parte inicia-se com o capítulo 6. Depois do caminho percorrido, tanto no plano teórico como no plano prático, pretende-se reflectir sobre a situação da região face ao referido nos capítulos anteriores.

A partir das referências feitas no Capítulo III sobre a sustentabilidade, suas dimensões e implicações, far-se-á uma selecção de indicadores, que resultará num índice de sustentabilidade a ser aplicado à região, no sentido de apurar a viabilidade da implementação do DS. Feitas todas estas referências e aplicado o índice de sustentabilidade, terminar-se-á a última análise SWOT, englobando as duas intermédias, anteriormente feitas. Esta será uma síntese das dos capítulos IV e V.

Por último, depois de todo um caminho percorrido, procurar-se-á contribuir para a melhoria da sustentabilidade da região, reavaliando a hipótese inicial e terminando com as conclusões principais da investigação, comentários e recomendações, além da sugestão das propostas que se julgarem mais oportunas.

CAPÍTULO II

Desenvolvimento Rural

«Se já se alimentou hoje, agradeça a um produtor rural.»
(FAET Brasil)

É nosso intuito reflectir neste capítulo sobre o mundo rural, tendo em conta que o objectivo último é a sustentabilidade planetária. Mas por quê o mundo rural³, se a dinâmica mundial assenta na urbanidade, onde reside mais de 80% da população mundial?

O espectro de razões é variado: (1) o espaço rural existe, e, dependendo da sua definição, com enorme significância na maioria dos países, mesmo nos mais desenvolvidos e industrializados (91% do território da UE – Carneiro, 2010: 704); (2) no espaço rural também há problemas que, no contexto de mudança por que têm passado, podem comprometer a sustentabilidade (Marques, 2004: 13); (3) a percepção do rural repleto de potencialidades encontra-se com abundância na literatura; (4) a área de estudo, objecto desta investigação, é um espaço rural.

Como definir, então, o que é rural? Que características tem? Que problemas se tem encontrado? Que soluções se vislumbram e experienciam um pouco por todo o mundo?

Sabemos de antemão que não há receitas feitas, como não há definições que agradem a todos e contemplem toda a diversidade existente no mundo rural (as diversas ruralidades), do mesmo modo que as características, os problemas e soluções podem variar de país para país, de região para região, de continente para continente, dada a heterogeneidade do mundo rural (Carneiro, 2004: 1; Marques, 2004: 35; Maxwell, Urey e Ashley, 2001: 2; Covas, 2010: 9; Melides, Medeiros e Cristóvão, 2010: 462; Carneiro, 2010: 699, 701).

À semelhança de outros objectos de estudo, o entendimento do mundo rural terá, em muito, a ver com a perspectiva em que cada um se coloca, com o que se valoriza ou não, e com o objectivo último que se pretende atingir, sem deixar de considerar que o processo de desenvolvimento dos meios rurais é sempre complexo, plenos de incertezas e de contínuas mudanças, como destaca Cavaco (2004: 100; ver Natário, Braga e Rei, 2010: 114; Batista e Figueiredo, 2010: 666-667), e alvo de múltiplas intervenções de desenvolvimento onde se cruzam actores diferenciados e funções contraditórias (Melides, Medeiros e Cristóvão, 2010: 463; Batista e Figueiredo, 2010: 669).

³ A designação “mundo rural”, embora nos pareça mais abrangente, vai ser utilizada simultânea e indistintamente com as expressões “área rural” e “espaço rural”.

Sendo o objectivo último desta investigação a reflexão sobre a sustentabilidade a leitura que faremos do rural estará permeada por esta temática. Neste sentido, não interessa repetir o que já foi escrito sobre o rural, mas traçar um perfil dos seus aspectos mais relevantes, mormente os que mais se entrosarem com a sustentabilidade.

Para nos situarmos no conceito rural, é relevante fazer uma primeira referência às diferentes correntes de pensamento relativas a esta temática. Para esse efeito, vamos valer-nos, fundamentalmente, de Woods (2005), Blume (2004), Cloke (2006), Ferrão (2000), Natário, Braga e Rei (2010), Covas (2010), Fernandes (2010), com os quais se pretende estabelecer uma visão global do rural enquanto tema de estudo.

Há um variado leque de ideias associadas, tendo como pano de fundo o rural. Fala-se em rural em oposição (complemento, prolongamento) ao urbano; em campo por oposição à cidade; em agricultura como sinónimo de rural; do mesmo modo se fala em territórios deprimidos, e logo se associa a ideia a territórios rurais; o rural como um território atrasado, isolado e tradicionalista; o interior como rural (e assim poderíamos continuar uma vasta gama de associação de ideias). O nosso propósito, neste momento, é dar conta das principais correntes relativas ao estudo do conceito de rural, assim como desfazer potenciais equívocos e marcar a nossa posição.

Woods (2005:3), introduzindo o seu livro “*Rural Geographies, Processes, Responses and Experiences*”, coloca um conjunto de questões que nos fazem pensar sobre a palavra “rural”. Começa por perguntar o que nos vem à mente, quando pensamos nesta palavra, para ir completando com um quadro alargado de referências, que poderão estar associadas a essa imagem que temos do rural. Elementos como as características da paisagem que temos em mente, como a existência ou não de pessoas (ou turistas), a sua idade, cor, sexo, profissão, edifícios (que tipo de edifícios?), tipos de culturas que albergam os campos, existência ou não de comércio, bancos, escolas, crime, alcoolismo, drogas, propriedade da terra – muitas podem ser as perguntas a fazer.

De onde nos vem, então, essa imagem do rural? O autor refere que a percepção que dá forma à ideia que temos do rural depende de várias influências, como o lugar onde vivemos e passamos férias, os filmes vistos e livros lidos, mas também as tradições culturais locais ou nacionais, o que aprendemos na escola, lemos nos jornais e a propaganda política que recebemos de grupos de pressão (Woods, 2005: 3-4).

O que o autor pretende dizer com todas estas questões e com estas influências é que a ideia que temos do rural não é, necessariamente, específica de cada indivíduo, mas é uma noção cultural, mormente porque a noção que temos deste pode diferir de sociedade para sociedade.

É assim que Woods (2005: 3-4) refere que a noção de “rural” é vaga e ambígua, não havendo uma definição simples e padronizada do que é o rural. Sendo assim – difícil de definir –, por que nos importamos com a definição de “rural”?

É com esta pergunta que Woods (2005: 4-5) inicia um apanhado das mais importantes abordagens sobre o rural, partindo, primeiro, da constatação e importância da distinção (dicotomia) entre rural e urbano, cidade e campo, com longa história e grande significado cultural, mas que, ao longo do tempo, foi perdendo importância no pensamento académico. Contudo, continua ainda útil para os investigadores, pelo menos por duas razões: uma, porque muitos governos distinguem, oficialmente, áreas urbanas e rurais e governam-nas com diferentes instituições e políticas; outra, porque muitas pessoas que vivem em áreas rurais se consideram “população rural”, vivendo um “modo de vida rural” (sentido de identidade e pertença).

Estas duas questões significam que, mesmo que os investigadores estejam aptos para identificar o mesmo processo social e económico no trabalho com áreas urbanas e rurais, eles sabem também que esses processos operaram num ambiente político diferente, assim como as reacções das pessoas afectadas podem ser diferentes.

Citando Halfacree, Woods (2005: 5-9) faz menção de 4 abordagens da ruralidade. A primeira – definição descritiva – parte do pressuposto de que é possível fazer uma distinção geográfica entre áreas rurais e áreas urbanas tendo por base as próprias características sócio-espaciais, sobretudo fazendo uso da população. Esta é a abordagem mais utilizada nas definições oficiais das áreas rurais⁴.

Se a primeira é uma tentativa de identificar territórios rurais, a segunda – definição sócio-cultural – pretende identificar sociedades rurais. Neste sentido, a diferenciação é feita tendo por base a distinção entre sociedade rural e sociedade urbana.

⁴ A propósito desta abordagem, faz 4 observações: por um lado, parece lógico utilizar a população como critério para distinguir as áreas rurais das urbanas, já que há maior população nas áreas urbanas do que nas rurais. Contudo, na sequência deste raciocínio, questiona em que momento uma população deixa de ser rural para ser urbana. Numa segunda observação questiona os limites da área da população em questão. A terceira observação diz respeito ao facto de simples números referentes à população não dizerem nada sobre a função de uma povoação. A última diz respeito ao facto de as distinções feitas somente com base na população serem arbitrárias e artificiais (Woods, 2005: 5).

Sugere, citando Tönnies, que a vida urbana é dinâmica, instável e impessoal, tendo os residentes urbanos diversos contactos através de casa, trabalho e lazer, enquanto que no mundo rural a vida é estável, integrada e estratificada, com as mesmas pessoas em contacto umas com as outras em diferentes contextos (Woods, 2005: 9).

A terceira abordagem – o rural como uma localidade –, influenciada pelo largo debate dentro da Geografia nos passados anos 80, foca o processo que pode criar localidades rurais distintas, ou seja, de como as estruturas locais podem dar forma aos resultados dos processos sociais e económicos. O desafio será identificar as características estruturais que permitam que seja feito⁵. Esta abordagem foi abandonada pelo facto de nenhuma das características estruturais reivindicadas para o rural poder ser única e intrinsecamente rural (Woods, 2005: 10).

A quarta e última abordagem – o rural como uma representação social – parte do facto de o rural e seus sinónimos serem palavras e conceitos percebidos e usados pelas pessoas na linguagem do dia-a-dia. Neste sentido, em vez de tentar identificar as características sociais particulares ou as estruturas económicas, que são unicamente distintivas das áreas rurais, esta abordagem começa por perguntar que símbolos, sinais e imagens são evocados pelas pessoas quando pensam no rural. Por conseguinte, esta é uma abordagem em que o rural é socialmente construído (Woods, 2005: 10-11; sobre esta abordagem ver Cloke, 2006).

O rural como uma construção social significa para Woods (2005:15) que os geógrafos já não têm de desenhar as fronteiras precisas das áreas rurais, nem os sociólogos identificar as características da sociedade rural, mas os investigadores tentam, neste momento, perceber como determinados lugares, objectos, tradições, práticas e pessoas passam a ser classificados como rurais, e a diferença que isso faz na forma como as pessoas vivem o seu dia-a-dia (Woods, 2005: 15).

Blume (2004: 55), discorrendo sobre o território e a ruralidade, com o intuito de desmistificar o fim do rural, no contexto da “forte” urbanização brasileira, salienta que estudar o rural não é de somenos importância⁶. No caso, por exemplo, de se utilizar

⁵ Citando Halfacree, o autor refere três formas que foram tentadas: (1) o espaço rural tinha de ser associado com a produção primária; (2) baixas densidades populacionais criavam distintas conexões entre o rural e questões de consumo colectivo; (3) as localidades rurais foram identificadas com um particular papel no consumo, inclusive o consumo colectivo de locais turísticos e o consumo privado de casas por emigrantes (Woods, 2005: 10).

⁶ Blume (2004), ao traçar o percurso das principais correntes ligadas ao pensamento do mundo rural, mostra como no Brasil a taxa de urbanização de 81,23% não é senão “anacrónica e obsoleta”, opinião

unicamente a taxa de urbanização, como se utiliza no Brasil, pode incorrer-se no risco de dissimular dinâmicas territoriais. Do mesmo modo, reflectindo sobre a classificação da OCDE, de que daremos conta adiante neste capítulo, põe em evidência que as áreas rurais não são uma excepção, mas sim uma constante em muitos dos países tidos como os mais industrializados do mundo (Idem, 91), e, por conseguinte, deve ser alvo de particular atenção⁷ (ver Schneider e Blume, 2004).

No seu trabalho de investigação dá conta de duas importantes leituras do rural: a analítica e a normativa.

Na perspectiva analítica salienta, em primeiro lugar, a sociologia rural norte-americana, com 3 movimentos distintos: no primeiro, o rural é tratado numa perspectiva dicotómica, fruto da vertente clássica; no segundo, o rural tende a ser identificado como sinónimo de agricultura (abordagem difusionista); e no terceiro, a consolidação da última abordagem pela sociologia da agricultura (Blume, 2004: 29-36)⁸.

Relativamente ao primeiro movimento, o dicotómico, refere os termos comunidade-sociedade de Ferdinand Tönnies para diferenciar os processos que ocorriam nos espaços rurais e nos urbanos (Blume, 2004: 30; ver a definição sócio-cultural referida por Woods, 2005: 9). Nesta posição, a ideia central é a de que a comunidade rural, marcada por características como a coesão emocional, profundidade, continuidade, conservadorismo, entre outras, e a sociedade urbana, associada à impessoalidade, ao contratualismo e ao racionalismo, são diferentes. Neste contexto, o fundamental era determinar evidências que distinguissem a realidade rural da urbana, sem haver preocupação com possíveis relações de influência.

A partir dos anos 30 do séc. XX, esta perspectiva assume uma outra variação, na qual a polarização antagónica passa a ser substituída por um gradiente de variações espaciais que vão desde o rural, por um lado, ao urbano, por outro, formando o que os

suportada em estudos desenvolvidos por Veiga (2003: 96-101). O rural é preponderante, mesmo que, normativamente, ele pareça não existir (tendo em conta a taxa de urbanização) – daí a desmistificação do fim do rural. De resto, este é um bom exemplo de como as questões normativas em muito podem influenciar a visão sobre o mundo rural e o seu próprio modelo de desenvolvimento.

⁷ Estes dois elementos – a utilização da taxa de urbanização (ou de outros indicadores) para definir o que é ou não rural (ou urbano) e a constatação de que mesmo nos países mais industrializados o rural é uma constante e não uma excepção – são, a nosso ver, elementos relevantes na discussão sobre o rural, dada a pouca importância que, em geral, se lhe atribui.

⁸ A este respeito o autor coloca no tempo os três movimentos desta abordagem: o primeiro movimento, chamado também de clássico, onde predominam os enfoques dicotómico e mais tarde o *continuum* rural/urbano, teve início em 1900 e estendeu-se até meados de 1950; o segundo movimento, o difusionista, onde o rural é sinónimo de agrícola, de 1950 a 1970; e o terceiro movimento, o da sociologia da agricultura, desde 1970 até aos dias de hoje (Blume, 2004: 35).

autores denominam de *continuum* rural-urbano, que é uma variação do movimento dicotómico (Blume, 2004: 30-31).

No entender do autor, a grande limitação desta visão dicotómica é que o rural só é estudado numa óptica de diferenciação do urbano, sendo este último o modelo ideal para o rural, e, nesse sentido, o rural figura como subalterno e residual do urbano (Blume, 2004:32; sobre a primazia do urbano sobre o rural, ver Almeida, 1998: 25; Canário, 1998: 32; Cardoso, 2001; Lourenço, 2001: 11, Marques, 2004: 15; Covas, 2010: 10; Batista e Figueiredo, 2010: 655; Fernandes, 2010: 352-353).

O segundo movimento, em que o rural é identificado com a agricultura – perspectiva difusionista –, assenta na deslocação do anterior foco dicotómico para se centrar no agrícola. A questão central deixa de ser a comparação entre a sociedade simples das comunidades rurais e o modo de vida complexo dos espaços urbanos, e passa a ser o estudo dos processos de difusão e adopção de novas tecnologias, deslocando a análise, antes focada nos indivíduos, para as propriedades, objectivando determinar as características psicossociais dos agricultores (Blume, 2004: 33-34).

O rural passa a ser importante enquanto palco de inovação tecnológica e não como objecto de pesquisa, resultando numa visão estritamente agrícola do rural, onde o que tinha interesse do ponto de vista analítico era o produtor agrícola e o pacote tecnológico que lhe poderia ser associado.

O terceiro movimento é marcado pela perspectiva da sociologia da agricultura, na qual o rural é substituído pelo estudo da agricultura. Neste sentido, o rural perde completamente a sua importância como elemento empírico de definição dos objectos de estudo e também como tema de formulação de teorias. Como refere o autor, o que acaba por se destacar é a análise dos processos sociais, apoiando-se em novas perspectivas de investigação social, como o marxismo e o estruturalismo (Blume, 2004: 34).

O foco analítico deste terceiro movimento centra-se na agricultura e no sistema alimentar, sendo que o estudo do rural passa a ter como ponto de partida os processos como a divisão social do trabalho e da diferenciação social e económica das classes.

Sob a perspectiva normativa, o rural é apreendido a partir de dados e indicadores estatísticos, onde, por força desses critérios, é demarcado o que é ou não rural e, por conseguinte, também o urbano. Além destes critérios, essencialmente demográficos, outros se podem acrescentar (Blume, 2004: 20), de resto na mesma óptica das

definições descritivas referidas por Woods (2005: 5), com as mesmas limitações por ele referidas.

Uma das questões que se coloca a esta perspectiva normativa é que, na grande generalidade dos casos, as definições normativas não seguem o mesmo padrão entre os vários países, podendo até ter uma grande variação, dentro do mesmo continente, dificultando, deste modo, possíveis comparações, que, a ser feitas, em seu entender, devem ser cautelosas (Blume, 2004: 54)⁹.

Depois de mostrar, com exemplos Americanos e Europeus, algumas das particularidades da utilização de definições normativas, conclui que os limites normativos são ténues, uma vez que, com a simples mudança de um critério de referência¹⁰, a realidade territorial de um país pode mudar consideravelmente (Blume, 2004: 60). Na prática, concretiza a ideia referida no parágrafo anterior acerca da cautela a ter com possíveis comparações.

Relativamente à OCDE, esta organização faz uso de dois níveis de análise: o nível local e um outro que procura estabelecer a formação de áreas contíguas e regiões. Para operacionalizar o nível local utiliza-se a densidade demográfica como o ponto de corte que permite distinguir quando determinada unidade pode ser classificada como rural ou urbana. A densidade utilizada como unidade de distinção é de 150 hab/km².

Após classificadas, as localidades são, posteriormente, agrupadas segundo a proporção da população que habita esses espaços. Deste modo, se a população total que habita uma determinada localidade rural for acima dos 50% da população regional, esta região será classificada como sendo essencialmente rural. Se tiver entre os 15% e os 50% da população regional, será denominada de relativamente rural. E se estiver abaixo dos 15% da população regional será uma região essencialmente urbana (Blume, 2004: 63; 89-9; Schneider e Blume, 2004: 118; MADRP, 2007: 6).

Neste contexto, não deixa de ser interessante que o rural, por exemplo, nos países membros da OCDE constitua uma área territorial superior a 88%, vivendo nela

⁹ Para ver algumas dessas dificuldades relativas a definições normativas, com exemplos concretos, referidos tanto a Países Americanos como Europeus, ler na obra do mesmo autor as pp. 55-67. Nestas páginas o autor sintetiza algumas das definições normativas, tendo como critérios: a administração legal, administrativa e governamental; o patamar populacional e o patamar populacional combinado com outras características.

¹⁰ Como critérios de referência indica a delimitação legal, administrativa e governamental; o patamar populacional, e o patamar populacional combinado com outras características (Blume, 2004: 60).

quase 60% da população¹¹. Mais interessante ainda é a afirmação do autor quando refere que nestes países, onde estão as economias capitalistas mais avançadas, o rural é de grande relevância não só pelo potencial que representa para as economias futuras, mas como espaço estratégico para o desenvolvimento contemporâneo (Blume, 2004: 95).

Comparando 24 dos actuais 27 países da OCDE, Blume (2004: 92-93) conclui que, segundo esta abordagem, as áreas rurais não são uma excepção mas sim uma constante em muitos dos países considerados como os mais industrializados do mundo. No caso de Portugal, a superfície total ocupada por áreas essencialmente rurais e áreas relativamente rurais é de 94% do território nacional, sendo somente 6 % da superfície essencialmente urbana¹². Do mesmo modo, 59 % da população vive em áreas essencialmente e relativamente rurais e 41 % em áreas essencialmente urbanas.

Como contraponto a estas duas abordagens, Blume (2004: 21) refere-se ao esforço dos cientistas em ir ao encontro de outras definições que captem a diversidade do espaço rural. É neste contexto que surgem novas perspectivas que, em seu entender, passam a valorizar as dinâmicas sociais num sentido mais amplo, fazendo uso das valências de outras ciências sociais, como a Antropologia, a Geografia e a Economia. Assim, surge a abordagem territorialista¹³, que utiliza o território para promover uma nova interpretação para o rural e para a ruralidade¹⁴.

O interessante da abordagem territorialista é que a sua utilização vem questionar o fatídico desígnio que se abateu por décadas sobre as áreas rurais, marcado pelo esvaziamento demográfico, económico, político e cultural (Blume, 2004: 22), indicando que no rural também há dinâmica com oportunidades de emprego, que não se resumem ao sector agrícola, como antes se fazia crer.

¹¹ Segundo a classificação da OCDE, as zonas rurais, na EUR-25, representam 92% do território, 56% da população, geram 45% do Valor Acrescentado Bruto e mantêm 53% do emprego total (GPPAA, 2005: 1).

¹² Em Portugal domina a paisagem rural com 92,7% do território (46,3% agrícola; 26,4% florestal e 20% áreas naturais ou naturalizadas). As freguesias predominantemente rurais contabilizam 69,8% e as significativamente rurais 22,1%, e nelas habita, respectivamente, 21,5% e 26,5% (GPPAA, 2005: 1).

¹³ No caso do Brasil, esta corrente é protagonizada por José Eli da Veiga (Blume, 2004: 42-43), autor ao qual ainda nos referiremos no capítulo seguinte, sobre o desenvolvimento sustentável.

¹⁴ É no contexto do surgimento de novos estudos sobre o rural, especificamente referentes à realidade brasileira, que o autor apresenta três outras leituras do rural. Uma protagonizada por José Graziano, na qual o rural é entendido como um *continuum* do urbano (Blume, 2004: 37-39); uma outra protagonizada por Maria José Carneiro, relacionada com a tendência da expansão das ocupações não agrícolas por pessoas que habitam em áreas tidas como rurais, e com a associação entre actividades agrícolas e outras fontes de rendimento (pluriactividade) (Blume, 2004: 39-42). Uma terceira leitura, protagonizada por José Eli da Veiga, propõe que seja o território a superar as ambiguidades provenientes das perspectivas dicotómica e do *continuum* rural/urbano (Blume, 2004: 42-43).

Esta é, aliás, a conclusão a que chegam Terluim, Strijker e Munch (2010: 309) num estudo recente, onde são comparadas várias regiões da União Europeia. Estes autores mostraram que o rural na Europa não é caracterizado somente pelo decréscimo de emprego e população, mas há também regiões rurais dinâmicas, que experimentam um crescimento significativo em ambos (ver Silva, 2010: 532).

Para estes autores, no contexto do jogo de forças entre o local e o global, e face aos futuros desafios das regiões europeias¹⁵, as regiões rurais terão oportunidades de crescimento de emprego se houver uma elevada capacidade dos actores locais e se as redes internas e externas forem fortes (Terluim, Strijker e Munch, 2010: 320).

Em Portugal, a classificação do INE de Setembro de 2009 distingue três denominações: Predominantemente Rural, Medianamente Urbano e Predominantemente Urbano (www.ine.pt)¹⁶, muito embora contemple também uma outra designação: Espaço Urbano, Espaço Semi-urbano e Espaço de Ocupação Predominantemente Rural. Para todos os efeitos vamos utilizar a primeira.

De acordo com esta designação, a região de estudo é classificada maioritariamente como predominantemente rural, com um pequeno número de freguesias classificadas como medianamente urbanas (normalmente a sede dos concelhos) e algumas classificadas como urbanas, nos centros das cidades de Peso da Régua, Vila Real e Lamego (excepção feita a Sanfins do Douro, no concelho de Alijó, que, não fazendo parte destas cidades, é uma freguesia predominantemente urbana).

¹⁵ Os quatro desafios são: (1) a globalização, (2) as mudanças demográficas, (3) as mudanças climáticas e (4) a energia sustentável e competitiva.

¹⁶ Note-se que na breve referência feita alguns parágrafos antes nos referíamos às designações *Essencialmente rural*, *Relativamente rural*, *Essencialmente urbano* (Blume, 2004: 92-93). No entanto, o INE atribui uma designação ligeiramente diferente. Uma vez no site, procurar “metainformação > Classificações > Famílias > Divisões territoriais nacionais > tipologia de áreas urbanas (floating)”.

Tabela 1
Densidade populacional dos concelhos
do ADV, 2011

Localização geográfica	Hab/ km²
Portugal	114,5
Continente	112,8
Norte	173,3
Douro	50,1
Alijó	40,1
Armamar	53,7
Carrazeda de Ansiães	22,8
Lamego	161,4
Mesão Frio	166,4
Peso da Régua	180,6
Sabrosa	40,5
Santa Marta de Penaguião	106,2
São João da Pesqueira	29,6
Tabuaço	47,4
Torre de Moncorvo	16,1
Vila Nova de Foz Côa	18,4
Vila Real	136,9

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

Além destas abordagens mais teóricas do rural, Ferrão (2000), entre outros autores, reflectindo sobre a relação entre o rural e o urbano, parte das funções¹⁷ atribuídas ao mundo rural para salientar que, a partir dos passados anos 80, se observaram significativas mudanças nesta tetralogia (ver Cardoso, 2001 e 2008: 7; Almeida, 1998: 25-28)¹⁸. Estas mudanças criaram uma nova realidade social, que se substancia no rural não-agrícola, introduzindo novos elementos no modo de encarar o rural e urbano, em si mesmo e na forma como se relacionam

É esta mudança – do produtivismo para o pós-produtivismo, do agrícola para o não-agrícola – que começa por introduzir novas leituras do espaço rural. Efectivamente, até ao início dos anos 90 do séc. XX, o espaço rural era marcadamente agrícola, sob a égide do modelo produtivista, em que, através da modernização das explorações

¹⁷ Em seu entender são 4 as funções do mundo rural: função principal – produção de alimentos; actividade económica predominante – agricultura; grupo social de referência – família camponesa; e uma paisagem que reflecte o equilíbrio entre as características naturais e as actividades humanas.

¹⁸ Este último autor (Almeida, 1998: 25-28) também se refere às funções do mundo rural, mas desta feita salienta 5: reserva, fornecimento e reabsorção de força de trabalho, de mão-de-obra; espaço de fornecimento de bens alimentares; reserva de espaço físico; protecção e reprodução ambiental, e espaço político-ideológico.

agrícolas, a maior preocupação era produzir mais com menores custos, estimulado a competitividade, numa óptica de mercado, e garantindo o abastecimento e a manutenção de preços razoáveis para os consumidores (Lourenço, 2001: 1-2; Guerreiro, 2001; Caleiras, 2001; Barros, 2003: 45; Cavaco, 2004: 101).

Este modelo, potenciado pela Política Agrícola Comum (PAC) como se verá, posteriormente, teve profundas consequências ambientais, sociais, económicas e culturais (espaciais e institucionais), essencialmente para as populações rurais de uma significativa parte da Europa, em geral, e em países da Europa do Sul, em particular (Guerreiro, 2001; Rodrigo, 2001 e Lourenço, 2001).

O rural começa, então, a ser visto como profundamente influenciado por factores de natureza não directamente produtiva (Henriques, 2001). A este propósito, Ferrão (2000: 46-48) salienta quatro aspectos que favoreceram esta mudança. Por um lado, a ideia de que a principal função do espaço rural não tem de ser, necessariamente, a produção de alimentos, nem a principal actividade tem de ser a agricultura. Por outro lado, a ideia de que esta dimensão não produtiva do rural é socialmente construída a partir da ideia de património.

No encaixe deste segundo aspecto, na opinião do autor há três tendências que convergem neste sentido: o movimento de renaturalização, focado na conservação e protecção da natureza (aspectos hipervalorizados no âmbito do debate sobre os processos de desenvolvimento sustentável); a procura de autenticidade, que conduz à conservação e protecção de património histórico e cultural como um caminho privilegiado para valorizar memórias e identidades, face à padronização resultante dos processos de mundialização, e a mercantilização das paisagens, como resposta a novas práticas de consumo (que decorrem do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida, tendo como consequência a valorização do turismo e lazer) (Ferrão, 2000: 48; ver Barros, 2003: 15).

Um terceiro aspecto, que marca esta nova visão do espaço rural não-agrícola, prende-se com as práticas de pluriactividade e de pluri-rendimento das famílias camponesas, enquadradas numa estratégia mais ampla de transformação do espaço rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial, tendência há muito identificada pelos investigadores (ver Mosca, 2001; Guerreiro, 2001; Almeida, 2001; Lourenço,

2001: 9; Barros, 2003: 15, 43; Lima, 2008; Oliveira, D'Abreu e Santos, 2008; Carvalho, Lucas, Henriques, 2008; Cavaco, 2004: 102).

Finalmente, o quarto aspecto, a problemática do espaço rural foi sendo abordada à luz de uma nova concepção – a dos espaços de baixa densidade (física e relacional) (ver Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 2-3¹⁹; Cavaco, 2004: 100; Batista e Figueiredo, 2010: 667). Esta baixa densidade constata-se não só nas populações envelhecidas, mas também em empresas de reduzida dimensão, nos poucos movimentos associativos e em instituições públicas pouco dinâmicas, transformando estas áreas em espaços sem uma espessura social, económica e institucional capaz de suportar estratégias endógenas de desenvolvimento (Ferrão, 2000: 48).

No entanto, Batista e Figueiredo (2010: 669) destacam que é nestes espaços de baixa densidade que se podem encontrar os espaços humanizados que melhor conservam as características naturais do território, constituindo espaços de excelência para explorar a integração da sustentabilidade no conceito de desenvolvimento.

Na actualidade, sobretudo a partir da reforma da PAC de 1992, o novo paradigma, ou nova visão do espaço rural, é marcado pela multifuncionalidade: a multifuncionalidade do espaço rural, em geral, e da agricultura, em particular (Melides, Medeiros e Cristóvão, 2010: 463; Aguiar *et al*, 2000c: Anexo VII). É este, aliás, o momento oportuno para constatar uma evidência: a de que falar de espaço rural (ou desenvolvimento rural) é, inevitavelmente, falar de agricultura (qualquer que seja o seu tipo ou função) e floresta (Barros, 2003: 57-58; ver Carneiro, 2004)²⁰. Esta constatação é, em nosso entender, essencial para compreender as políticas europeias, e, ao mesmo tempo, para compreendermos a situação e o contexto do espaço rural português (na Europa), aspecto que deixaremos para o item deste capítulo sobre o desenvolvimento rural em Portugal²¹.

Outra ideia que se pode descortinar na literatura, quando o que está em causa é o espaço rural, é a recorrente inter-relação entre os espaços urbano e rural. Por um lado, uma relação de dependência ou de domínio do urbano sobre o rural (Lourenço, 2001:

¹⁹ De acordo com estes autores, a baixa densidade pode ser institucional, relacional, demográfica, de formas de ocupação e de condições de valorização de mercado (Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 2-3).

²⁰ A este propósito o mesmo autor, Barros (2003), reflectindo sobre o programa LEADER +, refere que não há agricultura sem desenvolvimento rural, nem, certamente, desenvolvimento rural sem agricultura.

²¹ Barros (2003: 159) salienta a importância da agricultura (44% da superfície) e da floresta (37% da superfície) para Portugal, tanto na moldagem da paisagem, quanto na conservação dos recursos naturais.

10-11; Almeida, 1998: 25; Partidário, 1998: 65; Vallina, 2002: 55; Cardoso, 2008: 7), sendo o espaço urbano o espaço de referência, modelo de desenvolvimento para o rural (Sousa, 2010: 587; Batista e Figueiredo, 2010: 667, 669), por outro, relação de interdependência, como salienta Barros (2003: 41), quando se refere a uma espécie de contrato social entre o urbano e o rural, opinião corroborada por Partidário (1998: 65), que, contudo, salvaguarda que cada um destes espaços deve por si só manter a sua autonomia e sustentabilidade²².

Também Covas (1997: 19-20), reflectindo sobre os grandes princípios orientadores da Nova Política de Desenvolvimento Rural para o século XXI, salienta que, por mais paradoxal que possa parecer, é ao espaço urbano, às aglomerações urbanas que compete estruturar o espaço rural. O mesmo é referido por Marques (2004: 69), quando salienta que as pequenas e médias cidades do interior são cruciais para a construção de uma estrutura de sustentação dos territórios em perda, e por Fernandes (2010: 350), que refere a necessidade de criar novas centralidades, que estimulem as regiões rurais circundantes (ver Veloso, 1998: 146; Marques, 2005: 6).

Há pelo menos dois movimentos que concorrem para uma renovada importância do rural no quadro das mudanças dos últimos 30 anos do séc. XX. Por um lado, o irromper da noção de ambiente ou da consciência ambiental, na sequência dos problemas ambientais (questões como a qualidade do ar, da água, a insegurança e falta de equilíbrio ecológico em meio urbano), com que se depara uma sociedade industrializada e urbanizada, a par da crise social e da crise energética (Lourenço, 2001: 12; Rodrigo, 2001a: 2, 11-12; Batista e Figueiredo, 2010: 667). Por outro, a identificação social do ambiente com a natureza e o rural, produzindo uma revalorização do campo, onde é possível encontrar qualidade ambiental, longe dos meios urbanos.

Uma nova procura por cidadãos, em busca de sossego, do contacto com a natureza, do ar com qualidade, da autenticidade e beleza das paisagens, marca esta revalorização do espaço rural, mesmo que, num primeiro momento, em função de interesses urbanos (Lourenço, 2001: 10; Barros, 2003: 41; Inácio, 2008: 2).

Partidário (1998: 65) partilha a mesma ideia, quando refere que a evolução tecnológica, o aumento dos tempos de lazer e recreio e a própria alteração dos valores

²² E mais, sustenta que as áreas rurais devem ser prósperas por si só, pela sua funcionalidade e estrutura características, já que as mesmas constituem um potencial de desenvolvimento (Partidário, 1998: 65).

das comunidades humanas têm proporcionado uma multiplicidade de opções de utilização das áreas rurais em todo o mundo (ver Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 6-8).

Para esta mudança contribuiu, como brevemente se aludiu, o desenvolvimento do processo de multifuncionalidade dos espaços rurais, perspectivando novas formas de vivência capazes de o dotar de uma nova vida (Carneiro, 2004), vindo ao encontro das preocupações de várias instâncias nacionais e comunitárias (Barros, 2003: 55; Silva, 2010: 537).

Embora o conceito de multifuncionalidade não seja exclusivo dos anos 80/90, uma vez que muitos agricultores, antes da agricultura capitalizada ou industrializada, conjugavam a actividade desenvolvida nas suas explorações agrícolas com outras actividades, (Covas, 1997: 23; Almeida, 1998: 28; Carvalho, Lucas e Henriques, 2004; Lima, 2008: 3;), segundo Oliveira, d'Abreu e Santos (2008: 2), o conceito surge nos anos 80 como forma de assegurar a transição entre o paradigma da agricultura moderna e pós-moderna, muito embora só nos anos 90 seja usado na OCDE.

Face às mudanças necessárias para dirimir as externalidades negativas da PAC²³, sobretudo a partir da sua primeira reforma, em 1992, insiste-se na importante tarefa de conferir à agricultura novas funções sociais e ambientais, além das económicas que já lhe eram atribuídas (Lima, 2008: 3; Lourenço, 2001: 2).

No entender de Melides, Medeiros e Cristóvão (2010: 463), a multifuncionalidade das explorações agrícolas e do espaço rural visa não só o desenvolvimento da agricultura e da floresta, mas também a diversificação das economias e a criação de novas actividades, ligadas à protecção dos recursos naturais e da biodiversidade, à valorização da paisagem, à gestão do espaço e à preservação de valores culturais e patrimoniais (ver Carneiro, 2010: 701-702).

O carácter multifuncional da agricultura atribui, desde modo, novos papéis ao agricultor. Além da actividade de produção de bens alimentares, sobressai a preservação do ambiente e da paisagem rural, o desenvolvimento local e o ordenamento do território

²³ Referimo-nos à PAC por particular interesse para o espaço rural português (e europeu), mas outras transformações mais abrangentes poderão ser referidas, como é o caso das ocorridas na urbanização, industrialização, telecomunicações, transportes e comércio, importantes para criar um novo contexto para a agricultura, como salientam Carvalho, Lucas e Henriques (2004).

(Carneiro, 2004: 6; Covas, 1997: 25)²⁴. Neste sentido, segundo Carvalho, Lucas e Henriques (2004), é à actividade agro-pecuária que compete desempenhar um papel de charneira e aglutinador das outras actividades. Os benefícios são de três ordens: benefícios para a comunidade rural, benefícios ambientais e benefícios nacionais. O desafio é atingir os benefícios de uma combinação óptima de funções minimizadora dos impactes negativos, entre outros, da poluição, da erosão e perda de biodiversidade.

Esta multifuncionalidade do espaço rural, segundo Lourenço (2001: 9) estende-se também à conservação da paisagem, à revitalização do artesanato e de outros ofícios tradicionais, à integração do turismo e do lazer, e, porque não, à produção de energias de fontes renováveis (acrescentamos nós) (ver Lima, 2008: 2, 8; Oliveira, d'Abreu e Santos, 2008: 2; Mosca, 2001).

A respeito da multifuncionalidade outras três ideias se tornam relevantes pela sua relação com esta temática: a multifuncionalidade da paisagem; a adjectivação de “sustentável” à agricultura e ao desenvolvimento rural e a agricultura a tempo parcial.

Até ao momento, nesta abordagem ao conceito de multifuncionalidade, referimo-nos, essencialmente, à multifuncionalidade da agricultura, que, juntamente com outras funções, constitui o novo paradigma para os espaços rurais. Todavia, Oliveira, d'Abreu e Santos (2008: 14) encontram mais sentido falar da multifuncionalidade da paisagem, em detrimento da multifuncionalidade da agricultura²⁵. Eles notam que este conceito, ainda que continue válido, exige uma maior abrangência que extravasa o âmbito das actividades produtivas e dos sistemas agrícolas, mudanças essas que se podem relacionar com processos tão distintos como a expansão urbana, o abandono da actividade agrícola, a conversão de áreas agrícolas em florestais, a instalação de indústria ou de equipamentos turísticos nos espaços rurais. Neste sentido, a multifuncionalidade da paisagem proporciona uma abordagem mais abrangente e integrada das diversas funções de um território, quando o objectivo é o seu ordenamento e gestão (ver Silva, 2011: 33).

²⁴ Entre as funções atribuídas por Covas (1997:25) à agricultura multifuncional contam-se a de produção e aprovisionamento, de ordenamento do território, de conservação e embelezamento da paisagem, de ocupação e povoamento, de regeneração e de renovação de recursos.

²⁵ Covas (2010: 14) fala da uma necessária mudança para uma multifuncionalidade intensiva em conhecimento, como aquela que faz convergir os mercados emergentes para plataformas territorializadas e/ou sistemas integrados de produtos, onde inclui os mercados emergentes dos “produtos limpos”, dos sumidouros de carbono, da produção de água, dos serviços ecossistémicos, conservação e biodiversidade, da reciclagem e valorização dos resíduos, da produção de energia renovável e respectivos serviços, de turismo em espaço rural e serviços correlacionados, dos produtos denominados, de nicho e de gama, da mitigação e adaptação climáticas, da prevenção de riscos globais, dos alimentos e produtos terapêuticos.

O conceito de multifuncionalidade remete-nos, ainda, para os conceitos de agricultura sustentável e desenvolvimento rural sustentável, uma vez que uma agricultura comercial, baseada na monocultura e com diversas externalidades negativas, se constituiu numa perigosa posição, colocando em questão a sustentabilidade dos recursos e a conservação do ambiente, como atestam Carvalho, Lucas e Henriques (2004; ver Tisdell, 2007). Vallina (2002: 20) coloca a questão de um modo muito claro e perspicaz: “El desarrollo rural del futuro o es sustentable o no será desarrollo.”.

Ainda sem a reflexão do Capítulo III sobre o DS, as várias referências na literatura vão no sentido de que a agricultura, além do seu papel primário de produção de alimentos e fibras, deverá englobar outras funções ambientais, sociais, económicas e culturais (Galvão, 2010: 970).

A exploração de múltiplas funções da agricultura, como referem Carvalho, Lucas e Henriques (2004), é vista, cada vez mais, como um importante contributo para uma agricultura sustentável e para o desenvolvimento rural. A mesma ideia é corroborada por Lima (2008: 3) quando salienta que é na integração das suas múltiplas funções económicas, sociais e ambientais que a agricultura pode vir a ser sustentável e contribuir para um desenvolvimento rural sustentável (ver Barros, 2003: 65; Almeida, 2004: 2).

Em seu entender (Lima, 2008: 4-5), a agricultura de pluriactividade tem potencial para protagonizar um processo conducente ao desenvolvimento rural sustentável (ver Blume, 2004: 36). Aliada à manutenção de práticas agrícolas tradicionais ou extensivas ou à emergência da reconversão da agricultura intensiva, pode contribuir para a concretização da prática da multifuncionalidade agrícola e da protecção do ambiente rural. Também a adopção de modos de produção ecológicos pode promover o desenvolvimento agrícola sustentável (ver Tisdell, 2007: 367-369).

Como evidencia Cardoso (2001: 13), para a prossecução do desenvolvimento rural sustentável, acresce a estes aspectos a preservação dos territórios, do património cultural diferenciado e a fixação das populações, procurando vencer, tanto quanto possível, o declínio demográfico e económico das áreas rurais (ver Cardoso, 2008: 7).

O terceiro aspecto ficou implícito há dois parágrafos atrás: a agricultura a tempo parcial ou agricultura de pluriactividade. Lima (2008: 4-5) mostra como a agricultura a tempo parcial, ainda que assuma variadas modalidades económicas e sociais, tem um

enorme potencial para vir a protagonizar um processo conducente ao desenvolvimento rural sustentável, podendo apresentar um conjunto de vantagens no que concerne à mitigação de alguns problemas resultantes da PAC (vantagens de ordem económica, social e ambiental) (ver Barros, 2003: 43).

Como salienta Lima (2008: 6, 9), as práticas agrícolas a tempo parcial, que combinam a prática da agricultura com outras actividades económicas ligadas ao lazer, ao recreio e preservação da natureza, configuram situações que podem vir a contribuir para valorizar os recursos dos territórios rurais e, neste sentido, contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Em seu entender, a agricultura a tempo parcial pode constituir uma via potencial para a manutenção ou até para a expansão de práticas agrícolas consentâneas com as novas funções sociais e ambientais que se atribuem aos espaços rurais, fruto de uma crescente e diversificada procura social destes espaços.

2.1. O mundo rural na Europa e em Portugal

A entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, trouxe vantagens e condicionalismos. As vantagens foram, sobretudo, a entrada numa comunidade composta por vários países, logo com acesso directo a um mercado de uns largos milhões de potenciais consumidores, associada à possibilidade de usufruir de vários fundos provenientes da Comunidade para recuperar o atraso e colocar o país ao nível dos mais avançados da Europa (Fundos Estruturais e de Convergência).

Contudo, há condicionalismos decorrentes desta entrada, fundamentalmente porque Portugal, ao ser signatário dos acordos da UE e Estado-Membro, teve/tem de negociar / acatar as indicações vindas da instituição da qual faz parte, umas vezes com mais liberdade (subsidiariedade) outras com menos (Rodrigo, 2001a). A este propósito, Sousa (2010: 591) salienta o incompreensível paradoxo de a actual situação que se vive no mundo rural ter sido financiada pela UE.

A PAC, orientada para a intensificação dos métodos de produção e modernização das estruturas agrícolas e sem grandes preocupações ambientais, até ao início dos anos 90, a par da introdução tardia de uma política agro-ambiental (Rodrigo, 2001b), constituiu um dos grandes condicionalismos, não só porque favoreceu os países do Centro e Norte da Europa (Carneiro, 2004, 2010), onde a agricultura era estratégica

(Rodrigo, 2001b: 6), mas também porque acarretou graves consequências económicas, ambientais, sociais, culturais, espaciais e institucionais (Fonseca e Ramos, 2008; Rodrigo, 2001b; Guerreiro, 2001; Barros, 2003: 45;).

Nos itens seguintes dar-se-á conta dos aspectos mais relevantes da política de desenvolvimento rural na Europa e em Portugal, procurando salientar as estratégias, políticas e actores, passando pelos principais problemas, pela competitividade, inovação e coesão, terminando com as estratégias e desafios actuais do mundo rural.

2.1.1. O Desenvolvimento Rural na Europa

A importância do desenvolvimento rural na Europa é ainda recente, remontando ao final da década de 80 do século transacto. Rodrigo (2001b, 2001a: 10) coloca-o entre a PAC (com início em 1958) e a Política Ambiental (mais tarde Agro-ambiental, aquando da reforma da PAC, em 1992), ou, por outras palavras, entre as externalidades negativas ambientais, sociais e económicas da PAC, a partir dos anos 80, e a sua reforma, com a introdução de uma política agro-ambiental e novas direcções para a agricultura europeia, a partir de uma nova estratégia para o desenvolvimento rural (ver Fernandes, 2010: 350; Tibério e Cristóvão, 2005: 15-16).

Os pioneiros da política ambiental europeia são os países do Centro e Norte da Europa. Partindo da análise de Rodrigo (2001b), consideramos que há quatro aspectos a ter em conta, não necessariamente por ordem: (1) a política ambiental europeia foi da responsabilidade dos países do Norte; (2) as sociedades nórdicas, mais atentas às questões ambientais, pressionam a Europa no sentido de diminuir as externalidades negativas da PAC; (3) as tardias alterações à PAC (ambientais) devem-se às pressões de *lobbies* nórdicos; (4) a posição dos povos do sul da Europa, tanto no que respeita à política ambiental quanto à PAC, é manifestamente diferente da dos povos do Norte da Europa, por várias razões (ver Carneiro, 2010: 702).

Os três primeiros aspectos têm a ver com o modo como as sociedades nórdicas influenciam as políticas europeias. Por um lado, são sociedades avançadas do ponto de vista da consciência ambiental, que, desde cedo, se reflecte na sua própria legislação. Assim, quando na Europa surgem as primeiras preocupações com questões ambientais, estes países estão na linha da frente, quer pela referida consciência ambiental mais

evoluída, quer pela experiência técnica e administrativa acumulada, que vem influenciar a agenda da UE relativamente às questões ambientais. Influenciam a agenda europeia não só induzindo nela os problemas que lhes são específicos, mas também marcando os parâmetros legais e administrativos de controlo europeus pelos que lhes eram familiares, e, por outro lado, pelos votos que estes países possuíam, que lhes permitiam ser praticamente a única voz nestas questões²⁶ (Rodrigo, 2001b: 3; Rodrigo, 2001a; Carneiro, 2010: 702).

O facto de as sociedades nórdicas influenciarem a política ambiental europeia e de, ao mesmo tempo, pressionarem as instâncias europeias para a exclusão da política agrícola do controlo ambiental, mostra como o prato da balança oscila favoravelmente ao Centro/Norte da Europa (Rodrigo, 2001b: 6; Guerreiro, 2001: 1).

Esta constatação é tão mais clara, quando se percebe que os países do Sul, além de se submeterem a um modelo claramente influenciado pelos do Norte, têm problemas ambientais específicos, diferentes daqueles dos países do Norte, contando com a degradação de paisagens tradicionais, o despovoamento, a erosão dos solos, os incêndios florestais e a escassez de água (Rodrigo, 2001a: 3; Cavaco, 2004: 99).

As preocupações com as questões ambientais, que no Norte estavam consolidadas, no Sul tardaram a despontar, sendo incorporadas depois da entrada na Comunidade. Essencialmente porque, segundo Rodrigo (2001b: 3-4), os países do sul da Europa tinham uma reduzida experiência técnica e administrativa em questões ambientais, ao mesmo tempo que não havia no Sul uma cultura e tradição conservacionista, reflectindo-se na capacidade negocial. Citando Fernández (1996), a mesma autora acentua que os países do sul acabaram por ser predominantemente receptores dos problemas dos países do Norte, com os quais não se identificam e que não podem identificar como prioritários (Rodrigo, 2001b: 4; Lourenço, 2001: 7).

Referidos os 4 aspectos anteriores, é de salientar que, em 1992, com a reforma da PAC, passa a ser incorporada nesta política a componente ambiental, que é denominada de Programa Agro-ambiental. Para que tais alterações se efectivassem, contribuíram as mudanças ocorridas nos anos 70, com a descida acentuada dos preços

²⁶ Aqui a autora salienta que, se num primeiro momento foram a Alemanha, Holanda e Dinamarca que influenciaram a política ambiental europeia, nos elementos atrás referidos, com a entrada, em 1995, da Áustria, Finlândia e Suécia, estes vêm reforçar o poder e apoio a um modelo moldado às necessidades das realidades sociais da Europa do Norte (Rodrigo, 2001b: 3).

dos produtos agrícolas²⁷, e, nos anos 80, uma conjuntura internacional que clamava pela introdução de mudanças na PAC, que fossem no sentido de a direccionar para finalidades não exclusivamente orientadas para a intensificação dos métodos de produção e modernização agrícolas, como salienta Rodrigo (2001a: 7-8; ver Tibério e Cristóvão, 2005: 16). Acrescem a estas mudanças, refere ainda a autora, outros factos sociais e políticos: acções de protesto e denúncia dos movimentos ecologista e ambientalista das responsabilidades da PAC na degradação do ambiente, e a adopção de critérios ambientais na regulação da actividade agrícola, por parte de alguns países.

Com efeito, as consequências nefastas da PAC são referenciadas, com frequência, na mais diversa bibliografia sobre e da UE, o ambiente e o desenvolvimento rural. Como já se referenciou neste capítulo, a PAC tinha na base um modelo produtivista (Guerreiro, 2001; Barros, 2003: 42, 45, 63-64, 66; Tibério e Cristóvão, 2005: 16; Tibério, Cristóvão e Abreu, 2008: 7), segundo Barros (2003: 45), com três objectivos essenciais: (1) garantir o abastecimento dos mercados com os produtos necessários ao consumo humano, (2) apoiar o rendimento agrícola, e (3) criar um mercado para actividades industriais a montante da agricultura (ver Caleiras, 2001: 2). Ainda segundo Barros (2003: 45), incentivou-se a intensificação do capital das explorações agrícolas, promoveu-se a utilização de tecnologias que aumentam a produtividade da terra, apoiaram-se medidas tendentes a garantir um esforço de produtividade do trabalho e adoptou-se uma política de ajudas directas à produção.

Entre as consequências directas deste modelo, Barros (2003: 69) ressalta a marginalização das zonas mais desfavorecidas, com a quebra de emprego e com o reordenamento rural, a subalternização da qualidade dos produtos e do ambiente, a sua rentabilidade, a biodiversidade, as tecnologias biológicas e o património cultural (ver Filipe e Mascarenhas, 2010: 362).

Esta marginalização das zonas mais desfavorecidas, como acentua Lourenço (2001: 5), acaba por ser consequência também do processo de industrialização de que a actividade agrícola é alvo e da intensificação da sua produção, com vista à maximização do lucro. A pretensão era a estabilização dos mercados, a garantia do abastecimento e a manutenção de preços razoáveis aos consumidores. Para tal acontecer concentrou-se a produção nas unidades maiores e, por isso, mais competitivas, e diminuiu-se a produção

²⁷ Recorde-se também as crises energéticas de 1973 e 1979, que fizeram surgir a necessidade de diminuir a dependência energética de fontes não renováveis (Rodrigo, 2001a: 7).

nas mais pequenas, beneficiando, assim, os agricultores empresários, proprietários de grande dimensão.

Neste contexto, como evidencia Guerreiro (2001: 1), estes desequilíbrios afectaram de modo diferente as regiões europeias. Favoreceram as que se intensificaram, concentraram e especializaram (Europa central e do Norte) e desfavoreceram as regiões periféricas (Europa do Sul), que sofriam de desvantagens competitivas naturais, sociais e económicas, criando, deste modo, fortes assimetrias regionais (Tibério, Cristóvão e Abreu, 2010: 7).

Além das supramencionadas dificuldades e consequências da PAC, é de salientar a da degradação ambiental. Pelo que atrás foi referido, este fenómeno de concentração, especialização, intensificação produtiva e mecanização, além de transformar completamente a paisagem agrícola, tendo contribuído para o despovoamento e declínio das áreas rurais (Barros, 2003: 64; Tibério e Cristóvão, 2005: 17), foi também responsável por outros problemas, entre os quais se inclui a introdução de grandes desequilíbrios nos mercados, criando excedentes de produção, graves problemas sociais e ambientais, como o desemprego, a “desertificação” humana, a degradação do ambiente e dos recursos naturais, os profundos desajustamentos no ordenamento, na ocupação e gestão do território comunitário, e, em alguns casos, colocando em causa a própria segurança alimentar (Barros, 2003: 45; Tibério, Cristóvão e Abreu, 2010: 7).

Pelas razões antes apontadas, viu-se a necessidade de uma reforma da PAC, mudança essa que já vinha sendo repetidamente apontada pelos sucessivos Programas de Acção Ambiental, com as pressões ambientais na política agrícola a fazerem-se sentir, sobretudo, de forma indirecta (Rodrigo, 2001b: 4-5). É neste contexto que se têm de considerar as mudanças introduzidas em 1992, com o Regulamento (CEE) 2078/92 (e mais tarde, em 1999, do Reg. 1257/99). Este regulamento marca a introdução da preocupação ambiental na PAC²⁸ (o também chamado programa agro-ambiental) (ver Rodrigo, 2001a e 2001b), com o intuito de reverter a tendência centrada no critério da produtividade e compatibilizar a PAC com os princípios e normas defendidas pela Organização Mundial do Comércio (Barros, 2003: 46).

²⁸ A este respeito, de acordo com Rodrigo (2001b: 8), é de salientar que a questão ambiental na Europa está desde o início subjugada à crise dos excedentes agrícolas, sendo que a vertente agro-ambiental nunca é problematizada de forma a poder vir a ganhar um estatuto de autonomia.

É no âmbito desta mudança que, segundo Lima (2008: 3), se tem vindo a perceber que à agricultura cabe a tarefa de preencher novas funções e necessidades sociais e ambientais, ou seja, é a partir desta primeira reforma da PAC que a temática da diversificação e preenchimento de outras funções, que não somente as económicas, começa o seu percurso, tornando-se uma das temáticas centrais em termos do discurso da UE e uma tentativa de adopção de um conjunto diferenciado de políticas para o sector, entre as quais se destaca a multifuncionalidade (ver Carneiro, 2004: 7; Tibério e Cristóvão, 2005: 18; Fernandes, 2010: 351).

Relativamente ao desenvolvimento rural, propriamente dito, mesmo que sempre acompanhado pela preocupação agrícola e florestal, o primeiro documento em que este tema é assumido com preocupação é em **O Futuro do Mundo Rural**, publicado pela Comissão Europeia em 1988, no qual a Comissão deu à Política Rural um impulso enquanto tema particular (Rodrigo, 2001b: 13; Carneiro, 2004: 3; Tibério e Cristóvão, 2005: 19), encarado como uma via para ajudar a ultrapassar as dificuldades do modelo europeu de política agrícola (Rodrigo, 2001b: 12; Barros, 2003: 24), e promover um desenvolvimento rural integrado (CCE, 1988: 62)²⁹.

Segundo Carneiro (2010: 700), este documento serviu como embrião da ideia de que o desenvolvimento rural devia estimular aos agentes locais e os promotores de projectos a adquirirem as competências necessárias para se tornarem agentes implicados no desenvolvimento do seu território, por conseguinte, uma aproximação “bottom-up” ou ascendente, ao contrário do que até aí se fazia (acções descendentes – “top-down”) (ver Cristóvão e Miranda, 2005: 31; Dinis, 2010: 1259).

Este documento salienta ainda a necessidade de se aproveitar a reforma dos fundos estruturais (a acontecer no mesmo ano) para criar *Programas Integrados de Desenvolvimento Rural*, elaborados em estreita concertação com as entidades nacionais, regionais e locais (CCE, 1988: 7-8). A reforma dos fundos estruturais foi, segundo Carneiro (2004: 3-4), o maior impulso dado no sentido de resolver os problemas de que sofrem os espaços rurais europeus.

Contudo, embora a Reforma dos Fundos Estruturais tenha dado maior visibilidade às zonas rurais europeias e aos seus problemas de evolução no mundo

²⁹ A este propósito, no mesmo documento, a Comissão, além de declarar que até à data daquele documento não havia a nível comunitário (e nacional) verdadeiras estratégias de desenvolvimento das zonas rurais, reconhece que se tem intervindo de forma dispersa no mundo rural (CCE, 1988: 62).

contemporâneo, essa preocupação não se revelou nas reformas adoptadas na Cimeira de Bruxelas (Carneiro, 2004: 5; Cavaco, 2004: 101). Do mesmo modo, refere a autora, (Carneiro, 2010: 700), apesar da importância assumida das zonas rurais em **O Futuro do Mundo Rural**, as medidas previstas pela Reforma da PAC, em 1992, ajustavam-se principalmente às agriculturas intensivas e ricas da zona temperada do Norte e às condições das suas principais produções, como já se referira (ver Carneiro, 2004: 5)³⁰.

Em 1991, refira-se o documento denominado *Documento de Reflexão da Comissão Europeia sobre a evolução futura da PAC*, onde se torna pública a opinião da Comissão sobre a reforma da PAC. Neste documento são enunciados, pela primeira vez, os princípios e objectivos do desenvolvimento rural, entre os quais se inclui a preservação da face rural da Europa, a multifuncionalidade como novo modo de encarar a actividade agrícola³¹, e o carácter integrado que deveriam ter as futuras políticas dirigidas ao mundo rural (Carneiro, 2004: 6; Barros, 2003: 72).

O mesmo ano (1991) é marcado pelo início do PIC³² LEADER I, um instrumento de política inovador, cujo principal objectivo era o de promover o desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa (Barros, 2003: 25). Seguem-se-lhe os LEADER II (início em 1994) e LEADER + (início em 2000), revelando, no entender de Carneiro (2004: 14), alguma vontade e consciência por parte da Comissão em tomar o Desenvolvimento Rural como método a seguir para a revalorização dos espaços rurais europeus.

Ligado às reformas da PAC, a primeira em 1992 (Programa Agro-ambiental: Reg. 2087/1992) e a seguinte em 1999 (Regulamento de Desenvolvimento Rural: Reg. 1257/1999), e às diversas reflexões da própria Comissão, o tema do desenvolvimento rural começa a ganhar importância no seio da UE (Galvão, 2010: 967).

A introdução de medidas agro-ambientais, na primeira destas reformas, em 1992, com o intuito de minimizar e corrigir as externalidades ambientais negativas de origem agrícola, embora seja importante, acaba por estar subordinada, no entender de

³⁰ A autora salienta que, apesar das mudanças no discurso em relação às áreas rurais, os apoios orçamentais para atingir os objectivos propostos continuaram pouco significativos (Carneiro, 2004: 5).

³¹ Embora tivesse sido reconhecida como o novo modo de encarar a actividade agrícola, na verdade, como refere a autora (Carneiro, 2004: 7), não foram feitas propostas concretas a favor da diversificação económica, tão urgente em contexto de cada vez menor importância económica da agricultura.

³² PIC – Programa de Iniciativa Comunitária (Comissão Europeia).

Rodrigo (2001b: 13), aos interesses da PAC, fundamentalmente porque ocorreu num contexto histórico marcado pela necessidade de reduzir os excedentes agrícolas e consequentes encargos financeiros daí provenientes, e de satisfazer os compromissos acordados no âmbito do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) (ver Caleiras, 2001: 4; Carvalho, 1998: 211).

Na prática, como releva Carneiro (2004: 8), apesar das mudanças introduzidas pela reforma da PAC de 1992, a redução dos custos orçamentais não foi alcançada, continuando a ter grandes despesas com os produtos excedentários, o que dificultou a libertação de verbas para programas de desenvolvimento rural e para os programas agro-ambientais.

Ressalte-se também, em 1992, outros regulamentos que, a par dos anteriormente referidos de carácter agro-ambiental (Reg. (CEE) 2078/92), indicam alguma mudança na percepção da importância do desenvolvimento rural: o do reordenamento socioestrutural (Reg. (CEE) 2079/92) e agro-florestal (Reg. (CEE) 2080/92), o da protecção das indicações geográficas e denominação de origem (Reg. (CEE) 2081/92) e o referente aos certificados de especificidade de produtos agrícolas e dos géneros alimentícios (Reg. (CEE) 2082/92) (Barros, 2003: 25-26, 67).

Ainda no âmbito de uma necessária reflexão sobre o futuro da PAC, a **Conferência de Cork**, em 1996, mobilizou peritos independentes e Estados-Membros para reflectir sobre esta realidade. Percebeu-se, então, que o desenvolvimento integrado das zonas rurais europeias não se podia basear numa política de preços e de mercados e numa política estrutural algo deficitária (Carneiro, 2004: 10; Galvão, 2010: 968).

No relatório desta conferência apresenta-se uma nova reforma da política agrícola, onde se propunha uma estratégia de orientação de preços para o mercado, e defendia-se, pela primeira vez, uma abordagem integrada e multi-sectorial do desenvolvimento rural, indo ao encontro da valorização do potencial económico e da riqueza das zonas rurais (Carneiro, 2004: 10). Na declaração proveniente desta conferência, o desenvolvimento rural sustentável é visto como uma das prioridades da UE e deve tornar-se um princípio fundamental de qualquer política rural no futuro (Ponto 1 da *Declaração de Cork*³³, Covas, 1997: 33).

³³ O desenvolvimento rural deve ter como objectivos (a) inverter o processo de êxodo rural, (b) combater a pobreza, (c) estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, (d) responder ao crescente pedido de

Embora o debate que saíra da *Conferência de Cork* apontasse para uma melhor integração do desenvolvimento rural nas políticas europeias, segundo Carneiro (2004: 10) poucas foram as recomendações feitas na declaração daí resultante que foram contempladas no Regulamento 1257/1999, sendo que *Cork* não teve qualquer impacto político especial, nem sequer representou o impulso que se pretendia na formulação futura da PAC.

O ano de 1999 foi ainda marcado, segundo Barros (2003:27-28), pela coincidência de dois processos com relevância para o desenvolvimento rural: o encerramento das discussões em torno da *Agenda 2000*³⁴, relativos à reforma da PAC, e o estabelecimento das regras e envelopes financeiros relativos ao período de 2000-2006 (III Quadro Comunitário de Apoio). A alteração mais relevante, no entender deste autor, residuiu na assunção do Desenvolvimento Rural como vertente fundamental da política agrícola, passando a incluir as medidas destinadas à reestruturação e modernização da agricultura (ver Cavaco, 2004: 101).

Carneiro (2004: 11) acrescenta a estas alterações o esforço feito pela simplificação da legislação comunitária, que constituiu um único regulamento para o desenvolvimento rural (Reg. 1257/99), que passou a englobar todos os outros que antes existiam. De acordo com esta autora, este regulamento fez do desenvolvimento rural o “segundo pilar” da PAC, a partir de uma política integrada de desenvolvimento rural sustentável, mediante um único instrumento que assegurasse uma melhor coerência com a política de preços e dos mercados da PAC e promovesse a competitividade das explorações agrícolas e a diversificação dentro e fora das explorações.

No âmbito da preparação do actual Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013), o supra referido regulamento é revogado pelo Reg. 1698/2005, que diz respeito ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), desta feita como parte integrante da PAC (Galvão, 2010: 969).

mais qualidade, saúde, segurança e desenvolvimento pessoal e lazer, e (e) melhorar o bem-estar das populações rurais (Ponto 1 da *Declaração de Cork*, Covas, 1997: 33).

³⁴ Neste documento assume-se como os três desafios mais prementes da UE: (1) a modernização do modelo agrícola, (2) a redução das assimetrias regionais e (3) honrar as prioridades contando apenas com aumentos orçamentais moderados até 2006 (CE, 2000: 4-5). Também se reconhece que as políticas para o mundo rural têm de acompanhar as mudanças de que têm sido alvo estas áreas, a começar pela PAC (CE, 2000: 6). Em análise feita à *Agenda 2000*, Carneiro (2004: 10-13) critica este texto porque, em relação a uma Política de Desenvolvimento Rural, privilegia em demasia o sector agrícola. Sobre a *Agenda 2000* ver Lourenço (2001: 7).

2.1.2. O Desenvolvimento Rural em Portugal

Como se pode perceber pelo que anteriormente foi referido, o desenvolvimento rural em Portugal foi, como não poderia deixar de ser, altamente dependente e condicionado pela evolução e oscilações desta temática a nível comunitário.

Segundo Carneiro (2004: 15), a partir das supramencionadas Reformas Estruturais de 1988, cada Estado-Membro deveria proceder à elaboração de um Plano de Desenvolvimento, onde seriam estabelecidas as prioridades de desenvolvimento para cada país e para cada região. A partir do documento *Grandes Opções do Plano para o período de 1989-1992*, elaborou-se, em Portugal, o Plano de Desenvolvimento Regional – PDR (1989-1993), documento que viria a servir de base à negociação dos Fundos Estruturais a conceder a Portugal (I Quadro Comunitário de Apoio).

Ainda segundo a autora (Carneiro, 2004: 16), o desenvolvimento rural parece adquirir alguma importância na estratégia governamental, sendo contemplado, juntamente com a competitividade da agricultura, no eixo 4 do Objectivo 1 (Promoção da Competitividade da Agricultura e Desenvolvimento Rural), e, em combinação com o eixo 6 (Desenvolvimento das Potencialidades das Regiões e Desenvolvimento Local), deveriam ser capazes de criar actividades não agrícolas e, deste modo, oferecer alternativas em matéria de rendimentos e readaptar a formação profissional às necessidades das novas actividades implementadas.

Contudo, a dotação orçamental para o desenvolvimento rural, no contexto da dotação total do eixo 4, apenas contemplava 4% do seu total, permitindo concluir que, ao contrário do que se supunha, o desenvolvimento rural não se constituía como um objectivo estratégico deste Quadro Comunitário de Apoio – QCA (Carneiro, 2004: 17; Galvão, 2010: 968).

Relativamente ao PDR 1994/1999, do qual surge o II QCA, a mesma autora (Carneiro, 2004: 17-20) salienta que os fundos mais directamente relacionados ao desenvolvimento rural, através do Programa Operacional da Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), além das dificuldades estruturais e administrativas com que o Programa se deparou, os fundos foram secundarizados. Ainda assim, este programa, direccionado para as zonas mais deprimidas, juntamente com o LEADER e INTERREG, anunciaram uma mudança de discurso.

A partir de 1995, o discurso português fazia crer uma séria inclusão do desenvolvimento rural nos eixos estratégicos do III QCA, bem como na estratégia governamental. São disso testemunho os Eixo 2 (Programa **AGRO**) e o Eixo 4 (Medida **AGRIS**). Acompanham estes dois instrumentos o Plano de Desenvolvimento Rural – **RURIS** e a Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural – **LEADER +** (Carneiro, 2004: 21; Cristóvão e Miranda, 2005: 34-36; Fonseca e Ramos, 2008: 2; Carneiro, 2010: 702-702; Galvão, 2010: 969).

No que concerne ao Programa **AGRO**, Carneiro (2004: 23-24) destaca que, apesar de este Programa ter como principal objectivo promover a aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva, e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, dá bastante mais atenção às actividades agro-florestais do que às restantes actividades desenvolvidas em meio rural.

Também a Medida **AGRIS**, segundo a mesma autora, embora dê mais atenção aos outros sectores de actividade e a outras áreas de intervenção em meio rural, continua a valorizar em maior número acções dirigidas para a agricultura e silvicultura (Carneiro, 2004: 25).

A propósito do **RURIS**, Carneiro (2004: 22-23) salienta que se, por um lado, este Programa era constituído pelas antigas medidas de acompanhamento da PAC (Reforma Antecipada; Indemnizações compensatórias; Medidas Agro-ambientais e Apoio à florestação), por outro lado, não se podia esperar muitos impactos nos espaços rurais, cada vez mais necessitados de acções mais abrangentes e que não se refiram apenas ao sector primário (ver Barros, 2003: 30-35).

Os beneficiários do **RURIS**, diz a autora, são basicamente os agricultores ou associações de agricultores, os produtores florestais e criadores de gado, não se aplicando às populações que não trabalhem no sector agro-florestal (grande parte da população residente nos espaços rurais portugueses) (Carneiro, 2004: 23).

O **LEADER +** (período 2000-2006), no encalço dos anteriores **LEADER I** e **LEADER II**, ao pretender continuar a incentivar e apoiar os agentes rurais a reflectir sobre os respectivos territórios e aplicar estratégias originais de desenvolvimento sustentável e de qualidade, centradas em novas formas de valorização do património natural e cultural, de reforço do ambiente económico (Barros, 2003: 35-36; 53-54; 56-58), é o eco mais directo das mudanças do discurso europeu sobre o desenvolvimento

rural (Carneiro, 2004: 26; Henriques, 2010: 735). Um discurso que começa a incidir em políticas e intervenções territorializadas³⁵ (Cristóvão e Miranda, 2005: 34).

Ao pretender experimentar novas abordagens locais, inovadoras e demonstrativas, baseando-se numa concepção integrada e endógena do desenvolvimento das áreas rurais, a abordagem LEADER foi a que mais sucesso teve no contexto das políticas europeias para o desenvolvimento rural (Carneiro, 2004: 26-27; Henriques, 2001: 3-6; Henriques, 2010: 736).

No entanto, são várias as limitações apontadas a este Programa. Por um lado, a não inclusão dos mais débeis e marginalizados no processo de desenvolvimento (Henriques, 2010), por outro lado, segundo Jordão (2010: 753) a perda das suas principais características fundamentais, como a noção do “bottom up”, a abordagem territorial, a autonomia financeira, mantendo apenas uma caricatura de GAL, transformados em braços da Administração. Também Carneiro (2010: 704) se interroga acerca do pouco eco que o esforço dispendido em mais de 15 anos deste Programa teve nas políticas nacionais, fazendo com que as áreas rurais continuem a depender dos fundos europeus (nem sempre garantidos).

Na actualidade (período 2007-2013), o Desenvolvimento Rural tal como o LEADER, que deixou de ser uma iniciativa comunitária, estão incluídos na PAC, financiado pelo FEADER (Batista e Figueiredo, 2010: 674-680).

Segundo estes autores (Batista e Figueiredo, 2010: 674) o desenho da estratégia de desenvolvimento rural nacional tem vindo a seguir, à risca, a estratégia definida a nível europeu, que não é mais do que a evolução da PAC³⁶, sendo que a política agrícola nacional se transformou, progressivamente, na política de desenvolvimento rural, com forte dependência do investimento nacional e dos fundos comunitários (Idem, 675; Carneiro, 2010: 696, 700, 704).

Esta dependência em relação às orientações europeias é clara, segundo os supracitados autores, no Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PDR), que se limita a uma tradução da documentação europeia. São disso exemplo os 4 eixos

³⁵ Segundo Cristóvão e Miranda (2005: 34) estas políticas e intervenções territorializadas partem da leitura e compreensão de um dado território e pensam o seu desenvolvimento de forma global e integrada, numa óptica de criação de sinergias entre sectores, de articulação entre o social, o cultural, o económico, o ambiental e o político, e das ligações local-global.

³⁶ Nem num caso nem no outro (Europa e Portugal) há aquilo que os autores denominam PARC – Política Agrícola Rural Comunitária), integrando nos seus objectivos o desenvolvimento rural dos espaços rurais europeus (Carneiro, 2010: 703).

estratégicos (3 objectivos mais o LEADER): (1) aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal (manutenção da política sectorial de apoio à agricultura); (2) melhoria do ambiente e da paisagem rural (necessidade de minimizar os impactes ambientais da actividade agrícola); (3) qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural (incorporação de novas actividades em meio rural, tanto a montante como a jusante da actividade agrícola), e (4) LEADER (orientações que procuram a responsabilização das populações locais (MADRP, 2006: 50-53; Domingos *et al*, 2006: 1-2; Batista e Figueiredo, 2010: 685).

Os mesmos autores (Batista e Figueiredo, 2010: 676), analisando a distribuição dos fundos pelos supramencionados eixos, salientam que a atenção dada ao primeiro eixo (45% do valor total do FEADER e 54% da verbas de comparticipação) não deixa margem para dúvida de que estamos perante a continuação de uma política centrada no sector agrícola e fortemente desligada das questões de desenvolvimento territorial, política que, inevitavelmente, perpetuará as desigualdades e dificultará a afirmação identitária dos espaços rurais, visto que não altera substancialmente a estratégia dos últimos anos, nem tem contribuído para combater a tendência de esvaziamento social do extenso território rural (Idem, 682-683).

No mesmo sentido, também Galvão (2010, 970) chama a atenção para o facto de a concretização desta estratégia ser particularmente crítica nas regiões mais frágeis, ameaçadas de despovoamento, economicamente deprimidas ou com fortes desvantagens naturais, sendo para isso necessário reforçar a coesão territorial e social, no sentido de repor a atractividade dessas regiões.

Depois de uma caracterização genérica dos instrumentos utilizados em Portugal onde o desenvolvimento rural surge com maior ou menor relevância, vamos, neste momento, traçar alguns pontos que nos parecem relevantes na discussão do desenvolvimento rural em Portugal.

O primeiro desses aspectos tem a ver com a realidade portuguesa e com as diferenças substanciais em relação aos outros países europeus.

Quando entrou na UE, em 1986, como releva Barros (2003: 39), Portugal possuía traços diferenciados em termos da União Europeia. Para este autor, Portugal era um dos países mais rurais; tinha uma elevada população agrícola; manifestava deficientes condições estruturais (em termos fundiários e naturais).

Como consequência destas razões e em resultado da política seguida, apresenta uma forte dependência alimentar e, por conseguinte, também não se encontra inserido nos grandes fluxos internacionais de exportação de produtos agrícolas. Portugal estava numa situação geográfica periférica e não possuía grandes recursos nem matérias-primas industriais ou fontes de energia fóssil (ver Carneiro, 2010: 696-698; Cavaco, 2004: 109; Tibério e Cristóvão, 2005: 17).

Com a entrada na UE e consequente submissão da Agricultura Portuguesa à PAC e a exposição aos mercados externos, Portugal consegue negociar algumas condições favoráveis à agricultura portuguesa, através do acesso a meios financeiros, que vinham ao encontro da superação do seu atraso estrutural³⁷. Todavia, por se basearem numa perspectiva produtivista, acabaram por se concentrar nas grandes propriedades, com incidência no sector cerealífero. Deste modo, a agricultura portuguesa perdeu importância como actividade económica nas áreas rurais (nos rendimentos, na ocupação do tempo laboral e na ocupação do solo) (Carneiro, 2010: 697-698; Guerreiro, 2001: 14).

A mesma ideia é corroborada por Guerreiro (2001: 7), quando salienta que Portugal, sendo um país periférico, se caracteriza pela debilidade das suas estruturas produtivas, que alia a uma fragilidade nos circuitos de comercialização e a uma reduzida mão-de-obra, sem formação adequada aos avanços biológicos e tecnológicos.

Também Celeiras (2001: 2), a este propósito, evidencia que quem fica mais vulnerável a estas mudanças, em que de um sistema de forte regulação estatal se passa para um sistema de mercado aberto quase desregulado, são os pequenos e médios produtores sem grande ligação ao mercado.

Se outros elementos se poderiam referir, como as dificuldades ligadas à inexistência de uma política ambiental, queremos salientar outros dois aspectos que nos parecem relevantes. Por um lado, a questão da ausência de uma Política de Desenvolvimento Rural portuguesa, colocada, claramente, por Carneiro (2010) e suas consequências para as áreas rurais. Por outro lado, queremos evidenciar as vantagens que as áreas rurais podem obter pelas especificidades destes espaços em Portugal,

³⁷ A autora refere-se ao Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), à luz do qual foram realizados importantes investimentos: a nível florestal, da irrigação, da electrificação, dos caminhos rurais e da formação profissional agrícola. O PEDAP constituiu-se, assim, um quadro diversificado de intervenções estruturais para o sector agrícola, com uma incidência particular na melhoria das infra-estruturas agrícolas e rurais.

podendo constituir vantagens comparativas em relação aos países do Norte (Lima, 2008; Tibério, Cristóvão e Abreu, 2008: 7).

Relativamente ao primeiro destes aspectos, Carneiro (2010), depois de fazer uma alargada reflexão sobre o desenvolvimento rural em Portugal, conclui que, se existe, por um lado, conhecimento e experiência (pelo recurso ao Programa LEADER e pela gestão de outros fundos), existe capacidade institucional (pela criação das ADL's), e existe também abertura por parte da UE para que os Estados Membros elaborem as suas próprias políticas de Desenvolvimento Rural (princípio da Subsidiariedade), não se percebe como não existe uma Política de Desenvolvimento Rural de enquadramento nacional (Carneiro, 2010: 704).

Relativamente ao segundo aspecto, muito se tem insistido e reflectido numa visão dicotómica de Portugal onde há marcadas diferenças entre o interior e o litoral, de que o livro Debates da Presidência da República *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior* (1998), entre outros, é uma evidência (ver Batista e Figueiredo, 2010: 665-667). Neste sentido, tanto a debilidade da agricultura portuguesa, como as próprias divisões internas e as consequentes e injustificadas assimetrias em nada foram favorecidas pela entrada de Portugal na UE.

Como anteriormente se referiu, em boa parte, as ajudas europeias para a agricultura, no contexto da PAC, acabaram por favorecer os grandes proprietários e conduzir ao abandono da actividade agrícola. Por outro lado, as sucessivas reflexões e mudanças, em contexto europeu, insistem na multifuncionalidade, na agricultura tradicional, extensiva e a tempo parcial, do mesmo modo que insistem na criação de alternativas ao actual estado de coisas, a prioridade da qualidade sobre a quantidade, as novas procuras por cultura, vivências, identidade, colocam Portugal com enormes vantagens comparativas em relação aos países do Norte, como refere Lima (2008).

Partindo dos problemas com que se confrontam os espaços rurais em Portugal, a par da tardia integração da agricultura portuguesa no modelo da PAC, a supracitada autora salienta que, entre outros, estes factores permitiram ao país manter uma relativa importância de práticas agrícolas tradicionais e ou extensivas e uma agricultura a tempo parcial e pluriactiva, dentro do actual contexto das políticas europeias de procura de uma agricultura sustentável.

Neste contexto, tanto a manutenção de uma agricultura tradicional e extensiva, quanto a multifuncionalidade da agricultura, constituem uma vantagem comparativa em relação a uma boa parte das agriculturas do Norte da Europa, assumindo-se como uma questão central para a implementação de um desenvolvimento rural sustentável em Portugal (Celeiras, 2001: 2; Barros, 2003: 47-48; Lima, 2008: 3-4; Filipe e Mascarenhas, 2010: 373).

2.2. Principais problemas associados ao mundo rural

Os problemas associados ao mundo rural são sobejamente conhecidos e referenciados pela bibliografia internacional e nacional. Faremos, em seguida, um apanhado geral dos mesmos.

Barros (2003: 59) salienta que os problemas que os espaços rurais enfrentam e os obstáculos que têm de ultrapassar não têm apenas causas naturais. Eles resultam, sobretudo, do modelo de desenvolvimento produtivista que se tornou dominante na segunda metade do século XX. Lourenço (2001: 10) acrescenta que esta marginalização tem sido, em boa parte, por influência directa de interesses exteriores ao mundo rural, urbanos ou comunitários (UE), tratados numa lógica de dependência (ver Almeida, 1998: 25; Batista e Figueiredo, 2010: 667).

Esta marginalidade dos espaços rurais face aos espaços centrais (urbanos, litorais, no caso português), normalmente pela confluência de vários factores, acentua-se pela displicência do poder central, como indica Ferrão (1998: 87), tornando-se territórios ao abandono, como salienta Marques (2004: 13; Cardoso, 2008: 8), ou pelas perversas relações de poder no interior do mundo rural (Covas, 2010: 15; Batista e Figueiredo, 2010: 672; Dinis, Panyik e Breda, 2010: 305).

A fuga para a cidade e as emigrações (êxodo rural) são outros dois factores que acentuam esta marginalidade (Almeida, 1998: 25; Cardoso, 2008: 1). Por um lado, porque provocam o despovoamento – a sangria de gente de que fala Ferrão (1998: 87), fazendo com que os recursos humanos activos dos espaços rurais abandonem estes espaços em busca de melhores condições de vida, de melhor emprego, melhor saúde, lazer (Proença, 1998: 217). Por outro lado, porque estimulou o abandono dos campos e a concentração das populações em algumas cidades de média dimensão, gerando um

círculo vicioso de marginalidade (geográfica/despovoamento/abandono dos campos/marginalidade social e económica), que conduziu ao agravamento das situações de subdesenvolvimento ressaltadas por Ferrão (1998: 87-88).

Ao despovoamento acresce o envelhecimento da população, a baixa qualificação, défice empresarial, desemprego, abandono agrícola, desagregação económica e social, encravamento geográfico, descaracterização ambiental, pobreza, solidão, movimento associativo incipiente, dependência excessiva face ao investimento e ao emprego públicos (Domingues, 1998: 69, 73; Ferrão, 1998: 90; Lourenço: 2001: 9; Almeida, 2004: 2-7; Carneiro, 2004: 19; Cardoso, 2001: 13; Fonseca e Ramos, 2008: 1); a insularização dos actores sociais, dos recursos, dos factores de identidade, tornando-se um território estreito – perda de capacidades (Reis, 1998: 77; Canário, 1998: 35); pouca capacidade relacional externa (Neto, 1998: 101), situações de défice institucional, relacional, demográfico, de formas de ocupação e de condições de valorização de mercado (Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 2-3; Carneiro, 2010: 698; Inácio, 2010: 393-394).

Um outro factor, consequência directa do despovoamento, é a desertificação resultante do abandono da actividade agrícola (Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 5; Cardoso, 2008: 1; Cavaco, 2004: 106), seja pela manifesta falta de mão-de-obra a trabalhar na agricultura e envelhecimento da que existe, seja pela fraca rentabilidade e competitividade (Lourenço, 2001: 8), em parte consequências das políticas europeias, que contemplam medidas como ajudas ao agricultor, reforma antecipada, mudança de terras agrícolas para florestais (Carneiro, 2004: 7), seja a ausência de uma verdadeira política de desenvolvimento rural que contemple mais do que o sector agro-florestal (Carneiro, 2004: 35), uma agricultura não competitiva e a devastação dos fogos florestais (Lima, 2008: 1).

Esta marginalidade e exclusão a que estão votados os espaços rurais (Ferrão, 1998: 87; Silva, 2010: 532), com o consequente declínio social e económico, marcou as últimas décadas, segundo Williams (2001: 235), e teve como consequência uma redução no fornecimento de serviços locais, de equipamentos e de oportunidades de trabalho, e estes, por consequência, resultaram no difícil acesso daqueles que não têm meios próprios de locomoção automóvel. Este facto pode reforçar a exclusão social de certos grupos rurais, como os idosos, os grupos de baixo rendimento, os jovens e as mulheres e comprometer a sua qualidade de vida.

Ao mesmo tempo, a redução de equipamentos, de serviços locais e de oportunidades de emprego, combinados com a restrita oferta alternativa aos meios de locomoção privados, conduziram a um aumento das distâncias totais percorridas pela população rural. As consequências são o aumento do uso do automóvel particular, o aumento da distância percorrida e uma substancial redução na acessibilidade. Estas consequências são graves em termos de impactes ambientais e do consumo de energia e emissões e constituem uma perigosa ameaça ao desenvolvimento rural sustentável (Williams, 2001: 236).

Oliveira (1998: 93-97), reflectindo sobre as dificuldades por que passa o mundo rural, acentua outros problemas, que, em nosso entender, podem ajudar a olhar para o mundo rural numa óptica diferente. Por um lado, a constatação de que há sempre mais recursos do que se pode supor, havendo inclusive recursos que poderão dar resposta a nichos de mercado³⁸. Por outro lado, as dificuldades decorrentes da necessidade de conciliar uma perspectiva de longo-prazo com a de curto prazo. E por último, a necessidade de cooperação das entidades (públicas e privadas), o chamado trabalho em parceria, e as mais-valias do associativismo, que nem sempre são tidas em conta (Cardoso, 2001).

2.3. Desenvolvimento, competitividade e inovação em áreas rurais

Já foi salientado que o âmbito do desenvolvimento rural é ainda recente. Do mesmo modo, foi realçado que desenvolvimento rural, agricultura e ambiente estão intimamente ligados. Vimos que na UE estes três temas percorrem um caminho muito próximo, até que são tratados ao mesmo tempo. Vimos também que, de certo modo, a agricultura continua a manter a prioridade em relação ao ambiente e ao desenvolvimento rural. Para tal contribuiu o facto de, em contexto da PAC, a componente agrícola e florestal terem sido sobrevalorizadas em detrimento da componente ambiental e de desenvolvimento rural (Carneiro, 2004).

Nas diversas mudanças operadas no seio da PAC, entre outros aspectos, o modelo de desenvolvimento desenhado para as áreas rurais passa, em boa parte, pela

³⁸ A grande dificuldade, como diz, é que os habitantes locais raramente são capazes de discernir as potencialidades que a sua terra encerra (Oliveira, 1998: 94).

competitividade. Uma simples análise dos documentos, antes referenciados, demonstra que é mister das políticas europeias ter uma Europa mais competitiva, que se possa afirmar nos mercados globais, nos quais a concorrência feroz é uma realidade (Mosca, 2001: 1, 14), e as vantagens do mercado são tidas como absolutas (Lourenço, 2001: 6; Barros, 2003: 72).

Neste contexto, segundo Sousa (2010: 588), as novas estratégias de financiamento europeias e nacionais para os espaços rurais estão orientadas para a competitividade, na prática, porque todas as potencialidades do rural são mercantilizadas ou são publicitadas pela possibilidade da eficiência económica que pode advir da sua exploração mercantil.

Contudo, esta lógica de competitividade acaba por ter dois possíveis efeitos nefastos para as áreas rurais. Por um lado, ao promover lógicas de competitividade, que são válidas sobretudo para a grande escala económica, tornam-se um veículo para a dominação dos grupos detentores do capital. Por outro lado, ao regularem todas as actividades por bitolas homogéneas, transformam o informal e parte dos modos de produção característicos dos espaços rurais em práticas ilegais, fazendo desaparecer actividades que foram sendo centrais à sustentabilidade dos territórios rurais (Sousa, 2010: 591-592; Batista e Figueiredo, 2010: 672).

Este modelo de desenvolvimento, com aposta clara na competitividade, estende-se a todos os sectores, facto que se constata pela introdução de novas variáveis com alguma consensualidade nas estratégias dos mais diversos planos, como o ambiente, a paisagem, o património edificado e cultural (Sousa, 2010: 588). Como tal, não podia deixar de ser aplicado ao sector agro-florestal, preconizado pela PAC. É nesse sentido que vai o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural, onde se espera que a competitividade das fileiras agro-alimentares e florestas dê um substancial contributo para o desenvolvimento social e económico (GPPAA, 2005: 11).

Pelo que em itens precedentes foi referido, durante muito tempo, a competitividade da agricultura não só não foi lograda em consonância com as devidas preocupações ambientais, como ocorreu com fortes subvenções aos agricultores europeus no sentido de serem internacionalmente competitivos, deixando o mundo rural numa situação de dependência (e abandono) em relação a outros espaços territoriais (Catarino, 1998: 179).

De resto, importa reflectir sobre que desenvolvimento, competitividade e inovação que se quer para as áreas rurais. Neste sentido, percebe-se que não pode ser baseada unicamente no baixo preço, nem em lógicas diametralmente opostas àquelas que caracterizam a economia rural de pequena escala (Sousa, 2010: 590; Sachs, 2004: 145). Segundo Barros (2003: 84-85), a competitividade que mais interessa ao país deve incidir pela qualidade do produto, pelo produto diferenciado que coloque localmente maior valor acrescentado na cadeia do produto (Almeida, 1998: 28; Capucho e Francisco, 2010: 239; Dinis, Payik e Breda, 2010: 203).

No enalço destas ideias, Natário, Braga e Rei (2010: 115) evidenciam que esta lógica da competitividade não pode ser somente para a agricultura, no sentido de a tornar mais competitiva, mas terá de ser uma lógica de competitividade das áreas rurais, através da valorização dos recursos locais, exploração de novos recursos e da rentabilização de recursos e potencialidades normalmente não consideradas (ver Inácio, 2010: 394; Cristóvão e Miranda, 2005: 31).

A competitividade não tem de ser o único objectivo de todas as políticas, nem pode ser, em si mesma, o objectivo primordial do desenvolvimento. O desenvolvimento passa pela satisfação das necessidades das pessoas, em termos de identidade positiva, trabalho e rendimentos, saúde, educação, autonomia, oportunidades de lazer e realização pessoal, protecção social, entre outros aspectos (Capucha e Guerreiro, 1998: 150-151; Cavaco, 2004: 99).

A competitividade pode, ainda, ter outros significados, implicações, dimensões, desvantagens e oportunidades, como é referido por Farrel (1999, 2000, 2001; Cristóvão e Miranda, 2005: 31-32). Contudo, em nosso entender, a competitividade pode favorecer o egoísmo, a exclusão e a marginalização. Na verdade, é uma espada de dois gumes. Se por um lado, num mundo globalizado não se pode ser senão competitivo, por outro lado, a competitividade reforça o papel dos fortes, dos que detêm o capital, o poder, por conseguinte, pode ser privilégio apenas de uma pequena parte e excluir a maioria – pessoas, recursos e territórios (Cavaco, 2004: 105; Rattner, 2001; Cristóvão e Miranda, 2005: 29-34).

Se não se pode fugir ao ser-se competitivo, que competitividade interessa para as áreas rurais, especialmente para a região de estudo, o Alto Douro Vinhateiro? Embora a resposta a esta questão possa assumir várias formas, queremos destacar três aspectos.

Um primeiro tem a ver com a resposta à questão «para quê ser-se competitivo?». A competitividade, como antes se referiu, não tem de excluir os mais fracos ou os não competitivos, tem de ser inclusiva. Neste sentido, há toda uma reflexão a ser feita a montante, no sentido de saber o que se pretende ao ser-se competitivo (sobre a competitividade no ADV ver Pessoa, 2008).

Sachs, (1993: 49; 2004: 145) chama a atenção para o facto de que não se poder confiar na competitividade “enganosa” (autodestrutiva) e espúria, que assenta nos baixos salários, ausência de protecção social, longas jornadas de trabalho, sonegação de impostos e condições insalubres de trabalho. Esta deve ser evitada a todo o custo. A que interessa, refere, baseia-se em vantagens comparativas dinâmicas, obtidas através de excelentes conhecimentos, habilidades e tecnologia, mas também no uso adequado dos recursos naturais e ambientais, por meio de métodos intensivos em conhecimento (Sachs, 1993: 50).

A propósito da competitividade das áreas rurais, Farrel (2001: 15) refere que há 4 dimensões a considerar: (1) o posicionamento dos territórios rurais face aos territórios abertos pela globalização; (2) o relacionamento com outros territórios através de solidariedade e transferência; (3) o diálogo com outros níveis em busca de soluções políticas adaptadas às zonas rurais, e (4) a afirmação de especificidades dos seus territórios e de capacidades de resposta aos problemas que se colocam ao nível global (ver Cristóvão e Miranda, 2005: 31-32).

Sem descurar os quatro aspectos, é o último deles que merece um pouco mais de atenção, porque se relaciona directamente com o que se pretende ressaltar. Neves, Magalhães e Relvas (2001) colocam a questão do seguinte modo: os territórios rurais têm potencialidades e recursos; esses recursos são, cada vez mais, objecto de crescente procura. Deste modo, as áreas rurais têm de valorizar o melhor que têm de si mesmas e oferecer esse melhor a quem as procura. Neste sentido, falam de um produto turístico composto pelo património natural, histórico-arquitectónico e cultural, tendo como elemento de ligação o turismo (Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 3-6), que Covas (2010: 12) denomina de produtos compósitos.

Neste contexto, vários autores preconizam que a competitividade das áreas rurais terá a sua base em três elementos também denominados de “triângulo virtuoso” do

desenvolvimento rural sustentável: agricultura, ambiente e turismo (Covas, 2008: 53; Filipe e Mascarenhas, 2010: 373; Melides, Medeiros e Cristóvão, 2010: 463).

Ainda assim, é necessário recordar que a competitividade não é somente resultado dos recursos endógenos de um dado território e da sua eventual potenciação por parte do turismo, como é referido por Pessoa (2008: 63)³⁹. O empreendedorismo e a pertença a redes internacionais são elementos que este autor ressalta para o ADV.

Um segundo aspecto que se impõe é o modo de organização do espaço rural. Na verdade, a competitividade pode, em nosso entender, ser geradora de individualismos exacerbados e é-o frequentemente. Neste sentido, advoga-se o associativismo, muito à semelhança do antigo comunitarismo que se praticava nas comunidades rurais, como parte da possível solução para responder às exigências de um mundo globalizado, por um lado, e, por outro, como elemento de protecção para as próprias comunidades rurais (proteger a identidade, protecção social e contra a exclusão) (ver Pina, 2009: 415, 2010: 38).

A inovação é um outro elemento fundamental para o desenvolvimento rural. Embora com uma relação muito directa com a competitividade, em nosso entender, a inovação transcende-a e abrange todos os aspectos da vida nos espaços rurais (e noutros espaços também) (Covas, 2010: 17). Desde as relações comunitárias e organizacionais, passando pelos aspectos ambientais, económicos, espaciais e técnicos, todos são permeados pela inovação, mesmo que o fim último não seja o acesso ou a competição no mercado global.

2.4. Coesão social, económica e territorial em áreas rurais

Estando perante um território complexo, onde se conjugam forças globais de sentidos contrários e políticas regionais e nacionais com objectivos e medidas de acção específicas (Cavaco, 2004: 100), o mundo rural é palco de enormes mudanças: de paradigma, de actores, de influências e riscos, de novas procuras e ofertas, de relações, de estratégias (Natário, Braga e Rei, 2010: 115).

³⁹ Na região do Douro, segundo Inácio (2010: 397), o vinho, que constitui o seu pulmão, pode beneficiar imenso com o turismo, já que este pode imprimir-lhe maior visibilidade e competitividade.

Na origem destas mudanças está uma variedade de razões e acontecimentos, entre os quais se apontam os processos de industrialização, de urbanização e a globalização e integração dos países, o que tem tido repercussões positivas e negativas ao nível do desenvolvimento económico e social (Natário, Braga e Rei, 2010: 112). Os problemas que enfrenta o mundo rural, já referidos e salientados por estes autores, reflectem-se no enfraquecimento da coesão territorial, nomeadamente pelo declínio e idade avançada da população e pelo seu distanciamento face aos mercados e serviços.

A Agricultura biológica é, assim, apresentada como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo interromper o ciclo de declínio a que estas regiões estão votadas e reter os recursos humanos que podem abandonar as áreas rurais (ver Tisdell, 2007). Segundo Natário, Braga e Rei (2010: 116, 126), ela é um factor de coesão territorial, do mesmo modo que pode ser uma alavanca para o desenvolvimento do país e para a valorização do meio rural nacional.

Defendem os autores uma abordagem de desenvolvimento endógeno (de base territorial)⁴⁰, onde o território surge como uma estratégia activa e interactiva, como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspectos sociais, culturais, técnicos e económicos, assim como a participação activa de toda a população, além de ser um modelo eficiente e sustentável de produção de alimentos (Natário, Braga e Rei, 2010: 113, 126; Vallina, 2002: 50; Cristóvão e Miranda, 2005: 32; Todt e Kastenholz, 2010; Capucho e Francisco, 2010: 232, 240; Carneiro, 2010: 701).

Muito embora este ciclo de declínio esteja a ser interrompido, com áreas rurais a crescer em emprego e população, um pouco por toda a Europa (Terluim, Strijker e Munch, 2010: 309), a verdade é que em Portugal as áreas rurais estão ainda marcadas pela interioridade, com baixa vitalidade, a afastar-se do litoral mais desenvolvido e dinâmico, a perder população, a esvaziar-se de oportunidades (Almeida, 1998: 24; Batista e Figueiredo, 2010: 665), a ver comprometida a sua coesão social, mas também a coesão territorial com uma acentuada litoralização, incompreensível num país tão pequeno (Matos, 1998: 223; Domingues, 1998: 72-73; Silva, 2010: 534), cheio de contradições e assimetrias (Veloso, 1998: 143).

⁴⁰ Como referem Cristóvão e Miranda (2005: 32), um desenvolvimento centrado nas pessoas e nos territórios locais, que se designa também por comunitário, endógeno, local ou participativo.

Contudo, com as mudanças na paisagem, dos actores em presença, das actividades, do surgimento de novos visitantes, de novas redes de negócio e de serviços, enfim, de novas oportunidades em territórios, que há bem pouco tempo estavam ou pareciam abandonados ou mal cuidados, como salientam Natário, Braga e Rei (2010: 113), vislumbram-se novas oportunidades de lazer, de turismo, de artes, de saúde, de um território renovado.

Portanto, se, por um lado, os problemas pelos quais atravessam as áreas rurais expressam uma manifesta debilidade na coesão social e económica, com consequências negativas também para a coesão territorial (Silva 2010), por outro lado, começa a evidenciar-se que as áreas rurais, em geral, possuem enormes potencialidades que lhes permitem superar estas debilidades e torná-las em oportunidades (Partidário, 1998; Canário, 1998; Barros, 2003; Natário, Braga e Rei, 2010; Carneiro, 2010: 701), a partir de novas funções que a sociedade lhes atribui (Lima, 2008; Oliveira, d'Abreu e Santos, 2008), sob a égide de novos valores, novos actores, novos envolvimento, novas paisagens, novas funcionalidades, novas redes de negócio e de serviços, novas oportunidades (Canário, 1998; Lourenço, 2001; Natário, Braga e Rei, 2010).

Entre estes factores, assume particular relevância o turismo nas suas diversas formas e com os mais variados impactes (Aguar *et al*, 2000a: 114; Mesquita, 2006; Silva, Kastenholtz e Abrantes, 2010: 547-548; Kastenholtz, 2010: 425; Castillo e Flores, 2010: 255-256), os produtos endógenos e de qualidade (Partidário, 1998; Lopes, 1998; Neto, 1998; Barros, 2003; Lima, 2008), a multifuncionalidade e a diversificação económica (Sampaio, 2008; Jesus, Kastenholtz e Figueiredo, 2010: 408), as inovações sociais e organizacionais, mas também a resposta positiva que o mundo rural está a dar a questões como a segurança alimentar (Covas, 2010: 10; Natário, Braga e Rei, 2010: 116), a maior disponibilidade de tempo e mais recursos financeiros disponíveis para o lazer, a mundialização da economia, novas procuras, que valorizam a identidade, a cultura, a proximidade, a solidariedade, valores perdidos noutros espaços, entre outros aspectos.

A este ressurgimento, como resposta às supra referenciadas debilidades, não é alheio o conceito de DS que, na sua tripla dimensão⁴¹, persegue o progresso económico, a coesão social e a protecção do ambiente (Kastenholtz, 2010: 424; ver Castro e Martins,

⁴¹ Neste momento referimo-nos somente a três dimensões do desenvolvimento sustentável, embora no capítulo seguinte sejam abordadas outras dimensões.

2010: 264), ou a abordagem territorial (que privilegia a dinâmica própria de cada território: recursos endógenos e fomento da interdependência), referida por Natário, Braga e Rei (2010: 113, 116) e por Sampaio (2008: 3, 6), quando assinala que os vários territórios deverão mobilizar os seus recursos humanos e naturais no sentido da integração territorial e melhoria das condições de vida e bem-estar da populações e das suas capacidades para determinar o futuro.

Neste contexto, segundo Natário, Braga e Rei (2010: 114), as estratégias de desenvolvimento económico e social, que devem ser promovidas no mundo rural têm de assegurar resultados aos níveis da coesão e competitividade, criar condições para evitar o declínio económico e social e incentivar investimentos e iniciativas geradores de desenvolvimento económico e criar factores de competitividade, onde o património (e o turismo), no entender de Capucho e Francisco (2010: 239), pode constituir um recurso de excelência para a diferenciação competitiva.

2.5. Desafios e estratégias para o mundo rural

Depois do que antes foi referido sobre o mundo rural, entende-se que é necessária uma clara estratégia para estes espaços, envolvendo os actores locais e considerando estes espaços como um todo, segundo as suas características próprias e qualidades endógenas.

Olhando para o espaço rural português, percebe-se que não é mais possível traçar uma estratégia sem a colaboração dos actores locais, por isso mesmo, a sua participação e o envolvimento em todo o processo de desenvolvimento é crucial e estratégico (Fonseca e Ramos, 2008: 8; Maxwell, Urey e Ashley, 2001: 4; Cristóvão e Miranda, 2005: 32, 37-40; Natário, Braga e Rei, 2010: 113).

A participação das populações locais na definição / acompanhamento do processo de desenvolvimento é há muito referenciada, e, portanto, uma imperiosa necessidade no espaço rural, uma vez que qualquer abordagem em torno do desenvolvimento terá de assumir os agentes locais como protagonistas e parceiros activos desse desenvolvimento, a partir da construção de uma visão positiva sobre as

suas potencialidades⁴² (Cardoso, 2001; Canário, 1998: 35; Ferrão, 1998: 90-91; Capucha e Guerreiro, 1998: 153, 159; Guibentif, 1998: 168; Proença, 1998: 221; Matos, 1998: 225; Guerreiro, 1998: 229; Rodrigo, 2001: 18; Barros, 2003: 14, 55-56; Carneiro, 2004: 14; Cristóvão e Miranda, 2005: 40; Oliveira, d'Abreu e Santos, 2008: 14; Henriques, 2010: 735-736; Capucho e Francisco, 2010: 240).

É nossa convicção que a participação não pode ser reduzida ao dia da votação (Democracia Representativa) ou à consulta pública obrigatória dos diversos Planos de Ordenamento do Território, como é o caso português (ela tem de ser também directa – Democracia Directa) (ver Cristóvão e Miranda, 2005: 38)⁴³. A participação tem um vasto campo de actuação com enorme potencial e é uma condição para a implementação do DS. Quanto mais não seja, como refere Ferrão (1998: 89), porque as pessoas, as instituições e as organizações têm de estar no centro do debate, já que são elas que estimulam, constroem ou impedem o desenvolvimento.

Henriques (2010: 737) reflectindo sobre novas formas de governação para o período de 2007-2013, refere-se ao amplo consenso relativamente à participação dos agentes destinatários das políticas na construção de processos de planeamento do desenvolvimento local, por preocupações democráticas ou por razões de maior eficácia e efectividade nos processos de gestão local.

Neste contexto, mesmo que a participação, na actualidade, seja parte integrante no discurso das lideranças políticas e sociais, importa estar atento a estas motivações de ampliação da participação. Por um lado, importa saber se este facto aponta para uma maior autonomia das pessoas e grupos locais, ou se, por outro lado, aponta para a manutenção de práticas de dominação política e económica (Cristóvão e Miranda, 2005: 39; Sousa, 2010: 591).

Com importante relevância na governação local, a participação, segundo a autora (Henriques, 2010: 740), tem de ser aberta a todos os grupos, mesmo os mais desfavorecidos e débeis, no sentido da inclusão de todos os actores, aproveitando o saber-fazer, o conhecimento detalhado da realidade e a vontade de agir dos actores sociais locais. Em sua opinião, sem o envolvimento destes grupos mais necessitados e

⁴² A grande dificuldade, como salienta Oliveira (1998: 94), é que os habitantes locais raramente são capazes de discernir as potencialidades que a sua terra encerra.

⁴³ A este propósito, Cristóvão e Miranda (2005: 38), citando Santos e Avritzer, referem-se a uma democracia de baixa intensidade, essencialmente representativa e fortemente limitadora da participação dos cidadãos.

desorganizados, o desenvolvimento local tenderá a reproduzir, em grande medida, as assimetrias de poder e de exclusão dos modelos de “descendentes”. Por conseguinte, tem de ser feito um esforço de integração dos mais débeis, que não estão representados, por exemplo, nas ADL, nem são incluídos no LEADER, esforço esse que pode começar por uma descriminação positiva destes grupos.

Posteriormente, Henriques (2010: 741) chama a atenção para um aspecto que nos parece relevante. É que, perante a ausência de métodos adequados que quantifiquem a participação social e de resultados efectivos que motivem as pessoas a envolver-se de forma contínua em processos participativos, fica fácil justificar o desinteresse dessas populações pela participação (ou pela sua inexistência). Deste modo, não se aprofunda a aprendizagem em metodologias participativas com o argumento do desinteresse das pessoas e dos grupos sociais.

É necessário, pois, criar espaços de diálogo e concertação, de partilha, cooperação e transparência, enfim, espaços de governação, como os Fóruns de Desenvolvimento Rural, onde as ADL e o Programa LEADER podem ter um papel de destaque, no sentido de favorecer e apoiar estas iniciativas (Henriques, 2010: 742-743).

Acompanha a participação a ideia de que a visão do desenvolvimento deve ser “ascendente” (*bottom up*) ou de desenvolvimento endógeno – abordagem que, como já foi salientado, perpassa o Programa LEADER (Henriques, 2010: 736; Natário, Braga e Rei, 2010: 113). Trata-se, pois, de um planeamento participativo, partindo das partes interessadas para delinear estratégias e objectivos para as áreas rurais. No entanto, no entender de Barros (2003:57), embora necessária e prioritária, não é suficiente (ver Fonseca e Ramos, 2008: 13⁴⁴).

A par da participação, certamente antecedendo-a, há a considerar que o espaço rural, não sendo um espaço homogéneo, tem de ser visto como um todo. Efectivamente, Carneiro (2004: 1), reflectindo sobre o rural em Portugal, salienta que uma das principais consequências das profundas mudanças operadas nos espaços rurais europeus (e portugueses) foi o surgimento de uma forte heterogeneidade destes espaços, que, em sua opinião, reclama políticas de desenvolvimento diferenciadoras, que respeitem as potencialidades e as dificuldades de cada território e considerem a diversidade existente

⁴⁴ Estes autores, reflectindo sobre Almeida, um concelho rural (*área rural recuada ou periférica*), põem em evidência que a abordagem de “*baixo para cima*”, sendo prioritária, não é suficiente. No caso de Almeida, deve ser articulada com as demais políticas sectoriais e por uma solidariedade institucional (Fonseca e Ramos, 2008: 13).

entre Estados e mesmo as existentes dentro do mesmo Estado (ver Ferrão, 1998: 89; Ferreira, 1998: 189; Albino, 1998; Carneiro, 2010: 699, 701; Maxwell, Urey e Ashley, 2001: 2; Henriques, 2010: 735). Contudo, esta heterogeneidade não significa que o espaço rural tenha de ser visto espartilhado, mas na globalidade dos seus problemas e potencialidades.

Uma outra questão, em parte, decorrente desta heterogeneidade do espaço rural, que reclama políticas diferenciadas, prende-se com o centralismo das políticas públicas de desenvolvimento rural, em Portugal, ora na sequência das obrigações decorrentes da UE, ora por imposição do Governo Central, que deixa pouca margem de manobra para as populações locais decidirem o melhor modo de resolverem os seus problemas e gerir as suas expectativas (Lourenço, 2001: 13; Canário, 1998: 38; Matos, 1998: 223; Jordão, 2010: 750, 752).

É apanágio da UE o princípio da Subsidiariedade, que deixa margem de manobra para os Estados-Membros poderem fundar uma política autónoma de desenvolvimento rural, mas se tal não acontece é por responsabilidade desses mesmos Estados (Covas, 1997: 15, 34)⁴⁵. Como refere Proença (1998: 221), uma política centrada apenas na Administração Central ou local, está condenada ao fracasso.

Neste mesmo sentido, Jordão (2010: 750-753), comparando as atitudes e práticas da administração da Irlanda, Grécia, Sérvia e Portugal face ao desenvolvimento rural, conclui que o mundo rural não constitui uma verdadeira prioridade para nenhum dos Governos destes países. No caso de Portugal, as políticas portuguesas limitam-se a seguir as políticas comunitárias, com uma forte orientação economicista, excepto quando presta algum serviço ou proporciona alguma complementaridade ao meio urbano (ver Sousa, 2010: 591).

Se o que se referiu nos parágrafos precedentes não deixa de ser verdade, segundo Batista e Figueiredo (2010: 673), também o não deixa de ser a importância das Políticas Públicas para a promoção do desenvolvimento das áreas rurais. Estes autores, partindo da ideia já referida dos conflitos que existem no mundo rural, pela confluência de interesses dos mais variados actores, nem sempre coincidentes e outras tantas vezes contraditórios e excludentes, salientam que resta aos espaços rurais, em última instância,

⁴⁵ A declaração de Cork, no quinto princípio, refere a subsidiariedade como um princípio importante que uma política de desenvolvimento rural tem de respeitar, devendo ser descentralizada tanto quanto possível, baseada na parceria, na cooperação e a todos os níveis, do local ao europeu (Covas, 1997: 34).

a política pública de desenvolvimento como elemento orientador na protecção e promoção do desenvolvimento. Mesmo que tal acção nem sempre aconteça nestes termos, este parece-nos um desafio a superar.

A multifuncionalidade, segundo Carvalho, Lucas, Henriques (2004: 9), é também um desafio que tem de enfrentar o espaço rural. Em seu entender, esse desafio reside na prossecução de uma óptima combinação entre as diversas funções, de modo a garantir que os espaços rurais se dinamizem, o que nem sempre é pacífico.

O turismo faz parte de uma recente estratégia para o mundo rural sustentável, emergindo nas últimas décadas como actividade de grande importância económica, social e ambiental, tanto em geral, como, em particular, para territórios rurais fragilizados, periféricos e marginalizados (Batista e Figueiredo, 2010: 670; Jesus, Kastenholz e Figueiredo, 2010: 406; Silva, 2010: 539).

Em simultâneo tanto nas instâncias comunitárias como nacionais⁴⁶, o turismo emerge como um elemento de charneira, surge como mais um elemento potenciador dos espaços rurais (Batouxas, 2001: 2, 4; Partidário, 1998: 66; Cavaco, 2004: 107; Cardoso, 2008: 27; Fonseca e Ramos, 2008: 2; Inácio, 2008;).

Por um lado, pode potenciar os recursos locais (endógenos) e contribuir para a sua preservação, manutenção e valorização (Todt e Kastenholz, 2010), embora, como refere Partidário (1998: 66), nem sempre o faça.

Por outro lado, pode criar novas oportunidades de negócio e, consequentemente, novas oportunidades de emprego, logo, também maior valor acrescentado local (ou regional), e pode, igualmente, também fomentar a criação de novas infra-estruturas, estimular a formação dos recursos humanos e o aumento da produção (Cardoso, 2001: 9; Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 5-6; Natário, Braga e Rei, 2010: 115; Dinis, Panyik e Breda, 2010: 306; Jesus, Kastenholz e Figueiredo, 2010: 409).

Pelo seu carácter aglutinador, o turismo é susceptível de fazer convergir políticas sectoriais que o podem transformar num campo de acção privilegiado para a concretização do ambiente sustentável (Cardoso, 2001: 9-10), fundamentalmente, se implementado e gerido de modo integrado (Kastenholz, 2010: 425). Esta é, aliás, uma das preocupações da União Europeia (nas estratégias de desenvolvimento sustentável)

⁴⁶ No Plano Estratégico Nacional para o Turismo – PENT (2007) e no Programa Nacional da Política Nacional de Ordenamento do Território – PNPOT (2007), Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural – PENDR (2007).

que encoraja e incentiva práticas ecológicas no sector do turismo, e vê nele um meio de garantir a coesão e a integração entre as várias regiões, especialmente as mais periféricas, antevendo uma possível revitalização destes espaços, quer melhorando os recursos culturais e naturais, quer reforçando as economias locais através de uma maior fonte de rendimento e da criação de oportunidades de emprego em vários sectores (ver Fonseca e Ramos, 2008: 4-5).

O Turismo é, assim, apontado como um importante factor de desenvolvimento das áreas rurais, como revitalizador e capitalizador de determinados recursos locais, ou como fixador, ainda que temporariamente, de população, ou quebrando o isolamento social, ou encorajando relações e identidades sócio-culturais e promovendo o consumo de produtos de qualidade. Pode também, segundo Kastenholtz (2010: 425), conduzir a um aumento da auto-estima, a uma valorização do território, das suas comunidades e do seu modo de vida, a uma quebra do isolamento e à criação de mecanismos de resiliência (ver Silva, Kastenholtz e Abrantes, 2010: 547)⁴⁷.

Contudo, não é a solução universal para resolver todos os problemas de subdesenvolvimento em que muitas das zonas rurais se encontram (Cardoso, 2001: 16; Neves, Magalhães e Relvas, 2001: 6; Fonseca e Ramos, 2008: 14; Eusébio e Kastenholtz, 2010: 334; Jesus, Kastenholtz e Figueiredo, 2010: 406-409), além de encerrar em si mesmo impactes positivos e outros nem sempre benéficos para as áreas rurais, como referem Silva, Kastenholtz e Abrantes (2010: 546; Castillo e Flores, 2010: 255; Kastenholtz, 2010: 426-427; Silva, Kastenholtz e Abrantes, 2010: 547-548, a respeito dos impactes sócio-culturais, económicos e ambientais do turismo)⁴⁸.

No contexto de que nem sempre o turismo traz só benefícios, Jesus, Kastenholtz e Figueiredo (2010: 409-410) chamam a atenção para o facto de os benefícios do turismo estarem dependentes de diversos factores, entre os quais os autores destacam os que têm a ver com o perfil dos promotores, motivos e estratégias seguidas, havendo uns que se preocupam com o desenvolvimento rural, outros que são apenas figurinos. Neste

⁴⁷ Mas pode também, se não bem planeado e gerido, implicar a degradação do património natural e cultural, o exceder da capacidade de carga, pode dar origem a uma ruptura das estruturas sociais, fazendo suscitar fenómenos como a prostituição, drogas, violência e crime, pode originar uma perda de tradições e costumes pelo efeito da aculturação e até provocar inflação pela excessiva dependência do turismo e da criação de negócios e emprego sazonais (Kastenholtz, 2010: 426).

⁴⁸ Neste contexto, Kastenholtz e Figueiredo (2010: 407) referem que a participação dos locais é um elemento crucial, no sentido de se conhecerem as percepções e atitudes dos residentes relativamente aos impactes positivos e negativos, dado que o sucesso do projecto turístico, sobretudo em meio rural, depende da população e suas tradições culturais (ver Kastenholtz, 2010: 422).

sentido, como é referido por Kastenholtz (2010: 427), o turismo tem suscitado um cepticismo crescente sobre o seu real potencial e justifica uma análise mais atenta sobre quais factores são capazes de induzir e potenciar o DS, a partir do turismo rural (ver Batista e Figueiredo, 2010: 671).

Ainda assim, mesmo não sendo a solução, não deixa de ser relevante. Aliás, o turismo é claramente uma aposta regional (região de estudo) (Inácio, 2010: 402). O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD) é disso testemunho, valorizando o turismo como uma actividade com potenciais ganhos para outras actividades e para impulsionar o desenvolvimento da região. O turismo assume-se, pois, como uma potencialidade e, ao mesmo tempo, um desafio (ver Inácio, 2008; Cardoso, 2008: 8; Fonseca e Ramos, 2008)⁴⁹.

Um outro factor que poderá desempenhar um papel de relevância é o associativismo, essencialmente porque pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento rural sustentável e uma importante componente estratégica desse desenvolvimento (Cardoso, 2001: 17; Cardoso, 2008: 8, 27; Covas, 2010: 14; Pina, 2010: 38).

Segundo Henriques (2001: 9), o mundo rural, especificamente o sector agrícola, está tradicionalmente organizado numa grande diversidade de formas associativas, com maior significância das cooperativas. Em seu entender, mesmo apesar dos problemas que têm vindo a atravessar, é inegável o contributo para a organização e defesa dos produtores agrícolas. Por isso mesmo, o seu papel não pode ser negligenciado.

Que fazer, então, se este modelo é incomportável, por tantas cooperativas com graves problemas financeiros (falência técnica)? Continuar a investir num modelo falido, reinventar esse modelo ou criar um novo modelo associativo? Esta, como se perceberá, é uma questão fulcral para a região de estudo, não só porque, sendo um espaço rural, a massa crítica é menor (mas não menos importante) e a população está envelhecida, mas também porque uma deficiente gestão tem levado a um descrédito dessas cooperativas (sobretudo Adegas Cooperativas) (Vilar e Silva, 2010: 210).

⁴⁹ Fonseca e Ramos (2008: 14), citando Cristóvão (1999), dão conta de alguns condicionalismos da actividade turística em espaço rural, que podem conduzir a um excessivo optimismo da ideia de que o turismo pode ser a panaceia que todos desejam para potenciar o desenvolvimento dos espaços rurais: (1) os elevados níveis de qualidade da oferta; (2) a sazonalidade da frequência; (3) a inexistência de recursos distintivos e de qualidade; (4) a falta de ligação do turismo à economia local. Estes condicionalismos conduziriam a ter uma certa prudência em relação ao excessivo optimismo (ver também Jesus, Kastenholtz e Figueiredo, 2010: 406).

Uma injeção de democracia e participação resolveria os problemas por que passam as cooperativas na região de estudo, como sugere Henriques (2001: 10)? Pelo menos poderia minimizá-los, se à injeção de democracia e participação se juntasse uma gestão profissional que, por interesses instalados e relações de poder, tarda em vir.

Para Henriques (2001: 2, 9) o novo modelo de associativismo terá de reunir pelo menos três características: (1) quebrar a dependência face ao Estado e às simples lógicas de integração; (2) exprimir os valores despertados na sociedade civil, (3) e reforçar e reinventar novas relações com o movimento cooperativo e o restante sector da economia social em meio rural. E, segundo Cardoso (2008: 8), tem de associar-se às actuais tendências de transformação de lazer e de procura turística e de valorização do património e da qualidade ambiental, que constituem uma oportunidade de desenvolvimento para as regiões mais desfavorecidas.

Entre os aspectos que quer referenciar estão, ainda, a cooperação, a inovação, a criatividade, a liderança e o trabalho em rede, aspectos que se entrecruzam e são constantes nos documentos comunitários (Carneiro, 2004; Covas, 1997: 34), além de constituírem peças importantes no contexto do DS.

A propósito da criatividade, reflectindo sobre a realidade portuguesa, Canário (1998: 38) salienta que é necessário aprender a escutar o interior, sobretudo porque, nos vários campos da vida social, económica e cultural, estas zonas constituem reservatórios de criatividade. Também Ferrão (1998: 90), a este respeito e no contexto dos obstáculos e fragilidade dos territórios rurais, se refere à criatividade colectiva como resultado da interacção dos actores (ver Sachs, 1993: 41; Covas, 1997: 34; Covas, 2010: 17).

A respeito da liderança, Lopes (1998: 55) salienta que se tem ignorado que o modelo adequado para uma dada região é tão-somente o que resultar da intersecção das prioridades nacionais com os anseios e desígnios locais, o que não tem acontecido por manifesta insuficiência na qualidade de liderança. A liderança será, em nosso entender, uma liderança para a sustentabilidade, como se mostrará no capítulo seguinte.

Por último, as vantagens da agricultura tradicional e ou extensiva e uma agricultura a tempo parcial e pluriactiva (Lima, 2008: 1; ver Tisdell, 2007) constituem um enorme desafio à política de desenvolvimento rural portuguesa na medida em que, se, por um lado, isso é factor de distinção das sociedades da Europa central e nórdica, permitindo que as externalidades negativas da PAC se sentissem de forma moderada

(Rodrigo, 2001a: 3), constituem, por outro lado, uma vantagem comparativa, dado que, segundo Lima (2008: 1, 4), tais práticas podem contribuir para evitar rupturas nos ainda existentes equilíbrios entre actividades agrícolas e ambiente rural e constituir uma componente de processo de diversificação económica das áreas rurais (ver Lourenço, 2001: 9; Cavaco, 2004: 109).

O trabalho em rede é, igualmente, crucial para o espaço rural. Covas (2010: 17) ressalta que o futuro do mundo rural passará, entre outras coisas, pela constituição de espaços em rede: de cidades, de parques e reservas, de associações, de empresas, de turismo em espaço rural, como palco por onde circularão os novos produtos do campo e do mundo rural, opinião que é corroborada por Pessoa (2008) e Kastenholz (2010: 426).

CAPÍTULO III

O Desenvolvimento Sustentável

*«Pessoas adormecidas vivem cada qual no seu próprio mundo;
Só as pessoas acordadas têm um mundo em comum.»*

Heraclito

*«O progresso, no sentido mais geral do termo, consegue-se
conquistando aquilo que tememos não ser capazes.»*

Anónimo

O tema sobre o qual incidirá este capítulo, e que se pretende dê luz a esta investigação, é o Desenvolvimento Sustentável (DS), sobretudo em duas importantes dimensões: apresentar o conceito, sua evolução e implicações; ir ao encontro do debate sobre os pressupostos e as dificuldades que a ele se ligam.

Como se entenderá, perscrutar o DS não é tarefa fácil, fundamentalmente porque é um discurso e uma prática relativamente recentes, pode ser entendido como de carácter utópico e é de difícil execução, mormente se o conceito carece de maturação e é de difícil aferição, como se esquadriñará, dado que vai ao encontro da persecução dos objectivos desta investigação.

Embora, na actualidade, esteja no centro do discurso oficial, continua a não haver um consenso quanto ao seu real significado, implementação e mesmo à possibilidade de uma aplicação a nível global. É considerado um tema complexo, controverso e polémico, uma vez que se apresenta circunscrito num difícil contexto de encontrar respostas que tenham capacidade efectiva para preservar a biosfera e ao mesmo tempo produzir uma relação equilibrada entre a sociedade humana e a natureza (Camargo, 2002: 4; Boff, 2006).

Para complicar um pouco mais, faz-se uma utilização indiscriminada do termo “sustentável” ou “desenvolvimento sustentável” para o aplicar a vários níveis de actuação (Layargues, 1997: 1; Ruscheinsky, 2004: 17-18), como se de um “chavão” se tratasse, que pode ser aplicado a todas as realidades, mesmo as que são de natureza insustentável. Inclusive, segundo Delgado (2007: 27), o DS é, por vezes, usado para designar somente a sustentabilidade ambiental ou viabilidade económica.

Mesmo que o grande objectivo do DS seja o de lograr a sustentabilidade global, (Veiga, 2008: 151; Siena, 2002: 30), esta investigação incidirá sobre uma pequena região de um pequeno País. Estamos conscientes de que os esforços na busca da sustentabilidade são locais, regionais, nacionais, até se chegar ao horizonte global. É aqui que ela será alcançada e se logrará ter o planeta a salvo (daí a utopia) (Rodrigues, 1998; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 2; Veiga, 2008: 193). Segundo Veiga (2008: 187), a velha concepção de desenvolvimento tem de ser ultrapassada, em razão da percepção

de que a biosfera, em níveis global, regional, nacional e local, está a ser submetida a pressões insuportáveis e prejudiciais para o desenvolvimento e condições de vida⁵⁰.

Pelo referido e pelo que veremos, investigar e reflectir sobre o DS é uma tarefa hercúlea, sobretudo porque a realidade é complexa pelas suas múltiplas inter-relações, que não são facilmente perscrutáveis e compreendidas em toda a sua abrangência. Utilizando a observação de Sachs (2004: 25), a própria noção de desenvolvimento não se presta a ser encapsulada em fórmulas simples; a sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu carácter fugidio.

3.1. Origem do Conceito

A primeira das considerações a tecer sobre o DS é a da aparente relação de contradição entre o substantivo “desenvolvimento” e o adjectivo “sustentável” (Santos, 1992; Sachs, 1994: 35; Cavalcanti, 1998: 159; Rodrigues, 1998; Daly, 2004: 198; Klink, 2005:78; Boff, 2006: 5-6; Guilherme, 2007: 29; Veiga, 2008: 187;).

Se o “desenvolvimento” (substantivo) é caracterizado como aumento, crescimento, incremento, progresso, prolongamento ou passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior; evolução; aumento das capacidades físicas ou intelectuais; propagação; estado do país que apresenta um alto nível de produtividade e um nível de vida elevado; avanço tecnológico⁵¹, a sua etimologia revela que há duas palavras que o compõem: “des” e “envolvimento”. Neste sentido, se algo “envolve” alguma coisa, a junção do prefixo latino “des” atribui-lhe o significado contrário (Pinto, 2002) e, nesse caso, trata-se de retirar dessa coisa o seu invólucro. Assim se pode entender que o “desenvolvimento” só se logrará se se retirar o que envolve a realidade e não a permite ser vista tal como é.

Neste contexto, poder-se-ia entender que para “desenvolver”, na linha do crescer, progredir, prosperar, aumentar, é necessário tirar o véu que cobre a realidade e não a permite ser observada (experimentada) tal como é.

⁵⁰ Este autor, no livro citado – *Desenvolvimento Sustentável desafio do século XXI* – trata da ideia de desenvolvimento na primeira parte do livro, apresentando a evolução do conceito, até se chegar ao DS, conceito que trata na segunda parte do livro. Para ver melhor esta evolução e a relação mútua entre estes dois conceitos constitui uma óptima base de estudo e reflexão, sobretudo se a ideia é superar a hegemonia da ciência económica (economia) em relação ao estudo do desenvolvimento.

⁵¹ Ver <http://www.infopedia.pt> (pesquisar “desenvolvimento”).

O adjetivo “sustentável” (uniforme) vem do latim *sustentabile* e significa “que se pode sustentar, defender ou seguir”⁵², ou seja, que tem possibilidade para se manter, suportar (Bossel, 1999; Martins, 2004: 2).

Portanto, a partir da origem etimológica e significado destas duas palavras, podemos afirmar que não são tão contraditórias, como poderiam parecer, uma vez que os dois conceitos se entrosam e se complementam, dependendo, como parece ser, da interpretação que se lhes atribua⁵³.

À parte o “preciosismo”, esta referência pretende ser o mote para desmistificar quem vê contradição nos conceitos “desenvolvimento” e “sustentável”. Por consequência, “desenvolvimento sustentável” dirá respeito ao véu (envolvimento) que se retira da realidade envolvida (descobrir o que está envolvido, tapado, escondido) de modo a que esta se possa sustentar, manter (Martins, 2004: 2).

Neste contexto, supõe-se que a realidade tenha a capacidade de se sustentar, mesmo que se tenha tornado ou se classifique de insustentável. Na prática, é como se se tratasse do estado de desenvolvimento em que o prefixo “eco” e o qualificativo “sustentável” não tivessem necessidade de existir (Machado, Brum e Souza, 2004: 3; Ruscheinsky, 2004: 17-18; Martins, 2004: 2; Veiga, 2008: 109, 189).

Numa outra acepção, Cabette (2004), citando Gonçalves, refere que “des + envolver” significa «...quebrar o envolvimento dos homens e mulheres entre si e com a Terra, com a água, com as plantas, com os animais, com o sol, com a lua (...) separar aqueles e aquelas da natureza; é torná-los livres dela (...)».

Veiga (2008: 192), ao questionar-se sobre a necessidade de qualificar ou não o desenvolvimento com o adjetivo “sustentável”, refere que este termo reflecte, em última instância, o crescente esgotamento de um dos principais valores dos tempos modernos, e não uma mera insuficiência da noção de desenvolvimento.

Estas reflexões remetem-nos para uma *teleologia*, isto é, para a origem e fim da Humanidade, para o sentido da existência (Leff, 2000: 8), para o que o ser humano é na

⁵² Cfr. <http://www.infopedia.pt> (pesquisar “sustentável”).

⁵³ A este respeito, retenhamos o que escreve Santos (1992): “Sustentabilidade” é um termo do vocabulário ecológico e diz respeito à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias, os dejetos de uma forma viva sendo o alimento de outra ... “Sustentabilidade” nos remete às noções de estabilidade e de ciclos. Crescimento ... é, em termos histórico-capitalistas, expansão, uniformidade, homogeneidade, desigualdade.» (ver Martins, 2004: 8).

sua essência, para a sabedoria universal (Firmino, 2000; Leff, 2000; Rodrigues, 2001; Firmino, 2006).

Relativamente ao DS e sua evolução, embora a sua origem seja complexa (Bell e Morse, 1999: 6), há referências das antigas civilizações aos tempos modernos, já que o termo era utilizado para gerir a pesca, florestas e outros recursos vitais (Selman, 1996: 5; Davoudi e Layard, 2001: 7; Mittler, 2001: 53; Wheeler, 2004: 19; Gibson *et al*, 2005, que a denomina de “velha sustentabilidade”; Faber, 2006: 6; Whitehead, 2007: 15).

Embora tenha sido nas décadas de 1970/1980 que o conceito de DS se Desenvolveu, Oliveira (2005), citando Dieges, remete a ideia embrionária do DS para o pensamento conservacionista (uso adequado e criterioso dos recursos naturais, de uma forma racional, voltado para o benefício da maioria dos cidadãos) do pensador norte-americano Gifford Pinchot, no século XIX.

Outros autores atribuem a Ratzel, finais do século XIX, a utilização, pela primeira vez, do conceito de DS (Firmino, 2008: 64). Veiga (2008: 163) situa-o em algum momento das últimas décadas do séc. XX como sendo um velho conceito da biologia populacional transferido para os sistemas humanos.

Outros, ainda, referem a teoria da população ou dos limites de Malthus, pela qual se chamava a atenção para limitar o crescimento devido à escassez de recursos, como precursora do DS. Para Malthus, a população deveria parar de crescer porque havia um limite para a produção de alimentos devido à escassez de terra e à perda de fertilidade do solo (Siena, Costa e Oliveira, 2007: 5).

Almeida Jr. (2000: 9) indica a II Grande Guerra Mundial como o marco divisor das águas para o mundo todo (para este e para outros assuntos) (ver Leis, 1998: 42; Machado, 2005: 81; Sachs, 2007: 23). As explosões atômicas de Hiroshima e Nagasaki mostram o desapontamento com a ciência e a técnica, que nos podem conduzir a um caminho de autodestruição. Naquele momento, percebeu-se que o conhecimento humano acabara de atingir uma etapa pela qual se tornava capaz de destruir o mundo todo (Santos, 1992). É neste contexto que nasce a Organização das Nações Unidas (ONU) e são promulgadas as grandes declarações dos direitos humanos.

A partir dessa altura, e durante aproximadamente 25 anos, em que a maior preocupação era o crescimento económico (acumulação crescente de capitais financeiros e físicos), as economias mundiais cresceram a um ritmo nunca dantes

alcançado (os chamados *anos de ouro do capitalismo* – 1945-70⁵⁴). Entendia-se crescimento como sinónimo de desenvolvimento e que, com este, as assimetrias mundiais seriam esbatidas e a pobreza e miséria erradicadas, e a qualidade de vida proporcionada a todos (Machado, 2005: 16, 72)⁵⁵.

Depois de as economias mundiais ocidentais terem conhecido estes ritmos de grande crescimento, no início dos anos 60 do século passado, começa a perceber-se que, ao contrário do expectável, não só não se verificaram melhorias nas condições de vida das pessoas como, paradoxalmente, aumentaram a pobreza e as assimetrias regionais e mundiais. O cenário mundial era de pobreza e degradação ambiental e o clima reinante de insatisfação (Machado, 2005: 220; ver Romeiro, 1999: 94).

Face a este aumento das desigualdades sociais, regionais e mundiais, em que outras formas de capital (o humano e o natural) foram descuradas, o foco até aí colocado no crescimento económico começou a ser posto em causa. Outras dimensões deveriam parte da noção de desenvolvimento, como a importância do ambiente, dado que aumentava a percepção de uma crescente degradação ambiental a nível mundial.

O crescimento económico começa a ser visto como uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. Este é apenas um instrumento do desenvolvimento e nem todo o crescimento conduz, efectivamente, ao desenvolvimento, nem o crescimento em qualquer lado ou a qualquer preço (Stiglitz, 2002: 10; Daly, 2004: 197-198; Sachs, 2004: 71).

A nível institucional, é no início da década de 70 do século passado que se introduz na agenda internacional, pela primeira vez, na Conferência de Estocolmo (1972), a preocupação com o meio ambiente em detrimento do crescimento económico. Contudo, é nos finais da década de 80, mais propriamente em 1987 com o *Relatório Brundtland*, também sob os auspícios das Nações Unidas, que se introduz, definitivamente, a temática da sustentabilidade – DS.

Uma década depois, realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como RIO-92,

⁵⁴ Alguns autores sustentam que esta época durou 30 anos (Sachs, 2004: 28).

⁵⁵ Esta é aliás uma ideia decorrente dos estudos sobre o processo de desenvolvimento. Quer dizer, há estudiosos do assunto que referem que a partir do momento em que se consegue atingir um determinado valor *per capita* anual (que ronda os 8 mil dólares) o ambiente (degradação ambiental) deixa de constituir problema (Veiga, 2008: 116).

da qual resultou uma importante iniciativa para a promoção do DS – a Agenda 21 (promoção de um novo modelo de desenvolvimento).

3.2. Aspectos Históricos

Associado à problemática do desenvolvimento, sobretudo até aos anos 60 (e muitas vezes até aos dias de hoje), versus crescimento económico, pode dizer-se que só muito recentemente a humanidade começou a consciencializar-se de que desenvolvimento significa também degradação ambiental, o aumento dos opostos, e aumento das assimetrias mundiais, ao contrário do que seria de esperar. Degradação ambiental que, de resto, sempre existiu, mas foi nos dois últimos séculos, com a Revolução Industrial e a Revolução Urbana que a humanidade vivenciou acontecimentos sem precedentes que causaram e agravaram o processo de deterioração do ambiente (Leis, 1998: 42-43; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 2; Almeida, 2007: 60)⁵⁶.

É neste contexto que se insere a crescente consciencialização ambiental, que, de resto, ainda hoje acontece⁵⁷. Ainda neste capítulo se abordará a crise ambiental, juntamente com outras crises da modernidade/contemporaneidade (crise espiritual, crise do Estado, crise financeira), importantes para contextualizar o DS e o seu entorno, sobretudo as dificuldades e obstáculos colocados à sua implementação.

O surgimento do conceito de DS está, deste modo, intimamente ligado ao descontentamento provocado pelas assimetrias mundiais resultantes do crescimento económico, quando se supunha ser capaz de diminuir a pobreza mundial e melhorar as condições de vida das pessoas (Bartoli, 2003: 15), e ao despertar da consciência ambiental, isto é, à consciencialização de uma necessária mudança nas relações entre o ser humano e a natureza, até então relações de dominância e subjugação (Oliveira, 2005).

⁵⁶ Problemas como o desmatamento, degradação da terra e adulteração de alimentos que parecem fazer parte da história humana, havendo hoje crescente consenso que sociedades antigas podem ter sucumbido devido à degradação ambiental (Siena: 2002: 26).

⁵⁷ Ainda hoje acontece, porque há pessoas, algumas das quais com responsabilidades mundiais, que não acreditam na finitude dos recursos naturais, e muito menos na degradação ambiental, salientando que o alarido ambiental mais não é do que isso, um alarido – fumo sem fogo – e que o crescimento económico é o único capaz de proporcionar qualidade de vida.

Um importante contributo para esta mudança de atitude, de inconformismo e de consciencialização, no que concerne à questão ambiental, foi dado pelo livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (2010) (Almeida Jr., 2000: 6; Wheeler, 2004: 21; Bell e Morse, 1999: 7). Esta obra soou como um alarme sobre os rumos e consequências inesperadas da tecnologia científica e veio engrossar o caudal daqueles que criticavam a irracionalidade da ciência moderna, recrudescente o questionamento à ciência moderna.

Carson (2010: 21) provou que uso e abuso indiscriminado de pesticidas, insecticidas e herbicidas na agricultura diminuíam a biodiversidade, contaminavam o ar, a água e solos, os rios, os mares, com consequências imprevisíveis, sendo os grandes responsáveis pelo desaparecimento de numerosas espécies, ameaçando pássaros de extinção, incluindo a águia, símbolo dos Estados Unidos.

O início dos anos 70 do século transacta, que nos mostra um cenário mundial de miséria e degradação ambiental, marca o começo mais claro do embate de várias tensões (Almeida Jr., 2000: 9-10), ou seja, começa a haver um amplo consenso quanto à existência de uma crise generalizada de todo um projecto histórico, de toda uma civilização, a crise criada pela modernidade: crise de Estado, crise de razão instrumental, crise do principal herdeiro do projecto moderno (o socialismo), crise ambiental, crise das formas de representação da arte moderna, que se acentua até aos dias de hoje, a par de uma busca continuada de alternativas (Paula *et al*, 1997: 202; Leff, 2000: 5).

A este respeito, Paula *et al* (1997: 202-203) afirmam que um dos aspectos mais visíveis dessa crise, que resulta do embate das tensões atrás descritas, é o referente à questão ambiental. Em seu entender, depois de uma longa trajectória de crescimento, marcada pelo optimismo messiânico na capacidade infinita do desenvolvimento tecnológico em dar conta das externalidades negativas, produzidas pelos processos produtivos, «...a economia contemporânea vê, no início dos anos 70, questionados seus critérios, ritmos, padrões de produção e consumo, perspectivas, a partir de variados pontos de vista e interesses».

Neste contexto, um marco importante para a discussão referente às relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento foi a reunião de Founex (1971), na Suíça. Um Painel Técnico em Desenvolvimento e Meio Ambiente, com especialistas de todo o mundo, reflectiu sobre as condições ambientais naturais e humanas da Terra e levantou

a questão da importância de integrar o meio ambiente nas estratégias de desenvolvimento (Almeida Jr., 2000: 10; Machado, 2005: 80).

Este encontro, de qual resultou o *Relatório de Founex*, foi importante como encontro preparatório da Conferência de Estocolmo. Inicia a reflexão sobre o conceito que, com o *Relatório Brundtland*, se chamará DS, muito embora em Founex se assumira como *ecodesenvolvimento*. Nele estava clara a preocupação com a degradação ambiental, a condição social das famílias de baixo rendimento, o crescimento urbano, a falta de saneamento, o consumo indiscriminado e a poluição (Saldanha, 2007: 21). O meio ambiente e desenvolvimento não deveriam ser considerados de maneira desvinculada (Machado, 2005: 155; Sachs, 1993: 30).

A Conferência de Estocolmo (Suécia)⁵⁸, outro marco de referência para o DS, um ano depois da reunião de Founex, foi fortemente marcada por intensas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Foi a primeira das grandes conferências da ONU a debater intensamente os vínculos existentes entre desenvolvimento e meio ambiente (Camargo, 2002: 68). Reconheceu a importância da gestão ambiental e representou um grande avanço para a formulação do conceito de DS ao declarar que o desenvolvimento económico vigente deveria ser alterado (Siena, 2002: 27; Júnior, 2001).

Debateram-se temas como a poluição da água e do ar, o perigo do crescimento populacional descontrolado e a utilização em grande escala dos recursos naturais na produção de energia e na indústria de transformação, que deveriam servir de base a futuros planeamentos já influenciados pela questão ambiental (Saldanha, 2007: 21).

Iniciava-se, assim, no dizer de Sachs (1993: 29), a introdução da dimensão do meio ambiente na agenda internacional, influenciando o pensamento sobre o desenvolvimento. Em seu entender, o debate foi norteado por duas posições opostas: os que previam abundância e consideravam as preocupações com o meio ambiente descabidas, atrasando o desenvolvimento rumo à industrialização, e os catastrofistas e pessimistas, que anunciavam o apocalipse se os crescimentos demográfico e económico não fossem imediatamente estagnados.

Estas posições extremas foram descartadas por uma terceira alternativa (intermédia), entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O

⁵⁸ Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

crescimento económico é necessário, porém deve ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente. O objectivo é o de estabelecer um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, incorporando a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.

No entender de Machado, Brum e Souza (2004: 6), se comparadas as conclusões da Conferência de Estocolmo, por exemplo, com as do Clube de Roma, a que se aludirá no decorrer deste capítulo, a conclusão da reunião de Estocolmo foi muito mais sensata e mais viável. Em vez de se produzir indiscriminadamente com grandes desperdícios e grande quantidade de resíduos, em forma de emissões gasosas, de efluentes líquidos e resíduos sólidos, era necessário produzir melhor e de forma mais limpa.

Com a preocupação de se estudarem estas relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente, cria-se, em Estocolmo, o *United Nations Environment Programme* – UNEP⁵⁹, colocando, definitivamente, os assuntos ambientais com proeminência crescente na agenda internacional (Braidotti *et al*, 2000: 175).

Em 1973, Maurice Strong, o secretário da Estocolmo-72, utilizou pela primeira vez a palavra *ecodesenvolvimento* para caracterizar uma concepção alternativa do desenvolvimento (desenvolvimento ecologicamente orientado) (Brusëke, 1998: 31), capaz de impulsionar os trabalhos do então recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Mais tarde, na década de 80, Ignacy Sachs assume o termo (equivalendo-o ao DS) e desenvolve-o conceptualmente, criando um quadro de estratégias, definindo-o como «...o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade responder à problemática da harmonização dos objectivos sociais e económicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos do meio...»,

⁵⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, estruturado em 4 sectores: um Conselho de Administração dos programas relativos ao meio ambiente humano; uma secretaria; um Fundo para o meio ambiente humano voluntário, e uma Junta de Coordenação Ambiental. Tinha como função a implementação do Plano de Acção que havia sido aprovado e com o qual todos os países membros da ONU tinham de colaborar (Camargo, 2002: 213).

ou mais basicamente como «...o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente...» (Sachs, 1986:110)⁶⁰.

Esta nova visão do desenvolvimento integrou seis princípios que deveriam orientar os caminhos do desenvolvimento: (1) a satisfação das necessidades básicas; (2) a solidariedade com as gerações futuras; (3) a participação da população envolvida; (4) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; (5) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito por outras culturas, e (6) programas de educação (Brusêke, 1998: 31; Salamoni e Gerardi, 2001: 75).

Na mesma época (década de 70), um grupo de especialistas e cidadãos reúne-se em Roma (grupo conhecido como o *Clube de Roma*, constituído em 1968) para analisar os problemas que o mundo estava a atravessar, produzindo um estudo intitulado *Limits to Growth – Os Limites do Crescimento*, sob a direcção de dois professores do Massachusetts Institute of Technology (Dennis Meadows e Jay Forrester), no qual se enfatizou que a sociedade industrial caminhava na direcção de exceder os limites ecológicos, se se mantivesse o crescimento económico das décadas de 1960 e 1970. O cenário traçado apontava um futuro bastante temerário para a humanidade no longo prazo e supunha como imperativo a alteração nos padrões de organização do funcionamento da economia mundial (Machado, 2005: 139).

O documento foi elaborado tendo em conta as implicações para o futuro do ecossistema mundial de cinco tendências fundamentais de interesse universal: (1) a industrialização acelerada; (2) o rápido crescimento da população; (3) a grande amplitude da subnutrição; (4) o esgotamento dos recursos naturais não renováveis; e (5) a degradação do meio-ambiente (Nedel, 1996)⁶¹.

Para Machado, Brum e Souza (2004: 5) o contributo do Clube de Roma para a noção de DS foi significativo. Em seu entender, este foi responsável pela realização de

⁶⁰ Os chamados três pilares do ecodesenvolvimento: eficiência económica, justiça social e prudência ecológica.

⁶¹ São três as principais teses defendidas. Por um lado, se as tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos 100 anos. Neste caso, o resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. Em segundo lugar, é possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e económica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planeado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar o seu potencial humano individual. Por último, se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para o alcançar, maiores serão as probabilidades de êxito (Brüseke, 1998: 30).

uma análise que constatou que a sustentabilidade do planeta estava gravemente abalada. A razão de tal situação resultava do facto de que tanto a procura de matérias-primas e de recursos naturais, como a geração de resíduos provenientes do imenso sistema de produção, se incompatibilizavam com a capacidade de recomposição de recursos naturais e de absorção dos resíduos pelo planeta. Este pressuposto desembocou numa proposta que incidiu no *crescimento zero* para o mundo todo, sob pena de uma catástrofe ambiental mundial, em apenas quatro gerações (ver Santos, 1992).

A par do Clube de Roma, registe-se ainda, no campo marxista, a contribuição do *Manifesto pela Sobrevivência* (1972). Publicado em Londres por Goldsmith (e outros), culpabilizava o consumismo extremado, conivente com o industrialismo capitalista, como sendo o responsável pela degradação ambiental. A forma de o combater, mais do que fazer campanhas anticonsumistas dirigidas aos indivíduos, seria lutar directamente contra o capitalismo (Santos, 1992).

Nos anos seguintes, a ampla disseminação deste debate e a forte pressão dos movimentos ecológicos e ambientalistas deslocaram o tema do meio académico para a sociedade, transformando a questão ambiental numa política (Mota, 2005: 37). O tema do ambiente ficou, assim, definitivamente, vinculado ao desenvolvimento.

Para Brüseke (1998: 29-30), tanto a publicação do Clube de Roma como a Conferência de Estocolmo não surgiram do nada; foram consequências de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma dispersa, começaram nos anos 60 e ganharam uma certa densidade no final dessa década início da seguinte, originando a primeira grande discussão internacional que culminou nesta Conferência, em 1972.

A década de 70 foi, assim, marcada pela criação de diversas organizações internacionais com o objectivo de discutir os problemas ambientais em âmbito mundial e pelo surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas organizados⁶². Foi nessa década que se registou o começo da preocupação ambiental pelo sistema político: governos e partidos (Camargo, 2002: 44; Leis e D'Amato, 1998: 80).

Ainda nesta década, saliente-se a Declaração de CocoyoK (1974), que resulta da uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento e o Relatório Dag-Hamarskjöld (1975).

⁶² Mesmo que algumas das organizações do movimento ambientalista tenham surgido antes, como é o caso da fundação da União Internacional para a Protecção da Natureza (UIPN), em 1948, e o Fundo para a Vida Selvagem, em 1961 (Leis e D'Amato, 1998: 80). A Greenpeace surgiu em 1971.

Segundo Brüseke (1998: 32), a Declaração de Cocoyok contribuiu para a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente aportando três contributos, formulados como hipóteses. Por um lado, a explosão populacional tem como uma das causas a falta de recursos de qualquer tipo: pobreza gera o desequilíbrio demográfico. Por outro lado, a destruição ambiental em África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à utilização do solo e dos recursos vegetais. Por último, os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo, tendo de o baixar, e pela sua participação desproporcional na poluição da atmosfera.

O Relatório Dag-Hammarskjöld foi o resultado de um aprofundamento das posições de Cocoyok, promovido pela Fundação Dag-Hammarskjöld, desenvolvidas com a colaboração de pesquisadores e políticos de 48 países, com o contributo do PNUMA e de mais treze agências das Nações Unidas.

O foco deste relatório incidiu sobre a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ecológica, mostrando que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos colonizadores europeus. Isto significa dizer que grandes massas da população autóctone foram expulsas e marginalizadas, sendo forçadas a utilizar solos menos apropriados.

Apresenta também um sentimento de optimismo baseado na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças, mesmo contando com a rejeição ou omissão dos governos dos países industrializados e dos cientistas e políticos conservadores. A mudança terá de incidir nas estruturas de propriedade do campo, esboçando o controlo dos produtores sobre os meios de produção.

Já no final da década de 70, surgiu ainda uma nova vertente da economia política, chamada de economia orgânica ou “descentralista”, tendo como um dos representantes Ernest Shumacher, que, em 1979, lançou o livro *Small Is Beautiful*. Esta vertente que mescla sistemas puros defende o estilo de vida das vilas, associativo e de habilidades manuais. Este autor defende a introdução de valores no pensamento económico: a ideia de que a meta é atingir um máximo de bem-estar humano com o melhor modelo possível de consumo, ideias que, segundo Siena, Costa e Oliveira (2007: 5; Siena, 2002: 27), podem ser consideradas precursoras imediatas do conceito de DS.

O que começara a ficar claro, além da existência de grandes e graves problemas ambientais, que não mais podiam ser descartados, é que outras questões se colocam, que dizem respeito à organização mundial. Se por um lado, se inicia a cruzada pelos problemas ambientais⁶³ (Paula *et al*, 1997: 206-209; George, 1998: 57), por outro, ganha-se consciência de que tais problemas estão associados ao modelo de desenvolvimento adoptado, predominantemente economicista, altamente consumidor de recursos e produtor de degradação ambiental.

No início dos anos 80, continua a procura de uma fórmula de sustentabilidade socioeconómica e ambiental, no meio da miséria e do comprometimento ecológico crescente (Almeida Jr., 2000: 10). É com este intuito que é criada, em 1983, a Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD⁶⁴), presidida pela Sra. Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, e que deveria preparar uma agenda global para a mudança.

Esta Comissão pretendia alcançar três grandes objectivos: (1) reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e formular propostas realistas para a sua abordagem; (2) propor novas formas de cooperação internacional neste campo, de modo a orientar políticas e acções no sentido das mudanças necessárias; e (3) dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma actuação mais firme (Machado, Brum e Souza, 2004: 6-7).

Perseguindo a sua missão, a Comissão trabalhou na produção de um relatório que reflectisse as condições necessárias a essa mudança. Em 1987 é publicado o resultado desse trabalho – *Relatório da Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, intitulado *Our Common Future* e que se denomina amiúde *Relatório Brundtland*.

Entretanto, um ano antes, em 1986, realizou-se em Ottawa, Canadá, a Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, do Instituto para a Conservação da Natureza, onde se apresenta o conceito de DS e equitativo como um

⁶³ Consideram-se como problemas ambientais o efeito de estufa, por causa da emissão ininterrupta de dióxido de carbono, metano, CFC e óxido nítricos; a produção e tratamento do lixo; a crescente necessidade de energia, maioritariamente procedente dos combustíveis fósseis; a diminuição das reservas de água potável por contaminação; o enfraquecimento da camada de ozono, em virtude do uso dos clorofluorcarbonetos, com graves consequências para a expansão de diversas doenças; a perda continuada de biodiversidade; a destruição de florestas.

⁶⁴ United Nations Commission on Environment and Development – UNCED.

novo paradigma. Este novo paradigma apresenta-se em 5 princípios: (1) integrar conservação da natureza e desenvolvimento; (2) satisfazer as necessidades humanas fundamentais; (3) perseguir a equidade e a justiça social; (4) buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; (5) manter a integridade ecológica (Filho, 1993: 135).

3.3. O Relatório Brundtland (1987)

Muito embora tenha sido uma consequência das preocupações expostas na Conferência de Estocolmo, o conceito DS surge formalmente com o *Relatório Brundtland – Our Common Future*, que o propõe como um processo de mudança onde a exploração de recursos, os investimentos e o desenvolvimento deveriam estar vinculados às necessidades das gerações actuais e futuras (Siena, 2002: 28).

Esta formulação, apesar de imprecisa e vaga, desencadeou muitas propostas de acção, desde as ligadas ao ecologismo radical às de visão liberal, provocando a adesão de um conjunto amplo de actores com variadas concepções ideológicas (Frey, 2001: 1-2; Siena, 2002: 28; Martins, 2004: 1; Ruscheinsky, 2004: 17-19; Veiga, 2008:189-192; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 6).

Em síntese, estava em cima da mesa a insatisfação com os resultados do crescimento económico, que se julgava capaz de diminuir as assimetrias mundiais; o aumento da pobreza e da miséria em vez da sua erradicação; o atraso cada vez mais acentuado dos Países periféricos (Países em Desenvolvimento – PED); as desiguais relações de poder entre os países do Norte e os do Sul; a crescente consciencialização pública da degradação ambiental e pressões dos movimentos ambientais, académicos e profissionais; o crescimento populacional acentuado; os elevados padrões de produção e consumo; a consciência cada vez maior da finitude dos recursos não renováveis; a destruição das florestas; a perda acentuada de Biodiversidade; a produção e tratamento do lixo de várias origens (espacial, radioactivo, urbano, resíduos industriais – pilhas, baterias, pneus, embalagens etc. –, resíduos químicos, tóxicos e hospitalares, (ver Oliveira, 2005; Guilherme, 2007: 28-29;).

Tornara-se imperioso apresentar um novo modelo de desenvolvimento, ou, como refere o relatório, elaborar «uma agenda global para a mudança», que consistia em quatro elementos (um tanto utópicos): (1) traçar estratégias ambientais de longo prazo

para se obter o DS por volta do ano 2000 e daí em diante; (2) recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduzisse em maior cooperação entre países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento económico e social e que levasse à consecução de objectivos comuns e interligados que considerassem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; (3) considerar caminhos e meios através dos quais a comunidade internacional possa lidar com mais efectividade com as preocupações ambientais; e (4) contribuir para a definição de percepções partilhadas sobre questões ambientais de longo prazo e desenvolver esforços apropriados para lidar com sucesso com os problemas de protecção e melhoria do ambiente, uma agenda de longo-prazo para a acção durante as próximas décadas e metas a que aspira a comunidade mundial (UNCED, 1987: 11).

Neste contexto, o *Relatório Brundtland*, segundo Braidotti *et al* (2000: 186), tem de ser visto como um documento-marco ao gerar interesse internacional pela noção de DS, responsável pelas primeiras conceptualizações oficiais, formais e sistematizadas sobre o tema (Almeida Jr., 2000: 10). É com ele que o DS se consubstancia e se projecta internacionalmente.

O Relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconómicos e ecológicos da sociedade global. Sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, e chama a atenção para uma nova atitude ética, caracterizada pela responsabilidade pelas gerações futuras e pelos membros contemporâneos da sociedade actual (Brüseke, 1998: 33; Bursztyn, 2005: 64).

O DS é reconhecido, assim, como o «...desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.» (UNCED, 1987: 54, 51, 18).

A satisfação das necessidades das gerações actuais e das futuras comporta, no entender da Comissão, dois conceitos chave – o conceito de “necessidades” e a ideia das limitações que o estado da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (Siena, 2002: 29; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 8).

Referindo-se a esta definição do *Relatório Brundtland*, Gilberto Filho (1993: 135) acentua que se trata de desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo, mas insere-se na qualidade das relações humanas com o

ambiente e na necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo o processo que leva à deculturação. E é sustentável porque responde às necessidades da população actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

A questão central, como releva Stahel (1998: 110), tem a ver com o entendimento do termo “necessidades”. Como compreender a satisfação das necessidades em países ricos e pobres? Como apreender a satisfação das necessidades das gerações futuras, sendo o futuro e as necessidades desse tempo desconhecidos?

De outro modo, a continuar com o actual padrão de produção e consumo, o crescimento populacional, o crescimento dos gastos energéticos baseados nos recursos não-renováveis e a degradação ambiental continuada, a natureza, num futuro próximo, terá a capacidade de suportar a satisfação das necessidades (básicas) dessas gerações, mais ainda se as necessidades “crescerem”, seguindo o padrão actual?

Trinta anos volvidos do *Relatório Brundtland*, as mesmas questões continuam pertinentes, pertinência que resulta dos elevados padrões de produção e consumo, do continuado crescimento da população mundial, de uma economia assente no consumo de energia com origem em recursos não-renováveis, da degradação ambiental continuada, da acentuação da pobreza, da miséria e das clivagens sociais.

Veiga (2008: 146, 166-167), citando Amartya Sen, releva duas das suas críticas ao *Relatório Brundtland*, a respeito das necessidades das gerações futuras, ou melhor, da comparação das necessidades das gerações actuais e futuras feita pelo Relatório.

De um lado, acentua que está ausente da definição de DS, tal como a apresenta o relatório, a liberdade dos humanos para salvaguardarem aquilo que valorizam e aquilo a que atribuem importância. A ideia é a de que as pessoas têm valores para além das necessidades básicas: valorizam principalmente as suas próprias capacidades de pensar, avaliar, agir e participar. Ver os seres humanos somente em termos das suas necessidades é fazer uma ideia muito insuficiente da humanidade.

Do outro lado, o sentido de responsabilidade quanto ao futuro das espécies. O facto de a espécie humana se ter tornado na mais poderosa entre as espécies deve exigir dela responsabilidade para com as outras, em generoso e altruísta esforço por minorar esta assimetria (Veiga, 2008: 147).

Braidotti *et al* (2000: 188), citando Michael Redclift, salientam que qualquer definição de DS dependerá da noção de desenvolvimento, isto é, a continuação dos altos

níveis de consumo ou a satisfação das necessidades básicas. A satisfação das necessidades, como a noção de riqueza, pobreza, bem-estar, escassez, etc., varia de acordo com a cultura, como se insinuou anteriormente.

Uma outra crítica ao DS, tal como foi defendido pelo *Relatório Brundtland*, prende-se com o facto de se preconizar que o mercado seja o elemento de regulação (em vez de o ser o Estado). Assim sendo, a satisfação das necessidades das gerações futuras poderá estar largamente comprometida, uma vez que o mercado tem uma visão de curto prazo. O mercado é míope por natureza, socialmente insensível e amoral (Sachs, 2004: 27)⁶⁵, aumenta a desigualdade e reforça os actores sociais poderosos (Rattner, 1999: 237). Para satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras é necessário ter um mercado regulado e uma visão de longo prazo, sobretudo no que diz respeito ao stock de recursos e à qualidade ambiental, elementos essenciais para a satisfação das necessidades das gerações actuais e futuras (Frey, 2001: 10-11; Guimarães, 2001: 2; Siena: 2002: 28; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 6).

Veiga (2008: 154), citando Georgescu a propósito da validade da ciência económica, refere que a actividade económica de uma geração não deixa de influenciar a das gerações seguintes. Se os recursos terrestres em energia e materiais são irrevogavelmente degradados e se acumulam os efeitos nocivos das poluições sobre o meio-ambiente, um dos principais problemas ecológicos que se colocam à humanidade é o da relação entre a qualidade de vida de uma geração e da outra, particularmente, a repartição do dote da humanidade entre todas as gerações (ver Goldsmith, 1995).

Esta preocupação com as gerações futuras expressa no Relatório, (independentemente de se conseguir ou não atingir o alcance das suas reais – e futuras – necessidades) marcou indelevelmente a noção de DS. É aqui que assenta o duplo imperativo ético do DS⁶⁶, isto é, a existência de uma solidariedade intra e intergeracional, que abrange, ao mesmo tempo, as gerações actuais e as vindouras (Selman, 1996: 11; Cavalcanti, 1998: 153; Sachs, 2004: 15, 36, 71).

⁶⁵ Oliveira (2007: 2) referindo-se a este Relatório, salienta que é um documento que anuncia o mercado como gestor do meio ambiente e o Estado como regulador das compensações económicas.

⁶⁶ A este respeito, Cavalcanti (1998: 153-154) cita o economista Lawrence Summers, que foi economista-chefe do Banco Mundial e subsecretário Tesouro dos Estados Unidos. Quando ele exercia o primeiro cargo, enviou uma carta à revista britânica *The Economist*, onde declarou que o argumento de que a obrigação moral para com as gerações futuras exige um tratamento especial dos investimentos ambientais não passa de uma tolice, pois existem todas as razões para se empreenderem os investimentos que dão origem a maior retorno, desde que os custos ambientais sejam apropriadamente incorporados à avaliação de projectos.

Alguns autores, ao analisar o padrão de consumo da sociedade daquele tempo, referiram que o futuro para os descendentes estava claramente hipotecado. As tendências daquele tempo (e as actuais) podem ter comprometido o futuro. Ficou o registo de que é necessário que as futuras gerações tenham, pelo menos, as mesmas possibilidades de satisfazer as suas necessidades que as gerações do presente, mesmo desconhecendo como serão essas necessidades e equacionando as das gerações presentes. Parece evidente que se, em grande medida, ultrapassam as capacidades que a natureza tem de renovar stocks e de assimilar desperdícios, não podem ser “necessidades sustentáveis”, por conseguinte, não projectáveis para as gerações futuras.

Outro tema a permear o Relatório concerne às relações de poder entre os Países do Norte (Países Desenvolvidos – PD) e os Países do Sul (Países em Desenvolvimento – PED), também denominadas de *relações centro periferia*. Já se aludiu ao facto de que maior crescimento económico não significa melhoria das condições de vida para todos, como era preconizado pelos PD. Também se fez referência às assimetrias que resultaram de tal ideia e as dificuldades dos PED em se desenvolverem, ideia salientada por Machado (2005) e Veiga (2008), dado que não se pode reflectir sobre o desenvolvimento sem reflectir nas relações de poder e domínio.

No entender de Guilherme (2007: 23), «a relação Norte-Sul pode ser vista, principalmente, pela ótica dos agentes responsáveis pelos danos ambientais globais e pela dos consumidores diferenciados.». A justificação é que, exceptuando alguns países, como o China, Índia e Brasil, a grande responsabilidade pelos problemas ambientais é dos países industrializados.

Se se compararem as declarações dos anos 70 (Cocoyok, Dag-Hammarskjöld) com o *Relatório Brundtland*, como indica Brüseke (1998: 33), este último mostra um elevado grau de realismo. Por um lado, não afasta o crescimento económico, nem propaga a estratégia do desenvolvimento pela mobilização das próprias forças (*self reliance*). O assunto “interesses nacionais” é abordado com cuidado e de forma diplomática. A crítica à sociedade industrial e aos países industrializados detém um espaço muito menor do que nos anteriores documentos.

Além destas considerações, o autor (Brüseke, 1998: 34), tece mais três críticas ao *Relatório Brundtland*. De um lado, embora procure definir ou pelo menos descrever o nível de consumo mínimo, partindo das necessidades básicas, não discute com detalhe

o nível máximo de consumo nos países industrializados. De outro, o Relatório preconiza crescimento nos países industrializados e nos não-industrializados, o que é incomportável, se os últimos aspirarem, como será de esperar, ao mesmo nível dos primeiros. Por último, considera que a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul depende do crescimento contínuo nos países industrializados, o que é duvidoso do ponto de vista ecológico (ver Braidotti *et al*, 2000: 188; Veiga, 2008: 193-194).

Uma outra crítica, referida por Braidotti *et al* (2000: 188), concerne à aceitação, por parte das principais instituições políticas, económicas e de desenvolvimento, do crescimento económico continuado como solução para os problemas. Esta aceitação mantém-lhes o *status quo*, onde o imperativo do crescimento económico continua a ser crucial, embora ambíguo do ponto de vista ambiental⁶⁷.

Por outro lado, ao aludir ao “interesse comum” no DS, tanto pelos países Norte como pelos países do Sul, sob a forma de parceria, o *Relatório Brundtland* não aborda o papel das relações de poder, uma questão central para que o DS seja perseguido e alcançado. Ou seja, o *Relatório Brundtland* não conseguiu estabelecer uma diferenciação entre os PD e PED, sendo que maior crescimento no Ocidente exacerbará a destruição ambiental (Braidotti *et al*, 2000: 191).

Citando a socióloga brasileira Selene dos Santos (1992), usam o argumento de que o Relatório trata o Sul de forma instrumental. As preocupações com a pobreza e os objectivos para conter em níveis mínimos de consumo são definidos pelos interesses do Norte, que vê os pobres do Sul como os principais contribuintes para a crise ambiental, considerando o ambientalismo expresso no Relatório como a última forma de imperialismo ocidental⁶⁸. Do mesmo modo, o *Relatório Brundtland* não analisa as raízes filosóficas e éticas da crise ambiental, que conduziram a um tratamento instrumental da natureza como propriedade da humanidade.

Em síntese, pelo analisado, o *Relatório Brundtland* marcou, definitivamente, a introdução do conceito de DS na cena mundial, tendo sido adoptado pelas nações mais

⁶⁷ Consultar também Cavalcanti (1998: 166) que refere que a impossibilidade de se aumentar de 5 a 10 vezes o nível da actividade económica global para diminuir a pobreza, como defende o *Relatório Brundtland*, é o mesmo que ter um problema sem solução, ou seja, defender a ideia do crescimento constante não passa de uma filosofia do impossível.

⁶⁸ Ver Oliveira (2007: 6), que defende a ideia de que o (a ideologia do) DS, nada mais é do que uma transmutação da “ideologia do desenvolvimento”, sendo a primeira uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento. Ou seja, trata-se de um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusiva de uma classe, com a prática de um Novo Colonialismo ou mesmo um Novo Imperialismo.

poderosas e pelo empresariado internacional, mesmo que, segundo Oliveira (2007: 2), tal não tenha sido feito por cooptação ou por mudança de prioridades, mas por ter nascido dentro do pensamento da classe dominante. O que importa referir é que, apesar das limitações do conceito, ele passou a fazer parte do repertório político e institucional mundial, alvo de atenção, reflexão e evolução.

Frey (2001: 2-3), reflectindo sobre três acepções de DS, coloca a sua defesa no *Relatório Brundtland* na abordagem económico-liberal de mercado⁶⁹. Referindo-se a este Relatório salienta que, correspondendo ao “mainstream” do movimento sobre o DS, pode ser considerado como representativo da abordagem sócio-liberal de mercado. A base desta abordagem é a tese de uma correlação negativa entre pobreza e DS, o que exclui a possibilidade de uma vida sustentável em condições de pobreza. Esta conduz a mais pobreza e, em consequência, a uma deterioração progressiva do meio-ambiente, ciclo que só pode ser rompido com o crescimento económico.

Outro reparo que tece ao Relatório é que, mesmo que critique os processos de decisão no quadro do sistema económico e político mundial, não oferece propostas concretas referentes a uma modificação dos mecanismos de decisão e das condições de poder nos foros nacionais e internacionais, correndo o risco de não de passar de uma política de enverdecimento do estilo actual (Rattner, 1999: 233; Frey, 2001: 4).

Ainda que algumas críticas tenham incidido sobre a convivência entre o DS e o crescimento económico, recaindo precisamente aí as principais críticas ao *Relatório Brundtland*, o sistema económico, “vestido” ou “pintado” de “verde” (Braidotti *et al*, 2000: 177; Frey, 2001: 4; Ruscheinsky, 2004: 17-18) ou recriado à luz do DS, nunca mais foi o mesmo. Os Estados incluíram os princípios do DS em políticas, planos e programas. As empresas adoptaram a sustentabilidade para se tornarem mais competitivas no mercado global. A sociedade civil organizada aumentou substancialmente nos últimos 40 anos e redobrou a sua atenção. A sustentabilidade tem mercado e pode ser extremamente rentável (Almeida, 2007: 207-211).

⁶⁹ As três abordagens são: a que aposta no mercado como força reguladora do desenvolvimento (abordagem económico-liberal de mercado); a que considera o Estado e suas instituições de regulação e de planeamento como instrumentos indispensáveis para garantir a prevalência do bem comum no processo de desenvolvimento (abordagem ecológico-tecnocrata de planeamento); e a que confia na actuação e mobilização política da própria população e das organizações da sociedade civil (abordagem política de participação democrática) (Frey, 2001: 2).

Uma última referência para a definição, semelhanças e diferenças mais importantes entre o ecodesenvolvimento e o DS. A este propósito, reflectimos a opinião de Layrargues (1997), deveras interessante e que reflecte algum inconformismo pela adopção do termo DS em detrimento do ecodesenvolvimento (ver Filho, 1993: 132-135; Salamoni e Gerardi, 2001: 74-82).

Muito embora nesta investigação o ecodesenvolvimento corresponda ao DS, correspondência feita por Sachs (1993: 30)⁷⁰, segundo Layrargues (1997: 1), a relação entre este e o DS não é de todo clara, sobretudo se se considerar o último como a evolução do primeiro, ideia frequente mais por falta de discussão acerca de outros conceitos que não o DS (ver Filho, 1993: 131-142; Frey, 2001: 9-12).

Depois de fazer uma síntese do significado dos dois conceitos, o autor debruça-se sobre as semelhanças e diferenças. As semelhanças assentam no pressuposto comum de que os dois conceitos consideram o direito das gerações futuras como um princípio ético básico; ambos afirmam que a componente ambiental deve entrar concomitantemente com o critério económico no processo decisório, com o aval das comunidades envolvidas (Layrargues, 1997: 5). Na prática, tanto o ecodesenvolvimento como o DS têm como meta uma sociedade sustentável. Daí a ideia de que seriam sinónimos ou que o DS seria um estágio mais evoluído e superior.

A partir destas considerações e dos princípios básicos de cada um dos conceitos, interroga se o facto de terem o mesmo objectivo (sociedade sustentável) significa partilharem as mesmas estratégias.

Seguindo o seu raciocínio⁷¹, a humanidade vive num cenário em que, a par da crise ambiental, está perante uma crise de produção, onde o liberalismo dá espaço ao neoliberalismo, retirando-se o Estado de cena, fazendo do mercado o grande regulador. Deste modo, nas questões ambientais, constatar-se-ia o mesmo: a resposta não estaria no Estado (como regulador), mas nas forças do mercado global, como postula o DS, e não numa acção conjunta com o planeamento, como se supõe no ecodesenvolvimento.

Por outro lado, quando se fala em justiça social planetária, entende-se melhorar o padrão de vida dos países mais pobres, traduzido no aumento do consumo médio de energia *per capita* (Layrargues, 1997: 5). Isto é uma impossibilidade, porque se todas as

⁷⁰ O ecodesenvolvimento rebaptizado pelos anglo-saxões como desenvolvimento sustentável.

⁷¹ O autor escreveu este texto em 1997, mas o que refere acerca do neoliberalismo e do afastamento do Estado deixando que seja o mercado o regulador continua a aplicar-se, com mais razão hoje.

sociedades adquirirem as mesmas condições de vida dos cidadãos norte-americanos, o planeta colapsaria, já que o sistema ecológico não suportaria tal pressão, mostrando-se claramente insustentável tal padrão.

Querendo que haja uma equivalência entre os países do Norte e do Sul (justiça social planetária), o ponto de partida não poderá ser o nivelamento por cima. Teria de ser um nivelamento intermédio entre os países do Norte e os do Sul⁷², o que representaria uma diminuição do padrão de consumo dos países do Norte e um aumento progressivo dos países do Sul até atingir o ponto de equilíbrio-suporte da biosfera, de acordo com o princípio da prudência ecológica e a coerência para com as gerações futuras (ver Frey, 2001: 10).

É esta premissa que o *Relatório Brundtland* evita abordar (Layrargues, 1997: 6). Nele está contida a ideia de que as inovações tecnológicas permitirão o acesso a todos os povos à fartura, sem comprometimento da sustentabilidade ambiental e sem a necessidade de os países do Norte terem de impor restrições ao seu consumo, pois, teoricamente, este não estaria a contribuir para o agravamento da crise ambiental.

Neste sentido, a tónica do DS é colocada na diminuição da pobreza, à qual é atribuída o ónus da poluição (“poluição da pobreza”) (Sachs, 1993: 47; Sandino, 1994: 194-195; Frey, 2001: 4; Whitehead, 2007: 84-113). Portanto, enquanto uns (PED) almejam obter investimentos para a diminuição da pobreza, outros (PD) omitem a poluição da riqueza. E isto tem graves implicações para o Sul, uma vez que pode vincular aos países pobres do Sul à responsabilidade pela poluição da pobreza e respectivo encargo financeiro (incomportável) da sua resolução⁷³.

Em síntese, enquanto o ecodesenvolvimento, em relação à justiça social, postula que seria necessário estabelecer um tecto de consumo, com um nivelamento intermédio entre os países do Norte e do Sul, o DS afirma ser necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo a responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo na crença ilimitada na tecnologia e dá prioridade à criação de tecnologias endógenas, o DS acredita firmemente no potencial da tecnologia moderna e ainda propõe a transferência de tecnologia como critério de “ajuda” aos

⁷² Mesmo que a ideia seja perceptível, mormente no contexto de que o *Relatório Brundtland* não sugere a necessidade de impor restrições ao consumo nos países do Norte, estariam estes dispostos a diminuir o seu crescimento para que os países do Sul alcançassem um estágio mais elevado de desenvolvimento? Lançando um olhar pela História, percebe-se que a resposta é negativa.

⁷³ Quem não tem meios para resolver a pobreza, como os vai ter para suportar os encargos da poluição?

países do Sul. Enquanto o ecodesenvolvimento limita a livre actuação do mercado, o DS sustenta que a resolução da crise ambiental será solucionada com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas (Layrargues, 1997: 6).

Na linha deste último pensamento, faz sentido perguntar, com o autor, que inovação traz o conceito de DS em relação ao modelo de desenvolvimento convencional? (Idem, 7). A sua resposta é que o DS apenas fez com que o modelo convencional (actuação livre das forças de mercado) se revista de uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar a sua estrutura de funcionamento. O DS fica, assim, vinculado à lógica do mercado, assumindo a postura de um projecto ecológico neoliberal, que produz a ilusão de se viver num tempo de mudanças, na aparente certeza de que se trata de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade sócio-ambiental (ver Frey, 2001: 9-11).

A respeito desta questão, introduzimos uma outra argumentação a respeito do DS, tal como foi apresentado no *Relatório Brundtland* e analisado por Machado (2005). Uma argumentação semelhante será referida para a RIO-92.

Na sua investigação, intitulado *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à RIO-92*⁷⁴, a autora traça os contornos do discurso a respeito do DS nos 20 anos que decorreram entre as duas Conferências (Estocolmo-1972 e RIO-1992), passando, naturalmente, pelo *Relatório Brundtland* (1987).

A investigação incidiu na caracterização da evolução do *discurso do desenvolvimento*, em geral, e na bifurcação deste em *discurso do desenvolvimento sustentável* e no *discurso do desenvolvimento competitivo*.

A ideia de desenvolvimento veiculada e reafirmada pelo *discurso do desenvolvimento* é, em seu entender, uma construção que assenta numa «determinada concepção da história da humanidade e das relações entre o ser humano e a natureza, centrada na trajectória das sociedades industrializadas europeias e norte-americana, como uma espécie de transplantação geográfica dessas» (Machado, 2005: 16).

Assume-se, em seu entender, que essas sociedades são o modelo de sociedade considerado universalmente válido e desejável, e é a partir delas que se mede o relativo progresso ou atraso dos restantes povos do planeta e, no mesmo sentido, a sustentação

⁷⁴ Este trabalho de investigação é uma tese de doutoramento, pelo que apenas se referirão os elementos mais significativos da sua argumentação, apresentando aqueles que mais possam ajudar na compreensão do conceito em questão, o DS (Machado, 2005: 330).

de políticas voltadas para a «...superação do “atraso” e da “pobreza”...» (Machado, 2005: 16; ver Santos, 1992). Por conseguinte, é dentro da salvaguarda dos valores culturais do Ocidente capitalista, a partir da hegemonia travada na esfera internacional, que se forma o núcleo do discurso do desenvolvimento.

O *discurso do desenvolvimento sustentável* é por ela apresentado como sendo uma resposta às novas contestações sociais produzidas pelas transformações resultantes da expansão do industrialismo (Machado, 2005: 16). Estas contestações, depois de 1960, conduziram a um significativo esforço de crítica aos limites da racionalidade moderna, traduzidos na emergência nestes novos movimentos sociais, muito ligados a questões do ambientalismo. É no âmbito desta crítica ao padrão de desenvolvimento em curso (capitalismo), cuja lógica de consumo detém a responsabilidade da aceleração da degradação ambiental e das condições de vida do planeta, que emerge o *discurso do desenvolvimento sustentável* (Machado, 2005: 18-19; Raatz, 2007: 6).

Portanto, o *discurso do desenvolvimento* tem o seu início no pós II Grande Guerra durante o período em que a economia capitalista mundial experimenta um prolongado período de expansão (*anos de ouro do capitalismo*), depois do qual as economias periféricas passam por um relativo processo de industrialização (Machado, 2005: 19). A fractura da hegemonia do *discurso do desenvolvimento* começa a configurar-se com a emergência da problemática ambiental e aprofunda-se com o arrefecimento do ciclo de expansão económica.

Ora, o que interessa aqui formular, tal como a autora o entendeu e pode ser útil para a nossa investigação, é que o *discurso do desenvolvimento sustentável*, tendo o seu início a Conferência de Estocolmo (1972) e atingido o cume no *Relatório Brundtland* (1987), permaneceu no espectro de todo o discurso produzido sobre o desenvolvimento. Contudo, muito embora tenha esmorecido logo a partir deste mesmo Relatório, permaneceu como possibilidade (campo em aberto) (Machado, 2005; 20)⁷⁵.

Ao mesmo tempo que o discurso do DS atinge o auge com o *Relatório Brundtland* – permanecendo como possibilidade e não como necessidade –, logo começa a esmorecer, surgindo também o *discurso do desenvolvimento competitivo*, que a autora caracteriza como o *discurso do desenvolvimento* reactivado a partir da lógica de

⁷⁵ Ou de carácter marcadamente voluntarista, como refere Romeiro (1999: 89).

reafirmação do modelo dominante (neoliberal), como âncora para a implementação de políticas neoliberais em países periféricos (Machado, 2005: 22).

A estratégia discursiva do *discurso do desenvolvimento competitivo*, à semelhança do *discurso do desenvolvimento sustentável*, busca promover uma reforma do modelo dominante, embora, ao contrário deste, não tenha por objectivo a conquista de uma maior equidade social ou de justiça.

A ideia subjacente é inserir as economias periféricas na lógica produtiva ditada pelas economias hegemónicas, imprimindo a ideia de que o padrão de vida atingido pelas sociedades industrializadas é um ideal possível e desejado pelas restantes sociedades do globo (Martins, 2004: 6; Machado, 2005: 23, 26).

Face a estas constatações, a autora conclui que as estratégias discursivas promovidas pelo *discurso do desenvolvimento sustentável* (busca de uma maior equidade no acesso às riquezas) são do âmbito das possibilidades e não da necessidade, o que significa que não são imperativas. Esta observação remete-nos para o facto de, aquando a realização da RIO-92, as estratégias discursivas do *discurso do desenvolvimento sustentável* se aproximarem das estratégias discursivas ligadas ao *discurso do desenvolvimento competitivo* (Machado, 2005: 23).

A aproximação destes dois tipos de discurso traduzem a defesa de valores similares, ancorados na perspectiva neoliberal, ou seja, dentro do âmbito da economia capitalista e reprodução do modelo das sociedades industrializadas. Esta visão, além de dar razão a certos movimentos que criticam o DS como conceito apenas para manter o *status quo* do capitalismo, levanta a questão acerca da real finalidade deste conceito (ver Oliveira, 2005: 9).

3.4. A Cimeira da Terra (RIO-92)

A Conferência do Rio (1992), RIO-92 ou ECO-92, como também é chamada, acontece 20 anos depois da de Estocolmo (1972), onde, do ponto de vista internacional, começaram a ser discutidos os problemas ambientais e sociais decorrentes do processo de desenvolvimento. Entretanto, o DS tem a sua génese no *Relatório Brundtland* (1987), através do qual foi apresentado e difundido.

No seguimento deste relatório e deste novo conceito, tem lugar no Rio de Janeiro, Brasil, (Julho de 1992) a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). A cidade do Rio de Janeiro foi a escolhida como palco perfeito para a transformação estratégica do desenvolvimento capitalista.

Participaram nesta Conferência 175 países, 106 chefes de governos, num total de mais de 35 mil pessoas, pondo em evidência a importância de tal evento (Brüseke, 1998: 34). A RIO-92 surge como a grande responsável pelo acordo da celebração do DS em carácter global, como o novo paradigma universal, tendo na Agenda 21 o receituário dos países signatários (Bell e Morse, 1999: 3; Siena: 2002: 28-29; Oliveira, 2005: 1-2).

Como refere Almeida Jr. (2000: 11), a década de 1990 começa com um mundo sem grandes barreiras ideológicas entre o Ocidente e o Oriente, cada vez mais consciencializado sobre cenários de uma catástrofe ecológica. Um mundo ainda assolado por crescentes indicadores de miséria, marginalização social, falência económica, disparidade psicossocial e cultural, degradação ambiental, violência, corrupção e discórdia (ver Machado, 2005: 302).

A Conferência surge num contexto de continuação da busca de um conceito de DS mais consensual, sintético e operacional e que gozasse de aplicabilidade imediata nas diferentes circunstâncias culturais, socioeconómicas, ambientais e políticas do planeta (Almeida Jr., 2000: 11). Esta busca ganha contornos globais com a RIO-92 e, segundo Frey (2001: 1), é o resultado da contestação e questionamento dos pilares fundamentais da sociedade moderna⁷⁶, que se traduzem na crise ecológica global, um dos maiores desafios da humanidade.

Para Oliveira (2007: 4), crítico do conceito de DS, o objectivo da Conferência do Rio foi o de criar a aparência de um debate amplo e democrático, entre os principais participantes de praticamente todas as nações do mundo sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais. A RIO-92 é apresentada por este autor como o palco escolhido para a aclamação do DS enquanto mecanismo de transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes, por conseguinte, no ambiente do liberalismo económico e como meio de o defender e prolongar.

⁷⁶ Crença no progresso ilimitado, superioridade dos padrões de geração e conhecimento da ciência, força do sistema capitalista.

O mesmo autor entende esta Cimeira como uma tentativa de ajuste dos mais diversos problemas ambientais, visando a manutenção da relação centro-periferia, e também a adaptação do capitalismo às possíveis dificuldades da regulação e extinção dos recursos naturais, fundamentais à reprodução do capital.

Para May (1998: 246), durante a RIO-92, a insistência sobre a necessidade de o Sul deter o crescimento populacional e as emissões de carbono, ao mesmo tempo que se abriam as portas para exploração da diversidade biológica tropical, foi tida como um indicador de que as nações pobres estavam sendo convidadas a “vender barato” seu consentimento à recessão global.

No seu entendimento, tem havido uma tendência na discussão dos problemas de desenvolvimento e meio ambiente de pôr a culpa em suas vítimas: pequenos produtores que têm que cortar e queimar floresta para arrancar sua subsistência porque não há terra disponível para eles em outros lugares; migrantes urbanos que se alojam em encostas perigosas causando enchentes e cujos esgotos não tratados contaminam as fontes de água. Os países do Sul têm visto a sua base de recursos pilhada pelos países do Norte, nos últimos 5 séculos para satisfazer as suas insaciáveis necessidades.

Como importantes documentos elaborados na RIO-92 saliente-se a Agenda 21, como o programa de acção global; a Declaração do Rio, composta por 27 princípios pelos quais deve ser conduzida a interacção entre os seres humanos e o planeta; a Declaração de Princípios sobre a Floresta; a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Alterações Climáticas (ver Machado, 2005: 293-294). Embora estes documentos sejam importantes pelo seu conteúdo, centraremos a atenção somente na Declaração do Rio, neste item, e na Agenda 21, em item subsequente.

Tendo em vista os objectivos desta investigação, a RIO-92 apresenta-se de sobremaneira relevante para se entender o conceito de DS, sobretudo em dois importantes aspectos: apresentação do conceito, anunciado como uma gestão mais eficiente do modelo dominante na esfera mundial; adopção de uma estratégia mundial para a implementação global do DS – a Agenda 21 (Machado, 2005: 296).

A Declaração do RIO (ver <http://www.onu.org.br>), organizada em 27 Princípios, traça os elementos fundamentais da prossecução do DS. Direcção e dá prioridade aos seres humanos no processo da busca de desenvolvimento; deve permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e meio ambiente das

gerações presentes e futuras; e considera a protecção ambiental como parte integrante do processo de desenvolvimento (Princípios 1, 3 e 4).

Os Estados têm um papel relevante a desempenhar, seja pelo direito soberano de explorar os seus próprios recursos, segundo as suas próprias políticas de ambiente e desenvolvimento, seja na erradicação da pobreza, em cooperação com todos os indivíduos (Princípio 2 e 5).

É atribuída prioridade aos países em desenvolvimento (menos desenvolvidos e ecologicamente mais vulneráveis), ao mesmo tempo que os mais ricos têm de cooperar na conservação, protecção e restauração da saúde e integridade do ecossistema terrestre (Princípios 6 e 7). Devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, assim como promover políticas demográficas adequadas, na busca pela qualidade de vida para todos (Princípio n.º 8). Cooperar no fortalecimento da capacitação endógena do DS (Princípio n.º 9). Facilitar e estimular a consciencialização e a participação popular, disponibilizando informações para todos (Princípio n.º 10).

Ao mesmo tempo terão de adoptar legislação ambiental eficaz (Princípio n.º 11) e criar legislação nacional relativa à responsabilidade e à indemnização das vítimas de poluição e de outros danos ambientais (Princípio n.º 13). Cooperar na promoção de um sistema económico internacional aberto e favorável (Princípio n.º 14). Adoptar o princípio da precaução (Princípio n.º 15). Promover a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos económicos – princípio do Poluidor-Pagador (Princípio n.º 16). Aplicar a Avaliação de Impacte Ambiental (Princípio n.º 17). Comunicar a outros Estados desastres ambientais ou outras situações de emergência que possam vir a provocar efeitos prejudiciais nestes últimos (Princípio n.º 18). E, por fim, cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria (Princípio n.º 27).

Reconhece-se, ainda, o papel vital das mulheres na gestão do meio-ambiente e desenvolvimento, dos jovens e dos saberes dos povos indígenas, suas comunidades e comunidades locais, que têm um papel vital na gestão ambiental e no desenvolvimento (Princípios 20, 21 e 22). Define-se a guerra como prejudicial ao DS (Princípio n.º 24), ao mesmo tempo que se identificam a paz, o desenvolvimento e a protecção ambiental como interdependentes e indivisíveis (Princípio n.º 25). O DS é, assim apresentado no entrosamento de todos estes aspectos.

3.4.1. A Agenda 21

A Agenda 21 é apresentada como a estratégia da RIO-92 para salvar o planeta, a proposta por excelência sobre DS (Almeida Jr., 2000, 14). É um programa de acção da RIO-92 adoptado por 182 governos. É o primeiro documento do género a alcançar consenso internacional, fornecendo um plano para assegurar o futuro sustentável do planeta (Oliveira, 2006: 3).

Segundo Saldanha (2007: 22), a Agenda 21 surge como uma receita de acções a tomar, com a finalidade de propiciar o uso racional dos recursos naturais, a inclusão social, a preservação da biodiversidade, a utilização de energias renováveis, o ordenamento territorial, o fortalecimento das funções públicas, a ampliação da participação da sociedade civil e a massificação da educação ambiental, entre outras.

Para a nossa investigação é de enorme importância, porque, além das possibilidades dos Relatórios de Avaliação da Sustentabilidade, a Agenda 21 é o instrumento que, não sendo obrigatório, está à mão das entidades públicas e privadas no sentido de traçar caminhos para o progresso em direcção ao DS. Embora úteis, são ainda poucos os municípios portugueses que implementarem ou estão em processo de implementação de uma Agenda 21 Local⁷⁷.

A Agenda 21 é um documento imponente, com 40 capítulos e mais de 800 páginas, sendo um detalhado programa de acção em matéria de ambiente e desenvolvimento. Nela constam tratados em muitas áreas que afectam a relação entre o meio ambiente e a economia, entre os quais se incluem: a atmosfera, energia, desertos, oceanos, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população.

Como salienta Oliveira (2005: 4), a Agenda 21 é a grande bíblia para a consecução do DS, oferecendo um verdadeiro plano de metas gerais a ser cumpridas religiosamente por todos os “interessados” em alcançá-lo. Tudo passa a ser reflectido segundo a sua sustentabilidade: “agricultura sustentável”, “dinâmica demográfica sustentável”, “padrões de consumo sustentável”, “sustentabilidade do produto”. A impregnação da sustentabilidade em toda a política económica e social mostra o claro interesse em contaminar todos com este ideal e sua carga de convicções.

⁷⁷ O sítio www.agenda21local.info dá conta de que em Portugal há Agendas 21 Locais de nível intermunicipal ou regional (70); municipais (118 – segundo inquérito feito em Setembro de 2009) e ao nível da freguesia (21) (informação obtida em: 18.08.2011).

O documento divide-se em quatro secções: (1) *dimensões sociais e económicas* – trata das políticas internacional que podem ajudar na viabilização do DS, das estratégias de combate à pobreza e à miséria e da necessidade de introduzir mudanças nos padrões de produção e de consumo; (2) *conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento* – trata do manejo dos recursos naturais e dos resíduos e substâncias tóxicas; (3) *fortalecimento do papel dos principais grupos sociais* – indica as acções necessárias para promover a participação, principalmente das ONG; e (4) *meios de implementação* – trata dos mecanismos financeiros e dos instrumentos jurídicos para a implementação de projectos e programas com vista ao DS (Gadotti, s/d: 2; Machado, 2005: 296-297, Agenda 21, Preâmbulo, 1.6).

A Agenda 21 é um plano de acção a ser implementado na esfera nacional, aspecto que é ressaltado desde o preâmbulo, onde é referido que «o êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos» (N.º 1.3) e para a sua concretização são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. É neste sentido que assume importância a cooperação internacional, que deve «...apoiar e complementar tais esforços nacionais», o sistema da Nações Unidas, outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais, a par de uma ampla participação pública e do envolvimento activo das ONG e de outros grupos, e são necessários novos e adicionais recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento (Nº. 1.4), dando especial atenção às economias de transição (Nº. 1.5).

Ainda que se relacione a conquista do DS à existência de um ambiente económico e internacional dinâmico e propício, é no plano nacional, sobretudo nas estratégias políticas, que o documento visa orientar, condições sem as quais não se logrará o DS (N.º 2.2).

O DS não se consegue, igualmente, sem a existência de um ambiente económico externo propício, sem uma economia mundial dinâmica e estável, que não esteja cercada de incertezas, nem se logra com os PED sobrecarregados pelo endividamento externo, ou com financiamento insuficiente para o desenvolvimento, com obstáculos a restringir o acesso aos mercados e com permanência dos preços básicos e dos prazos comerciais dos países em desenvolvimento em depressão.

É a partir destes pressupostos que se deve entender a cooperação internacional, no sentido de complementar e apoiar políticas internas saudáveis, tanto nos PD como nos PED, para que possa realmente haver um avanço mundial no sentido do DS.

No entender de Machado (2005: 297), quando a Agenda 21 centra as suas directrizes no plano nacional está já a distanciar-se da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Relatório Brundtland*), no que concerne à identificação das causas da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento dominante. Como indica, «as desigualdades entre as nações decorrem da adoção de modelos nacionais ineficientes e insustentáveis e não das relações de poder e dominação que se estabelecem na esfera internacional e que reforçam e reiteram as identificadas disparidades...».

O clima internacional propício à realização de metas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento deverá ser proporcionado pela economia internacional e assentar mormente na liberalização do comércio, ou seja, a prossecução do DS assenta em medidas que promovam e acelerem a liberalização comercial. É neste sentido que o N.º 2.3 se refere a quatro maneiras de a economia internacional lograr este objectivo: «(a) Promoção do desenvolvimento sustentável por meio da liberalização do comércio; (b) Estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente; (c) Oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional; (d) Estímulo a políticas macroeconómicas favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento.» (ver N.º 2.7).

Como enfatiza Machado (2005: 299), a condição necessária para estabelecer as bases do DS, tal como se coloca na Agenda 21, é a liberalização comercial. Isto significa que a liberalização do comércio é o eixo das directrizes mais amplas sugeridas como essenciais para a construção de um ambiente nacional e internacional propício à implementação de políticas voltadas para a conquista do DS, e que, por conseguinte, não interfiram no funcionamento do livre mercado.

A mesma autora salienta também que as benesses desta liberalização do comércio para a economia mundial suporia que os países periféricos implementassem da maneira mais eficiente possível um conjunto de reformas que pudessem melhorar a competitividade de seus produtos no mercado internacional (Machado, 2005: 301). Neste sentido, a ideia é viabilizar um processo de capitalização interna que seja capaz

de manter e estimular uma expansão do processo de desenvolvimento económico e a integração na economia mundial globalizada, através do comércio internacional. Neste processo, as preocupações de cariz ambiental e social caminhariam a reboque.

Analisando estes argumentos e comparando-os com os da Conferência de Estocolmo, a autora argumenta que a diferença substancial é que se em Estocolmo o esforço era o de associar a problemática ambiental à problemática social e daí reivindicar que era fundamental para o equacionamento de ambas a aceleração do processo de desenvolvimento, a partir do avanço tecnológico e do crescimento económico, na RIO-92 as ligações entre a degradação do meio ambiente e problemas sociais já não são o centro das discussões, nem são estabelecidos de forma tão directa.

As questões relativas ao desenvolvimento dos países periféricos assim como o equacionamento da problemática ambiental estão ligados, de forma mais directa, à capacidade de regulação do livre mercado (Machado, 2005: 301), deixando antever que o DS obedece aos interesses hegemónicos dos PD e está dependente do capital na sua forma liberal, ou seja, da actuação livre das forças de mercado.

Na RIO-92 postula-se que a promoção do DS exige uma reciprocidade entre comércio e meio ambiente, ou seja, um sistema comercial aberto que promova a disponibilidade necessária de recursos para o desenvolvimento e que desempenhe um papel positivo na protecção do meio ambiente, como é referido no N° 2.19.

Relativamente à pobreza e sua erradicação, tema caro à Agenda 21 e essencial na discussão do modelo de desenvolvimento, defende-se que tanto a erradicação da pobreza quanto as questões sociais referentes à segurança, ao acesso aos sistemas de saúde e educação são colocados na esteira da reactivação do crescimento económico, por sua vez atrelado à implementação de reformas e à conquista de melhores condições de competitividade no mercado internacional (Machado, 2005: 302).

No fundo, o que a autora salienta é que as directrizes da Agenda 21 não pretendem produzir alterações radicais no modelo de desenvolvimento dominante na esfera mundial, mas apenas torná-lo mais eficiente. O equacionamento da problemática ambiental é apenas mais uma parte neste processo (Machado, 2005: 303).

No enquadramento do que foi dito, recorde-se o abordado em item anterior a respeito dos três tipos de discurso sobre o desenvolvimento (*discurso do desenvolvimento*, *discurso do desenvolvimento sustentável* e *discurso do*

desenvolvimento competitivo). Atrás, foram apresentados os argumentos de Machado (2005), onde defendia que na RIO-92 se aproximam as estratégias discursivas do *discurso do desenvolvimento sustentável* das do *discurso do desenvolvimento competitivo*, evidenciando valores similares, ancorados na perspectiva neoliberal, dentro do âmbito da economia capitalista e da reprodução do modelo das sociedades industrializadas (ver Martins, 2004: 6).

Como frisa a autora, «a lógica que perpassa as directrizes estabelecidas na Agenda 21 com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável trabalha no sentido da legitimação do modelo de desenvolvimento predominante na esfera mundial, cujo eixo de expansão está assentado cada vez mais nos mecanismos da acumulação flexível e no ideário neoliberal.», longe da proposição do DS como um modelo alternativo (Machado, 2005: 305-306). Por conseguinte, ao sinalizar a desarticulação e o enfraquecimento da capacidade do movimento de oposição ao modelo dominante e de proposta de novas alternativas, o Discurso do DS tende a aproximar-se das estratégias discursivas que buscam reafirmar a legitimação do modelo dominante.

Ao terminar este item, queremos registar duas notas, em nosso entender importantes. Uma para a Agenda 21 Local e a outra para a Agenda 21 como documento que busca do DS dentro do modelo económico actual.

Como se referiu, a Agenda 21 é um plano de acção para ser implementado na esfera nacional, razão pela qual, mesmo não sendo de carácter obrigatório, deverá ser implementada a este nível e, dentro deste, ao nível regional e local (ver Queirós, 2007). Daí a referência à Agenda 21 Local. O segundo aspecto tem a ver com a razão de ser da implementação da uma Agenda 21, sendo esta a defesa do modelo económico actual.

Assim sendo, faria sentido implementar uma Agenda 21 Local se o objectivo desta é a continuidade do sistema económico dominante, o principal causador do actual estado do planeta? Não soaria isto a uma certa hipocrisia? A resposta à primeira questão seria “sim”, quanto mais não seja porque é sempre melhor uma Agenda 21 Local do que não ter nada. A resposta à segunda questão seria “não”, mas dependeria, em última análise, do fim último que se pretende atingir.

O sentido do “sim” da primeira e do “não” à segunda remete-nos para uma razão mais profunda. É que fazer uma Agenda 21 Local incentiva duas coisas muito importantes: uma é, claramente, a constituição de uma visão, quer dizer, definir aquilo

que se pretende almejar para determinado local; a outra, a introdução da participação da comunidade em todo o processo, factor essencial no processo do DS. Por introduzir esses dois novos elementos já tem, em nosso entender, a sua validade.

3.5. Protocolo de Quioto (1997), Declaração do Milénio (2000) e Carta da Terra (2000)

No encalço dos anteriores documentos, outros se tornam relevantes para a problemática estudada. São eles o Protocolo de Quioto (1997), a Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000) e a Carta da Terra (2000).

O Protocolo de Quioto surgiu no âmbito das discussões sobre a poluição decorrente do processo de desenvolvimento e a necessária actuação para diminuir as emissões desses gases na atmosfera (Oliveira, 2006: 6). Foi concebido para controlar o aumento da temperatura do planeta, por meio de adopção de mecanismos de redução dos níveis de emissão de CO₂ e outros gases causadores do efeito estufa (Almeida, 2007: 58; ver Diniz, 2007: 31-34).

Cerca de 10.000 delegados, observadores e jornalistas participaram desse evento de alto nível realizado em Quioto, Japão, em Dezembro de 1997. A conferência culminou na decisão por consenso de se adoptar um Protocolo segundo o qual os países industrializados reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012 (Art. n.º 3). Esperava-se, com esse compromisso, com vinculação legal, produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nesses países há cerca de 150 anos, com o fim geral de promover o DS (Art. n.º 2).

Tendo como finalidade limitar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera, a fim de promover o DS, o documento apela, por um lado, à implementação e/ou aprimoramento de políticas e medidas de acordo com as circunstâncias nacionais de cada país participante na Conferência, e, por outro, à cooperação entre eles no sentido de partilhar experiências e troca de informações sobre essas mesmas políticas e medidas (Art. n.º 2)

Faz referência à eficiência energética; à protecção e aumento de reservatórios para cativar os gases de efeito estufa; a práticas sustentáveis de gestão florestal (florestação e reflorestação); à procura de formas sustentáveis de agricultura, face às mudanças climáticas; à pesquisa, promoção, desenvolvimento e aumento do uso de formas novas e renováveis de energia, de tecnologias de sequestro de carbono e tecnologias ambientalmente seguras; à redução gradual ou eliminação das imperfeições de mercado, incentivos, isenções tributárias, subsídios a sectores contrários ao cumprimento dos objectivos da Convenção; à redução das emissões do sector dos transportes; de estimular reformas adequadas em sectores relevantes e da cooperação das partes envolvidas (signatários) (Art. n.º 2 e 10).

O Protocolo de Quioto, como ficou conhecido, depois de ter entrado em vigor, em Fevereiro de 2005, não foi adoptado por todas as nações que participaram. O caso mais conhecido e problemático é o dos Estados Unidos que são responsáveis por 42% das emissões de CO₂ dos países desenvolvidos e que não assinou o Tratado (Almeida, 2007: 58). Pior que isso, lembra o mesmo Almeida (2007: 115), de acordo com os cientistas, a percentagem de redução negociada em 1997 deveria ter sido, tecnicamente, de 60% sobre os índices de 1990 e não 5%. A situação é tanto mais grave se se considerar os dados recentes da ONU que indicam que houve um aumento de 4% nas emissões entre 2000 e 2004, em vez da redução esperada.

O interessante do protocolo, além das observações referidas, é a ideia de que, mesmo sendo um Protocolo em prol do bem comum e da protecção do próprio planeta, por um lado, o país que mais polui, na defesa dos seus reais interesses (económicos / hegemónicos) não ratificou o dito Tratado. Por outro lado, é claro constatar que todas as alterações sugeridas devem ser operadas dentro dos mecanismos de mercado, isto é, em momento nenhum, se equaciona o modelo de desenvolvimento. Por último, a alusão ao desenvolvimento de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, referidos no Art. n.º 12, no quadro mundial de desenvolvimento, parece-nos deveras interessante, porque isso se relaciona com a inovação tecnológica e com a possibilidade de a humanidade enveredar por outros caminhos e possibilidades que ultrapassam os combustíveis fósseis e a aproximam mais da natureza (pelo menos em teoria).

Relativamente à Declaração do Milénio das Nações Unidas, Almeida (2007: 77; ver ONU, 2000) apresenta-a como uma visão com ambiciosas metas destinadas a corrigir as deformações do planeta causadas pela desigualdade social e pela utilização

predatória dos recursos naturais. Embora o arrojo dessas metas não transparecesse difícil de realizar, uma vez que o horizonte é 2015, o certo é que dois anos depois em Joanesburgo (quando foi ratificada pelos chefes de Estado), a realização de tais objectivos no prazo previsto começava a ficar duvidoso.

Os 8 objectivos percorrem um largo espectro que vai desde a erradicação da miséria e da fome (eliminação da pobreza), à universalização do ensino básico, à promoção da igualdade de género, à redução da mortalidade infantil, passando pela melhoria da saúde materna, pelo combate às doenças que mais matam a nível mundial (HIV, malária, entre outras), pela protecção do ambiente comum (garantir a sustentabilidade ambiental), pelo estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento, sem esquecer a justiça e uma paz duradoura em todo o mundo, os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade (liberdade, igualdade, solidariedade e tolerância, respeito pela natureza, responsabilidade comum), a boa governação e a transparência, a cooperação entre instituições pública e privadas, uma ética de conservação e salvaguarda, os direitos humanos e a democracia, protecção dos grupos mais vulneráveis e o reforço do papel das Nações Unidas (ONU, 2000; Almeida, 2007: 77-91; Mota *et al*, 2005: 17). Estes objectivos desdobram-se em 18 metas e 48 indicadores a alcançar mediante acções concretas dos Estados e da sociedade (Almeida, 2007: 77).

Segundo Almeida (2007: 77), a Declaração do Milénio decorre das relações cada vez mais imbricadas entre pobreza e degradação ambiental. A sua maior dificuldade de implementação é esbarrar com complexas e conflituantes relações internacionais, com a falta de entrosamento entre representações sociais, visão excludente e equivocada da maioria dos donos do poder no universo político e empresarial, que têm impossibilitado a adopção de medidas práticas para promover as exigidas mudanças.

Este mesmo autor (Almeida, 2007: 78) salienta, igualmente, a falta de entrosamento entre o mundo tripolar (Governo, empresas e sociedade civil organizada), a que nos referiremos posteriormente, no âmbito interno dos países, ao qual acrescentamos a falta de conhecimento desses objectivos pela sociedade civil, facto que inibe a pressão que esta poderia expressar nos órgãos públicos responsáveis. Ou então a real falta de interesse na operacionalização destes objectivos, pelas mais diversas organizações.

Por último, uma palavra para a Carta da Terra, um documento muito interessante, apontado como a nova sustentação ética – código ético planetário – do novo modelo de desenvolvimento defendido na RIO-92.

Apesar do seu atribulado processo, desde a primeira vez que se falou em fazer uma Carta da Terra, na RIO-92, até ter sido aprovada em 2000, em Paris, pela UNESCO, foram muitos os intervenientes e as dificuldades. Contudo, o mais significativo é ter sido concebida como um código de ética global em busca de um DS, apontando para uma mudança nas atitudes, valores, instituições e modos de vida (Carta da Terra, www.cartadaterrabrasil.org; <http://www.earthcharterinaction.org>).

O projecto da Carta da Terra inspira-se em variadas fontes, incluindo a ecologia e outras ciências contemporâneas, as tradições religiosas e as filosóficas do mundo, a literatura sobre ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, além das declarações e dos tratados intergovernamentais e não governamentais relevantes.

Envolve três princípios interdependentes: (1) os valores que regem a vida dos indivíduos; (2) a comunidade de interesses entre Estados; e (3) a definição dos princípios de um DS.

A Carta da Terra constituiu-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Ela inclui os princípios básicos que deverão reger o comportamento da economia e do meio ambiente, por parte dos povos e nações, para assegurar “nosso futuro comum”, isto é, a construção de uma sociedade justa, sustentável e pacífica para o século XXI.

O documento procura inspirar todos em direcção a uma interdependência global e responsabilidade partilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. É uma expressão de esperança e um apelo a contribuir para a criação de uma sociedade global num contexto crítico na História.

Contém 16 princípios com o objectivo de estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, sectores importantes da sociedade e o povo. Para conseguir o DS e melhor qualidade de vida para todos os povos, propõe que os Estados reduzam e eliminem padrões insustentáveis de produção e consumo e promovam políticas demográficas adequadas.

Ela deve ser entendida sobretudo como um movimento ético global para se

chegar a um código de ética planetário, sustentando um núcleo de princípios e valores que fazem frente à injustiça social e à falta de equidade reinante no planeta. Cinco pilares sustentam esse núcleo: (1) direitos humanos; (2) democracia e participação; (3) equidade; (4) protecção da minoria; (5) resolução pacífica dos conflitos. Esses pilares são cimentados por uma visão de mundo solidária e respeitosa da diferença (consciência planetária), cujo resultado é um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio DS.

Além de desafiar a examinar os valores e a escolher um caminho melhor, exorta a procurar um terreno comum no meio da diversidade e a acolher uma nova visão ética partilhada por uma quantidade crescente de pessoas em muitas nações e culturas por todo o mundo.

3.6. Cimeira de Joanesburgo (2002)

ONU promoveu, entre 26 de Agosto e 4 de Setembro de 2002, outro evento mundial para discutir o meio ambiente e o DS. A Cimeira de Joanesburgo, também chamada de Rio +10 ou Eco-2002, ocorreu em Joanesburgo, em África do Sul, com o objectivo de avaliar o progresso feito desde a RIO-92 e promover acções globais para a erradicação da pobreza, para a mudança de padrões de produção e consumo e assegurar a supervisão e a protecção sustentável dos recursos naturais (ver Vieira, 2008; ONU, 2002).

O acesso a energia limpa e renovável, o efeito de estufa, a conservação da biodiversidade, a protecção e uso das fontes de água, o acesso à água potável, saneamento e controle de substâncias químicas nocivas foram alguns dos temas debatidos. No fim do encontro, foram estabelecidas metas para os próximos dez anos. A principal delas foi o comprometimento dos países participantes em reduzir pela metade a população sem acesso a água potável e saneamento básico, até 2015 (ver Oliveira, 2006: 10).

A declaração de Joanesburgo sobre o DS veio reafirmar a necessidade de prosseguir com a busca do DS (ONU, 2002: 1-4), assumindo como compromisso construir uma sociedade global humanitária, equitativa e ciente da necessidade de

dignidade humana para todos (n.º 2) e liberta de padrões de desenvolvimento insustentáveis (n.º 3 e 4).

Reafirma os princípios de Estocolmo e da Rio-92, da Agenda 21 e da Declaração do Rio na continuidade do caminho em direcção ao DS (n.º 8-10) e a determinação de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento humano (n.º 7), incluindo a mudança dos padrões de consumo e produção, a protecção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento económico e social (n.º 11).

Do mesmo modo se reconhece que existe um profundo abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres, entre mundos desenvolvidos e em desenvolvimento, representando uma ameaça à prosperidade, à segurança e à estabilidade globais (n.º 12), e o sofrimento continuado do meio ambiente, com a perda de biodiversidade, com a desertificação, com os efeitos adversos da mudança do clima e o aumento e frequência de desastres naturais, cujas consequências são mais graves nos países em desenvolvimento (n.º 13).

Estas disparidades globais correm o risco de se perpetuar, se não houver da parte das nações uma acção determinada e em sentido contrário (n.º 5), daí o necessário compromisso com o DS. O mote será ampliar a solidariedade humana, insistir-se na promoção do diálogo e cooperação entre povos e civilizações do todo o mundo (n.º 17).

Afirma-se o princípio da dignidade humana e o compromisso de resolver os principais problemas que a humanidade enfrenta, através de metas, prazos e parcerias, proporcionando o acesso a requisitos básicos, como água potável, saneamento, habitação adequada, energia, assistência médica, segurança alimentar e protecção da biodiversidade, assim como assegurar que todos tenham acesso a recursos financeiros e aos benefícios da abertura de mercados e à capacitação e ao uso de tecnologia moderna que resulte em desenvolvimento (n.º 18).

Também se reafirma a luta contra as condições mundiais que apresentam severas ameaças ao DS: sub-alimentação crónica; desnutrição; ocupações estrangeiras; conflitos armados; problemas com drogas ilícitas; crime organizado; corrupção; desastres naturais; tráfico ilegal de armamento e tráfico humano; terrorismo; intolerância e incitamento ao ódio racial, étnico e religioso; xenofobia, e doenças endémicas, transmissíveis e crónicas (n.º 19).

Reconhece-se, igualmente, a necessidade de assegurar a valorização e emancipação da mulher e que a igualdade do género seja contemplada em todas as actividades da Agenda 21, as Metas de Desenvolvimento do Milénio e Plano de Implementação de Joanesburgo (n.º 20).

Insiste-se no facto de que a sociedade global possui já os meios e está dotada de recursos para encarar os desafios da erradicação da pobreza e do DS e assume-se o compromisso de tomar medidas adicionais para que todos os meios sejam utilizados em benefício da humanidade (n.º 21).

Salienta-se que o DS requer uma perspectiva de longo prazo e participação ampla na formulação de políticas, tomada de decisões e implementação em todos os níveis (n.º 26). Também as corporações do sector privado devem implementar suas responsabilidades corporativas (n.º 29), contribuindo para a evolução das comunidades e sociedades equitativas e sustentáveis (n.º 27). Reafirma-se o compromisso de reforçar e aperfeiçoar a governação em todos os níveis n.º 30).

Por último, considera-se a necessidade de promover instituições multilaterais mais eficazes, democráticas e responsáveis (n.º 31) e reafirma-se a vontade de que todos cumpram com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional. Reafirma-se a necessidade de monitorização, em intervalos regulares, do progresso alcançado na implementação das metas e objectivos do DS (n.º 33).

Segundo o site do Ministério do Ambiente português (www.apambiente.pt), da Cimeira de Joanesburgo salientam-se as seguintes conclusões: (1) a Cimeira reafirmou o DS como um tema central da agenda internacional e deu um novo ímpeto à acção global no sentido do combate à pobreza e à protecção do ambiente; (2) este conceito foi alargado e reforçado, ligando a pobreza, ambiente e utilização dos recursos naturais; (3) os Governos acordaram e reafirmaram um vasto conjunto de compromissos e metas concretas tendo em vista alcançar os objectivos de DS; (4) os assuntos relacionados com a energia e saneamento básico foram os mais críticos das negociações, porém, os resultados obtidos nestes domínios foram mais relevantes do que em anteriores encontros internacionais sobre o DS; (5) deu-se um passo positivo para a erradicação da pobreza ao obter-se apoio ao estabelecimento de um fundo mundial de solidariedade; (6) reconheceu-se que a África e a estratégia NEPAD merecem atenção e apoio especial por parte da comunidade internacional, no sentido de se concentrarem esforços para se

fazer face às suas necessidades de desenvolvimento; (7) deu-se o devido relevo aos pontos de vista da sociedade civil em reconhecimento do papel chave que desempenham na implementação dos resultados da Cimeira e na promoção de parcerias. A Cimeira e o Plano de Implementação vieram reforçar o conceito das parcerias entre Governos, sector empresarial e sociedade civil.

3.7. Década da Educação para o DS (2005-2014)

A educação é crucial para o DS. Ela projecta o DS para outros âmbitos que ultrapassam as instituições das Nações Unidas e as próprias instituições nacionais, responsáveis pela sua implementação em políticas, programas e planos, revelando a sua transversalidade. Sem a educação não há sustentabilidade global (por induzir mudança de atitude) (Bursztyn, 2005: 68).

Para Nascimento (2002: 98), o senso comum diz-nos que a educação é fundamental para o desenvolvimento. Sem uma preparação adequada de seus membros, uma comunidade não pode progredir e desenvolver-se. Sem uma educação de qualidade, não tem como o indivíduo se inserir favoravelmente no mercado de trabalho.

O mesmo autor remete para a sociedade moderna a ideia da escola como instrumento central de educação, «...como espaço generalizado de socialização e transmissão de conhecimento, separado da produção.» (Nascimento, 2002: 99). Ao mesmo tempo que na sociedade moderna ganha corpo a ideia de escolaridade de massa, na passagem do século XIX para o XX, solidifica-se a generalização da escola, obedecendo a três argumentos: (1) o económico – as novas formas de produção exigiam um número crescente de alfabetizados; (2) o político – exigência moderna da ideia de cidadania, que exigia indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, e (3) o nacional – a escola surge como instrumento da construção da nacionalidade, na divulgação de uma língua comum, de uma tradição, de uma identidade (Nascimento, 2002: 99-100).

Após a Segunda Grande Guerra Mundial três leituras interpretativas da escola podem ser feitas: (1) a educação como instrumento de mobilidade social (é pela educação que os pobres podem ascender socialmente, melhorar de vida, romper com a pobreza); (2) a escola como uma condição para o crescimento económico, partindo da ideia de que, quanto mais educado e profissionalmente qualificado for um povo, mais

desenvolvido é o País; (3) a educação como meio de criar cidadãos, sendo o seu papel imprescindível para tal tarefa (Nascimento, 2002: 100-103).

Argumentos e direcções à parte sobre estas três leituras relativas à educação (Nascimento, 2002: 104-109), estas três interpretações são complementares e indispensáveis, razão pela qual a educação é um elemento fundamental do futuro (gerações futuras), porque sem educação não há inclusão, um imperativo ético de mobilidade social, de cidadania e de crescimento económico para todos (Procópio, 2002; Sachs, 2004: 14, 82; Bursztyn, 2005: 68-69).

Incluindo-nos neste postulado, concordamos com Bursztyn (2005: 73) quando salienta que, face à gravidade dos problemas ambientais, é imperativo promover a educação. Fundamentalmente uma educação para o DS, com uma forte componente ambiental, constituindo uma importante ferramenta para mudar a nossa forma de vida, origem da actual crise, como ressalta Sarria (2005: 387-388).

É nesse sentido que se entende a importância da educação para o DS, porque a sua implementação é um desafio ímpar e requer um horizonte de longo-prazo (Klink, 2005: 77), dado que ambos pressupõem continuidade (Bursztyn, 2005: 69). A educação terá de incorporar, segundo Sarria (2005: 388), uma ética ecológica aplicada⁷⁸.

Ainda a respeito da educação, Bursztyn (2005: 68-69) salienta que foi por meio do investimento nela, como formadora de mentalidades e vector de mudança de atitude, que a sociedade industrial triunfou, dentro de uma lógica baseada na razão instrumental, capaz de transformar os stocks de riqueza natural em riqueza económica, a cuja acção se chama progresso. Em sua opinião, quanto maior a habilidade de um povo em transformar a natureza em produto, maior a sua riqueza. Por conseguinte, quando ao desenvolvimento se agrega o princípio da sustentabilidade, a educação representa condição necessária, e é da responsabilidade do Estado.

No entender de Sachs (2004: 14, 82), a educação é essencial para o desenvolvimento pelo seu valor intrínseco, já que contribui para o despertar cultural, para a consciencialização e compreensão dos direitos humanos, aumentado a adaptabilidade, o sentido de autonomia, a autoconfiança e auto-estima.

⁷⁸ A autora, a propósito da ideia da educação subordinada ou permeada por uma ética ecológica, enfatiza a necessidade de se reconstruir o currículo a partir desta mesma ética ecológica; a necessidade de se responder ao problema motivacional (educação como força motivadora para gerar acções ambientais responsáveis), e valores para a sustentabilidade (Sarria, 2005: 387-415).

Dito isto em favor da educação, com o intuito de a direccionar para o DS, a ONU⁷⁹, em 2000, declarou que a década de 2005 a 2014 seria a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, percebendo que um dos seus maiores desafios é um projecto intergeracional assente na educação (ver <http://www.unesco.pt>).

Foram definidos pela UNESCO 4 grandes objectivos para esta Década: (1) a promoção e melhoria da qualidade da educação; (2) a reorientação e revisão dos programas de ensino; (3) o reforço e a formação técnica e profissional, e (4) a informação e sensibilização do público em geral e dos *Media* para o conceito de DS.

Como orientação foram propostos 3 grandes perspectivas estratégicas: sócio-culturais, ambientais e económicas, privilegiando a educação das mulheres e dos jovens, a formação de professores, educadores e formadores, e a sensibilização dos *Media*.

Foi com este intuito que a Comissão Nacional da UNESCO, criou, em Junho de 2005, um grupo de trabalho para a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, sob a coordenação da Professora Luísa Schmidt, do qual resultou, um ano depois, o documento *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), Contributos para a sua dinamização em Portugal*, de que, brevemente, nos ocuparemos, em seguida (Schmidt, 2006).

Este documento começa por se reconhecer que a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* constitui uma oportunidade ímpar para inscrever o tema na agenda nacional. Reconhece-se que já existem diagnósticos suficientes da situação que permitem avançar para a acção. Do mesmo modo, estabelece-se, como primeiro passo, a criação de uma plataforma que articule as diversas iniciativas e agentes no terreno (Schmidt, 2006: 4).

Identificam-se áreas de intervenção prioritária (Escolas e Autarquias); acções transversais (os *Media*, o Mercado e as Organizações Não-Governamentais) e identificam-se projectos concretos capazes de dinamizar a mudança desejada (um *workshop* anual sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), como a instituição de prémios UNESCO de EDS, a criação de uma exposição itinerante sobre o DS e o lançamento de uma chancela da UNESCO/EDS a utilizar em projectos de EDS) (Schmidt, 2006: 4-5)

⁷⁹ Em Dezembro de 2002 foi adoptada pela Assembleia-Geral da ONU (Resolução 57/254), cabendo à UNESCO a responsabilidade da sua implementação.

Trata-se de um documento muito interessante e, quanto a nós ambicioso, com o objectivo de desenvolver acções que inscrevam os valores inerentes ao DS nas diferentes formas de aprendizagem, de modo a fomentar as mudanças necessárias que permitam atingir uma sociedade mais sustentável e justa para todos, partindo da ideia de que todos devem ter a oportunidade de aceder a uma educação e adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas⁸⁰ (Schmidt, 2006: 6-7).

No que a Portugal diz respeito, começa-se por traçar o quadro da dinâmica recente da sociedade portuguesa. Enumeram-se alguns dos aspectos mais importantes desta dinâmica: reconhece-se que a sociedade portuguesa deu um salto abrupto de uma sociedade rural depauperada para uma sociedade “pseudo-modernizada”; não foram criadas as necessárias competências para as novas necessidades; há lacunas de recursos humanos em áreas-chave e défice de participação cívica. Portugal chegou tarde à questão do DS e ainda não o integrou na sua cultura cívica, económica e política (Schmidt, 2006:7).

Esta situação gerou algumas tensões de insustentabilidade, entre as quais se reconhece o desordenamento do território e desfiguração dos quadros de paisagem, com forte desvalorização do mundo rural; a baixa eficiência energética (e excessiva dependência dos combustíveis fósseis); um sistema de transportes assente no transporte rodoviário e no transporte particular; a degradação acentuada dos recursos naturais; assimetrias sociais e regionais de ordem variada (largas faixas da população em situação de pobreza e exclusão social); e a resistência com que os poderes públicos encaram as políticas que não produzem resultados de crescimento económico visíveis a prazos não superiores a 4 anos (Schmidt, 2006: 7-8).

Tendo como pano de fundo este cenário, traçaram-se 5 objectivos para a *Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, que aqui se reproduzem: (1) valorizar a função fundamental que a educação e a aprendizagem desempenham na procura comum do DS; (2) facilitar as relações e o estabelecimento de redes, o intercâmbio e a interacção entre as partes interessadas na EDS; (3) proporcionar um espaço e oportunidades para melhorar e promover o conceito de DS e a transição para esse desenvolvimento mediante todos os tipos de sensibilização e aprendizagem

⁸⁰ Na actualidade, em clima de crise económica, não deixam de ser abusivos, em nossa opinião, os valores cobrados pelos estabelecimentos de ensino pela administração de algo que deveria ser gratuito e para todos: a educação universal.

dos cidadãos; (4) participar na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no domínio da EDS; e (5) elaborar estratégias, a todos os níveis, para reforçar as capacidades em matéria de EDS (Schmidt, 2006: 8).

Relativamente ao que mais interessa à nossa investigação, dentro dos três aspectos antes apontados (intervenção prioritária; acções transversais e projectos concretos), queremos salientar a pretensão de que o DS se inscreva, de forma permanente, nas agendas mediática, empresarial e política, e se difundam e inscrevam na opinião pública as preocupações com o DS.

Entre os vários aspectos salientados e metas estabelecidas, interessa evidenciar dois aspectos que se julgaram mais importante e vêm ao encontro desta investigação. O primeiro deles prende-se com a educação, uma vez que, como já foi dito, é indutora de mudança de atitude. O segundo tem a ver com as autarquias, uma vez se ambiciona avaliar a sustentabilidade de uma região composta por 13 municípios.

Quanto à educação, como se depreende, a preocupação com o DS tem de permear todos os graus de ensino e todos os níveis da formação profissional.

Em relação às autarquias, estas são importantes instituições de promoção do DS. Destaque-se a ideia de avaliar a situação dos municípios portugueses em termos de DS, e a criação de uma base de dados georreferenciada de âmbito nacional. Esta pode constituir um importante recurso na avaliação dos municípios, e contribuir para a melhoria do desempenho de cada município e da qualidade de vida dos munícipes.

O documento salienta, ainda, que se pretende que as autarquias devam apostar nos valores económicos, naturais, sociais e institucionais do DS. Esta aposta deverá ser colocada em prática mediante a adopção de dinâmicas participativas, aspecto com o qual concordamos inteiramente.

No âmbito das acções transversais, não deixa de ser importante a preocupação com os *Media*, pela sua acção multiplicadora; o mercado, mais especificamente, as empresas que, como mostraremos, já incorporam a temática da sustentabilidade, e, inclusive, já produzem *Relatórios de Sustentabilidade*, e as ONG (e Associações de Desenvolvimento Local – ADL), que, como se sabe, desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento local sustentável. Estes serão aspectos que teremos em conta, quando analisarmos a região face ao DS (Cap. VI).

Para finalizar, seria interessante perceber em que ponto está a implementação da *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento* em Portugal, mas esse seria um caminho que, com certeza, nos desviaria dos nossos objectivos iniciais, razão pela qual não o seguimos.

3.8. Debate conceptual e operacional em torno do desenvolvimento sustentável

Em todas as leituras realizadas para a persecução dos nossos objectivos, no caso deste capítulo, o esclarecimento sobre o conceito de DS, sua compreensão teórica e aplicações práticas, não resulta de fácil compreensão, muito menos perceber as suas reais vantagens para a construção de uma pretensa sustentabilidade planetária.

O conceito de DS é vago⁸¹ (Siena, 2002: 30; Martins, 2004: 2; Braga *et al*: 2004: 16; Gibson *et al*, 2005: 60), complexo (Bell e Morse, 1999: 3), engenhoso e incompleto (Rattner, 1999: 233; Oliveira, 2007: 2)⁸². É vago porque não explicita as necessidades das gerações presentes nem das futuras e oculta o principal desafio para superar o conflito entre economia e meio ambiente, que é o de estabelecer padrões de consumo a um ritmo harmónico, que preserve a capacidade da natureza de fornecer a matéria-prima para manter a satisfação dessas necessidades (Klink, 2005: 77).

É um conceito que se pretende que seja assimilado por todos os habitantes do planeta com igual significado em culturas diferentes. Martins (2004: 2) refere, ainda, a ambiguidade que resulta da falta de um sentido mais claro para o conceito, o que favorece visões completamente distintas sobre o significado de desenvolvimento e sustentabilidade, e permite que se usem indistintamente, segundo interesses particulares, diferentes mundivisões, valores e atitudes distintos, opinião que é corroborada por outros autores (Batty, 2001: 30; Siena, 2002: 15; Spangenberg *et al*, 2002: 62; Bell e Morse, 2003: 5-7; Wheeler, 2004: 179; Gibson *et al*, 2005: 52; Roberts, 2006: 517; Kerk and Manuel, 2008: 228).

⁸¹ Apesar de vago, segundo Siena (2002: 17), há três características que a maioria das definições têm em comum: uma condição humana desejável, uma condição do ecossistema desejável e equidade duradoura, entre a presente e as gerações futuras e dentro da presente geração.

⁸² A este propósito, Cabette (2004) sugere que, em relação ao DS, se tenha um enfoque crítico cauteloso.

É esta ambiguidade que para Martins (2004: 2) é a mais directa responsável pelo sucesso do conceito, e tem facilitado a sua utilização em estratégias e práticas profundamente insustentáveis, como já foi mencionado (ver Ruscheinsky, 2004: 17).

Em nosso entender este debate depende grandemente da perspectiva em que cada um se coloca. Neste sentido, não é despropositado falar-se de uma compartimentação do DS, pois a questão acaba por direccionar-se para o modo como cada sector se posiciona face aos valores do DS e as acções que leva a cabo para os assimilar e praticar, tendo como fim último a sustentabilidade global (mesmo que tal, na prática, possa não acontecer, ou seja uma estratégia para vender mais).

Resulta por de mais evidente que a leitura da mesma realidade feita por um filósofo, biólogo, economista, sociólogo, geógrafo, ambientalista, empresário, jurista, jornalista, índio da Amazônia, etc. diferirá em muitos aspectos. Assim, o conceito de DS tem de ser alvo de um tratamento multidisciplinar, que englobe conhecimentos e valências de várias disciplinas (Siena, 2002: 19-20; Gilbson *et al*, 2006: 18).

Não se pode olvidar que, independentemente da mundivisão que se tenha, a realidade muda a cada instante, assim como os processos inerentes à própria natureza. Como nos diz Santos (1992), «a realidade não é [simplesmente] binária». Dependendo da perspectiva em que cada um se colocar, todos podemos estar certos e errados ao mesmo tempo. Certos, a partir do nosso ângulo de visão e experiência. Errados, porque a realidade vai mais além da soma das partes. Como sugere, uma análise binária é sempre empobrecedora.

Os organismos vivos estão em constante mudança e perceber essa mudança, em tempo real, não é de todo fácil, e, muitas vezes até impossível de compreender e assimilar (no momento actual). Como sugere Almeida (2007: 73), a ideia, por exemplo, do paradigma ecológico tradicional que via o mundo como estático e constante, não é mais do que um equívoco. Os sistemas ecológicos estão sempre em contínua mudança, em crescimento ou decaimento; são “sujos”, “desarrumados” e “caóticos”, mas são estas características que lhe conferem diversidade e resiliência (ver Goldsmith, 1995).

Se se acrescentar a estas dificuldades a visão economicista do mundo, a teia intensifica-se, porque se pode cair no argumento de que o DS seja apenas um modo de dar uma nova roupagem ao sistema, ou torná-lo “verde”, continuando a defender os

interesses das estruturas de poder, a manter as mesmas políticas globais (Braidotti *et al*, 2000: 177; Frey, 2001: 4; Daly, 2004: 198; Ruscheinsky, 2004: 17-18).

Talvez hoje, mais do que nunca, porque se vive uma crise sem precedentes, das mais graves de que há memória, se tenha de equacionar ideias que se julgavam esclarecidas. Não deixa de ser estranho, por exemplo, que esta crise tenha surgido em pleno séc. XXI, quando se supunha, pelo aprendizado adquirido, que a Humanidade estaria em avançado estado na prossecução do DS, com menor degradação ambiental, qualidade de vida para todos, menos pobreza, miséria, e fome, sem exclusão, ou, pelo menos, em menor escala. Pura ilusão, dirão alguns!

Sem se pretender enveredar por falsos moralismos, é inaceitável que, com os avanços tecnológicos e as capacidades técnicas e científicas actuais, haja quem morra à fome, como é inaceitável que se morra por não ter assistência médica básica, por não se ter acesso a água potável ou saneamento básico, ou haver quem não tenha acesso à educação e ao conhecimento (por não ver satisfeitas as suas necessidades mais básicas). Quando assim é, é imperioso interrogarmo-nos sobre o processo de desenvolvimento e as mais-valias do DS. Mais estranho soa quando se reconhece que a Humanidade já dispõe dos recursos necessários para erradicar a pobreza (Declaração de Joanesburgo, n.º 21; Carta da Terra, *Desafios Futuros* – www.cartadaterrabrasil.org)⁸³.

Por outro lado, também não resolve o problema atribuir o ónus da poluição/degradação ambiental aos PED, em consequência da pobreza, como se tem feito repetidamente. Resulta interessante, aliás, o argumento de alguns autores, quando se trata do tema da relação entre pobreza e desenvolvimento. A este respeito Guilherme (2007: 34-35), citando Gooddland, enfatiza que a redução da pobreza é o objectivo primordial do DS e que esta redução deve vir do desenvolvimento qualitativo, da redistribuição e divisão equitativas, da estabilidade populacional e da estrutura comunitária, mais do que, propriamente, do crescimento dos bens de produção.

Como também não se pode esquecer a poluição e a degradação ambiental que decorre do “modo de vida” consumista dos PD, aspecto que no cenário mundial continua ainda pouco explorado e divulgado, sobretudo porque ninguém quer prescindir

⁸³ A este respeito, Rattner (1999: 235) chama a atenção para a insustentabilidade que decorre do facto de já se possuir conhecimento e inovações científicas e tecnológicas que ultrapassam a nossa imaginação, de já existir comida e bens materiais em abundância para a população que existe em todo o planeta, e ainda assim não sermos capazes de atender ao número crescente de seres humanos que estão desempregados, sem tecto e espiritualmente alienados.

do seu actual padrão de vida, mesmo que possa ser, eventualmente, às expensas da destruição do planeta e as respectivas consequências sejam para todos (ver Sachs, 1993: 31, 36)⁸⁴.

Outro argumento que causa alguma perplexidade é o facto de se alegar, para tudo e para nada, que sem crescimento económico não há desenvolvimento, fazendo corresponder o desenvolvimento ao crescimento económico e ao progresso. Como refere Cavalvanti (1998: 164), quando as economias de mercado ficam sem crescimento ou numa recessão moderada, por um ano ou dois, os economistas logo falam de uma crise e são requisitados para fazer todo o possível para reaquecer os motores do crescimento do sistema económico.

Tendo escrito em 1998, observou que, virtualmente, todos os países do primeiro enfrentavam problemas graves de défices fiscais, desemprego, um hiato entre pobres e ricos, altas taxas de juros e incerteza crescente com relação à sustentabilidade do processo económico.

Mutatis mutandis, 14 anos depois da referência do autor, a 25 do *Relatório Brundtland* e a 20 RIO-92, com o DS a permear negócios, acordos, promessas, programas e planos, nacionais e internacionais e na boca de políticos, empresários, cientistas, é incompreensível a profunda crise que assolou a grande maioria dos países. Portanto, alguma coisa tem de estar mal!

Selene Santos (1992), num artigo já citado, em relação a este mesmo assunto, recorda o célebre livro de Celso Furtado *O Mito do Desenvolvimento Económico*. Fazendo referência à argumentação deste autor, indica o carácter predador do processo civilizacional e denuncia a ideia de desenvolvimento como sendo um mito útil para mobilizar os povos da periferia a aceitar sacrifícios, legitimar a destruição de suas culturas e justificar as formas de dependência. Deste modo, como indica, «...a aceção do termo [desenvolvimento] que predomina e persiste é a de que o desenvolvimento é crescimento dos meios de produção, é acumulação, é inovação técnica, é aumento de produtividade, enfim, é expansão das forças produtivas e não alteração das relações sociais de produção.» (ver Cavalcanti, 1998: 170; Veiga, 2008: 28).

⁸⁴ Este autor (Sachs, 1993: 36), inclusive, refere-se à existência de uma razoável concordância na necessidade de se deter o consumo excessivo dos países industrializados, que são também os que mais contribuem para a degradação ambiental.

O desenvolvimento que têm experimentado os PD é um desenvolvimento capitalista e caracteriza-se por concentrar os meios de produção em poucas mãos e por tornar as decisões referentes à alocação do excedente privilégio de poucos. É, pois, desequilibrado e desigual no seu conjunto (Santos, 1992; Cavalcanti, 1998: 170).

Voltamos ao início deste item. Se é nossa pretensão abordar o DS do ponto de vista mais integrado possível temos de considerar alguns factores, à parte da sobrevalorização do crescimento económico⁸⁵ (e desvalorização de outros aspectos), e da projecção do modo de vida dos PD para os restantes países, com todas as implicações que esta projecção supõe (relações de poder, dominância e dependência).

Na abordagem do DS são muitos os autores que fazem referência a algumas crises que permeiam o último século, reflexo de uma crise global que há muito corrói a Humanidade, devasta a natureza e faz com o ser humano se alheie daquilo que lhe é mais caro. O pressuposto é que, de um modo ou de outro, todos intuimos que a nossa cultura, a economia, a sociedade e aquilo que nos agrada chamar de civilização estão em crise (George, 1998: 22; Bartoli, 2003: 19).

Referimo-nos especificamente à crise que permeou a Modernidade, à crise ambiental, à crise do Estado, à crise de valores ou crise espiritual e à “questão energética” (não necessariamente por esta ordem). São referidas em conjunto, fundamentalmente porque interagem entre si, muito embora não tenham tido a mesma prevalência em todos os momentos e sejam faces da mesma moeda.

Estando conscientes do muito que há a dizer sobre cada uma delas, e do muito tem sido dito por numerosos autores, apenas se pretende tecer algumas considerações, que se relacionem com a temática desta investigação e ajudem a clarificar o conceito, objecto de reflexão e a direcção mais adequada (se a houver).

A modernidade, segundo Machado (2005: 33, 35), foi um processo que se iniciou com o Renascimento e culminou com o Iluminismo do século XVIII. Definiu-se, fundamentalmente, em oposição ao sagrado, à ordem divina, como governo das coisas e dos homens, «...inteiramente associada à racionalização, à substituição de Deus, no horizonte da sociedade, pela ciência, como mecanismo de produção de

⁸⁵ Sobre este assunto, Siena (2002: 77) ressalta que, numa leitura sistémica da realidade, a economia é apenas um subsistema do sistema humano (o sistema é constituído pelos subsistemas humano e ecossistema).

conhecimentos livres de interferências políticas e religiosas.», um processo de secularização e de desencanto e de busca de emancipação do homem.

Paula *et al* (1997: 201) salientam a mesma ideia, mencionando que a Modernidade é, de certo modo, «...a mais ampla e consistente tentativa da humanidade de libertar-se dos condicionamentos naturais e sociais, que tinha feito do mundo, até então, uma sucessão de constrangimentos aos desejos de liberdade e felicidade, que movem a alma humana desde sempre.», sendo a razão o meio de construção dessa nova ordem para o mundo, como uma arma crítica, o instrumento que possibilitaria essa libertação (Machado, 2005: 34). A construção dessa sociedade racional tornou-se num dos aspectos centrais da modernidade, sobretudo a partir do final do Séc XVIII.

A politização da filosofia iluminista, para Machado (2005: 34), colocou a modernidade em acção. A ordem universal estava na natureza. O Homem, usando a sua razão, poderia conhecê-la e harmonizar-se com ela (e romper, em definitivo, o passado obscurantista, sobre as concepções mágicas, sobre o “mundo encantado” das mentalidades primitivas). A ideia era unir o homem ao mundo e para isso era necessário deslocar o fundamento religioso, colocando em seu lugar o social. Neste campo do social, o Estado afirma-se como o garante da esfera pública, da prevalência do interesse colectivo sobre o individual (ver Paula *et al*, 1997: 201).

A modernidade cresceu impregnada de promessas (de minimização da dor, do sacrifício, de doenças). A aliança entre razão, ciência e técnica parecia definir o caminho para libertar o homem dos mitos e das tradições religiosas, mas também das necessidades mais elementares da sobrevivência. Liberdade, Igualdade, Fraternidade e propriedade foram os princípios sobre os quais se edificou a sociedade moderna, burguesa e liberal, e a democracia surgiu como o elemento que colocou em acção esses princípios, permitindo que a sociedade e o Estado coincidissem nas suas acções e percorressem juntos o caminho em ordem ao progresso e ao desenvolvimento económico (Machado, 2005: 34)⁸⁶.

O início dos anos 70 do século passado marca um amplo consenso relativamente à existência de uma crise generalizada e profunda (Crise da Modernidade) de todo um

⁸⁶ A autora refere-se ainda a dois pilares de sustentação da Modernidade: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. O primeiro, regido por três princípios: o princípio do estado, o do mercado e o da comunidade. O segundo, regido por três lógicas de racionalidade: a estético-expressiva (da arte e da literatura), a moral-prática (da ética e do direito) e a cognitivo-instrumental (da ciência e da técnica) (Machado, 2005: 36-40).

projecto histórico, de uma civilização criada pela Modernidade (Paula *et al*, 1997: 202). É neste contexto que se pode abordar as restantes crises: a ambiental e a dos Estados.

No que à crise ambiental diz respeito, é de salientar que esta tem a sua origem e expressão nas consequências problemáticas da dinâmica capitalista, como nos refere Paula *et al* (1997: 205; ver Santos, 1992; Stahel, 1998: 117;). Neste sentido, segundo Rohde (1998: 42), os cientistas que estudam o meio ambiente apontam graves e profundas consequências do «...sistema actual, insustentado, decorrente do dogma fundamental da teoria económica vigente, a saber, o crescimento económico a qualquer custo: o crescimento contínuo e permanente num planeta finito; a acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza; a ultrapassagem dos limites biofísicos; a modificação de ciclos biogeoquímicos fundamentais; a destruição dos sistemas de sustentação da vida e a aposta constante da tecnologia para minimizar os efeitos causados pelo crescimento.» (ver Guilherme, 2007: 37; Daly, 2004: 197).

Os supracitados Paula *et al* (1997: 2005-206), neste mesmo âmbito, salientam que os diversos problemas ambientais de hoje, os instrumentos, políticas, instituições e conhecimentos mobilizados para os enfrentar estão entre as grandes questões do nosso tempo, questões globais, que desafiam o conjunto do planeta. Isto remete-nos para o facto de a crise ecológica ser apenas uma das facetas de uma crise geral da sociedade industrial, e que engloba a crise social, económica, político-ideológica e moral, como acentua Stahel (1998: 118).

Paula *et al* (1997: 206-228) identificam como questões ambientais globais o efeito de estufa, a acumulação de lixo tóxico, a crise energética, a crise da água e dos alimentos, a destruição da camada de ozono, a chuva ácida, a perda de biodiversidade e o esgotamento dos recursos não-renováveis (ver George, 1998: 43-55; Cristóvão, 1999: 21-22; Oliveira, 2005; Guilherme, 2007: 28; Almeida, 2007: 18-58; Veiga e Zatz, 2008: 9-21).

A estas poderemos acrescentar, porque directamente relacionadas aos efeitos da crise ambiental, os problemas decorrentes da crescente urbanização e sobrepopulação, a destruição das florestas, e, como consequências directas, o aumento da temperatura global, o degelo, o aumento do nível médio das águas do mar, diminuição da selecção natural de raios ultravioletas e aumento e proliferação de casos de doenças

cancerígenas, resultantes da exposição a estes raios, a erosão e esgotamento de recursos hídricos (May, 1998: 235-236; Guilherme, 2007: 28).

Os mesmo autores, Paula *et al* (1997: 206), enfatizam que os problemas ambientais, do ponto de vista global, não estão circunscritos nem geográfica nem socialmente, eles decorrem tanto da modernidade expansiva quanto do atraso e da pobreza. De igual modo, tanto os países pobres como ricos, ambientes aquáticos e terrestres, a atmosfera e as aglomerações urbanas, todo o planeta, de alguma forma, vivem hoje as consequências problemáticas dos modos de produção e reprodução material criados na modernidade. Para Guilherme (2007: 28) muitos destes problemas derivam de três factores, vistos isolados ou combinados entre si: o uso de tecnologias inadequadas, a má administração de recursos naturais e o crescimento populacional.

As implicações e as relações que permeiam a crise ambiental são complexas e são de índole variada. Por um lado, percebe-se que no âmago da questão está a relação entre o ser humano e a natureza (padrão de articulação sociedade-natureza), uma relação que é, antes de mais, antropocêntrica, de dominância (Guilherme, 2007: 40).

O foco é posto no ser humano, o que remete para a razão instrumental e para a instrumentalização da natureza, ao serviço do Homem, em que este se arroga o direito de dominar a natureza, dela pretendendo ser independente (Santos, 1992; George, 1998: 153; Machado, 2005: 198; Oliveira, 2005).

Norton (2007: 27), citando Lynn White, refere que esta perspectiva antropocêntrica deve muito ao cristianismo (ver Leis, 1998; Romeiro, 1999: 91; Siena, 2002: 26)⁸⁷. Contudo, apesar do negativismo do antropocentrismo, fruto do paradigma tecnológico e utilitário do Ocidente, que tem marcado tradicionalmente a relação entre a humanidade e a natureza, é necessário ter em conta que o ser humano constitui o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento, como evidencia Guilherme (2007: 40; ver Guimarães, 2001: 2, 13; Ferreira e Bonfim, 2010: 41). Falar em desenvolvimento significa colocar o ser humano no centro deste processo⁸⁸.

⁸⁷ Há quem advogue que as religiões tanto têm sido agentes de degradação quanto de sabedoria ecológica (Siena, 2002: 16).

⁸⁸ Além do Homem colocado no centro do desenvolvimento, é preciso considerar, igualmente, o crescimento económico como um processo ecologicamente limitado e não um fim, a protecção das oportunidades de vida das gerações actuais e futuras, e o respeito pela integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta (Guilherme, 2007: 23; Guimarães, 2001: 2).

Contudo, mesmo que esta ideia seja sedutora, requer, quanto a nós, alguns esclarecimentos. Na verdade, desde há muito é nossa convicção que no centro do desenvolvimento deve estar o ser humano. É claro que, quando no referimos ao ser humano está implícito, pelo menos para nós, que se trata do ser humano no seu todo e em todas as suas dimensões. Ainda assim, esta expressão pode conduzir-nos a um certo equívoco, de que temos vindo a dar conta, isto é, coloca o ser humano no centro de tudo (da Criação), tendo conduzido ao actual estado do planeta (ver Ferreira e Bonfim, 2010: 41). Por isso, nunca é demais salientar que quando se fala em ser humano estamos a falar de um ser relacional, pluridimensional, complexo e interdependente.

Não se coloca o ser humano no centro de tudo, para dominar a seu bel-prazer, como o centro da Criação⁸⁹, mas numa perspectiva de entrosamento com a natureza e seus ritmos e com os outros seres humanos, mas também um ser humano livre, cooperante, dialogal, comunicativo, solidário, enfim, feliz (ou em busca da felicidade em relação com os outros e o Outro – alteridade) (Rattner, 1999: 240; Leff, 2000: 8; Sachs, 2004: 35; Machado, 2005: 77)⁹⁰, e com a responsabilidade de se ter tornado a mais poderosa de todas as outras espécies – responsável por minorar tal assimetria (Oliveira, 2005; Rodrigues, 2006; Veiga, 2008: 147).

Premissa contrária é a do pensamento liberal utilitarista, que não reconhece outras obrigações a não ser para com os seres humanos, como é salientado por Frey (2001: 6). A este respeito, Cabette (2004: 2), referindo-se ao conceito e sentido do DS, salienta que este não altera o paradigma antropocêntrico e utilitário que tem marcado tradicionalmente a relação entre a humanidade e a natureza.

Por outro lado, também está em questão o modo de produção e consumo da sociedade contemporânea, como salienta Boff (2006). Uma produção e consumo que favorecem, como veremos, uma concupiscência, que leva a adquirir o que não se necessita ou o que entra pelos sentidos. Como refere George (1998: 51) «usamos muito plástico e produzimos tanto lixo que os resíduos ultrapassam a capacidade dos

⁸⁹ O ser humano como o centro da Criação é uma referência bíblica, referenciada nos seus primeiros livros, principalmente no Génesis, onde o Homem é apresentado como sendo centro da Criação, o dominador mas também o jardineiro. Como se sabe, esta tem sido uma tradição muito vinculada ao Ocidente, justificando comportamentos mais condizentes com o dominador do que o de jardineiro ou co-criador (a este respeito ver Mendes, 1998:54-76).

⁹⁰ A este respeito, veja-se como Almeida Jr. (2000: 16) caracteriza a sociedade não sustentável e sustentável. A não sustentável é caracterizada como antropocêntrica, individualista, egoísta, intolerante, competitiva, imediatista, adialogal e com uma visão fragmentada e anti-ecológica do homem e da natureza. A sustentável é cosmocêntrica, comunitária, altruísta, tolerante, cooperativa, mediatista, dialogal e com uma visão holística e ecológica do homem e da natureza.

depósitos; dirigimos carros que produzem o dobro da poluição, e consomem o dobro da gasolina do que os modelos que poderíamos ter adotado se fôssemos mais ecologicamente responsáveis; e usamos carros quando poderíamos usar bicicletas ou as nossas próprias pernas, beneficiando tanto do ar quanto nossa própria saúde.». Se, como salienta o autor, multiplicarmos as nossas escolhas individuais em relação ao meio ambiente por 5 mil milhões (no final da década de noventa), poderemos começar a entender que, cada vez que fizermos o que outros fazem, estamos a contribuir para o estado traumático do planeta, de modo cumulativamente perigoso.

Além de a crise ambiental ser uma consequência do modo com o ser humano encara a natureza e como cada um se posiciona individual ou colectivamente perante ela, há que ter em linha de conta, entre outros, três aspectos importantes. O primeiro deles diz respeito à disponibilidade de recursos que é, como se sabe, finita. O segundo tem a ver com a população mundial (sobrepopulação) que se sabe estar em contínuo crescimento, estimando-se muito próxima dos 7 mil milhões⁹¹. O terceiro diz respeito à questão energética, que abordaremos ainda neste tópico, mas em separado dos dois primeiros (dada a sua importância, queremos destacá-lo um pouco).

Relativamente ao primeiro dos desses aspectos, sabe-se que vivemos num planeta com limites, contra os quais se atenta de forma continuada ao não considerar o valor intrínseco dos recursos naturais, senão numa perspectiva antropocêntrica (ou pelo menos a partir de uma abordagem precaucional – Romeiro, 1999: 97). Não se consideram os importantes serviços que a natureza presta e sem os quais não se sobreviria, como a água, o oxigénio, a energia, o solo, a biodiversidade, e estaria em causa a nossa existência como espécie, nem se conta com a complexidade e contínua mudança própria dos ecossistemas, aspecto que, de resto, como os anteriores, é difícil de considerar (Bossel, 1999: 2).

Veiga (2008: 170) chama a atenção para a ideia da superação do conceito de perfeita reversibilidade, segundo o qual a reversão do sentido do movimento de qualquer variável permite facilmente voltar ao equilíbrio anterior. Como indica, pesquisas científicas dos últimos 20 ou 30 anos indicam uma rejeição generalizada dessa hipótese. A ideia de que se pode sobrecarregar os ecossistemas que eles têm uma capacidade inesgotável de voltar ao equilíbrio inicial não tem mais fundamento.

⁹¹ Segundo as Projecções do US Census Bureau, a população mundial ultrapassa os 6,9 mil milhões (ver <http://www.census.gov/ipc/www/popclockworld.html>; Última consulta em: 24.08.2011).

Esta ideia de irreversibilidade, segundo a qual não há retorno ao estado inicial (Veiga, 2008: 170), assim como as ideias de resiliência e sistémica permitem entender melhor, dentro do que é possível, o comportamento dos ecossistemas e a disponibilidade ou não dos recursos naturais.

Para Almeida (2007: 73) os ecossistemas não são estáticos, eles sofrem constantes mudanças em número, condições de equilíbrio e composição de espécies. Em parte, essa característica dinâmica determina a sua estrutura, a sua diversidade e até mesmo a sua viabilidade. É esta mudança que não pode mais estar ausente do processo de desenvolvimento (ver Bossel, 1999: 2).

Portanto, não só os recursos podem ser cada vez mais escassos, como também se entende que nem todos podem ser substituídos pelo conhecimento tecnológico. Essa é, aliás, a ideia de alguns ilustres economistas, que salientam que pela combinação do trabalho humano, capital produzido e recursos naturais, a natureza jamais constituirá obstáculo à expansão (Veiga, 2008: 122). Trata-se da ideia de que o progresso científico-tecnológico sempre conseguirá introduzir as necessárias alterações que substituam a eventual escassez do terceiro factor, com inovações dos outros dois ou de algum deles.

A ideia de que os recursos naturais podem no máximo criar obstáculos relativos e passageiros, já que serão indefinidamente superadas por invenções, partilha do optimismo do *Relatório Brundtland* de que o progresso tecnológico superará todas as dificuldades com que o ser humano se deparar, mas as consequências nefastas no meio-ambiente estão a mostrar o contrário.

Dois outros conceitos ajudam a compreender melhor as capacidades dos recursos naturais e a ideia de que eles são inesgotáveis. Um é referido por Almeida (2007); o outro por Rohde (1998): resiliência⁹² e sistémica, respectivamente.

O primeiro faz alusão à ideia equivocada de que não importa a magnitude o impacto, o sistema voltará às suas condições originais, assim que cessem os factores de stress. Trata-se da velha ideia da Mãe Natureza, uma Natureza benevolente, visão na

⁹² A noção de resiliência, basicamente, diz respeito à capacidade limite de absorção de mudanças, a partir da qual haverá ruptura: a Natureza suporta as alterações antrópicas até a um certo ponto, a partir do qual haverá ruptura, isto é, não só não conseguirá mais absorvê-las, como não voltará mais à situação inicial (Almeida, 2007: 59-60 e 64-67; Kondyli, 2009: 6).

qual os ecossistemas são vistos na óptica do *lessez-faire*, isto é, não importa o que o homem faça, a natureza encontrará maneiras de sobreviver (Almeida, 2007: 58)⁹³.

Depois de aludir ao oposto (nota de rodapé 93), ressalta que os sistemas naturais sempre foram submetidos a muitos impactos antes mesmo do aparecimento do homem: enchentes, secas e mudanças geológicas. Os que absorveram e se adaptaram às mudanças prevaleceram, mostrando que os sistemas naturais não são frágeis, derivando mesmo das próprias alterações a que foram submetidos, mas também não são infinitamente resilientes. Assim, qualquer mudança, mesmo pequena e introduzida de forma incremental, aparentemente sem qualquer alteração no sistema, um incremento adicional pode accionar o gatilho para um modelo de comportamento totalmente distinto (Almeida, 2007: 60, 64-67).

A dificuldade está, precisamente, em estabelecer as fronteiras dos sistemas e os limites dos factores de transformação, dificuldade reiterada por Veiga (2008: 199), quando ressalta que «O conhecimento científico não permite dizer qual é o ponto a partir do qual o ecossistema perderá sua resiliência e estará, de fato, comprometido.», remetendo para a prudência ecológica (ver Almeida, 2007: 63).

O outro conceito, o da sistémica, prende-se ao facto de os ecossistemas serem sistemas complexos de interacção que agem inter-relacionados e inter-actantes, razão pela qual, se acrescentadas as variáveis dos sistemas económicos e sociais, que também não são estáticos nem previsíveis, se tornam de difícil análise (Almeida, 2007: 13, 60). É neste contexto que se tem de olhar para a realidade e suas interacções na totalidade das suas complexidades e inter-relações, de forma holística (Rohde, 1998: 44; Firmino, 2006: 203; Siena, 2002: 62; Ribeiro, Mendes e Filho, 2006: 61; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 4, 10; Rattner, 2006).

Um outro aspecto relativo ao valor intrínseco dos recursos naturais é a dificuldade em medir e quantificar coisas que apenas se podem apreender do ponto de vista qualitativo e, por conseguinte, dificilmente quantificáveis e transponíveis para as leis do mercado, ou seja, da internalização das externalidades negativas associadas ao processo produtivo e com consequências ambientais (Veiga, 2008: 198-199, 201; Acsegrad, 1998; Stahel, 1998).

⁹³ Faz também referência à visão oposta, que considera que os sistemas naturais só podem sobreviver se a sua diversidade estrutural e espacial for mantida íntegra, pondo em evidência a fragilidade dos ecossistemas, parte de uma natureza efémera, que deveria ser intocada por ser incapaz de recuperar de qualquer impacto (Almeida, 2007: 58).

Entre outros, Acselrad (1998) e Stahel (1998) reflectem sobre as dificuldades em quantificar o valor daquilo que é sobretudo qualitativo (meio ambiente e outros aspectos do desenvolvimento, como os políticos, sociais, culturais e físicos). Stahel (1998: 111) salienta que a qualidade não é redutível à quantidade. Ela não pode ser traduzida para um indicador quantitativo, nem pode ser induzida a partir da manipulação de indicadores quantitativos que dirijam as acções sociais. Não podem, por conseguinte, ser reduzidos a um valor monetário, daí se concluir que é uma ilusão acreditar que o DS possa ser alcançável no interior dos mecanismos de funcionamento do mercado. Os mercados, como indica Sachs (2004: 27; 1993: 35), são apenas uma das muitas instituições que participam no processo de desenvolvimento e não captam todos os factores que contribuem para o bem-estar ou sofrimento humanos (ver Siena, Costa e Oliveira, 2007: 6-7).

Acselrad (1998: 128), por sua vez, refere que os estudos até aqui desenvolvidos sobre a internalização dos custos ambientais desembocam em duas dificuldades: as dificuldades aparentemente técnicas de valorar processos ecológicos incertos e heterogéneos, e as dificuldades de identificar as fontes de legitimidade para fundamentar os valores económicos de tais processos e fazê-los valer nos mecanismos decisórios ou no mercado.

Resumindo, tomamos a ideia de Veiga (2008: 198-189) para referir que a valorização económica dos elementos do meio ambiente tem sido tentada como se fosse o único caminho possível para se alcançar o planeamento de acções governamentais compatíveis com a aspiração a um DS. Contudo, em sua opinião, há dois impasses que tornam esta hipótese altamente discutível: o elevado grau de incerteza a respeito das relações de causa e efeito que podem estar associados a certos ecossistemas; as mudanças de modos de vida, as perdas de símbolos ou locais históricos e religiosos ou a destruição de património genético. Como se referiu, ideia que este autor corrobora, esse tipo de mudanças não é possível ser quantificado em termos monetários, sobretudo porque as questões relativas à gestão dos recursos naturais e ambientais evidenciam a necessidade de serem focados pelo lado qualitativo.

Quanto ao segundo aspecto, estamos perante um problema que não foi abordado na Conferência do RIO 92 e «...parece projetar uma sombra de pessimismo sobre todos [os] problemas ecológicos.» (George, 1998: 50). Este é, aliás, um tema caro ao DS, seja porque qualquer desenvolvimento que se pretenda é para as pessoas (gerações presentes

e futuras), em consonância com os limites do planeta, seja porque nos remete para complicados problemas ambientais, sociais, económicos, espaciais e culturais resultantes do aumento mundial da população e, em consequência, do número de pobres e miseráveis, a maior parte dos quais associados a grandes aglomerações e a países do Sul, situação que, cada vez mais, não é exclusiva destes.

Por conseguinte, percebe-se que a solução não é fácil, e percebe-se também por que razão a crise ambiental está (ou devia estar) no centro das discussões sobre o processo de desenvolvimento. Em abono da verdade, não se pode dizer que esta questão não seja contemplada, até porque os efeitos nefastos do crescimento a todo o custo são por de mais evidentes e não podem ser ignorados. Contudo, como se tem vindo a salientar, as motivações podem não ser as mais autênticas e o interesse último pode não ser a compatibilização ou harmonização entre a acção humana e a natureza. A solução também não parece passar pelo acrescento do prefixo “eco” ou do adjectivo “sustentável” a projectos e empreendimentos, numa pretensa busca da sustentabilidade global, ou que o combate à destruição da natureza por parte do ser humano possa ser levado a cabo com discursos (vazios), com muito bem refere Procópio (2002: 133).

Para o aprofundamento desta questão, a bibliografia é imensa, mormente porque não se pode falar em desenvolvimento, em relações Norte-Sul ou Centro Periferia, em pobreza e miséria, sem que se aborde a questão ambiental e, em consequência, a sobrevivência do planeta. Do mesmo modo, não se pode falar de DS sem focar, entre outros aspectos também importantes, a crise ambiental de que demos conta nos parágrafos anteriores. O que se quer salientar, como Machado (2005: 20), é que, além de a problemática ambiental ter emergido como campo de disputas políticas no interior das sociedades ricas e industrializadas, ela vinha sendo percebida e discutida por novos movimentos sociais como resultado do modelo de desenvolvimento assente no industrialismo, modelo que era preciso reorientar e tornar menos degradante.

O DS surge neste contexto, em que o modelo de desenvolvimento assenta no capitalismo industrial e sua expansão, com os consequentes «...conflitos e disputas de interesse e poder vinculados aos limites e contradições ... [da] problemática ambiental (Machado, 2005: 26; ver Raatz, 2007: 1). É neste sentido que se entende que a produção dos problemas ambientais se desloque do mundo industrializado e rico para as sociedades pobres e periféricas (Machado, 2005: 20). Quer isto dizer que o tema da poluição e dos efeitos gravosos do desenvolvimento foram dando espaço aos problemas

decorrentes da pobreza, constatando-se uma inflexão da problemática ambiental, concentrada nos aspectos relacionados com a falta de desenvolvimento e não como consequência deste.

Stahel (1998: 177), reflectindo sobre o capitalismo e a lei da entropia, situa a crise ambiental no meio de uma contradição: a que existe entre a direcção que aponta cada um destes aspectos. O capital (ismo) aponta para uma necessidade inerente de expansão infinita, a lei da entropia aponta para os limites materiais e energéticos. Neste sentido não se pode discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, o que implica re-inverter o próprio sistema capitalista vigente (em busca da sustentabilidade).

Pela importância que se tem conferido à questão ambiental, este autor chama a atenção para o facto de se poder incorrer no risco de se ofuscar outras questões e desequilíbrios. Entre estes, ele destaca a questão dos desequilíbrios nas relações de poder económico e político, as relações de dependência internacionais e a própria lógica de um sistema que gera uma minoria de privilegiados à custa de uma maioria, que se contenta com o usufruto dos seus lados negativos: condições de trabalho sub humanas, a poluição e a vida das grandes metrópoles, a violência e a degradação social, as condições de desenraizamento social, entre outras (Stahel, 1998: 119).

Relativamente à crise do Estado, o que parece relevante para esta investigação é perceber em linhas gerais como se posicionam os Estados perante o DS. Relembre-se, antes de mais, que o que foi surgindo sobre o DS teve a sua génese dentro de um ambiente institucional, principalmente dentro do âmbito da ONU. É neste quadro que os Estados foram aportando e incorporando o DS e o tentam implementar, transformando-o, pelo menos ao nível do discurso, na pedra basilar do desenvolvimento.

Segundo Bursztyn (2005: 62), ao longo do tempo, os Estados posicionaram-se entre duas lógicas: uma, intervencionista e dirigista (empreendedor e impositor de regulamentações que condicionam a conduta de actores privados); a outra, a de minimização da sua acção, deixando o caminho livre a outras forças, como o mercado. É no ajuste destas duas tendências que se enquadra o DS.

O mesmo Bursztyn (2005: 63) situa o início da crise do Estado com a eclosão da crise fiscal universal, após o choque petrolífero da primeira metade da década de 1970. Até essa altura, sempre que uma nova função pública se tornava necessária, o poder

público respondia com o incremento de suas estruturas burocráticas. Resultado: peso crescente do Estado no conjunto das economias.

Após a crise fiscal, tornou-se evidente a incapacidade de o Estado seguir crescendo indefinidamente, reagindo a cada impulso de novas demandas sociais. Por outro lado, não deixa de ser interessante o paradoxo dos últimos 25 anos do século XX, que o autor identifica como a necessária intervenção em políticas ambientais e suas dificuldades em responder a estas questões nos moldes em que historicamente actuou (crescimento de estruturas burocráticas). Do outro lado da barricada está o mercado e sua actuação livre (neoliberalismo).

É no centro destas disputas que se situa a crise do Estado que, por um lado, se confronta com sociedades cada vez mais complexas, exigindo uma forte acção reguladora, e, por outro, vê a sua acção limitada pelo avanço de neoliberalismo (causa e consequência da crise do Estado) (Bursztyn, 2005: 69). Uma crise que é fiscal, de legitimidade, de identidade, de condições de governabilidade.

Hoje, o Estado retira-se de cena, deixando que o mercado direcione as tendências e dite o modo de vida. Não sem custos, é verdade, basta observar-se a actual crise mundial que, mais do que nunca, carece da intervenção dos Estados⁹⁴. No fundo, trata-se de uma situação dúbia e hipócrita: quando às forças do mercado interessa que o Estado se retire, defende-se que seja mínimo e as deixe actuar livremente; quando as crises surgem da ineficácia e imperfeições do mercado, clama-se pela sua intervenção.

Estas duas direcções da acção dos Estados, atrás referenciadas, são relevantes para entendermos o DS e para delinear a nossa posição que é a favor da sua intervenção, como reguladores (se for bem feito, evitar-se-á possíveis constrangimentos) ou como interventores directos, através do planeamento, uma vez que são eles os defensores do bem-comum, sentimento e prática, cada vez mais, em desuso, mas essencial para o DS (Siena, 2002: 28; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 6)⁹⁵.

Concordamos com Bursztyn (2005: 69) quando aponta a direcção para a actuação do Estado. Ele salienta que, ao contrário de desempenhar funções empresariais, ele deve concentrar-se na regulamentação, na gestão dos contratos sociais,

⁹⁴ Dos “Estados” no plural, uma vez que um só Estado pouco ou nada pode fazer, face ao carácter predador do mercado.

⁹⁵ Siena, Costa e Oliveira (2007: 6-7), a este mesmo respeito, referem que tanto o mercado quanto o Estado estão esgotados como promotores do desenvolvimento, já que ambos são agentes de degradação. Citando Guimarães, sugere destronar ambos, submetendo-os aos interesses da sociedade civil.

na promoção de instrumentos e políticas indutores de estratégias planeadas e na garantia de protecção social, opinião corroborada por Sachs (2004: 11) e Guimarães (2001: 2)⁹⁶.

Decorrentes destas considerações, há atitudes dos Estados que não interessam. Por um lado, não interessa que os Estados sejam apenas impositores de regras e de políticas públicas verticais, longe das necessidades dos cidadãos e da vontade deles, e muito menos que sua acção no planeamento e gestão da *res publica* seja apenas reactiva. A este respeito, o mesmo Bursztyn (2005: 70) salienta 3 princípios fundamentais para o bom funcionamento dos Estados: (1) a subsidiariedade (delegar noutras instâncias tudo o que não precisa de ser executado pelo poder central – descentralizar, desconcentrar, delegar e mesmo privatizar); (2) coordenação (não pode desligar-se de suas funções); e (3) flexibilidade (não tratar do mesmo modo instâncias que diferentes; não promover a subsidiariedade de cima para baixo; não estabelecer regulamentações gerais aplicáveis a qualquer contexto).

Quando se defende que para a prossecução da sustentabilidade é essencial a acção conjunta do mundo tripolar, com responsabilidade e actuação equilibrada de Governos, Empresas e Sociedade Civil, como é referido por Almeida (2007: 54-58; Sachs, 1993: 30; Cunico Jr., Guaragni e Tortano, 2006: 94), é disso que se fala⁹⁷. Recorde-se o que foi referido a propósito do Ecodesenvolvimento sobre o planeamento, a que não pode ser alheio a intervenção do Estado (Frey, 2001: 10).

Para Almeida (2007: 56) importa que o sector público integre, no mínimo, as três dimensões básicas da sustentabilidade: ambiental, social e económica, agindo na base da transversalidade, à semelhança dos ecossistemas, onde não há lugar para acções estanques e segmentação e tudo assenta no princípio da integração. Neste contexto, ter-se-á em conta a capacidade de pensar e operar em três dimensões, referidas em conjunto e sem o predomínio de uma sobre a outra. Dos Estados exige-se uma «governança [Governação] institucional» imbuída de transparência na prestação de contas governamentais e privadas (Almeida, 2007: 54, 57; Sachs, 2004: 33).

⁹⁶ Guimarães (2001: 2) salienta que o papel do Estado é único, necessário e indispensável. Único, porque transcende a lógica do mercado, mediante a salvaguarda de valores e práticas de justiça social e equidade e incorpora os chamados direitos difusos de cidadania. Necessário, porque a lógica de acumulação capitalista requer a oferta de bens-comuns que não podem ser produzidos pelos actores competitivos do mercado. Indispensável, porque se dirige às gerações futuras e trata dos aspectos e processos caracterizados por não ser insubstituíveis.

⁹⁷ Sachs (2004: 33) acrescenta ao mundo tripolar (estado, empresas e sociedade civil organizada) as organizações dos trabalhadores.

No que concerne à “questão energética”, esta é sobremaneira relevante para a procura de um DS. De facto, a disponibilidade de energia (cada vez mais necessária em maior quantidade) é apontada como um dos motores da economia. É sabido que as fontes de energia são, maioritariamente, de origem fóssil. Esta utilização dos combustíveis fósseis tem marcado e condicionado as questões ligadas à ecologia, fundamentalmente a poluição e, consequentemente, a degradação ambiental, mas também tem sustentado um certo modo de produção e de consumo com as consequências globais que daí advêm.

Não é nossa proposição apresentar, mesmo que em traços gerais, a história dos consumos e necessidades energéticas mundiais. Limitamo-nos a citar Fernando Almeida (2007: 280), estudioso da sustentabilidade.

Com a previsão da população nos 9 mil milhões para 2050, é necessário um aumento de energia disponível para mover as indústrias, a saúde e a educação, caso se mantenha o actual padrão de desenvolvimento global (Almeida, 2007: 27). Neste contexto, o crescimento populacional e as metas de elevar padrões de vida são, para o autor, um desafio energético ímpar para o século XXI.

A possibilidade deste cenário e suas consequências, do ponto de vista ambiental, vai fragilizar a infra-estrutura natural sobretudo nas próximas décadas, uma vez que a crescente necessidade de energia (água e alimentos)⁹⁸ representa um custo além do suportável para os ecossistemas, segundo este autor, (Almeida, 2007: 15).

Por outro lado, salienta, «há um consenso internacional indicativo de que será preciso tomar medidas para estabilizar a concentração de CO₂...» (Almeida, 2007: 25), razão pela qual se torna necessário equacionar a produção de energia e sua procedência, assim como a sua utilização (transportes, indústria e habitação), uma vez que, «...tanto para um alto como para um baixo desenvolvimento, o carvão, o petróleo e o gás-natural – combustíveis responsáveis para maior carga de emissões de CO₂ para a atmosfera – continuam sendo as fontes básicas de energia.» (Idem, 32).

Em sua opinião (Almeida, 2007: 27), estamos perante um dilema: ou se atende à demanda de energia para desenvolver a economia e reduzir a miséria, ou se assume o

⁹⁸ O mesmo autor refere-se ao incremento do consumo de energia em razão do crescimento económico, do desenvolvimento urbano de áreas rurais e de processos migratórios para áreas urbanas, referindo que «...a crescente utilização de aquecedores, aparelhos de ar-condicionado, computadores e toda a infra-estrutura predial movida por energia eléctrica tende a dificultar a realização da meta das 9GTC [Gigatoneladas de emissões de carbono].» (Almeida, 2007: 39).

risco de intensificar catástrofes, como aliás, já está acontecendo. É necessário, pois, do ponto de vista estratégico, equacionar e aumentar a produção de energia de fontes renováveis, apesar das dificuldades que vão surgindo.

É indispensável, igualmente, pensar a infra-estrutura de transporte, tal como funciona hoje, com grandes inputs de energia, baseada nos combustíveis fósseis. Neste âmbito, mesmo que haja sinais de mudança, se se considerar 2050 como horizonte, qualquer análise que se faça, resulta sempre no mesmo: o sector dos transportes não é sustentável (Almeida, 2007: 33). Apesar de já se constatarem mudanças substanciais, é necessário o pleno funcionamento dessas mudanças até 2025⁹⁹.

Outra questão a equacionar é a infra-estrutura habitacional sobretudo no que concerne à eficiência energética nas construções, que deve ser considerada desde a fase de projecto até à implementação, mas também ter em conta o aquecimento, refrigeração e iluminação. Por último, tem de se ter em conta, do mesmo modo, o papel do “consumidor consciente”, no sentido de que o estilo de vida tem de ser mudado. E tem de ser mudado porque as escolhas não são todas iguais do ponto de vista energético¹⁰⁰ (Almeida, 2007: 39).

Com respeito à questão energética, outros três aspectos vão ser destacados pela sua relevância. O primeiro diz respeito à 2ª Lei da Termodinâmica, o segundo, às energias renováveis e o terceiro concerne a uma nova economia descarbonizada.

Relativamente ao primeiro aspecto, releve-se algo que, com frequência, é esquecido: «...a energia degradada aumenta continuamente, sem retorno.» (Cavalcanti, 1998: 154). A energia degradada que aumenta continuamente remete para a alta entropia resultante do processo económico e aponta para a urgente necessidade de incluir a questão da entropia no pensamento económico, como acentua Stahel (1998: 105). Neste sentido, importa perceber como o processo económico se apresenta do ponto de vista entrópico e como se apresenta o sistema industrial-capitalista sob essa perspectiva (Stahel, 1998: 106), o que parece ainda não ter sido feito, em princípio, por

⁹⁹ Essas mudanças passam pelo aumento do número de veículos de alta eficiência energética, como os híbridos e os de alta tecnologia a diesel; veículos com emissão zero, com os de células de hidrogénio; e que 6% do total de combustíveis consumidos sejam à base da biomassa (Almeida, 2007: 33-34).

¹⁰⁰ Em seu entender não é indiferente o facto de se escolher electrodomésticos mais eficientes; optar por transportes colectivos em vez do pessoal; equacionar a utilização de meios alternativos para diminuir o uso do ar-condicionado no tempo do calor ou frio; diminuir o consumo de energia em viagens (longas ou curtas), muitas delas desnecessárias, tendo em conta outros meios tecnológicos que poderão suprimir grande parte dessas viagens (por exemplo, adquirir produtos locais, fazer compras online e teleconferências em vez da deslocação, etc.) (Almeida, 2007: 39-40).

limitações da ciência económica, que é apenas uma das numerosas dimensões de um complexo composto de seres humanos em contínua interacção com os recursos naturais, (Daly, 2004; Veiga, 2008: 204, 118-120).

Quando é feita esta associação entre entropia e o processo económico, opções têm de ser feitas. Como evidencia Cavalcanti (1998: 155-156), «atingir-se o padrão de crescimento dos países industrializados é inegavelmente uma impossibilidade para a maioria dos países do mundo.» (ver Sachs, 1994: 49; Cavalcanti, 2002: 75; Daly, 2004: 198; Martins, 2004: 6; Machado, 2005: 21; Neves, Kleinmayer e Tocach, 2007: 3). Por esta razão, mesmo que o processo entrópico esteja em curso, independentemente do que se faça ou não, o foco não pode ser colocado, como o é actualmente, em comportamentos que favorecem a alta entropia (Sachs, 2007: 25). Sabe-se que os processos naturais são processos de baixa entropia e há sociedades que vivem próximo desta forma, mas, para todos os efeitos, essas sociedades são consideradas “atrasadas” (Cavalcanti, 1998: 153-174).

Por isso, no entender de Cavalcanti (1998: 167), num sistema globalizado e integrado, os países que mais crescem (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) são os copiados, o que significa escolher mais degradação entrópica do que parcimónia termodinâmica, mais processos homogeneizantes do que diversidade, mais fragilidade do que capacidade de resistir, mais combustíveis do que biomassa, revelando-se um processo insustentável.

É neste sentido que pensar a entropia remete para o DS, pois é necessário posicionar-se económica, social e ambientalmente com comportamentos que vão ao encontro de uma baixa entropia, logo, mais próximos e em harmonia com a natureza, longe do stress ambiental que o processo de desenvolvimento lhe impõe, mesmo que uma significativa parte da degradação entrópica seja invisível e quase abstracta (Cavalcanti, 1998: 167).

Quanto ao segundo aspecto, o das energias renováveis, percebe-se que recaia sobre elas o ónus de um futuro igualmente “próspero”, com menor degradação ambiental, menos poluição e maior qualidade de vida para todos. O que não se consegue perceber, uma vez que já se possuem conhecimentos técnicos para o fazer, é a demora

em disponibilizar essa tecnologia a baixos preços, que possam ser suportáveis tanto pelos PD como, em maior razão, pelos PED, o que ainda não acontece¹⁰¹.

Fala mais alto o lucro, a acumulação de capital em detrimento da melhoria das condições de vida das pessoas, porque, ao contrário dos combustíveis fósseis, pelo menos o sol e o vento (a água e a biomassa) estão disponíveis em quase todos os lugares do mundo. Este pensamento não faz de nós ingénuos a ponto de se pensar que não há barreiras à difusão destas tecnologias. Há-as, efectivamente, sejam elas de natureza económica, técnica, de rentabilidade dos investimentos ou de interesses instalados.

Recorremos a uma ideia de Almeida (2007: 175-176) para explicitar o que se pretende dizer. Tecendo considerações sobre o que ele chama a “base da pirâmide”, salienta que cerca de 80% dos actuais 6,2 mil milhões de habitantes do planeta são pobres e, destes, de 1 a 2 mil milhões são miseráveis. A base da pirâmide global é formada por cerca de 4 mil milhões de pessoas, com um poder de compra inferior a 1500 dólares anuais; no meio, 1,5 mil milhões de pessoas que vive entre os 1500 e os 15 mil; no topo, 800 milhões que vivem com mais de 15 mil dólares anuais.

Comparando estas diferenças entre os pobres e ricos do mundo, o autor vê, uma situação dramática e, em simultâneo, outra plena de oportunidades. Cheia de oportunidades porque inserir a base da pirâmide no mercado é um requisito de sustentabilidade e a saída da crise do capitalismo, quer dizer, a inclusão de alguns destes milhares de milhões na economia de mercado poderá trazer crescimento e gerar oportunidades no longo-prazo, a partir de modelos de negócios inovadores (Almeida, 2007: 176; ver Davoudi e Layard, 2001: 12; Gibson *et al*, 2005: 50).

A par dos negócios com a base da pirâmide, apresenta outros conceitos semelhantes, como o caso do capitalismo inclusivo e o de sobrevivência sustentável. Os três têm em comum o facto de reunirem em si cinco características em simultâneo: (1) são de base capitalista, (2) buscam a própria perenidade e a (3) perenidade dos serviços dos ecossistemas, (4) são instrumentos de maior equidade no rendimento; e (5) focam a base da pirâmide (Almeida, 2007: 177).

¹⁰¹ Almeida (2007: 167), reflectindo sobre a mudança tecnológica diz que «...ainda que, por um passe de mágica, acordássemos amanhã com todas as tecnologias prontas para substituir todos os processos, equipamentos e infra-estruturas actuais para correspondentes mais seguros do ponto de vista ambiental e social, isso seria inviável do ponto de vista económico.».

A respeito, ainda, das energias renováveis, e na linha do que foi referido nos parágrafos anteriores, Sachs (2007: 25) indica que a questão que mais urge na actualidade é a adopção de um comportamento sóbrio no uso energético, uma maior eficiência no uso final das energias produzidas e só depois a substituição das energias fósseis por energias renováveis.

O terceiro aspecto diz respeito a uma economia descarbonizada, enormemente debatido a propósito da actual crise mundial. Na prática, a ideia é resolver a crise utilizando outros meios que não os que a geraram, porque os mesmos não a resolvem (caso contrário não teriam conduzido a ela), tendo em conta a degradação ambiental causada pelo curso do desenvolvimento económico e as reservas de petróleo, que, como recurso não renovável, diminuem e diminuirão, até ao ponto de ruptura.

No fundo, trata-se de utilizar mecanismos que permitam induzir a criação de uma economia limpa, uma *green economy*. No actual momento de crise profunda em que a humanidade se encontra, a questão é aproveitar este momento para repensar o modelo actual e aproveitar a oportunidade para descarbonizar a economia, avançando em direcção a uma sociedade sustentável (Sanson, 2009).

Na prática, trata-se de olhar para a Terra como se de um condomínio tratasse – *Condomínio da Terra* – que todos têm de cuidar para que funcione bem. Cuidar o quê? Basicamente, o que é comum a todos: a atmosfera, a hidrosfera e a biodiversidade, sem as quais a vida na Terra não é possível. A ideia é comprometer-se a reduzir e a compensar o seu impacto no Planeta, responsabilidade que é de todos, porque todos são condóminos (<http://www.earth-condominium.com>).

No seguimento do referido no parágrafo anterior, ao aplicar-se, por exemplo, o “princípio do poluidor pagador”, esse pagamento poderia beneficiar aqueles que prestam serviços ecológicos, serviços de manutenção dos ecossistemas. Ou, por outro lado, estabelecer-se compensações pelas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEF). Compensações pecuniárias ou ao nível da plantação de um determinado número de árvores que seja capaz de absorver, ao longo do seu crescimento, a mesma quantidade de CO₂ que foi emitida por uma ou por um conjunto de actividades humanas. Neste contexto, saliente-se as actividades de sequestro carbono que incidem no restauro florestal, capaz de capturar o carbono da atmosfera, ou a utilização de processos físicos

e químicos nos pontos de produção ou transformação de energia e armazená-los em poços de petróleo e gás ou nas profundezas dos oceanos.

Almeida (2007: 58) faz referência também à utilização de mecanismos de desenvolvimento limpo (MLD), ou seja, mecanismos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, ou o aumento da remoção do CO₂ mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fóssil por renováveis, racionalizando o uso de energia, florestação e reflorestação, onde se incluiriam também os créditos de carbono, como afirmado em Quioto, em 1997.

A ideia é manter uma economia produtiva e geradora de riqueza, mas invertendo os processos, procurando novas matrizes energéticas, que inclusive poderão otimizar a geração de novos tipos de emprego. Esta é uma ideia a não descurar. Como salienta Sanson (2009), não basta redireccionar o leme do crescimento, é necessário perguntar-se a que crescimento nos estamos a referir, qual o seu custo, e até mesmo se se faz necessário (ver Veiga, 2008; Daly, 2004).

Relativamente à crise de valores ou crise moral e espiritual, como também é designada, é deveras importante para o entendimento do DS, sob diversos aspectos. Entre outros, George (1998), Cavalcanti (1998), Camargo (2002), Boff (2006) abordam-na com uma ou outra designação, colocando-a no centro do actual estado de coisas, fundamentalmente porque o foco tem sido colocado nos meios e raramente nos fins, mas para a sustentabilidade, como acentua Junior e Bursztyn (2002: 171), o conceito-chave é o de “fins”, sem o qual “normas” e “valores” perderiam sentido.

Maurice Strong, ao prefaciар o livro de George (1998: 15) *Olhando pela Terra*, salienta que as mudanças a ser feitas não se podem esperar da política, da economia ou da tecnologia. Estas devem ser procuradas nos campos da moral e do espírito. A mudança a operar terá de ser de um comportamento dominado pelo comercialismo e interesse pessoal para um comportamento baseado nos valores morais e espirituais mais elevados e melhores (ver Boff, 2006; Siena, Costa e Oliveira, 2007: 11).

Também Leis e D’Amato (1998: 81), reflectindo sobre o desenvolvimento do ambientalismo, enfatizam que este supõe uma mudança de mentalidade e comportamento ético num sentido mais qualitativo e complexo, e a necessidade imediata de uma presença mais significativa de valores e práticas espirituais dentro do ambientalismo, numa interacção com os restantes elementos do universo ambientalista.

Neste contexto, posicionamo-nos com George (1998: 36), dentro da exigência de uma mudança que tem de vir de um nível mais profundo que o da velha política de direita e esquerda. Ela tem de brotar dos nossos valores e raízes, para que seja eficiente na escala em que é necessária.

Esta mudança, segundo Boff (2006), fará concretizar o DS, e compreenderá quatro princípios (afectividade; Cuidado/Compaixão; Cooperação e Responsabilidade), sustentados em 4 virtudes (Hospitalidade; Convivência, Respeito por todos os seres e Comensalidade), numa perspectiva da busca do comum em detrimento do individual, do respeito, da tolerância, da responsabilidade, da aceitação da diferença, da cooperação, «...uma nova experiência do Ser e do sentido da vida humana.» (ver Rattner, 1999: 240; Bursztyn, 2005: 64-65; Sarria, 2005).

Cavalcanti (1998: 154), comparando o paradigma dos Índios da Amazônia, caracterizado por uma situação de máxima parcimônia termodinâmica e reverência pela natureza, e o paradigma dos Estados Unidos da América do Norte, que conduziria a um extremo de stress ambiental e que não contém atributos intrínsecos de respeito pela natureza, coloca a questão do seguinte modo: podemos «...imaginar a economia como sustentada por uma pinça cujos braços correspondem a dois parâmetros, o ambiental e o ético. O parâmetro do meio ambiente mostra o que pode ser feito do ponto de vista biofísico. O parâmetro ético indica o que é permitido fazer moralmente.».

Esta crise de valores, há muito anunciada e enunciada, tem o seu epicentro no próprio ser humano, no que George (1998: 158, 190) denomina de *cegueira antropocêntrica*, que não permite ver mais além de si mesmo, da ganância, do lucro fácil, da prepotência face à natureza, dos egoísmos, da busca do desenfreada de prazer, da confiança cega na ciência e no desenvolvimento tecnológico, da cedência à sedução do consumismo e do esquecimento de valores como a solidariedade, o amor, a compaixão, a alegria e a equanimidade.

Prevalece a lógica do TER e não a do SER, estando a primeira subjacente à ideia de desenvolvimento no sentido de crescimento material, que, segundo Cavalcanti (1998: 159), se traduz na possibilidade de almejar ter mais e mais de cada coisa, como fim supremo do progresso. Como diz, «Ficar rico o mais rapidamente possível, constitui o atributo *par excellence* da noção prevalecente de desenvolvimento.» (Cavalcanti, 1998, 163-164; Rodrigues, 2006).

Esta busca de felicidade fora de si mesmo exerce uma pressão colossal sobre a Natureza, de quem depende a sua vida e a do planeta, relação muitas vezes esquecida, daí a proximidade e interdependência entre a crise ambiental e a espiritual. Neste contexto, como ressalta Cavalcanti (1998: 21), o que está em jogo são as relações entre a Natureza e o Homem e a pretensão de domínio deste último sobre a primeira, afastado do restante mundo natural, como seu senhor e dominador.

As opções tomadas face aos problemas globais, a produção e consumo de massas, os exorbitantes consumos energéticos, a produção desmesurada de resíduos, com maior ou menor toxicidade, a contaminação alarmante e consequente diminuição das reservas de água potável, a incipiente reciclagem e o displicente desperdício generalizado, entre outros aspectos na vida hodierna, consequência do estilo de vida contemporâneo, sobretudo nos países no Norte, e nos do Sul, fruto de dificuldades de índole variada, ditam a urgência da importância que se tem de atribuir à espiritualidade, à recuperação da relação vital entre Homem e Natureza.

Mesmo que a acção humana tenha de respeitar os limites ecológicos do planeta, se quiser sobreviver, as inovações da indústria do ambiente não são nem serão suficientes para dirimir os efeitos nefastos da acção humana sobre a natureza, como se pensou no *Relatório Brundtland* (Braidotti *et al*, 2000: 175).

Sarria (2005: 31-32) foca a questão da ética a partida do ser humano, único ser moral. Como realça, neste novo século é necessário ampliar esta questão, incorporando-lhe uma outra, a do entorno natural, na busca de um critério que defina formas de vida mais dignas, mais humanas, mais justas e mais racionais. Por outro lado, ainda que o objectivo último da ética continue a ser a preocupação pelo ser humano, a nova situação em que a humanidade se encontra obrigou-a a equacionar a extensão das tarefas éticas, antes da dimensão individual e local, hoje, contemplando responsabilidades colectivas e globais (Leff, 2000: 8; Guimarães, 2001: 13; Sarria, 2005: 41-42; Firmino, 2006: 201).

A este respeito, não deixa de ser interessante que, perante uma crise como a actual, uma das acentuadas, graves e difíceis por que a humanidade já passou, as directrizes internacionais incidam no crescimento do produto e no estímulo ao consumo. Em nossa opinião, esta realidade reflecte o vazio que se chegou: a alienação que anui que outros controlem o nosso próprio destino, sem que nada ou muito pouco se possa dizer. Do mesmo modo, permite buscar uma falsa felicidade assente na posse de bem

materiais, na busca do TER e do aparecer, que reflecte aquilo que Cavalcanti (1998: 168) denominou de «ética da concupiscência».

Neste contexto, o DS, como se tem procurado conceptualizar, vem ao encontro destas observações. Por um lado, ao reflectir que é necessário prover a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras, faz referência a uma solidariedade intra e intergeracional e a uma responsabilidade, em várias dimensões e planos (Selman, 1996: 11; Procópio, 2002: 125; Junior e Bursztyn, 2002: 171-175; Sachs, 2004: 71;). Como se percebe, nem todas as pessoas do planeta têm acesso aos mesmos recursos, aos mesmos bens, às mesmas possibilidades (como nunca tiverem). Por força deste imperativo, inerente à sua própria definição, o DS tem de, em todas as suas dimensões, estar disponível para todas as pessoas do planeta, onde quer que vivam (solidariedade sincrónica – geração actual), como é salientado por Veiga (2008: 171).

Por outro lado, esta mesma solidariedade é também dirigida para as gerações futuras¹⁰² (Solidariedade diacrónica – Veiga, 2008: 171). A este respeito, Junior e Bursztyn (2002: 166) referem que a abordagem do desenvolvimento deve estar subordinada aos imperativos de uma modernidade que enquadre eticamente relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não recíprocas, e que considere o enquadramento ético de processos irreversíveis, ou seja, situações em que não é possível corrigir amanhã efeitos indesejáveis de cursos de acção desencadeados hoje. É no quadro destas relações (entre desiguais e diversos) que se situa a dimensão temporal, no sentido de assegurar hoje a qualidade de vida das gerações futuras.

Do ponto de vista ético, se às relações Norte/Sul – PD e PED – nos referirmos, não é moralmente aceitável que os PD tenham um modelo de vida insustentável, com características que excedem as capacidades do planeta e sejam negadas as mesmas possibilidades de “realização” às pessoas dos PED, qualquer que seja o argumento. Estas possibilidades, ainda que biofisicamente impossíveis, devem ser as mesmas para todos os habitantes do planeta. A grande questão é que o planeta colapsará, se o ponto de referência for os PD e o nivelamento for por cima. Resulta desta visão que o nível de vida de todas as pessoas do planeta não pode guiar-se pelos padrões dos PD (essencialmente Europa e Estados Unidos) (Santos, 1992; Sachs, 1993: 31; Cavalcanti,

¹⁰² O curioso é que estas gerações parecem ser uma espécie de alienígenas, mas não outra coisa que os nossos próprios filhos, os nossos netos, e por aí adiante: são todos aqueles que nos sucedem, indefinidamente.

1998: 160, 165, 167; Martins, 2004: 6; Rodrigues, 2006; Almeida, 2007: 195; Veiga, 2008: 195).

Neste contexto, Sachs (1993: 46) coloca a questão de um modo bastante claro: será que as sociedades industrializadas estão preparadas para questionar o seu excesso de consumo de bens materiais, ou será que o actual padrão, visivelmente insustentável, irá continuar até ser interrompido por um grande desastre ecológico ou social? Esta questão continua a colocar-se, hoje, com mais pertinência.

Este equacionamento, segundo Cavalcanti (1998: 167), remete para duas recomendações básicas em ordem à prossecução de um processo económico sustentável, que são, em seu entender, (1) austeridade de vida e (2) renúncia ao desenvolvimento (ver, Daly, 2004: 197-198; Sachs, 2007: 25).

A recomendação de austeridade «...é para ser encarada como uma orientação macroeconómica com respeito ao uso geral dos recursos. Austeridade, nesse sentido seria uma segurança de que o bem supremo, ou a felicidade, seja alcançado com sacrifício mínimo da base biofísica da natureza. Isto corresponde à adopção de uma ética...que refreie a sede do homem pela acumulação de riqueza material...[ou seja, a adopção] ... de um paradigma que se recusa a excitar o desejo humano além de limites razoáveis, um meio de colocar freios éticos no comportamento económico dos indivíduos.» (Cavalcanti, 1998: 168).

No fundo, é a ideia de que o ser humano se deixe orientar pelo modo de actuação da natureza, cujo estilo de vida é «...severo, austero e sóbrio.», «...que liberte o homem da tarefa de tratar de bugigangas...» (Cavalcanti, 1998: 168). Relativamente à renúncia ao crescimento faz referência à *crescimentologia*, isto é, ao mito do crescimento económico, que só intensifica o stress ambiental em vez de o reduzir, como se o crescimento exponencial fosse possível num meio finito (Cavalcanti, 1998: 170; ver Daly, 2004: 198; Neves, Kleinmayer e Tocach, 2007: 3).

Continua a ser incompreensível que a ideia de crescimento económico continue a ser um tabu. Talvez uma das missões do DS, quando for um conceito amadurecido e livre das influências do capitalismo neoliberal (se alguma vez o for) e, quem sabe, da ciência económica, seja indicar o caminho para uma sociedade livre da ideia de máximo crescimento para o máximo desenvolvimento, como é acentuado por Daly (2004: 198), mesmo que esse desenvolvimento seja encapotado sob a forma do DS.

Para Cavalcanti (1998: 171) trata-se de questionar o valor do crescimento, isto é, até que ponto o crescimento não custará mais do que aquilo que vale. Ou se se quiser, a ideia do crescimento zero (Clube de Roma), da condição estacionária, do crescer sem destruir (choque de altruísmo), mesmo que sejam hipóteses de difícil exequibilidade (ver Daly, 2004: 199-200; Veiga, 2008: 131, 138, 147, 189).

Muito interessante a este respeito é a ideia de Georgescu, citado por Veiga (2008: 121), quando menciona que um dia será necessário encontrar uma via de desenvolvimento humano que possa ser compatível com a retracção, ou seja, com o decréscimo do produto. No entanto, por esta ser uma hipótese difícil de ser alcançada no curto prazo, é preciso que o crescimento seja o mais compatibilizado possível com a conservação da natureza (ver Mota, 1998; Daly, 2004: 199; Rodrigues, 2006).

Para finalizar, voltamos às indagações iniciais a respeito da crise espiritual, quando se referiu que esta crise é o reflexo de uma valorização do TER em vez do SER. Junior e Bursztyn (2002: 185) referem-se a este tema evidenciando a necessidade de «...resgatar a *lógica do ser*, superando a moldagem da que a *lógica do ter* ao longo do século XX imprimiu tanto à educação quanto ao desenvolvimento da pesquisa e da ciência e da tecnologia.», feita através do «...princípio “sustentabilidade” como fundamento de uma modernidade ética...» (ver Romeiro, 1999: 89; Sachs, 2004: 43).

Como salienta George (1998: 69), talvez a solução esteja ao alcance se se investir numa “conversão”¹⁰³, se o ser humano deixar de se centrar em coisas exteriores e ir ao encontro da sua consciência, encontrar o sentido da vida (Idem, 105), a paz interior (Idem, 111, 147-148), buscar uma resposta à questão: “Quem sou eu?” (Idem, 87, 139), fazer as pazes com a Mãe-Natureza, recuperar o sentido de sentido pertença à Terra (Idem, 64), tendo como suporte o amor, que é a base de tudo (Idem, 97).

No fundo, é necessária uma revolução espiritual ou cultural capaz de operar «...uma mudança básica no modo como nos vemos, e vemos as nossas relações mútuas e com o mundo que nos cerca.» (George, 1998: 202). Precisa-se de um equilíbrio baseado na consciência desperta de indivíduos, em valores fundados na percepção de que somos todos uma comunidade interconectada – família, cidade, país, mundo (Idem,

¹⁰³ Veiga (2008: 147), citando Herman Daly, refere que um processo de desenvolvimento sem crescimento exigiria um verdadeiro choque de altruísmo, o que suporia, em seu entender, “uma mudança de coração, uma renovação da mente e uma saudável dose de representação”. Três invocações de índole religiosa, que são a base da mudança profunda que exige o rumo da sociedade humana contemporânea. Por ser uma mudança essencialmente religiosa é, por isso, marginalizada no meio académico.

205). Ou a ruptura a que se refere Almeida (2007: 4), quando salienta que para se sobreviver no planeta, física, economicamente e como sociedade, é preciso entender que «...a ruptura está nos relacionamentos, no modo de operar, no modo de pensar...» (ver Siena, Costa e Oliveira, 2007: 11).

Pelo que se referiu, até ao momento, parece claro para os diversos autores que a reflexão sobre o DS é uma questão primordialmente ética, uma espécie de «ética de perpetuação da humanidade e da vida», o que levou a sustentabilidade a ser sinal da necessidade de um uso mais responsável dos recursos ambientais (Salamoni e Gerardi, 2001: 94; Veiga, 2008: 165).

Cremos ser na confluência de todos estes elementos que se insere o conceito de DS e a sua difícil operacionalização. Um conceito tão abrangente como este, que diz respeito à realidade em toda a sua dimensão e complexidade, só pode ser de difícil entendimento e implementação (Bellen, 2010: 146).

3.9. Novas perspectivas de sustentabilidade

Ainda que o conceito de DS seja repleto de contradições e de dificuldades, conceptuais e/ou práticas, é geral a ideia de que atenua as dificuldades de que se reveste o conceito e discurso sobre o desenvolvimento para responder de modo mais integral à realidade, complexa, abrangente, diversificada, interligada, interdependente.

Abundam os exemplos pelo mundo fora que comprovam a preocupação por um desenvolvimento mais próximo, participativo e incluyente com resultados mais abrangentes para todos. Além destes resultados, essenciais para se poder aferir a direcção do caminho, são importantes os procedimentos que colocam esses projectos na direcção da sustentabilidade.

Face ao que atrás foi dito, o que é que faz de numerosos projectos bem-sucedidos óptimas experiências de sustentabilidade? Pelo que se pôde perceber, entre outros elementos que possam ser importantes, como a inovação tecnológica, a educação, a responsabilidade social corporativa, a busca de sustentabilidade por parte das empresas, a pé com um mercado cada vez mais exigente e atento, o que parece crucial para que tal aconteça, como antes se referiu, é o entrosamento e a cooperação

desenvolvidos pelo *Mundo Tripolar*: governos, empresas e sociedade civil organizada (e organizações de trabalhadores – Sachs, 2004: 33).

Além do equilíbrio e da partilha de poder que se supõe no *Mundo Tripolar*, e os negócios com os pobres, ideias que apontam para novas perspectivas da sustentabilidade, há três outras que se destacam. Por um lado, o carácter eminentemente político do DS – daí equacionar a liderança para o DS, como fez Almeida (2007: 215-237; Guilherme, 2007: 37; Veiga e Zatz, 2008: 18). Por outro lado, a ideia do *marketing sustentável* e a operacionalização dos *relatórios de sustentabilidade*.

Almeida (2007: 5) salienta que uma mudança necessária para a sustentabilidade é a liderança para o DS. Depois de mais de duas décadas do surgimento do conceito de DS, e apesar de todos os esforços e iniciativas que se seguiram para o consolidar e colocar em prática, ainda não se conseguiu produzir líderes que formulem e implementem políticas públicas e privadas para acelerar o processo de transformação com a radicalidade necessária¹⁰⁴. Em seu entender, ainda não surgiu um líder capaz de incorporar e sintetizar essa causa em sua própria pessoa (Almeida, 2007: 215-217).

O autor defende a ideia de que é necessário, o mais rapidamente possível, começar a formar deliberadamente líderes, dado que a situação dos ecossistemas do planeta é dramática e as tensões sociais globais aumentam. Duas são as razões a que atribui esta dificuldade: o conceito de sustentabilidade ainda se mantém enclausurado numa elite intelectual (de acesso restrito); e a complexidade do próprio conceito, o seu ineditismo e transversalidade em quase todas as áreas. Estas características poderão entravar a disseminação dessa causa a ponto de não gerar a massa crítica necessária à formação de líderes (Almeida, 2007: 217).

Quem são estes líderes ou «estadistas corporativos», como lhes chama? São «...indivíduos com a visão e a energia necessários para catalisar as mudanças para a sustentabilidade e as características de liderança necessárias para conduzi-las; e que estarão atuando em todo o tipo de organização – pública, privada ou da sociedade civil.» (Almeida, 2007: 218). Esta questão remete-nos para uma outra fundamental, o tema da educação (para o DS), isto é, a necessidade de que a sustentabilidade entre nos currículos académicos e forme cidadãos do mundo (Firmino, 2006: 207)

¹⁰⁴ O autor entende por líder aquele que é capaz de conquistar mentes e corações para uma determinada causa (Almeida, 2007: 217).

Este mesmo autor também se refere à importância do *marketing sustentável* (Almeida, 2007: 237)¹⁰⁵. Ao defender a ideia, começa por ressaltar que todos os profissionais de comunicação, marketing, gestão de imagem e reputação e desenvolvimento de produtos têm um importante papel na construção de um mundo sustentável. A reflexão é a de que estes profissionais «...têm a obrigação ética de desenvolver mensagens honestamente fundamentadas nas competências da empresa e nos recursos financeiros e infra-estrutura realisticamente destinados a melhorar seu desempenho social e ambiental.». No fundo, o que enfatiza é que, seguindo uma dinâmica que relaciona «marca, reputação e credibilidade», fundamental para o negócio da empresa e para a sustentabilidade, as empresas têm de liderar a busca de um consumo sustentável, cabendo ao profissional do marketing uma grande responsabilidade, por fazer a conexão entre o negócio e os consumidores (Almeida, 2007: 245-246).

Por último, há a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam avaliar e confrontar a direcção em relação ao DS, mediante a produção de *Relatórios de Avaliação da Sustentabilidade* (RAS). Na prática, o que se pretende dizer é que, se se produzem relatórios ligados ao ambiente, relatórios sociais e económicos, relatórios de Ordenamento do Território, todos, a seu modo, com o objectivo de melhorar o desempenho de um dado território, por que não produzir um *Relatório de Sustentabilidade*, que, por exemplo, contemple as várias dimensões da sustentabilidade e seja um referência para os diversos programas e planos?

Ao nível das empresas, os RAS já são um importante instrumento utilizado na busca de um desempenho cada vez mais responsável, do ponto de vista social e ambiental, partilhando com os consumidores dos seus produtos e com todos os interessados informações relativas ao seu desempenho económico, eficiência energética, responsabilidade social e desempenho ecológico.

No entender de Almeida (2007: 108), a análise dos *Relatórios de Sustentabilidade* das empresas até revela avanços reais, para além do plano da retórica. Contudo, são avanços centrados no campo de actuação tradicional da empresa, na área de impacto de sua actividade e na escala de tempo definida por sua própria estratégia.

¹⁰⁵ Ver também uma publicação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal intitulado *Marketing e Desenvolvimento Sustentável – Rumo ao Sucesso*, publicado em 2006 e disponível em www.bcsdportugal.org, onde se aborda esta questão, focando a valência do marketing para o desenvolvimento sustentável nas empresas.

Neste item, embora pudéssemos abordar várias questões, vamos ficar-nos por duas iniciativas muito interessantes que vêm ao encontro desta investigação¹⁰⁶. Por um lado, o *World Business Council for Sustainable Development* – WBCSD, fundado em 1995, três anos depois da Cimeira do Rio – RIO-92, com o objectivo de envolver as empresas na sustentabilidade, e, por outro, o *Global Reporting Initiative* (GRI).

Relativamente ao primeiro aspecto, o WBCSD foi fundado pelo industrial suíço Stephan Schmidheiny, que teve a clarividência de perceber que as empresas tinham um papel incontornável a desempenhar na busca do DS. Em seu entender, estas podem agir como catalisadoras para as mudanças necessárias à concretização do DS; ao mesmo tempo as empresas precisam do DS para atingir o seu potencial (www.wbcsd.org).

Em Portugal, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD, membro da rede regional do WBCSD, desde a sua criação, conta actualmente com mais de 130 membros¹⁰⁷. Fundado em 2001, como associação sem fins lucrativos, por iniciativa das empresas Sonae, Cimpor e Soporcel, associadas ao WBCSD, com mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional, tem como missão transpor para o plano nacional os princípios orientadores do WBCSD.

Tal a organização mundial, o BCSD Portugal tem como missão principal «...fazer que a liderança empresarial seja catalisadora de uma mudança rumo ao desenvolvimento sustentável e promover nas empresas a eco-eficiência, a inovação e a responsabilidade social.» (<http://www.bcsdportugal.org>).

Entre outras coisas, o BCSD Portugal disponibiliza os relatórios de sustentabilidade dos seus membros, ministra formação para as empresas e outras instituições, referente ao DS, entre as quais está o Workshop «Como Elaborar um Relatório de Sustentabilidade»¹⁰⁸, e disponibiliza informação nacional e internacional sobre os mais variados temas relacionados com o DS.

Esta informação e relatórios de sustentabilidade remetem-nos para o segundo elemento que queremos evidenciar, o *Global Reporting Initiative*, uma vez que é com base neste documento que são elaborados os referidos relatórios de sustentabilidade.

¹⁰⁶ Haveria ainda um tema muito interessante a ser tratado, mas deixá-lo-emos para outra oportunidade, que é a noção de sustentabilidade que está por detrás destas iniciativas e dos relatórios produzidos.

¹⁰⁷ Informação retirada do sítio web da BCSD Portugal em 09/04/2012 (<http://www.bcsdportugal.org>).

¹⁰⁸ Workshop no qual participámos, no decorrer desta investigação, e onde se equacionou o conceito de DS que incide, basicamente, em apenas três dimensões (económica, social e ambiental), na responsabilidade social e prestação de contas, sem que tal tenha contribuído para esta investigação, como, de certo modo, se ambicionava.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO IV

Diagnóstico da Região
do Alto Douro Vinhateiro

«Cada um na sua terra deve fazer tudo para o bem da Humanidade.»
Antónia Ferreira (Ferreirinha)

Neste capítulo, a nossa pretensão é traçar, em linhas gerais, os aspectos principais da região, elaborando o seu perfil, partindo da sua história, olhando para o território, para a sua gestão e dinâmicas, dificuldades e fragilidades, recursos e potencialidades.

É de salientar que a análise a ser feita terá em conta somente os dados estatísticos e bibliográficos disponíveis. Na verdade, em boa parte, a tarefa teria sido facilitada se os dados do último Censos 2011 estivessem disponíveis, o que não foi o caso, pelo menos em alguns dos que se tencionavam utilizar, e se as instituições fossem mais colaborativas, o que, em geral, não aconteceu¹⁰⁹. Ainda assim, o INE, fundamentalmente, através dos Anuários Estatísticos, disponíveis até 2010, e outros dados estatísticos disponíveis no seu sítio web, foi um ponto de referência.

Valemo-nos, igualmente, de dados estatísticos consultáveis da Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE), da Direcção Geral de Estatística (DGE) do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (antigo Ministério do Trabalho e da Segurança Social – MTSS), da Agência Portuguesa para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), do Instituto de Financiamento Agrícola e Pescas (IFAP), da Guarda Nacional Republicana (GNR – Brigada do SPENA), do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), do Instituto da Água (IA), da Entidade Reguladora dos Serviços da Água e Resíduos (ERSAR).

Foram consultadas, igualmente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N), a Agência Portuguesa do Ambiente (APAMBIENTE), Instituto Turismo de Portugal, a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a Região Agrária de Trás-os-Montes e Alto Douro (DGADR), a Autoridade Florestal Nacional (AFN), a Associação Bandeira Azul (ABAE), o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), a Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARHN), a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), a Comissão Geral de Eleições (CNE), o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), a Casa do Douro, o Instituto do Vinho do Douro e Porto (IVDP) e o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV).

¹⁰⁹ Sem querer culpabilizar ou desculpabilizar ninguém, a verdade é que os últimos tempos têm sido de grandes mudanças, fundamentalmente depois de o actual Governo ter tomado posse, em 2011, com a fusão de diversas instituições.

É na confluência destas instituições, que se elaborou este capítulo, a partir dos dados estatísticos por elas disponibilizados, complementados com alguma da imensa bibliografia que existe sobre o assunto e alguns dos Planos Regionais, como o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), e a Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial.

4.1. Aspectos Históricos

A história da região Vitícola do Douro não é de hoje nem dos últimos 250 anos de Região Demarcada. A presença de Arte Rupestre na região indica que o ser humano anda há muito por estas paragens, fazendo do Alto Douro um exemplo significativo de uma paisagem ilustrativa de vários períodos da história humana, constituindo um corredor de povos e culturas, desde a Pré-História (Aguiar, 2000: 7).

De acordo com Aguilar (2000: 81), na Candidatura do ADV a Património Mundial, o forte enraizamento histórico da região é ilustrado pelas descobertas arqueológicas de espaços de povoamento muito antigos nos vales abrigados do Douro e afluentes e nas montanhas vizinhas, e pela influência da romanização do reordenamento das linhas de ocupação do território e das actividades económicas, como é a vinha¹¹⁰.

A presença romana foi muito importante para o a região, sobretudo porque a romanização veio redefinir em todo o vale do Douro as linhas de ocupação do território e as actividades económicas. É por seu intermédio que são introduzidas na região as três culturas da agricultura mediterrânica (vinha, oliveira e cereais), que foram aproveitados fontes de águas termais, edificadas pontes, desenvolvida a mineração, unificadas as populações preexistentes.

Na época romana há já testemunhos do cultivo da vinha e do fabrico do vinho, designadamente em lagares cavados na rocha (de que o achado arqueológico *Fonte do Milho* é exemplo) e estruturas de armazenagem em *villae*, corroborados por descobertas

¹¹⁰ Entram nestas descobertas arqueológicas a forte concentração de gravuras rupestres na zona entre os vales do Côa, do Águeda e Douro, configurando um pólo cultural de valor universal único, a que se juntam muitos outros vestígios de ocupações do Calcolítico e da Idade do Ferro (Aguiar, 2000: 81).

arqueológicas de fragmentos de cerâmica doliar, associadas ao armazenamento do vinho, vestígios de lagares e adegas (Aguiar *et al*, 2000a: 3; Aguiar, 2000: 81).

O domínio do ADV pelos romanos é também marcado por um profundo sincretismo cultural, mistura de crenças, valores, representações, de cultos religiosos indígenas com outros romanos e orientais, altares escavados nas rochas, inscrições romanas e de tipo ibérico (Aguiar, 2000: 81).

Nos tempos medievais, o domínio do vale do Douro coube aos suevos (séc. V), visigodos (séc. VI) e muçulmanos (séc. VIII-XI). Como não poderia deixar de ser, todas estas influências culturais diversas configuraram um sincretismo cultural, tanto no imaginário colectivo tradicional, quanto nos vestígios arqueológicos e históricos que se têm descoberto (Aguiar, 2000: 81-82; Aguiar *et al*, 2000a: 3-4).

Já no final da Idade Média a importância da vinha é comprovada por forais e pela acção das ordens religiosas, que se fixam e crescem na região. Estas ordens religiosas investiram em grandes explorações vitícolas nas melhores zonas, fundando várias quintas, algumas delas ainda existentes. Por esta altura, reanima-se o comércio à distância, desenvolvendo-se o tráfego de produtos da região, através do rio, para o Porto, tornando-se, a partir de então, um importante centro consumidor e distribuidor dos produtos do Douro, particularmente do vinho, abrindo o Douro às principais rotas mercantis europeias e estimulando as produções do *hinterland* duriense e o tráfego fluvial (Aguiar, 2000: 82, ver Aguiar *et al*, 2000c, anexo VII).

É neste contexto de abertura que os vinhos produzidos no Douro começam a ser exportados para vários países europeus, ora beneficiando de conflitos bélicos, que impediam o abastecimento noutras regiões vitícolas europeias, ora despertando o interesse de grandes firmas flamengas, holandesas e inglesas, que se instalavam no Porto, fazendo do Douro a principal área vitícola exportadora de Portugal, nos finais do séc. XVII (Aguiar *et al*, 2000c, anexo VII; Aguiar, 2000: 82).

O aprofundamento das relações luso-inglesas com o tratado de *Methuen*, em 1703, confirmará a corrente comercial entre Portugal e a Grã-Bretanha, concedendo direitos preferenciais aos vinhos portugueses. Ao longo do séc. XVIII os vinhos generosos do Douro tornam-se dependentes do mercado inglês, tanto pela adaptação destes vinhos àquele mercado, como pelo crescente domínio do vinho do Porto por mercadores ingleses que se fixam no Porto (Aguiar, 2000: 82).

Em 1756 foi instaurada pelo Estado Português a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, face à degradação da qualidade dos vinhos e dos preços. Esta Companhia tinha como função determinar a quantidade de vinho de embarque que cada produtor podia vender, fiscalizar através da emissão das guias de transporte e possuía o monopólio do comércio dos restantes vinhos, assim como da produção e do comércio de aguardente (Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII). Ao mesmo tempo foi demarcada oficialmente a região vinícola e estabelecido um cadastro¹¹¹, com a distinção das áreas segundo as suas potencialidades e especificando para cada propriedade a sua capacidade de produção.

De acordo com o texto da Candidatura do Douro a Património Mundial, as sucessivas delimitações da Região Demarcada (1757-1761, 1788-1793; 1907-1908, 1921), passando de 40 mil hectares para os 250 mil, são o reflexo das vicissitudes da própria evolução técnica nos domínios da produção, dos transportes e comercialização, mas mantendo uma forte identidade, que identifica o território duriense com a “região do vinho do Porto”, configurando, desde o século XVIII, uma vocação económica e cultural específica (Aguiar, 2000: 83).

Depois de várias décadas de prosperidade, em 1834 foram retirados os privilégios à Companhia, entrando-se numa total liberalização da produção e do comércio de vinhos. Esta liberalização teve efeitos funestos, tendo como consequência uma nova crise de superprodução. Com esta crise, a Companhia foi, de novo, reabilitada, em 1843, mas sendo ineficaz na sua acção, foram-lhe retirados, novamente, os seus poderes, voltando-se para a liberalização total (Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII).

Já no séc. XIX a região entra em profunda crise com as pragas de míldio, oídio e filoxera¹¹², que destruíram praticamente todas as vinhas, deixando o Douro a mãos com uma enorme crise social, consequência inevitável da quase total devastação dos vinhedos, diminuindo a produção, as exportações e, consequentemente, os rendimentos (Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII). Ao mesmo tempo, tal destruição provocou algumas mudanças, já no final do século, mudanças essas que passaram por uma reestruturação fundiária, pela emergência de uma nova classe empresarial vitícola, por novos sistemas

¹¹¹ Ordenada pelo Marquês do Pombal em 1756.

¹¹² Para vencer a filoxera, a replantação das vinhas foi feita a partir de porta-enxertos americanos, que eram resistentes naturais à filoxera, sendo, posteriormente, enxertados nas castas locais, que foram mantidas graças ao conhecimento que os vicultores durienses tinham das castas e que lhes permitiu preservar o valioso património genético das videiras (Aguiar, 2000a: 84).

de plantação da vinha, por inovações biológicas, químicas, mecânicas e novas profissões especializadas (ver Aguiar, 2000: 84)¹¹³.

Com a crise mundial dos anos 30 – Grande Depressão – a região do Douro sofre nova crise com a descida dos preços e o acumular de excedentes. Clama-se, então, pela acção do Estado. Neste encalço, é criada a Casa do Douro (1932 – órgão disciplinador da produção), corporação a que, obrigatoriamente, têm de pertencer todos os viticultores durienses. Neste contexto, foram estabelecidos limites à produção do vinho do Porto, é garantido o escoamento dos vinhos, são fixados preços mínimos, controlados os preços, o fornecimento de aguardente e feito o cadastro de todas as vinhas de região demarcada, assumindo algumas das funções da antiga Companhia (Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII).

No ano seguinte, em 1933, cria-se o Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto (organização disciplinadora do comércio)¹¹⁴. No mesmo ano, foi criado o Instituto do Vinho do Porto (órgão de cúpula do sistema), organização estatal que tinha como missão servir de árbitro entre as instituições sectoriais (produção e comércio), fiscalizar, garantir a qualidade e promover a denominação de origem (Aguiar, 2000: 84; ver Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII)¹¹⁵.

Os anos 50 são marcados pelo surgimento das cooperativas, com os objectivos de diminuir os custos de vinificação e, simultaneamente, criar capacidade de armazenagem que permitisse absorver os excedentes dos anos de grande produção para os libertar em anos de carência, tendo, assim, uma função de regulador de mercado.

Em 1977, é criado o Entreposto do Douro, mas só a partir de 1995 começa a assumir um papel relevante na expedição e exportação do Vinho do Porto, com importantes efeitos no desenvolvimento regional.

¹¹³ Os novos porta-enxertos, resistentes à filoxera, exigiam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas técnicas – a vinha passou a ser adubada; era necessário aplicar enxofre e caldas cúpricas para combater o oídio e o míldio; utilização de animais de tracção como força motriz – que criaram novas profissões mais ou menos especializadas para as enxertias, aplicação dos fungicidas, mobilização do solo com animais de tracção, utilização de novas alfaias agrícolas (enxofradeiras, pulverizadores, arados) (Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII). Algumas dessas inovações passaram pela técnica de plantação e armação das vinhas, com um significativo impacto na paisagem, com a construção de socacos mais largos, muros mais altos e geométricos, bem distintos da era pré-filoxera, mais estreitos, baixos e tortuosos (Aguiar, 2000: 84).

¹¹⁴ Além de ter sido criado este Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto, foi também exigido que os comerciantes tivessem permanentemente em armazém um determinado quantitativo de vinho (Aguiar *et al*, 2000c: anexo VII).

¹¹⁵ Este modelo tripartido – Casa do Douro, Grémio dos Exportadores e Instituto do Vinho do Porto – modelo instituído pelo Estado Novo, denominado de modelo corporativo, prevaleceu até 1974 (Aguiar, 2000: 84).

Muito embora o modelo corporativo do Estado Novo tenha sido abolido em 1974, na verdade, manteve-se em funções até 1995, altura em que se avançaria para um modelo de recorte interprofissional (Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro – CIRDD). Na sequência da CIRDD, actualmente, vigora o Conselho Interprofissional, que é o órgão de representação paritária da produção e do comércio, com a competência de gerir as denominações de origem e indicação geográfica da RDD. Nela estão representados a produção, o comércio e o Estado¹¹⁶.

4.2. Dinâmicas Económicas e Condições de Vida

O primeiro relatório da situação inserido no Programa de Desenvolvimento do Douro (PRODOURO), em 1996, salientava que a região Duriense padecia de uma profunda mono-dependência da cultura vitícola, com cerca de metade de população empregada e representava cerca de 2/3 do rendimento dos agricultores, facto que traduzia a vulnerabilidade da economia. O mesmo texto refere ainda que esta fragilidade económica, associada ao encravamento geográfico, tem actuado como um travão ao desenvolvimento do Douro (CCRN, 1996: 19; Aguiar *et al*, 2000a: 104; Pessoa, 2008: 62; Vilar e Silva, 2010: 206-208).

À luz desta referência, passar-se-á em revista alguns aspectos relevantes da região, nomeadamente a dinâmica empresarial, os sectores de actividade, os ramos que mais pessoas empregam e o rendimento, por um lado, a educação e a saúde, por outro¹¹⁷.

Pessoa (2008: 62) referindo-se aos factores de competitividade de uma dada região, salienta que esta se traduz na capacidade de atrair/criar e manter empresas competitivas. A este respeito, olhando para os Anuários Estatísticos da Região Norte, pode-se observar que, no geral, houve um decréscimo de empresas nos concelhos do ADV, entre 2008 e 2009, seguindo a tendência nacional, exceptuando Mesão Frio, Sabrosa e Torre de Moncorvo, com variação positiva, como se constata na Tabela 2.

¹¹⁶ O Conselho é composto por um Presidente (Presidente do IVDP), dois Vice-presidentes (um indicado pelos representantes da produção, outro indicado pelos representantes do comércio) e 20 representantes dos produtores e outros 20 representantes do comércio (divididos por 2 secções: Porto e Douro) (www.ivdp.pt >quem somos >conselho interprofissional).

¹¹⁷ Embora já desactualizado veja-se o documento de Ferreira e Rodrigues (2002) sobre a região Norte.

Tabela 2¹¹⁸

Variação do N° de empresas nos municípios do ADV, 2008-2009

	2008	2009	Variação (%)
Portugal	1096255	1060906	-3,22
Continente	1054373	1019248	-3,33
Norte	355991	342044	-3,92
Douro	16503	16075	-2,59
ALJ	823	791	-3,89
ARM	383	382	-0,26
CZA	450	447	-0,67
LMG	2201	2089	-5,09
MF	251	270	7,57
PR	1416	1336	-5,65
SAB	421	425	0,95
SMP	487	445	-8,62
SJP	523	503	-3,82
TBÇ	391	362	-7,42
TM	668	670	0,30
VNFC	575	573	-0,35
VR	5107	5025	-1,61

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Norte, 2009 e 2010. Qd. III.3.5.

Se se considerarem as empresas segundo a CAE-Rev.3, o maior número de empresas concentra-se no ramo G – Comércio por Grosso e a Retalho, com percentagens que rondam os 23,5% e os 34,5%. Com as percentagens dos ramos C – Indústrias transformadoras, F – Construção, I – Alojamento, Restauração e similares, M – Actividades de consultoria científica e técnica, S – Outras actividades de serviços, temos um somatório que varia entre os 68,1% e os 82,5% (média a rondar os 80%). No caso particular de Vila Real, as empresas do ramo C têm peso inferior e assumem importância as empresas nos ramos Q – Actividades de saúde, hospitais e apoio social e as do ramo P – Educação.

Outros indicadores, presentes na Tabela 3, referentes às empresas, revelam que a maioria dos concelhos do ADV tem, por exemplo, uma densidade de empresas menor do que a média do país.

¹¹⁸ Por uma questão de gestão do espaço, a referência aos concelhos é feita com a abreviatura do nome dos mesmos, disponível ao início desta investigação em *Siglas e Acrónimos*.

Tabela 3

Indicadores de empresas nos municípios do ADV, 2009

Localização Geográfica	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Volume de negócios por empresa
	N.º/km ²	%		milhares de euros
Portugal	11,5	67,05	95,6	316,6
Continente	11,4	67,07	95,6	318,0
Norte	16,1	66,62	94,8	267,4
Douro	3,9	73,36	97,1	130,1
ALJ	2,7	75,09	97,4	112,9
ARM	3,3	70,68	96,3	171,6
CZA	1,6	77,85	98,2	90,5
LMG	12,6	74,39	96,4	123,7
MF	10,1	71,85	97,8	89,6
PR	14,1	68,04	96,6	121,4
SAB	2,7	74,12	98,1	88,8
SMP	6,4	77,75	97,8	107,8
SJP	1,9	72,17	97,6	161,2
TBÇ	2,7	72,93	97,5	108,7
TM	1,3	78,36	98,4	89,8
VNFC	1,4	76,09	98,8	94,5
VR	13,3	71,74	96,9	151,7

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010. Qd. III.3.1.

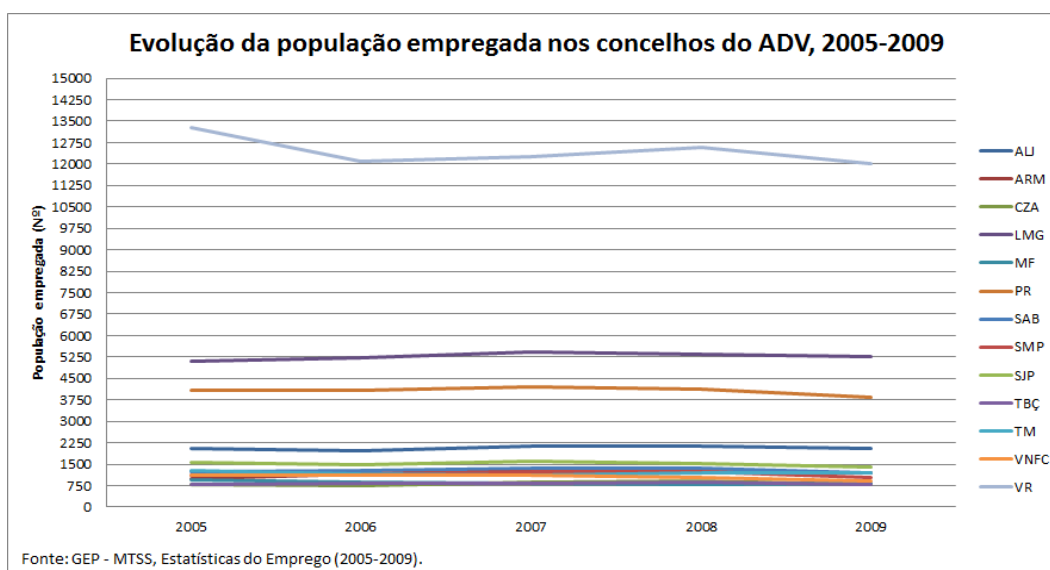
Do mesmo modo, também se pode comprovar que é mais elevada a proporção de empresas individuais e a proporção das empresas com menos de 10 pessoas ao serviço, revelando que o grosso das empresas da região são de pequena dimensão, ideia corroborada com o número médio de pessoas ao serviço que é, em todos os concelhos, inferior à média da Região Norte e do País.

Também o volume de negócios por empresa, indicador da mesma tabela, assinala que os concelhos do ADV têm volumes de negócios por empresa inferiores aos valores da Região Norte e do País. Armamar, São João da Pesqueira e Vila Real tomam a dianteira, com os valores mais elevados da região, mas ainda assim, praticamente metade dos valores da média nacional (ver Pessoa, 2008: 63-65).

Na verdade, estas indicações são apenas ilustrativas da dinâmica empresarial ainda incipiente da região, mesmo que em alguns casos fosse de toda a utilidade estudos pormenorizados que não cabem nesta investigação. Ainda assim, as questões a colocar terão sempre a ver com a atracção/repulsão das empresas face à região, ou seja, importa saber se se criam ou não dinâmicas na região que atraiam as empresas e as estimulem a gerar mais empregos. Que tipo de empresas se deveria aliciar? Em que sectores chave/estratégicos se deveria investir? E onde conseguir o investimento necessário para apostar nesses sectores é, igualmente, um factor crucial.

Relativamente ao emprego, partindo dos dados mais recentes disponíveis¹¹⁹, a população empregada em Outubro de 2009, segundo dados do MTSS, pode ser verificada nos dois gráficos que, seguidamente, se apresentam, os quais reflectem a distribuição do emprego e desemprego nos concelhos da região entre 2004 e 2009.

Gráfico 1



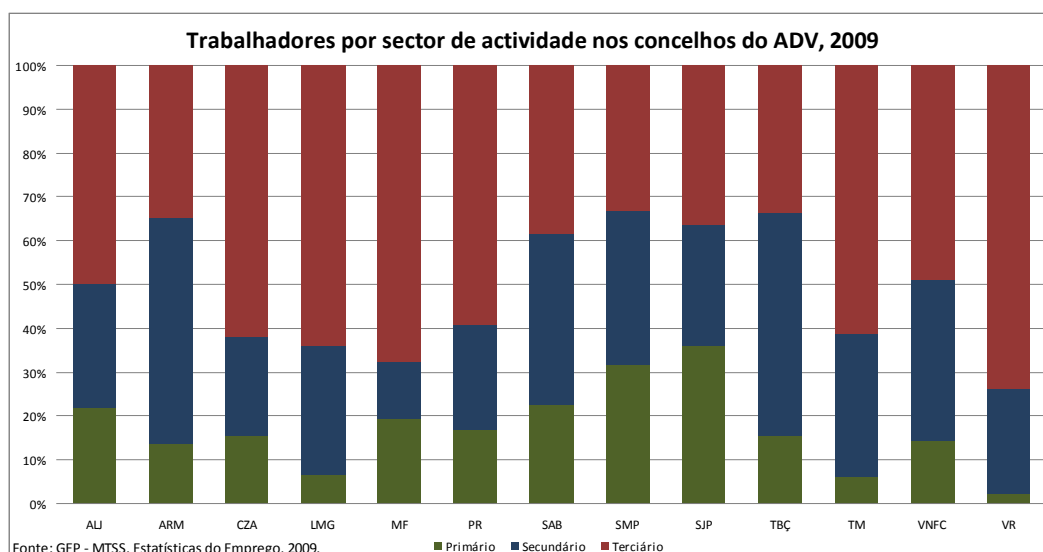
Do lado do emprego, Gráfico 1, 2007 surge como o ano da mudança, reflectindo-se numa diminuição da população empregada em praticamente todos os

¹¹⁹ Note-se que os dados sobre o emprego, nesta data (Fevereiro de 2012), estão disponíveis até ao ano de 2009 e são referentes a Outubro do ano em questão (todos os anos os dados são enviados para o MTSS em Novembro e referem-se a Outubro daquele ano). Neste sentido, os dados aqui tratados dizem respeito ao pessoal ao serviço nos estabelecimentos do concelho, em Outubro, sem que desses valores se conheça quem reside ou não no concelho. Os dados relativos ao desemprego estão disponíveis no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e são dados mensais, disponíveis, neste momento, até Janeiro de 2012. Assim, a leitura dos dados sobre a população activa (população empregada e desempregada) remete para Outubro de 2009, assim como as respectivas taxas de desemprego, traduzindo apenas a situação naquele momento, e, no caso da população empregada, aos trabalhadores empregados nos estabelecimentos em cada concelho. Por outro lado, poderia colocar-se a questão de fazer uso de alguns dos dados do INE sobre o emprego (Anuário Estatístico da Região Norte 2010 – Qd. II.5.18). Contudo, além de se referirem, igualmente, ao ano de 2009, dizem apenas respeito aos trabalhadores por conta de outrem (valores que não coincidem com os do MTSS – são inferiores), não permitindo saber qual a população empregada do concelho, uma vez que os trabalhadores por conta de outrem são apenas um dos elementos constituintes da população empregada. Por último, tendo em conta que as taxas que se calculam relativas ao emprego/desemprego, actividade/ inactividade só podem ser calculadas para cada ano se se conhecer a situação na profissão do pessoal ao serviço nos estabelecimentos, estes cálculos só podem ser efectuados até ao ano de 2009, embora haja dados mais recentes relativos ao desemprego, o que é, manifestamente, uma limitação. Ainda assim, serão esses os utilizados. Refira-se também que os dados do Censos 2011 relativos a estes assuntos, não estão ainda disponíveis, e segundo indicações do próprio INE, aferidas por contacto directo, só estarão disponíveis a partir de Dezembro de 2012.

concelhos, acentuando-se em 2009. O caso de Vila Real é uma excepção ao que se acabou de referir, uma vez que houve uma quebra visível de 2005 para 2006, seguido de crescimento até 2008, e um decréscimo acentuado deste ano para 2009.

Considerando ainda a população empregada, o Gráfico 2 indica que é o sector terciário que emprega mais pessoas nos concelhos, excepção feita a Armamar, cujo sector secundário emprega mais de 50 %. No geral, percebe-se que o sector primário é o que emprega menos gente e o sector secundário assume, ainda, valores elevados. No caso de Armamar, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião (concelho que emprega menos no sector terciário), São João da Pesqueira e Tabuaço, os sectores primário e secundário juntos empregam acima dos 60% da população activa.

Gráfico 2



Em contrapartida, é Armamar, Lamego, Torre de Moncorvo e Vila Real, onde o sector primário assume os valores mais baixos. Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Torre de Moncorvo e Vila Real empregam a maioria da sua população activa no sector terciário, com percentagens a rondar os 60% e Alijó e Vila Nova de Foz Côa por volta dos 50%.

Olhando individualmente para a actividade económica dos estabelecimentos em cada concelho, poderemos dizer que em Alijó predomina a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (21,9%), seguido das indústrias transformadoras (15%),

construção (13%), do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (12%), as actividades de saúde humana e apoio social (10,7%) e em menor percentagem o alojamento, restauração e similares (8,8%) e os transportes e armazenagem (5,5%), perfazendo um total de 86,9 %.

Em Armamar predomina a construção (31,7%), seguido das indústrias transformadoras (17,5%), do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (14,1%), da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (13,9%), das actividades de saúde humana e apoio social (7,6%) e do alojamento, restauração e similares (5,7%), num total de 90,5%.

Em Carrazeda de Ansiães predomina o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (17,7%), as actividades de saúde humana e apoio social (16,8%), a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (15,7%), a construção (13, 2%), e em menores percentagens as indústrias transformadoras (8,6%), transportes e armazenagem (6,1%) e o alojamento, restauração e similares (5,6%), perfazendo um total de 83,6%.

Em Lamego prepondera o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (18,7%), seguido da construção (18,5%), das actividades de saúde humana e apoio social (10,4%), das indústrias transformadoras (9,6%), das actividades administrativas e dos serviços de apoio (7,9%), do alojamento, restauração e similares (7,4%), e da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6,5%) perfazendo um total de 78,9%.

Em Mesão Frio prevalecem os transportes e armazenagem (29,1%), seguido da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (19,3%), o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (10,3%), o alojamento, restauração e similares (9,9%), a construção (7,5%), a educação (6,9%), as indústrias transformadoras (5,4), no total de 88,3%.

Em Peso da Régua predomina o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (22,8%), a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (16,8%), a construção (11,6%), as indústrias transformadoras (10,1%), alojamento, restauração e similares (8,6%), actividades de saúde humana e apoio social (8,4%) e transportes e armazenagem (5,3%) com um valor total de 83,5%.

Em Sabrosa sobressai em primeiro lugar a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (22,7%), seguido das indústrias transformadoras (19,3%), a construção (16,4%), as actividades de saúde humana e apoio social (11,5%), o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (6,3%) e o alojamento, restauração e similares (4%), com um total de 82,1%.

Em Santa Marta de Penaguião predomina a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (31,7%), seguido das indústrias transformadoras (18,6%), da construção (16,5%), do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (9,6%), actividades de saúde humana e apoio social (8,6%) e alojamento, restauração e similares (2,7%), perfazendo um total de 89,9%.

Em São João da Pesqueira prevalece a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (36%), seguido das indústrias transformadoras (17%), do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (12,6%), da construção (8,6%) e do alojamento e restauração (4%), da educação (3,9%), e de actividades de saúde humana e apoio social (3,2%), num total de 85,4%.

Em Tabuaço a actividade que mais emprega é a construção (35,2%), seguida da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (15,7%), das indústrias transformadoras (15,1%), do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (11,5%), das actividades de saúde humana e apoio social (9,3%) e do alojamento e restauração (3,6%), perfazendo um total de 90,2%.

Em Torre de Moncorvo prevalece a construção (19,5%), seguido do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (16,1%), das actividades de saúde humana e apoio social (14,1%), das indústrias transformadoras (7,7%), da administração pública e defesa; segurança social obrigatória (7,5%), da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6,3%), de outras actividades de serviços (5,9%) e do alojamento e restauração (5%), perfazendo um total de 82,2%.

Em Vila Nova de Foz Côa predomina o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (17,8%), as indústrias transformadoras (15,5%), agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (14,6%), a construção (11,2%), as actividades de saúde humana e apoio social (8,2%), indústrias extractivas (6,9%) e do alojamento e restauração (6,1%), num total de 80,2%.

Por último, em Vila Real prepondera o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (28%), seguido da construção (11,6%), das indústrias transformadoras (8,8%), das actividades de saúde humana e apoio social (11,5%), do alojamento e restauração (8,3%), das actividades administrativas e dos serviços de apoio (5,4%), de outras actividades de serviços (4,7%), dos transportes e armazenagem (4,1%), actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (3,9%), e da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (2,4%), num total de 88,7%.

Esta análise minuciosa das actividades que mais emprego concentram permite concluir que, tomando os ramos de actividade individualmente, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca é uma das actividades que mais emprego concentra, indicando uma dependência elevada deste ramo.

Com a excepção de Lamego, Torre de Moncorvo e Vila Real, em que a importância deste ramo se situa em 7º, 6º e 10º lugar, respectivamente, nos restantes concelhos, entre todos os ramos, surge em lugar de destaque: em primeiro lugar em Alijó, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e São João da Pesqueira; em segundo lugar em Mesão Frio, Peso da Régua e Tabuaço; e em terceiro lugar em Armamar, Carrazeda de Ansiães e Vila Nova de Foz Côa.

Dada a importância da Agricultura na região, apresentamos, em seguida, alguns dados que nos mostram que a mão-de-obra regional agrícola é, preponderantemente, do género masculino, familiar e com idade relativamente avançada, com percentagens significativas de trabalhadores com mais de 55 anos. Este mesmo dado é corroborado com a idade média do produtor que é, no caso do ADV, de 62,1 anos (Tabela 4).

Tabela 4**Mão-de-obra agrícola nos municípios do ADV, 2009**

Localização Geográfica	Homens	Mulheres	Familiar	Não familiar	mais de 55 anos	Idade média do produtor
	%					Anos
Portugal	54,2	41,0	80,1	19,9	54,6	63
Continente	53,6	41,8	79,9	20,1	55,7	63
Norte	50,8	45,0	85,8	14,2	54,8	62
Douro	54,2	41,1	70,0	30,0	46,7	62
ALJ	56,9	38,3	65,9	34,1	44,2	63
ARM	54,3	41,2	64,9	35,1	36,6	59
CZA	55,3	42,3	76,1	23,9	52,7	64
LMG	52,6	39,1	67,1	32,9	42,8	61
MF	52,0	40,8	46,5	53,5	28,8	62
PR	50,5	39,6	57,5	42,5	38,1	61
SAB	55,5	38,2	55,1	44,9	37,1	62
SMP	52,3	40,5	62,6	37,4	41,7	62
SJP	59,4	36,2	57,9	42,1	35,3	60
TBC	54,6	42,2	66,5	33,5	45,3	63
TM	57,9	39,1	82,6	17,4	61,4	64
VNFC	57,3	40,4	66,2	33,8	48,5	64
VR	50,6	45,3	88,0	12,0	59,0	62

INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. III.5.6 e III.5.1)

Uma vista de olhos pela instrução indica que a grande maioria dos produtores possui apenas o ensino básico, como é possível observar na Tabela 5. Do mesmo modo, note-se, por um lado, as altas taxas de produtores sem nenhum nível de escolaridade (embora alguns saibam ler e escrever), e, por outro lado, as baixas percentagens dos que detêm o ensino secundário e superior, sendo que os do primeiro grupo, em praticamente todos os municípios, exceptuando Mesão Frio, mais que duplicam estes dois últimos.

Tabela 5

Proporção de produtores agrícolas singulares segundo o nível de escolaridade nos concelhos do ADV, 2009

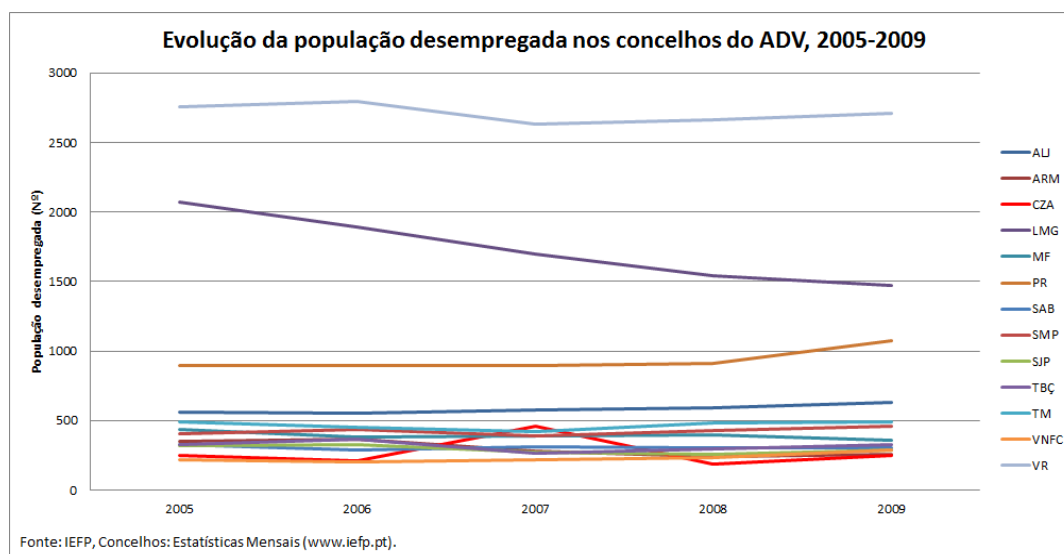
Localização Geográfica	Nenhum	Básico	Secundário/Pós-secundário	Superior
	%			
Portugal	22,1	69,3	4,2	4,4
Continente	22,2	69,0	4,2	4,6
Norte	23,7	67,7	3,8	4,8
Douro	19,3	68,8	4,9	7,1
ALJ	16,2	73,1	4,3	6,4
ARM	17,3	70,7	5,2	6,8
CZA	20,7	69,5	4,2	5,7
LMG	14,7	71,7	5,8	7,8
MF	5,0	81,2	4,8	9,1
PR	17,8	66,2	6,6	9,4
SAB	18,6	66,9	5,4	9,2
SMP	17,7	66,5	7,6	8,3
SJP	17,2	71,1	4,7	7,0
TBC	22,1	67,9	4,6	5,5
TM	19,1	65,5	5,0	10,4
VNFC	17,3	69,2	4,5	9,0
VR	23,7	67,2	4,2	4,9

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

As percentagens elevadas dos que não possuem nenhum nível de escolaridade sugerem que se tome medidas no sentido de elevar a escolaridade dos que trabalham na agricultura. As percentagens significativamente menores dos que detêm o ensino secundário e superior sugerem a necessidade de se tornar a agricultura mais apelativa e atraente para os que detêm maior escolaridade, travando o êxodo dos que não vêem oportunidades de futuro no cultivo da terra. Estes valores sugerem, ainda, que a agricultura terá de ter outra dinâmica, eventualmente organizativa, que a permita encarar como uma actividade nobre e o sustentáculo do desenvolvimento da região, assumindo, neste sentido, um papel de inclusão social¹²⁰.

A análise do emprego por ramos de actividade permite, ainda, situar os sectores da construção e do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, este último prevalecendo nas zonas urbanas (Lamego, Régua e Vila Real), como, igualmente, relevantes na região. Neste contexto, também se pode concluir que o emprego relacionado com o alojamento e a restauração assume ainda valores modestos, apontando para a necessidade de dar vitalidade ao sector do turismo como alavanca do desenvolvimento da região, como tem sido preconizado.

Gráfico 3

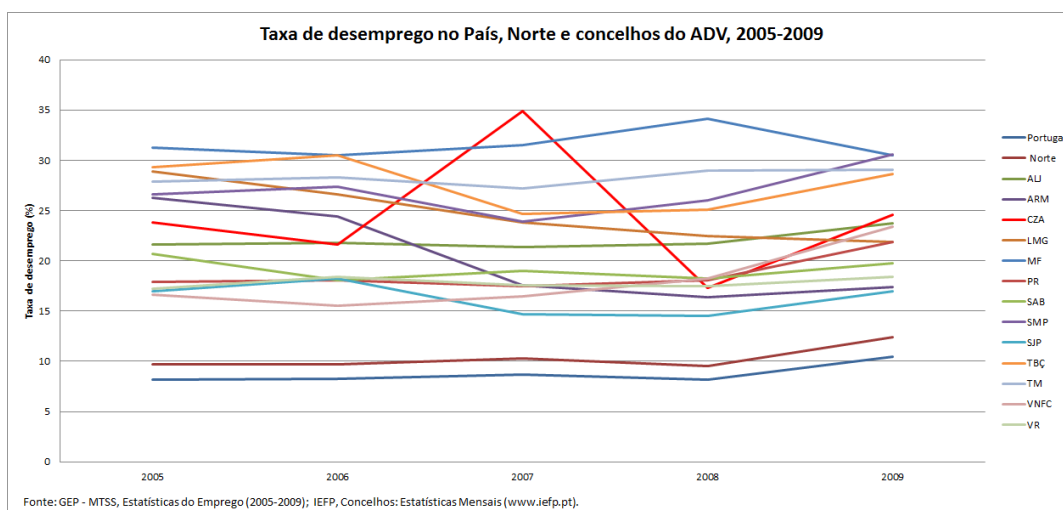


¹²⁰ A este respeito recorde-se, por exemplo, o movimento dos “novos povoadores” e dos “novos rurais”, que poderão assumir uma crescente importância na dinamização das áreas rurais.

No Gráfico 3, relativo ao desemprego, é de destacar que, no geral, houve uma subida nos últimos anos no número de trabalhadores desempregados. Quatro situações merecem algum destaque: Carrazeda de Ansiães pela acentuada oscilação entre 2006 e 2008; Peso da Régua pelo acentuado crescimento do desemprego a partir de 2008; Lamego pelo decréscimo de desemprego ao mesmo tempo que, relacionando com a situação do emprego, com o ligeiro crescimento de pessoas empregadas; Vila Real, com uma linha de desemprego que corrobora a situação do emprego, com um decréscimo de indivíduos empregados a partir de 2008, mas com o crescimento do desemprego já a partir de 2007. Portanto, nota-se que, no geral, 2007 foi um ano marcante para a grande maioria dos concelhos, sendo que a situação, na generalidade dos concelhos, se agravou em 2008, excepção feita a Tabuaço e Lamego, que são os únicos concelhos nos quais o número de desempregados baixou.

O Gráfico 4, que reflecte a taxa de desemprego¹²¹ no País, Norte e ADV nos anos 2005 a 2009, mostra as tendências do desemprego por concelho.

Gráfico 4



No geral, o gráfico expõe taxas de desemprego na região significativamente mais elevadas do que as da Região Norte e do País. Na grande maioria dos casos, o

¹²¹ A taxa de desemprego calcula a população desempregada face à população activa (população desempregada ÷ população activa x 100).

desemprego é praticamente o dobro do que o que se verifica no País e na Região Norte. Esta é, por conseguinte, a primeira constatação: desemprego elevado.

A segunda constatação, que se pode retirar da leitura deste gráfico, é a de que, muito embora praticamente em metade dos concelhos o desemprego tenha diminuído entre 2006 e 2007 (São João da Pesqueira, Tabuaço, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo, Lamego e Armamar), ele volta a subir a partir de 2007, sendo este ano um marco divisor sobre a tendência crescente do desemprego na região, já que, exceptuando Lamego e Mesão Frio, em que o desemprego não aumentou, todos os outros concelhos viram a taxa de desemprego aumentar, nuns, com valores mais acentuados (São João da Pesqueira, Peso da Régua, Vila Nova de Foz Côa, Carrazeda de Ansiães, Santa Marta de Penaguião e Tabuaço), noutros, com valores menos acentuados (Armamar, Vila Real, Sabrosa e Torre de Moncorvo).

Ainda segundo os mesmos dados, se comparadas as percentagens de desemprego por género, as maiores cabem ao género feminino. Em 2005 oscila entre os 53,7% de Peso da Régua e 71,5% em São João da Pesqueira; em 2006, a amplitude situa-se entre 54,7% de Santa Marta de Penaguião e 72,4% de São João da Pesqueira; em 2007 entre os 53,2% de Santa Marta de Penaguião e 71% de Torre de Moncorvo; em 2008 entre os 52,6% de Peso da Régua e os 72,8% de Mesão Frio e, em 2009, entre 52,5% de Peso da Régua e os 72,3 de Mesão Frio. Note-se que, em todos os casos, os desempregados do género feminino não só excedem largamente os do género masculino, como representam sempre mais de 50% dos desempregados. Isto equivale a dizer que a mulher, em relação ao emprego, nestes concelhos, está numa situação de debilidade acentuada, situação que terá de ser ponderada nas políticas regionais de emprego.

Relativamente ao Índice de Poder de Compra (IPC), que podemos observar na Tabela 6, a situação também não é benéfica para a região. Na verdade, considerando o valor 100 para o País, o valor médio da Região Norte está 13 pontos abaixo deste valor e o da NUT III Douro a mais do dobro destes pontos com aproximadamente 30 abaixo do nível do País.

Tabela 6

**Poder de compra per capita nos concelhos do ADV,
2009**

Localização geográfica	Valor Índice
Portugal	100
Continente	100,46
Norte	87,64
Douro	70,88
ALJ	55,66
ARM	49,49
CZA	50,61
LMG	78,95
MF	59,01
PR	80,79
SAB	54,39
SMP	51,55
SJP	55,56
TBC	51,61
TM	57,69
VNFC	54,49
VR	102,53

Fonte: INE, dados estatísticos. www.ine.pt

Na região, apenas em Vila Real o poder de compra é mais de 2 valores acima do nível nacional, indubitavelmente a melhor situação. Peso da Régua e Lamego também se destacam em relação aos restantes concelhos, com uma classificação que ronda os 80 pontos (Peso da Régua, 80,79; Lamego, 79,95). O grosso dos concelhos tem uma pontuação que se situa entre os 50 e 60 valores, com excepção de Armamar que não chega nem a metade do do País.

Sendo estes valores tão baixos em relação ao Índice 100 do País, a situação piora consideravelmente se o ponto de comparação for a média da União Europeia. Por conseguinte, elevar o nível de vida das populações locais da região, continuará, por certo, a ser um imperioso objectivo regional.

O nível de rendimento pode ainda ser observado na Tabela 7.

Tabela 7

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos dos concelhos do ADV, segundo o sector de actividade e o sexo, 2009

Unidade: €												
	Total			Primário			Secundário			Terciário		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	1 034,2	1 138,9	899,3	738,0	784,0	637,4	944,6	1 014,2	774,9	1 088,2	1 246,4	939,8
Continente	1 036,4	1 141,5	901,0	737,8	785,5	636,9	942,8	1 013,6	773,6	1 093,5	1 252,5	943,8
Norte	901,4	982,8	791,6	638,7	671,7	570,8	827,5	904,6	678,4	969,5	1 078,8	860,7
Douro	806,4	861,9	731,9	649,4	670,5	602,1	816,3	833,7	736,3	815,8	912,4	737,7
ALJ	820,6	877,1	736,2	707,0	728,2	646,7	876,4	907,0	753,7	818,3	903,0	742,5
ARM	716,8	742,6	673,2	585,3	603,2	529,1	710,2	732,7	626,4	752,2	814,6	705,0
CZA	698,6	775,5	606,6	633,5	644,8	599,7	715,6	769,4	519,2	701,3	803,9	616,7
LMG	765,5	818,1	700,3	585,3	577,0	599,9	780,5	798,8	699,4	770,0	858,9	704,5
MF	869,0	921,4	798,2	874,5	972,6	617,2	548,3	561,6	505,3	893,8	956,2	817,7
PR	866,7	959,8	724,6	577,2	604,7	500,4	1 028,5	1 076,1	759,9	835,9	940,1	733,1
SAB	894,1	974,5	803,7	833,8	739,5	951,0	1 041,9	1 090,8	869,0	789,0	844,6	762,9
SMP	705,3	747,7	646,1	546,2	564,6	509,0	749,9	753,0	737,2	738,2	874,2	654,6
SJP	784,3	835,2	710,7	721,7	735,0	666,9	725,9	739,6	691,3	845,6	1 010,4	722,8
TBÇ	721,2	782,5	622,6	724,6	795,5	564,3	654,9	673,2	592,2	796,0	1 010,9	646,2
TM	855,2	982,2	671,8	581,7	614,0	480,2	1 144,6	1 204,3	694,2	730,5	802,0	673,6
VNFC	772,3	846,5	687,8	707,5	758,4	622,7	835,7	861,6	745,3	752,6	870,9	686,6
VR	873,8	928,4	807,6	549,1	580,2	476,0	844,0	845,8	837,0	887,1	980,6	806,2

INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. II.5.19)

Considerando, em primeiro lugar, os valores totais (HM, H e M), a primeira inferência que se pode fazer é que os valores médios do rendimento nos concelhos do ADV são inferiores à média dos valores nacionais.

Na análise em coluna, o rendimento no sector primário é, para HM, no geral, inferior à média nacional, situando-se nos 738€, sendo em Sabrosa e em Mesão Frio onde se ganha mais. Em Alijó, São João da Pesqueira, Tabuaço, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real ganha-se à volta dos 700€. Os restantes 5 concelhos têm valores inferiores aos referidos. A mesma análise particularizada aos homens denota que estes ganham mais do que as mulheres, embora com valores médios inferiores à média nacional (excepção de Mesão Frio e Tabuaço). Relativamente às mulheres, estas, além de ganharem menos do que os homens (excepção de Sabrosa), em alguns casos, ganham mais do que a média do rendimento das mulheres a nível nacional (Alijó, Sabrosa e São João da Pesqueira). Em Torre de Moncorvo e em Vila Real é onde as mulheres que trabalham no sector primário ganham menos.

No secundário, os valores totais (HM) revelam uma tendência semelhante ao primário. Com a excepção dos concelhos de Peso da Régua, Sabrosa e Torre de Moncorvo, em que os valores são superiores aos da média nacional, os restantes

concelhos têm um rendimento inferior. Na relação de género, os homens continuam a ganhar mais. Nos homens, à excepção dos três concelhos acima referidos, todos os outros têm rendimentos médios inferiores à média nacional. No caso das mulheres, os valores não só são inferiores aos dos homens como também inferiores ao que outras mulheres auferem em média a nível nacional.

No terciário, em todos os concelhos ganha-se, em média, menos do que no país (nenhum valor ultrapassa os 1000€). Os homens continuam a ganhar mais do que as mulheres e menos do que a média nacional. Em nenhum dos casos, o rendimento da mulher se aproxima do dos homens e em apenas 2 casos (Lamego e Vila Real) as mulheres neste sector auferem em média um valor que ultrapassa os 800€ (a média nacional é de 943€).

A análise em linha permite outras conclusões. Por um lado, permite compreender, de certo modo expectável, que no sector secundário se ganha mais do que no primário. No entanto, para Mesão Frio e Tabuaço isso não corresponde à verdade, ou seja, ganha-se mais no primário do que no secundário. Em Mesão Frio esta realidade constata-se tanto para homens quanto para as mulheres. No caso da diferença de rendimento entre o primário e o terciário, ganha-se mais, em geral, neste último, muito embora se ganhe menos em Sabrosa no terciário do que no primário e em Mesão Frio, Tabuaço e Vila Nova de Foz Côa a diferença não seja muito grande (respectivamente, 2,2%, 9,9% e 6,4%).

A maior diferença entre primário e o secundário é em Peso da Régua, onde no segundo se ganha mais 78% (HM) do que no primeiro, Torre de Moncorvo (96,8%) e Vila Real (53,7%). Do primário para o terciário, as maiores diferenças cabem a Peso da Régua e Vila Real (44,8% e 61,6% (HM), respectivamente), seguindo-se-lhes Santa Marta de Penaguião (35,2%) e Lamego (31,6%). A diferença de ganho de um sector para o outro, que a nível nacional é de 48,2% superior no terceiro, apenas em Vila Real assume esta direcção (61,6%)¹²².

Sobre a educação, o nível de habilitações dos trabalhadores dos estabelecimentos nos concelhos do ADV, factor crucial nas políticas de desenvolvimento e na competitividade dos territórios (Pessoa, 2008: 65), considerando os anos 2005 e 2009, é

¹²² Não podemos esquecer que Vila Real é o concelho mais urbano da região, onde existem serviços que não existem noutros concelhos, como os ligados à saúde (tem o maior hospital da região), à educação (tem UTAD), entre outros, como a banca e os seguros.

ainda baixo, já que, nestes anos, o grosso dos trabalhadores detém somente o ensino básico. Ainda assim, a observação da Tabela 8 permite notar, igualmente, uma diminuição do número de trabalhadores com ensino básico de 2005 para 2009, exceção feita a Armamar, onde houve um acréscimo de 21,6% (sobre este assunto ver Jesus *et al*, 2004: 51 – PDTVD). Assim, muito embora tenha ocorrido uma diminuição de trabalhadores com o ensino básico de um ano para o outro, a grande maioria deles continua a ter apenas este grau de ensino.

Tabela 8

Trabalhadores nos estabelecimentos dos concelhos do ADV por nível de habilitação, 2005 e 2009

Concelho	2005							2009									
	TOTAL	Básico	%	Secundário	%	Superior	%	TOTAL	Básico	%	Δ%	Secundário	%	Δ%	Superior	%	Δ%
ALJ	2041	1590	77,9	207	10,1	126	6,2	2034	1401	68,9	-11,9	289	14,2	39,6	261	12,8	107,1
ARM	981	753	76,8	129	13,1	54	5,5	1202	916	76,2	21,6	139	11,6	7,8	96	8,0	77,8
CZA	805	662	82,2	66	8,2	47	5,8	770	593	77,0	-10,4	88	11,4	33,3	77	10,0	63,8
LMG	5086	3828	75,3	718	14,1	371	7,3	5245	3624	69,1	-5,3	896	17,1	24,8	607	11,6	63,6
MF	957	718	75,0	139	14,5	67	7,0	815	547	67,1	-23,8	123	15,1	-11,5	125	15,3	86,6
PR	4097	3007	73,4	536	13,1	304	7,4	3844	2608	67,8	-13,3	650	16,9	21,3	412	10,7	35,5
SAB	1242	961	77,4	106	8,5	81	6,5	1213	837	69,0	-12,9	142	11,7	34,0	192	15,8	137,0
SMP	1125	877	78,0	74	6,6	58	5,2	1042	790	75,8	-9,9	99	9,5	33,8	98	9,4	69,0
SJP	1579	1253	79,4	127	8,0	93	5,9	1410	1063	75,4	-15,2	144	10,2	13,4	130	9,2	39,8
TBC	793	575	72,5	87	11,0	35	4,4	810	550	67,9	-4,3	126	15,6	44,8	57	7,0	62,9
TM	1274	954	74,9	196	15,4	97	7,6	1188	786	66,2	-17,6	225	18,9	14,8	151	12,7	55,7
VNFC	1106	883	79,8	108	9,8	60	5,4	932	681	73,1	-22,9	121	13,0	12,0	73	7,8	21,7
VR	13261	8268	62,3	2646	20,0	1995	15,0	12032	7014	58,3	-15,2	2852	23,7	7,8	1960	16,3	-1,8

Fonte: GEP-MTSS, Estatísticas do Trabalho.

A mesma tabela indica um crescimento substancial do número de trabalhadores com ensino secundário, com a exceção de Mesão Frio, onde esse número diminuiu (em Armamar e Vila Real, certamente, por razões diversas as percentagens não são significativas). No que diz respeito aos trabalhadores com ensino superior, a mudança foi significativa em quase todos os concelhos, alguns dos quais com a duplicação do valor de 2005 (Sabrosa e Alijó). A exceção, neste caso, é de Vila Real, onde a variação foi negativa, sem que em algum momento deixasse de ser o concelho em que a mão-de-obra detém maiores habilitações.

Esta situação atrás descrita vem ao encontro, por exemplo, da afirmação do PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 51), quando confirma o baixo nível de qualificação da mão-de-obra regional. Embora, como se salientou no parágrafo anterior, tenha havido uma mudança significativa nos que têm como habilitações o ensino secundário e superior, a

maior percentagem de trabalhadores continua a ter como habilitação o ensino básico, o que será, certamente, um elemento a ter em conta nas políticas de desenvolvimento regional/local, e, porque não, tomar, definitivamente, a educação como um desígnio regional, sobretudo a elevação do nível de instrução e qualificação dos durienses¹²³.

A este mesmo respeito, a nossa opinião é a de que é inadmissível, depois de uma década passada do início do século XXI, a existência de durienses que não sabem ler nem escrever. O parque escolar tem sido reorganizado nos últimos anos, com a melhoria das condições infra-estruturais, com a construção de novas e mais modernas escolas, fundamentalmente, localizadas nos centros urbanos mais importantes (incluindo as sedes de concelho). O facto da obrigatoriedade de cada município elaborar uma Agenda Local de Educação, contribuirá, indubitavelmente, para uma melhor gestão da educação e para a elevação das habilitações e qualificações dos durienses.

Em relação à saúde, tendo em conta que estamos perante um território de baixa densidade em vários aspectos, já frisados no capítulo II, há dois itens a considerar. Por um lado, os indicadores de saúde disponíveis no INE. Por outro, a constatação de uma significativa rede de hospitais públicos (Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro: Vila Real, Régua, Lamego e Chaves)¹²⁴, sendo o Hospital de Lamego o último dos grandes investimentos da saúde na região. A questão, quanto a este segundo aspecto, tem a ver, fundamentalmente, com a concentração destes hospitais nos mais importantes centros urbanos e, com a minimização dos serviços nos centros de saúde locais, a maior ou menor distância, que as populações têm ou não de percorrer para ter acesso aos cuidados de saúde essenciais, que, em muitos casos, é significativa.

¹²³ Na verdade, a educação é uma prioridade para a região, tal como o é para o País, mas poderá alguém estar satisfeito enquanto houver quem não saiba ler nem escrever?

¹²⁴ O Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro foi criado em Fevereiro de 2007, com a fusão do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua com o Hospital Distrital de Chaves e o Hospital Distrital de Lamego (informação disponível em <http://www.chtmad.min-saude.pt>, Consultada em: 08.03.2012).

Tabela 9**Indicadores de saúde nos municípios do ADV, 2010**

Local de Residência	Médicos	Enfermeiros	Farmácias	Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Mortalidade por tumores malignos	Consulta por habitante (2009)
	‰	‰	‰	‰	‰	Nº
Portugal	3,9	5,9	0,3	3,2	2,3	4,0
Continente	4	5,8	0,3	3,2	2,3	4,1
Norte	3,7	5,8	0,2	2,6	2,1	3,9
Douro	2	6,4	0,4	3,6	2,6	3,8
ALJ	0,5	3,1	0,6	3,9	2,9	1,5
ARM	0,4	1,9	0,3	4,6	2,6	2,3
CZA	0,9	5,3	0,3	5,3	2,4	2,5
LMG	2,1	7,7	0,4	3,9	2,7	3,4
MF	1,9	2,2	0,7	3,3	2,1	4,8
PR	2,2	6	0,5	2,7	2,6	2,6
SAB	0,8	2,3	0,3	2,5	3,3	2,4
SMP	0,3	2,1	0,3	3	2,6	1,7
SJP	0,9	2,6	0,4	5,5	2	2,8
TBC	0,5	3,1	0,3	3,3	2,5	4,6
TM	0,8	4,8	0,4	4,5	3	2,2
VNFC	1	3,1	0,5	4,6	3,4	2,8
VR	4,6	13,3	0,3	2,8	2,2	6,8

Fonte: INE, dados estatísticos (www.ine.pt).

Alguns dos indicadores de saúde da Tabela 9 mostram, por um lado, a concentração de médicos e enfermeiros em Vila Real, Régua e Lamego, onde se encontram os hospitais anteriormente referidos. Por outro lado, os valores da grande maioria dos concelhos, exceptuando os anteriormente salientados, são inferiores aos da região Norte e do País.

Embora estes números relativos aos médicos e enfermeiros sejam importantes, não deixa de ser igualmente relevante o acesso ou não das populações aos cuidados de saúde. Dito de outro modo, se o maior ou menor número de médicos e enfermeiros pode ser um indicador de saúde importante, não o é menos a distância que os habitantes têm de percorrer para aceder a estes cuidados de saúde, sobretudo quando se trata de idosos, mulheres ou jovens dependentes (os grupos potencialmente mais débeis).

Os dois indicadores da mortalidade (por doenças do aparelho circulatório e tumores malignos) reflectem uma realidade menos positiva, se nos ativermos à média da Região Norte e do País. Há algumas excepções, mas os valores, na grande maioria dos concelhos, são mais elevados exigindo, porventura, um exame detalhado da mortalidade por este tipo de doenças.

Relativamente às consultas por habitante (valores de 2009), embora as razões para estes valores possam ser as mais díspares possíveis, 10 dos 13 concelhos da região têm valores inferiores aos da região Norte e do País.

Portanto, se nos ativermos a estes valores e considerarmos o envelhecimento da população, a centralização dos hospitais nas principais cidades e a dificuldade de acesso a transportes públicos (deficiente mobilidade intra-regional¹²⁵), sobretudo pelos mais desfavorecidos (os mais pobres, os jovens, mulheres e idosos), o cenário pode revelar alguma preocupação.

4.3. Território e Ambiente

A região de estudo, como assinalado ao início desta investigação, é composta por 13 concelhos, cujo conjunto denominamos amiúde por Alto Douro Vinhateiro (ADV). Durante a pesquisa realizada para esta investigação deparamos com algumas dificuldades espaciais de que daremos conta neste item.

Efectivamente, muito embora a sustentabilidade possa ser medida em diferentes escalas (da local à internacional), como se indicou no capítulo anterior, a escala a que ela é medida é deveras relevante. Diversas vezes nos interrogámos sobre se a região do ADV se adequaria à avaliação da sustentabilidade, uma vez que, em particular, seria difícil avaliar a sustentabilidade de uma pequena área do ADV, classificada como Património Mundial, que é, aproximadamente, 10 % da RDD (24.600 dos 250.000 ha).

De facto, o que inspirou esta investigação foi o ADV classificado como Património Mundial da UNESCO, mas a avaliação a que nos propusemos foi dos 13 concelhos, onde se insere esta pequena parcela de território classificado. No entanto, convém recordar que a região do ADV tem concelhos em 4 distritos (Viseu, Vila Real, Bragança e Guarda), difere da NUT III Douro (19 concelhos) e da RDD (21 concelhos), e é várias vezes associada a Trás-os-Montes (Trás-os-Montes e Alto Douro)¹²⁶. Estas diferenças interpelaram-nos no sentido de clarificar o âmbito territorial desta investigação.

¹²⁵ A mobilidade condicionada de alguns grupos de risco é acentuada pelas dificuldades relativas à mobilidade intra-regional. Efectivamente, quem não tem disponível transporte particular ou rendimento para transportes alternativos fica numa situação de fragilidade.

¹²⁶ Faria sentido (não para os propósitos desta investigação) perceber o domínio territorial que os diversos órgãos da Administração Central têm na região, tal como foi feito em 2005 para a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, percebendo-se diversos modelos de ocupação territorial que geram diferentes actuações no território (Vitorino *et al*, 2005). Por outro lado, recorde-se ainda que a própria RDD ainda se desagrega em mais três regiões (internas): Cima Corgo, Baixo Corgo e Douro Superior.

Não faria sentido a RDD em vez do ADV? Ou a NUT III Douro em vez da RDD e/ou do ADV? Poderia, eventualmente, fazer sentido que o âmbito territorial pudesse ser a RDD ou a NUT III Douro, mais ainda se se tiver em conta uma maior disponibilidade de dados estatísticos, nomeadamente os referentes à NUT III Douro. Contudo, o ponto de partida foi o ADV, a partir de uma análise da sustentabilidade concelhia, facto que, posteriormente, poderá ser alargado aos concelhos da RDD e/ou NUT III Douro, uma vez que é somente necessário juntar os indicadores dos restantes concelhos e ajustar o âmbito territorial¹²⁷.

4.3.1. Ordenamento do Território e estratégias regionais

Entre os planos de actuação no território em questão, podemos contar os de âmbito regional, intermunicipal, municipal, especial e sectorial. No âmbito regional, o Plano Regional de Ordenamento do Território – PROT Norte (âmbito regional); no âmbito intermunicipal, o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – PIOTADV; no âmbito sectorial, o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro – PBH Douro; no âmbito especial, o Plano de Ordenamento da Albufeira da Régua e Carrapatelo – POARC (ver Aguiar *et al*, 2000a: 22-23), e o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – PDTVD; no âmbito municipal, os Planos Municipais de Ordenamento do Território (Planos Directores Municipais – PDM¹²⁸).

Na impossibilidade de abordar cada um destes planos, centraremos a nossa atenção nos objectivos estratégicos do PROT Norte, no PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a; 2000b; 2000c), no PDTVD (Jesus *et al*, 2004), como ponto de referência para os PDM.

Nos antecedentes a estes planos, vamos fazer uma breve referência ao Projecto Integrado de Desenvolvimento Rural de Trás-os-Montes (PDRITM), o PROZED –

¹²⁷ Note-se, por exemplo, que a avaliação da sustentabilidade feita no Algarve, pela CCDR Algarve com a colaboração da Universidade Nova de Lisboa, utilizou em simultâneo o nível municipal e o regional, sendo que, com este procedimento, a disponibilidade de indicadores é maior. O mesmo procedimento não pode ser utilizado nesta investigação, dado que os municípios da região de estudo não coincidem com a NUT III e muito menos com a NUT II, com o que é o caso do Algarve.

¹²⁸ Convém frisar que no caso dos PDM da região, praticamente todos foram elaborados e aprovados entre 1993 e 1995, sem que a revisão, que deveria ter acontecido 10 anos depois, seja ainda uma realidade, excepção feita a Mesão Frio e Peso da Régua (ver INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010, Qd. I.1.9).

Plano Regional da Zona Envolvente do Douro e ao PRODOURO – Plano de Desenvolvimento do Douro.

O PDRITM, no início dos anos 80 do século XX, pretendia fazer face aos problemas de escassez de mão-de-obra, ao envelhecimento dos vinhedos e à degradação da qualidade dos vinhos, tendo como objectivo a plantação de vinhas novas e a reestruturação de vinhas pré-existentes em sistemas motorizáveis e com uma dimensão que permitisse a viabilidade económica das explorações agrícolas (Aguiar *et al*, 2000c: Anexo VII). Este projecto constituiu, no entender dos autores do PIOTADV, um marco de viragem iniciando um período de forte investimento na viticultura duriense¹²⁹.

O PROZED (CCRN, 1991) foi o primeiro plano com incidência no ADV, muito embora apenas 7 dos 13 concelhos da área de estudo estejam contemplados¹³⁰ (ver Aguiar *et al*, 2000a: 9-10). Segundo os autores do PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 31), o PROZED¹³¹ teve a valência (para o turismo) de identificar, pela primeira vez, as áreas de maior valor paisagístico e estabelecer um regime de protecção e valorização dessas mesmas áreas, pondo a tónica na paisagem duriense como um extraordinário exemplo da intervenção humana na natureza.

Em termos de zonamento, o PROZED procurou estabelecer uma disciplina de edificabilidade, de modo a permitir a preservação dos valores patrimoniais, urbanísticos e paisagísticos, pelo que grande parte das áreas directamente ligadas ao rio são designadas como áreas de protecção ao património natural.

O PRODOURO – Programa de Desenvolvimento do Douro (1995), é uma outra referência regional. A sua área de intervenção engloba o ADV (mais 15 outros concelhos, num total de 28)¹³². A estratégia de actuação assentava em 3 ideias base: (1)

¹²⁹ Logo após a entrada de Portugal na CEE, em 1986, com os financiamentos a fundo perdido de que se passa a dispor, são feitos investimentos na reestruturação das vinhas, em tractores e alfaías agrícolas e em construções e equipamentos para a vinificação e engarrafamento, permitindo um surto de modernização em toda a fileira vitivinícola duriense, das estruturas de produção às adegas cooperativas e outras empresas de vinificação, facilitando, ainda, a emergência dos produtores-engarrafadores de Vinho do Porto e vinho DOC Douro (Aguiar *et al*, 2000c: Anexo VII).

¹³⁰ O PROZED inclui concelhos como Gondomar (apenas as freguesias ribeirinhas), Penafiel, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Cinfães, Resende, Baião, fora da região de estudo e Mesão Frio, Peso da Régua, Lamego, Armamar, Tabuaço, Sabrosa, Alijó, dentro da região de estudo (CCNR, 1990: 4).

¹³¹ No que ao turismo diz respeito, o PROZED contempla *Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico e Eixos de Desenvolvimento Turístico* (CCRN, 1991: 3).

¹³² Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Baião, Carraceda de Ansiães, Cinfães, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-à-Cinta, Lamego, Marco de Canaveses, Meda, Mesão Frio, Mirandela, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, São João da Pesqueira, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real.

explorar a imagem de qualidade da região, (2) atrair e fixar recursos humanos qualificados e (3) organizar regionalmente as actividades económicas e concertar os interesses locais e sectoriais. Esta estratégia contemplava 4 objectivos fundamentais para o desenvolvimento da região: (1) a criação de emprego, (2) a promoção do investimento produtivo e geração de riqueza, (3) o reforço das infra-estruturas básicas e (4) a preservação e valorização dos recursos patrimoniais.

Segundo o Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, são 5 as prioridades para esta região: (1) Competitividade, inovação e conhecimento; (2) Qualificação ambiental e valorização económica de recursos específicos; (3) Qualificação do sistema urbano; (4) Valorização do território para a coesão; (5) Governação e capacitação institucional (ver www.ccdr.pt), sintetizadas em três no documento “Norte 2015”: NORTE ITEC – Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional; NORTE SCORE – Assegurar, sustentadamente, a competitividade regional; NORTE EQUALITY – Promover a inclusão social e territorial (informação disponível no mesmo sítio da CCDRN, ver também www.norte2015.com.pt).

Posteriormente, dadas as transformações recentes na economia mundial, no documento “Norte 2020” fala-se em 7 factores-chave de renovação e regeneração do modelo de desenvolvimento regional: (1) Conhecimento, inovação e tecnologia; (2) Actividades económicas e cadeia de valor; (3) Internacionalização; (4) Qualificação do capital humano; (5) Desenvolvimento do território e cidades; (6) Conectividades, e (7) Ambiente, energia e sustentabilidade (CCDRN, 2010: 12-14).

O PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a: 9), sendo um plano Intermunicipal de Ordenamento, e, neste sentido, um instrumento de desenvolvimento territorial de âmbito intermunicipal, destina-se a enquadrar a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) (PDM, PU e PP), visando uma articulação estratégica entre áreas territoriais que necessitam de uma coordenação integrada.

A sua elaboração partiu de uma exigência da candidatura do ADV a Património Mundial da UNESCO, no sentido de apresentar garantias de gestão do bem que se propunha para inscrição (Aguiar *et al*, 2000a: 1-2). O âmbito territorial de actuação são 13 concelhos onde se encontra a área territorial proposta para classificação, reunindo o

conjunto mais significativo de valores da RDD, sendo, como já se referiu, apenas uma décima parte desta.

No entender dos autores deste plano, os seus objectivos essenciais foram orientar a gestão da paisagem cultural evolutiva viva do ADV e articular as estratégias e coordenar as iniciativas intermunicipais (Aguilar *et al*, 2000a: 2). É, neste sentido, essencialmente um plano estratégico que pretende informar os PMOT e que deve ser por estes incluído.

A análise que é feita da região umas vezes contempla apenas as freguesias que constituem a área classificada, certamente por maior facilidade na obtenção dos dados a elas referentes, outras vezes as referências são os concelhos, onde essa área classificada está incluída.

No que diz respeito ao PDTVD, é salientado que as questões do OT se prendem com três ordens de razões. Por um lado, a constatação de que a valorização e competitividade do Turismo na região (vale do Douro) depende, em boa parte, da base territorial que a sustentará. Em segundo lugar, a transformação da matriz de uso e ocupação do solo, que o desenvolvimento do turismo suscitará, aconselhará a uma definição de critérios de prevenção, minimização, acompanhamento e monitorização das acções a desenvolver. Por último, com o intuito de operacionalizar os projectos de investimento turístico, requerer-se-á a articulação entre os diferentes níveis de planeamento (Jesus *et al*, 2004: 30).

Do mesmo modo, é reconhecido ao OT o relevante papel estratégico de instrumento nuclear de sustentabilidade das intervenções, assumindo-se como um quadro de referência, tanto nas encetadas pela administração pública, quanto nas dos agentes privados (Jesus *et al*, 2004: 30).

A breve referência dos Planos acima salientados mostra, antes de mais, que o âmbito de actuação territorial de cada um deles, sendo diferente dos outros, não abrange na totalidade a região de estudo. O único que coincide com a nossa área de estudo é o PIOTADV, pelas razões apontadas. Os outros planos contemplam outros concelhos em número não coincidente. Assim, no contexto das considerações que levamos a cabo no início deste item, que parcela do território deve ser considerada para traçar uma melhor estratégia para o Douro? Ou seja, em questões de estratégia, em que o âmbito territorial tem de ser mais alargado, que concelhos considerar?

Esta questão é tanto mais pertinente, quanto se considerar o âmbito de actuação das instituições a actuar no Douro, desde o IVDP, a Casa do Douro, a DRAPTM, a Estrutura de Missão do Douro a Entidade de Turismo do Douro. Territorialmente, nenhum deles coincide. Ora, traçar estratégias com instituições que actuam em âmbitos territoriais diferentes, sobretudo quando, na prática, têm dificuldade em se entender, pode não ser o melhor modo de desenvolver uma região. Neste contexto, o PIOTADV refere que, no âmbito deste plano, seria criado um Gabinete Técnico Intermunicipal do ADV (e uma Associação Promotora do ADV) (Aguiar *et al*, 2000a:3). O GTIMADV foi, realmente, criado, mas algum tempo depois foi desmobilizado. Parece fazer falta uma instituição que congregue interesses diferenciados e seja capaz de definir estratégias comuns e colocá-las em prática.

4.3.2. Biodiversidade

A biodiversidade, nesta região, vai do património genético associado à viticultura (76 castas – Aguiar *et al*, 2000c: anexo V) e à olivicultura (principais culturas regionais), ao estrato arbustivo e arbóreo, essencialmente representante da mata e mato mediterrâneos, em particular, nos mortórios¹³³, à fauna e flora ripícolas, às espécies de anfíbios (10 espécies inventariadas), répteis (18 espécies), avifauna (138 aves)¹³⁴, mamíferos (49 espécies)¹³⁵, já referenciados.

O PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a: 64) salienta que a aptidão do solo rural da região está vocacionado para a actividade agrícola de culturas permanentes e para a conservação da biodiversidade biológica (matas e matos mediterrâneos e galerias ripícolas), fazendo coexistir espaços de produção e de conservação.

Por outro lado, o mesmo texto (Aguiar *et al*, 2000a: 71) chama a atenção para o facto de os espaços dedicados a uma extensa monocultura (cultura da vinha) poderem contribuir para uma diminuição da biodiversidade. Daí o cuidado que esta região

¹³³ Os mortórios são espaços que resultaram do abandono da viticultura por consequência directa da filoxera, tendo-se tornado espaços de vegetação endógena.

¹³⁴ O Anexo V (A Fauna e a Flora) do PIOTADV, face à diversidade de áreas de espécies da avifauna, salienta o elevado valor que possui o ADV, onde estão localizadas espécies que, pela sua rareza e beleza, são admiradas pelos aficionados da ornitologia e pelo público em geral, valorizando esta área do ponto de vista paisagístico.

¹³⁵ O mesmo anexo refere que a nível dos mamíferos, todo o ADV apresenta grande interesse conservacionista.

necessita, não só na manutenção, por exemplo, dos mortórios, mas também de uma clara política de conservação ou mesmo de compensação, quando habitats são destruídos¹³⁶.

A análise feita na região revela que há diversas espécies no âmbito da avifauna e da flora classificadas como relevantes a nível nacional, o que permite afirmar o elevado valor ecológico do ADV, onde a abundância de ecótonos de origem artificial ou natural tem promovido uma elevada biodiversidade (Aguilar *et al*, 2000a: 73; ver Instituto da Água, 2001: 77-78; Aguilar *et al*, 2000c: Anexo V).

4.3.3. Recursos Hídricos

Na actual conjuntura internacional, enquadrada na grande questão das alterações climáticas, estamos convictos que a disponibilidade de água será um dos mais importantes assuntos do séc. XXI. Neste sentido, não é de admirar que este tema assuma uma particular importância para o DS e tenha um carácter estratégico para a sobrevivência do ser humano.

Neste contexto de valor estratégico da água, é de capital importância a gestão da Bacia Hidrográfica do Douro (BHD), não só no que concerne à disponibilidade e armazenamento da água, mas também à manutenção e monitorização da sua qualidade, o que tem a ver com vários factores desde os ambientais, aos socioeconómicos, à cooperação com Espanha.

O PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 15) salienta que o Douro constitui o centro de uma densa rede hidrográfica, com importantes afluentes (área de estudo), entre os quais estão o Sabor, Tua, Corgo (margem direita) e o Côa, Távora e Paiva (margem esquerda). Indica também que, quanto à qualidade da água, ela é, em geral, pouco poluída, havendo casos em que alguns cursos de água detêm uma qualidade excelente em quase todo o seu percurso. Contudo, há alguns troços fluviais com qualidade da água deficiente, relacionados com a inexistência ou funcionamento deficiente dos sistemas de tratamento de águas residuais.

¹³⁶ Acontece, por vezes, que, quando há novos saibramentos em mortórios, ou em espaços com mata ou mato mediterrâneos, nem sempre é acautelada a devida compensação pelos habitats que se destroem.

É de salientar também a irregularidade do regime hidrológico e a diversidade das condições hidrológicas verificadas ao longo da sua extensão (Jesus *et al*, 2004: 15; Instituto da Água, 2001: 66-72), muito dependentes da composição litológica, da maior ou menor existência de vegetação, do regime pluviométrico, da orografia, do clima (maior ou menor influência da continentalidade ou proximidade ao Atlântico).

Outro factor a considerar é que o Douro é o único rio português navegável (em todo o percurso), facto que constitui um elemento distintivo e de grande potencial, com funções diversificadas tanto de amenização ambiental, de enquadramento paisagístico, como biofísicas, lúdicas e recreativas. Este plano – PDTVD – chama também a atenção para o facto de se verificarem, pontualmente, alterações nos parâmetros físico-químicos e biológicos da água pela redução do caudal no Verão, impossibilitando a sua utilização para fins recreativos de contacto directo (Jesus *et al*, 2004: 15).

Em relação a este mesmo assunto, a Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARHN) elabora todos os anos um estudo que se debruça sobre a qualidade das águas superficiais, subterrâneas e balneares (Machado *et al*, 2010: 9)¹³⁷.

No geral, a Região Hidrográfica 3 (RH3) – Douro, segundo dados recolhidos nas 166 estações de amostragem, apresenta os seguintes resultados: 11% de qualidade *excelente*; 36 % de *boa* qualidade; 48% de qualidade *razoável* e 5% de *má qualidade*¹³⁸ (Machado *et al*, 2010: 21).

Em relação ao estado ecológico¹³⁹ das águas superficiais da RH3¹⁴⁰, o relatório refere que nesta RH, 38% registaram um estado ecológico *pobre*, 33% um estado ecológico *moderado*, 10% um estado ecológico *mau*, 17% um estado ecológico *bom* e

¹³⁷ Seguindo o enquadramento europeu, este relatório tem em vista a prevenção e redução da poluição das águas, a promoção da sua utilização sustentável, a protecção do ambiente, a melhoria do estado dos ecossistemas aquáticos e a redução dos impactos das inundações e das secas (Machado *et al*, 2010: 10).

¹³⁸ A má qualidade das águas corresponde às estações de amostragem de Tarouca (concelho confiante com a região de estudo) e as estações da Albufeira da Teja (Vila Nova Foz Côa) e da Foz do Corgo (Peso da Régua).

¹³⁹ Segundo Machado *et al* (2010: 12), o estado ecológico traduz a qualidade estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos associados às águas de superfície e é expresso com base no desvio ecológico (*rácio de qualidade ecológico*, RQE) relativamente às condições de uma massa de água semelhante em condições consideradas de referência. O estado ecológico de referência é um estado que corresponde à ausência de pressões antropogénicas significativas e sem que se façam sentir os efeitos da industrialização, urbanização ou intensificação agrícola, ocorrendo apenas pequenas alterações físico-químicas, hidromorfológicas e biológicas. Existem três conjuntos de elementos de qualidade que contribuem para a determinação do estado ecológico de uma determinada massa de água: biológicos, físico-químicos e hidrogeomorfológicos.

¹⁴⁰ Segundo indicação do relatório, esta avaliação é feita tendo em conta três índices: o HCI (Habitat Condition Index – Índice de Condição do Habitat); QBR (Qualitat del Bosc de Ribera) e variáveis FAME (Fishbased Assessment Method for Ecological Status of European Rivers) (Machado *et al*, 2010: 24-28)

apenas 2% com estado ecológico *muito bom* (Machado *et al*, 2010: 31), revelando um dado preocupante: praticamente 50% das estações registaram um estado ecológico abaixo do moderado.

No que às águas subterrâneas concerne, o relatório não dispõe de informação para o ADV. Sobre as águas balneares interiores, apenas uma referência à interdição da *Foz do Sabor* (Torre de Moncorvo).

O relatório do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro (Instituto da Água, 2001: 96-97), actualmente em revisão, salientava, há 10 anos atrás, que no horizonte deste Plano a disponibilidade de recursos hídricos não comprometeria a sustentabilidade das actividades sócio-económicas. No entanto, em relação às bacias do Sabor e Côa, zona mais interior e, por conseguinte, com maior escassez, salienta que deverá haver uma maior racionalização do uso da água. Do mesmo modo, chama a atenção para o facto de nesta parte mais interior serem mais difíceis de atingir os parâmetros de qualidade hídrica, devido à escassez e irregularidade hídrica, o que implicará maiores exigências ao nível dos sistemas de redução de poluição e de tratamento de efluentes.

Embora a ênfase se tenha colocado na disponibilidade e qualidade das águas, há ainda a ter em conta mais 4 aspectos que nos parecem importantes. Por um lado, a construção de mais duas barragens nos rios Sabor e Côa. Muito embora, a questão não seja tão fácil como aqui a colocamos, na verdade, estas barragens, além de constituírem um importante recurso na produção hidroeléctrica, serão importantes massas de água, uma mais-valia como reserva estratégica deste recurso¹⁴¹.

Dois aspectos que nos parecem relevantes para a questão dos recursos hídricos são as alterações climáticas e a gestão da água, em particular a sua qualidade no que concerne ao controle das estações de tratamento das águas residuais. Embora não seja este o momento para falar nisso, o certo é que, com frequência, se esbarra com despejos de águas residuais não tratadas nos cursos normais de água em alguns dos municípios

¹⁴¹ Não é nossa pretensão reflectir sobre a pertinência ou não da construção dessas barragens (Sabor e Côa). São muitas e complexas as questões sobre as quais se teria de reflectir, como a componente energética, num contexto mundial de produção de energias renováveis; a componente de impostos, uma vez que os impostos gerados por esses empreendimentos ainda não ficam na origem, pouco beneficiando a região; a componente paisagem, já que a construção de um empreendimento hidroeléctrico supõe alterações da paisagem, podendo até destruir um valor paisagístico elevado; e, no caso da Barragem do Tua, a destruição de alguns quilómetros de linha-férrea centenária, factos que podem comprometer algum potencial turístico (sobre este tema ver Cristóvão, 1999: 25).

da região de estudo, denotando uma clara deficiência ao nível da vertente ambiental municipal¹⁴² (ver Aguiar *et al*, 2000a: 131).

De acordo com o Relatório INSAAR 2010 do INAG¹⁴³ (Mendes *et al*, 2010), referente a 2009 (ver Tabela 10), os municípios da área de estudo têm uma taxa de cobertura de abastecimento de água muito próxima da percentagem máxima, sendo que apenas Armamar é inferior aos 95% indicados no PEAASAR II – 2007-2013.

Tabela 10

Índices de cobertura/atendimento nos concelhos do ADV, 2009

Concelho	Cobertura de Abastecimento (%)	Cobertura de Drenagem (%)	Cobertura de Tratamento (%)
ALJ	100	99	96
ARM	87	73	73
CZA	100	100	100
LMG	96	96	85
MF	100**	71**	62**
PR	84*	80*	75*
SAB	100	100	87
SMP	100	86	68
SJP	100	100	100
TBC	100	100	82
TM	100	100	94
VNFC	100*	100*	33*
VR	100	72	83

Fonte: Mendes *et al*, 2010: 220-228 (INSAAR); INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

* Valores de 2001

** Valores de 2008

A mesma situação não acontece nos outros dois índices – drenagem e tratamento – em que apenas 6 e 2 concelhos têm cobertura total (drenagem e tratamento, respectivamente). Em relação ao índice de cobertura de drenagem, saliente-se, ainda, os valores de Armamar, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, inferiores aos 90% indicados no PEAASAR II – 2007-2013)¹⁴⁴ (para complementar esta informação veja-se ERSAR, 2010).

Por fim, durante as deslocações realizadas aos municípios foi possível perceber uma questão com a qual estes se têm debatido e que tem que ver com o custo de água para consumo humano (abastecimento). Efectivamente, se a distribuição em alta é mister da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, os custos da distribuição em baixa são da responsabilidade dos municípios. As irregularidades do relevo fazem com

¹⁴² A este nível, somos da opinião de que se deveria fazer um estudo pormenorizado sobre o desempenho das estações de tratamento das águas residuais na região, um estudo que evidenciasse, ao nível das localidades (de todas), até que ponto as águas residuais são ou não tratadas e são cumpridos os parâmetros europeus.

¹⁴³ INSAAR 2010 é o Relatório do Inventário de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais produzido pelo INAG.

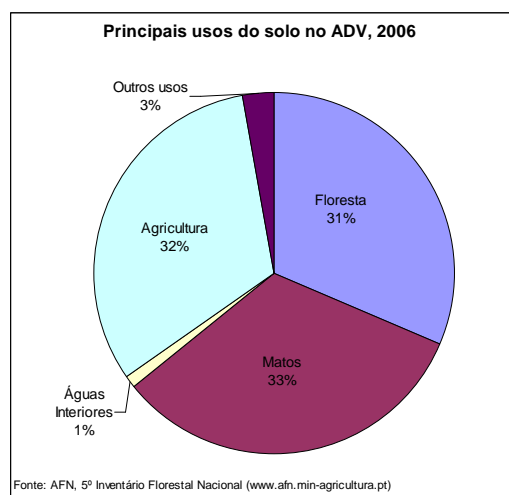
¹⁴⁴ PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais.

que o preço da água seja elevado e constitua uma pressão financeira incomportável para os municípios.

4.3.4. Usos do Solo

A informação dos usos do solo no ADV, tomada como fonte a Autoridade Florestal Nacional¹⁴⁵, através do 5º Inventário Florestal Nacional, revela que, na totalidade dos municípios da região de estudo, o uso preponderante são os matos com 33%, seguido da agricultura com 32% e da floresta com 31%. As categorias “outros usos” e “águas interiores” ocupam, respectivamente, 3% e 1% (ver Gráfico 5).

Gráfico 5

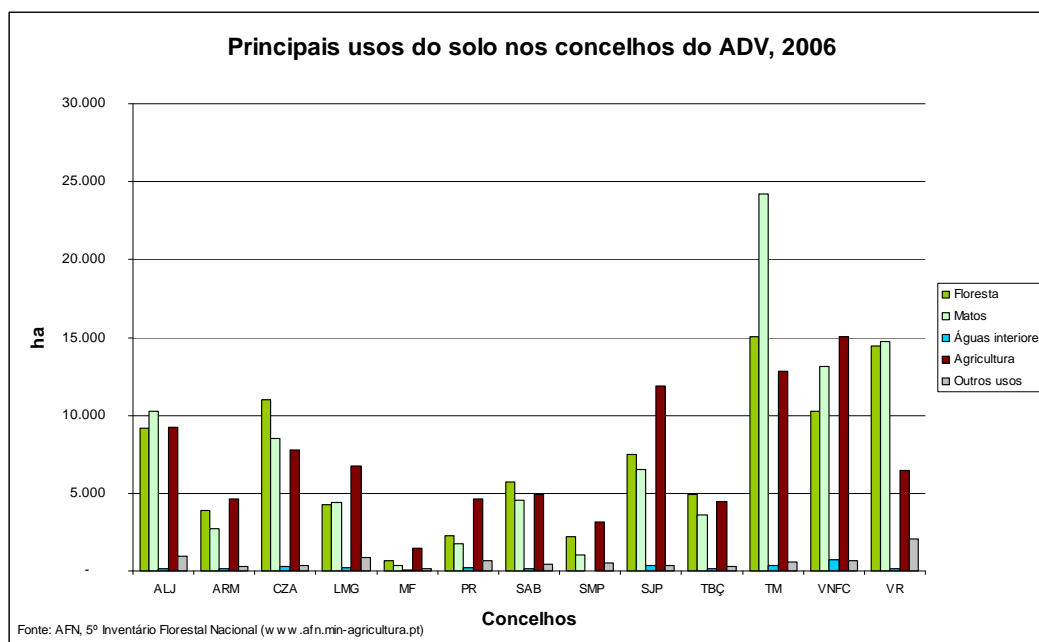


Visto mais em pormenor, no Gráfico 6, em praticamente todos os municípios se constata o que atrás se mencionou. No geral, os três usos predominantes – agricultura, matos e floresta – são-no em todos os municípios com maior ou menor preponderância. Em Armamar, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, São

¹⁴⁵ Refira-se que, embora os dados utilizados sejam os do 5º Inventário Florestal Nacional, as áreas totais de cada município foram transformadas de km² em ha (dados do INE), sendo, posteriormente, comparadas com a soma de cada uso. Os valores não coincidem, mas são, no geral, muito próximos. Aliás, os dados da AFN contemplam uma margem de erro que, para simplificar, não foram aqui contempladas, sobretudo porque, como se disse, esses valores estão muito próximos das áreas “oficiais” de cada município.

João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa, o uso dominante é a agricultura. Em Carrazeda de Ansiães, Sabrosa, Torre de Moncorvo e Vila Real, a floresta sobrepõe-se à agricultura. Os matos assumem relevância em Alijó, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, com valores superiores a 10.000 ha em cada município.

Gráfico 6



Cruzando esta informação com valores do INE, sobretudo com a SAU e orientação técnico-económica (valores de 2009), tirando Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Torre de Moncorvo e Vila Real, onde as áreas SAU (Recenseamento Agrícola de 2009) excedem as áreas de uso agrícola (Inventário Florestal Nacional, 2006), o predomínio da cultura da vinha é evidente, com excepção de Torre de Moncorvo e Vila Real, com, respectivamente, 13,7% e 25, 2% de SAU dedicada a esta cultura. Nos restantes concelhos, com maior ou menor preponderância, a vinha é a cultura que mais área ocupa de SAU, com Mesão Frio à frente (97%), seguido de Peso da Régua (96,1%), Santa Marta de Penaguião (85,7%), Alijó (81%), São João da Pesqueira (73,7%), Sabrosa (66,9%), Tabuaço (63,2%), Vila Nova de Foz Côa (58,3%), Lamego (54,6%), Carrazeda de Ansiães (54, 2%) e Armamar (48,3%)¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Para mais informações sobre os usos o solo consultar Aguiar *et al* (2000a: 58-60; 2000c: Anexo III); Jesus *et al*, 2004 (PDTVD).

4.3.5. Produção, Tratamento e Gestão de Resíduos

A gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) na região de estudo é da responsabilidade da RESINORTE (10 concelhos) e da RESNORDESTE (Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e V. N. Foz Côa), sendo que a primeira resulta da fusão da RESIDOURO (Armamar, Lamego, Tabuaço e S. J. Pesqueira), REBAT e RESAT, em Outubro de 2009 (ERSAR, 2010: 356; ver também www.resinorte.pt). Neste sentido, o Relatório da ERSAR (2010) tem dados que dizem apenas respeito ao primeiro semestre de 2009. Este mesmo relatório não disponibiliza dados sobre a RESINORTE.

Dados publicados pelo INE (www.ine.pt) indicam que, a grande maioria dos resíduos produzidos no ADV têm como destino o aterro com percentagens que excedem, claramente, os valores para o País. No entanto, os valores de resíduos recolhidos por habitante, com a excepção de Lamego (523 kg/hab) e Peso da Régua com valor igual, são inferiores aos da média do País (512 kg/hab) e claramente inferiores à média europeia (UE 15 = 600 kg/hab, em 2008).

Tabela 11

Resíduos urbanos por tipo de destino nos concelhos do ADV, 2010

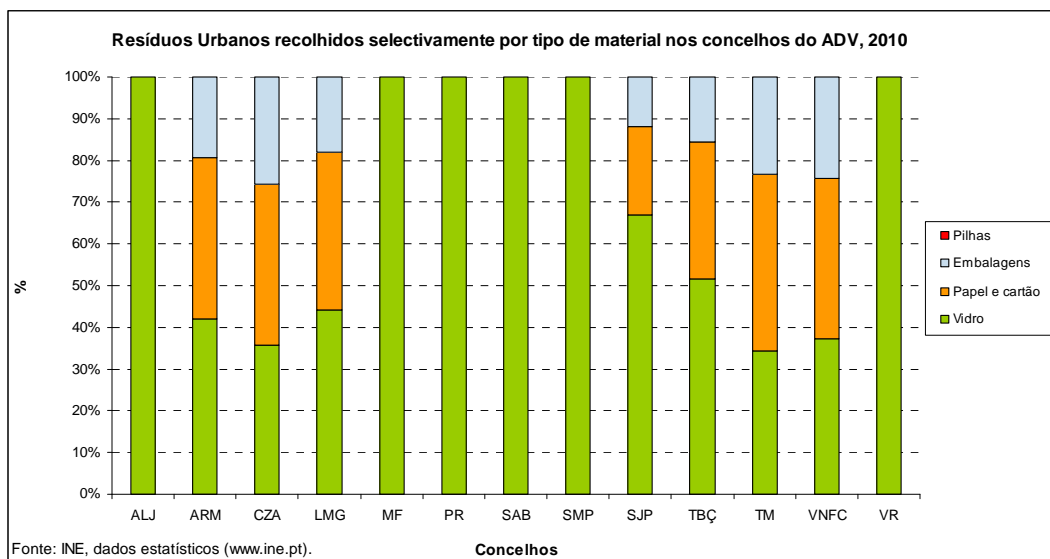
Localização geográfica	Total	Aterro		Reciclagem		RU por habitante	RU recolha selectiva
	t	t	%	t	%	kg/hab	kg/hab
Portugal	5319477	3253592	61,2	612920	11,5	512	78
Continente	5183569	3251361	62,7	603168	11,6	511	78
Norte	1673896	1017526	60,8	163821	9,8	447	58
Douro	89380	83251	93,1	6129	6,9	432	30
ALJ	4391	4133	94,1	258	5,9	332	20
ARM	2580	2266	87,8	314	12,2	371	45
CZA	2776	2525	91,0	252	9,1	424	38
LMG	13277	12185	91,8	1093	8,2	523	43
MF	1977	1894	95,8	83	4,2	468	20
PR	8673	8350	96,3	324	3,7	523	20
SAB	2790	2664	95,5	126	4,5	432	20
SMP	2868	2712	94,6	155	5,4	360	20
SJP	3477	3246	93,4	231	6,6	443	29
TBÇ	2292	2064	90,1	228	9,9	377	37
TM	4288	3987	93,0	301	7,0	498	35
VNFC	3461	3193	92,3	268	7,7	446	35
VR	22072	21096	96	975	4,4	442	20

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

Segundo os mesmos dados, no ADV não se faz nem valorização energética, nem valorização orgânica (o que não acontece em toda a NUT III Douro). A grande percentagem de resíduos urbanos é colocada em aterro.

A reciclagem tem valores modestos, igualmente inferiores à média do país, com a excepção de Armamar (12,2 %), muito embora a situação tenha melhorado de 2009 para 2010, já que no primeiro ainda havia concelhos que não faziam reciclagem. Situação análoga também se passa com a baixa proporção de RU recolhidos selectivamente, para os mesmos dois anos, com valores superiores em 2010, indicando que tem havido uma melhoria nestes âmbitos. A título de exemplo, veja-se Armamar (45 kg/hab) e Lamego (43 kg/hab) atingindo valores superiores a metade da média do País, significativamente superiores aos da NUT III Douro. Em 2009, a NUT III Douro recolhia-se apenas selectivamente 15 kg/hab, e alguns concelhos como Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real tinham valor zero. Ambas as situações revelam o muito que há ainda a fazer nestes âmbitos.

Gráfico 7



Se nos ativermos aos resíduos urbanos por tipo de material, perceber-se-á que a percentagem mais significativa do material recolhido é o vidro, seguido do papel e cartão e só depois as embalagens. Note-se também que, estranhamente, 6 dos 13 concelhos apenas reciclam vidro, o que parece pouco plausível, uma vez que, com frequência, se encontram os “pontos verde” nas diversas localidades.

4.4. Sistema Urbano, Competitividade Territorial e acessibilidades

A competitividade territorial, segundo Marques (2005: 20), incide, fundamentalmente, nas cidades pela maior capacidade de concentração de empresas e organizações no seio das quais se produz e difunde conhecimento, aspecto crucial na competitividade territorial. A mesma autora evidencia que os desafios da competitividade dos territórios exigem o desenvolvimento de uma cultura colectiva e assente na confiança, inovação, coesão e gosto pela mudança, aspectos que mais se cultivam nas cidades (Marques, 2005: 25).

Segundo Marques (2005: 4), o desafio da sustentabilidade, em termos de ordenamento territorial, passa pelo acompanhamento dos processos de co-evolução dos diferentes sistemas que fazem parte das cidades e regiões, especificamente, o ambiente económico, social, construído e natural.

No mesmo documento, a autora salienta que o vale do Douro interior evidencia a necessidade de se apostar na emergência de uma centralidade que reforce a coesão deste território. Destacam-se Vila Real, Peso da Régua e Lamego¹⁴⁷. As mais valias destas cidades médias estão ao nível da garantia de articulação entre o ordenamento territorial e a preservação da natureza, da promoção de uma melhor integração funcional e reforço da coesão, constituindo elementos cruciais da sustentabilidade social, económica e ambiental (Marques, 2005: 7)¹⁴⁸, ao mesmo tempo que têm de ser focos de dinamização e cooperação urbano-rural (Idem, 31).

A baixa densidade relacional, a que nos referimos no Capítulo II, que resulta da escassez de recursos humanos, institucionais e empresariais, e tem como consequência uma disfunção social, marcada pelo isolamento das populações, pelo difícil acesso às infra-estruturas sociais de apoio e de recursos de saúde essenciais, evidencia a importância das cidades intermédias, como Vila Real, Lamego e Peso da Régua, como janelas de oportunidades para uma vida mais integrada em termos societários. Por apresentarem densidades mais razoáveis de recursos humanos, infra-estruturas e

¹⁴⁷ Num âmbito territorial mais alargado, a autora faz também referência a Bragança, Mirandela e Chaves (Marques, 2005: 7).

¹⁴⁸ No entender da autora, um território ordenado necessita de cidades, de espaços urbanos, lugares com capacidade centralizadora e organizadora, com funcionalidades polivalentes (Marques, 2005: 17).

convivências constituem também fontes de competência cívica e podem animar projectos sociais intermunicipais e regionais (Marques, 2005: 34).

O PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 23-24) também reconhece o eixo urbano Vila Real, Régua e Lamego, com continuidade a Norte para Chaves e a Sul para Viseu, como uma zona de transição entre o litoral e o interior, constituindo um importante elemento de estruturação do território. O crescimento e consolidação desta malha urbana, no entendimento dos autores deste plano, joga um importante papel nesta área estruturalmente débil (como eixo polarizador – Instituto da Água, 2001: 89).

No seguimento do referido por Marques (2005), esta importância é-lhes reconhecida, fundamentalmente porque é nestes centros urbanos que se encontram sedeados os principais equipamentos e serviços, públicos e privados, seja na área da saúde, seja nas áreas do ensino, cultura e desporto, assim como os Serviços Públicos e Administração Pública Territorial. É assim que emerge a cidade de Vila Real com um número significativo de estabelecimentos e de diversidade de funções urbanas, seguindo-se-lhe Lamego e Peso da Régua (Jesus *et al*, 2004: 25).

Do ponto de vista da sustentabilidade, as três supracitadas cidades do ADV uniram esforços no âmbito da necessária centralidade, acima referida, e criaram o Eixo Urbano do Douro (“Cidade do Douro”), mediante a *Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro*.

A *Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro*, formalizada em Maio de 2008, constitui uma rede de cooperação urbana para a competitividade e inovação entre os actores estratégicos das cidades de Vila Real, Peso da Régua e Lamego¹⁴⁹. Tendo como pano de fundo quatro prioridades estratégicas – Identidade, Sustentabilidade, Competitividade e Inovação –, pretende-se transformar este Eixo Urbano na *Cidade do Douro*, multifacetada e polinucleada, com dimensão e massa crítica capaz de assumir a dinâmica do desenvolvimento de toda a região e afirmar este Eixo como uma Cidade do Mundo (aberta, atractiva, competitiva e inovadora) (BI, 2009: 4).

Sendo um elemento congregador, as cidades têm de dispor de excelentes redes de comunicação internas e externas. É neste âmbito que as acessibilidades assumem

¹⁴⁹ Além das Câmaras Municipais, também a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Associação Empresarial de Vila Real (NERVIR), a Associação Comercial e Industrial de Vila Real (ACIVR), a Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio (ACIR) e a Associação Empresarial de Lamego (AEL), constituem a *Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro*, perfazendo, no total, oito parceiros (BI, 2009: 4).

particular importância. No ADV, segundo o PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 23), elas estruturam o território, fundamentalmente, os eixos viários principais (A24 e IP3) e o eixo ferroviário, do Porto ao Pocinho.

O PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a: 134), reflectindo sobre a rede de acessibilidades, salienta que a zona de intervenção do Plano é caracterizada por problemas sérios de encravamento geográfico, dos quais resulta uma deficiente rede de acessibilidades intra e inter-regionais (ver também Jesus *et al*, 2004: 27).

Olhando um pouco para o panorama rural nacional, o cenário que se encontra no ADV é único no país. Efectivamente, em que outra região se “conjugam” tão bem os transportes rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo? Em nosso entender, o encravamento geográfico de que sofre a região em nada tira ao potencial evidenciado da possível conjugação das modalidades atrás referidas.

Em relação às rodovias, há dois planos diferentes a ter em conta: as ligações inter-regionais e as intra-regionais. Nas inter-regionais, saliente-se a A24, a Oeste, o IP2, a Este, e o IP4, a norte, que, com o túnel do Marão finalizado, colocará o Porto a pouco mais de meia hora de Vila Real. Por conseguinte, parece que no plano das acessibilidades inter-regionais se perspectivam, no futuro próximo, significativas melhorias. O PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 26-27) releva ainda outros itinerários já previstos no Plano Rodoviário Nacional que, quando finalizados, tornarão a acessibilidade à região muito fácil e versátil, como o IC26, o IC5, o IC2/IC24 (ver Aguilar *et al*, 2000a: 137-138).

No plano intra-regional, destaque-se o IC26 que unirá Amarante a Trancoso (ao IP2). A este mesmo nível, o mesmo PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 27) releva a necessidade de requalificação da rede de estradas nacionais e municipais. A observação directa na região mostra-nos esta mesma realidade. Se por um lado, algumas estradas nacionais precisam urgentemente de ser requalificadas, outras, municipais, também o necessitam, antevendo-se nestas últimas o potencial ainda pouco explorado de utilização como “estradas panorâmicas”.

A nível fluvial, é de destacar o facto de o rio Douro ser o único rio português navegável (com uma extensão de 210 km), sendo considerado pelo PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 29) como uma via navegável com características internacionais modernas. Este potencial, tem estado, no momento, mais direccionado para o turismo fluvial (que pouco

tem abonado para o desenvolvimento da região), muito embora a navegação recreativa e desportiva tenham vindo a aumentar significativamente. Do mesmo modo, o transporte de mercadorias, como a pedra ornamental de Foz Côa, o granito, o minério de ferro e o volfrâmio, caso venham a ser explorados, pode ter enormes vantagens económicas e ambientais (Aguilar *et al*, 2000a: 139-141).

O transporte aéreo, alicerçado no Aeroporto Sá Carneiro, no Porto, é de grande interesse estratégico, como é salientado no PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 28). A este aeroporto juntam-se, na região, dois aeródromos (Vila Real e Alijó), mas, segundo este mesmo Plano, a vocação destes últimos no contexto nacional de transportes não é ainda clara, razão pela qual se sugere que se estude e defina a estratégia para uma rede de aeródromos regionais (complementados com o de Mirandela, Mogadouro e Bragança).

O ADV é ainda servido pelo transporte ferroviário, por uma linha com traçado ao longo do Douro e que liga o Porto ao Pocinho (Jesus *et al*, 2004: 29), muito embora, efectivamente, a linha una o Porto a Salamanca (Espanha). Esta linha dá origem a pequenos ramais (Tâmega, Corgo e Tua) com uma tendência clara para a sua desactivação. A este respeito, não deixa de ser interessante que outros países na linha da frente da Europa apostem em ter uma cobertura nacional de ferrovias, e em Portugal, com uma densa cobertura, a tendência seja a sua desactivação. Considerando o potencial turístico destes ramais e o serviço das populações, o PDTVD recomenda que a sua desactivação efectiva seja reapreciada (ver Aguilar *et al*, 2000a: 138-139), recomendação que partilhamos.

4.5. Modernização Administrativa e Governamental

Em relação a este item, saliente-se, em primeiro lugar, as poucas fontes disponíveis: os relatórios produzidos pela DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais (www.portalautarquico.pt); os relatórios da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento (www.umic.pt); os relatórios do Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Santos e Amaral, 2008), da Universidade do Minho; e o estudo de Vieira (2006).

A DGAL, segundo indicações obtidas no seu sítio, promoveu um estudo aprofundado dos serviços online disponibilizados pelos municípios em 2009, a partir

exclusivamente da análise da página de internet disponível à data, tendo sido avaliados 10 serviços online prestados pelos municípios portugueses¹⁵⁰. O resumo deste estudo encontra-se no sítio Web acima referido com o nome *e-município 2009*¹⁵¹.

A UMIC produz um relatório anual que é o resultado do *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais*. Neste inquérito são tidos em conta os seguintes temas: posse e utilização de tecnologias de informação e comunicação; posse e utilização de internet; presença na internet; comércio electrónico; estratégia e cooperação; recursos humanos em tecnologias de informação e comunicação. Não obstante os vários contactos com a UMIC, não tivemos acesso a este relatório.

Vieira (2006) classifica os serviços de informação das autarquias tendo em conta a navegação, a informação sobre os eleitos, informação municipal, de abertura e em termos de informação sobre o concelho. No ranking geral dos 308 concelhos, Vila Real, Tabuaço, Lamego e Peso da Régua, na região de estudo, assumem a liderança. Armamar e Vila Nova de Foz Côa assumem as últimas posições (Vieira, 2006: 63).

A leitura da Tabela 12 permite perceber que uma parte significativa dos concelhos da área de estudo está posicionada abaixo do meio da tabela (154), revelando que os serviços de informação das autarquias são ainda incipientes e que há muito caminho a ser percorrido¹⁵².

¹⁵⁰ Os 10 serviços foram: feiras e mercados; taxas municipais; certidão para efeitos de IMI; consulta de informação georreferenciada; obras municipais; água e saneamento; execuções fiscais; cultura; trânsito, transportes e via pública; democracia participativa.

¹⁵¹ Por mais promissora que pudesse ser a leitura deste relatório, este não estava disponível ao público. Com a intenção de aceder a este relatório, indagou-se a DGAL acerca do assunto, mas, em resposta, foi mencionado que, embora o estudo tenha sido promovido pela instituição e exista, na verdade, os dados relativos aos municípios não só não estão disponíveis como as “fichas” enviadas aos municípios tiverem de ser devolvidas, por alguns deles não terem aceite o resultado, razão que os levou a refazer a sua “ficha”. Deste modo, resulta que apenas o resumo continua público no sítio da DGAL.

¹⁵² Neste estudo, Armamar tem para todos os itens valores de zero. A indicação do estudo é que Armamar não tinha sítio nesta data, o que não acontece de momento (ver www.cm-armamar.pt).

Tabela 12

Ranking dos Serviços de Informação das Autarquias, 2006

GERAL		Navegação		Sobre eleitos		Municipal		Abertura		Concelho	
Vila Real	61	Lamego	102	Lamego	54	Vila Real	79	Tabuaço	63	Vila Real	6
Tabuaço	142	T. Moncorvo	112	Vila Real	102	P. Régua	85	Sabrosa	91	SM Penaguião	57
Lamego	144	Tabuaço	117	Mesão Frio	146	T. Moncorvo	142	T. Moncorvo	101	P. Régua	96
P. Régua	153	C. Ansiães	123	Alijó	151	Lamego	155	Mesão Frio	108	SJ Pesqueira	108
SM Penaguião	173	SJ Pesqueira	152	Tabuaço	173	Alijó	189	Lamego	113	Mesão Frio	135
Mesão Frio	174	Sabrosa	163	SJ Pesqueira	185	Tabuaço	189	SJ Pesqueira	115	Sabrosa	170
SJ Pesqueira	179	SM Penaguião	164	SM Penaguião	216	Sabrosa	209	C. Ansiães	169	Tabuaço	178
Sabrosa	209	P. Régua	179	Sabrosa	235	Mesão Frio	210	Vila Real	176	Lamego	204
T. Moncorvo	230	Alijó	207	VNF Cõa	235	SM Penaguião	211	P. Régua	182	C. Ansiães	206
C. Ansiães	236	Mesão Frio	214	T. Moncorvo	245	VNF Cõa	244	SM Penaguião	196	VNF Cõa	238
Alijó	251	Vila Real	240	C. Ansiães	246	C. Ansiães	254	Alijó	272	Alijó	251
VNF Cõa	260	VNF Cõa	242	P. Régua	257	SJ Pesqueira	274	VNF Cõa	274	T. Moncorvo	260
Armamar	301	Armamar	297	Armamar	308	Armamar	301	Armamar	304	Armamar	297

Fonte: Vieira, 2006.

O Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Santos e Amaral, 2008), no último dos estudos publicados sobre o *Local eGovernment em Portugal*, relativo a 2007, estabelece, igualmente, um ranking para os concelhos portugueses relativamente à sua presença na internet¹⁵³. Embora a informação disponibilizada neste estudo englobe diversos aspectos, como a presença na internet, transacção, incluindo pagamentos, *download* e *upload* de formulários e consulta aos processos, publicação de informação, na verdade, somente é possível obter informação para todos os concelhos em dois itens: classificação geral (presença na net) e publicação de informação. São estes dois aspectos que são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13

Presença na internet das Câmaras Municipais, 2007

Concelho	Global	Concelho	Publicação de Informação
Lamego	77	SM Penaguião	110
SM Penaguião	117	Vila Real	184
Armamar	152	P. Régua	198
Vila Real	176	Armamar	216
C. Ansiães	204	Lamego	221
P. Régua	241	VNF Cõa	222
VNF Cõa	249	T. Moncorvo	245
T. Moncorvo	256	Tabuaço	248
Tabuaço	259	Alijó	267
Alijó	268	Sabrosa	269
Sabrosa	272	C. Ansiães	270
SJ Pesqueira	285	SJ Pesqueira	285
Mesão Frio	Em reestruturação	Mesão Frio	Em reestruturação

Fonte: Santos e Amaral, 2008.

¹⁵³ O estudo classifica os sítios *web* das câmaras municipais dentro de 4 níveis preconizados pelo modelo *eEurope*: nível 4 – transacção, existência de pagamentos *online* e respectivo acompanhamento processual; nível 3 – *download* e *upload* de formulários e consultas ao estado dos processos; nível 2 – *download* de formulários; nível 1 – publicação de informação (Santos e Amaral, 2008: 6).

O mesmo raciocínio feito para os aspectos anteriores aplica-se, igualmente, a estes dois. Salvaguardando a posição de Lamego, SM de Penaguião (e Mesão Frio por se encontrar em reestruturação neste ano) no ranking da presença na internet, os outros concelhos têm uma presença modesta. A situação piora quando se trata da publicação da informação. No *download* de formulários, mesmo não tendo acesso ao resultado dos outros concelhos, o destaque vai para Armamar e Santa Marta de Penaguião, que se encontram, respectivamente, na posição 53 e 83 (Santos e Amaral, 2008: 77-78).

O trabalho desenvolvido por estas instituições (UMIC, DGAL e Gávea) é já um ponto de partida, mas a informação nem sempre está disponível ao nível e profundidade desejados, esperando-se que a situação possa evoluir positivamente, como de resto é salientado pelos autores, quando indicam que apesar da melhoria em todos os aspectos avaliados, continua a haver muito trabalho a desenvolver, ao mesmo tempo que, se se percebem melhorias constantes, desde o primeiro estudo em 1999, o ritmo dessas melhorias tem sido lento (Santos e Amaral, 2008: 60).

4.6. Recursos Estratégicos para o Desenvolvimento

Segundo Cristóvão (2005: 117), os principais recursos para o desenvolvimento do território em questão estão já identificados e são conhecidos pelos mais activos intervenientes no território. Em geral, coincidem com as pessoas, o património (cultural, histórico, arquitectónico e ambiental), a identidade paisagística, moldada pelo rio Douro e o mosaico agrícola envolvente, os produtos agrícolas e agro-alimentares locais, as águas minerais e termais e as rochas ornamentais (ver Cristóvão, 1999: 23).

4.6.1. Capital Humano

No que concerne ao capital humano, factor essencial em qualquer estratégia de desenvolvimento, há, sinteticamente, duas perspectivas a ser abordadas: uma diz respeito aos recursos humanos no todo de cada município e a referente aos recursos humanos internos de cada município.

Seguindo a tendência das últimas décadas, a população do ADV regrediu de 2001 para 2011, apesar do crescimento na Região Norte e País ter sido positivo, embora ténue.

Tabela 14

Variação da população residente nos concelhos do ADV, 2001-2011*

Localização Geográfica	2001	2011	Δ % (01-11)
Portugal	10329340	10 356 117	0,26
Continente	9851424	9 869 343	0,18
Norte	3667529	3 689 713	0,60
Douro	219048	205 947	-5,98
ARM	7492	5 853	-21,88
CZA	7642	6 322	-17,27
ALJ	14320	11 933	-16,67
SMP	8569	7 324	-14,53
VNFC	8494	7 318	-13,85
TM	9919	8 583	-13,47
MF	4926	4 423	-10,21
SAB	7032	6 367	-9,46
PR	18832	17 097	-9,21
SJP	8653	7 932	-8,33
TBÇ	6785	6 360	-6,26
LMG	28081	26 707	-4,89
VR	49957	52 219	4,53

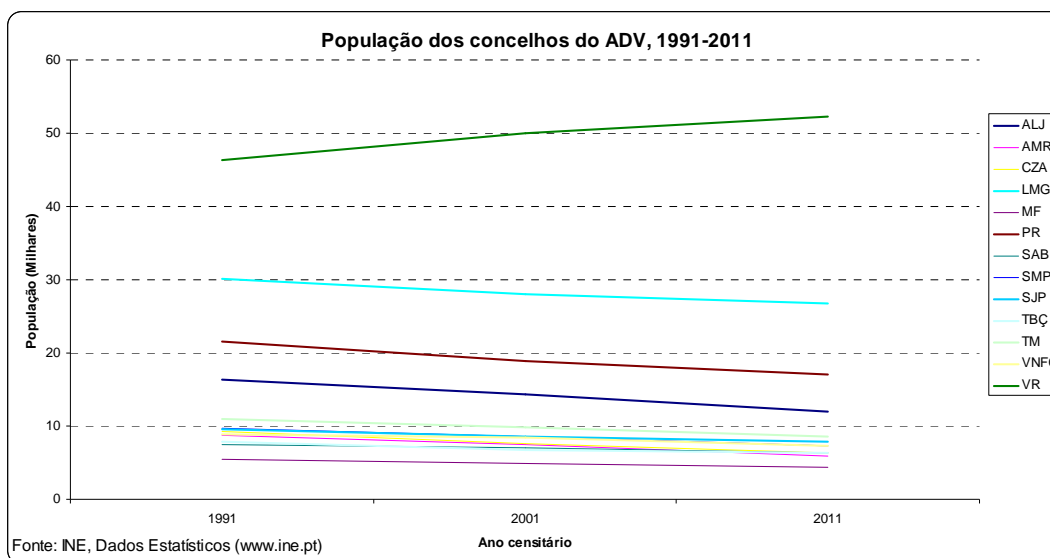
Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

* Dados provisórios

A situação que se apresenta na Tabela 14 assinala uma perda acentuada de população nos concelhos do ADV. Somente em Vila Real a situação é positiva, de resto, com valores bem acima do crescimento verificado no País e na região Norte.

No oposto estão a maioria dos concelhos do ADV, com valores de crescimento negativos. A dianteira é tomada por Armamar com mais de 21 % de população perdida, um dos valores mais elevados do País. Segue-se-lhe Carrazeda de Ansiães (17,3%), Alijó (16,7%), Santa Marta de Penaguião (14,5%), Vila Nova de Foz Côa (13,9%), Torre de Moncorvo (13,5%), Mesão Frio (10,2%). Os restantes concelhos (exceptuando Vila Real) têm todos perdas abaixo dos 10%.

Gráfico 8



Os números apontados no parágrafo anterior, confirmados pelo Gráfico 8, revelam a perda óbvia de população e assinalam, igualmente, a possibilidade de as populações estarem cada vez mais insatisfeitas com as condições que estes têm para lhes oferecer. A região está a ficar cada vez menos atractiva. Sem dinâmicas que contrariem estas dificuldades, a tendência será a de piorar. A este respeito, não deixa de ser curioso que, de tempos a tempos, nos meios de comunicação social se publicite o regresso aos concelhos do interior, em muitos casos, de pessoas com elevadas qualificações. Contudo, nas estatísticas esses números passam ainda despercebidos.

Se se considerar o raciocínio de Roca e Leitão (2006: 251) quando se referem à falta de massa demográfica crítica (em termos quantitativos e qualitativos), em virtude do despovoamento, do envelhecimento e do baixo nível de qualificações da população, para que se possa desenvolver boa parte das actividades económicas e assegurar a continuidade do funcionamento de equipamentos sociais e culturais básicos, a situação pode começar a ser exasperante. Com perdas tão acentuadas de população, há, claramente, motivos de preocupação para as lideranças regionais.

Na verdade, este pode ser um argumento utilizado para dificultar a implementação de dinâmicas participativas com a desculpa de que não há massa crítica em quantidade e qualidade suficientes para incentivar a democracia participativa. Efectivamente, segundo os mesmos autores, o nível de massa crítica demográfica a

considerar é a regional e não a concelhia (Idem, 252). Este argumento pode ter, quanto a nós, virtudes e, em simultâneo, alguma ideia falaciosa que lhe pode estar associada. Se considerados os três elementos atrás referidos (despovoamento, envelhecimento e baixas qualificações) por si só e a consequente baixa densidade deles resultante (ver Cristóvão, 1999: 24), poder-se-á, pelo menos numa primeira fase, aceitar que ao nível concelhio possa não existir a tal massa crítica necessária e, neste caso, faria sentido considerar a massa crítica demográfica regional, fundamentalmente se se tratar de infra-estruturas e equipamentos.

No entanto, sem que nada, efectivamente, mostre o contrário, pela quase inexistente prática democrática participativa nos concelhos em questão (Portela, 1999), por que razão descartar o nível municipal, quando este é sempre o mais próximo à população? Por que não capacitar a população para práticas participativas, em vez de se lhe negar o acesso à informação e à participação nas coisas que lhe dizem respeito com o argumento de não haver massa crítica para iniciar um processo participativo ou pelo desinteresse dessas populações?

Tendo em conta que a participação e a liderança são dois dos elementos fundamentais do DS, como foi referido no Capítulo III, estamos convictos da necessidade de fomentar dinâmicas participativas ao nível municipal, mesmo que essas dinâmicas possam não estar somente ligadas ao município em questão, mas igualmente interligadas ao nível regional. O planeamento e a definição de estratégias têm de estar intimamente interconectados com as populações locais. Sem uma liderança capaz e bem preparada com visão de futuro, o argumento de que não há massa crítica para encetar um processo participativo continuará a ser utilizado, como se as pessoas não saibam o que lhes é mais favorável e melhor e não estejam interessadas no melhor para o seu futuro (ver Cristóvão, 1999: 28-31; Henriques, 2010: 741¹⁵⁴).

Outros indicadores demográficos, presentes na Tabela 15, indicam que se está perante um território deprimido, com algumas das características evidenciadas no Capítulo II.

¹⁵⁴ Esta autora refere-se, inclusive, ao pretenso desinteresse das populações no processo de participação, argumento que justifica o facto de não se aprofundar a aprendizagem em metodologias participativas (Henriques, 2010: 741).

Tabela 15

Indicadores demográficos dos concelhos do ADV

Localização geográfica	Taxa de Crescimento efectivo	Taxa de Crescimento migratório	Índice Envelhecimento	Índice Dependência Idosos	Índice de Dependência total	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa de Fecundidade Geral	Varição dos estrangeiros
	2010	2010	2011	2010	2010	2010	2010	2010	2009/2010
	%	%	N.º	Nº	Nº	‰	‰	‰	%
Portugal	-0,01	0,04	129	27,2	49,9	9,5	10	39,8	-1,9
Continente	-0,01	0,03	131	27,7	50,2	9,5	9,9	39,7	-1,9
Norte	-0,12	-0,14	114	23,4	45,4	8,8	8,6	35	1,1
Douro	-1,03	-0,56	176	31,1	50,4	7,5	12,2	31,3	14,2
ALJ	-1,25	-0,48	250	36,9	53,8	5,7	13,5	25,4	6,2
ARM	-1,31	-0,49	193	31,2	48,5	6,5	14,7	26,4	0
CZA	-2,21	-0,82	323	46,8	63,6	4,1	18	20,1	25,6
LMG	-1,48	-0,96	146	26,2	45,9	7,3	12,4	28,5	10,3
MF	-2,18	-1,49	162	25	46,3	7,3	14,2	31	9,1
PR	-1,56	-1,23	145	23,5	42,6	8,3	11,5	33	13,2
SAB	-1,15	-0,57	215	35,9	54,7	7	12,9	32	14,3
SMP	-0,89	-0,48	207	31,6	49,5	6,7	10,6	28,4	47,5
SJP	-1,31	-0,83	172	30,1	51	8,1	13	34,7	10,1
TBC	-1,50	-0,64	193	30,6	48,5	4,6	13,3	19,2	0
TM	-1,64	-0,63	396	51,5	66,1	5,1	15,2	25,3	8,8
VNFC	-1,44	-0,34	288	48,1	64,5	5,5	16,9	26,5	25,3
VR	-0,24	-0,35	122	24,8	46,1	10	8,9	39,5	4,4

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt).

Por um lado, os valores negativos do crescimento efectivo¹⁵⁵, com valores mais severos do que os valores do País e da Região Norte, indicam o decréscimo da população. Este decréscimo é, igualmente, confirmado pela taxa de crescimento migratório¹⁵⁶, desta feita com valores contrários aos do País. Por outro lado, o índice de envelhecimento¹⁵⁷, dependência de idosos¹⁵⁸ e dependência total revelam que a população está envelhecida e que este envelhecimento, em geral, tem valores mais altos do que os do País. O envelhecimento dos concelhos da região é bastante acentuado fundamentalmente em Alijó (250 idosos por cada 100 jovens), Carrazeda de Ansiães (323 idosos para 100 jovens), Sabrosa (215 por cada 100 jovens), Santa Marta de Penaguião (207 idosos por cada 100 jovens), Torre de Moncorvo (396 idosos por 100 jovens) e Vila Nova de Foz Côa (188 idosos por 100 jovens), estando estes concelhos

¹⁵⁵ O crescimento efectivo considera o crescimento natural e o crescimento migratório face à população absoluta e calcula-se do seguinte modo: $TC\ Effect = \{[(Natalidade - Mortalidade) + (Imigração - Emigração)] \div População\ absoluta\} \times 1000$. Se o valor for superior a zero significa que houve crescimento populacional; se igual a zero a população estagnou e se inferior a zero a população decresceu (ver conceitos do INE em: www.ine.pt).

¹⁵⁶ Diz respeito ao saldo migratório observado num determinado período de tempo (entre os momentos "0" e "t" – geralmente um ano civil), relativamente à população média desse período. Calcula-se do seguinte modo: $TCM = Saldo\ Migratório \div [(População\ do\ período\ inicial + População\ do\ período\ final) \div 2] \times 1000$ (ver conceitos do INE em: www.ine.pt).

¹⁵⁷ O índice de envelhecimento mede a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades entre os 0 e os 14 anos ($pop\ 65\ e\ mais \div pop.\ 0-14 \times 100$) (ver conceitos do INE em: www.ine.pt).

¹⁵⁸ O índice de dependência de idosos mede a relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos ($pop\ 65\ e\ mais \div pop.\ 15-64 \times 100$) (ver conceitos do INE em www.ine.pt).

com os valores mais elevados, acima de mais do dobro do que seria “aceitável” (100 idosos por cada 100 jovens).

O índice de dependência de idosos e de dependência total confirmam o panorama atrás descrito, onde, relativamente ao primeiro, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa têm os valores mais acentuados muito próximos dos 50 idosos para 100 indivíduos potencialmente activos (15-64). Em relação ao segundo, a situação mais crítica é em Alijó, Carrazeda de Ansiães, Sabrosa, São João da Pesqueira, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa com valores superiores a 50 idosos e jovens por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos). Estes dois índices permitem também observar que é nos concelhos mais afastados dos centros urbanos mais importantes da região (Peso da Régua, Lamego e Vila Real) que os valores são mais implacáveis.

Os valores elevados relativos ao envelhecimento repercutem-se na natalidade, mortalidade e fecundidade. Na natalidade já que com mais idosos haverá menos jovens em idade reprodutiva; na mortalidade porque com mais idosos a probabilidade de haver mais mortes é maior; na fecundidade porque com a saída dos jovens (diminuição) e o aumento da população idosa a tendência será para a sua diminuição.

Ainda assim, contrariando a tendência negativa dos outros indicadores, verifica-se uma evolução positiva na procura por parte de estrangeiros. Aliás, só Armamar e Tabuaço mantiveram os valores de 2009. Todos os outros concelhos ganharam novos estrangeiros com destaque para Santa Marta de Penaguião (variação positiva de 47,5%), Carrazeda de Ansiães (25,6%) e Vila Nova de Foz Côa (25,3%). Estes valores podem querer indicar que a grande maioria dos concelhos tenha alguma atractividade para os estrangeiros que querem viver e trabalhar na região.

No que concerne à educação há algumas ideias a registar. Por um lado, considerando a proporção da população residente com ensino superior de 2001 e 2011, os concelhos da região continuam com valores inferiores aos valores nacionais. A única excepção é Vila Real que, para os dois anos, tem valores superiores aos do País. Peso da Régua, embora com valores inferiores, está muito próximo da média nacional em ambos os períodos censitários. Por outro lado, embora os valores atrás referidos sejam inferiores aos nacionais, o certo é que a variação do número de pessoas com ensino superior de 2001 para 2011 foi muito superior nos concelhos do ADV do que a nível

nacional. A título de exemplo, enquanto em Portugal a variação de residentes com ensino superior de 2001 para 2011 foi de 39,4%, em Tabuaço foi de 108,6%; em Sabrosa 89,93%; em Carrazeda de Ansiães 84,7%, e em Torre de Moncorvo 84,4% (ver Tabela 16).

Este crescimento, não obstante os valores anuais serem inferiores aos do país, revela que é preciso ter alguma cautela quando se quer limitar a participação por falta de massa crítica. Na verdade, em momento algum, a população do ADV, como de resto é certeza nacional, foi tão instruída quanto nos tempos que correm e esse é um potencial que, em nosso entender, ainda não está aproveitado.

No que à instrução da população concerne, optou-se por fazer uma simples comparação dos valores da população sem nenhum nível de escolaridade, com ensino secundário e ensino superior, valores que podem ser apreciados na Tabela 16.

Tabela 16

População residente por nível de escolaridade nos concelhos do ADV, 2001-2011									
Local de residência	2001			2011			2001/2011		
	Nenhum	Secundário	Superior	Nenhum	Secundário	Superior	Nenhum	Secundário	Superior
	%			%			Δ%		
Portugal	26,4	11,0	8,6	19,6	12,9	12,0	-25,8	17,3	39,4
Continente	26,2	11,2	8,7	19,0	13,0	12,1	-27,3	16,2	39,6
Norte	26,8	9,2	7,1	18,8	11,5	10,3	-29,9	25,3	46,0
Douro	32,8	7,3	5,8	22,2	10,9	9,1	-32,4	49,0	58,4
ALJ	33,3	5,7	3,4	23,3	8,8	5,2	-30,2	54,0	52,3
ARM	35,6	4,6	2,7	23,0	9,5	4,8	-35,4	106,5	79,7
CZA	37,6	4,6	3,3	25,7	8,1	6,2	-31,6	76,7	84,7
LMG	31,1	7,0	6,9	21,6	11,2	10,2	-30,4	59,9	48,3
MF	34,8	4,7	2,6	24,2	9,7	4,2	-30,6	106,8	62,2
PR	30,6	7,2	5,8	21,5	11,2	8,0	-29,8	55,0	37,4
SAB	36,5	5,4	2,9	25,7	8,7	5,5	-29,6	61,7	89,9
SMP	37,8	5,6	3,0	27,0	8,4	5,5	-28,5	50,5	79,6
SJP	37,3	4,3	2,9	24,6	8,2	4,5	-34,2	91,4	55,5
TBC	37,0	4,7	2,2	23,4	9,4	4,6	-36,7	100,4	108,6
TM	36,2	6,7	3,7	23,9	11,1	6,9	-34,0	65,4	84,4
VNFC	35,7	5,9	4,6	23,3	9,8	7,1	-34,6	65,9	55,7
VR	26,4	12,1	11,5	18,5	14,0	16,3	-29,8	15,5	42,0

Fonte: INE, Dados censitários - 2001 e 2011 (www.ine.pt)

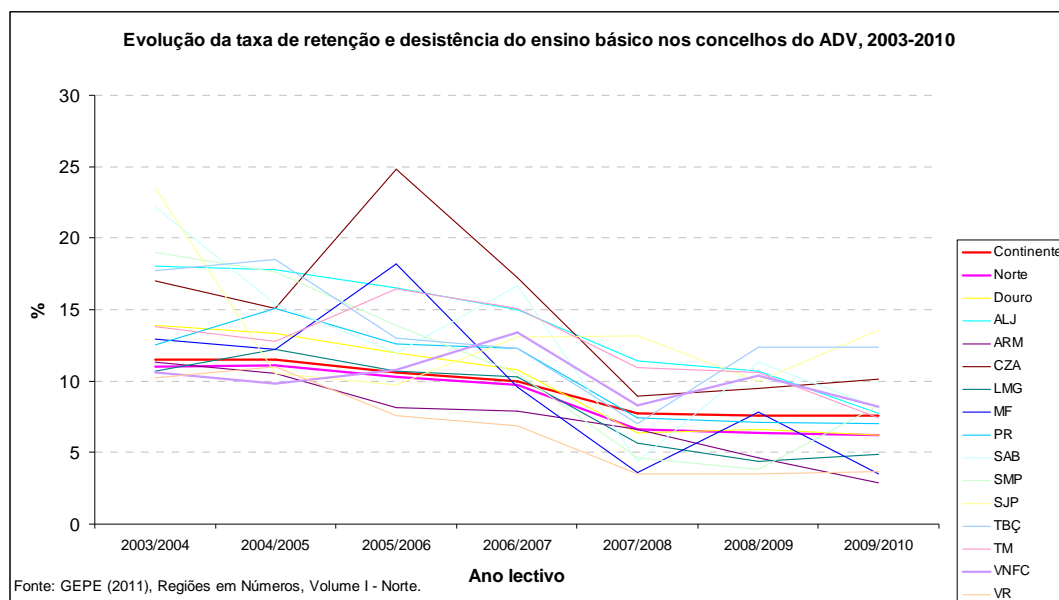
Atenda-se às colunas da direita, que dizem respeito à variação dos residentes sem nenhum nível de escolaridade, com ensino secundário e com ensino superior.

Efectivamente, os valores observados validam a afirmação atrás feita, quando foi referido que a população nunca foi tão instruída como nos tempos que correm. Repare-se, por exemplo, na diminuição considerável da população sem nenhum nível de escolaridade de 2001 para 2011. Repare-se, igualmente, no aumento significativo dos

residentes com ensino secundário, em alguns dos casos duplicando de um período para o outro (Armamar, Mesão Frio e Tabuaço). Situação similar acontece para os residentes detentores do ensino superior, com variações superiores às nacionais, como foi acima referido. O que estes dados revelam, sinteticamente, é que o nível de escolaridade dos durienses, mesmo não estando ainda ao nível da média nacional, aumentou consideravelmente.

Noutros indicadores, como a taxa de retenção e desistência do ensino básico e secundário, cuja trajectória pode ser observada nos gráficos 9 e 10 pode-se confirmar que além do nível de escolaridade ter aumentado significativamente nos dois últimos períodos censitários, a retenção e desistência, desde 2003 a 2010, no caso do ensino básico, apesar de algumas oscilações, diminuiu tendencialmente¹⁵⁹.

Gráfico 9



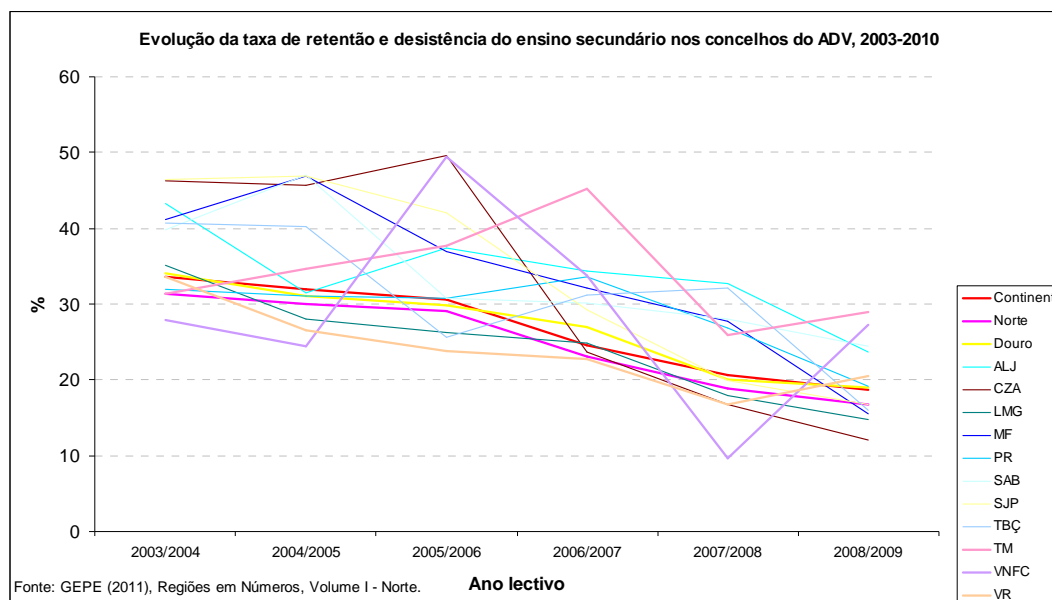
Também no ensino secundário¹⁶⁰ a tendência foi, igualmente, a de um decréscimo entre 2003 e 2009. Enquanto no caso do ensino básico os valores são mais baixos, situando-se entre 2,4 de Armamar e os 13,6 de São João da Pesqueira, no caso

¹⁵⁹ Poderá não ser alheio a esta tendência o facto de, além de se tratar da escolaridade obrigatória, e, por conseguinte, toda a gente tem de fazer, haver uma clara intenção de apenas melhorar as estatísticas.

¹⁶⁰ Note-se que no ensino secundário não existem valores para Armamar e Santa Marta de Penaguião, dado que estes municípios não têm escola secundária.

do ensino secundário a amplitude é maior situada entre os 12,1 de Carrazeda de Ansiães e os 28,8% de Torre de Moncorvo.

Gráfico 10



Apenas 3 concelhos contrariam a tendência de contracção dos valores das taxas de retenção e desistência: Vila Real, Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo. Repare-se, igualmente, que é nos concelhos mais distantes dos centros urbanos mais importantes que o percurso destas taxas é mais irregular, como é o caso de Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Carrazeda de Ansiães.

Por último, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário aponta para uma situação muito próxima do que se passa em média pelo País¹⁶¹. Se no País, em média, 80,7% dos alunos inscritos concluem ou transitam de ano, nos concelhos do ADV os valores oscilam entre os 74% de Alijó e os 89,6% de Carrazeda de Ansiães, sendo que apenas três concelhos têm valores inferiores a 80% (Alijó, 74%; Mesão Frio, 78,7; e Peso da Régua, 79,8%).

Portanto, no geral, pode afirmar-se que a qualificação dos durienses teve uma evolução favorável nos últimos anos. Ainda assim, apesar da evolução positiva atrás

¹⁶¹ Esta referência é feita para o ano lectivo de 2009/2010 (ver INE, Anuário Estatístico 2010, Qd. II.2.1).

enunciada, os valores dos concelhos do ADV continuam inferiores aos valores médios nacionais, revelando que a educação deverá continuar a ser uma aposta regional.

Na segunda das perspectivas (recursos humanos internos de cada município), vamos traçar o panorama generalizado dos recursos internos dos municípios (basicamente identificados como Câmaras Municipais). Valer-nos-emos da *Caracterização dos Recursos Humanos dos Municípios da Região Norte, Dados de 2010* (Gravato *et al*, 2011).

O balanço social 2010 dos municípios da NUT III Douro (Gravato *et al*, 2011), revela o número de efectivos por concelho (por idade e sexo), o cargo, carreira, habilitações, estrutura remuneratória, o tipo de vínculo, entre outros aspectos. A Tabela 17 dá uma visão geral de alguns desses aspectos e permite o cálculo de alguns índices e taxas que nos ajudarão a perceber a estrutura interna dos municípios, fundamentalmente nos itens acima referidos (emprego, instrução e género).

Tabela 17

Efectivos municipais por modalidade de vinculação por cargo/carreira nos concelhos do ADV, 2010

Concelho	Dirigentes		Carreiras Gerais			Outros		Total	% face à NUT III
	Superior	Intermédio	Tecn Sup	Asst Tecn	Ass Op	Informático	Outros		
ALJ	0	7	36	45	97	2	7	194	5,2
ARM	0	3	29	32	125	3	8	200	5,4
CZA	0	3	13	38	113	2	11	180	4,9
LMG	0	6	66	46	147	3	5	273	7,4
MF	0	3	16	16	96	1	5	137	3,7
PR	0	5	43	62	199	0	3	312	8,4
SAB	0	4	26	40	123	1	5	199	5,4
SMP	0	2	19	28	92	1	4	146	3,9
SJP	0	3	25	17	29	3	3	80	2,2
TBC	0	4	23	28	108	2	5	170	4,6
TM	0	6	15	62	159	1	8	251	6,8
VNFC	0	4	18	35	110	1	3	171	4,6
VR	4	11	49	68	276	5	21	434	11,7

Fonte: Gravato, 2011

Nos concelhos do ADV trabalham 2747 funcionários (74,3%) dos 3697 da NUT III Douro. No ADV, 52,4 % são homens (Douro – 53,6%), e 47,6 % são mulheres (Douro – 46,4%). No total, 61% são Assistentes operacionais, 18,8% são Assistentes Técnicos e 13,8 % são Técnicos Superiores, perfazendo 93,5%.

Em relação à estrutura remuneratória¹⁶², as remunerações oscilam entre os 122€ (mínima – Sabrosa) e os 3625€ (máxima – Vila Real). O escalão que mais efectivos inclui é o “501-1000€”, aproximadamente, com 53% do total. Segue-se o escalão “até 500€” próximo dos 20%; “1001-1250€” e “1251-1500€” com valores próximos dos 6% e 5%, respectivamente.

As Tabelas 18 e 19 indicam-nos 4 aspectos relevantes na análise dos recursos humanos dos referidos concelhos do ADV.

Tabela 18

Total de efectivos por género e índices de feminização e masculinização nos concelhos do ADV, 2010					
Concelho	Total	H	M	Índice de Feminização	Índice de masculinização
ALJ	194	117	77	39,7	60,3
ARM	200	111	89	44,5	55,5
CZA	180	101	79	43,9	56,1
LMG	273	141	132	48,4	51,6
MF	137	78	59	43,1	56,9
PR	312	151	161	51,6	48,4
SAB	199	103	96	48,2	51,8
SMP	146	68	78	53,4	46,6
SJP	80	52	28	35,0	65,0
TBC	170	97	73	42,9	57,1
TM	251	135	116	46,2	53,8
VNFC	171	74	97	56,7	43,3
VR	434	211	223	51,4	48,6

Fonte: Gravato *et al*, 2011

Tabela 19

Índices de Tecnicidade e taxa de Formação Superior nos concelhos do ADV, 2010		
Concelho	Tx formação Superior	Ind Tecnicidade
ALJ	21,6	18,6
ARM	18,5	14,5
CZA	12,8	7,2
LMG	29,3	24,2
MF	17,5	11,7
PR	17,3	13,8
SAB	21,6	13,1
SMP	19,9	13
SJP	33,8	31,3
TBC	16,5	13,5
TM	12,0	6
VNFC	14,0	10,5
VR	20,7	11,3

Fonte: Gravato *et al*, 2011

A primeira delas indica que, quanto ao género¹⁶³ do efectivo municipal, há diferenças substanciais em todos os concelhos. Se a atenção se fixar, primeiramente, no Índice de Feminização¹⁶⁴, nos municípios do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Vila Nova de Foz Côa este efectivo sobrepõe-se ao masculino, sendo que, nos outros casos, é este último que toma a dianteira, com Índices de Masculinização superiores.

A tabela da direita, referente aos índices de tecnicidade¹⁶⁵ (em sentido restrito) e à taxa de formação superior¹⁶⁶, indica-nos que, se se tiver em conta a média do Índice de

¹⁶² Não há valores para Torre de Moncorvo, razão pela qual os valores dos efectivos em cada escalão remuneratório serão valores aproximados, já que para serem exactos os valores deste concelho teriam de figurar no relatório acima referido (Gravato *et al*, 2011).

¹⁶³ Note-se que, em questões de género, a tendência é que os números de aproximem, ou seja que, no geral, haja paridade.

¹⁶⁴ O cálculo do índice de Feminização é o seguinte: efectivo do sexo feminino ÷ total de efectivos x 100. O Índice de Masculinização calcula-se do seguinte modo: efectivo do sexo masculino ÷ total de efectivos x 100 (Gravato *et al*, 2011: 54).

¹⁶⁵ Índice de tecnicidade em sentido restrito: técnicos superiores ÷ efectivo total x 100.

Tecnicidade dos 13 concelhos (14,5), esta é maior do que na NUT III Douro (13,2) e ligeiramente inferior à da NUT II Norte (14,8). Comportamento semelhante acontece com a taxa de formação superior, que no ADV é, em média, 20,9%, sendo 19,1% na NUT III Douro e 22,7% na NUT II Norte.

No conjunto dos concelhos do ADV, quanto ao índice de tecnicidade, ressalte-se os extremos: no topo está o concelho de São João da Pesqueira com 31,1 técnicos superiores por 100 efectivos, seguido de Lamego com 24,2. No oposto estão Torre de Moncorvo, com apenas 6 técnicos superiores por 100 efectivos, seguido de Carrazeda de Ansiães com 7,2.

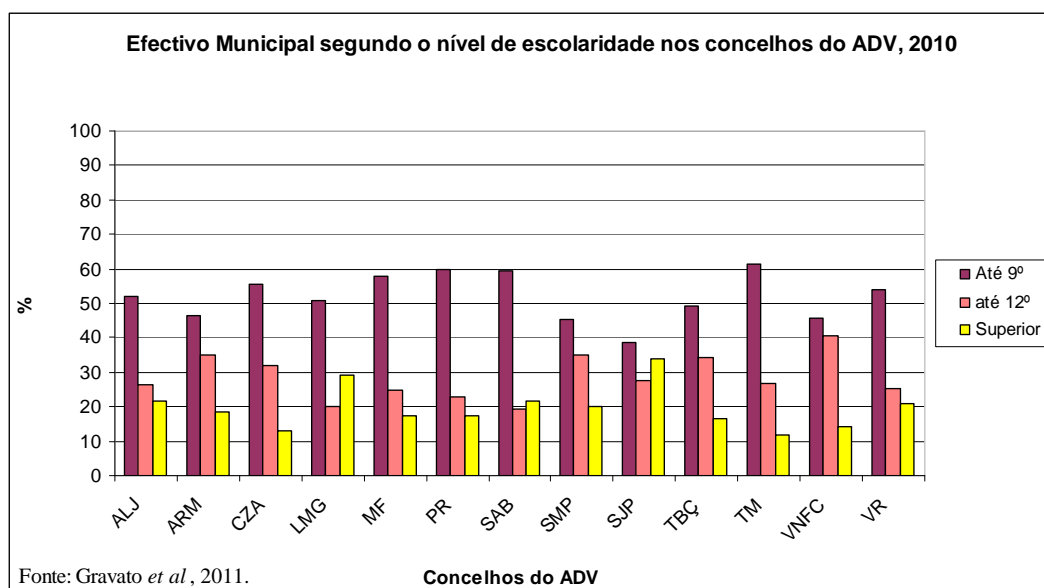
Considerando os efectivos com formação superior na totalidade dos efectivos, a situação melhora significativamente, mantendo-se os mesmos dois concelhos com os valores mais elevados: São João da Pesqueira com 33,8 efectivos com formação superior por cada 100 efectivos e Lamego com 29,3. No oposto, encontram-se, igualmente, Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães, com 12 e 12,8, respectivamente.

No geral, se se ativer ao nível de escolaridade, situação descrita no Gráfico 11, a grande maioria dos efectivos tem como escolaridade “até ao 9º ano”¹⁶⁷, com 8 dos 13 concelhos com mais de metade dos efectivos incluídos nesta categoria (Tabuaço também está próximo deste valor). De referir, igualmente, que, em 3 dos 13 concelhos, os efectivos com formação superior ultrapassam os efectivos da categoria “até 12º”, situação que não se verifica nos restantes 10.

¹⁶⁶ Taxa de Formação Superior: efectivos com doutoramento + mestrado + licenciatura + pós-graduação ÷ total de efectivos x 100.

¹⁶⁷ Para simplificar o gráfico foram agrupados em três tipos os efectivos dos municípios quanto à instrução. Considerou-se a categoria “até 9º”, que inclui o 9º ano e todos os anos anteriores; a categoria “até 12º”, que considera todos os efectivos com o 11º e 12º anos de escolaridade; e “Sup” que inclui todos os efectivos que têm formação superior, e é composta por bacharéis, licenciados, mestres e doutores.

Gráfico 11



As situações atrás descritas com números podem revelar a necessidade de se investir na formação e na captação de novos recursos humanos, capacitados e com formação superior para aumentar a capacidade técnica dos municípios e a sua massa crítica interna.

A formação, um dos aspectos referidos, igualmente, no supracitado relatório (Gravato *et al*, 2011), é também merecedora da nossa atenção. No conjunto dos 13 concelhos, foram gastos 91.177€ em formação, tendo sido 579¹⁶⁸ os participantes. Em média, gastou-se 157€ por formando. A maior incidência de efectivos em formação foi nos Assistentes Técnicos (38,9%), seguidos dos Técnicos Superiores (23,8%) e os Assistentes Operacionais (24,2%). Os valores que cada município gastou em formação, em 2010, variaram entre os 2495€ em Carrazeda de Ansiães e os 13382€ em Vila Real. Do total gasto, Vila Real (15%), Santa Marta de Penaguião (14%), Mesão Frio (12%), Alijó (11%) e Sabrosa (10%) foram os que mais despenderam em formação.

Por último, a constatação de um item que é referido nos índices de sustentabilidade e que é objecto da legislação portuguesa (Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21

¹⁶⁸ Não se especifica se são efectivos diferentes em cada formação ou em alguns casos eles frequentam mais de uma formação, como é o caso de Santa Marta de Penaguião em que são 196 os participantes em acções de formação, mas apenas 146 funcionários.

de Agosto¹⁶⁹) que é a paridade nos órgãos de decisão. Sendo a paridade o objectivo a alcançar, no ADV deparamos com a situação invertida. Começando pelas Assembleias Municipais, dos quase 500 membros que as compõem, mais de 80% (81,5%) são do sexo masculino. A composição do sexo feminino não chega sequer aos 20% (18,5%). Nas Câmaras Municipais não há uma presidente de Câmara em toda a região. A mesma situação se constata ao nível das Freguesias onde mais de 95% (95,8%) dos presidentes são do género masculino, contra os apenas 4,2% do género feminino.

Embora as indagações a retirar destes números possam ser algumas, referir-se-ão apenas duas. Efectivamente, sendo o objectivo a paridade, os concelhos do ADV têm muito a fazer para a conseguir. A segunda observação não é de todo científica, mas, apoiada por estes valores, é-nos permitido confirmar que o Douro continua a ser predominantemente másculo, revelando um “machismo” que não mais se justifica (nem nunca se justificou).

Os valores acima referidos, e que podem ser consultados na Tabela 20, demonstram o que se intuía, desde há muito a esta parte e que se revela no contra-senso de a região ter mais residentes do género feminino e os valores evidenciarem um défice na sua utilização, nos mais diversos sectores, em particular, nos órgãos de decisão¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Muito embora a paridade seja entendida como uma distribuição igual do género, esta Lei estipula que deve ser assegurada a representação mínima de 33% de cada um dos sexos nas listas para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autarquias Locais.

¹⁷⁰ Embora não seja aqui o melhor lugar para opinar sem base científica, por isso o fazemos em nota de rodapé, é nossa convicção que é preciso que maior destaque seja dado às mulheres e que se conte mais com elas para o desenvolvimento da região. É claro que muitas dão já o seu contributo nas mais variadas ocupações que têm ou mesmo em família, valor muito apreciado na região, mas o que, efectivamente, se observa é que os lugares de decisão estão maioritariamente ocupados por homens. Sem saber a razão, alvitramos que poderá ser pelo facto de, até há pouco tempo, as mulheres estudarem menos, porque as famílias achavam que não era preciso uma mulher estudar muito. Ela deveria ser uma boa dona de casa e saber cuidar bem da família.

Tabela 20**Composição actual das Assembleias Municipais
dos concelhos do ADV**

Concelho	Total	H		M	
		Nº	%	Nº	%
ALJ	40	27	67,5	13	32,5
ARM	39	31	79,5	8	20,5
CZA	39	32	82,1	7	17,9
LMG	49	40	81,6	9	18,4
MF	29	27	93,1	2	6,9
PR	33	26	78,8	7	21,2
SAB	31	30	96,8	1	3,2
SMP	25	21	84,0	4	16,0
SJP	29	25	86,2	4	13,8
TBC	35	29	82,9	6	17,1
TM	38	30	78,9	8	21,1
VNFC	35	28	80,0	7	20,0
VR	61	47	77,0	14	23,0

Fonte: Sítios Web das Câmaras Municipais

4.6.2. Património Natural e Cultural

O património natural do ADV manifesta-se nos elementos minerais, flora, fauna e paisagem, e consubstancia-se, sobretudo, na singularidade deste último elemento onde a natureza e acção humana se entrelaçam em perfeita simbiose, dando origem a uma paisagem de excelência, com um mosaico paisagístico diversificado e singular, ao longo do percurso do rio, e que se configura num recurso estratégico (Jesus *et al*: 2004: 20-21; Aguiar *et al*, 2000a: 33, 64; Ribeiro, 2000).

A paisagem é um misto de áreas intervencionadas pelo ser humano e resquícios de áreas naturais, onde se encontra a cultura da vinha, do olival, do amendoal e outras culturas (maça, cereja e laranja), os povoamentos florestais, as galerias ripícolas, os matos e matas, os rios e albufeiras, as estradas panorâmicas, caminhos, quintas e casario, miradouros de cortar a respiração. A paisagem é um todo e é evolutiva, como é salientado no PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a: 3).

A este valor da paisagem não são alheios o Parque Natural do Alvão e de Montesinho, e, pela sua proximidade e importância, o Parque Natural do Douro Internacional, o Parques Arqueológico do Côa e o ADV (classificação da UNESCO), os dois últimos mais direccionados para a vertente cultural (Jesus *et al*: 2004: 21).

O relevo irregular, com declives acentuados e vales encaixados, e os planaltos acima dos 400 metros de altitude, permitem antever um outro potencial além do

paisagístico, que é o da produção de energias de fonte renovável (eólica e solar). Efectivamente, o relevo declivoso condiciona o modo como a superfície intercepta a radiação solar, e, ao mesmo tempo, o regime dos ventos e a propensão para a ocorrência de inversões térmicas nos vales mais encaixados, podendo supor um potencial desconhecido e ainda pouco estudado de exploração destas energias.

De acordo com o PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a: 67-73) a relevância da flora regional gira à volta de quatro tipos de comunidades: florísticas de arvenses, rupícolas, matos e ripícolas (ver Aguiar *et al*, 2000c: Anexo V), catalogadas em duas linhas de influência da flora de Trás-os-Montes e Alto Douro (Ribeiro, 2000: 21-24)¹⁷¹.

No que à comunidade florística arvense diz respeito, esta contempla a vegetação desenvolvida em vinhedos, olivais, amendoais, laranjais e pomares.

As comunidades rupícolas dizem respeito às estruturas vegetais que se adaptaram a condições litossólicas, características de fendas de rochas ou sobre a superfície destas, em consequência da intensa actividade agrícola que, ao longo de vários séculos, provocou uma perda considerável de substrato edáfico.

A comunidade de matos é uma estrutura mais ampla, que abrange desde o estado pioneiro de matagal arbustivo até formações florestais em forma de bosques naturais ou semi-naturais. Esta comunidade é importante na região, fundamentalmente porque, após a filoxera, com o abandono da maioria das vinhas da região, e a subsequente formação de mortórios, se criou uma situação de sucessão de vegetação até à etapa de bosque.

As comunidades ripícolas, que dizem respeito às galerias ribeirinhas desenvolvidas ao longo dos diversos cursos de água (Douro e afluentes), têm na intensa actividade agrícola e na construção de barragens os seus piores aliados, podendo, inclusive, provocar a eliminação de grande parte deste tipo de comunidades (Aguiar *et al*, 2000a: 72)¹⁷².

Os matos contemplam, como subtipos de comunidades vegetais, os azinhais, sobreirais e os repovoamentos florestais (pinheiro e eucalipto).

¹⁷¹ O Alto Douro, segundo o autor (Ribeiro, 2000: 21), ao nível da flora, situa-se na zona de confluência de duas correntes florísticas fundamentais: Norte-Atlântica e Centro-Ibérica, que se desdobram em quatro (Atlântica, Leonesa – Pirenaico-Cantrábrica, Centro-Ibérica e Ibero-Mediterrânea).

¹⁷² E mais recentemente o tráfego do turismo fluvial, que poderá debilitar ainda mais a fauna e flora ripícolas.

Estas quatro comunidades foram reconhecidas na região do ADV, tendo sido consideradas 5 áreas distintas com interesse conservacionista (Régua, Corgo, Pinhão, Tua e Tua-Côa (Aguiar *et al*, 2000a: 71-72).

No que à fauna diz respeito, o PIOTADV (Aguiar *et al*, 2000a: 73) reconhece que o facto de o inventário faunístico ter resultado em 215 espécies inventariadas, em avifauna, mamofauna e herpetofauna, é revelador do valor intrínseco natural do ADV, valor este que é corroborado pelo facto de 44 destas espécies serem consideradas relevantes pelo seu valor conservacionista (ver Aguiar *et al*, 2000c: Anexo V).

Também os recursos piscícolas são referidos por este Plano (Aguiar *et al*, 2000a: 74) como relevantes e com potencial turístico, sobretudo a pesca desportiva, constituindo um notável pólo de atracção para esta actividade de lazer.

Ao nível dos recursos naturais, há ainda a considerar as potencialidades da indústria extractiva, mormente a da pedra decorativa, do ferro, volfrâmio entre outros minerais¹⁷³, presentes, essencialmente, nos concelhos de Torre de Moncorvo, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Tabuaço, Armamar, Tabuaço, Carrazeda de Ansiães e Lamego (Baptista, 2011: 41).

Se o património natural é variado e rico, também o é o património cultural, seja pelos vestígios arqueológicos de diferentes períodos existentes na região, de que o Parque Arqueológico do Côa é o expoente máximo, seja pelo património construído com valor arquitectónico, onde se incluem os solares e palácios, as ermidas, capelas, igrejas, mosteiros e conventos, as aldeias vinhateiras e os miradouros (Jesus *et al*, 2004: 45; ver Aguiar *et al*, 2000a: 75-80; 2000c: Anexo VI e VII).

O património natural, aliado ao património rural, ao artesanato e às tradições culturais, constitui, no entender do PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 25, 44), um acervo único para a implementação de intervenções integradas da ecomuseologia e ecoturismo.

Do ponto de vista cultural estão a ser desenvolvidos esforços, com investimentos significativos em actividades diversificadas ligadas ao cinema (*Douro Film Harvest*), exposições, música, teatro, conferências, numa clara valorização dos equipamentos de que a região já dispõe, como é o teatro de Vila Real e Lamego e a rede de museus do Douro, com sede no concelho de Peso da Régua. Feiras, exposições, romarias, festas de

¹⁷³ Antimónio, arsénio, berílio, bismuto, chumbo, cobre, estanho, lítio, molibdénio, niátrio, ouro, prata, tântalo, tungsténio e zinco (Baptista, 2011: 41; ver também o sítio da Direcção Geral de Energia e Geologia www.dgeg.pt).

aldeia, recuperação e dinamização de património religioso e etnográfico têm tido um papel importante na dinamização sócio-económica desses espaços rurais (Jesus *et al*, 2004: 46).

Ainda assim, muito embora o acervo de recursos naturais e culturais seja enorme, e possa ser muito importante na medida em que pode constituir uma vantagem competitiva regional e contribuir para estratégias inovadoras, ao mesmo tempo, segundo Pessoa (2008: 58), estes recursos não são uma panaceia para elevar o nível de regiões deprimidas. Em sua opinião, é necessário serem racionalizados de forma dinâmica.

4.6.3. Potencial Turístico

Como referenciado no Capítulo II, o turismo é apontado por vários autores e por documentos oficiais de política estratégica em Portugal, como de capital importância para os territórios rurais fragilizados, periféricos e marginalizados.

Pelas mais diversas razões, o turismo emerge como elemento de charneira, potenciador dos espaços rurais, tanto nas instâncias internacionais como nacionais. Seja por potenciar os recursos locais (endógenos), criar novas oportunidades de negócio, de emprego, maior valor acrescentado local (ou regional), fomentar o surgimento de novas infra-estruturas, estimular a formação dos recursos humanos, aumentar a produção, a competitividade local e regional, estimular a implementação do desenvolvimento sustentável, dentre outros efeitos benéficos que esta actividade pode suscitar no desenvolvimento de uma região, inclusive ao nível da auto-estima, da melhoria da qualidade de vida das comunidades, quebra do isolamento, preservação da identidade local. Contudo, também pode ter consequências nefastas e efeitos devastadores, alguns dos quais foram salientados no Capítulo II.

No que à região do ADV diz respeito, há pelo menos três documentos indispensáveis que referem a importância do Turismo como catalisador do desenvolvimento regional. Embora não nos refiramos a esses documentos por ordem temporal, saliente-se, em primeiro lugar, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT – Turismo de Portugal, 2007), publicado em 2007, que assume o Douro como

um dos seis pólos turísticos estratégicos¹⁷⁴. Os outros dois documentos relevantes a respeito do turismo no ADV são o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD – Jesus *et al*, 2004), para o período 2004-2006 e actualização do mesmo Plano para o período 2007-2013, e o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV – Aguiar *et al*, 2000a; 2000b; 2000c), elaborado por ocasião da candidatura do ADV a Património Mundial da UNESCO, em 2000¹⁷⁵ (sobre o turismo no Vale do Douro ver Ribeiro, 1998; Pessoa, 2008; 2009; GWU, 2010)¹⁷⁶.

O PENT (Turismo de Portugal, 2007: 53, 84), como acima se mencionou, refere o Douro como um pólo turístico estratégico prioritário de projecção internacional que urge desenvolver, no sentido de que o turismo na região cresça em quantidade e valor e seja, efectivamente, uma alavanca para o desenvolvimento socioeconómico da região.

Entre os principais factores distintivos do pólo de desenvolvimento turístico do Douro, o PENT (Turismo de Portugal, 2007: 73, 83) evidencia o Vinho do Porto e gastronomia, o Rio Douro e encostas com plantações de vinha, as Quintas solares e aldeias vinhateiras, o Património natural/arqueológico, a cultura local e o *cross-selling* com o Porto. Neste contexto, três são os produtos preconizados para este pólo: *Touring* (Turismo Histórico-Cultural), incluindo os cruzeiros fluviais, Gastronomia e Vinhos (Enoturismo) e Turismo de Natureza, tendo como alvo o mercado interno, assim como os principais mercados emissores europeus dos produtos oferecidos.

O Plano refere, ainda, a relação peculiar que a região tem com o aeroporto Francisco Sá Carneiro (em combinação com uma melhoria nos acessos rodoviário, ferroviário e fluvial), e o facto de que se tenha de incidir na promoção de hotéis de referência, adequados a uma procura com elevado poder de compra e em proporcionar uma oferta de serviços de apoio ao turista. Como acções transversais a desenvolver preconiza o aumento da oferta hoteleira de qualidade e da hotelaria de charme, a

¹⁷⁴ Os outros são: Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo (Turismo de Portugal, 2007: 6-7).

¹⁷⁵ Para melhor nos entendermos, a propósito das citações destes documentos, em vez de nos referirmos aos autores dos mesmos nas referências bibliográficas vamos referir-nos aos Planos em si. No caso, em vez de nos referirmos a Turismo de Portugal, 2007; Jesus *et al*, 2004 e CCDRN, 2008b, e Aguiar *et al*, 2000, utilizar-se-ão as siglas dos próprios planos: PENT, 2007; PDTVD, 2004 e PDTVD, 2008; PIOTADV, 2000, convictos de que esta alteração ajudará o leitor a melhor se colocar na temática do Plano. Poder-se-ia também fazer uma referência ao PROZED (CCRN, 1991: 5), onde se começa por reconhecer que a actividade turística tem muito para dar e pedir ao Douro.

¹⁷⁶ Sobre o papel do turismo no desenvolvimento local, em particular, no vale do Tua ver Simão, 2009.

melhoria da acessibilidade aérea e os acessos rodoviários (estradas secundárias) (Turismo de Portugal, 2007: 79).

O PDTVD¹⁷⁷ (Jesus *et al*, 2004), elaborado em 2004, já com o ADV classificado como Património Mundial da UNESCO, válido no horizonte temporal de 2004-2006, e, mais recentemente, actualizado para o período temporal de 2007-2013, período de vigência do actual Quadro Comunitário de Apoio (QREN 2007-2013), parte do pressuposto de que o Vale do Douro reúne todas as condições para se tornar um grande referencial turístico português¹⁷⁸, um novo destino turístico em Portugal, não concorrente com nenhum dos já existentes, representando um dos maiores potenciais turísticos do país (Jesus *et al*, 2004: 1).

Arlindo Cunha, Encarregado de Missão do PDTVD, salientou que a base que sustenta a realização do plano assenta no valor e singularidade da paisagem, produtiva e natural, do património cultural identitário, assim como a excepcional e reconhecida qualidade dos produtos da terra, com potencial de gerarem emprego, riqueza e iniciativa (Jesus *et al*, 2004: Nota de Apresentação).

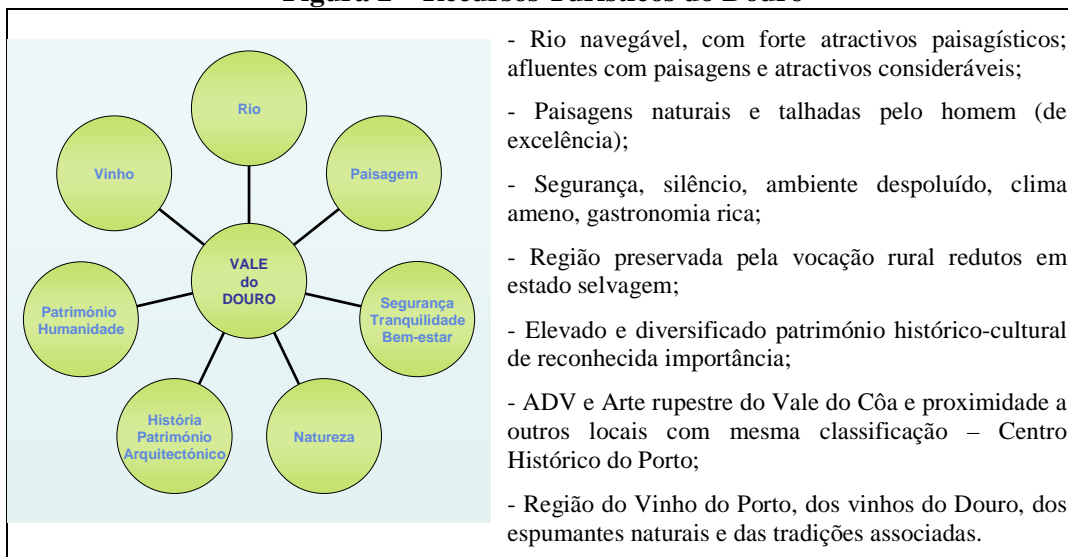
Efectivamente, são todos estes elementos, que o Plano procura mostrar, que permitem encarar o Turismo com o potencial para dinamizar o desenvolvimento económico e social em toda a região, com efeitos indutores ao nível da estruturação, qualificação e competitividade das suas actividades produtivas, e o Douro como um dos maiores potenciais turísticos do País (Jesus *et al*, 2004: 2).

Os recursos turísticos que confirmam este potencial turístico, antes referido, são apresentados na Figura 2.

¹⁷⁷ Recordamos, como fizemos menção ao início deste capítulo, que o PDTVD engloba uma área mais vasta do que o ADV, aplicando-se a todo vale do Douro, onde esta se inclui.

¹⁷⁸ Seja como um dos rios mais românticos do mundo, ou como integrador de um conjunto invulgar de valores paisagísticos, culturais e patrimoniais, designadamente no domínio vitivinícola, cultural e ambiental (Jesus *et al*: 2004: 1).

Figura 2 – Recursos Turísticos do Douro



Fonte: Jesus *et al*, 2004: 62; PDTVD, 2008: 10.

O PIOTADV¹⁷⁹ (Aguiar *et al*, 2000a: 66), considerando as próprias debilidades do sector¹⁸⁰, salienta a “importância inegável na economia e na sociedade durienses” do turismo, e a reconhecida “vocação turística” deste território (ver Aguilar *et al*, 2000c: Anexo VII). Além do conjunto constituído pela paisagem vinhateira e pelo rio, este plano salienta outras potencialidades que se podem encontrar noutros domínios, como o património histórico, arqueológico e natural, etnografia, gastronomia, com particular destaque para o vinho, em especial o Vinho do Porto, a partir dos quais se podem configurar múltiplas oportunidades de constituição de oferta de produtos turísticos originais e diversificados (Idem, 112).

O PDTVD (Jesus *et al*: 2004: 62) identifica as valências turísticas que constituem as imagens fortes do Douro e que afirmam a sua vocação enquanto destino turístico de excelência (ver BPI, 2003, Deloitte Consulting / Neoturis, 2003; Spidouro, 2003, estudos promovidos pela Agência Portuguesa de Investimentos).

Em 2008, o destino turístico Douro foi submetido ao *Sistema de Medição da Excelência dos Destinos*, do *World Centre of Excellence for Destinations* (CED), onde

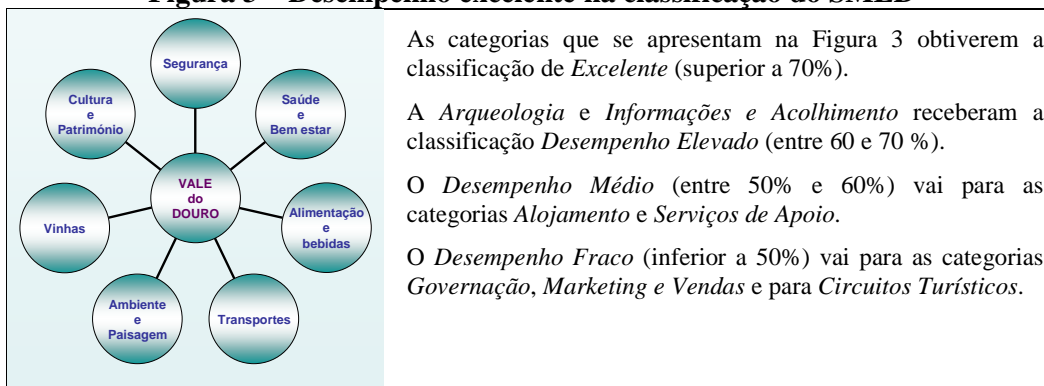
¹⁷⁹ Lembramos que o PIOTADV é um Plano com um âmbito territorial diferente do do PDTVD, uma vez que apenas se cinge aos 13 concelhos (área de estudo), em especial à área classificada com Património Mundial.

¹⁸⁰ Com base no estudo da Spidouro, 2000.

se destaca que, enquanto destino rural, natural e de Património Mundial, o Vale do Douro oferece um vasto leque de oportunidades turísticas (CCDRN, 2008a: 10).

Esta avaliação classifica com excelência os elementos que se apresentam na Figura 3.

Figura 3 – Desempenho excelente na classificação do SMED



Fonte: CCDRN, 2008a: 37.

Mais recentemente, em 2009, a National Geographic, considerou o destino turístico Douro como um dos mais sustentáveis do mundo, ocupando a 7ª posição entre 133 destinos considerados, com uma classificação de 76 pontos (ver <http://traveler.nationalgeographic.com>).

O resultado foi obtido através de uma avaliação dos destinos feita por 437 especialistas altamente viajados e conhecedores das melhores regiões turísticas dos cinco continentes. Tendo em conta seis critérios – (1) qualidade ambiental e ecológica; (2) integridade social e cultural; (3) condição dos edifícios antigos e sítios arquitectónicos; (4) apelo estético; (5) qualidade da gestão turística; (6) perspectivas para o futuro – cada um dos especialistas começou por dar o seu ponto de vista sobre cada um destes aspectos, em relação a cada lugar, opiniões que foram, posteriormente, disponibilizadas aos outros especialistas, chegando-se, posteriormente, à classificação geral (seguindo a técnica de Delphi).

Já no início do mês de Setembro de 2011 foi divulgado o ranking das preferências dos turistas nacionais (Figueira, 2011: 5-6). O Norte, em geral, e o Douro, em particular, foram os mais preferidos pelos portugueses com, respectivamente, 66,4% e 66,1%, à frente do Algarve (65,1%) e de Lisboa (63,4%) e das outras regiões do País.

Este facto revela com clareza a assunção do Douro como um importante destino turístico para os turistas nacionais, factor este que se revela promissor para o desenvolvimento turístico do Douro¹⁸¹.

O património natural e a gastronomia surgem à frente como os factores mais positivos, e a oferta cultural surge como o aspecto menos positivo, sendo que, como recomendação, o Norte terá de comunicar melhor a oferta cultura e social.

A estratégia para prosseguir o desenvolvimento do turismo, segundo o PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 94), passa por uma articulação entre a paisagem e o ordenamento do território, com a valorização dos recursos endógenos, e será tão mais bem-sucedida quanto melhor for esta articulação.

Relativamente ao turismo, há ainda algumas considerações a ter em conta. Por um lado, é necessário referir-se que este é um tema difícil de estudar, fundamentalmente pela dificuldade de se obter dados estatísticos ao nível do município. Os dados que com maior facilidade se encontram estão disponíveis ao nível da NUT III Douro, razão pela qual serão esses os privilegiados. As tabelas que abaixo se apresentam, expressam os valores para o País, Região Norte, Douro e os concelhos da área de estudo.

Pessoa (2008), reflectindo sobre o turismo e a competitividade regional, em concreto, analisando o caso do turismo do Douro, tece algumas considerações que importa ter em conta, em torno dos factores de competitividade regional, no geral, e do turismo, em particular, que podem colocar em questão alguns dos aspectos antes considerados, como seja a sustentabilidade do turismo.

Colocando em contraponto, por um lado, a ideia de que as autoridades nacionais, regionais e locais privilegiam o desenvolvimento do turismo no Douro como um factor de desenvolvimento e um sector estratégico, baseado nos recursos naturais e culturais que a região possui, e os valores do turismo no Douro em relação à Região Norte e ao País, ele conclui que a capacidade que o turismo tem de ser catalisador para o desenvolvimento não está ainda estabelecida (Pessoa, 2008: 71).

Além de outros valores relacionados com os factores de competitividade territorial¹⁸² e respectivas considerações, em relação ao turismo, ele mostra que este tem

¹⁸¹ Ainda assim, o PDTVD (Jesus *et al*, 2004: 72), ao reflectir sobre a sazonalidade nesta região, salienta que o mercado nacional não será o motor do equilíbrio de funcionamento turístico no Douro, antes acentuando picos de procura, em boa parte por se concentrarem em Agosto 2/3 das férias dos portugueses.

ainda muito a crescer e a consolidar-se como factor de desenvolvimento¹⁸³. É isso que podemos observar nas tabelas que a seguir se apresentam.

Tabela 21

Localização Geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º							
Portugal	2 011	771	737	503	279 506	149 347	34 533	95 626
Continente	1 741	673	665	403	241 941	127 156	31 384	83 401
Norte	441	163	225	53	38 386	24 662	9 880	3 844
Douro	34	12	18	4	2 280	1 256	830	194
ALJ	6	2	3	1	257	115	100	42
ARM	1	1	0	0	30	30	0	0
CZA	1	1	0	0	24	24	0	0
LMG	8	3	5	0	668	398	270	0
MF	1	0	0	1	58	0	0	58
PR	4	1	3	0	339	149	190	0
SAB	1	1	0	0	100	100	0	0
SMP	1	0	1	0	33	0	33	0
SJP	0	0	0	0	0	0	0	0
TBC	1	0	1	0	33	0	33	0
TM	2	0	2	0	81	0	81	0
VNFC	1	0	1	0	70	0	70	0
VR	4	2	1	1	473	372	33	68

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. III.11.2)

Tabela 22

Indicadores de hotelaria nos municípios do ADV, 2010

Localização Geográfica	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro	Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	Estada média no estabelecimento	Taxa de ocupação-cama (líquida)
	N.º		%		N.º	N.º de noites	%
Portugal	26,3	1,3	50,5	39,0	351,5	2,8	38,7
Continente	23,9	1,2	49,1	39,9	309,2	2,6	37,7
Norte	10,3	0,7	36,7	34,6	118,6	1,7	32,4
Douro	11,1	0,7	22,4	37,9	108,5	1,6	26,7
ALJ	19,5	1,2	29,4	39,7	199,2	1,6	27,2
ARM	4,3
CZA	3,7
LMG	26,5	1,4	23,0	40,0	216,8	1,6	22,5
MF	13,9
PR	20,6	1,7	22,2	41,7	336,5	1,9	46,7
SAB	15,6
SMP	4,2	...	0,0	38,4	4,3
SJP	0,0	0,0	//	//	0,0	//	//
TBC	5,5	0,2	0,0	25,8	23,8
TM	9,5	0,2	0,0	24,5	36,2
VNFC	9,1
VR	9,5	0,6	19,0	30,8	100,5	1,6	28,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. III.11.1)

¹⁸² Para este autor, a competitividade regional gravita em torno das empresas. Os factores de competitividade são, em seu entender, os recursos naturais, o factor mercado, as infra-estruturas legais, as externalidades, os bens públicos, as infra-estruturas físicas, o mercado global e o *milieu* (Pessoa, 2008: 63).

¹⁸³ Mesmo que algumas iniciativas vão surgindo (ver Pinto, 2010: 13).

Seguindo o seu raciocínio, e olhando para os valores das Tabelas 21 e 22, pode-se afirmar, por um lado, que a oferta turística é ainda significativamente pequena, sendo que dos 34 estabelecimentos, mais de metade (52,9%) estão classificados como pensões, valor superior ao da Região Norte (37,6%) e do País (36,6%). Note-se também que a oferta está concentrada em três concelhos (Alijó, Lamego, Peso da Régua e Vila Real) com 64,7% da oferta total, indicando que está longe de estar bem distribuída pela região (São João da Pesqueira não tem estabelecimento).

Do mesmo modo, segundo os valores da Tabela 22, em todos os indicadores os valores são substancialmente inferiores à média do País, sendo estes, em alguns casos, mais do dobro dos valores do Douro. Em relação à Região Norte, a situação melhora um pouco com valores mais próximos. No entanto, a capacidade de alojamento, a estada média, tal como a proporção de hóspedes estrangeiros e a taxa de ocupação são inferiores.

Por outro lado, se se tiver em conta as dormidas segundo o país de residência, apresentados na Tabela 23, constata-se que, entre 2005 e 2010, as dormidas no Douro diminuíram no total, mas crescerem significativamente de hóspedes provenientes da Itália (80,54%), da França (57,76%), da Espanha (28,24%), dos Países Baixos (37,80%), dentro da Europa, e Estados Unidos (83,94%), fora da Europa.

Tabela 23

Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual, 2010

Total	UE27	UE25	UE15									E.U.A.
			Total	dos quais								
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido		
2010												
Portugal	37 391 291	33 778 067	33 691 946	33 089 429	13 783 084	3 279 012	3 277 782	1 619 416	869 313	1 843 369	5 494 953	576 819
Continente	31 362 735	28 147 438	28 068 497	27 652 831	12 406 731	2 103 587	3 097 300	1 284 166	797 365	1 596 490	4 308 516	528 297
Norte	4 437 756	3 967 862	3 954 572	3 903 711	2 511 052	139 611	566 311	233 348	121 675	76 634	123 680	54 975
Douro	223 416	208 439	208 319	207 917	171 380	5 010	8 728	6 801	1 206	2 016	7 155	3 252
2005												
Portugal	35 520 631	----	32 594 227	32 337 141	11 647 747	3 898 469	2 726 015	1 111 643	723 353	1 679 343	7 378 185	578 826
Continente	28 746 617	----	26 265 948	26 065 413	10 361 693	2 503 728	2 467 055	862 359	678 806	1 487 764	5 756 127	516 646
Norte	3 438 518	----	3 169 482	3 149 653	2 159 037	101 843	394 981	124 111	84 118	47 067	149 296	37 889
Douro	224 428	----	216 708	216 479	186 107	4 837	6 806	4 311	668	1 463	8 717	1 768
Variação: 2005-2010 (%)												
Portugal	5,27	----	3,37	2,33	18,33	-15,89	20,24	45,68	20,18	9,77	-25,52	-0,35
Continente	9,10	----	6,86	6,09	19,74	-15,98	25,55	48,91	17,47	7,31	-25,15	2,26
Norte	29,06	----	24,77	23,94	16,30	37,08	43,38	88,02	44,65	62,82	-17,16	45,09
Douro	-0,45	----	-3,87	-3,96	-7,91	3,58	28,24	57,76	80,54	37,80	-17,92	83,94

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005 e 2010 (Qd III.11.4)

Em sentido contrário, estão as dormidas de hóspedes provenientes de Portugal (-7,91%) e do Reino Unido (17,92%). Tal como observado por Pessoa (2008: 72) para os anos 1999-2006, note-se que, se se exceptuar os Estados Unidos e os Países Baixos, a

maior variação nas dormidas está relacionada com países do Sul da Europa (Espanha, França e Itália), com menor poder de compra comparativamente aos países do norte da Europa¹⁸⁴.

Portanto, estes valores permitem concluir que o desenvolvimento do turismo no Douro pode não estar a acompanhar o desígnio nacional que lhe foi atribuído. Do mesmo modo, como mostrou Pessoa (2008: 73), pode revelar a necessidade de uma mudança de estratégia para a promoção do turismo no Douro, fundamentalmente, através da integração, com maior frequência, em redes de natureza e enoturismo.

No seguimento do referido por Pessoa (2008), o relatório da GWU (2010: 4) sobre o turismo no Vale do Douro, admite que o turismo no Douro pode ter um impacto económico positivo e criar emprego, mas, para que tal aconteça, as autoridades locais têm de prover, nos próximos anos, uma liderança forte e estabelecer sólidos planos que erijam as fundações do desenvolvimento turístico do Douro. Terá de haver políticas claras para o desenvolvimento do turismo, acompanhadas de uma intensa comunicação entre instituições de turismo de vários níveis e uma estreita colaboração com os actores locais.

4.6.4. Energias Renováveis

Face à dependência actual das fontes energéticas resultantes dos combustíveis fósseis, ao descartar da energia nuclear pelas principais potências mundiais e aos desenvolvimentos tecnológicos que permitem um maior aproveitamento de fontes naturais de produção energética, as energias renováveis são um assunto que está na ordem do dia.

Em 2009, a região Norte de Portugal, onde se insere a região de estudo, produzia 32,64% da produção de fontes renováveis do País (eólica, hídrica, térmica e fotovoltaica)¹⁸⁵. No ADV, há que considerar, em primeiro lugar, a capacidade energética proveniente dos recursos hídricos da extensa rede hidrográfica do Douro. A

¹⁸⁴ Para os dados comparativos utilizados pelo autor (1999-2006) ao Países Baixos diminuíram os valores de um ano para o outro, o que não sucede nos anos de referência que aqui se apresentam (2005-2010) (ver Pessoa, 2008: 72).

¹⁸⁵ Cálculos efectuados segundo os dados disponíveis no INE (Dados Estatísticos – www.ine.pt), disponíveis para a NUT III Douro e dados fornecidos pela DGGE.

aposta do País em fontes alternativas de produção de energia levou a que estejam a ser feitos fortes investimentos em mais duas barragens, a do Sabor e a do Tua. Com estes empreendimentos, prevê-se uma produção energética média anual líquida de 505 GWh (230 GWh na do Sabor e 275 GWh na do Tua), num investimento previsto de 781 milhões de euros¹⁸⁶.

Também as torres eólicas se multiplicam na região, antevendo um futuro promissor em termos energéticos¹⁸⁷. Resta a exploração de energia solar e da biomassa, que, quanto a nós, poderá ter um forte potencial, fundamentalmente pela abundância de recursos ligados à floresta e agricultura (vitivinicultura e olivicultura).

Olhando para o panorama energético português, algumas considerações podem ser elaboradas, com implicância directa na região de estudo. A primeira delas tem a ver com a dependência/independência energética, face aos combustíveis fósseis e as possibilidades das energias renováveis.

Efectivamente, o País é dependente de energia cujas fontes são os combustíveis fósseis. A meta para a produção energética de fontes renováveis é, para 2020, de 60% na produção, colocando o País na linha da frente da União Europeia, e de 20% na diminuição do consumo (MEID, 2010: 3). Tendo em linha de conta estas metas, o panorama pode mudar consideravelmente, se outras políticas forem adoptadas.

O que é facto é que o modelo energético português favorece os grandes exploradores, em concreto, a EDP e os detentores do capital. Este facto permite-nos antever a questão energética em dois prismas: o do capital, segundo o qual todos os investimentos têm de ser feitos para a maximização do lucro, e o estratégico, mediante o qual outras questões são consideradas, como a construção de um perfil energético sóbrio, a busca de uma maior eficiência energética, a substituição das energias fósseis por bioenergias e, porque não, a independência energética (Sachs, 2007: 25).

O primeiro indica que só quem tem capital pode empreender em termos energéticos (pelo menos em empreendimentos com necessidade de maior investimento). Tenha-se em conta, por exemplo, que um empreendimento nas micro-produções para venda à rede pública é ainda um investimento considerável (cada vez mais acessível,

¹⁸⁶ Ver informação disponível no sítio da EDP – www.a-nossa-energia.edp.pt. Última consulta efectuada em 24-02.2012.

¹⁸⁷ O relevo acidentado, com os profundos vales encaixados, a vegetação rasteira e a diferente insolação são factores que condicionam a abundância e a intensidade do vento.

mas ainda assim entre os 15 e os 25 mil euros – “chave na mão” –, investimento que continua a não ser acessível a todos¹⁸⁸).

O segundo aspecto, o estratégico, requer que a política energética contemple, por exemplo, a independência energética (assim como maior eficiência e substituição das energias de origem fóssil) em vilas, aldeias, edifícios públicos e particulares, iluminação pública, à semelhança do que se faz nas Eco-Vilas ou Eco-Aldeias, aspecto em que há ainda muito a fazer¹⁸⁹. Em consequência, isso exigiria que as potencialidades energéticas locais estivessem estudadas¹⁹⁰, que os equipamentos fossem adquiridos a baixo custo, acessíveis a todos, e de elevada eficiência, como, de resto, está a ser uma modalidade adoptada por países desenvolvidos¹⁹¹, e que se tivesse a coragem de traçar metas audaciosas para a certificação energética de edifícios, que representa, em 2011, apenas 4,74% do total dos edifícios do país (www.adene.pt).

Relativamente à produção e consumo, tanto na NUT III Douro como no ADV, a Tabela 24, com dados do INE e da DGGE, relativos a 2009, sobre a produção de energia de fontes renováveis e o consumo de energia, revela que, em ambos os casos, se produz mais energia do que a que é consumida. O consumo representa apenas 35,1% e 31,2% do que é produzido na NUT III Douro e no ADV, respectivamente, assinalando o potencial energético da região e a sua independência energética, valores que se deveriam traduzir em mais desenvolvimento para a região.

Tabela 24

Produção de energia de fontes renováveis e consumo de energia na NUT III Douro e no ADV em 2009

Unidade Territorial	kWh		%
	Produção	Consumo	
NUT III DOURO	1677484735	589009070	35,11
ADV	1548792435	483706314	31,23

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. III.7.2); DGGE

¹⁸⁸ Note-se que, em relação a este aspecto, há a salientar que a Banca dispõe, para todos os interessados, de empréstimos com juros bonificados, o que em muitos casos favorece o arrojo dos investidores.

¹⁸⁹ Um caso a ter em conta é a estratégia da autarquia de Seia – ECO₂ Seia, mediante a qual se pretende fazer de Seia uma cidade de baixo carbono (tornar Seia o primeiro concelho do país sem lâmpadas incandescentes, turismo de baixo carbono, produtos locais de baixo carbono, campanha A+++), melhoria da eficiência energética, eco-mobilidade social) (Figueiredo, 2011).

¹⁹⁰ De acordo com as potencialidades identificadas, definir-se-iam as modalidades de produção energética. Poder-se-ia, por exemplo, ter uma carta municipal do potencial energético.

¹⁹¹ O caso mais recente é o do Japão, depois do último *Tsunami*, que fez reequacionar toda a política energética, substituindo a energia atómica e acelerando a produção de equipamentos para maior aproveitamento das energias de fontes renováveis.

É de assinalar, também, que no ADV, segundo dados da DGGE, entre 2006 e 2011 houve um crescimento significativo da produção de energia eólica (165,8%) e hídrica (14,9%)¹⁹².

A microprodução renovável contemplava, em Janeiro de 2012, no ADV, a potência ligada de 20,51 kW referente à energia eólica (Lamego, Santa Marta e Vila Real), 5,15 kW de energia hídrica (apenas Vila Real) e com 1300,87 kW de potência fotovoltaica instalada (todos os concelhos).

Produção, consumo e armazenamento são, no caso da energia, factores cruciais. A produção, como referido, pelo potencial de geração de valor; o consumo porque, de certo modo, dita ou não uma maior ou menor necessidade energética; o armazenamento porque se prende com factores tecnológicos que se podem relacionar directamente com os outros 2 factores.

No que diz respeito à produção, já foi salientado que a região produz mais energia do que a que consome, mostrando-se, neste sentido, um factor de desenvolvimento regional (ainda pouco aproveitado para o desenvolvimento regional/local). Directamente relacionado com a produção está o armazenamento da energia. No caso da energia fotovoltaica esta questão não é de grande relevância, uma vez que a energia produzida durante as horas de sol pode ser directamente inserida na rede eléctrica e utilizada pelos consumidores. O maior problema tem a ver com a energia eólica que é produzida em todo o tempo que haja vento. Ora, a maior ou menor intensidade do vento não se regula pelas horas de maior ou menor procura. Pelo contrário, a produção de energia a partir do vento pode acontecer em horas em que há menos procura, por exemplo durante a noite, acabando por não poder ser usada em todo o seu potencial.

Se se considerar a proliferação de parques eólicos que têm sido “plantados” no ADV, fundamentalmente nas zonas mais altas, é necessário equacionar até que ponto a produção de energia eólica é ou não uma mais-valia para o desenvolvimento regional e contribui para a independência energética do país, dado que uma parte significativa da energia produzida, dependendo da maior ou menor disponibilidade do vento, pode não ser consumida por não haver procura em determinadas horas do dia.

¹⁹² É de salientar que, entre 2006 e 2011, no que concerne à produção renovável convencional hídrica e eólica, nem todos os concelhos produzem energia destas fontes. No caso da produção hídrica: Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Peso da Régua, Tabuaço, Vila Nova de Foz Côa. No caso da produção eólica: Lamego, Tabuaço, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Tabela 25

Consumo de energia eléctrica por habitante nos concelhos do ADV, 2008-2009

Local de residência	2008	2009	Δ %
	kWh/ hab.		
Portugal	4630,5	4587,2	-0,94
Continente	4692,1	4646,8	-0,97
Norte	4105,7	4041,3	-1,57
Douro	2698,9	2830,4	4,87
ALJ	2140,8	2410	12,57
ARM	2807,2	2974,1	5,95
CZA	2181,8	2391,2	9,60
LMG	2858	2971,9	3,99
MF	1887,1	2023,8	7,24
PR	2661,7	2747,5	3,22
SAB	2210,9	2509,2	13,49
SMP	1735,3	1776,9	2,40
SJP	2339,1	2377,6	1,65
TBÇ	2156,9	2150,9	-0,28
TM	2349,3	2531,3	7,75
VNFC	2533,3	3593,6	41,85
VR	3436,3	3437,1	0,02

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

O consumo médio de energia (eléctrica), segundo dados publicados pelo INE, em todos os concelhos do ADV, é menor do que em relação aos valores médios da Região Norte e do País e substancialmente inferiores à média europeia (6566,69 kWh/hab). Estes valores podem revelar, por um lado, uma situação previsível, dado que, tratando-se de uma região rural (ADV), o consumo será menor do que noutras regiões do país, ou, por outro lado, com valores inferiores aos da Região Norte, País e União Europeia está no bom caminho para se tornar uma região de baixo carbono, se medidas forem tomadas nesse sentido, no seguimento do que acima foi referido. Não se pode olvidar que a meta de reduzir o consumo energético em 20% até 2020 é para todos os concelhos, sejam eles rurais ou urbanos. Ainda assim, seguindo uma tendência contrária ao País, registe-se que o consumo de energia eléctrica aumentou em praticamente todos os concelhos, fundamentalmente Alijó, Sabrosa e Vila Nova de Foz Côa, onde as variações de um ano para o outro foram mais acentuadas.

4.6.5. Produtos Endógenos (locais)

Além de diversos outros recursos¹⁹³ que demos conta, ao longo deste capítulo, como o rio, a paisagem, o ambiente, o património natural, histórico, cultural, arquitectónico, os produtos endógenos são também um potencial, por si só ou no âmbito de um produto compósito, dentro da oferta turística duriense (se ligados ao turismo) (ver Aguiar *et al*, 2000a: 114; Cristóvão, 1999).

O vinho de alta qualidade surge em primeiro plano quando à região nos referimos. O Vinho do Porto é o ex-libris regional, com projecção internacional¹⁹⁴. Projecção mais recente têm tido os vinhos DOC Douro que, de há uns anos a esta parte, se têm destacado internacionalmente, fundamentalmente pela sua altíssima qualidade, tendo vindo a ser premiados, com frequência, em concursos internacionais.

O azeite de qualidade elevada é um outro produto que existe no ADV com projecção e com enorme potencial. Apesar de ser marginal em relação à cultura dominante, a vinha, o olival, associado a esta ou não, em bordadura, ou associado a hortas, o azeite do ADV é cada vez mais apreciado e visto como um forte complemento à vinha, em parte porque os custos associados a esta cultura são menores do que os da produção do vinho e é de muito boa qualidade¹⁹⁵ (Aguiar *et al*, 2000a: 51-52; Jesus *et al*, 2004: 49).

Outras quatro culturas com relevância regional, da qual surgem produtos de alta qualidade, são: a laranja, a amêndoa, a cereja, a maçã e o figo, seja com *Denominação*

¹⁹³ Para não causar qualquer confusão, quando nos referimos aos produtos endógenos estamos a fazer a distinção relativa aos recursos endógenos. Este último, mais abrangente e o outro uma parte deste.

¹⁹⁴ Sobre o Vinho do Porto há três aspectos a considerar. Por um lado, o facto de não ser um bem de primeira necessidade e, como tal, sujeito às possibilidades económicas dos consumidores. Por outro lado, sendo um vinho que é, essencialmente, para exportação, está sujeito às oscilações do mercado, e, neste sentido, dele dependente (produto sensível aos ciclos económicos – Aguiar *et al*: 2000a – Anexo VI). Por último, o crescimento dos vinhos de categorias especiais, como os “Vintage”, “LBV”, “Data de Colheita”, “Indicação de Idade”, “Vintage Character” ou “Leve Seco”.

¹⁹⁵ A este propósito, o PIOTADV (Aguiar *et al*: 2000a: 52) salienta que a cultura do olival tradicional não é rendível. Numa perspectiva estritamente económica, considera que esta cultura só pelos subsídios concedidos à exploração ou em explorações agrícolas do tipo familiar poderá persistir. Contudo, em nosso entender, se à luz do conceito de multifuncionalidade, explicado no Capítulo II, e considerando a qualidade do azeite, a importância do olival na caracterização da paisagem e na manutenção da biodiversidade e uma possível união dos olivicultores, esta cultura poderá, mesmo no ADV, ter outra dimensão e relevância (por exemplo, no multi-rendimento agrícola). O PDTVD (Jesus *et al*: 2004: 49), embora não se refira concretamente à região de estudo, salienta que «...o Douro é o maior produtor de azeite de qualidade a nível nacional.».

de Origem ou Indicação Geográfica, para mercados de nicho, seja, simplesmente, na confecção de doces e compotas regionais ou mesmo na confecção de licores.

Outros produtos com alguma relevância, sobretudo porque ligados à gastronomia regional, são a carne, mormente de espécies autóctones, e queijos¹⁹⁶ (Jesus *et al*, 2004: 50). O mesmo PDTVD salienta também o papel potencial que poderá ter a floresta, desde que se promova o estudo e o reordenamento das áreas com aptidão florestal¹⁹⁷.

A Tabela 26 apresenta os produtos de qualidade por concelho da região de estudo, tendo em conta os produtos de Denominação de Origem Protegida (DOP), Indicação Geográfica (IG) e IGP (Indicação Geográfica Protegida).

Tabela 26

PRODUTOS DE QUALIDADE NOS CONCELHOS DO ADV

PRODUTO	ALJ	ARM	CZA	LMG	MF	PR	SAB	SMP	SJP	TBC	TM	VNFC	VR
Alheira de Vinhais IG	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Amêndoa Douro DOP	----	----	----	----	----	----	----	----	X	----	X	X	----
Azeite de Trás-os-Montes DOP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	X	----
Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo DOP	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	X	X	----
Batata de Trás-os-Montes IGP	X	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Borrego Terrincho DOP	----	----	X	----	----	----	----	----	X	X	X	X	----
Butelo de Vinhais IGP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Cabrito Transmontano DOP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Carne Arouquesa DOP	----	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Carne de porco bísaro transmontano DOP	X	----	X	----	X	X	X	X	----	----	X	----	X
Carne Maronesa DOP	X	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Castanha dos Soutos da Lapa DOP	----	X	----	X	----	----	----	----	X	X	----	----	----
Chouriça de carne ou linguiça de Vinhais IGP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Chouriça doce de Vinhais IGP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Chouriço azedo de Vinhais IGP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Maçã Bravo de Esmolfe DOP	----	X	----	X	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Maçã da Beira Alta IGP	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	X	----
Maçã da Beira Alta IGP	----	X	----	X	----	----	----	----	X	X	----	----	----
Mel da Terra Quente DOP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	X	----
Presunto de Vinhais IGP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Queijo de cabra transmontano DOP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----
Queijo Terrincho DOP	----	----	X	----	----	----	----	----	X	----	----	X	----
Salpicão de Vinhais IGP	----	----	X	----	----	----	----	----	----	----	X	----	----

Fonte: Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca (www.gpp.pt)

Entre todos estes aspectos, é de referir outros produtos de que, raramente, se fala como é o caso do perfume *Douro – Eau de Portugal*¹⁹⁸, perfumes feitos a partir da

¹⁹⁶ Por exemplo, o cabrito de Armamar, os enchidos de Lamego e os queijos de cabra e ovelha.

¹⁹⁷ Além das culturas arvenses já antes referidas (oliveira, amendoeira, laranjeira, cerejeira, macieira), podemos ainda contar com o potencial do castanheiro, nas regiões mais altas (franja do ADV) e com o sobreiro.

¹⁹⁸ Nascida há 100 anos, a água-de-colónia *Douro – Eau de Portugal* foi criada por Sir Percy Croft, da família proprietária da *Porto Croft* (Revista TAP Air Portugal, ver também www.penhalignons.com).

grainha da uva (caso do Boticário¹⁹⁹), bem como óleos para massagem, cozinha e biodiesel feitos a partir deste mesmo subproduto do vinho, que, até ao momento, tanto quanto se saiba, pelo menos em Portugal, não é aproveitado.

A par da perfumaria, também o vinho de colheita tardia e a exportação para os países nórdicos da parra da videira para fins medicinais são outros produtos a destacar pelo potencial que têm, fundamentalmente, porque podem ajudar a criar valor acrescentado em alguns subprodutos que de outro modo são apenas um resíduo, além de permitirem diversificar a economia. Igualmente, o Vinho do Porto biológico começa a surgir no ADV e pode, igualmente, constituir o começo de um novo ciclo na produção do vinho de qualidade.

A vinhoterapia, conceito ainda recente mas que começa a dar os seus frutos em várias regiões do mundo, como na França, Brasil, Estados Unidos, Turquia e mesmo aqui em Portugal (ver a título de exemplo www.caudalie.com), pode constituir um óptima potencialidade para o desenvolvimento da região, ligada ao turismo.

Todos estes produtos locais (uns já explorados, outros a explorar) inserem-se, hoje, segundo Tibério e Cristóvão (2005: 20: 34-35), numa verdadeira estratégia e diversificação da actividade económica e de conquista de mercados, e, por conseguinte, num modelo de desenvolvimento local, integrado, inclusivo e alternativo, verdadeiramente territorializado.

4.7. Primeira Análise SWOT

Esta primeira análise SWOT parte da literatura sobre a região. A esta seguir-se-á, no próximo capítulo, uma outra intermédia que indicará os aspectos salientados pelos actores locais entrevistados.

PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none">❖ Riqueza do património cultural, arquitectónico e paisagístico❖ Papel que o sector florestal poderá ter no desenvolvimento da região, desde que se promova o estudo e o reordenamento das áreas com aptidão florestal❖ Produção de energia de fontes renováveis❖ Boas condições ambientais

¹⁹⁹ O grupo Boticário tem uma linha de perfumaria cuja inspiração e fragância procedem da grainha da uva (casta proveniente da Argentina), do álcool destilado a partir do vinho e da madeira (onde o vinho é envelhecido) (ver www.boticario.com).

- ❖ Gastronomia e vinho (enoturismo)
- ❖ Produtos locais: DOP, IG, IGP
- ❖ Rio
- ❖ Clima
- ❖ Saberes tradicionais
- ❖ Aumento progressivo de resíduos reciclados
- ❖ Produção de vinhos de elevada qualidade

PONTOS FRACOS

- ❖ Impactes paisagísticos negativos resultantes dos aglomerados urbanos; lagares e armazéns industriais; zonas industriais, pedreiras e envolventes de barragens; muros de betão; núcleos de eucaliptos e mimosas; lixeiras e escombeiras avulso à beira das estradas
- ❖ Fraca cooperação entre os agentes da oferta turística
- ❖ Limitações na oferta de alojamento turístico
- ❖ Actividades de animação insuficientes
- ❖ Limitações ao nível da restauração
- ❖ Má sinalização dos recursos no terreno
- ❖ Acessibilidades viárias, ferroviárias e aéreas com diversas carências
- ❖ Deficiências na formação e qualificação dos recursos humanos
- ❖ Deficiências na organização da Rota do Vinho
- ❖ Fraca integração do turismo fluvial com outros recursos turísticos locais
- ❖ Dificuldades de navegação no Rio Douro
- ❖ Estratégias de marketing e acções de promoção pouco eficazes
- ❖ Difícil processo de aprovação e licenciamento de projectos turísticos
- ❖ Falta de massa crítica e reduzida estruturação dos produtos turísticos
- ❖ Dificuldade em articular a conservação da natureza, valorização de recursos endógenos, OT, preservação e produção de bens culturais e desenvolvimento regional
- ❖ Débil estrutura demográfica – perda acentuada de população e envelhecimento
- ❖ Escasso dinamismo da base económica e empresarial
- ❖ Precariedade das acessibilidades intra e inter-regionais
- ❖ Ausência de sistemas adequados e eficientes de tratamento de águas residuais
- ❖ Exploração desordenada dos recursos hídricos para fins de abastecimento público
- ❖ Dificuldade na fixação da população jovem que detém formação mais elevada
- ❖ Baixo índice de escolarização da população jovem
- ❖ Taxa de actividade relativamente baixa
- ❖ Sistema de emprego e de formação na área do turismo com algumas fragilidades
- ❖ Oferta de formação na área do turismo é relativamente escassa
- ❖ A região é pouco atractiva para médicos e restantes profissionais da saúde
- ❖ Grave problema de acessibilidade aos serviços hospitalares disponíveis, em particular, aos que prestam cuidados de carácter urgente e emergente
- ❖ Baixo nível de qualificação da mão-de-obra regional
- ❖ Reduzido poder de compra
- ❖ Pouco envolvimento das populações locais
- ❖ Debilidade da qualidade técnica dos projectos
- ❖ Desajustamento desses projectos com os instrumentos de gestão do território
- ❖ Dispersão e segmentação de pareceres que tornam o processo penoso
- ❖ Falta de mulheres nos órgãos de decisão municipais
- ❖ Ausência de estímulos à formação / instrução

- ❖ Desemprego feminino extremamente elevado
- ❖ Ausência de uma visão de desenvolvimento regional
- ❖ Parca cooperação entre as instituições
- ❖ Incapacidade para tirar partido da riqueza que tem a região e de a redistribuir
- ❖ Baixa densidade de empresas
- ❖ Baixa escolaridade da mão-de-obra agrícola
- ❖ Escassez de emprego
- ❖ Pouco trabalho em rede
- ❖ Falta de inovação e empreendedorismo
- ❖ Fortes clivagens sociais
- ❖ Perda de alguns serviços básicos (educação, segurança pública, saúde)
- ❖ Falta de Pontos de venda de produtos regionais
- ❖ Abandono de casas com história
- ❖ Pouca dinâmica associativa

OPORTUNIDADES

- ❖ Abundantes recursos naturais, culturais, paisagísticos ligados à cultura da vinha
- ❖ Espaço alternativo de férias, lazer e recreio
- ❖ Potencial dos produtos de qualidade (DOP, Agricultura Biológica...)
- ❖ Proximidade com Espanha (mercado espanhol)
- ❖ Preocupação por um turismo sustentável
- ❖ Aumento da produção de energia de fontes renováveis
- ❖ Recuperação e valorização do património construído
- ❖ Integração em redes internacionais de natureza e enoturismo
- ❖ Continuidade de modernização do sector do vinho
- ❖ Reter força de trabalho com elevadas qualificações na região
- ❖ Marketing intencional (promoção geral da região)
- ❖ Maior equidade e coesão regional
- ❖ Desenvolvimento do Cluster dos vinhos da Região Demarcada do Douro

AMEAÇAS

- ❖ Desemprego
- ❖ Dificuldades de entendimento institucional
- ❖ Baixa escolaridade
- ❖ Envelhecimento
- ❖ Despovoamento
- ❖ Desajuste entre as prioridades regionais e as políticas práticas
- ❖ Sazonalidade da actividade turística
- ❖ Visão negativista da agricultura, em geral, e da vinha, em particular
- ❖ Persistência na continuidade da plantação de mais vinha
- ❖ Quadro legal da viticultura antiquado e desajustado da actualidade
- ❖ Guerra de preços com as cadeias de distribuição
- ❖ Queda no consumo (exportação) mundial de Vinho do Porto
- ❖ Crise económica mundial

CAPÍTULO V

Consulta aos Actores Locais

*«Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento duma localidade
é a mesquinhez de sentimentos dos seus habitantes. (...)
Entenda-se mesquinhez o egoísmo, a inveja, a presunção, a preguiça, a intolerância e
quantas ervas ruins possam medrar no peito de cada indivíduo numa terriola.»*
João de Araújo Correia, Pátria Pequena, 1957

Como se fez notar no segundo e terceiro capítulos, respectivamente, sobre o mundo rural e o DS, é frequente na literatura nacional e internacional o tema da participação como um aspecto de crucial importância para a implementação do DS. Mas a que tipo de participação nos referimos? Quem participa? Quem a promove e que participação é promovida?

São vários os autores que indicam que a participação é a alma do DS (Bell e Morse, 2003: 22; Sachs, 2004: 33, 61; Selman, 1996: 2; Mascarenhas *et al.*, 2010: 647; Ramos, 2009: 1102, 1107; Batty, 2001: 25; Ribeiro, Mendes e Filho, 2008: 49, 51). Esta ideia é, igualmente, corroborada pelo último dos princípios de Bellagio (IISD, 1996 – www.iisd.org) que é uma referência a uma participação alargada dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento.

A participação está estritamente ligada a uma democracia saudável, assegurando o exercício dos direitos civis, cívicos e políticos²⁰⁰. Só assim poderá ser um desenvolvimento includente (Sachs, 2004, 80; Batty, 2001: 20, 23-25; Henriques, 2010: 737). Neste sentido, segundo Sachs (2004: 80, 61), a democracia não só é um valor fundamental como garante a transparência e a responsabilidade necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento. No entanto, existe uma grande diferença entre a democracia representativa e a democracia directa, sendo que esta última cria melhores condições para o debate dos assuntos de interesse público e capacita as comunidades para assumirem um papel activo e criativo no desenho do seu futuro (Cristóvão e Miranda, 2005: 32).

Como foi salientado no terceiro capítulo, para lograr o desenvolvimento sustentável é fundamental que as instituições públicas (governo), empresas (instituições privadas) e a sociedade civil organizada trabalhem em conjunto, numa dinâmica de cooperação (Almeida, 2007; Sachs, 1994: 30; Henriques, 2010: 739-740).

O supracitado Sachs (2004: 61) partilha desta opinião, quando refere que as estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, têm de dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os estrangulamentos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e libertar as energias sociais e a imaginação. Para que tal aconteça, é necessário que se garanta o

²⁰⁰ Cristóvão e Miranda (2005: 37) referem que a democracia, a cidadania e a participação estão actualmente no centro das atenções, quando o assunto é o tema do desenvolvimento.

envolvimento de todos os actores – trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada – no processo de desenvolvimento.

Referindo-se à participação, Bell e Morse (2003: 22) observam que esta não é, de todo, um assunto simples. Ela é muito importante, mas traz problemas, sobretudo porque, num espectro que vai desde a passividade à auto-mobilização, nem sempre significa o mesmo para todos os actores. Envolve negociação e a negociação nem sempre é possível ou, pelo menos, muitas vezes é difícil. Outras vezes supõe um custo, que a torna cara, e é consumidora de tempo. É gestora e geradora de expectativas, e as expectativas nem sempre são fáceis de gerir (ver Cristóvão e Miranda, 2005: 38-40).

Em alguns casos, quando o número de *stakeholders* é pequeno, a participação pode referir-se a todos os intervenientes. Contudo, normalmente, ocorre com uma representação dos *stakeholders*. “Representação”, entre outros aspectos, em termos de género, de status socioeconómico, cultura e ocupação (Bell e Morse, 2003: 23).

A participação está altamente conectada com a criatividade. Como se observou, o DS é um contínuo apelo à criatividade e esta existe em todos os lugares, mesmo nos mais improváveis. Maximizar este potencial pode ser um importante modo de encontrar caminhos mais sustentáveis (Sachs, 1993: 38-39). Porém, largos grupos da população encontram-se impossibilitados de ter iniciativa e criatividade económica, sendo discriminados pelo género, raça, casta, religião, classe social e ideologia (Veiga, 2008). Para criar uma sociedade sustentável estes preconceitos têm de ser quebrados.

A participação é ainda crucial para a selecção e definição dos indicadores de sustentabilidade a ser usados na medição da sustentabilidade na unidade territorial em questão. É isso mesmo que é salientado por Mascarenhas *et al.* (2010: 650) quando refere que os *stakeholders* ajudam a identificar e a priorizar os principais problemas, os aspectos positivos e os principais desafios. Referindo-se ao processo de aquisição de indicadores de sustentabilidade para a região do Algarve, os mesmos autores (Idem, 652) salientam que o envolvimento de um leque alargado de actores foi fundamental para a identificação dos valores, esperanças e preocupações comunitários, caros à escolha desses indicadores, aumentando, em simultâneo, o sentido regional de pertença (ver Capucho e Francisco, 2010: 240).

A mesma ideia da necessidade de uma vasta participação na definição de indicadores de sustentabilidade é salientada por Ramos (2009: 1102). Para este autor, a

definição de indicadores não pode ser um processo puramente técnico ou científico. A participação pública é um dos principais componentes no desenho e implementação de conjuntos de indicadores de sustentabilidade.

Portanto, desde já se pode perceber que no processo de implementação do DS, a participação joga um papel deveras relevante, aos vários níveis que se acabaram de referir, como de resto, foi salientado em capítulos anteriores. No entanto, refira-se que, no caso desta investigação, a participação é levada a cabo por intermédio de entrevistas²⁰¹ a alguns dos actores mais representativos da região.

O que é de registar é que a participação não assume a mesma dinâmica como se da elaboração e implementação de uma estratégia e/ou plano regional ou municipal de DS se tratasse. Aqui o que está em questão é a importância da participação para a avaliação da sustentabilidade, e saber o que os actores pensam e sentem acerca da região, sob o ponto de vista da sustentabilidade, tendo em conta as fraquezas e vantagens, as oportunidades e ameaças, os problemas e as prioridades regionais.

5.1. Identificação dos actores

Revelando-se de capital importância no processo de DS, a participação é assumida como a consulta a alguns dos actores da região, que melhor a conhecem e podem contribuir para a percepção da sustentabilidade da região. Para esse efeito, foram contactadas várias instituições.

O contacto com as instituições foi feito através de uma mensagem electrónica dirigida ao presidente da instituição ou directamente à pessoa que se pretendia entrevistar. Estes contactos, assumiram a forma de mensagem electrónica “oficial”, contacto telefónico, para confirmar a recepção desta mensagem e/ou o andamento do pedido ou para o agendamento da entrevista, e o contacto directo. Algumas instituições foram alvo de todas as modalidades²⁰².

²⁰¹ Além das entrevistas, a intenção era também fazer inquéritos. Contudo, uma vez que, metodologicamente, eles foram feitos ao mesmo tempo que as entrevistas, percebeu-se que, naquele contexto, os inquéritos não aportariam nada de significativo ao que estava a ser apurado nas entrevistas, razão pela qual se declinou a realização dos inquéritos.

²⁰² Pedido formal enviado por mail; contacto telefónico e contacto directo (pessoalmente na instituição).

A tabela que se segue precisa a instituição, a pessoa entrevistada, o tipo de instituição e a data da realização da entrevista. A respeito dos contactos, resta dizer que foram feitos, no total, 170 contactos para as 33 entrevistas. A diferença e o espaço de tempo entre a primeira e a última entrevista são consequência directa do número atrás referido, uma vez que, sobretudo depois de Julho de 2010, foi um processo longo, que se estendeu até Março de 2011.

Tabela 27

ENTREVISTAS REALIZADAS: Instituições, entrevistados, localidade, tipo de instituição, número de contactos feitos						
Instituição	Pessoa entrevistada	Data	Localidade	Tipo de Instituição	Nº de contactos	Nº Instituições constituintes
CM Alijó	Presidente - José Artur Cascarejo	22-02-2011	Alijó	Pública	14	Não se aplica
CM Armamar	Presidente - Hermíni Almeida	20-10-2009	Armamar	Pública	2	Não se aplica
CM Carrizeda de Ansiães	Técnica Superior - Estrela Barbosa	20-10-2010	Cz de Ansiães	Pública	4	Não se aplica
CM Lamego	Presidente - Francisco Lopes	16-08-2010	Lamego	Pública	3	Não se aplica
CM Mesão Frio	Técnico Superior - José Miranda	07-09-210	Mesão Frio	Pública	3	Não se aplica
CM Peso da Régua	Vereador - Mário Montes	14-12-2010	Peso da Régua	Pública	10	Não se aplica
CM Sabrosa	Adjunta do Presidente - Raquel Miranda	26-10-2010	Sabrosa	Pública	6	Não se aplica
CM Sta Marta de Penaguião	Presidente - Francisco Ribeiro	09-09-2010	Sta Mta Penaguião	Pública	3	Não se aplica
CM S. João da Pesqueira	Vereador - Vitor Sobral	05-08-2010	S. J. Pesqueira	Pública	2	Não se aplica
CM Tabuaço	Vice Presidente - José João Patrício	21-12-2010	Tabuaço	Pública	9	Não se aplica
CM Torre de Moncorvo	Vice Presidente - José Manuel Aires	22-02-2011	T. Moncorvo	Pública	12	Não se aplica
CM VN Foz Côa	2 Técnicos Superiores (consultores)	18-08-2010	VN Foz Côa	Pública	3	Não se aplica
CM Vila Real	Vereador - Miguel Esteves	20-12-2010	Vila Real	Pública	8	Não se aplica
UTAD	Professor - João Rebelo (+LADPM)	07-12-2009	Vila Real	Universidade	3	Transversal
UTAD	Professora - Livia Madureira	13-01-2010	Vila Real	Universidade	2	Transversal
UTAD	Professor - Artur Cristóvão	21-12-2009	Vila Real	Universidade	2	Transversal
Ass. Douro Histórico	Coordenadora - Manuela Pires	12-11-2010	Sabrosa	Associação	7	66 Associados: públicos, Privados individuais, Privados Colectivos e Outros.
Ass. Beira Douro	Gestor de Projecto - Miguel Santos	15-11-2010	Lamego	Associação	8	Não se aplica
Ass. Douro Superior	Coordenador - Ilídio Alves Mesquita	05-08-2010	T. Moncorvo	Associação	3	5 Públicos e 34 Associados Colectivos Privados
NERVIR - Associação Empresarial de Vila Real	Presidente da Direcção - Manuel Coutinho	26-11-2010	Vila Real	Associação	7	Transversal
Douro Alliance	Técnica Dirigente - Conceição Silva	18-11-2010	Vila Real	Associação	6	8 Parceiros
Liga dos Amigos do Douro Património Mundial	Comissão do Turismo - Alexandre Guedes	15-11-2010	Vila Real	Associação	2	Transversal
Entidade de Turismo do Douro	Presidente - António Martinho	10-11-2010	Vila Real	Outro	6	Transversal
AEVP - Associação dos Exportadores do VP	ROZES (Presidência da AEVP) - Manuel Silva	15-12-2010	Lamego	Privado	7	18 Associados
UNIDOURO - Ass. Das Cooperativas do Douro	Presidente - José Santos	20-10-2010	Lamego	Associação	4	23 Adeegas da RDD
Estrutura de Missão do Douro (CCDR-N)	Técnico Superior - Rui Lima	03-08-2010	Peso da Régua	Pública	5	Transversal
Instituto do Vinho do Porto e Douro - IVDP	Vice Presidente - Paulo Osório	11-12-2009	Peso da Régua	Pública	3	Transversal
Casa do Douro	Presidente - Manuel Santos	27-08-2010	Peso da Régua		4	Agrega 40 mil produtores
ADVID - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Duriense	Director executivo - Engº Fernando Alves	17-12-2009	Peso da Régua	Privada Colectiva	3	200 Associados: 10 efectivos, 57 colectivos, 106 individuais e 27 honorários
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	Engº José Pereira	22-12-2009	Peso da Régua	Pública	3	Transversal
AETUR - Associação dos Empresários Turísticos do D e TosM	Presidente - António José Teixeira	24-09-2010	Vila Real	Privada Colectiva	3	Informação não disponível
CITMAD - Centro de Inovação de TM e AD	Vice Presidente - Manuel Fernandes	18-01-2011	Vila Real	Privada Colectiva	9	70 associados entre públicos e privados
AVIDOURO - Associação de Vitivinicultores Independentes do Douro	Vogal - Manuel Figueiredo Silva	04-03-2011	Peso da Régua	Privada Colectiva	4	Membro da Confederação nacional da Agricultura

O pedido das entrevistas foi direccionado ao presidente / coordenador / chefe / director, no entanto, salvo algumas excepções e por indisponibilidade dos mesmos, a entrevista foi delegada em alguém ligado à instituição e com conhecimento da região. Assim, quando os contactos foram reiniciados, em Julho de 2010, o pedido “formal” foi dirigido ao representante máximo, com a salvaguarda de que, em caso de indisponibilidade, delegasse em alguém da instituição, e assim foi feito.

As instituições alvo da entrevista têm a ver com o poder local, representado nas 13 autarquias; as instituições regionais, como a CCDR-N, por intermédio da Estrutura de Missão do Douro (EMD) e a Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Trás-os-

Montes e Alto Douro (DRAPTMD); as instituições que mais directamente têm a ver com o Vinho do Porto, como o Instituto do Vinho do Porto (IVDP), a Casa do Douro (CD), os produtores e exportadores do Vinho do Porto, as cooperativas (UNIDOURO – Associação das Cooperativas do Douro), os vitivinicultores independentes, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), as Associações de Desenvolvimento, e outras instituições com papel relevante na região, como a Entidade de Turismo do Douro (EDT), a Douro Alliance, a ADVID-Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial (LADPM), a Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (AETUR), o Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro (CITMAD), a Associação Empresarial de Vila Real (NERVIR).

5.2. A Entrevista

A participação, antes referida, tem de ser parte integrante do processo de desenvolvimento, tanto mais quando se trata da implementação do DS. Por conseguinte, resulta claro que não há DS sem participação. Há, contudo, diferentes níveis de participação. Mostrou-se que para definir estratégias de sustentabilidade ou para implementar planos que a promovam, a participação assume um papel de relevo. Todavia, as características do processo participativo assumem contornos diferentes, dependendo do que está em causa e dos fins a que se destina.

Como se trata de uma investigação sobre o desempenho de uma região face ao conceito de DS, e não tanto um plano ou uma estratégia definida por todos os actores intervenientes, privilegiou-se a entrevista como forma de participação. No entanto, com outra finalidade, ter-se-ia de equacionar outros métodos participativos.

As questões colocadas, no geral, têm a ver com a questão do DS, tal como foi abordado no terceiro capítulo. São contemplados temas como o curto e longo prazos (medidas a tomar no imediato e prioridades para os próximos 20 anos); o modelo de desenvolvimento que mais se adequa à região (visão); e aspectos como a cooperação, a participação, a inovação e o contributo da instituição, a que pertence o entrevistado, para a prossecução da sustentabilidade regional.

A entrevista, em anexo (**Anexo 1**) contempla 17 questões. Destas, 3 subdividem-se em 3, perfazendo um total de 20 questões, umas abertas, outras fechadas.

As primeiras 5 questões estão directamente relacionadas com a região, onde se interroga o entrevistado sobre a sua primeira impressão acerca da região, as suas maiores riquezas, as medidas mais urgentes a serem tomadas para que a região seja mais equilibrada e sustentável, qual o papel da agricultura, floresta, produção animal e do património natural, cultural e arquitectónico no desenvolvimento da região, para terminar com a questão de como o entrevistado se sente por viver na região.

Depois destas questões introdutórias, os entrevistados são questionados, para cada uma das dimensões do DS (económica, social, ambiental, cultural, espacial e político/institucional), sobre os pontos fortes e fracos da região, assim como as oportunidades e as ameaças (Análise SWOT).

Um segundo conjunto percorre uma vasta panóplia de questões, que vai desde as necessárias condições a criar para que as pessoas permaneçam ou venham viver para a região, as razões que estão na base da procura turística daquele território, os aspectos mais apreciados na região, passando pelo modelo de desenvolvimento regional, pelo tema da cooperação e da participação, das prioridades regionais para os próximos 20 anos, do desempenho regional no contexto do país, terminando com o contributo que a instituição a que pertence pode dar para a sustentabilidade da região. No total, são 10 as questões deste grupo.

Finalmente, a entrevista termina com mais duas questões, uma das quais para classificar 25 temas pela importância que possam ter para melhorar o desempenho da região, e uma última na qual se questiona o entrevistado sobre o modo como encara o futuro da região, se com optimismo ou pessimismo.

A duração da entrevista estava programada para demorar entre uma hora e quinze minutos a uma hora e meia. Embora este tempo de duração média fosse estipulado, à partida, para a realização de cada entrevista, na verdade, o tempo da realização das mesmas oscilou entre 1 hora e quinze minutos e as 3 horas, sendo que a maioria teve uma duração superior a duas horas²⁰³.

²⁰³ A este respeito cabe uma pequena explicação. Efectivamente, muito embora a entrevista estivesse programada para 1 hora e 15 minutos, a maioria demorou à volta das duas horas e algumas excederam largamente esse tempo. A explicação para que tal acontecesse deveu-se ao facto de terem decorrido como

5.2.1. Resultados

Metodologicamente, ao início da entrevista foi explicado a cada entrevistado o âmbito de estudo – o DS, com 6 dimensões –, e a região de estudo, que engloba 13 dos 19 concelhos da NUT III Douro e dos 21 da Região Demarcada do Douro.

Não obstante estas explicações iniciais, não deixou de se revelar surpreendente o facto de uma boa parte dos entrevistados se referir continuamente ao seu próprio concelho (ou cidade, vila). Foram raros os que se referiram unicamente à região como um todo, tal como tinha sido pedido inicialmente, na breve explicação dada.

Em nosso entender, em geral, notou-se alguma dificuldade em entender a sustentabilidade, em particular, a sustentabilidade espacial, razão pela qual, passadas que foram as primeiras entrevistas onde este facto se notou, se optou por dar uma breve explicação sobre o conceito, seu significado e dimensões.

Queremos também considerar um outro aspecto que nos intrigou na medida, em que estranhámos a resposta nem sempre coincidente. Um dos primeiros elementos a ser percebido foi a dificuldade de entrosamento entre as instituições, por conseguinte, dificuldade directamente ligada à sustentabilidade institucional. Contudo, quando se pediu para classificar o desempenho da região no contexto do país (questão 4.6), esse aspecto aparece diluído, o que nos fez pensar em duas coisas: por um lado, dir-se-ia que o nível regional é melhor do que o nacional, o que deveria ser objecto de ulterior verificação, ou então, por outro lado, esta suposta dificuldade não é tanto uma dificuldade regional, como os actores nos fizeram crer, o que seria ainda mais intrigante.

Muito embora não tenha havido intencionalidade, um valor significativo dos entrevistados possui como habilitação literária a licenciatura, sendo que somente 5 não possuíam este grau académico, ainda que destes, 4 possuísem um bacharelato (grau anterior a Bolonha) ou frequência universitária. Assim, dos 33 entrevistados, 66,7% possuem licenciatura (22), 15,2% possuem um grau académico inferior a licenciatura (2 com bacharelato, 2 com frequência universitária e apenas 1 com habilitações inferiores às referidas), e 19,2% têm habilitações superiores à Licenciatura (3 mestres e 3 doutores).

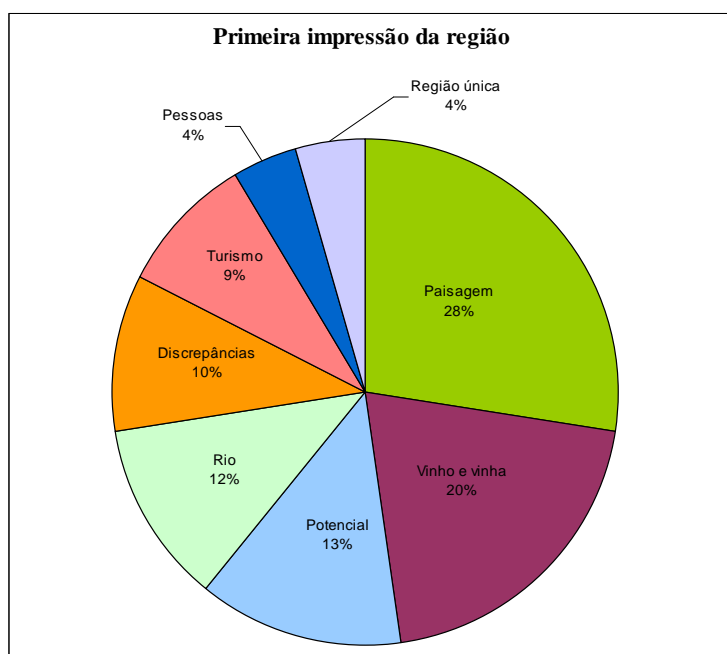
se de uma conversa sobre a região se tratasse. Em alguns casos, seguiu escrupulosamente o guião, noutros, a conversa foi mais fluida, mas sempre orientada e respeitando o guião.

Uma constatação, que não dependeu da nossa opção, é que 85% são homens e apenas 15% são mulheres. Todos trabalham na região de estudo e 94% vive nela. Praticamente metade sempre viveu na região (48,5%), sendo que à volta dos 40% vivem nela há mais de 10 anos (destes 15,2% vivem há 30 ou mais anos). Apenas 2 dos inquiridos não vivem na região de estudo (vivem em Baião e Mirandela).

O concelho onde residem mais inquiridos é Vila Real, com 39,4%, seguido de Lamego, com 18,2%, e Peso da Régua com 9,1%, perfazendo, no total, 66,7%. Os restantes vivem em outros concelhos: Armamar, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Alijó, Torre de Moncorvo e Foz Côa²⁰⁴.

a) A Região

Gráfico 12



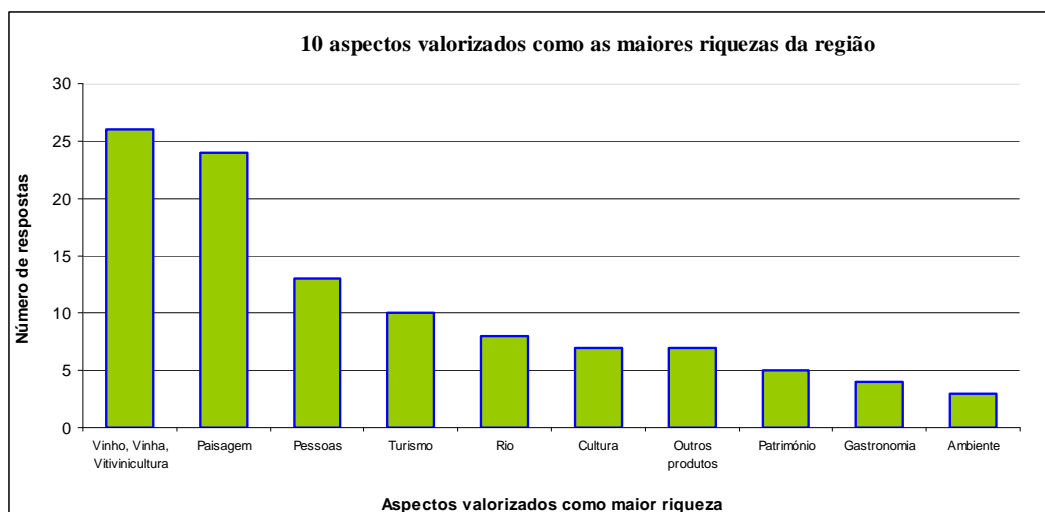
O Gráfico 12 dá conta da resposta à questão 2.1, onde se pedia ao inquirido que manifestasse a sua primeira impressão sobre a região. A resposta incidiu essencialmente na beleza da paisagem (28% das respostas).

²⁰⁴ A entrevista à CM de Foz Côa foi feita a dois técnicos investigadores a trabalhar na CM há 2 anos, onde prestam serviço de consultoria (e de onde se ausentam com frequência).

O Vinho, a vinha e a viticultura aparecem em segundo lugar com 20% das respostas, seguindo-se a ideia de que a região apresenta um enorme potencial (13%). O rio (12%), o turismo (9%), as pessoas (4%) e o facto de ser única (4%), foram, igualmente, mencionados como factor que lhes aflui como primeira impressão.

Registe-se, do mesmo modo, o facto de haver claras discrepâncias sociais e económicas no ADV (10%). Esta questão é colocada com os seguintes contornos: a região é rica, tem imenso potencial (agrícola, turístico, produtos endógenos), região única, Património da Humanidade, mas depois temos o Douro da aristocracia, dos ricos e o dos pobres, do potencial subaproveitado, a riqueza de um diamante versus o árduo trabalho pela frente para o lapidar.

Gráfico 13



Já em relação ao que os entrevistados enunciaram como as maiores riquezas da região (Gráfico 13), das 115 respostas dadas pelos 33 entrevistados, 22,6 % considera como a maior riqueza o vinho, a vinha e a vitivinicultura. Segue-se a paisagem, contando 20,9% das respostas. Em terceiro lugar as pessoas, com 11,3 %, à frente do turismo e do Rio, estes com 8,7% e 7%, respectivamente. Com um número de

referências menor, surgem a cultura (6,1%), outros produtos (6,1%), o património (4,3%)²⁰⁵, a gastronomia (3,5%) e o ambiente (2,6%).

Sendo a dimensão temporal muito importante para o DS, são as questões 2.3 (Que medidas se tornam urgentes para uma região mais equilibrada e sustentável? – curto prazo) e a 4.7 (Prioridades para os próximos 20 anos? – visão de médio longo prazo), que se debruçam sobre este assunto.

Em relação à questão 2.3, a ideia foi confrontar os interlocutores com o que no imediato se poderia fazer para tornar a região mais equilibrada e sustentável. As respostas são muito diversas, desde a constatação de que não há modelos que possam resolver os problemas no imediato, passando pelo investimento noutros sectores que não somente a agricultura e vinho (turismo e indústria), até a um conjunto de ideias que podemos agrupar em palavras síntese: *estratégia, território, instituições, economia, marketing, acessibilidades, turismo, qualificação, paisagem, população, “ajudas”* – incentivos e distribuição. Estas são, a nosso ver a direcção das medidas que se poderiam tomar, com base nas respostas obtidas.

A questão da definição de uma *estratégia* conjunta parece crucial. Houve quem salientasse a necessidade de passar da teoria à prática, dado que as coisas estão feitas no papel. É neste sentido que se alude à necessidade de incrementar o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, que não está a ser aplicado. Foi, igualmente, salientada a necessidade de evoluir em termos de uma visão de conjunto, de uma estratégia concertada, uma consciencialização de que se está numa região que tem excelentes recursos endógenos e que tem de se virar para o mercado.

Neste contexto estratégico, aludiu-se à indispensabilidade de os municípios terem uma estratégia de longo-prazo e a necessidade de se partir para a regionalização, não com o intuito de espartilhar mais o território, mas com a finalidade de escrutinar uma estratégia para a região, conferindo-lhe mais poder e autonomia, num território que está a morrer por oposição a um modelo centralista.

Foi salientada a necessidade de que a região funcione a uma só voz, uma voz concertada, articulada por uma estrutura supramunicipal forte, com autonomia financeira e eleita na região. Contudo, mesmo que o tema da regionalização fosse

²⁰⁵ A referência ao património, embora assuma diferentes nuances (património natural, arquitectónico, humano, cultural), foi contabilizada não de forma específica em relação ao tipo de património, mas de um modo mais abrangente.

abordado com todos os interlocutores, na verdade, nem todos se mostraram partidários da mesma, com o receio de que em vez dos pretensos benefícios, possa espartilhar mais um território já de si fragmentado e complexo.

Ainda no âmbito da definição de uma estratégia, sugeriu-se a elaboração de uma Política Agrícola para o Douro, dado que tem especificidades próprias que precisam de ser apoiadas (dureza do trabalho, solo, declives acentuados, qualidade e especificidade dos produtos regionais).

Embora não seja uma tarefa fácil, é necessário continuar a valorização dos vinhos produzidos na região e mesmo aproveitar a notoriedade do Vinho do Porto para comercializar os DOC Douro. Para que tal aconteça de modo mais equilibrado, é necessário regulamentar a região, sob pena de ficar com grandes desequilíbrios, uma vez que quem produz ganha pouco e quem fica com o grande bolo são os comerciantes. Em consequência, o grande desafio é o equilíbrio entre estes e os produtores. Foi salientado, inclusive, que este desequilíbrio é uma “nódoa” para os autarcas e para todos os dirigentes, e que é injustificável que a maioria das pessoas viva no limiar da pobreza com tantas riquezas que a região possui.

Uma segunda grande dimensão é constituída por aquilo que se designou de *Território*. Salientou-se que estamos perante um território complexo, dividido, que partiu de uma visão funcionalista de território. Na prática, qualquer medida tomada nunca terá o alcance que deveria ter, porque na região há concelhos que pertencem a diferentes NUT's (II e III), o que constitui uma barreira. Neste contexto, a própria construção mental, que se refere ao grau e à consciência da pertença, é feita em três realidades: transmontana, duriense e beirã.

Do mesmo modo, há uma percepção de que o Douro termina na Régua, estabelecendo-se um limite mental que não consegue pensar o Douro da Régua para montante. Esta complexidade do território e o limite mental referido influenciam quem definiu as áreas turísticas e mostram que quem o fez não conhece o território.

Outra das medidas apontadas refere-se ao cuidado a ter com o Ordenamento do Território para não destruir a riqueza da paisagem. Neste sentido, alguns dos inquiridos referiram a necessidade do reordenamento e recuperação do edificado, de ter padrões obrigatórios na construção, de finalizar as construções inacabadas, e de requalificar os aglomerados urbanos (cidades, vilas e aldeias). A sugestão incidiu na criação de um

pacote financeiro só para as aldeias, no sentido de dar mais conforto e condições de habitabilidade aos habitantes. Também foi apontado como possibilidade o incentivo à segunda habitação, especificamente para as pessoas da cidade.

Como medidas de fundo, que nos merecem destaque, apontamos o redimensionamento das freguesias, face à escassez de recursos, e a promoção da coesão territorial através da implementação de políticas adequadas, a respeito, especificamente, da agricultura, economia e turismo.

Outras sugestões gravitam à volta das *instituições*. O sentir geral é de que um dos elos mais fracos da região é o desempenho institucional. Fala-se na falta de articulação entre as entidades que trabalham no desenvolvimento da região, nos desequilíbrios gerados pelas diferentes forças que lá actuam, na sobreposição institucional, na falta de união, na desorganização institucional, no desordenamento do sector cooperativo e os problemas regionais no sector vitivinícola, e na ausência de uma voz que catalise todos os actores.

Os problemas institucionais que a região enfrenta exigem uma reforma das instituições, através da criação de instituições de carácter estruturante e reconhecidas pelas instituições locais. Um dos problemas mais sérios a exigir solução, sob pena de se criarem mais desequilíbrios, tem a ver com o papel que joga (ou devia jogar) a Casa do Douro na região e a importância que o sector associativo deveria assumir.

O esvaziamento de poder da Casa do Douro, como instância que congrega milhares de agricultores (produtores), deixa sem defesa os de pequena e média dimensão, que são os grandes responsáveis pela manutenção da diversidade paisagística regional. Urge, pois, enquadrar de novo a Casa do Douro na região e reforçar o seu poder interventivo na defesa do viticultor duriense.

Em relação ao sector associativo a questão centra-se nas dificuldades que tem atravessado na região, onde mais de 80% dos pequenos e médios agricultores estão associados. Por um lado, o pesado endividamento institucional das cooperativas, por outro, os interesses instalados dentro das mesmas, e, por outro lado, ainda, as vantagens que outros sectores obtêm pelo facto de as cooperativas não funcionarem bem. As medidas sugeridas passam por ordenar e profissionalizar o sector cooperativo e por equilibrar a paridade entre os produtores e os comerciantes. Sem uma estrutura que defenda estes produtores, sem a sua profissionalização e sem um sector associativo

organizado e forte, não é possível um equilíbrio de forças na região, e é aí que reside o foco de intervenção, segundo os inquiridos.

Um outro conjunto de sugestões poder-se-á agrupar como *economia*. Tendo como pano de fundo uma economia centrada, essencialmente, na produção e comercialização do vinho, uma estrutura etária envelhecida e as dificuldades de gerar investimento a partir dos locais, as medidas sugeridas incidem na necessidade de dinamizar e diversificar a economia, como é o caso dos sectores do turismo e da indústria, num claro convívio entre as malhas urbana e rural.

Sugere-se a criação de empresas e emprego, mediante a criação de incentivos para que novas empresas de pequena e média dimensão possam surgir, ligadas aos produtos endógenos e tecnologias; a captação de investimento, dentro e fora de região; o estabelecimento de modelos de sustentabilidade para os diferentes tipos de negócio (semi-empresariais e empresariais) e que permitam criar economias de escala; a valorização da cultura do vinho (Douro, Porto, Favaios) e de outros produtos, como a laranja, os frutos secos, a cereja, as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, o mel, o azeite de excelente qualidade; a criação de negócios “chave na mão”, a partir de planos de negócios ligados a medidas e pré-aprovados, disponibilizados a pessoas que no terreno queiram assumir esses negócios²⁰⁶; e a concretização de medidas que já estão no terreno, essencialmente ligadas ao turismo.

Além dos apoios e incentivos para as pequenas e médias empresas, também é sugerido que se deveria reforçar o apoio ao rendimento dos vitivinicultores mais tradicionais, por forma a ajudar a manter a paisagem ou mesmo a concessão de ajudas à produção e escoamento dos produtos endógenos. Foi sugerido, do mesmo modo, que se criem meios de escoar o vinho, dado que os vinhos de qualidade não são escoados e quando o são, são-no pelas grandes companhias que determinam os preços.

Directamente relacionado com o desempenho económico e a diversificação da economia, outras medidas foram sugeridas, que se agrupam em *turismo*.

O turismo é apontado como a grande aposta nacional e, como tal, também a nível regional, sobretudo se se consideram as potencialidades regionais propícias ao desenvolvimento deste sector. Foi essa, em geral, a grande observação dos inquiridos, a

²⁰⁶ A ideia é desenvolver localmente planos de negócio, colocados ao dispor de potenciais investidores, com o intuito de dinamizar a economia, facilitando o processo.

par de que o desenvolvimento do turismo e da hotelaria têm de ser cuidados para não comprometer a paisagem (não pode ser um turismo de massas). As medidas consequentes a tomar recaem no aumento da capacidade hoteleira através da criação e diversificação da oferta turística, assim como da sua qualidade.

Uma das direcções deverá recair no enoturismo, já que se associa ao que de melhor se produz na região, o vinho do Porto e Douro (e Moscatel Favaio). Outra medida sugere que se diluam pelo território algumas unidades hoteleiras de “charme”. Do mesmo modo, face ao facto de a oferta turística não atingir todas as classes sociais, concentrando-se na oferta de baixo e alto segmento, uma medida sugeria a criação de uma oferta turística intermédia, cativando a classe média, numa óptima relação custo-benefício. O turismo de congressos, aproveitando a boa relação qualidade-preço e a imagem internacional do Douro, e o ligado à prática do golfe, associado a um projecto imobiliário, são sugestões para combater o problema da sazonalidade do turismo.

Outras medidas sugeridas relacionam-se com o tema *acessibilidades*. Salientou-se uma melhoria recente nas acessibilidades, que já permitiu à região ser mais conhecida e visitada, mas também se referiu que a distância no Douro é mais psicológica (pesadíssima) do que real. Não obstante estas observações, é sentir geral que as acessibilidades são essenciais para o desenvolvimento da região. Têm de ser modernizadas e concluído o plano Rodoviário Nacional.

É clara a indicação de que a região deve ter melhores acessibilidades em dois sentidos: escoamento dos produtos e rapidez em trazer turistas. Deve, por isso, desenvolver a componente rodoviária, que contemple as vias secundárias, caminhos de acesso a quintas e miradouros, a componente ferroviária (ligação a Espanha; linha do Corgo), com a modernização da linha do Douro, ambos em complemento ao transporte fluvial, e a componente aérea, com um aeroporto regional que permita o acesso directo à região por avião (poderia ficar localizado em Alijó, onde já existe um aeródromo com reconhecidas condições para a aviação)

A *qualificação* é um dos outros temas que congrega sugestões de medidas a tomar. O sentido geral é que se tem de aumentar os níveis de formação/qualificação regionais. Assim sendo, as medidas a tomar insistem na formação profissional a todos os níveis, de forma a valorizar a maior riqueza da região, que são as pessoas. Em particular, esta qualificação deve incidir nos profissionais que trabalham com o vinho,

de modo a serem mais eficientes e, assim, poderem auferir melhores salários e ter melhores condições de vida, e nos profissionais ligados ao turismo e restauração, de modo a prestarem um serviço mais profissional e de maior qualidade. O movimento associativo deve, igualmente, ser alvo desta qualificação.

O tema *população* foi, igualmente, mencionado em termos de medidas a tomar. Face ao envelhecimento da população, ao êxodo rural, à pouca atractividade das áreas rurais e à desvalorização da agricultura, como uma actividade nobre e lucrativa, reconheceu-se a necessidade de criar condições para fixar população, atrair jovens qualificados, consolidar as populações, criar incentivos à fixação de micro, pequenas e médias empresas, de modo a criar novos postos de trabalho que atraíam as pessoas.

A *paisagem* também congrega medidas a tomar. Estas incidem na necessidade de conservar e preservar a paisagem. É neste sentido que se refere que a paisagem classificada deveria ter um plano de gestão e não tem. É preciso cuidar da paisagem, travar as suas feridas, limpar e manter os espaços públicos e florestais em toda a região. Mesmo com o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, que limita as intervenções na paisagem, é preciso “disciplinar o homem que tem a retroescavadora”. Outra sugestão vai no sentido de encontrar uma fórmula que permita concretizar alguns investimentos de pequenas e grandes dimensões sem comprometer a riqueza paisagística. Sugeriu-se, igualmente, a implementação de um imposto para a paisagem, a ser anexado aos pacotes turísticos, com a finalidade de ajudar na sua preservação, limpeza e manutenção.

Outro leque de medidas, que agrupámos como *distribuição*, relaciona-se com a equidade e a coesão social. Partindo da constatação de que a riqueza regional ainda não se reflecte num melhor nível de vida das pessoas, a sugestão vai no sentido de rentabilizar esse potencial e que esses benefícios sejam, realmente, efectivos para as pessoas. Neste encalço, os benefícios do turismo têm de ser melhor repartidos. É, igualmente, necessário conseguir vantagens com o estatuto de Património Mundial, envolvendo mais a população, para a qual não há um lucro líquido desta designação. É preciso diminuir as carências das pessoas das aldeias, vencer os níveis de pobreza que são contrários à riqueza da região, tomar medidas que equilibrem, de forma justa, a repartição da riqueza produzida, capitalizar os ganhos da região para a região.

Também o *marketing territorial* suscitou sugestões de medidas. Os inquiridos sugerem que o Douro precisa de uma forte promoção a nível nacional e internacional, mas uma projecção que tem de ser articulada. É preciso “vender” a região ao mundo através do turismo, integrar a região numa plataforma de regiões mundiais que oferecem condições semelhantes às do Douro. Trata-se de chegar aos turistas onde eles estão. Neste sentido, o Portal do Douro (www.douronet.pt), entretanto construído, assume relevância porque aglomerará toda a informação existente sobre a região.

Por fim, foram sugeridas outras ideias que não agrupámos na anterior sequência de palavras síntese. Sugeriu-se dar mais poder aos políticos, para poderem fazer alguma coisa pela região; citar menos o argumento de a Europa ser um empecilho, para explicar determinadas posições que se têm tomado na região; colocar sinalética no terreno; ver como se faz noutras regiões com características semelhantes ao Douro; evoluir em termos de abertura, fazendo *jus* à expressão “Entre, quem é?”.

Na questão 2.4, pretendeu-se saber qual o papel que, no entender dos inquiridos, têm a agricultura, a floresta, a produção animal, o turismo, o património natural e o património cultural/arquitectónico no desenvolvimento da região.

Cabe neste momento um esclarecimento que, de resto, foi sugerido pelos entrevistados e que, por isso, está incluído em muitas das respostas. A questão é que o ADV, como já foi referido no capítulo anterior, diz respeito a uma pequena franja significativamente inferior à Região Demarcada (apenas 10% desta). Neste sentido, as respostas reportam-se a esta pequena área, muito embora a região de estudo abranja uma área maior, a correspondente aos 13 concelhos, onde a área classificada está incluída. Este esclarecimento é relevante porque, ao reconhecer-se que a produção animal, floresta e mesmo algum património arquitectónico existem na região, são mais significativos em áreas de maior altitude e concelhos limítrofes e têm menor significância na área classificada.

Em relação à agricultura, mais de 80% dos inquiridos classificam-na como “fundamental”, “essencial”, “muito importante”, “o suporte regional”, “o mais importante de todos os sectores”. Os restantes, de um modo ou de outro, embora não a classifiquem directamente, são da opinião de que a agricultura assume um papel de relevância no contexto regional.

Na opinião dos inquiridos, o sector continua a ser essencial, porque é a base de sustentação da maioria das pessoas do Douro. É o garante da paisagem, constituída por milhares de pequenas propriedades, e da sua manutenção, sendo o agricultor o grande jardineiro da paisagem. Vai ao encontro da riqueza da região, mas não tem havido uma justa repartição pelos seus habitantes. Sem a agricultura não há nada na região. É um factor de distinção, embora insuficiente. É necessária uma agricultura do século XXI.

É um sector de grande empregabilidade, embora não tenha, actualmente, as mesmas taxas que tinha antes. As pessoas estudam e saem da agricultura, mas ainda hoje emprega bastante gente (40% a 50%). Ainda assim, é um sector que vive de idosos e não é atractivo para as novas gerações, que preferem a cidade. Como não tem gerado empregos qualificados, não pode ser a única solução.

Com a população agrícola envelhecida, a continuidade deste sector depende da captação e permanência dos jovens. Há um défice de empresários agrícolas, que, a existirem, poderiam ajudar a captar os jovens para esta actividade. A inexistência de uma política agrícola nacional e a posse e valor da terra são o outro lado da medalha. Há uma clara dificuldade de adquirir terras pelo seu elevado preço, o que tem como consequência directa a falta de atractividade para alguém que pretenda estabelecer-se e dedicar à agricultura.

Houve quem fizesse a distinção entre a agricultura tradicional ou de subsistência e a de base empresarial. A agricultura de subsistência está em regressão, mas é essencial para a manutenção da paisagem e da biodiversidade e como complemento de rendimento. A agricultura de base empresarial aumenta em área e em volume de negócios, mas empurra e não integra a agricultura de subsistência, o que pode ter severas consequências nos valores tradicionais e ambientais, como o abandono das terras. A agricultura de subsistência deve poder ser complementada com as sociedades agrícolas de grande dimensão, no sentido da rentabilidade e cuidado da paisagem e protecção contra incêndios florestais ou mesmo como meio de manter as pessoas.

É da opinião dos inquiridos que, além do vinho (o produto mais conhecido da região e que maior riqueza produz e já viu melhores dias), é necessário incentivar a diversificação, porque a região está excessivamente dependente desse produto. A ideia é diversificar e aumentar a produção alargando-a a outros produtos, como o azeite, maçã,

castanha, amêndoa, mel (o que já é feito e pode ser potenciado), mas a outras actividades complementares, onde o turismo assume particular importância.

O vinho é um produto de excelência, mas sem o rentabilizar da melhor forma pouca coisa se consegue. Neste sentido, se a agricultura estiver bem a região estará bem, e se não estiver isso terá consequências para a região. Assim, é necessário apostar noutros produtos, que permitam, a partir de uma base económica (bom vinho, bom gado, boa gastronomia, bom azeite, bons legumes), dar origem a um produto composto a denominar como «gastronomia e vinhos» (Enoturismo). O turismo teria, assim, um duplo papel: incentivar a economia, como complemento da actividade agrícola, e incentivar a produção agrícola para o consumo dos turistas (mercados locais).

A agricultura é, pois, apresentada como o motor do desenvolvimento, a base económica da região, a grande forma de sustento da população local, mas tem de haver equilíbrio entre a paisagem, que é necessário manter, e a riqueza produzida, que é necessário distribuir entre as pessoas. É aquela que mais pode contribuir para a sustentabilidade. Por essa razão, a região devia centrar-se na agricultura para ter e consumir os seus próprios produtos, sendo para isso necessário estudar os solos agrícolas e iniciar uma nova agricultura.

Apesar de o diagnóstico não ser de todo positivo, havendo inclusive quem o considere altamente negativo, considera-se que é preciso reequacionar o papel da agricultura e suas valências para o desenvolvimento regional. Para tal, uma das sugestões vai no sentido de criar um Gabinete (municipal ou intermunicipal) que preste ajuda aos agricultores e que articule todos os sectores (vinho, fruta, azeite, castanha...). É preciso, igualmente, tomar consciência de que, em termos de agricultura, actuam na região, as grandes empresas, que não estão sediadas na região, e a população local, funcionando como se de dois mundos diferentes se tratasse. Outra sugestão vai ao encontro da importância que as quintas têm na região. A ideia é criar nichos de quintas, ou seja, espaços estruturados que produzam para consumo dos que lá vivem.

Relativamente à produção animal, pode referir-se que as posições se centram em três direcções. Uns reconhecem que no ADV a produção animal nunca foi relevante, e, portanto, marginal e sem significância para o desenvolvimento da região. Outros mencionam que tem alguma significância, sobretudo no que concerne a algumas raças autóctones, em alguns concelhos da região, nas áreas de maior altitude. Outros, ainda,

reconhecem-lhe potencial, sobretudo para consumo próprio, para utilizar na gastronomia e produzir estrumes, a ser usados na actividade agrícola.

A floresta é um tema a que os inquiridos responderam com alguma diversidade de posições. Embora se reconheça que no ADV (área classificada) a floresta não seja significativa em termos de área e de rentabilidade e que a pouca existente tende a desaparecer, reconhece-se, no entanto, a sua importância numa óptica de diversificação e complemento, pelo que se deve desenvolver esforços para manter a floresta autóctone.

A maior relevância poderia ser na sub-região do Douro Superior, onde a vinha ocupa apenas 12% da área, e nas áreas acima dos 500m de altitude, onde já se encontra, com frequência, o pinheiro e o eucalipto. Recorde-se que na Região Demarcada do Douro, apenas 45 mil hectares dos 250 mil são utilizados para vinha, sendo os restantes 205 mil para outras utilizações (entre as quais os baldios).

Embora a região do ADV não pareça ser uma área vocacionada para a floresta, e sem condições físicas que a permitam desenvolver a uma escala economicamente rentável (tem mais potencial ao nível da NUT III Douro), esta pode desempenhar um papel importante na prevenção de incêndios, na regulação do clima, na luta contra a erosão dos solos e na preservação da biodiversidade. Pode ser, igualmente, protectora de pequenos animais, remetendo para a potencialidade das actividades lúdicas, em geral, e da caça, em particular.

Pode ser relevante e até rentável na vertente ecológica. Não basta só cortar, é necessário replantar, planejar e gerir bem no médio e longo prazo (cortiça, carvalho, azinheiras, cedros atlânticos, abrunheiros, medronheiros...), proteger as espécies autóctones. É necessário colocar em prática os planos directores florestais, investir na melhoria das matas e na sua gestão, assunto a ser melhor trabalhado.

Um dos inquiridos salientou que a floresta assume um carácter estratégico. Quem vive na região sabe da importância que tem. É preciso haver uma estratégia que evite o que se tem passado em tempos anteriores. Antes havia uma convivência saudável entre as populações e a floresta, agora, em algumas áreas, por interesses alheios à própria região, substitui-se a diversidade da flora pela cultura do eucalipto.

O turismo é um outro aspecto da questão 4 da entrevista. Embora este tema se assumia como um importante aspecto para o desenvolvimento da região, há que ter em conta alguns aspectos. Um dos entrevistados refere que há um equívoco que tende a

estar presente. Quando se fala em turismo, fala-se de modo particular, mas o turismo não tem uma forma exclusiva de se exprimir, está sempre ligado a outras actividades.

O turismo, tendo a capacidade de criar elementos fixos (alojamento), também pode induzir outros elementos que não são particulares da actividade turística, como a restauração e as acessibilidades. Há que evitar, por outro lado, uma visão reducionista do turismo, que se consubstancia na exacerbada importância que se atribui aos estabelecimentos hoteleiros para o desenvolvimento turístico.

Segundo este inquirido, há outras questões a equacionar. Do ponto de vista hoteleiro, a região cresceu 13%, mas do ponto de vista da sustentabilidade da região, como é que esse crescimento se reflecte no território? Quem são os turistas que visitam o ADV? Nos serviços conexos não tem havido crescimento na oferta. Houve um crescimento da capacidade hoteleira (entre os 30% e os 40%), tem havido um maior esforço de comunicação, mas a procura externa tem crescido pouco (70% da procura tem origem no mercado interno).

Outro entrevistado alerta para o facto de o turismo se estar a tornar numa panaceia para todos os males. Em seu entender, o turismo está na moda. “Turismo, turismo e mais turismo!”. Contudo, é preciso saber o que é o turismo e que papel jogará na região e não matar a “galinha dos ovos de ouro”, refere outro entrevistado

No geral, o turismo é considerado, pela maioria dos inquiridos, com um sector com grande potencial para a região, uma esperança muito forte, que vai ajudar a equilibrar a região e complementar com outras actividades como a agricultura, aumentando o rendimento das famílias e melhorando a sua qualidade de vida.

Alguns inquiridos avançam com números. Um sugere que é necessário ter uma oferta de 5000 camas para que o turismo possa ajudar a equilibrar a região. Outro sugere que são poucas as 2500 camas que a região tem, tendo de chegar às 7000 nos próximos 10 anos. A Entidade de Turismo do Douro sugere como capacidade de carga para o Douro 1 milhão de visitantes/ano²⁰⁷.

Se esta oferta hoteleira deve crescer, tem de ser acompanhada por um crescimento de meios complementares como a restauração, a animação, os recursos turísticos identificados e disponibilizados, a mão-de-obra especializada e mais formação

²⁰⁷ A este propósito, a Entidade de Turismo do Douro assumiu a pretensão de duplicar o valor actual das dormidas para as 500 mil em 2013 (http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1479323).

(por exemplo, ter bons guias turísticos). Do mesmo modo, tem de ser melhor distribuída pela região, uma vez que há concelhos com parca ou inexistente oferta hoteleira.

Terá de contemplar outros segmentos que não somente os ligados ao turismo de luxo. Efectivamente, a maior oferta actual assume três vertentes pouco interligadas entre si: o turismo fluvial, o turismo de luxo e o turismo de gama baixa. É necessário, pois, estimular o surgimento de alojamento de gama média alta que possa ir ao encontro de uma eventual procura da classe média e diversificar a oferta turística com turismo de gama baixa, média e alta, turismo rural de pequena escala e de aldeia.

Reconhece-se ao turismo a valência de interligar o que a região tem de melhor: a base económica tradicional e a paisagem. Pode ligar o usufruto da paisagem, ao vinho, aos produtos locais de qualidade, à gastronomia, ao património construído, constituindo um complemento à actividade agrícola. Mas é, igualmente, uma actividade capaz de promover a inovação na região e é um elemento com potencial para elevar os níveis de qualificação dos recursos humanos. Tem um papel mais vasto e alargado na integração das várias dimensões da sustentabilidade. É neste contexto que assume importância a UTAD e as Escolas de Turismo, pelo contributo que podem dar para a melhoria qualitativa deste sector.

Uma das maiores dificuldades com que a região se tem deparado, em relação ao turismo, é a de se trabalhar de costas voltadas (municípios, associações, freguesias). Neste caso, a sugestão vai na direcção de haver mais profissionalismo. Outras dificuldades apontadas referem-se ao défice da promoção turística (animação), à falha na sinalização e no marketing turístico, à fraca gastronomia, à sazonalidade da procura, que é um apelo contínuo à inovação, aos entraves legais, excessivamente burocráticos e que desincentivam os investidores, aspectos a ser devidamente tidos em conta.

Neste contexto de dificuldades, houve quem salientasse haver questões que têm de ser desmarcadas, como é o caso do turismo do rio (cruzeiros) que não traz nenhum benefício para a região. É importante, mas não deixa receita na região.

Por todas estas razões, um dos inquiridos sugere que tem de haver uma forte integração entre os sectores do vinho e do turismo, que passará pela implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, acompanhada por uma reflexão séria à volta da viticultura, equacionando-se a recuperação do sector, que tão importante

é para a economia da região, a todos os níveis (do turismo também), sem esquecer a valorização dos vinhos correntes e a manutenção das designações próprias do Douro.

Depois do turismo, outra vertente da questão 2.4. incidiu sobre a importância do património natural para o desenvolvimento da região (2.4.5).

As opiniões variam entre os que consideram que o património natural não se pode considerar significativo no ADV, uma vez que a grande maioria do património é cultural, dado que mesmo a paisagem e o rio, os *ex libris* da região, foram e são humanizados; os que não se referem somente ao ADV, enquadrando-o numa área mais vasta, onde existem parques naturais, áreas protegidas (os parques do Alvão e Douro Internacional; a ZPE do Vale do Côa; a criação da área protegida do Sabor/Revoreda); os que consideram o património natural com grande potencial para o desenvolvimento da região; e os que o consideram relevante como complemento, em especial como recurso para o turismo e para a afirmação de um destino turístico.

Além da diversidade de opiniões, há três ordens de ideias que se evidenciaram. Na primeira, a grande maioria dos entrevistados considera o património natural como fundamental (“relevante”, “muito importante”, “importantíssimo”) para o desenvolvimento da região. A segunda exprime a opinião de que o turismo é a actividade que mais pode valorizar e ser valorizada pelo património natural. A terceira refere-se à necessidade de este património natural ser preservado, mantido, gerido (preservar, fluir e potenciar), em equilíbrio com as actividades humanas.

No contexto da terceira ordem de ideias, um dos entrevistados salientou o papel que teve o Gabinete Técnico Intermunicipal do ADV de disciplinar todas as intervenções no Douro. Este papel de fiscalizador, mas também de pedagogo, não foi ainda devidamente assumido por nenhuma instituição, facto que é necessário ter em conta para não se cometerem as atrocidades que ainda são usuais na região²⁰⁸.

As respostas dos inquiridos em relação ao património cultural/arquitectónico (2.4.6) são muito semelhantes às do património natural. Por um lado, a sua existência nas franjas do ADV (Lamego, Vila Real, Foz Côa, Moncorvo) e em alguns concelhos limítrofes (Tarouca), as Quintas Históricas no ADV, dentro e fora da área classificada (mas dentro da região de estudo), as Aldeias Vinhateiras, as gravuras de Foz Côa, o

²⁰⁸ Salienta ainda que tanto o IPPAR (actual IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) como a CCDR-N fiscalizam mal as intervenções no Douro.

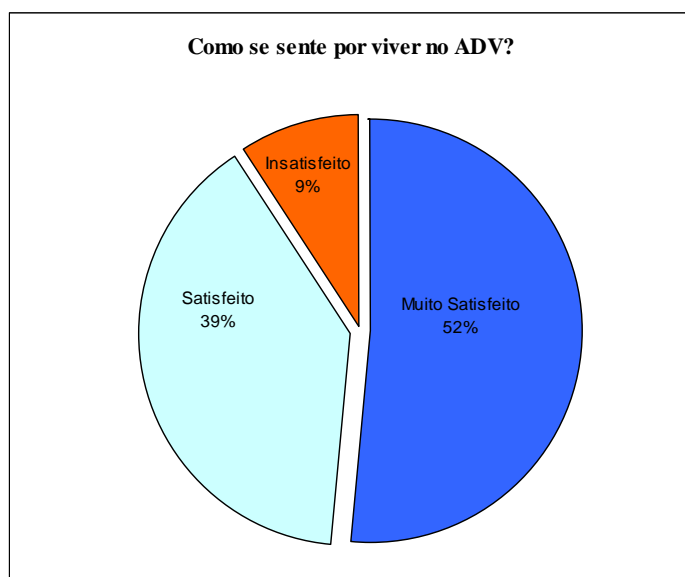
património religioso, caminhos romanos, antas, árvores (etc.). Neste contexto, alguns dos inquiridos opinam que este património é igualmente relevante para o desenvolvimento regional. Outros salientam a mais-valia que pode constituir para o turismo, e, em consequência, para capacitar a região e a valorizar economicamente.

Outros salientam a importância do património material e imaterial, pondo em evidência que é fundamental para preservar a identidade, aspecto que é cada vez mais procurado por turistas, podendo suscitar o surgimento de indústrias criativas da cultura e das artes, aspecto a potenciar na região.

Tal como o património natural também o cultural e arquitectónico tem de ser catalogado, recuperado, preservado e animado²⁰⁹. É necessário fazer um esforço de catalogação, mas, ao mesmo tempo, definir o que é importante preservar, de modo a aumentar a capacidade de criação pólos de interesse, com uma dupla ambivalência: promoção turística e criar condições de vida para sustentar as populações locais.

Depois da questão 2.4, a questão 2.5. interpelou os inquiridos acerca do modo como se sentem por viver na região. As respostas são apresentadas no Gráfico 14.

Gráfico 14



²⁰⁹ Um dos inquiridos sugeriu, inclusive, que se fizesse um levantamento por aldeia de tudo o que pudesse ter valor turístico, aspecto que considera simples, mas significativo para uma estratégia turística.

Efectivamente, considerando os que responderam “satisfeito” e “muito satisfeito”, 91% dos inquiridos sentem-se bem por viver na região. Ainda assim, 9% dos inquiridos mostrou-se insatisfeito, essencialmente pela incongruência constatada de uma região rica com muitos pobres. Neste sentido, é pertinente referir que, mesmo alguns dos que se consideraram muito satisfeitos por viver na região, salientaram algumas vezes esta incoerência, embora optassem por se considerar muito satisfeitos.

A questão 3, que exprime os pontos fracos, vantagens, oportunidades e ameaças, e respectivos comentários, será tratada no ponto 5.5 deste capítulo, aquando da segunda análise SWOT.

b) Outros aspectos

A questão 4 refere-se a outros aspectos considerados importantes para a análise da sustentabilidade, como o modelo de desenvolvimento, o que apreciam na região, as razões que levam as pessoas a procurar a região, o desempenho regional no contexto do país, as prioridades para os próximos 20 anos e o contributo que cada instituição dá para a sustentabilidade da região. A importância da participação, da inovação e a melhor estratégia para desenvolver a região, são questões para o item 5.3 deste capítulo.

Em relação às condições que devem ser criadas para que os jovens permaneçam na região, a primeira ideia ressaltada é a necessidade de criar uma dinâmica económica, ou seja, potenciar a sustentabilidade em termos económicos. Assim se entende que seja ao emprego que se atribua maior importância no conjunto das respostas, com 66,7% dos entrevistados a sugerir que se crie emprego para atrair e fixar os jovens. Esta dinâmica económica não se consegue só com emprego. É necessário atrair investimento, empresas²¹⁰, criar riqueza, ser bem remunerado pelo que se faz, ter o conhecimento científico mais próximo das empresas, fomentar o empreendedorismo, com apoios que a

²¹⁰ Mesmo que tenha sido salientado que o Douro não tem perfil industrial, as sugestões relativamente às empresas vão desde a criação de um pólo industrial, à criação de espaços e condições favoráveis (por exemplo, terrenos a baixo preço e sem especulação), passando pela criação de uma escola de empreendedorismo, onde os empresários tenham formação contínua, e se preste apoio aos empresários que se queiram instalar, pela criação de empresas ligadas à agricultura (vinho e fruticultura), às energias renováveis, ao envelhecimento da população, por ligar o saber académico à indústria (focalizar o saber universitário à região), pela criação de uma Agência de Investimento que, além de procurar investimento, seria um facilitador de negócios e incubadora de novas empresas.

região deveria ter, com boas acessibilidades, que permitam chegar (e sair) mais rápido, com medidas de ordem fiscal.

Se por um lado foi evidenciada a necessidade de criar uma dinâmica económica, com o emprego à frente, por outro surge a necessidade de haver uma panóplia de serviços que, estando disponíveis, poderão constituir um factor distintivo de atractividade para os jovens. Entre estes está a oferta de serviços básicos que deveria ser mais substancial (e próxima): serviços de saúde, de educação²¹¹ (oferta educativa em igualdade de oportunidades com o litoral, a todos os níveis, com uma boa rede escolar), de ambiente²¹², de cultura, de desporto e de animação.

O reforço do eixo urbano é uma ideia também salientada, na expectativa de ser receptáculo de empresas, serviços e gerador de investimento e emprego.

Outros inquiridos evidenciam que é mister que não seja o Estado a criar tudo para todos. Opinam que o Estado tem de se descentralizar, isto é, a região tem de se organizar de modo a criar um modelo organizativo auto-sustentado, sem precisar do Estado. Neste contexto, outro inquirido sugere a criação de uma entidade supramunicipal e outro refere-se, em concreto, à regionalização como facilitador da criação de condições necessárias à fixação da população na região.

O Sr. Presidente da Câmara de Alijó, a que nos referiremos mais vezes neste capítulo, considerou, a este respeito, que o território só será atractivo e criará as condições necessárias à fixação da população, em particular, dos jovens, se a estratégia assentar no que ele denomina do tripé *agricultura, turismo e ambiente*. Qualquer evolução de futuro terá de passar pela combinação equilibrada destes três aspectos²¹³.

Em boa parte a questão 4.2., sobre o modelo de desenvolvimento para a região, não foge muito ao que, de um modo ou de outro, foi apontado pelos inquiridos na questão anterior (4.1. Condições para permanecer na região), embora mais elaborada e com algumas sugestões diferentes.

²¹¹ Neste âmbito, um dos inquiridos salientou que é muito difícil que uma família equacione mudar-se, e se mude, realmente, para uma região sem ter como motivação uma oferta de infra-estruturas de saúde e educação, uma agricultura respeitada e moderna.

²¹² Em relação ao ambiente, salientou-se, por um lado, o valor de ter um bom ambiente, com ar puro, mas também a promoção do valor que tem viver em *low life* (o valor que têm os espaços de baixa densidade).

²¹³ Esta referência está em sintonia com o que foi referido no capítulo II (ver as referências Covas, 2008: 53; Filipe e Mascarenhas, 2010: 373; Melides, Medeiros e Cristóvão, 2010: 463).

Começamos por salientar o que foi referido por dois inquiridos a propósito do modelo ideal de desenvolvimento para a região. Referiu-se que não há modelos ideais de desenvolvimento, e, por isso, a questão não faz muito sentido, sobretudo no contexto actual de incerteza. Faz sentido, sim, questionar a visão que existe ou não para a região. Embora se reconheça que a CIMDOURO tem uma visão mais global sobre a região, não existe uma visão estratégica. Mencionou-se o facto de os autarcas até podem ter uma visão mais ou menos certa para a região, mas olham fundamentalmente para o seu concelho, com objectivos de curto prazo, relacionados com o ciclo eleitoral. Outro salienta que, de certo modo, esta visão já existe no PIOTADV, mas este está na gaveta sem ser aplicado, e a sua fraca utilização é manifesta no incipiente entrosamento entre este Plano e os PDM's (plano intermunicipal e plano municipal).

No entender de outros entrevistados, o ADV deve ser alargado a outros concelhos limítrofes. Um deles salienta que ninguém pensa no ADV como região, porque a região é mais extensa, seja a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO), com os 19 concelhos da NUT III Douro, seja a própria Região Demarcada Douro²¹⁴, com 21 concelhos.

Em termos de Ordenamento do Território, o modelo de desenvolvimento da região, tem de ser polinucleado, tendo o eixo urbano como o motor de desenvolvimento de todo o ADV, baseado numa estrutura empresarial de pequena e média dimensão, ligada ao primeiro e terceiro sectores. O eixo urbano tem de ser estruturante do ADV e servir de tampão à saída para o litoral ou estrangeiro.

Estes dois últimos aspectos, referidos nos parágrafos anteriores²¹⁵, colocam em evidência um terceiro, referido por vários inquiridos, que é a necessidade de uma instituição supramunicipal. Esta seria democraticamente eleita na região e definiria a sua estratégia, coordenaria a acção conjunta dos municípios, sem passar pelo capricho de um ou outro e faria a gestão da região a partir de dentro e não das indicações centralistas de Lisboa. Em consequência, a regionalização é apresentada por alguns interlocutores como uma imperiosa necessidade para o desenvolvimento da região. Neste contexto, outro entrevistado sugere que o desenvolvimento da região, em termos

²¹⁴ Esta é, em nosso entender, uma questão a que se deve dar importância, uma vez que, embora a área de referência para a investigação que levamos a cabo seja a área classificada como Património Mundial, delinear uma estratégia regional deverá (e terá) de incluir outros concelhos, ou eventualmente as antigas províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro.

²¹⁵ O que diz respeito a uma região mais alargada e o que se refere à centralidade do eixo urbano do Douro (Lamego, Régua e Vila Real).

territoriais, não tem de ser pensado, necessariamente, na horizontal, tendo como coração o Grande Porto. Ele pode ser pensado na vertical, com Trás-os-Montes, o Alto Douro e parte da Beira Alta como fundo.

Directa ou indirectamente, a grande maioria dos entrevistados referem-se a uma imprescindível diversificação, com duas componentes principais. Por um lado, diversificar a economia, com multi-actividades centradas em clusters: turismo²¹⁶, vinha e vinho, indústria da cultura (indústrias criativas), indústria extractiva (indústria da pedra), ambiente²¹⁷, património. Por outro lado, uma agricultura diversificada que, mesmo assentando na vitivinicultura, contemple outros produtos de altíssima qualidade, produtos com inovação, produtos que respondam a nichos de mercado²¹⁸. Tudo isto tendo como chapéu a gestão do território.

Um outro aspecto que surge com clareza nas respostas dos entrevistados tem a ver com a equidade ou distribuição²¹⁹, aspecto que, noutro contexto, já foi referido antes. É comum sentir que se está perante uma região com recursos, uma região rica, mas o facto de não distribuir bem essa riqueza enche o Douro de clivagens sociais.

Dois dos inquiridos, olhando para os recursos que a região tem disponíveis, foram peremptórios em afirmar que a região tem potencial para ser a mais dinâmica do País em termos socioeconómicos, contribuindo, em larga escala, para a competitividade nacional²²⁰.

Entre outros aspectos salientados para o modelo de desenvolvimento, ressaltamos a qualificação dos recursos humanos, fundamental para dar resposta às

²¹⁶ O Turismo aparece como o outro pilar de desenvolvimento em que a região tem de investir juntamente com a agricultura, por ser capaz de ajudar a vender o “cabaz” regional, que engloba os vinhos, a paisagem, os produtos de qualidade, o património, a cultura, etc.

²¹⁷ O ambiente é aqui entendido não somente na vertente ecológica (biodiversidade, protecção ambiental, qualidade do ar e água, gestão dos resíduos), mas na vertente mais económica, no que concerne, por exemplo, às energias renováveis. A região possui abundantes recursos para a produção de energias de fontes renováveis (hídrica, solar, eólico e biomassa), que são um potencial factor de desenvolvimento regional, ao diminuir a dependência interna face ao exterior e a outras fontes não renováveis, mas também pela diminuição das emissões de CO₂, e pela geração e aproveitamento dos impostos directos (fundamentalmente de projectos hidroeléctricos e eólicos), que passam a ser pagos na região (por exemplo, a derrama).

²¹⁸ Um dos entrevistados salientou que, neste sentido, o modelo de desenvolvimento poderia passar pela criação de pequenos negócios bem articulados (ênfase na boa articulação).

²¹⁹ Ainda se fala no Douro da aristocracia, dos ricos e dos pobres, dos poderosos e dos fracos, o Douro da televisão e o Douro real.

²²⁰ Mais ninguém colocou a questão com tanta clareza. Perante uma certa incredulidade, face ao que se ouvia, os dois inquiridos reforçaram o que diziam: a região tem um potencial real de ser a mais competitiva do País em termos socioeconómicos. O mais interessante é que o investimento de que se precisa é disponibilizado pelo QREN 2007-2013. Portanto, não se percebe como pode a região estar no estado em que está.

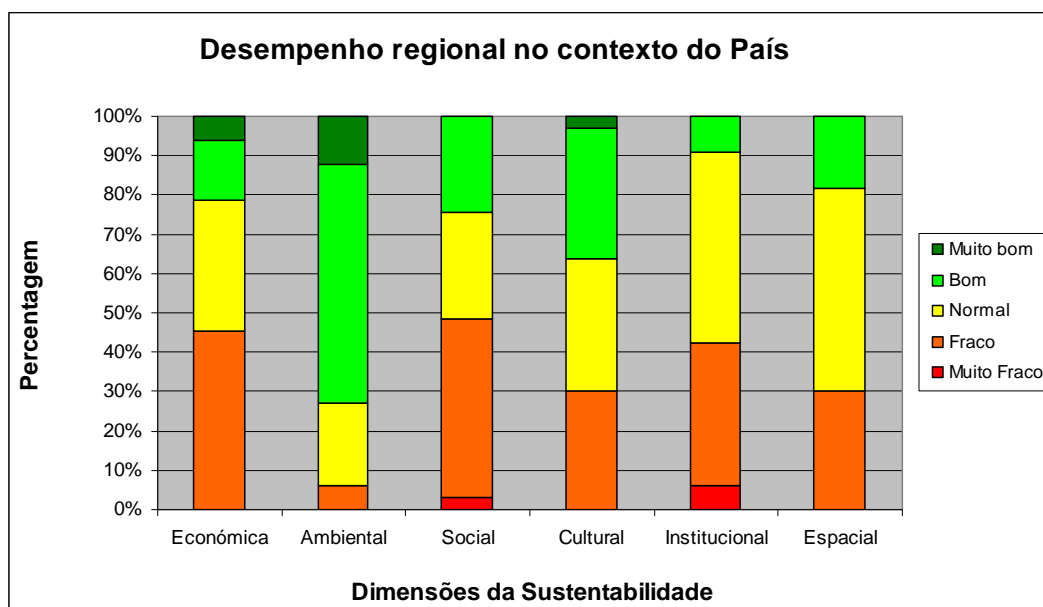
oportunidades que surgem de sectores como o turismo, mas também para ir ao encontro de outro objectivo, a ter em conta, que é a capacitação da sociedade civil para ser mais organizada e activa, mais qualificada para participar no desenvolvimento da região.

Uma região a funcionar em rede, um esforço de cooperação institucional e política, uma educação mais bem organizada com outro figurino diferente do actual, qualidade de vida para todos, transparência e prestação de contas (*accountability*) e mesmo a criação de um *Conselho de Sábios ou Senado*, são outras ideias propostas para integrar o modelo de desenvolvimento.

À pergunta 4.4, sobre o que os inquiridos mais apreciam na região, do total de referências (103), mais de 50% mencionaram a paisagem (23,3%), vinho (14,6%) e pessoas (13,6%). Segue-se-lhes a gastronomia (6,8%), a qualidade de vida (5,8%) e o Rio (4,8%). Embora com uma ordem diferente, as respostas coincidem com as da pergunta 2.2. quando são questionados sobre as maiores riquezas da região.

No que toca ao que os visitantes procuram na região (pergunta 4.5.), os inquiridos evidenciam que se procura sobretudo a paisagem (24,7%), conhecer uma região única e diferente, em busca da novidade ou movidos pela curiosidade (17,5%), a gastronomia (14,4%), os vinhos (13,4%), os produtos locais (4,1%), a monumentalidade (4,1%), a cultura (3,1%), as pessoas (3,1%).

Gráfico 15



Quando se trata de avaliar o desempenho da região no contexto do país, em 6 dimensões da sustentabilidade (questão 4.6), cujos resultados das respostas se apresenta no Gráfico 15, podemos considerar que, no entender dos inquiridos, em nenhuma das dimensões o desempenho da região é melhor do que o do País.

No geral, pode referir-se que o melhor desempenho pertence à dimensão ambiental, que, embora tenha tido alguma resposta que a classifique com *Fraco* desempenho, a grande maioria das repostas concentra-se na classificação *Bom*, e tem a maior percentagem de respostas *Muito bom* (o total de ambas é de 72,7%).

As dimensões económica, social e institucional são as que obtêm as respostas mais negativas. A dimensão económica concentra 45,5% das respostas na classificação *Fraco*. Ainda assim, 21,3% das respostas classificam o desempenho como *Bom* e *Muito Bom*. A dimensão social é claramente a mais débil, uma vez que praticamente 50% dos entrevistados a classifica com desempenho *Muito Fraco* e *Fraco* (3% e 45,5%, respectivamente). O desempenho em relação à dimensão institucional concentra uma significativa percentagem de repostas nas classificações *Muito Fraco* e *Fraco* (6,1% e 36,4%). Esta é a dimensão que mais respostas concentra na classificação *Muito Fraco*.

As dimensões cultural e espacial concentram a mesma percentagem das respostas na classificação *Fraco* (30,3%), ainda que a primeira delas seja a que, em segundo lugar, concentra mais respostas com a classificação *Bom* (30,3%), ultrapassada somente pela dimensão ambiental (60,6%), e é uma das três cujo desempenho tem a classificação *Muito Bom*.

Se se considerar apenas o total de respostas, tendo em conta as classificações *Muito Bom* e *Bom*, dir-se-ia que 30,3% apontam para a região um desempenho melhor do que o do País. Os 35,9% na classificação *Normal* indicam que a situação regional é igual à do País. Por fim, as classificações *Fraco* e *Muito Fraco* com 33,8% indicam que a região tem um desempenho inferior ao do País²²¹.

No seguimento das observações feitas nos parágrafos anteriores, considerando apenas os extremos (*Muito Fraco*, *Fraco* e *Bom* e *Muito Bom*) dir-se-ia que somente a dimensão ambiental tem bom desempenho no contexto do País. Se o cenário das

²²¹ Podíamos também somar as três categorias positivas (*Normal*, *Bom* e *Muito Bom*) – 66,2% – e o panorama, face ao País, poderia não ser tão negativo. Contudo, mesmo que o fizéssemos, teríamos ainda de contar os restantes 33,8% como mau desempenho, o que dá uma margem muito grande para melhorar, indicando que a região tem ainda muito caminho por fazer, como antes se salientou.

respostas classificadas na categoria *Normal* evoluir para *Bom*, estaremos perante uma situação significativamente positiva, dado o seu valor no total das respostas. Mas o cenário também pode regredir e, neste caso, a situação poderia ser pior do que a que foi classificada.

Se o cenário das respostas é assim por comparação ao País, sabendo-se que o desempenho deste está abaixo da média Europeia, a situação poderá ser bem pior do que o que realmente se espelha no anterior gráfico²²².

Do mesmo modo que se indagou os entrevistados sobre as intervenções necessárias no imediato (curto prazo), também foram questionados sobre as prioridades para os próximos 20 anos (questão 4.7)²²³. Como se referiu, este é um aspecto relevante no conceito de DS, uma vez que é necessário ter uma estratégia de longo prazo que tenha em conta a disponibilidade de recursos para as gerações futuras (solidariedade intergeracional).

Para serem mais perceptíveis as prioridades sugeridas pelos entrevistados, vamos agrupá-las em 7 aspectos: *modelo de desenvolvimento, Educação / formação / investigação, turismo, agricultura, gestão do território, atractividade e atitude*²²⁴.

Em relação ao primeiro dos aspectos – *modelo de desenvolvimento* –, sugeriu-se como prioridade a consolidação do modelo de desenvolvimento que assente no tripé agricultura, ambiente e turismo. Apontou-se para uma estratégia de diversidade, de minimização dos riscos, no contexto de grande incerteza que o mundo atravessa. Realçou-se a necessidade de unir as várias componentes de uma visão estratégica (de longo prazo): a agricultura, indústrias conexas (produtos endógenos) e turismo, com a captação de investimento para todos os sectores.

O segundo aspecto – *Educação / formação / investigação* – é muito salientado por vários inquiridos. Por um lado, a ideia de que a educação é vital para o

²²² A nossa primeira intenção foi perguntar sobre a região no contexto da União Europeia, mas não o fizemos porque isso suporia que todos os entrevistados teriam de possuir conhecimento, o que poderia não acontecer na realidade, optando-se, deste modo, por interrogar sobre uma realidade mais próxima.

²²³ Esta foi uma questão que de início se julgava de mais difícil resposta. Se alguns dos inquiridos se mostraram surpreendidos pela questão ser posta nestes termos (pensar a 20 anos), outros salientaram a pertinência da mesma, já que é crucial haver prioridades estabelecidas a longo prazo.

²²⁴ Estas denominações surgiram espontaneamente durante a releitura das respostas dos inquiridos. Poderiam ser outras e ser articuladas de modo diferente. A nossa intenção ao compartimentar aquilo que os inquiridos referiram como as grandes prioridades para os próximos 20 anos foi somente com o objectivo tornar mais claros os âmbitos de intervenção sugeridos.

desenvolvimento da região, sendo crucial continuar a investir na formação profissional, também no sentido de abrir as escolas aos empresários.

Por outro lado, sugere-se a criação de um parque tecnológico a partir da vitivinicultura, mas aberto estenda a outros sectores. Do mesmo modo, considera-se essencial a criação de condições de investigação no campo da ciência e tecnologia e a criação de mecanismos que permitam que os avanços científicos e tecnológicos cheguem rapidamente à região. Neste contexto, salientou-se a necessidade de um maior desempenho da UTAD no diagnóstico permanente da região e que tenha um contributo notável para o seu desenvolvimento.

O *turismo* é outro dos aspectos sobre os quais se multiplicam ideias que o priorizam. Espera-se que o turismo seja o grande impulsionador da região, a partir de uma maior articulação entre o vinho e o turismo (adegas visitáveis, região limpa, bem sinalizada, onde os turistas se sintam bem e gostem de estar), mas também maiores investimentos na hotelaria, alojamento, gastronomia, venda de produtos regionais, valorização de monumentos, centros históricos.

Mesmo havendo o PDTVD, alguns entrevistados sugerem que, na realidade, não há uma estratégia para o turismo do Douro (e para o Douro em si²²⁵), razão pela qual é necessário pensar bem o turismo no Douro, no sentido de uma oferta articulada entre agentes públicos e privados. O Douro não está bem organizado e não comunica bem²²⁶. Não há falta de meios, mas de articulação. A informação tem de estar disponível e ser facilmente encontrada. A criação de mecanismos de marketing para a região é outro aspecto salientado em relação à vertente turística do Douro, assim como a preocupação em encontrar nichos de mercado.

Relativamente ao aspecto *agricultura* as ideias fundamentais foram já referidas na resposta à questão 2.4 (ver **Anexo 1**).

Entre os aspectos que mais sugestões inclui como prioridade está o que denominamos de *gestão do território*, que engloba medidas que vão desde a manutenção da paisagem (vertente ambiental), a uma reforma profunda das instituições, passando pela falta de liderança e ausência de entendimento, pelo crescimento das

²²⁵ Um dos entrevistados sugere, inclusive, que não há uma estratégia, mas várias estratégias. Cada organismo tem as suas. É preciso que o Douro tenha uma só voz.

²²⁶ Não há a integração de uma imagem coerente do Douro (não só do ADV), percepcionando-se, com frequência, que o Douro termina da Régua, uma espécie de limite mental.

idades sem esvaziar as periferias, pelas acessibilidades, pelo ambiente, pela reforma do sector cooperativo, pelo Ordenamento do Território e sua flexibilização.

A organização institucional é salientada como uma necessidade regional. As sugestões oscilam entre a reforma profunda das instituições, que é imperiosa levar a cabo, a sua capacitação, no sentido de terem outra força e outra visão, mas também a manutenção de uma boa relação entre o poder institucional e o regulamentar para potenciar o que a região tem de melhor. Dois dos inquiridos sugeriram como prioridade a necessidade de se reordenar o sector vitivinícola (ajustar a produção e a dimensão da área produtiva e fomentar a eficiência das operações vitivinícolas), e ordenar o sector cooperativo, mediante um plano de reestruturação das cooperativas.

Na vertente ambiental, foi sugerida a preservação ambiental e do património genético associado à vinha (pode fazer a diferença no futuro), a necessidade de criar meios de sensibilização (manter o Douro limpo), e investir na sustentabilidade ambiental e da paisagem. A ideia é que não se pode perder o que durou séculos a conseguir, concretamente através da melhoria da qualidade do ar, das águas, da manutenção da biodiversidade, da gestão dos resíduos e da manutenção da paisagem.

A melhoria nas *acessibilidades* é salientada pelos inquiridos, no sentido de permitir o acesso fácil à região e de melhorar as condições de circulação, incluindo estradas seguras e as panorâmicas, como foi antes assinalado.

O que denominamos de *attractividade* é outro dos aspectos evidenciados na sugestão das prioridades, por parte dos inquiridos. A ideia é que se criem condições sociais para que as pessoas possam ter perspectivas de futuro e continuar a viver e a trabalhar na região, ao mesmo nível de outras regiões do país. Uma das condições é a criação de emprego e dinâmica económica. Entre outras, inclui-se atrair investimentos, captar pessoas, criar um mercado sustentável no exterior, que absorva o que se produz na região, apoiar as empresas, criar apoios fiscais ou outros que fixem a população, criar condições para que os empreendedores surjam, criar um centro incubador de empresas a nível municipal ou intermunicipal, apoios à internacionalização, manter e melhorar uma oferta diversificada de serviços (saúde, educação, cultura), medidas que contrariem a desertificação e aproximem a região da Europa, criar actividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos endógenos.

Por último, relativo a esta questão, saliente-se o que designamos por *atitude*. Já foi referida a importância que a educação / formação tem para o desenvolvimento da região. Contudo, há outras atitudes salientadas. Uma das palavras de ordem é a inovação. A região tem de conseguir inovar no sector do vinho (produção e comercialização), na perspectiva de uma contínua melhoria da qualidade. Articulação, cooperação, trabalho em rede, criatividade, empreendedorismo, liderança são outras palavras que marcam as prioridades para os próximos 20 anos.

A questão 5 da entrevista pede aos entrevistados que classifiquem por ordem de importância 25 temas (grau de importância de 1 a 5), no sentido de proporcionar um melhor desempenho da região (os temas estão em anexo, na entrevista).

Inicialmente, das 825 referências (33 entrevistas; 25 temas), há que ter em conta dois aspectos que nos ajudarão a perceber melhor os resultados. Em primeiro lugar, destaque-se que, dos 25 temas, somente 6 obtiveram, exclusivamente, classificações 4 e 5, razão pela qual, se forem contabilizadas estas duas classificações, a *Educação / Formação, Emprego, Inovação e Tecnologia, Cultura e Património, Participação da sociedade Civil e Serviços de Proximidade*, surgem nos primeiros lugares da lista de aspectos que mais podem contribuir para um melhor desempenho da região (Tabela 28). Contudo, se a opção recair somente na classificação 5 (máxima importância), os resultados diferem um pouco (Tabela 29). Mantêm-se os três primeiros temas (*Educação / Formação, Emprego e Inovação e Tecnologia*), e há algumas alterações nos outros temas, mudando de posição ou, simplesmente, não são considerados.

Tabela 28
Classificação dos temas por ordem de importância 4 e 5

Classificação 4 e 5		
	Tema	%
1	Educação / formação	100
2	Emprego (desemprego)	100
3	Inovação e tecnologia	100
4	Cultura e património	100
5	Participação da sociedade civil	100
6	Serviços de proximidade	100
7	Turismo	97
8	Saúde	97
9	Envelhecimento da população	97
10	Dinamização da comunidade	97

Tabela 29
Classificação dos temas por ordem de importância 5

Classificação 5		
	Tema	%
1	Educação / formação	94
2	Emprego (desemprego)	88
3	Inovação e tecnologia	88
4	Turismo	88
5	Saúde	85
6	Água	76
7	Meio Ambiente	70
8	Cultura e património	67
9	Envelhecimento da população	61
10	Dinamização da comunidade	61

A nossa opção recaiu na consideração apenas da classificação 5 (Tabela 29), uma vez que assim temos espelhado o maior número de ocorrências que tiveram classificação máxima por parte dos inquiridos, indicando com mais clareza os temas em que é necessário investir mais para melhorar o desempenho regional. Nesta mesma tabela estão expressos os 10 temas mais significativos para os inquiridos.

Por último, a resposta à questão 6, relativamente ao modo como os inquiridos encaram o futuro. Depois do que já foi referido anteriormente e apesar das dificuldades por que passa a região, todos se mostraram optimistas (100%). Ainda assim, entre estes, poderemos indicar três posições. A primeira reflecte o optimismo puro e simples. A segunda, nesta mesma linha, justifica as razões do optimismo: a região *tem todas as possibilidades, tem tudo* (falta apenas o *cimento*, entenda-se, *articulação*), *tem razões, mais-valias e condições para vencer*. Na terceira posição também se salienta o optimismo, mas é *moderado, reservado*, ou que *se assusta com o caminho que a região leva*.

5.3. Estratégias de desenvolvimento dos actores

Para melhor se entenderem as estratégias dos actores, vamos agrupar em três os principais actores: as entidades públicas, as entidades privadas e sociedade civil organizada. Valer-nos-emos das respostas às questões 4.3, sobre a cooperação versus competição, à questão 4.8, a respeito da participação no processo de desenvolvimento, à questão 4.9, sobre a inovação, concluindo com a questão 4.10, que concerne ao contributo de cada uma das instituições para a sustentabilidade.

No cômputo geral, há uma outra questão que antecede estas pela ordem de importância e pelas implicações que têm para a região. Em primeiro lugar, é necessário entender que a produção vitivinícola da região, o sector mais forte, é fruto de uma concertação entre diversos actores, aquilo que se denomina de Conselho Interprofissional (desde 2003).

De acordo com informação disponível no sítio web do Instituto do Vinho do Porto (www.ivdp.pt), o Conselho Interprofissional é designado como um órgão de representação paritária da produção e do comércio, competindo-lhe a gestão das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro. Além

de representantes do comércio e da produção, o interesse dos consumidores ou os “interesses públicos”, como é referido, estão representados pelo Presidente do IVDP, em nome do Estado²²⁷. Este Conselho é composto por um Presidente (Presidente do IVDP), dois Vice-presidentes (um indicado pelos representantes da produção, outro indicado pelos representantes do comércio) e 20 representantes dos produtores e outros 20 representantes do comércio (divididos por 2 secções: Porto e Douro).

Se ao Conselho Interprofissional compete promover a defesa geral dos interesses do sector, é imperioso questionar qual o papel da Casa do Douro na região. A Casa do Douro, até há uns anos a esta parte, era responsável pelo cadastro, estipulava o preço a pagar pela pipa do Vinho do Porto, além de deter o monopólio do fornecimento de água-ardente vínica para produção do Vinho do Porto, absorvendo o excedente do vinho de outras regiões para este efeito. Estas três funções foram-lhe retiradas, deixando-a desprovida de funções significativas no seio da região, além de não ser mais o defensor dos pequenos e médios produtores (pelo menos na prática).

No entanto, não deixa de ser paradoxal que a Casa do Douro tenha uma Direcção que é eleita pelos quase 40 mil produtores, portanto, perfeitamente democrática e representativa, e o sector tenha de dirigido por um Instituto estatal, cuja direcção é nomeada pelo Governo. Esta constatação suscita outras questões²²⁸: quem defende os pequenos e médios produtores? Quem estipula preços razoáveis que permitam a estes agricultores manter as vinhas que cultivam, na linha, por exemplo, do comércio justo? Não estarão a ser beneficiados os grandes produtores e exportadores?

Causa maior perplexidade o facto de haver grandes investimentos no Douro para a produção e comercialização do Vinho (Porto e Douro), sem que isso se traduza em mais-valias visíveis para a região. Neste sentido, se há investimento e interesse de grandes grupos económicos é porque o vinho é um produto rentável, dado que não se investe senão para obter o máximo lucro. Por conseguinte, parece claro que o elo mais

²²⁷ Ao Estado cabe a defesa dos interesses públicos inerentes às denominações de origem Porto e Douro e indicação de origem geográfica duriense, onde estão incluídos os interesses dos consumidores, que vão desde a defesa da qualidade, de segurança alimentar, da não indução em erro dos consumidores e de garantia de uma concorrência leal (www.ivdp.pt).

²²⁸ Note-se que, apesar da pertinência e actualidade das questões colocadas e de uma necessária resposta (estratégica), o sector do vinho está dependente das forças de mercado e, neste sentido, poderiam nem fazer sentido ser colocadas.

fraco é o pequeno e médio produtor, que muito a custo consegue manter a sua produção e não têm uma instituição que o defenda, como poderia ser a Casa do Douro²²⁹.

A estratégia dos médios e grandes produtores assenta numa “dinâmica de mudança”, através de uma intensificação do capital. Nestas explorações a aposta é feita na técnica, constituindo-se nas principais beneficiárias das apostas políticas, através de apoios ao investimento (Aguiar *et al* (2000a: 107-108; Vilar e Silva, 2010: 210).

A estratégia dos pequenos produtores, segundo Aguiar *et al* (2000a: 107-108), tem passado por uma “estabilidade dinâmica”. As suas estruturas e modos de funcionamento permanecem idênticos, apesar da renovação da sua componente principal (as vinhas). Estas explorações não têm uma "aposta técnica" por parte dos seus proprietários, no sentido em que não mobilizam grandes meios técnicos ou tecnologias avançadas, nem têm beneficiado das “apostas políticas”, dada a manifesta desadaptação dos programas de financiamento às condições reais da pequena viticultura.

Outra questão que tem afectado a região diz respeito ao facto de os grandes exportadores terem a sua sede e armazéns no Porto ou em Vila Nova de Gaia, locais para onde é transportado o vinho, sendo posteriormente engarrafado e exportado, facto que retira da região impostos e mais-valias. Ora, foi referido por vários actores que se está a operar uma mudança nesta dinâmica. Foi isso que nos foi relatado pelo grupo ROZÈS, cujo director preside à Direcção da AEVP (Associação de Empresas do Vinho do Porto). Esta mudança consiste no facto de agora todo o processo relativo ao Vinho do Porto ser feito regionalmente, permitindo usar a mão-de-obra local e que os impostos sejam pagos localmente. Esta é a estratégia actual da ROZÈS, SA, mas é também o sentir de outros actores, apresentando-se como a tendência actual.

É também o sentir comum, desde o início das entrevistas, que os actores institucionais têm sérias dificuldades de relacionamento, funcionando muitas vezes de costas voltadas e defendendo somente os seus próprios interesses ou os interesses da “sua capelinha”, como é, por vezes, mencionado. No caso das autarquias, as opiniões divergem. Por um lado, há os que referem que funcionam em consonância umas com as outras, pelo menos em algumas coisas. Outros, porém, salientam que cada uma delas

²²⁹ É necessário também, em nosso entender, questionar o papel do mercado e mesmo o dos pequenos e médios produtores, dado que organizados em modernas cooperativas, poderiam dirimir alguns dos problemas com que se debatem.

apenas pretende resolver os seus problemas sem olhar para o “vizinho do lado” e sem uma estratégia de conjunto.

Quando a resposta foi neste sentido, de imediato se interpelou o entrevistado com mais duas questões: uma a respeito do PIOTADV e outra a respeito do funcionamento da CIMDOURO, que é constituída pelo 19 concelhos da NUT III Douro. Em qualquer dos casos a resposta coincidiu, e foi no sentido de que o PIOTDV é estrategicamente muito bom, mas foi posto na gaveta, por conseguinte sem aplicação prática, e a CIMDOURO apenas funciona como garante da aplicação regional dos fundos europeus, sem que isso suponha uma estratégia regional comum.

Ainda assim, na entrevista ao Presidente da CM de Alijó, José Artur Cascarejo, actual Presidente da CIMDOURO, foi-lhe colocada a questão de uma pretensa falta de estratégia regional, ao que ele respondeu que é comum sentir por parte das autarquias que a estratégia da região passa pela combinação dos três elementos já referenciados: agricultura, ambiente e turismo.

Em relação ao funcionamento institucional na região, note-se um dado curioso. Como se pode constatar na data da realização das entrevistas, elas foram realizadas segundo a resposta à solicitação da mesma, o que equivale a dizer que, em termos metodológicos, não foram feitas primeiro às autarquias e depois às outras instituições. Neste sentido, o que resultou evidente foi que os entrevistados que não pertenciam às autarquias foram mais críticos em relação à acção regional destas e às dificuldades que resultam de um fraco entrosamento institucional. Por outro lado, os que pertenciam às autarquias foram mais contidos e, para todos os efeitos, consideraram haver um relacionamento institucional normal e que a região estava a caminhar no bom sentido.

Em relação à sociedade civil organizada, é de notar que na região abundam as associações. Aliás, praticamente ¼ dos entrevistados são associações (24,24%), nas quais podemos encontrar associados públicos, privados e colectivos. Além disso, por exemplo na Liga dos Amigos do Alto Douro Vinhateiro, qualquer pessoa pode fazer parte (desde que aceite pela Direcção). Do mesmo modo, também a Casa do Douro, mesmo não sendo uma associação, é constituída por milhares de sócios (produtores).

Estas observações tecidas no parágrafo anterior mostram que o movimento associativo é intenso no Douro Vinhateiro. Neste sentido, recorde-se também 23 adegas da Região Demarcada do Douro, que congregam, igualmente, milhares de viticultores,

as associações de agricultores, as associações de índole recreativa e cultural e outras de cariz social (ver Grácio e Cristóvão, 2001).

Não obstante este largo espectro de associações, quando questionados acerca da participação da sociedade civil na definição de políticas públicas e na intervenção / acompanhamento do processo de desenvolvimento (questão 4.8)²³⁰, todos os inquiridos assumiram que a participação é *importante* (21,2%) e *muito importante* (78,8%), não havendo quem a classificasse com menos importância.

Contudo, quando interrogados sobre o grau de participação que existe ou não na região, os papéis invertem-se. Para 75,8% dos inquiridos a sociedade civil não participa e os restantes 24,2% refere que participa²³¹. O que salientam, na generalidade, vai entre os que consideram que a participação da sociedade civil *não se fomenta* ou *quase nunca existe, tem de haver mais, podia haver mais, começa a estar mais activa*. Contudo, a maioria evidencia que há um longo caminho a percorrer, uma vez que mais de ¾ consideram que a sociedade civil não participa na definição / acompanhamento do processo de desenvolvimento regional.

Esta é uma consideração que não nos pode passar despercebida. Os inquiridos reconhecem o valor da participação, mas consideram que a sociedade civil não participa no processo de desenvolvimento regional. Eles, que pertencem às instituições mais relevantes da região, públicas e privadas, consideram que a sociedade civil não está envolvida no processo de desenvolvimento.

Recorde-se o referido no início deste capítulo. A participação não é um processo fácil, é exigente, supõe a disponibilidade de recursos financeiros, supõe a existência de massa crítica, capaz de encetar e levar a cabo todo o processo, supõe partilha de poder, entre outros aspectos. De certo modo, a questão que se nos levantou foi colocada nestes termos: por que razão a situação é assim tal como a descrevem os inquiridos?

²³⁰ Esta questão tinha um carácter mais teórico, uma vez que, pelo menos a primeira parte, não se aplicava à região. O que quisemos saber foi até que ponto os inquiridos consideravam importante ou não a participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento. A questão que se segue (4.8.1) questionou-os, em concreto, sobre a participação da sociedade civil na região.

²³¹ Quando se concebeu a entrevista, tinha-se a intenção de questionar os actores se se fomentava a participação em sentido mais lato, envolvendo as entidades públicas, entidades privadas e sociedade civil. Em certo sentido, percebeu-se que, pelo menos institucionalmente, as entidades públicas e as privadas acabam por se relacionar, quanto mais não seja, quando os interesses de ambas chocam ou se complementam. Além disso, não podemos esquecer que, mesmo do ponto de vista legal, o planeamento em Portugal tem a consulta pública, onde os interessados são chamados a opinar sobre o plano em questão. Assim, optámos por interrogar sobre o elo mais fraco – a sociedade civil.

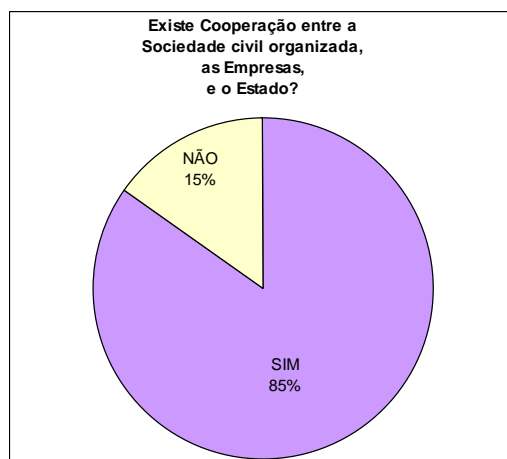
Não é nosso objectivo atribuir culpas ou responsabilidades, apenas reportamos o que os inquiridos salientam, através das suas respostas. Seguindo as indicações do Capítulo III, onde se evidencia a importância da participação no processo de desenvolvimento, o caminho insinuado pelos inquiridos, pelo menos no que a este assunto diz respeito, não parece ser, de todo, um caminho sustentável.

Como melhor estratégia para desenvolver a região (cooperação ou competição – questão 4.3), 94% dos inquiridos refere que é a cooperação que melhor a pode desenvolver, como se observa nos Gráficos 16 e 17.

Gráfico 16



Gráfico 17



Do mesmo modo, a grande maioria refere que existe cooperação entre o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada (85%), muito embora, destes, 76% indique que a cooperação é incipiente (questão 4.3.1)²³².

Ainda assim, 2 dos entrevistados sugeriram que, em vez de cooperação ou competição, a questão deveria ter sido colocada em termos de “coopetição”. Na prática, a ideia é cooperar numa primeira fase para ganhar massa crítica e peso para competir posteriormente.

Em relação à inovação para o desenvolvimento da região (questão 4.9), a resposta não tem margem para dúvida: 93,9% dos inquiridos considera que a inovação é fundamental para o desenvolvimento regional e 6,1% que é importante.

²³² As considerações variam entre *pouca, desarticulada, frágil, não suficiente, tem de ser melhorada e há ainda muito a fazer*.

Sendo a inovação tão importante para o desenvolvimento regional, foram também questionados em que sectores se devia inovar (questão 4.9.1). Podemos dizer que, de diferentes maneiras, todos salientaram que a inovação deve ser transversal a todos os sectores. Além dos 55% dos inquiridos que responderam, textualmente, que a inovação devia ser para todos os sectores, outros, embora estivesse implícito que se aplica a todos os sectores, fizeram questão de especificar alguns desses sectores.

São salientados aspectos como as novas tecnologias, energias renováveis, gestão do território, o vinho, o turismo, a gastronomia, a agricultura, indústrias criativas, indústrias da cultura, produtos da terra, as instituições (organização institucional e social), a organização do Estado, a acção política, a economia, o comércio, a sociedade (inovação societária), as infra-estruturas, a formação / educação, a prestação de serviços, as formas de ocupação do espaço, a forma de cooperar, no ensino superior.

Relativamente ao contributo que cada instituição pode dar para a sustentabilidade (questão 4.10), salienta-se, antes de mais, o facto de não ter havido nenhuma instituição que não se referisse ao seu contributo para a sustentabilidade, o que pode significar que esta é uma preocupação institucional. Como as respostas a esta questão são de difícil síntese, optámos por referir, por um lado, as Câmaras Municipais (40% dos inquiridos), e as outras instituições, por outro lado.

As Câmaras Municipais podem dar um contributo relevante para a sustentabilidade, uma vez que são o poder local e, como tal, fundamentais para haver coesão territorial e diminuir as assimetrias. São fundamentais para gerir, incentivar e coordenar o território, criar e fomentar actividades económicas, potenciar infra-estruturas e equipamentos de suporte, projectar o território com base nos seus próprios elementos diferenciadores e únicos, valorizar o património local, material e imaterial, sendo, enfim, os motores do desenvolvimento local e os promotores de dinâmica concelhia que depois encaixa na dinâmica regional.

As Câmaras Municipais podem, igualmente, contribuir para a cooperação e articulação institucional regional, criando um ambiente atractivo para investimentos (congregar os vários actores económicos do concelho), criação de emprego, criação de condições de qualidade de vida, de bem-estar, de segurança para os munícipes, criação de equipamentos sociais, de lazer, educação, desporto, cultura e saúde. Mas podem também criar incentivos, estimular o empreendedorismo e a inovação, ser pólos

aglutinadores de um conjunto de vertentes e iniciativas e ter um papel desafiador para o resto da sociedade, na prossecução de um desenvolvimento mais integrado.

Nas restantes instituições, o entendimento do contributo de cada uma é muito particular. Assim, a ADVID considera que o seu contributo passa pelo fomento de competências, conhecimento, I&D, pelo desenvolvimento de competências para a actividade vitivinícola da região, por exemplo, através do *Cluster dos Vinhos da Região Demarcada do Douro*²³³. A AETUR salienta que o seu contributo é ser mais interventiva e apontar caminhos e soluções e estar disponível na construção de um futuro melhor.

A AEVP indica que o seu contributo está mais ao nível da empregabilidade, mas também no estabelecimento a 100% na região, com as mais-valias de impostos e geração de riqueza no concelho onde as empresas estão sediadas. A ideia é fazer todo o processo relativo ao vinho na região para as mais-valias lá poderem ficar, ajudando a absorver a mão-de-obra qualificada das escolas profissionais e da UTAD.

A AVIDOURO salienta que o seu maior contributo será a defesa da agricultura da região, para que os agricultores tenham melhores condições de vida e a agricultura não seja votada ao abandono.

As Associações Douro Histórico, Douro Superior e Beira Douro, Grupos de Acção Local (GAL), realçam que o seu contributo passa sobretudo pela facilitação de investimento (dotação e volume financeiro), como intermediários de um processo de financiamento mais próximo do promotor e, em certo sentido, como promotores da sustentabilidade ao elucidarem os investidores sobre os cuidados a ter para com a mesma. Podem também ser relevantes para a articulação entre as instituições.

A Casa do Douro destaca que o seu contributo é muito importante na medida em que consiga continuar a congregar todos os viticultores.

O contributo do CITMAD está ao nível do apoio aos empresários, criando postos de trabalho e negócios, facilitando a articulação entre instituições, mas também na ajuda a outras instituições a ele associadas ou procurando fazer coisas diferentes das outras instituições.

²³³ O Cluster dos Vinhos da Região Demarcada do Douro tem como missão “dinamizar e consolidar o sector de produção de vinho na Região do Douro, através de uma estratégia sustentável aplicada a todos os seus intervenientes” (www.advid.pt).

A *Douro Alliance* enfatizou que o seu contributo para a sustentabilidade da região passa por fomentar a cooperação e o desenvolvimento regional através da inovação, seja mediante modelos inovadores de desenvolvimento do espaço urbano, em colaboração com a UTAD e as outras associações regionais, seja através de modelos de eficiência energética, modelos inovadores de mobilidade, gestão eficiente da iluminação pública, optimização dos equipamentos culturais do eixo urbano. O seu contributo passa, igualmente, pela implementação de um “Observatório Económico e Social” e por ajudar a um melhor entendimento da gestão do território, onde o eixo urbano desempenha um papel essencial (a chamada “Cidade do Douro”).

Em relação à DRAP-TMAD foi mencionado que, sendo parte do Ministério da Agricultura, o seu papel é fundamental na estratégia da viticultura. O seu contributo para a sustentabilidade é ao nível da experimentação, implementação de novos progressos na estruturação da vinha e no desenvolvimento rural, do apoio técnico, no que concerne às castas e sistemas de instalação da vinha nos socalcos do Douro, na sugestão de propostas ao Governo para a região e na implementação dos mecanismos que o Governo coloca à disposição da região.

O contributo da EMD vai, essencialmente, em três direcções: dar indicações para a aprovação de projectos mais sustentáveis, promover e estimular a articulação institucional e fomentar a participação da sociedade civil.

A ETD considera que o seu maior contributo é pugnar pela excelência e sustentabilidade do destino Douro.

O IVDP refere que o seu contributo passa por cumprir bem com as suas funções na defesa das denominações de origem “Porto” e “Douro” e compensar, em parte, os serviços aos vitivinicultores, face à falência da Casa do Douro.

A LADPM salienta que o seu contributo está na sua natureza pedagógica, de observador, alertando e sensibilizando para a sustentabilidade do Douro.

O NERVIR realça que o seu contributo está ao nível da formação dos empresários e trabalhadores. Numa situação de regionalização, instituições como o NERVIR poderiam constituir gabinetes de descentralização técnica, em que a tutela do Estado tenha somente o papel de supervisor.

Face às dificuldades por que passam as cooperativas da região, que se caracterizam por uma estrutura financeira débil, com atrasos nos pagamentos aos sócios

e fraca rentabilização do vinho (de pouca qualidade), a UNIDOURO acentua que é necessário pensar num novo modelo cooperativo para o Douro. A situação de insustentabilidade, por que passa o sector, exige reformas, mas para isso tem de haver uma maior disponibilidade do poder político, novos modelos de futuro, mais unidade para tornar o sector mais forte e dar mais confiança às pessoas, que, neste momento, se sentem desamparadas²³⁴ (ver Vilar e Silva, 2010: 210; Inácio, 2010: 399).

Finalmente, a UTAD assume-se como um elemento fulcral na sustentabilidade da região. Ela forma muitas das pessoas que lá trabalham, está envolvida em muitas dinâmicas, muito embora devesse estar mais entrosada com instituições e actores locais mais interventivos, e pode fazer estudos mediante os quais poderá contribuir mais decididamente para a sustentabilidade da região.

Um dos três entrevistados da UTAD salienta ainda que para se lograr a sustentabilidade regional é necessário caminhar a um nível superior de envolvimento que passa pela abertura das entidades públicas (poder local) que não se podem assumir como donos do território, mas como agentes (as pessoas é que são os verdadeiros donos do território). Têm de se abrir, trabalhar com os parceiros da sociedade civil; as escolas têm de formar pessoas comprometidas. As pessoas, os empresários têm de caminhar para um nível maior de envolvimento. Com o cenário que se está a seguir já não se acredita: espiral de descomprometimento e de desinteresse pelo bem público. É necessário criar instâncias nas quais as pessoas sejam ouvidas, como por exemplo: a Agenda 21Local; o Orçamento Participativo; Presidência Aberta, etc. É necessário reinventar as instituições e formas de governo e articular com o cidadão comum.

Uma última indicação para dar conta de um problema que, mais cedo ou mais tarde, terá de ser resolvido. Dos vários contactos que fizemos e pelo que conhecemos da região, há vitivinicultores, em geral, já com alguma dimensão, que, além das uvas que produzem para o Vinho do Porto, o chamado “benefício”, produzem outro vinho (vinho de mesa, porque não se enquadra no vinho com a designação Douro)²³⁵ que vendem

²³⁴ A situação é tão mais desesperante quando se percebe que as cooperativas pouco podem fazer para valer aos seus sócios, com atrasos sistemáticos nos pagamentos e quando se percebe que os exportadores conhecem a situação exasperante e se valem disso para ter mais poder na região.

²³⁵ Trata-se de vinho que é produzido com as mesmas castas que são utilizadas para a produção do Vinho do Porto e Douro, mas é normalmente feito em casa dos produtores que depois o vendem a granel (em garrações ou garrafas) e que na maioria foge ao controlo das instituições. Mesmo que esse vinho deva ser manifestado no IVDP, na verdade, só uma pequena parte é declarada para se poder obter as “guias de transporte”. Para evitar o transporte ilegal de vinho, estas guias são datadas, com a hora do início da viagem e o destino. Até aqui tudo muito bem. O problema está nos subterfúgios utilizados para

sem que a totalidade seja declarada no IVDP. Apenas uma pequena parte é participada a este Instituto, mas o restante é vendido a granel. Estamos perante o mercado paralelo em pleno funcionamento. Embora não seja fácil de verificar, há também relatos da vinda de vinhos (uvas e mosto) de outras regiões do país e de Espanha para fazer Vinho do Porto.

Talvez na primeira parte da questão os produtores saiam favorecidos, uma vez que não têm de pagar impostos do vinho que produzem e vendem (ou pagam apenas uma pequena parte). Do mesmo modo, também fogem ao controlo de qualidade. Por outro lado, com a pipa de Vinho do Porto (550 litros) a valer entre 600 e 750 euros (2011), e a do restante vinho entre os 100 e os 250 euros, as alternativas encurtam-se²³⁶.

Percebe-se a urgência de equacionar todas estas questões e encontrar soluções que pugnem pela manutenção da agricultura e permanência do agricultor. Mas também se percebe que a fiscalização não pode somente fazer-se sentir na época das vindimas (ou somente a 50 km da sede do IVDP). Talvez até mais do que isso, seja necessário equacionar uma estratégia para a região, onde estas questões sejam abordadas e tratadas, e o movimento associativo (cooperativas) se erga novamente para dar resposta aos anseios dos seus sócios e permitir valorizar a vitivinicultura, no sentido de terem uma palavra a dizer na produção / exportação do Vinho do Porto e Douro.

5.4. Projectos de sucesso e insucesso

Com uma longa tradição na produção do vinho, especificamente do Vinho do Porto e, mais recentemente, do vinho Douro de altíssima qualidade, o ADV encerra em si numerosos tesouros naturais, culturais, arquitectónicos, que fazem com que seja uma região única.

Em nosso entender, o maior sucesso incide na relação singular que o Homem encetou com a Natureza. Em certo sentido, tirando o facto de o Vinho do Porto, que mais contribui para a economia da região, estar dependente do mercado (preços e

transportar o vinho, num espectro que varia entre a reemissão das guias até ao transporte a horas não “inspeccionáveis”. Esta informação foi obtida através de conversas informais junto de alguns produtores.

²³⁶ Outro dos efeitos nefastos desta “fuga” aos impostos poderá ser a saturação do mercado com vinhos de qualidade inferior, logo, a preços mais baixos. Ainda assim, para o produtor, pode ser benéfico dado que por uma pipa de vinho (550 litros) pode ganhar à volta dos 550/650 euros, o que é manifestamente melhor do que os 100/250 que pagam as grandes companhias. Aqui a verdadeira questão está no facto de não haver uma estratégia que possa valorizar os vinhos e tirá-los do mercado paralelo.

oscilações), e se, por momentos, esquecermos que a sustentabilidade engloba várias dimensões, o cultivo da vinha será um hino à sustentabilidade (ver Aguiar *et al*, 2000c: Anexo III). Num solo pobre e com poucos recursos hídricos produzem-se vinhos de altíssima qualidade, nacional e internacionalmente premiados.

Esta relação singular, que o ser humano tem com a natureza, tem moldado a paisagem, ao longo dos séculos, com “sangue e suor”, e mereceu o título de Paisagem Cultural Viva, por parte da UNESCO, classificando-a de Património da Humanidade, e continua a moldá-la, hoje, fazendo uso de novas tecnologias.

Pode ser que quem visite a região não tenha a percepção do trabalho contínuo que a vinha exige do agricultor, da atenção, do amor que é necessário colocar, ao longo de cada ano e do ano todo, no seu tratamento, desde a poda à colheita, passando pela enxertia, pelos tratamentos sanitários (enxofre, adubos, sulfatos, herbicidas)²³⁷, por “esladroar”, embardamento, desfolha, pela maturação (Aguiar *et al*, 2000c: Anexo IV). Todas elas são parte de uma experiência que se desenrola durante o ano inteiro e que molda a paisagem colorindo-a com uma paleta multicolor, de acordo com a época, formatando uma paisagem única e diferente ao longo de todo o ano. Esta é, sem dúvida, uma actividade que exige dedicação, atenção e muito trabalho.

Bem vistas as coisas, o processo sinteticamente descrito no parágrafo anterior não só atesta a cumplicidade entre o ser humano e a natureza como mostra a responsabilidade que o primeiro tem para com a segunda, sob pena de a harmonia, antes descrita, se transformar em desolação, quando a vinha é abandonada e os campos dão lugar a matos ou ficam cheios de silvas e arbustos, ou quando as águas superficiais ficam eutrofizadas pela quantidade de adubos, ou os solos ácidos pelo abuso de fitofármacos.

Vinhos de qualidade, paisagem moldada ao longo de vários séculos e cultura são os ingredientes de uma região de sucesso, mas ainda com pés de barro, onde a exclusão e a marginalização são uma realidade, muitas vezes lado a lado com empreendimentos turísticos de luxo. Convém, de resto, recordar que a região, desde os tempos mais remotos da sua demarcação pelo Marquês do Pombal, foi dominada pelos ingleses. A mundialização da economia tem trazido investidores para o Douro, pelo vinho, com

²³⁷ Tirando esta parte, que tem evoluído muito nos últimos anos e por imposição das directivas europeias, os agrotóxicos são hoje mais “amigos” do ambiente, mais “verdes”, como é usualmente referido, muito embora a opção de os não utilizar continue em aberto (por exemplo, através da agricultura biológica ou do enrelvamento entre linhas).

certeza, mas também pelas potencialidades turísticas (turismo de natureza, náutico, enoturismo, turismo rural, etc.), mas a região continua com inexplicáveis assimetrias.

O sucesso tem sido, pois, uma variável relativa. Há conquistas feitas no domínio da comercialização do vinho, na oferta turística de alto segmento, na inovação, nas infra-estruturas, no reconhecimento internacional e até, eventualmente, na sustentabilidade ambiental (aspecto que terá de ser melhor analisado).

Entre os aspectos que se quer evidenciar estão a navegabilidade do Douro nos anos 80, que permitiu o surgimento de um importante segmento turístico. Mas, se por um lado, o turismo fluvial tem favorecido pouco o ADV, já que os turistas compram o pacote turístico completo fora da região, por outro lado, deixa ficar o lixo, tem provocado alterações na biodiversidade nas margens do rio e alguma poluição por derrames de combustíveis nas águas.

Em 2001, o Douro foi considerado Património da Humanidade pela UNESCO, como paisagem cultural evolutiva e viva. Esta classificação trouxe o reconhecimento mundial da excelência paisagística duriense, ponto de partida para projectar a região internacionalmente, mas as populações locais, volvidos mais de dez anos, ainda não sentem as mais-valias que tal classificação deveria ter trazido para o desenvolvimento do Douro. Neste contexto, interessa ter uma classificação que pouco abona para o desenvolvimento da região e de quem lá vive?

Durante este estudo tivemos conhecimento de que está a decorrer uma investigação no âmbito de uma dissertação de mestrado que versa sobre esta problemática, no intuito de aferir se a classificação do Douro como Património da Humanidade trouxe ou não algum benefício para a região. Nas entrevistas realizadas foram referidas as limitações desta classificação, não só ao nível da edificação em área classificada, mas também ao nível do Ordenamento do Território, em geral.

Apesar das dúvidas que esta classificação possa suscitar, quanto a nós, tem 3 mais-valias: (1) o reconhecimento internacional de uma paisagem singular; (2) a projecção que esse reconhecimento lhe pode trazer, nacional e internacionalmente, e (3) o potencial que tal classificação pode constituir para o desenvolvimento regional, por exemplo, ligado ao turismo, mas, igualmente, favorecedor da melhoria da qualidade de vida dos durienses (essa relação é mais difícil de comprovar, pelo menos no imediato).

As infra-estruturas de transporte são um outro aspecto a salientar. Por um lado, as infra-estruturas rodoviárias que estão a ser construídas de acordo com o Plano Rodoviário Nacional, aproximando o ADV do resto do país, nomeadamente do Porto (Inácio, 2010: 402), local de entrada de muitos turistas, e de Viseu e Bragança (unindo o Norte²³⁸), quebrando o isolamento e criando novas oportunidades.

Há ainda a considerar as possibilidades ferroviárias e aéreas. É comum sentir entre os entrevistados que a linha do Douro, que liga o Porto a Espanha, passando pelo coração da região e unindo vários territórios classificados com património mundial, está subaproveitada. Pode ser utilizada tanto para transporte de passageiros como para transporte de mercadorias.

Na vertente aérea, a recente beneficiação do Aeroporto de Sá Carneiro, no Porto, poderia ser complementada com um aeroporto de capacidade média no coração da região. Embora sejam dois os aeródromos na região, em Vila Real e em Alijó, um entrevistado sugeriu que fazer em Alijó um aeroporto, a partir do actual aeródromo, poderia favorecer o sucesso da região ao nível da diversificação da economia, combatendo, por exemplo, a sazonalidade do turismo, com menor afluência no Inverno²³⁹.

A disponibilidade de recursos energéticos de fontes renováveis, como a biomassa, o vento e sol, é um outro factor a considerar. Efectivamente, como já foi referido, o Norte enquanto região produz 60% da energia de fontes renováveis do país. Pensando na emergência da questão energética, abordada no Capítulo III, acentuada pelas dificuldades de abastecimento dos combustíveis fósseis (e seu fim), de uma economia essencialmente carbonizada, e reequacionando a questão da energia nuclear (novamente a público pelos recentes acontecimentos no Japão), esse é um aspecto de extrema importância estratégica.

A região do ADV tem enormes potencialidades na produção de energia proveniente de fontes renováveis, seja pelos abundantes recursos hídricos (mais duas barragens vão ser edificadas – Sabor e Côa), seja eólica e solar. A este respeito, em nosso entender, há algumas considerações a serem tecidas. A questão de fundo é se se

²³⁸ Recorde-se que a área de estudo engloba 4 distritos (Viseu, Vila Real, Guarda e Bragança), e dista pouco mais de 100 km do Porto.

²³⁹ Favorecendo, por exemplo, projectos direccionados para o turismo de golfe e de congressos, associados a empreendimentos imobiliários.

devem ou não fazer barragens, “plantar” aerogeradores no cimo das montanhas e porque não se explora mais a energia solar, a biomassa e a eólica (habitacional).

Tomamos as palavras de um dos entrevistados. Se é verdade que as torres dos aerogeradores agredem a paisagem e as barragens impedirão a passagem dos sedimentos, tão necessários para manter a linha de costa, não é menos verdade que a questão energética é estratégica para o País. Então, dada a urgência da mudança, a questão não se deve colocar tanto no fazer ou não, mas nas mais-valias que esses empreendimentos trazem para a região e para o país.

Se para o país, elas constituem uma vantagem, já para a região, até há bem pouco tempo (final de 2010, início de 2011) não constituíam grande vantagem. Mas o panorama mudou recentemente, porque foi conseguido, mediante intensas negociações com a EDP, mais-valias para a região, como o pagamento da derrama, que passará a ser feito no município onde está localizado o empreendimento, em vez de ser pago em Lisboa. É neste contexto que vão ser construídas as barragens do Sabor e Tua, com 3% da produção total de energia a reverter para o desenvolvimento concelhio, além da criação directa e indirecta de postos de trabalho locais, durante a construção das barragens²⁴⁰.

Se a questão energética é estratégica para o país não menos o será para a região. As contrapartidas obtidas das negociações acima referidas constituem um ponto de partida, mas há outros passos que podem ser dados, nomeadamente o de se saber com rigor qual o potencial energético de cada concelho, especificamente a partir do sol, do vento e da biomassa²⁴¹. Um estudo detalhado da frequência e direcção do vento e da incidência solar por concelho poderia constituir uma mais-valia não só para possíveis investidores, mas também para todos aqueles que quisessem produzir energia para o seu próprio consumo. Neste sentido, seria, igualmente, interessante, depois de confirmado o

²⁴⁰ O que continua a ser estranho, em nosso entender, é termos tido acesso a esta informação e esta ainda não ser do conhecimento público, quando muitos teimam em continuar a discutir e a lutar, por exemplo, pela não submersão da linha do Tua. O que nos foi referido foi que nas negociações com a EDP, além de se ter logrado o que antes se referiu, também se consegui um óptimo pagamento às pessoas que viviam na zona a submergir (dinheiro que jamais ganhariam de outro modo, garantiu-nos um dos entrevistados). E conseguiu-se, ainda, um total de 20 milhões de euros que, por fases, financiarão uma Agência de Desenvolvimento.

²⁴¹ Neste sentido arriscamos levantar a questão dos resíduos produzidos pela vinha, mas também pelo olival e pelos pomares. Por conseguinte, há a considerar não só a biomassa resultante da limpeza das matas (e florestas), mas também as vides resultantes da poda das videiras, as hastes das árvores de fruto (amendoeiras, pereiras, pessegueiros, macieiras, etc.) e oliveiras que são todos os anos queimadas a céu aberto. Portanto, há, em nosso entender, pelo menos um possível objecto de estudo.

potencial energético, se se conseguisse negociar com empresas fornecedoras desses equipamentos, de modo a estarem disponíveis a um preço acessível para todos os interessados em ficar auto-suficientes do ponto de vista energético, na linha do que já se referiu em relação ao fazer negócios com os pobres, neste caso, com pessoas com menor capacidade aquisitiva. Isso, quanto a nós, seria dar um passo gigantesco da independência energética regional e colocar a região no caminho da sustentabilidade (exemplo para outras regiões)²⁴², não só ao nível da independência energética, mas também pela criação de emprego e um maior equilíbrio regional.

O Museu do Douro com sede na Régua e com núcleos em Tabuaço e Foz Côa, juntamente com os teatros de Vila Real e Lamego, o patrocínio das festas locais, com longa tradição regional, além da realização do *Douro Filme Harvest* e outras iniciativas mobilizadores e que rivalizam com a oferta urbana, são apostas fortes na cultura. Do mesmo modo, as escolas profissionais que preparam os jovens para assumir novas profissões com que a região se depara, sobretudo as ligadas ao turismo (Escola Profissional da Régua, Escola Profissional de São João da Pesqueira, Escola Profissional de Mirandela, fora da região, mas com cursos muito relacionados com as necessidades regionais, a Escola Profissional de Lamego, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego).

A UTAD assume, regionalmente, um papel de relevância. Forma profissionais, elabora estudos e projectos, o que faz desta Universidade um núcleo fundamental da região. Inclusive, alguns dos inquiridos referem que é a esta instituição que se deve a melhoria da qualidade dos vinhos durienses nos últimos anos. Ainda assim, outros consideram que esta deve fazer um maior esforço em trabalhar mais ligada ao mercado de trabalho.

Do ponto de vista espacial há a considerar também alguns aspectos. A assunção do eixo urbano Lamego/Régua/Vila Real como organizador (espinha dorsal) da região é um deles. Esta assunção levou à criação da *Douro Alliance*, uma instituição que, entre outras funções, assume a sustentabilidade como um dos seus principais eixos de acção.

²⁴² A este respeito, há duas questões a salientar. Por um lado, a vertente comercial na qual um projecto de produção de energia com venda à companhia custa entre os 15 e 25 mil euros, e, por conseguinte, inacessível à grande maioria das pessoas. Por outro lado, a vertente de auto-suficiência com produção para consumo próprio, para além do aquecimento solar de águas (no caso de novas casas, já obrigatório). Interferir no mercado de modo a criar essas condições, a que nos referimos, não nos parece, de todo, um elemento a descurar. Bem pelo contrário, pode criar condições para um óptimo aproveitamento energético, mesmo que tal possa supor alguma luta contra supostos interesses instalados.

A dispersão urbana, claramente visível em toda a região, é outro factor a considerar e prende-se com o Ordenamento do Território. É sabido que a concentração e a proximidade são mais vantajosas para a sustentabilidade, seja pelo acesso facilitado às infra-estruturas seja pela economia de que resultam tais processos. Embora os últimos 30 anos tenham sido de uma mudança profunda ao nível das infra-estruturas do provimento de água, saneamento e recolha do lixo (e mais recentemente a recolha selectiva), na verdade, é no ADV onde se paga a água mais cara do País, constituindo um forte encargo (insustentável) para os municípios²⁴³.

Porque nos deparámos com esta situação, é inaceitável, uma década passada do novo milénio, haver esgotos a céu aberto (águas residuais não tratadas), numa clara desvalorização política das questões ambientais, ou só agora se estejam a construir ETARs em alguns municípios. A este respeito, a opinião dos entrevistados, sobretudo das autarquias, vão no sentido de tudo se estar a fazer para prover os aglomerados populacionais desta infra-estrutura. Ainda assim, quando confrontados com a questão da existência de águas residuais não tratadas a céu aberto e despejadas em linhas de água (ribeiros), salientam que, politicamente, privilegia-se mais o que se vê (estradas, equipamentos e infra-estruturas) e não tanto o que não se vê (“canos enterrados”). As questões ambientais entram no que não se vê (pelo menos no imediato).

Interligado com as questões supra-referidas, há ainda a considerar a qualidade da água do Rio Douro, como repositório de tudo o que se passa na sua bacia hidrográfica, desde a contaminação por despejo de águas residuais não tratadas, até à acumulação do azoto proveniente dos adubos (adubação das vinhas), dos químicos provenientes da agricultura (agrotóxicos).

Ainda em relação a questões espaciais, há a ter em conta, pelo menos, mais dois aspectos. O primeiro tem a ver com os limites impostos pela Classificação de Património Mundial ao Douro, colocando exigências arquitectónicas em edifícios construídos em zona classificada, mas também dificultando muito as alterações. Este foi, aliás, um elemento referido por mais de um entrevistado. Especificamente, foi mencionada a dificuldade de se proceder a algumas alterações que é necessário fazer, por exemplo, no Pinhão, e, que por força das limitações impostas pela classificação

²⁴³ Convém explicar que, além do preço da água resultante de um relevo regional acidentado, há também a considerar os encargos financeiros do abastecimento em baixa, que é da responsabilidade dos municípios (sistema em alta é da responsabilidade da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro) tornando o sistema incomportável e à beira da ruptura.

Douro Património Mundial, não podem ser realizadas. A este respeito, também se referiu a questão da dificuldade do licenciamento de novos edifícios em área classificada que, além de obedecer a regras específicas, tem de ter pareceres de várias instituições. Ainda assim, há empreendimentos bem-sucedidos no que as estas dificuldades se refere, bem integrados paisagisticamente, como é o caso da Quinta de Nápoles, da Quinta do Seixo, da Quinta do Pêgo, da Quinta do Vallado, da Quinta do Portal, do *Aqua Pura*, do Hotel Douro, entre outros.

O segundo aspecto prende-se com os chamados (novos) *saibramentos* para plantação de vinha. Este aspecto assume vários contornos. Em primeiro lugar, a plantação de vinha em patamares é feita, muitas vezes, sem obedecer a um projecto, tendo, por isso, como consequência a obstrução das linhas de água com consequências nefastas, sobretudo no Inverno, facto que foi facilmente constatável nas várias viagens feitas um pouco por toda a região e mencionado por alguns dos entrevistados.

Em segundo lugar, a edificação de patamares junto a estradas nacionais e municipais tem tido como consequência o desmoronamento dos muros de suporte de algumas dessas mesmas estradas, facto que só acontece pela inexistência de um projecto e pela falta de fiscalização, com severas consequências financeiras para as autarquias.

Em terceiro lugar, o escoamento das águas pluviais em novos saibramentos. Efectivamente, é com frequência que se observa que novos saibramentos em patamares contemplam um sistema de escoamento das águas pluviais (obrigatório em novos projectos), o que por si só não é um elemento perturbador, mas apenas enquadrado na própria propriedade e não no conjunto das propriedades circunvizinhas, podendo ter como consequência graves prejuízos para os proprietários vizinhos, revelando uma clara falta de estratégia global (ver Aguiar *et al*, 2000a: 56).

Face à dispersão de informação disponível numa miríade de sítios da Internet sobre a região do Douro enquanto destino turístico, é de relevo o projecto do Portal do Douro, a cargo do CITMAD, da Universidade do Porto e da UTAD, congregando informação sobre toda a região (www.portaldodouro.net).

A “Campanha Douro Limpo”, o PIOTADV, o *Projecto Água e Sustentabilidade*, a importância “pessoas”, em geral, e o surgimento de alguns aspectos associados à inovação são exemplos de sucesso das estratégias da região.

Relativamente à “Campanha Douro Limpo” (2006-2007), esta foi uma campanha com imenso sucesso, limpando o Douro das lixeiras a céu aberto, de escombros, carros, electrodomésticos (entre outros) expostos um pouco por toda a região, minimizando o impacto ambiental e visual. Apesar do seu sucesso, teve um começo e um fim, ou seja, teve um limite de tempo e sem continuidade, acabando por resolver o problema apenas momentaneamente (www.dourolimpo.utad.pt). O que é facto é que continuam a encontrar-se, com menos frequência, é certo, este tipo de dissonâncias ambientais na região.

Uma referência ao PIOTADV, já abordado no Capítulo IV, elaborado por indicação da UNESCO, por ocasião da candidatura do Douro a Património Mundial. O Plano é muito bom mas está na gaveta. Poderia constituir uma mais-valia, se aplicado na prática, mas não passa de uma estratégia no papel e sem aplicação.

O *Projecto Água e Sustentabilidade*²⁴⁴ foi um projecto desenvolvido pela *Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro* (AdTMAD), em parceria com a *maismomentos - ambiente, sensibilização e cidadania* para desenvolver um projecto de educação ambiental para as populações dos 31 concelhos de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desta parceria resultou um projecto inovador no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável constituído por um *Programa Educativo Água – educar, cooperar e proteger* e pelo *Museu Virtual da Água* (www.museuvirtualdaagua.com).

Um destaque para Vila Real, Peso da Régua, Carrazeda de Ansiães e Armamar, incompreensivelmente, os únicos concelhos da região que têm uma Agenda 21 Local²⁴⁵.

Em Vila Real destaque-se a preocupação com a biodiversidade, através do *Programa de Preservação da Biodiversidade de Vila Real*, com diversas acções pedagógicas levadas a cabo para sensibilizar sobre este tema, originando dois projectos *Proteger é conhecer!* e *Seivacorgo*.

O aspecto “pessoas” foi muito salientado como uma riqueza da região, muito valorizado pelos inquiridos, mas desde o envelhecimento, à iliteracia, passando pelas fracas ofertas de emprego, pela pobreza e exclusão, nada faz crer que as “pessoas” sejam uma prioridade no desenvolvimento regional²⁴⁶.

²⁴⁴ Mais detalhes sobre o Projecto podem ser vistos no sítio <http://aguaesustentabilidade.wordpress.com>.

²⁴⁵ Informação recolhida no sítio web Agenda 21 Local a 12-04-2012 (www.agenda21local.info).

²⁴⁶ Se assim fosse, haveria um planeamento mais participativo, maior equidade, melhores condições de vida, um território mais atractivo, menos analfabetismo, enfim, um território com menos assimetrias.

Entre outros aspectos, é de salientar alguma mudança que tem surgido no modo como se encaram as possibilidades agrícolas da região. Desde a produção de vinho proveniente de agricultura biológica e sem o uso de sulfitos, à protecção integrada, à utilização de agroquímicos certificados, passando pela inovação do processo de vinificação e de novos produtos regionais (geleias, enchidos, castanha, fruta, mel...), a região tem sofrido algumas alterações, que, embora sem a necessária escala, ou mesmo pouco promovidas, indicam que há um potencial latente.

Vários interlocutores salientaram que as Quintas da região poderiam constituir um eixo dinâmico da região, à volta das quais podem gravitar aspectos tão interessantes como a produção para abastecimento dos mercados locais/regionais, ou mesmo a formação de um núcleo habitacional gerador de emprego e com produção própria, ou como promotores de turismo²⁴⁷. Mas outros acusam-nas de serem uma forma de reproduzir o modelo inglês e, por isso, de um certo snobismo.

5.5. Segunda análise SWOT (intermédia)

Apresentamos, em seguida, a segunda análise SWOT, resumindo, em boa parte, o que foi dito neste capítulo. Recorde-se que os entrevistados foram, especificamente, inquiridos sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, e, sempre que possível direccionados para as 6 dimensões da sustentabilidade²⁴⁸.

PONTOS FORTES	
❖	Há uma agenda cultural cada vez melhor
❖	Património natural, histórico e arqueológico
❖	Surgimento do Museu do Douro com vários núcleos museológicos
❖	Diversidade de oferta cultura local: ranchos, bandas, monumentos, gravuras... (diferentes épocas da história)
❖	Produção cultural ligada ao teatro em Vila Real, UTAD
❖	Ser património Mundial (ser reconhecido)
❖	Primeira Região Demarcada do Mundo
❖	Possibilidade de integrar a cultura com a paisagem e o turismo

²⁴⁷ Muitas já o são, contudo, o que se pretende salientar aqui é que não seria apenas direccionada para o turismo, mas com núcleo habitacional.

²⁴⁸ Inclusive, a primeira versão da entrevista contemplava que a questão fosse mesmo feita por cada uma destas dimensões. Posteriormente, percebeu-se que, a ser feito assim, a entrevista prolongar-se-ia por muito mais tempo, razão pela qual se optou por questionar apenas sobre os aspectos da Análise SWOT e, quando a conversa assim o proporcionou, insistir numa ou outra dimensão da sustentabilidade.

- ❖ Mosaico da paisagem, cultura, povoamento
- ❖ Região única no mundo
- ❖ Plano Nacional de Turismo (1985) refere a região como uma região específica de aproveitamento turístico
- ❖ Empregos qualificados relacionados com novas apostas económicas como o turismo, novas tecnologias e os novos equipamentos
- ❖ A forma requintada de as pessoas receberem
- ❖ Pessoas e sua cultura
- ❖ Qualidade de vida
- ❖ Rede escolar, saneamento, ETARS
- ❖ Ter um tecido social que sempre foi capaz de muitas vezes “fazer das tripas coração”: reinventar e sustentar a região
- ❖ Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego
- ❖ Região de baixa densidade permite haver sempre população e quintas espalhadas pelo território (turismo de baixa densidade)
- ❖ Quinta como elemento fundiário da região
- ❖ Dimensão do território – não há nenhuma região como património mundial com a dimensão do Douro
- ❖ Grandes transformações nos últimos 15/20 anos, a todos os níveis
- ❖ Esforço claro de requalificação da região
- ❖ Esforço de fazer ETARS para cobrir toda a região
- ❖ Progressos nas acessibilidades
- ❖ Para construir casas no ADV é preciso uma autorização do Ministério da Cultura
- ❖ Proximidade com Espanha
- ❖ Gastronomia
- ❖ Boas condições técnicas e boa localização para o turismo de golfe e de congressos
- ❖ Boas condições para produção de energia de fontes renováveis
- ❖ Bons produtos e de qualidade
- ❖ Exploração da cultura da vinha, do património vitivinícola da região
- ❖ Valorização do comboio
- ❖ Vinho de excelência e imagem de marca (Porto)
- ❖ A região está a ser alvo de grandes investimentos
- ❖ Potencial da Denominação de Origem Controlada
- ❖ Potencial turístico
- ❖ Geoturismo
- ❖ Estrutura empresarial do Vinho do Porto relativamente forte
- ❖ Boa aceitação dos vinhos nos mercados
- ❖ Há um cluster empresarial de sustentabilidade (nos produtores do vinho – é uma exigência) com preocupações na responsabilidade social corporativa
- ❖ Potencial para explorar de forma sustentável, sem comprometer o futuro
- ❖ Cultura de parceria (embora ainda não seja interiorizada por todos)
- ❖ Persistência de políticas públicas para a região
- ❖ Estrutura de Missão do Douro
- ❖ Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO)
- ❖ A divisão da CCDRN em Vila Real é vantajosa
- ❖ Começou a criar-se instituições com autoridade/responsabilidade sobre a totalidade do território do ADV (NUT Douro, Bacia Hidrográfica do Douro)
- ❖ Tem uma elite que tem influência, que vai puxando para o Douro muitas coisas
- ❖ Rio (e afluentes – Bacia Hidrográfica do Douro)
- ❖ Biodiversidade

❖ Ambiente
❖ Clima
❖ Reduzida poluição (atmosférica, rios, etc.) – equilíbrio ambiental
❖ A vinha ajuda à preservação ambiental
❖ Território limpo
❖ Combate aos entulhos
❖ Campanha Douro limpo (exemplo de sustentabilidade)
❖ Práticas agrícolas mais amigas do ambiente – protecção integrada

PONTOS FRACOS
❖ Dificuldade financeira para desenvolver algumas componentes na área da cultura
❖ Falta de entrosamento entre a EMD e os municípios a nível cultural
❖ Falta de sofisticação cultural na oferta e na procura
❖ Competição dos teatros de Vila Real e da Régua
❖ Falta de equipamentos culturais
❖ Falta de grandes eventos na região
❖ Não há informação a montante especificamente sobre o Douro
❖ O Douro não tem uma agenda cultura nem dimensão cultural
❖ Deficiente oferta de serviços (saúde, educação/formação)
❖ Não há um sítio onde se consultar todas as actividades que acontecem no Douro
❖ Postos de turismo fechados
❖ Há dois “Douros”: o da televisão, cinema, das pessoas com posses, e o das pessoas que não melhora muito
❖ Há discussão sobre o território, mas falta verdade na discussão
❖ Não há uma estratégia de recuperação do edificado
❖ Os locais não consomem Vinho do Porto
❖ Individualismo dos viticultores do Douro
❖ Alguma pobreza que atinge os idosos e as pessoas com menos formação
❖ Baixa densidade demográfica – regressão demográfica
❖ Fraca qualificação dos recursos humanos
❖ Pouca massa crítica de recursos humanos e de capacidade empreendedora
❖ Deficiente capacitação das pessoas (Câmaras)
❖ Maior taxa de abandono escolar do país
❖ Desemprego (dimensões preocupantes associado à agricultura)
❖ As pessoas que tiveram responsabilidades estão a abandonar a região
❖ Alguma exclusão social, ligada a problemas de disfunções sociais (alcoolismo e toxicodependência)
❖ Problemas de atrasos mentais
❖ Há ainda muita pobreza na região (desigualdades sociais grandes)
❖ Natalidade em baixa
❖ Iliteracia
❖ Insuficientes infra-estruturas de apoio aos idosos
❖ Faltam pessoas qualificadas na área da geriatria
❖ Os turistas ficam admirados porque não vêem ninguém à sua passagem.
❖ Abandono dos agregados populacionais de pequena dimensão para a sede de concelho
❖ Disputam-se infra-estruturas que são próximas de outras em outros concelhos
❖ Degrada-se a paisagem e outros valores patrimoniais, imateriais (desertificação)
❖ OT determinístico
❖ Tudo muito concentrado no rio, Régua, Lamego e Vila Real

- ❖ Dispersão de povoamento
- ❖ Artificialidade do eixo urbano Vila Real, Régua e Lamego
- ❖ Concelhos encravados sem acessibilidades adequadas (primárias e secundárias)
- ❖ Dificuldade de recolha de lixo especializados
- ❖ Parque desportivo deficiente
- ❖ Falta de Ordenamento da encosta em termos de estruturas de suporte
- ❖ Pequena dimensão e dispersão das parcelas
- ❖ Inexistência de recolha e tratamento de resíduos da construção e demolições
- ❖ Algumas intrusões no edificado sem se ter em conta a paisagem
- ❖ Agregados urbanos (vilas e cidades) com certo desordenamento
- ❖ Faltam guias turísticos
- ❖ Faltam empresas de animação turística
- ❖ A oferta turística que não atinge todas as classes
- ❖ Sazonalidade do turismo
- ❖ Falta o comboio dos patrimónios mundiais
- ❖ Indiferenciação da projecção da gastronomia
- ❖ Dificuldade de captar investimento com os entraves do Ordenamento do Território
- ❖ Fracos restaurantes
- ❖ Decréscimo de receitas do licenciamento de obras particulares
- ❖ O vinho e a vinha dão cada vez menos rendimento
- ❖ Empresários com pouca capacidade financeira
- ❖ Rendimento per capita dos menores do país
- ❖ Custo da exploração
- ❖ Economia pouco diversificada e débil
- ❖ Pouco profissionalismo
- ❖ Decréscimo do consumo do vinho
- ❖ Concorrência com o novo mundo que produz vinhos a baixo custo
- ❖ Concentração comercial
- ❖ Baixos níveis de mecanização
- ❖ Ausência de alguma indústria (não poluente)
- ❖ Não se tem conseguido equilibrar o valor do irmão rico (Vinho do Porto) e o pobre (vinho não classificado e DOC Douro) – diferença de 1/10
- ❖ Baixa do benefício (autorização de produção) do Vinho do Porto
- ❖ Insustentabilidade do turismo fluvial
- ❖ O modelo dos grandes hotéis, dos grandes SPA's não é sustentável
- ❖ Dificuldades de as quintas conseguirem fixar trabalhadores
- ❖ O mercado não funciona de modo eficiente
- ❖ Clusters: uma visão sectorial da realidade (lógica territorial)
- ❖ A produção de energia não deixa ficar mais-valias na região
- ❖ Falta de uma sinalização comum ao Douro
- ❖ Subsídio-dependência
- ❖ Caminho-de-ferro subaproveitado
- ❖ Sede das grandes empresas exportadoras do VP fora da região
- ❖ Os lucros provenientes do turismo ficam no Porto
- ❖ Dificuldade em atrair investimento
- ❖ Dificuldade em conseguir criar e manter empregos qualificados
- ❖ Dependência excessiva das firmas do VP, que se aproveitam da fragilidade dos lavradores
- ❖ Dificuldade de os pequenos produtores escoar os produtos
- ❖ Os benefícios do turismo ainda não estão a ser distribuídos

- ❖ Dificuldade de atrair turistas estrangeiros
- ❖ Dificuldade de criar um produto turístico completo
- ❖ Inaptidão dos residentes para o turismo em geral
- ❖ Incipiente articulação entre políticas públicas e privadas
- ❖ Sociedade civil descapitalizada
- ❖ Não há um nível estratégico, um entrosamento dos vários sectores, coordenação, planeamento regional mais forte e mais capaz
- ❖ Não há gestão nem implementação do PIOTADV
- ❖ Deficiente articulação institucional
- ❖ A Estrutura de Missão tem sido feito um caminho notável na gestão do Plano de Desenvolvimento Turístico e área classificada, mas não consta nas suas atribuições
- ❖ Fragilidade da região sem regionalização
- ❖ Pouca associação entre os municípios
- ❖ Falta de um poder regional, intermunicipal e com financiamento próprio
- ❖ Falta receptividade das autarquias para possíveis empreendedores
- ❖ Deficiente cultura democrática
- ❖ Alguma dificuldade de diálogo e parceria entre autarquias e administração central
- ❖ Sector cooperativo em crise (políticas erradas, falta de formação dos directores)
- ❖ Região maquilhada (todos se querem mostrar, evidenciar-se, ter protagonismo)
- ❖ Região pejada de inveja, de maledicência, de boicotes e querelas antigas
- ❖ Paralisia nas instituições que regulam o sector dos vinhos
- ❖ Burocracia (demasiado tempo para obter licenças, obter vistorias e autorizações)
- ❖ Falta de interdisciplinaridade entre os organismos
- ❖ Falta de flexibilidade do planeamento
- ❖ Tentação das Câmaras para tudo dominarem
- ❖ Modelo criado após 1995 (retirou competências à CD para as atribuir ao IVDP)
- ❖ Não existe clareza legislativa
- ❖ O Douro está espartilhado
- ❖ Falha nas políticas de desenvolvimento rural
- ❖ Diferentes limites administrativos e em demasia
- ❖ Excesso de autarquias (fusão de municípios)
- ❖ Não há estruturas de políticas sem o controle do Estado
- ❖ Dificuldades de entendimento do Conselho Interprofissional
- ❖ Faltam organizações na comercialização
- ❖ Faltam lideranças fortes na região que a defendam
- ❖ Pouca força das estruturas de produção (o comércio é que coloca as normas)
- ❖ Algum bairrismo doentio/concelhio
- ❖ Os órgãos locais não têm poder de decisão
- ❖ Prevalência do municipalismo
- ❖ “Partidarite” no funcionamento das instituições
- ❖ Multiplicação de infra-estruturas e equipamentos numa lógica municipal
- ❖ Só se vê o PIOTADV e o PBH nos aspectos negativos
- ❖ Os lavradores vivem de costas voltadas (divisão)
- ❖ Excesso de endividamento, principalmente no sector cooperativo
- ❖ Falta de entrosamento entre os operadores turísticos e os agentes culturais da região
- ❖ Pouco trabalho em rede e parceria
- ❖ Incipiente qualidade da água
- ❖ Lixeiras a céu aberto (dissonâncias ambientais)
- ❖ Falta capacidade para transmitir às pessoas valores ambientais essenciais
- ❖ Alterações climáticas podem alterar as condições para a agricultura

- ❖ O tratamento dos resíduos falta em alguns núcleos urbanos
- ❖ Nenhum município gere o recurso água (está a ser tratado de forma leviana)
- ❖ O acesso à água é mais caro do que noutras regiões do país
- ❖ A água e a energia não têm tratamentos iguais
- ❖ Degradação da biodiversidade (nichos ecológicos no interior das parcelas) sem a devida compensação
- ❖ Poluição do Rio Douro
- ❖ Intrusões ambientais na paisagem (ex. muros de cimento da CP; as eólicas (zonas marginais) têm um impacte negativo na paisagem...)
- ❖ Impacte ambiental dos postes de média e alta tensão
- ❖ Impacte ambiental negativo das barragens
- ❖ Erosão das margens do Douro por causa da navegabilidade
- ❖ Utilização dos fitofármacos

OPORTUNIDADES

- ❖ Turismo patrimonial / cultural: pode ser feito todo o ano
- ❖ Aposta forte nos grupos culturais
- ❖ Valorização do património religioso
- ❖ Aposta nas indústrias da cultura (indústrias criativas)
- ❖ Investimento no ambiente, cidadania e educação
- ❖ Agenda intermunicipal da cultura
- ❖ Criar rotas entre concelhos (VP, Cister, Romanos...)
- ❖ Valorização das quintas como nichos culturais
- ❖ Atrair novos e diversificados públicos e produtores de cultura
- ❖ Levantamento exaustivo do que existe ao nível da Junta de Freguesia para aproveitamento turístico
- ❖ Uma estratégia de recuperação do património edificado abandonado
- ❖ Oportunidades de lazer, turismo, educação ambiental, através dos parques, Museu do Douro, Liga dos Amigos do DPM
- ❖ Museu do Douro (criação de sinergias)
- ❖ Incentivar o investimento em organizações de cariz social
- ❖ Aposta na formação profissional para colmatar as carências regionais
- ❖ Atracção de jovens quadros de várias áreas científicas e profissionais
- ❖ Formação aos restaurantes no sentido de valorizarem os produtos locais
- ❖ Criação de melhores condições para se poder viver nas quintas
- ❖ Aposta na linha-férrea do Douro
- ❖ Construção de um aeroporto regional
- ❖ Ligação do Douro a outros patrimónios mundiais – rota dos patrimónios mundiais
- ❖ Criar uma política de desenvolvimento integrado
- ❖ Vias de comunicação que criem dinâmica de desenvolvimento
- ❖ Conclusão dos eixos rodoviários
- ❖ O eixo urbano como motor e mobilizador do desenvolvimento de toda a região
- ❖ Recuperar o tecido urbano das aldeias. Criar condições de habitabilidade e conforto
- ❖ Todos os concelhos servidos por ETAR's
- ❖ Desenvolver formas de povoamento e de construção e ordenamento do espaço e território mais adaptados às boas práticas ambientais e de sustentabilidade
- ❖ Rearranjo dos acessos, criação de condições de fácil trânsito e desfrute da paisagem (estradas panorâmicas)
- ❖ Criar ligações mais rápidas ao longo do Rio até Barca D'Alva (encurtar distâncias)
- ❖ Esquemas alternativos da gestão de resíduos

- ❖ Manutenção ou não da linha do Tua
- ❖ Regeneração urbana
- ❖ Retirar 1% às empresas que actuam na região mas têm sede fora
- ❖ Receitas das energias renováveis (1% para fundo para a preservação)
- ❖ Ligar o rio à periferia (atrair os visitantes às margens)
- ❖ Turismo de golfe associado a um projecto imobiliário
- ❖ Aumentar a oferta turística para a classe média
- ❖ Deslocalizar as empresas do Vinho do Porto para a região
- ❖ Novas apostas económicas que não eram comuns na região (energia, turismo, novos equipamentos, novas tecnologias)
- ❖ Gastronomia
- ❖ Nichos de mercado associados à produção vitivinícola, turismo, caracterização do património, produção multimédia
- ❖ Vinho do Porto de Excelência
- ❖ Criação e fixação de empresas ligadas ao turismo
- ❖ Enoturismo
- ❖ Integração / federação das cooperativas agrícolas e vitivinícolas para se promoverem conjuntamente e se tornarem mais competitivas e se modernizarem
- ❖ Preparar os jovens para o empreendedorismo
- ❖ Diversificar a economia
- ❖ Rio enquanto activo económico
- ❖ Produtos, artes e ofícios tradicionais
- ❖ Investir no Turismo terrestre (fluvial não é suficiente)
- ❖ Criar o *Stuart Council* – Carta do Geoturismo
- ❖ Competição dos territórios (também ameaça)
- ❖ Abrir-se a novos mercados (China, Angola...), procurar novos mercados
- ❖ Captação de mercados limítrofes (ex. Espanha)
- ❖ Melhorar os acessos sem descaracterizar o Douro
- ❖ Alavancar o desenvolvimento em torno dos recursos endógenos
- ❖ Aproveitar as possibilidades de investimento público que existem no momento
- ❖ Criação de uma estrutura para a comercialização dos vinhos
- ❖ Ter apoios e incentivos para promover e vender os produtos
- ❖ Agricultura biológica
- ❖ Produção de figo de boa qualidade
- ❖ Atrair pessoas para consumir e deixar valor acrescentado na região e atrair novos investimentos
- ❖ Introdução de técnicas ao nível da gestão e marketing
- ❖ Criar programas para que os turistas permaneçam mais de 2 dias
- ❖ Criação de uma entidade supramunicipal, eleita na região (Regionalização)
- ❖ Planeamento regional mais forte e mais capaz (nível estratégico, entrosamento e coordenação)
- ❖ Articulação e cooperação: desenvolvimento de projectos que têm raízes locais
- ❖ O sector cooperativo tem um potencial para o desenvolvimento da região
- ❖ Descentralização
- ❖ Novos paradigmas de governação, como a participação dos cidadãos
- ❖ Trabalhar em rede
- ❖ Ter uma visão integrada à região
- ❖ Agência de Desenvolvimento Regional
- ❖ O *Simplex* do IVDP
- ❖ A CD deveria ter mais poderes para equilibrar a região

- ❖ Articulação entre os agentes locais
- ❖ Implementar um modelo de desenvolvimento sustentável
- ❖ Criação, reestruturação e partilha de serviços intermunicipais
- ❖ Melhorar a comunicação interna
- ❖ Regionalização na vertical (Douro, Trás-os-Montes e Beira Alta)
- ❖ Integrar os locais no processo turístico
- ❖ Promoção do vinho no exterior por parte do Governo
- ❖ Fomento do diálogo associativo
- ❖ Classificar as atribuições dos organismos de uma vez por todas
- ❖ Estudar a questão das alterações climáticas
- ❖ Construções que se adaptem às características do ADV
- ❖ Manter a qualidade da água e turismo
- ❖ Fazer uma eco-taxa – taxa turística
- ❖ Educação ambiental nas escolas
- ❖ Aproveitar o ecossistema, incluindo a vinha, as galerias ripícolas, a preservação dos matos mediterrâneos
- ❖ Manter a qualidade da água

AMEAÇAS

- ❖ Ausência e falta de actividades para os jovens
- ❖ Não saber preservar a memória e a riqueza cultural
- ❖ Perigo de abandono do património classificado
- ❖ Não se fomenta uma cultura do “mercado”
- ❖ Individualismo
- ❖ Intermittência da política cultural para a região
- ❖ Falta de iniciativas (incentivos) e políticas para atrair e fixar pessoas na região
- ❖ Despovoamento, declínio demográfico, envelhecimento da população
- ❖ Incapacidade de fixar na região as pessoas adequadas
- ❖ Pirâmide demográfica invertida
- ❖ Desaparecimento do homem do Douro
- ❖ Produz-se um produto nobre, mas continuam os problemas sociais e pobreza graves
- ❖ Falta de alunos na Escola Profissional de Tabuaço
- ❖ Falta de emprego
- ❖ Construção da Barragem do Tua
- ❖ Monocultura em patamares (risco de erosão)
- ❖ Pressão turística
- ❖ Dispersão urbana
- ❖ Desordenamento do território
- ❖ Construção de vinhas em sítios indevidos (não ordenada)
- ❖ Tem-se em pouca conta os declives (desabamentos)
- ❖ Não garantir a sustentabilidade e equilíbrio do território
- ❖ Inexistência de meios de mobilidade com carácter intermunicipal
- ❖ Insustentabilidade do turismo
- ❖ Turismo fluvial
- ❖ Não haver actividades económicas alternativas (monocultura da vinha e vinho)
- ❖ Competitividade do mercado dos vinhos (campeonato difícil)
- ❖ Dependência (concentração) excessiva dos armazenistas (empresas exportadoras)
- ❖ Alteração das dinâmicas na agricultura
- ❖ Falta de mão-de-obra na agricultura e qualificada no turismo
- ❖ Dificuldades nas telecomunicações (vale ou afluentes)

- ❖ Não atribuir valor acrescentado aos produtos que saem da região
- ❖ Só quem estiver bem posicionado terá hipótese de sobreviver
- ❖ O surgimento de novos destinos turísticos
- ❖ Conjuntura económica e política actual
- ❖ Falta de investimento
- ❖ Descapitalização dos privados
- ❖ Descida do preço do vinho
- ❖ A liberalização do mercado
- ❖ Ausência de condições para a instalação de empresas ligadas a novas tecnologias
- ❖ Dificuldades em fazer valer a marca Douro
- ❖ Concorrência a preços de “combate”
- ❖ Globalização (também oportunidade)
- ❖ Perda de qualidade dos vinhos
- ❖ Cortes sistemáticos no benefício
- ❖ A ilusão e assumpção de que as potencialidades são vantagens assumidas
- ❖ Inexistência do Gabinete Intermunicipal
- ❖ Ausência de uma visão integrada para a região
- ❖ Politização em demasia (gerido pela CCDR-N)
- ❖ Ter um plano – o PIOTADV – e tê-lo na gaveta
- ❖ Diálogo de surdos entre produtores e exportadores
- ❖ Falta de políticas e processos que apoiem o tecido associativo
- ❖ As associações não trabalham em conjunto
- ❖ Dificuldade de fazer parcerias com os locais
- ❖ Falta de sincronia, de ligação entre os actores no terreno
- ❖ Ausência de uma Organização profissional e sindical a sério dos empresários dos vários sectores (sem controlo estatal)
- ❖ Fraco entrosamento institucional
- ❖ Interesses das instituições a sobrepor-se aos da região
- ❖ Excessiva burocracia e máquina institucional pesada e tardia
- ❖ Excesso de imagem, como se do paraíso se tratasse
- ❖ Falta de implementação dos PDM's
- ❖ Falta de liderança regional
- ❖ Relação entre a pequenez das instituições versus a sua instrumentalização política
- ❖ Pouca celeridade na implementação de actividades, de projectos, de estudos
- ❖ Deixar subir as quotas da plantação da vinha
- ❖ Alterações na cultura (plantação) da vinha
- ❖ RIO DOURO – reserva de água – (também oportunidade)
- ❖ Fazer tudo demasiado depressa e com máquinas muito grandes
- ❖ Ausência de consciencialização colectiva da importância das questões ambientais
- ❖ Comprometer a qualidade dos recursos hídricos

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO VI

Avaliação da Sustentabilidade Regional

«O principal desafio deste século é transformar uma ideia que parece abstracta – desenvolvimento sustentável – numa realidade para todos.»

Kofi Annan, ex-Secretário-geral das Nações Unidas

»Enough for everyone, forever» – O suficiente para todos e para sempre.»

(Essência do desenvolvimento sustentável)

Guião de Educação para a Sustentabilidade – Carta da Terra (Gil et al, 2006)

Ao iniciar o penúltimo capítulo desta investigação, a ênfase vai ser colocada na avaliação da sustentabilidade regional. Para tal, ter-se-á em conta a operacionalidade do DS, as novas perspectivas da sustentabilidade e as suas várias dimensões. Será feita uma breve referência a algumas das mais significativas experiências de avaliação da sustentabilidade a nível mundial e, em específico, o caso português. Terminar-se-á com a selecção de indicadores e a metodologia para aferir o estado da sustentabilidade regional.

6.1. Da interpretação à operacionalidade do Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Wheeler (2004: 25-27), o conceito de DS pode ser compreendido entre 4 diferentes posições. Na primeira destas posições ele inclui, de um lado, aqueles que mantêm a fé na tecnologia, na racionalidade científica e no crescimento económico e os que não mantêm; do outro lado, aqueles que acreditam que o DS é fundamentalmente incompatível com as actuais estruturas, atitudes e estilos de vida do capitalismo económico.

Na segunda posição estão aqueles que se centram nas crises ecológicas e os que enfatizam as necessidades sociais e a equidade.

A terceira posição concerne aos que acreditam que o estilo de vida das comunidades indígenas deve ser usado como modelo de sustentabilidade e antídoto contra o materialismo ocidental, e os que consideram que a anterior posição é romântica, arguindo que, frequentemente, as comunidades indígenas se comportam de modo insustentável.

Na quarta posição, o autor sugere as preocupações sobre as mudanças graduais dentro da ciência ecológica, em particular o afastamento da noção de que os ecossistemas adquirem um ponto de equilíbrio e harmonia, em ordem a um processo que reconhece o estado caótico, imprevisível e de mudança constante dos sistemas naturais (ver Siena, 2002: 14).

Estas diferentes posições assinalam que o DS não é um conceito acabado (Rattner, 1999: 233; Martins, 2004: 1; Ruscheinsky, 2004: 18). São variados os factores que lhe dizem respeito, como se tem vindo a afirmar. Referimo-nos aos interesses dos

poderosos (económico, político, militar); das empresas (nacionais, internacionais e multinacionais); dos Estados, sobretudo os que apostam em manter a hegemonia; de grupos económicos; ao deficiente conhecimento que ainda se tem do mundo natural; aos interesses egoístas (George, 1998: 11); à falta de sentido de busca do bem-comum (e do sentido da existência – Leff, 2000: 8); à dificuldade de validar acordos internacionais e de passar das palavras aos actos (jogos de poder); à dificuldade de se colocar de acordo em relação ao que é necessário medir e como o fazer para aferir a sustentabilidade, etc.

A questão central é que o DS, tal como surgiu e como se tem vindo a desenvolver, é um conceito que surgiu dentro do quadro institucional e económico do capitalismo, como refere Stahel (1998: 104), entre outros autores, correndo o risco de se tornar um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo de mercado (ver Klink, 2005: 78).

É como se o sistema, à partida insustentável, se revestisse de uma nova roupagem (verde), de modo a ganhar legitimidade e a prolongar-se no tempo (Rattner, 1999: 233; Ruscheinsky, 2004: 17; Daly, 2004: 198). Ou se se quiser, como referem Braidotti *et al* (2000: 191), a crise ambiental tem a sua origem no crescimento económico, tornando-o incompatível com o DS (ver Daly, 2004: 197).

No Capítulo III, percebeu-se que são várias as dificuldades inerentes ao DS, desde a sua concepção teórica, que o identifica com o sistema actual (neo-liberal), sendo um modo velado de continuar a fazer mais do mesmo, até à sua aplicação prática. São diversos os aspectos que nos remetem para a difícil operacionalidade da sustentabilidade: depleção, uso irresponsável e imprudente dos recursos naturais; crença optimista na tecnologia; a ideia de que a natureza tudo suporta e absorve; o aumento da degradação ambiental (perda de biodiversidade e de património genético, aquecimento global, deterioração da camada de ozono, chuva ácida, escassez da água); aumento da pobreza e das assimetrias regionais e mundiais; a satisfação das necessidades presentes e futuras; as liberdades presentes e futuras; a qualidade de vida; o crescimento da população mundial (ver Leis, 1998: 42-43; Blük, 2008).

Se a estes aspectos se acrescentar o legítimo desejo de cada indivíduo potenciar as suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca de auto-realização e felicidade, mediante esforços colectivos e individuais, como salienta Veiga (2008: 81), citando Sachs, esta operacionalidade torna-se ainda mais difícil.

Acresce a estas dificuldades o facto de se saber que a sustentabilidade não é, nem nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética. Ela sempre será contraditória, pois nunca será encontrada em estado puro (Veiga, 2008: 165; ver Siena, 2002: 21).

Gibson *et al* (2005: 59-62), reflectindo sobre o que se considera ser a essência do conceito de DS, salienta nove características. O DS é, antes de mais, (1) um desafio ao pensamento e práticas convencionais; (2) diz respeito ao bem-estar no curto e no longo prazo (soluções duráveis); (3) percorre os aspectos mais importantes da tomada de decisão; (4) supõe o reconhecimento de ligações e interdependências; (5) tem de ser alcançado num mundo de complexidade e surpresa (necessita de abordagens precaucionais) (ver Mendes, 1998; Romeiro, 1999: 96-97); (6) reconhece, simultaneamente, os limites invioláveis e infinitas oportunidades para uma inovação criativa; (7) é um conceito vago e impreciso (diz respeito a um conjunto de princípios e processos a seguir, não um estado a ser conseguido); (8) os fins e os meios estão necessariamente interligados (não se trata somente de harmonizar os factores sociais, económicos e ambientais, é também uma questão de cultura e governação) e (9) é ao mesmo tempo universal e dependente do contexto (ver Oliveira, 2007; Siena e Costa, 2007: 10).

Feitas estas observações, como superar a questão da operacionalidade da sustentabilidade? Pelo que nos foi dado entender, há alguns aspectos que é necessário contemplar: uma visão para o DS; a participação; a inovação; a cooperação; ciência e tecnologia; criatividade; entrosamento entre o mundo tripolar e fazer negócios com os pobres e a educação.

O primeiro dos aspectos – Visão para o DS – é evidenciado como o primeiro dos Princípios de Bellagio e diz respeito à necessidade de se ter uma visão orientadora e metas que reflectam a sustentabilidade (Hardi e Zdan, 1997: 11-13)²⁴⁹. Hitchcock e Willard (2008: xx), referindo-se ao modo como se pode criar e implementar planos de sustentabilidade em negócios e organizações, evidenciam a necessidade de definir a visão que se tem da mesma (ver Almeida, 2007: 249-250; Sachs, 2004: 17; Siena, 2002:

²⁴⁹ O projecto Bellagio surgiu por iniciativa do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, em 1996, com o objectivo de rever e sintetizar os progressos práticos na avaliação da sustentabilidade. Este grupo de peritos definiu 10 princípios que devem assessorar o progresso em direcção ao DS, dos quais destacamos o princípio 1 referente à visão, o princípio 2 que diz respeito ao facto de a avaliação ter de obedecer a uma perspectiva holística e o princípio 8, que concerne à necessidade de uma participação alargada no processo de avaliação do DS (Hardi e Zdan, 1997: 1-4)

47) e da sociedade sustentável (Whitehead, 2007: 4; Rattner, 1999: 239). Este é o primeiro passo, sem o qual os outros serão dados em falso. Neste contexto, o planeamento da sustentabilidade envolve duas questões fundamentais: «devemos procurar a sustentabilidade?» e «como se faz?». Em nosso entender, deveria acrescentar-se uma terceira que antecede as outras duas: «o que é a sustentabilidade?». Deste modo, teríamos: «o que é a sustentabilidade?», «queremos a sustentabilidade?», «como se faz?».

O tema da participação é caro ao DS. Nos Capítulos II, III e V colocou-se em evidência a sua importância para o mundo rural, para o DS, tendo sido concretizada no Capítulo V, pelo menos em uma das suas várias possibilidades.

Em relação ao terceiro aspecto, tomando a ideia de Almeida (2007: 176), não há sustentabilidade sem inovação. Embora este autor se refira à inovação no sentido tecnológico e mais orientada para empresas, importa reter algumas das suas conclusões. Por um lado, inovar é um processo que depende de criatividade, competência, visão do mundo e liderança (Idem, 171). Por outro, a inovação tecnológica por si só não é capaz de assegurar a sustentabilidade. Essa só se consegue se aquela for acompanhada de inovações não-tecnológicas (progressos sociais e ambientais) (Idem, 168). Inovar significa, ainda, capitalizar activos intelectuais (Idem, 172).

Por último, a criação de inovações sustentáveis envolve prover e estimular visões alternativas do mundo; assegurar a ligação da inovação à cadeia produtiva; procurar novas plataformas e aperfeiçoar as já existentes; estimular o empreendedorismo; promover pequenos negócios sem perder de vista a sua reprodutibilidade para obter ganhos de escala; e desafiar os modelos de negócios com cenários alternativos de futuro (Almeida, 2007: 171).

A sustentabilidade é um apelo à cooperação em detrimento da competitividade. Como é perceptível, o mundo de hoje está impregnado de competição. É-se educado, desde tenra idade, para se ser competitivo, para vencer o outro. O importante é ser-se “vencedor”, ter poder e dinheiro, muitos bens materiais e um óptimo modo de vida, normalmente associado ao bem-estar material, que se propaga nos chamados países desenvolvidos. Hoje, com 80% da população mundial sendo pobre, é mais que necessário cada um interrogar-se sobre este bem-estar, altamente questionável, como já se referiu, e trabalhar em conjunto para dirimir as assimetrias mundiais.

Este pode ser um pensamento ingénuo, mas, por exemplo, Almeida (2007: 127), referindo-se ao mundo dos negócios, salienta que a competição é um aspecto que terá de ser destruído e recriado em novas bases. Para ele, na lógica da sustentabilidade é necessário mudar o rumo para a cooperação. A lógica da destruição do competidor, visto como inimigo, não é sustentável. Como diz, o caminho é «Uma cooperação transparente e positiva economicamente entre governos, sociedade civil e empresas...» (Idem, 91; ver Cunico Jr., Guaragni e Tortano, 2006: 91).

Um outro aspecto tem a ver com a ciência e a tecnologia. Veiga (2008: 77, 63), autor já citado, refere que a verdadeira e a maior revolução que a humanidade já teve germinou da fusão entre a ciência e a tecnologia. Foi dela que brotou e brota o progresso e o desenvolvimento que temos vivido nos dois últimos séculos, fundamentalmente a partir dos finais do século XIX.

Almeida (2007: 53), referindo-se às valências da ciência e da técnica, salienta que novas tecnologias são imprescindíveis para a extracção, uso e manejo dos serviços ambientais, abrindo margem para imensas oportunidades de novos negócios (ver Ruscheinsky, 2004: 22). Para este autor (Almeida, 2007: 6), encontrar estratégias inovadoras para enfrentar a questão ambiental é um desafio que as empresas devem assumir, mesmo que seja dentro dos mecanismos de mercado. Por fim, chama à atenção para a escala de tempo, que se está reduzindo, isto é, os processos induzidos por avanços científicos e tecnológicos são cada vez mais rápidos, tanto para soluções funcionais como disfuncionais.

O sexto aspecto prende-se com uma ideia que permeia todos os outros e que abunda em todo o planeta: a criatividade. A criatividade ocorre permanentemente nos lugares mais inesperados (Veiga, 2008: 55; Leis, 2000: 7). De facto, a sustentabilidade é um apelo contínuo à criatividade (Sachs, 1993: 37-38). Dar largas a este potencial, parece ser uma óptima maneira de encontrar caminhos sustentáveis. Contudo, como salienta Veiga (2008), grandes parcelas da população são impedidas de exercer a iniciativa e a criatividade económica em razão de discriminações e preconceitos ligados ao sexo, à raça, casta, religião, classe social, ideologia.

O sétimo aspecto tem a ver com duas ideias salientadas por Almeida (2007): a do entrosamento entre o *Mundo Tripolar*, e a do fazer negócios com os pobres – a base da pirâmide.

Relativamente ao Mundo Tripolar – governos, empresas e sociedade civil organizada – ele salienta que a “governança” tripolar é possivelmente um dos maiores desafios do séc. XXI (Almeida, 2007: 129). E isto, fundamentalmente, porque supõe partilha de poder e, conseqüentemente, a árdua tarefa de tomar decisões nestas condições. Ele refere que a liberalização do comércio e as privatizações no sector das infra-estruturas, nas últimas décadas do século XX, transferiram uma gigantesca parcela do poder político, económico e estratégico do Estado para as empresas, de tal modo que estas são, cada vez mais, chamadas a partilhar o seu poder. Daí também o importante papel dos *stakeholders*²⁵⁰, como um meio privilegiado para a formulação estratégica e a gestão (Idem, 155)

O segundo dos aspectos é fazer negócios com os pobres (Almeida, 2007: 174). O ponto de partida é a constatação de que a grande maioria da população mundial é pobre e excluída dos processos económicos. Ele entende que o capitalismo se tem revelado incapaz de aliviar a pobreza e pode significar falência empresarial e social. Neste contexto, as empresas têm de estar atentas às desigualdades, sendo que este processo é e será um dos maiores desafios para os empreendimentos do sector privado.

No seguimento destas observações, afirma que o potencial de mercado dos PED em geral é relegado pelas empresas, mas, na verdade, a população destes países, maioritariamente pobre, constitui um enorme potencial de mercado, desde que as empresas o percebam. Isto significa, igualmente, criar modelos de negócios inovadores que incluam esses largos milhões de pessoas na economia de mercado e tragam crescimento e oportunidades de longo prazo (Almeida, 2007: 174-176).

O último aspecto não necessita de explicação – a educação. Como se percebe, é transversal a todos os outros. Só através de um investimento na educação será possível criar condições para os elementos antes apontados se entrosarem e actuarem em conjunto, como se explicou no Capítulo III.

²⁵⁰ Almeida (2007: 158, 155) define o *stakeholder* como qualquer indivíduo ou instituição que afecte ou possa afectar actividades de um determinado grupo, assim como também é ou pode ser afectado pelas actividades daquele mesmo grupo, que, em significado exacto da palavra original (inglesa), significa “alguém que tem um interesse em jogo”.

6.2. O tripé do DS: dimensão ambiental, social e económica²⁵¹

No centro da proposta do DS está, como se referiu no Capítulo III, uma preocupação de mudança do conceito de desenvolvimento, desta feita dimensionado a partir da incorporação de seus aspectos sociais e ambientais, além dos económicos, já considerados. Neste contexto, Guilherme (2007: 35-36), citando Goodland, refere-se a três graus de sustentabilidade que importa salientar e que se relacionam com a possibilidade dos componentes humanos e ecossistema serem substituídos um pelo outro: fraco, forte e muito forte (Pearce e Atkinson, 1993; May, 1998: 243-245; Siena, 2002: 35-36; Siena, Costa e Oliveira: 2007: 10; Saldanha, 2007: 25; Veiga, 2008: 123-124).

A sustentabilidade fraca pressupõe que as possibilidades de substituição do capital existem em amplo sentido, mantendo o capital intacto, o que poderia implicar que os vários tipos de capital (humano, natural, construído e social) são mais ou menos substituíveis, pelo menos dentro dos limites dos níveis actuais da actividade económica e da utilização de recursos (May, 1998: 244). Neste sentido, mesmo que a sustentabilidade fraca, no actual estado de liquidação e graves ineficiências no uso dos recursos, pudesse representar algum avanço, não constitui a sustentabilidade ambiental, embora seja condição necessária (mas não suficiente) (Guilherme, 2007: 35).

A sustentabilidade forte requer a manutenção em separado dos vários tipos de capital, assumindo que o capital natural não é perfeitamente substituível, antes complementar de funções produtivas (Guilherme, 2007: 35). Neste sentido, segundo May (1998: 244), uma regra aceitável para avaliar se o desenvolvimento é ou não sustentável seria uma situação na qual não haveria modificações em alguns tipos de ecossistemas (manutenção do balanço do carbono, os ciclos hidrológicos e o fluxo de nutrientes – sistemas vitais de apoio à vida). O mesmo autor salienta que esta perspectiva não proíbe a exploração do recurso, embora sugira que, para evitar o seu esgotamento físico ou económico, se deveria investir em capital natural, a partir dos rendimentos derivados da extracção de recursos.

²⁵¹ Veiga (2008: 171) releva 8 dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, económica, política nacional e política internacional.

A sustentabilidade muito forte sustenta que não pode haver depleção dos recursos naturais (Guilherme, 2007: 35-36). Assim, tanto os recursos não-renováveis não podem ser usados quanto a utilização dos renováveis terá de ser condicionada à reposição dos stocks.

Estas diferentes perspectivas, na opinião de May (1998: 245), revelam-nos como os métodos para avaliar o nível de alcance do DS estão longe de ser neutros, uma vez que dependerão da percepção que cada um tem do que implica a sustentabilidade para a manutenção do stock de recursos naturais.

Não obstante estas considerações, importantes para se entender a percepção que é possível ter da sustentabilidade, é de salientar que, à medida que o entendimento da sustentabilidade se estende a outros sectores, estas dimensões são acrescidas (ver Bellen, 2010: 145-146). É neste sentido que alguns autores (Goodland, Hogan, Guimarães, Sachs, entre outros – ver Guilherme, 2007: 30-42), quando reflectem sobre a sustentabilidade, sugerem várias dimensões.

No terceiro capítulo, quando se aludiu ao conceito de ecodesenvolvimento, foram indicadas 5 dimensões: social, económica, ecológica, espacial (ou territorial) e cultural (Sachs, 1993: 37-38; Filho, 1993: 133-135; Magalhães, 1998: 419; Sachs, 2004: 15-16; Guilherme, 2007: 33). Bursztyn (2002: 18) também as refere acrescentando mais uma: a dimensão político-institucional. Guilherme (2007: 38-40), citando Guimarães, refere 8 dimensões: planetária, ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional, assim como Veiga (2008: 171) se refere a 8 dimensões, embora não necessariamente coincidentes (ver Oliveira, 2006: 11).

Contemplar várias dimensões é fundamental para se entender o alcance do DS e para se poder imprimir algum tipo de avaliação da realidade, uma vez que mais facilmente poderá ser perscrutada a partir de várias dimensões, subdivididas num largo espectro de indicadores, sendo, contudo, de se ter cuidado redobrado para que a divisão em várias dimensões não seja apenas para categorizar e separar mais do que para ligar e integrar, como acentua Gibson *et al* (2005: 94). Neste contexto, como é salientado por Saldanha (2007: 23-24), o maior desafio do DS está em compatibilizar a análise com a síntese a partir de uma visão holística do sistema. Não só no número de dimensões, mas nas interacções entre elas (ver Siena, Costa e Oliveira, 2007: 11).

Relativamente à dimensão económica da sustentabilidade, esta baseia-se na distribuição e gestão mais eficientes dos recursos naturais e energia, pelo fluxo regular do investimento público e privado, e reclama mudanças nos padrões de consumo da sociedade e nos padrões de produção, com a redução do desperdício e maior consciência dos impactos causados pelo uso dos recursos naturais. Esta eficiência deve ser mantida sobretudo em termos macro-sociais (Filho, 1993: 133; Siena, 2002: 30; IBGE, 2004; Gibson *et al*, 2005: 55; Saldanha, 2007: 25; Bellen, 2010: 146-150), sem esquecer que a função dos sistemas económicos nada mais é do que libertar o indivíduo para uma maior auto-realização, como sugerem Cunico Jr., Guaragni e Tortano (2006: 91).

Sachs (1993: 37) inclui entre as suas componentes fundamentais a seguintes: fluxo permanente de investimentos públicos e privados, colocando em destaque o cooperativismo; o manejo eficiente dos recursos; a absorção pela empresa dos custos ambientais e a endogeneização (ver Filho, 1993: 134; Salamoni e Gerardi, 2001: 78; Soares, Strauch e Ajara, 2007: 4, 16).

A dimensão social da sustentabilidade prende-se com a diminuição das diferenças sociais e a repartição mais justa das riquezas produzidas, com a contemplação do processo de desenvolvimento na sua multifuncionalidade, isto é, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e imateriais (Filho, 1993: 133; Sachs, 1993: 37; Saldanha, 2007: 26).

Como componentes principais desta dimensão pode incluir-se a criação de postos de trabalho que permitam auferir um ordenado individual adequado, em ordem a uma melhor qualidade de vida e a uma melhor qualificação profissional (Filho, 1993: 133-134; Salamoni e Gerardi, 2001: 78; Soares, Strauch e Ajara, 2007: 4, 17; Bellen, 2010: 150). Contempla também a universalização do acesso à educação e à saúde, a equidade entre os sexos, grupos étnicos, sociais e religiosos.

Para ser sustentável do ponto de vista social é necessário que haja equidade na distribuição do rendimento, igualdade de direitos, que se valorize a dignidade humana e o princípio da solidariedade dos laços sociais (condições dignas para todos e justiça social) (Siena, 2002: 30; IBGE, 2004; Gibson *et al*, 2005: 55; Guilherme, 2007: 39).

A dimensão ambiental (ecológica) compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos vários ecossistemas, compatível com a sua mínima deterioração. Deve possibilitar que a natureza encontre novos equilíbrios, através de

processos que obedeçam ao seu ciclo temporal. Do mesmo modo, implica a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais, a sua utilização parcimoniosa, de forma a garantir o seu uso pelas gerações futuras, protegendo-os de modo a que sejam usados aquém da sua capacidade de renovação e os não renováveis de modo a poderem ser usados pelo máximo de tempo e de gerações (Sachs, 1993: 37; Filho, 1993: 133; Siena, 2002: 30-31; Gibson *et al*, 2005: 55; Guilherme, 2007: 38; Saldanha, 2007: 26; Soares, Strauch e Ajara, 2007: 3-4, 15).

Inclui, ainda, a preservação de amostras significativas do ambiente natural, de forma a garantir a manutenção dos serviços ambientais que estas áreas propiciam, a qualidade de vida da população em seu entorno e a recepção de resíduos (Sachs, 2004: 15; Bellen, 2010: 150-151). No fundo, esta dimensão está ancorada no princípio da solidariedade com o planeta e com a biosfera que o envolve (IBGE, 2004).

6.3. Outras dimensões: cultural, espacial (ou territorial) e político-institucional

Muito embora, inicialmente, o DS reflectisse, preferencialmente, as três dimensões expostas, na verdade, a realidade é complexa, difícil de compreender e de abarcar, razão pela qual se alargaram as dimensões de análise. É com este intuito que outras dimensões lhe são incorporadas: a cultural, espacial e institucional²⁵².

A dimensão cultural, segundo Sachs (1993: 38), significa traduzir o conceito de DS (o autor usa o de ecodesenvolvimento, mas atribui-lhe o mesmo significado) em soluções adaptadas a cada ecossistema, de cada cultura e de cada local, respeitando a formação cultural comunitária (ver Filho, 1993: 133; Salamoni e Gerardi, 2001: 78; Siena, 2002: 31; Guilherme, 2007: 39; Saldanha, 2007: 27). Diz respeito, pois, à afirmação do local, do regional e do nacional no contexto da padronização imposta pela globalização (IBGE, 2004; Bellen, 2010: 151-152).

Reflectindo sobre a dimensão cultural, a partir da Agenda 21 de cultura, Becker, Dutra e Buss (2006: 38-45) sugerem que, para valorizar a dimensão cultural, é necessário criar incentivo à leitura, ao despertar da curiosidade pelas tradições, pela arte, pelo folclore, pela música, pelas mais diversas manifestações culturais de cada

²⁵² De referir que, de acordo com o entendimento que se tem da sustentabilidade, esta pode incluir também dimensões como a espiritual, ecológica, planetária, demográfica.

região, num claro compromisso com os direitos humanos, a diversidade cultural e a sustentabilidade, missão que compete aos governos locais.

A componente espacial ou territorial pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, actividades e de poder, além de buscar uma relação equilibrada cidade-campo para proteger a diversidade biológica e, ao mesmo tempo, melhorar a vida das pessoas. Como se salientou no Capítulo II, esta relação (cidade-campo; rural-urbano) é apontada como um elemento essencial do enquadramento do mundo rural no mundo hodierno (Sachs, 1993: 38; Filho, 1993: 134; Salamoni e Gerardi, 2001: 78; Siena, 2002: 31).

Esta dimensão, segundo Ribeiro, Mendes e Filho (2006: 51) tem a ver com o processo histórico de ocupação do território, da apropriação da terra e da distribuição regional da população e do rendimento. A sustentabilidade espacial, como salientam, significa usar o território de acordo com as suas reais potencialidades, e apoiar, de forma diferenciada, as regiões com maior concentração de pobreza e menores ritmos de crescimento económico.

Segundo os mesmos autores (Ribeiro, Mendes e Filho, 2006: 51-52), a dimensão espacial da sustentabilidade está também ligada à capacidade de suporte do planeta, face ao crescimento e concentração da população mundial, à utilização de recursos naturais não renováveis, a ocupações irregulares do solo, sua degradação e poluição, poluição dos rios, mares e ar, utilização de agro-químicos, desmatamento, queimadas, emissão de gases destruidores da camada de ozono.

A dimensão político-institucional, segundo Guilherme (2007: 39), é a dimensão mais ordenadora, uma vez que traduz as relações entre o Estado e a sociedade na busca efectiva de processos de democratização, que é a base para a construção da cidadania e da incorporação plena dos indivíduos no processo de desenvolvimento. Esta dimensão tem no Estado um actor privilegiado, uma vez que é ele que gere estes processos, resultantes das alianças entre os diferentes grupos sociais. Neste sentido, tem a função de ordenar a luta de interesses, orientar o processo de desenvolvimento e forjar o pacto social, que ofereça alternativas de solução à crise do desenvolvimento, decorrentes dos processos antes referidos (ver Sachs, 2004: 16; Almeida, 2007: 215; Vieira, 2008).

Esta dimensão, segundo o IBGE (2004), reclama e avalia o grau de participação e controlo da sociedade sobre as instituições públicas e privadas, a capacidade de

resposta do Estado em questões ambientais, o envolvimento em acordos internacionais, os montantes de investimento em protecção ao meio ambiente, a ciência e a tecnologia e o acesso a novas tecnologias. É uma dimensão fundamental, porque representa o pré-requisito para a continuidade de qualquer acção de longo-prazo, e tem a ver com a orientação política e a capacidade e esforço dispendido pela sociedade para que sejam levadas realizadas as mudanças necessárias à implementação deste novo paradigma (ver Soares, Strauch e Ajara, 2007: 4, 16).

Por último, a verdadeira questão, quanto às dimensões de DS, não está tanto em enunciar e definir quantas são e de quais nos valeremos, embora esse seja um importante pressuposto. A questão fundamental é que se possa ter uma ampla abrangência e, ao mesmo tempo, os indicadores possam estar disponíveis (ponto crucial), permitindo avaliar o desempenho e a direcção em ordem ao DS. Por conseguinte, enunciar o seu conteúdo nos seus pontos mais importantes não é mais do que apenas iniciar a retirada do véu sobre a questão. Há que passar, ainda, pela prova dos indicadores e critérios a que obedecerá a metodologia para a sua avaliação.

6.4. Metodologias para avaliar a sustentabilidade

Olhando para o panorama mundial em relação à avaliação da sustentabilidade, proliferam as metodologias, com os mais diversos procedimentos e variadas formas. São usadas para aferir o progresso de um dado país (comparar países), região²⁵³, município em direcção à sustentabilidade. Esta avaliação é feita, com maior frequência, à escala nacional, com o intuito de comparar países, e local. A escala regional, segundo Ramos (2009: 1101) e Mascarenhas *et al* (2010: 655), não é tão usada.

No âmbito internacional, as metodologias mais utilizadas, segundo Siena (2002) e Bellen (2004), obedecem ao sistema de indicadores do modelo de capital múltiplo (capital artificial ou construído, natural, humano e social), adoptado pelo Banco Mundial, e ao modelo que considera as esferas (componentes) social, económica, ambiental e institucional, adoptado pela Comissão sobre o Desenvolvimento

²⁵³ Aqui o termo região assume diferentes acepções, entendendo-se no mesmo conceito, por exemplo, tanto a região América do Norte como a NUTII Norte (Portugal).

Sustentável das Nações Unidas, no seguimento da Agenda 21²⁵⁴ (para ver características destes e outros modelos, vantagens e limitações ver Hardi e Zdan, 1997: 10; Bell e Morse, 1999: 25; Siena: 2002: 56-63).

Bellen (2004), com o intuito de aferir quais as metodologias de avaliação da sustentabilidade que mais se utilizavam a nível mundial, desenvolveu uma investigação com esse propósito. Para esse efeito, consultou especialistas em desenvolvimento. O resultado dessa investigação foi que, segundo os investigadores consultados, os métodos *Ecological Footprint Method* (Método da Pegada Ecológica), *Dashboard of Sustainability* (Painel da Sustentabilidade) e *Barometer of Sustainability* (Barómetro da Sustentabilidade) são os mais utilizados para avaliar a sustentabilidade.

O método da *Pegada Ecológica* foi criado por Wackernagel & Rees, em 1996, e representa o espaço ecológico correspondente para sustentar um determinado sistema ou unidade (Bellen, 2004: 69). Deste modo, diz respeito à «...área necessária de ecossistema para assegurar a sobrevivência de uma determinada população ou sistema.», representando a apropriação de uma determinada população sobre a capacidade de carga do sistema total (ver Siena, 2002: 51-53). O conceito de *capacidade de carga*, no qual assenta este método, corresponde à máxima população que pode ser suportada indefinidamente no sistema, e refere-se especificamente à carga máxima que pode ser, segura e persistentemente, imposta ao meio pela sociedade (Bellen, 2004: 69-70).

Segundo o autor, a carga imposta por um população varia em função de diversos factores como o rendimento médio, expectativas materiais e nível de tecnologia (energia e eficiência material), onde são essenciais os factores culturais e a produtividade ecológica. No fundo, este método define a área necessária para manter determinada população ou sistema económico indefinidamente, fornecendo, energia e recursos naturais e a capacidade de absorver os resíduos ou dejectos do sistema (Bellen, 2004: 70; ver Siena, 2002: 52).

A definição de DS subjacente a esta metodologia é a da utilização dos serviços da natureza dentro do princípio da manutenção do capital natural, ou seja, o aproveitamento dos recursos naturais dentro da capacidade de carga do sistema,

²⁵⁴ Publicado deste 1993, compreende 14 temas, 44 sub-temas, com 50 indicadores chave e outros 46 indicadores (Kerk e Manuel, 2008: 230), agrupados de acordo com os capítulos da Agenda 21, em quatro grandes categorias: indicadores sociais, ambientais, económicos e institucionais, seguindo um esquema de pressão ou força motriz, estado e resposta (Siena, 2002: 63).

reduzindo a destruição ecológica e diminuindo as trocas de energia e matéria-prima dentro da economia (Bellen, 2004: 71-73).

O *Painel de Sustentabilidade* é apresentado como um esforço de várias instituições para se alcançar uma ferramenta robusta de indicadores de sustentabilidade que fosse aceite internacionalmente, trabalho liderado pelo *Consultative Group on Sustainable Development Indicators* (Bellen, 2004: 74). A ideia é constituir uma ferramenta para auxiliar os tomadores de decisão, públicos e privados, a repensar suas estratégias de desenvolvimento e a especificação de suas metas (Idem, 75).

Funciona com um painel como o de um carro com três visores, cada um dos quais se refere às dimensões económica, social e ambiental da sustentabilidade, procurando medir a performance de países, municípios ou empreendimentos, entre outros, em relação a cada uma destas dimensões.

No caso de um país os mostradores são dominados pela performance da economia, da saúde social e da qualidade ambiental; no caso de um empreendimento, estes indicam a performance da economia, da responsabilidade social e o desempenho ambiental (Bellen, 2004: 76).

A performance do sistema é apresentada através de uma escala de cores entre o vermelho, amarelo e verde-escuro, representando uma situação crítica, média ou positiva, respectivamente, e calcula-se a partir da construção de um algoritmo de agregação e de apresentação gráfica.

O conceito de DS subjacente a esta metodologia parte de uma visão holística, com uma abordagem relacionada à teoria dos sistemas. Quer dizer, não basta só ter uma visão de cada um dos sistemas económico, social e ecológico, mas também a interação entre estes sistemas (Bellen, 2004: 78-79).

Este método foi desenhado para informar os tomadores de decisão, os média e o público em geral da situação de desenvolvimento de um determinado sistema, público ou privado, no que concerne à sua sustentabilidade, empregando o uso de meios visuais de apresentação para mostrar as dimensões primárias da sustentabilidade (com informações quantitativas e qualitativas sobre o progresso em direcção à sustentabilidade).

O *Barómetro da Sustentabilidade* é uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade desenvolvida com um modelo sistémico, destinada a agências

governamentais e não-governamentais, tomadores de decisão e pessoas envolvidas com questões relativas ao DS, do local ao global (Bellen, 2004: 80).

Desenvolvido principalmente por dois institutos – pelo *The World Conservation Union* e pelo *International Development Research Centre* –, tem em Prescott-Allen um dos principais pesquisadores. Uma das suas principais características é a capacidade em combinar indicadores, permitindo aos usuários chegarem a conclusões a partir dos muitos dados considerados, por vezes contraditórios. Para avaliar o estado das pessoas e do meio ambiente em busca do DS, requer-se indicadores de uma grande variedade de questões ou dimensões, indicadores estes que devem ser combinados de uma maneira coerente, sendo necessária uma unidade comum para que não ocorra distorção.

A solução que apresenta Prescott-Allen é a utilização de escalas de performance para combinar diferentes indicadores. A escolha de indicadores é feita através de um método hierarquizado, que se inicia com a definição do sistema e da meta, e deve chegar aos indicadores mensuráveis e seus critérios de performance. Esta hierarquia do sistema assegura que um grupo de indicadores confiáveis retrate, de forma adequada, o estado do meio-ambiente e da sociedade (Bellen, 2004: 81).

O *Barómetro da Sustentabilidade* é uma ferramenta que se usa para a combinação de indicadores e mostra o seu resultado por meio de índices, apresentados através de uma representação gráfica, para facilitar a compreensão e dar um quadro geral do estado do meio-ambiente e da sociedade. Estes indicadores são escolhidos apenas se puderem ser definidos em termos numéricos.

Para medir ou calcular o progresso em direcção à sustentabilidade, calculam-se valores para os índices de bem-estar social e da ecosfera, podendo também calcular-se sub-índices, caso existam. No que concerne ao índice de bem-estar do ecossistema, identifica-se a tendência da função ecológica no tempo, considerando a água, terra, ar, biodiversidade e a utilização dos recursos. O índice de bem-estar humano é a função do bem-estar individual, saúde, educação, desemprego, pobreza, rendimentos, crime, negócios e actividades humanas.

Estes dois índices são depois colocados em escalas relativas que vão de 0 a 100, divididas em cinco sectores de 20 pontos cada, indicando uma situação má até uma boa em relação à sustentabilidade. Para fazer tal avaliação, segue-se um ciclo de 6 estágios,

começando por determinar inicialmente a visão geral da sustentabilidade para depois se alcançar os seus principais indicadores (Bellen, 2004: 82-83).

O conceito de DS pressuposto nesta ferramenta parte da ideia de que são necessários 4 passos interligados: (1) globalidade: todas as pessoas fazem parte do sistema, assim as pessoas e os ecossistemas devem ser tratados conjuntamente e com igual importância; (2) levantar questões, partindo da ideia de que não se pode avaliar nada sem saber quais as perguntas a fazer, ou seja, é necessário reconhecer a falta de conhecimento sobre estas relações e levantar questões relevantes; (3) instituições reflexivas, apontando que o contexto das questões a ser levantadas é institucional, ou seja, grupos de pessoas actuando juntas para questionar e aprender colectivamente; (4) focada nas pessoas, apontadas como sendo o problema e solução (Bellen, 2004: 84).

A ideia é reconhecer que a globalidade do Homem e do meio-ambiente devem ser vistos como um todo; decidir quais as questões que se pretende responder, antes de iniciar a busca por indicadores e de criar oportunidades para os grupos reflectirem e aprenderem como instituições (para ver outras características destas metodologias, suas mais-valias e limitações consultar Bellen, 2002 e 2004; Siena, 2002; Kerk e Manuel, 2008).

Outros modelos em destaque:

- **IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**: criado pela ONU (Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) classifica a performance de países tendo como critério o desenvolvimento humano, considerando a esperança média de vida, a taxa de alfabetização e o rendimento *per capita* (Cónim, 1999: 18; Siena, 2002: 55-56; Braga *et al*, 2004: 14-15; Kerk e Manuel, 2008: 230; Veiga, 2008: 83-105).

Veiga (2008: 83-105), reflectindo sobre o processo de desenvolvimento, faz valiosas reflexões sobre o IDH, elaborado pelo PNUD. Incide a sua reflexão sobre a sua evolução, a inclusão de outros índices, de terceira e quarta geração, e aplicações municipais.

- **Índice de Sustentabilidade Ambiental – Environmental Sustainable Index (ESI)**: elaborado por pesquisadores de Yale e de Columbia, pode ser calculado para 142 países. Este índice considera 5 dimensões: 1) sistemas ambientais, 2) stresses, 3) vulnerabilidade humana, 4) capacidade social e institucional e 5) responsabilidade global (Veiga, 2008: 175; ver Braga *et al*, 2004: 15-16).

- **Indicador de Progresso Genuíno:** é uma medida de bem-estar de uma nação expressa em termos económicos, usando mais de 20 aspectos da vida económica que o PIB ignora (Siena, 2002: 55; Kerk e Manuel, 2008: 230).

- **Índice para o Bem-estar Económico Sustentável – ISEW:** desenvolvido por Daly e Cobb, a ideia deste índice é ajustar o PIB de um país considerando custos que este, normalmente, não considera, como os custos da poluição ambiental, a degradação dos recursos, custo dos acidentes de trânsito, mas também o trabalho doméstico e voluntário. É expresso em dólares americanos (Kerk e Manuel, 2008: 230).

- **Sustainable Society Index (Índice da Sociedade Sustentável):** desenvolvido por Kerk e Manuel, é um método utilizado, essencialmente, para comparar países e regiões, muito embora, o termo região seja entendido em sentido lato, equivalendo a largos conjuntos de países. Há a pretensão de adaptar a metodologia ao nível local, embora ainda não tenha sido feito até ao momento, e de dar resposta a supostas falhas de outros métodos usados para avaliar a sustentabilidade (Kerk e Manuel: 2008; ver www.ssindex.com)

Esta metodologia parte do pressuposto de que um dos problemas cruciais para a avaliação da sustentabilidade é, em primeiro lugar, a definição que se tem da mesma. À definição do *Relatório Brundtland*, acrescentam outros aspectos. É considerado o esgotamento dos recursos, no sentido de não deixar as futuras gerações de mais vazias, os aspectos ambientais e ecológicos, no sentido de as gerações presentes e futuras viverem num ambiente limpo, em harmonia com a natureza, e a qualidade de vida, no sentido de estas mesmas gerações terem assegurado o bem-estar humano, entre outros aspectos considerados (Kerk e Manuel, 2008: 229).

Uma sociedade sustentável tem de proporcionar a satisfação das necessidades das gerações actuais, sem comprometer a possibilidade de as futuras satisfazerem as suas, e garantir que cada ser humano tenha a possibilidade de se desenvolver em liberdade, numa sociedade equilibrada e em harmonia com o meio ambiente.

A sociedade sustentável é, igualmente, aquela em que cada ser humano se pode desenvolver de modo saudável e pode obter educação, um ambiente limpo, numa sociedade equilibrada e segura, pode usar os recursos renováveis responsavelmente, de forma a que as gerações futuras deles possam usufruir, e contribuir para a sustentabilidade mundial (Idem, 229).

Tendo por base esta definição, Kerk e Manuel (2008) desenvolveram, em 2006, esta metodologia que compreende 22 indicadores agrupados em 5 categorias (desenvolvimento pessoal; ambiente limpo; sociedade equilibrada; uso sustentável dos recursos e mundo sustentável) (Kerk e Manuel: 2008: 231). Utilizando estes 22 indicadores, avaliaram 150 países, organizando-os num ranking (Idem, 240-241).

Esta metodologia permitiu-nos perceber algumas das dificuldades relativas à avaliação da sustentabilidade e permitiu-nos almejar utilizá-la na área de estudo desta investigação, embora o não façamos por esta ser mais utilizada para comparar países e não vir ao encontro das dimensões referidas no início deste capítulo.

- **Índice de Bem-estar:** desenvolvido por Prescott Allen, combina algumas variáveis de bem-estar humano e medidas de saúde ambiental para produzir três medidas agregadas: «Índice de Bem-estar humano», «Índice de Bem-estar dos ecossistemas» e «Índice de Bem-estar», que é uma média dos dois anteriores (Veiga, 2008: 181).

- **Método para Avaliar o progresso em direcção ao DS:** metodologia desenvolvida por Siena (2002), parte da ideia de sistema, fazendo uma análise aos subsistemas humano e ecossistema. Para o subsistema humano optou pelos temas: valores/atitude e organização/poder; população e saúde; conhecimento e cultura e riqueza e renda. Para o ecossistema, as dimensões solo, floresta e água, manutenção da biodiversidade, espécies e população e uso dos recursos (Siena, 2002: 85-86).

Muito embora o método utilizado, como se referiu no parágrafo anterior, tenha seguido o método sistémico, a sua proposição supõe três diferenças (Siena, 2002: 90-91): a inclusão de duas categorias (capacidade: para avaliar a condição dos recursos que uma geração herda da outra e transfere para as seguintes; processos: para vincular o arcabouço com a tomada de decisões); a forma de encontrar os aspectos relevantes (envolvimento dos tomadores de decisão de todos os níveis, buscando o maior consenso possível); a agregação que é feita com a atribuição de pesos diferentes aos indicadores pelos interessados (no método sistémico os dois subsistemas têm o mesmo peso).

É também utilizada pelo autor uma escala de rendimento acompanhada com critérios de desempenho. A escala de rendimento é utilizada porque os indicadores medem coisas distintas, sendo necessário identificar uma unidade de referência para os expressar (a mesma utilizada inicialmente pelo PNUD para calcular o IDH) (Siena, 2002: 95). Os critérios de desempenho dizem respeito aos padrões de realização de cada

indicador, com base em metas ou padrões internacionais, nacionais, regionais, locais, dependendo do indicador e da disponibilidade de referências (Idem, 96).

- **Global Reporting Initiative (GRI):** o GRI é uma iniciativa que parte da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA). Tendo início em 1997, o seu objectivo era o de melhorar a qualidade, o rigor e a utilidade dos relatórios de sustentabilidade (Almeida, 2007: 138). Pretendeu-se criar um padrão global de princípios e indicadores que as organizações podem utilizar para medir e comunicar o seu desempenho económico, ambiental e social (ver o sítio oficial do GRI: www.globalreporting.org).

A adesão às directrizes do GRI é voluntária, gratuita e de livre acesso, sendo oferecidos indicadores e recomendações para a elaboração de relatórios para todos os sectores produtivos, assim como um padrão para a apresentação dos ditos relatórios. Actualmente, segundo informação disponível no sítio do GRI²⁵⁵, são mais de 1500 empresas as que declararam a adopção voluntária das orientações do GRI.

À parte as vantagens e críticas (ver Almeida, 2007: 138-139), interessa observar que as empresas, seja qual for a motivação, têm-se organizado no sentido de produzir e disponibilizar informação ligada ao seu desempenho económico, ambiental e social. Contudo, quando observamos as instituições públicas o mesmo não se passa. Não se compreende como, com tantas referências e directrizes internacionais e nacionais acerca do DS, ainda não se produz um *Relatório de Sustentabilidade Municipal*.

Da análise aos métodos referidos nos parágrafos anteriores resultam algumas considerações úteis para esta investigação. A primeira delas prende-se com a ideia inicial de considerar 6 componentes da sustentabilidade, com o intuito de conseguir uma abordagem holística, face à complexidade da própria realidade.

Embora a nossa opção tenha recaído sobre o conjunto das 6 dimensões, por permitir uma avaliação mais abrangente da realidade e uma análise mais acurada da sua complexidade, segundo Siena (2002: 62), o modelo das esferas (ambiental, social e económica + institucional + espacial + cultural²⁵⁶) multiplica a importância atribuída às condições humanas em relação às ambientais, revelando um viés reducionista. Neste

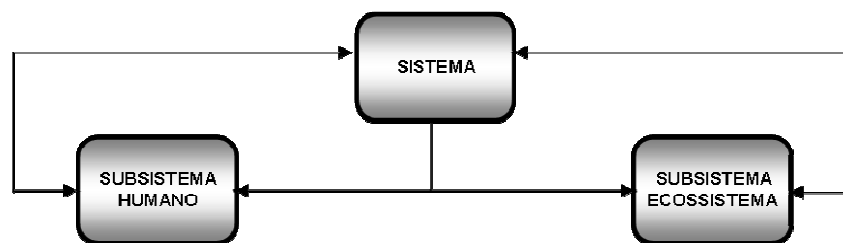
²⁵⁵ Mais precisamente em <http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatWeDo> (Última consulta em: 09.08.2011).

²⁵⁶ Consoante se considere apenas as clássicas 3 dimensões (ambiental, social e económica) ou se acrescente a institucional (como é feito no âmbito da Agenda 21), e as dimensões espacial e cultural, como se faz nesta investigação.

contexto, em seu entender, há um desequilíbrio na avaliação da sustentabilidade ao invés de uma avaliação sistémica²⁵⁷.

Na prática, nesta investigação, assumiu-se a aproximação dos conceitos de holística e sistémica, uma vez que ambos se relacionam com o todo e suas partes. O todo deve entender-se como o sistema, muito embora haja variações no entendimento dos subsistemas. Os esquemas que, seguidamente se apresentam, são disso exemplos.

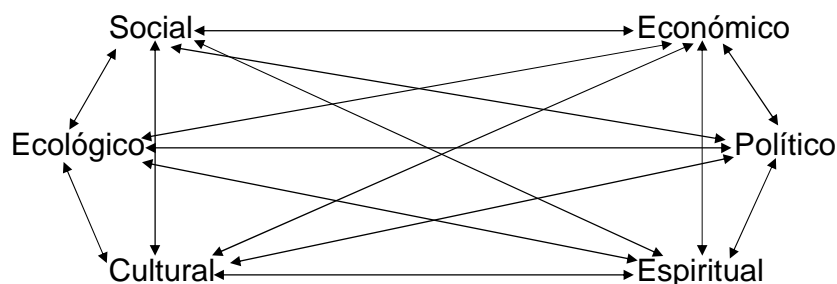
Figura 4
Visão sistémica do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Siena, 2002

O modelo da Figura 4 da conta do que atrás se referiu. O sistema subdivide-se em subsistema humano e ecossistema. Neste sentido, uma avaliação sistémica dirá respeito ao todo, cujas partes (dois subsistemas) são consideradas com igual importância (Siena, Costa e Oliveira, 2007: 4).

Figura 5
Dimensões e interações do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Gil *et al*, 2006: 18

²⁵⁷ A maior dificuldade em fazer uso desta visão sistémica reside no facto de não se poder separar o subsistema humano do próprio ecossistema, como se o ser humano vivesse apartado deste. O ser humano é parte integrante do ecossistema (do planeta) e, como tal, esta visão é redutora e redundante.

A Figura 5, ao considerar as dimensões do DS, mostra, em simultâneo, as relações e interações entre as várias dimensões, indicando como o processo de DS é complexo e tem de ser visto numa perspectiva holística, incluindo várias dimensões.

Figura 6
Dimensões da Sustentabilidade – visão Sistémica



Semelhante às figuras anteriores, a Figura 6 contempla as várias dimensões da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, as relações entre elas, sendo que cada uma é parte integrante do Sistema, constituindo-se por si num subsistema. A avaliação do Sistema resultará, deste modo, do contributo de cada uma das dimensões. Note-se que o número de dimensões excede as que foram supramencionadas. A dimensão demográfica, embora importante, é incluída na dimensão social. A espiritual, considerada no âmbito teórico e muito importante para a sustentabilidade, não será considerada no âmbito prático, uma vez que não se conhecem indicadores para esta dimensão.

No final deste item, cabe ainda uma palavra de esclarecimento a propósito da criação ou não de uma nova metodologia para avaliar a sustentabilidade em áreas rurais. Como já se referiu, o DS é universal e, ao mesmo tempo, dependente do contexto (Bell

e Morse, 1999: 5, 9; Gibson *et al*, 2005:62). Deste modo, qualquer metodologia, inclusive as referidas anteriormente, com as devidas alterações (com indicadores adaptados às áreas rurais), poderia ser utilizada nesta investigação, porque, com o objectivo último de lograr a sustentabilidade global, teria de ser considerado o contexto, e o contexto é que se trata de uma região rural.

Neste enalço, o objectivo não será criar uma nova metodologia para avaliar a sustentabilidade em áreas rurais, como inicialmente se objectivara, mas, no conjunto das metodologias encontradas, seleccionar os elementos que mais servem esta investigação e melhor se adequam à avaliação da sustentabilidade rural (ver Deponti e Almeida, 2002).

As considerações sobre a definição da sustentabilidade, os critérios para a selecção de indicadores, a padronização de valores, as escalas de performance, a participação da comunidade na selecção dos indicadores, assim como a importância da avaliação da sustentabilidade para a tomada de decisão e a relevância da comunicação para o processo ser mais efectivo serão referidos em item subsequente.

6.4.1. O caso Português

No caso Português, queremos ressaltar dois aspectos: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respectivo Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS); e a avaliação da sustentabilidade da NUT II Algarve, trabalho concluído na Primavera de 2008 (Ramos, 2009: 1106).

Reflectindo sobre a ENDS, Ramos (2009: 1105-1106) atesta que esta é, antes de mais, uma estratégia ambígua. Querendo as autoridades que esteja no topo da hierarquia das estratégias, a iniciativa regional revela uma situação pouco clara para os diferentes programas e planos, sobretudo quando se trata do desenvolvimento regional e do planeamento do uso do solo.

Do mesmo modo, a ENDS não se refere a nenhuma potencial ligação com as estratégias regionais de DS, nem discute prioridades de implementação, situação que o autor relaciona com a dificuldade ainda latente, um pouco por todo o mundo, da falta de estratégias regionais e de redes de Governos Regionais para o DS.

A estratégia da ENDS visa assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente. O grande desígnio é, neste sentido, fazer de Portugal um dos países mais competitivos da UE, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social (Mota *et al*, 2005: 9).

Este desígnio será tanto mais rapidamente conseguido, quanto mais célere for a prossecução de 6 objectivos²⁵⁸: (1) qualificar a população activa, isto é, fazer de Portugal uma sociedade do conhecimento; (2) forte investimento no sector de bens transaccionáveis, permitindo um crescimento mais rápido da economia, da produtividade e o emprego, mas deverá ser menos intensivo e consumos energéticos e recursos naturais, a partir das possibilidades endógenas do país (património, cultura, conhecimento e competências); (3) o modelo de desenvolvimento terá de assentar na protecção do ambiente, preservando e valorizando o património natural; (4) reduzir o impacto negativo periférico de Portugal na Europa, através da actuação ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, e a promoção de padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território; (5) fomentar a coesão e a equidade sociais, assegurando que as instituições responsáveis pela satisfação das necessidades básicas de saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do envelhecimento da população activa; (6) cooperação internacional para a sustentabilidade global, no sentido da construção da paz, da sustentabilidade dos ecossistemas e do equilíbrio ambiental do planeta (Mota *et al* (2005: 9-11)²⁵⁹.

O SIDS nacional é um documento elaborado pelo Ministério do Ambiente, na sua primeira versão, em 2000, e pretende ser um ponto de referência para a avaliação da sustentabilidade em Portugal. É composto por 132 indicadores, dos quais 72 são ambientais, 29 económicos, 22 sociais e 9 institucionais, e tem por base a metodologia adoptada pela Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, no seguimento da Agenda 21 (4 dimensões: ambiental, económica, social e institucional) (DGA, 2000: 7).

²⁵⁸ Não se replicarão todos e cada um dos objectivos *ipsis litteris*, mas apenas as ideias força de cada um deles.

²⁵⁹ Cada um destes objectivos subdivide-se em Vectores Estratégicos (ver Mota *et al*, 2005: 11).

Sendo o SIDS nacional um contributo notável para a selecção e definição de indicadores de sustentabilidade, não se percebe que, à excepção da CCDR Algarve, a que nos referiremos, em seguida, este não seja tido em conta, ainda, para implementar uma avaliação municipal, regional ou nacional da sustentabilidade.

Relativamente ao Sistema de Indicadores do Algarve, segundo Ramos (2009: 1106), a região do Algarve foi a primeira iniciativa portuguesa efectiva de aplicação do Sistema de Indicadores de DS²⁶⁰. O resultado dessa avaliação pode ser consultado no sítio www.ccdr-alg.pt/sids (pode ler-se também Mascarenhas *et al*, 2010).

A iniciativa partiu voluntariamente da CCDR-Algarve sem qualquer apoio formal ou relação com as autoridades nacionais. O trabalho começou em 2002 e prolongou-se até 2008, focando, numa primeira fase (2002 a 2004), a dimensão ambiental do DS e a produção de um conjunto de 50 indicadores ambientais em 8 áreas temáticas. Numa segunda fase (2005-2008) o objectivo foi estabelecer o SIDS Algarve, cobrindo as dimensões económica, social, ambiental, cultural e institucional (Ramos, 2009: 1106).

Inspirado no SIDS nacional, o SIDS Algarve é composto por uma lista de 130 indicadores. Destes, foram identificados 31 indicadores chave, considerados como tal nas sessões de participação pública e em reuniões temáticas realizadas, como sendo aqueles que melhor expressam os principais problemas e desafios da sustentabilidade regional. Estes indicadores estão organizados em 22 áreas temáticas (Ramos, 2009: 1107; www.ccdr-alg.pt/sids).

Para cada um dos indicadores, há uma caracterização e uma ficha técnica que expressa, entre outras coisas, a disponibilidade ou não do indicador, a sua meta (se existir), a unidade de medida e metodologia, e a sua compatibilidade (se existir) com os objectivos da ENDS, com os eixos de desenvolvimento regional e com as políticas estratégicas do PROT.

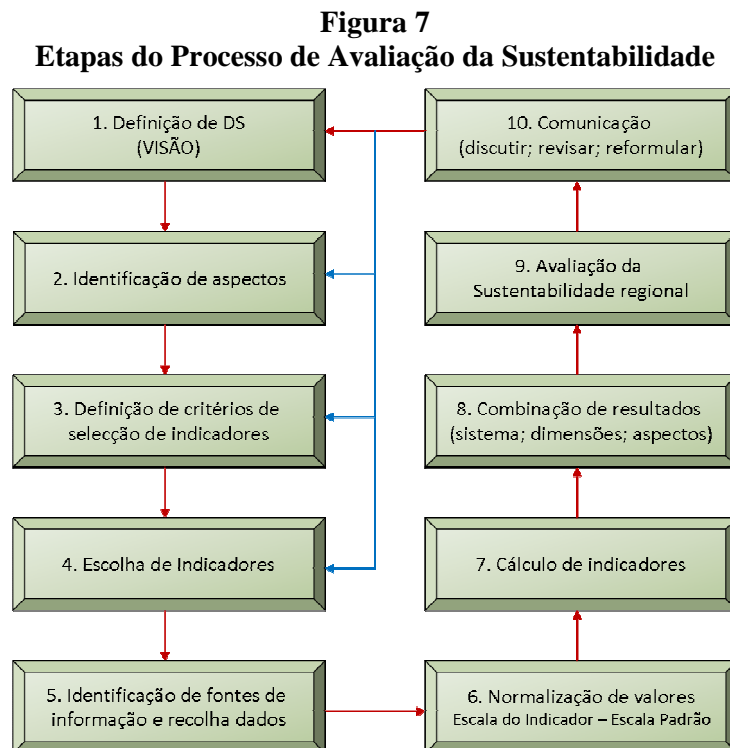
Embora outros elementos possam ser encontrados nos artigos citados e sítio web da CCDR-Algarve, importa salientar outro aspecto relevante, em nosso entender: a abordagem colaborativa e participativa do SIDS Algarve. Por um lado, interessa referir

²⁶⁰ O território em questão corresponde à NUT II Algarve e inclui os 16 municípios que a compõem. Embora o caso do Algarve seja paradigmático para o País, note-se que esta é a NUT II que menos concelhos incorpora, razão pela qual o processo noutras CCDR poderá ser um pouco mais difícil de iniciar e gerir.

que este SIDS foi elaborado com a colaboração técnica da Universidade Nova de Lisboa, ou seja, numa colaboração eficiente entre as autoridades públicas regionais (CCDR) e a Universidade (Ramos, 2009: 1101). Por outro, foi utilizada uma abordagem participativa, que envolveu, no plano regional, workshops para os actores regionais principais, encontros temáticos envolvendo mais de 100 instituições públicas e privadas, e, no plano local, workshops em cada um dos 16 municípios, envolvendo mais de 300 participantes (Ramos, 2009: 1107; Mascarenhas *et al*, 2010: 650).

6.5. Indicadores de sustentabilidade

A Figura 7, que a seguir se apresenta, indica as etapas que vão ser seguidas para levar a cabo o processo de avaliação da sustentabilidade no ADV, desde a definição de DS (VISÃO), à selecção de indicadores, construção de índices, avaliação da sustentabilidade e comunicação. Uma salvaguarda para o facto de nem todas as etapas serem utilizadas nesta investigação, sobretudo a primeira e a última, com os contornos que a seguir se explicarão.



Siena (2002: 15) chama a atenção que, em boa parte, uma das maiores dificuldades em escolher indicadores de sustentabilidade resulta de não haver uma definição clara e inequívoca de DS. Do mesmo modo, salienta que outro dos problemas tem a ver com a selecção apropriada de indicadores entre muitas possibilidades (e não tanto a falta de ideias sobre indicadores).

Por esta razão apontada por Siena (2002: 15), Klerk e Manuel (2008: 228-229) evidenciam que, embora não haja uma definição de DS comumente aceite, é necessário que se defina o que se entende por sustentabilidade (**etapa 1**) definição que, certamente, agilizará a escolha dos indicadores (ver Roberts, 2006: 516).

Como se define, então, o DS nesta investigação? Tendo como pano de fundo a não existência de uma definição consensual de DS, a dificuldade e a complexidade associadas ao conceito, assim como a sua popularização, alguns líderes – “estadistas corporativos” – denominados como tal por Almeida (2007: 261-273), que os questiona sobre o DS, salientam que este significa «dar certo, fazendo as coisas certas, do jeito certo» (Fábio Barbosa²⁶¹), «fazer as coisas certas» ou «fazer as coisas de maneira certa» (Alain Belda²⁶²), «não queimar a casa para torná-la mais quente no Inverno, não comer as sementes que são necessárias para o próximo plantio, não cortar o galho da árvore onde se está sentado» (Björn Stigson²⁶³).

Vistas as coisas nestes termos, o conceito de DS parece simples, demasiado simples até, mas o que é facto é que se está longe do consenso. Ainda assim, não deixa de ser interessante como líderes mundiais em questões de sustentabilidade colocam o conceito a um nível tão básico e perceptível. O mesmo não se poderá dizer da sua aplicação prática, já que esta não é acompanhada de tal simplicidade.

Tomando em conta o que foi referido no Capítulo III, definimos o DS como o **processo de transformações que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, ambiental, económica, social, cultural e institucional, almejando a promoção humana integral, a cidadania plena e a equidade social, a paz e a segurança, um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, no contexto das**

²⁶¹ Fábio Barbosa é o presidente do Banco Real desde 1996 e é um dos principais executivos do ABN AMRO Bank na América Latina (Almeida, 2007: 262).

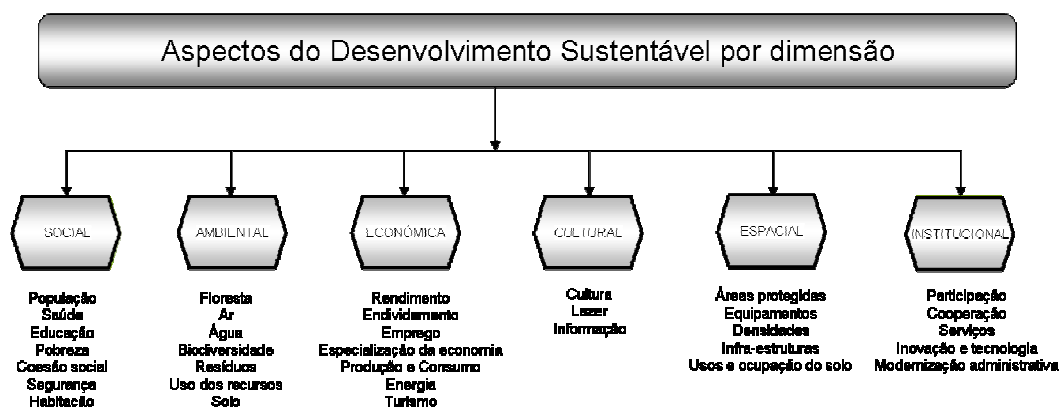
²⁶² Alain Belda é presidente do conselho e principal executivo CEO) da Alcoa, integra o conselho do Citigroup Inc. e da DuPont e é membro do conselho de administração da Universidade de Brown e do *The Conference Board* (Almeida, 2007: 262).

²⁶³ É o presidente do *World Business for Sustainable Development*, da qual foi um dos fundadores, e é um dos principais pensadores da sustentabilidade da actualidade (Almeida, 2007: 263).

gerações presentes e futuras e na direcção de um mundo sustentável (para outras definições ver: Almeida Jr., 2000: 16; Roldán e Valdés, 2002: 255; IBGE, 2004; Dalvé e Nalco, 2004: 66; Martins, 2004: 2²⁶⁴; Wheeler, 2004: 23-25²⁶⁵; Silva, 2006: 18; Oliveira, 2006: 12-13; Soares, Strauch e Ajara, 2007: 3-4; Kerk e Manuel, 2008: 229; Louette, 2008).

Tendo como pano de fundo esta definição, a Figura 8 identifica os temas mais relevantes no contexto do DS (**etapa 2**), tal como é sugerido por Bossel (1999: 14). Este, a propósito dos indicadores, recomenda três passos: (1) identificar temas maiores que sejam relevantes no contexto do DS; (2) desenvolver uma abordagem para identificar os indicadores, e (3) pensar como usar essa informação para obter uma ideia da sustentabilidade²⁶⁶ (ver Kondyli, 2009: 6; Kerk e Manuel: 2008: 231).

Figura 8



Relativamente aos indicadores, muito embora este conceito não seja de todo pacífico, usado muitas vezes de modo ambíguo e em diferentes contextos (Heink e Kowarik, 2010), representando uma diversidade de propósitos, prioridades e preferências (Siena, 2002: 4), é comumente aceite que é necessário fazer medições

²⁶⁴ Este autor, inclusive, sugere algumas questões a fazer quando se trata de acções para o DS. Estas acções satisfazem as necessidades básicas humanas? Promovem a equidade e a justiça social? Comprometem-se com as gerações futuras? Respeitam a auto-determinação dos povos? Respeitam a diversidade cultural e a manutenção do património ambiental? Promovem a cidadania? Preconizam novos padrões de consumo em harmonia com a natureza? (Martins, 2004: 2).

²⁶⁵ De modo mais simples, Wheeler (2004: 24) define o DS como «...development that improves the long-term health of human and ecological systems.».

²⁶⁶ O autor referia-se à sustentabilidade, mas também à sua viabilidade. Como temas, identificou 6: desenvolvimento individual, sistema social, Governo, infra-estruturas, sistema económico e recursos e ambiente (Bossel: 1999: 17-18).

para aferir o progresso em direcção ao DS (Bossel, 1999: 6-7; Bell e Morse, 1999: 23; Moran, 2008: 471; Ramos, 2009: 1104). O intuito é providenciar uma ferramenta de orientação para as políticas de sustentabilidade, incluindo a monitorização de medidas e resultados e a comunicação com o público em larga escala (Nader *et al*, 2008: 772; Siena, 2002: 45).

No entender de Siena (2002: 46), eles têm, também, uma missão muito importante, que é a de encorajar e orientar indivíduos, grupos, empresas, etc. a reconhecerem que o comportamento e escolha de cada um tem efeitos sobre o estado da sustentabilidade. Estas medições são feitas através de indicadores, embora, como salienta Ramos (2009: 1101, 1105), não haja consenso a respeito do número e tipo de indicadores a ser seleccionados.

Qualquer que seja a escala espacial é imperativo ter indicadores escolhidos a partir de certos critérios (**etapa 3**). Esta escolha representa a segunda maior dificuldade, já que a primeira reside no entendimento da complexidade das relações existentes dentro do sistema e suas componentes (Bossel, 1999: 2; Siena, 2002: 44; Spangenberg *et al*, 2002: 66).

Na literatura internacional, há uma multitude de critérios para a escolha de indicadores. No geral, os indicadores de DS devem ser relevantes (de acordo com a definição de DS adoptada) e perceptíveis; transparentes; mensuráveis; conceptualmente bem fundamentados; cobrir os principais aspectos do DS; ser representativos do consenso internacional; estar disponíveis (em fontes públicas, científicas ou institucionais) ou disponíveis a um custo razoável; não se sobreponem uns aos outros; ser confiáveis, recentes e regularmente actualizados; permitir comparações e ser limitados em número (Bossel, 1999: 7; Spangenberg *et al*, 2002: 63-64; Deponti e Almeida, 2002; Roldán e Valdés, 2002: 252; Siena, 2002: 44-51; Braga *et al*, 2004: 16-19; Roberts, 2006: 523; Rauli, Araújo e Wiens, 2006: 148-151; Kerk e Manuel, 2008: 229; Mascarenhas *et al*, 2010: 649).

Roldán e Valdés (2002: 252) assinalam que devem ser representativos dos três sistemas (natural, social e económico) e incorporar uma abordagem holística, que inclua aspectos qualitativos e quantitativos. Esta opinião é corroborada por Ramos (2009: 1109) quando indica que a organização dos indicadores dever obedecer a uma estrutura

conceptual, ou por dimensões da sustentabilidade, ou por temas regionais, ou com base nas causalidades principais ou em outro qualquer esquema.

Os actores locais, sempre que possível, devem participar no processo de selecção de indicadores, dado que o DS é um processo participativo (Nader *et al*, 2008: 771; Ramos, 2009: 1102, 1104; Mascarenhas *et al*, 2010: 650).

Os indicadores devem, ainda, estar relacionados com a visão de DS, o que implica que seja uma visão partilhada (comum), como defendem Spangenberg *et al* (2002: 65), Roberts (2006: 516), Hitchcock e Willard (2008: 37-52) e Kerk e Manuel (2008: 229), indo ao encontro das estratégias territoriais e dos valores, esperanças e preocupações da comunidade (Ramos, 2009: 1105; Mascarenhas *et al*, 2010: 648, 652).

Além da escolha dos indicadores (**etapa 4**) a partir de uma definição ou temas caros ao DS, outros aspectos podem ser considerados. Um tem a ver com a identificação das fontes de informação; outro prende-se com a necessidade de normalizar os dados (padronizar), uma vez que nem todos se apresentam na mesma medida (**etapa 6**). Outro, relacionado com este último, é a existência de uma escala de performance (escala de desempenho ou escala comum – Siena, 2002: 70, 76), que servirá como uma escala padrão e permitirá aferir o estado de cada indicador. O terceiro é a atribuição de pesos diferentes aos indicadores, muito embora, numa visão sistémica, o peso a atribuir às várias dimensões seja igual. O quarto diz respeito à agregação dos indicadores (facilitada pela existência de uma escala comum), que pode ser feita por categorias e destas transformar-se num índice final agregado (sobre estes aspectos ver Roldán e Valdés, 2002: 253; Kerk e Manuel: 2008: 232-233; Kondyli, 2009: 6).

6.5.1. Escolha e tratamento de indicadores de sustentabilidade

Definida a sustentabilidade, identificados os aspectos, definidos os critérios de selecção, escolhem-se os indicadores (**etapa 4**). Os que nesta investigação vão ser usados, foram seleccionados tendo como referências a vasta bibliografia consultada sobre o assunto, uns directamente, outros indirectamente, optando por escolher apenas os indicadores que mais se adaptam aos aspectos seleccionados e à região, seguindo as indicações de vários autores (Selman, 1996; Siena, 2002; Deponti e Almeida, 2002; Roldán e Valdés, 2002; Spangenberg *et al*, 2002; Braga *et al*: 2004; Roberts, 2006;

Silva, 2006; Ribeiro, Mendes e Filho, 2006; Nader *et al*, 2008; Kerk e Manuel, 2008; Ramos, 2009; Kondyli, 2009; Heink e Kowarik, 2010; Mascarenhas *et al*, 2010).

A selecção total dos indicadores pode ser encontrada no **Anexo 2**. Esta listagem é apenas composta pelos indicadores que foram utilizados nesta investigação. Os indicadores que, por uma ou outra razão, não foram utilizados estão referidos no **Anexo 6**. Na verdade, nem todos os indicadores estão disponíveis ao nível municipal, como nem todos são relevantes para a avaliação dos aspectos considerados, do mesmo modo que alguns acabam por se sobrepor a outros, razão pela qual deixam de ser considerados.

Feita a selecção dos indicadores, foram identificadas as principais fontes de informação (**etapa 5**) – referidas na **Ficha do Indicador (Anexo 3)**, aferida a sua existência e os moldes em que existem, sendo recolhidos os valores dos existentes, normalizados e calculados (**etapas 4-7** – Figura 7).

A normalização dos valores é feita seguindo o método de cálculo de Siena (2002). Na prática, trata-se de uma simbiose entre o cálculo do IDH, que serve de base para o cálculo, com a metodologia do Barómetro da sustentabilidade, onde se assume uma escala que vai entre 0 e 100, dividida em 5 faixas de 20 cada (0-20-40-60-80-100).

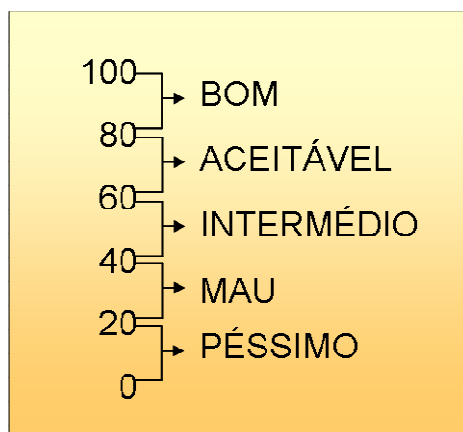
Duas escalas de medição são necessárias: a do indicador, de acordo com padrões internacionais, nacionais, regionais ou mesmo municipais, dependendo do indicador e da disponibilidade de referências, e a escala padrão, mediante a qual se calcula a sua posição face a esses padrões, classificando o seu desempenho (Siena, 2002: 95-96).

Na totalidade, há alguns grupos a considerar de acordo com o seu desempenho. Por um lado, os indicadores cujo melhor desempenho pode ser 100, 0 ou a paridade (*taxa de criminalidade* – 0%, *saneamento básico* – 100%, e a *comparação entre o rendimento de homens e mulheres* – paridade). Outros indicadores, não tendo um limite para o melhor desempenho, têm um limite para o melhor (100) e para o pior (0) (é o caso do rendimento – quanto maior, melhor) (ver Siena, 2020: 118).

Além destes grupos, que nos ajudarão a classificar o desempenho dos indicadores, é necessário ter em consideração os valores e significado da escala padrão.

Como já se referiu, esta assumirá, nos extremos, os valores de 0 e 100, como se mostra na Figura 9²⁶⁷ (ver Siena, 2002: 119).

Figura 9
Bandas da Escala Padrão



O cálculo dos valores de cada indicador, a que se chamará “pontuação”, obedecerá às seguintes fórmulas, de acordo com os indicadores (ver **Anexo 4 – Indicadores e Pontuação**, onde se encontram os valores que a seguir se exemplificam e os dos restantes indicadores):

1. Pontuação = topo da escala padrão – {[(valor do indicador – valor mínimo da banda do indicador) ÷ (valor máximo da banda do indicador – valor mínimo da banda do indicador)] x 20}.

Exemplo: *emissões de CO₂ per capita*. A meta da Região Norte é diminuir as emissões em 35% até 2020. O valor actual desta Região é 4,47 ton/pc (reduzir 35% = 2,9 ton/pc). O valor aceitável a nível internacional é um que seja inferior a 2 ton/pc. A melhor situação seria 0 emissões. O pior valor internacional ronda as 50 ton/pc. A escala do indicador vai assumir os seguintes valores: 0-2-14-26-38-50. A esta escala corresponderá 100-80-60-40-20-0 (escala padrão). O valor de Alijó é 2,84 ton/pc, logo o cálculo, será do seguinte modo: **100 – {[(2,84 – 2) ÷ (14 – 2)] x 20}**. O resultado é 78,67 pontos para Alijó. Igual cálculo foi realizado para todo os concelhos.

²⁶⁷ O 0 é a base da banda “péssimo”; 20 – topo da banda “péssimo” e base da banda “mau”; 40 – topo da banda “mau” e base “intermédio”; 60 – topo da banda “intermédio” e base da banda “aceitável”; 80 – topo da banda “aceitável” e base da banda “bom” e 100 – topo da banda “bom”.

2. Pontuação = $\{[(\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo da banda do indicador}) \div (\text{valor máximo da banda do indicador} - \text{valor mínimo da banda do indicador})] \times 20\} + \text{base da banda da escala de rendimento.}$

Exemplo: *qualidade das águas para consumo humano*. Este indicador é o resultado da média de outros dois indicadores: *análises realizadas* e *cumprimento dos valores paramétricos*. O objectivo último é que ambos os indicadores obtenham o valor máximo que é 100%, ou seja, tanto o número de análises realizadas quanto o cumprimento dos valores paramétricos devem obter uma realização de 100%. Utilizando, novamente, o exemplo de Alijó, com o valor médio dos dois indicadores de 99,05% (100% e 98,09%, respectivamente), a escala para o indicar será a seguinte: 100-80-60-40-20-0 (assume os mesmos valores da escala padrão). Assim, a pontuação de Alijó é de 96,18 pontos: $\{[(99,05 - 80) \div (100 - 80)] \times 20\} + 80$. Igual cálculo foi realizado para os outros concelhos.

A selecção dos indicadores obedeceu aos seguintes critérios: **representatividade**, no sentido de cobrir os aspectos mais importantes do DS e de acordo com a sua definição; **disponibilidade** – no sentido de estarem disponíveis ao nível municipal (o que nem sempre acontece, mesmo com indicadores mais representativos); **confiabilidade** – tendo em conta que, qualquer que seja a sua procedência, devem ser de fontes seguras e confiáveis; **reunir o consenso internacional** – no sentido de serem reflexo da literatura internacional sobre o assunto (este foi um critério que tivemos em mente, mesmo que alguns indicadores, pela sua proximidade com a região, possam não ser encontrados na literatura da especialidade); **permitir fazer comparações** – preocupação desde o início, não somente *ad intra*, isto é, em relação aos concelhos da região, mas também *ad extra*, permitindo fazer uma comparação dos concelhos a nível nacional; **mensurabilidade** – isto é, que tenham uma medida quantitativa e, por conseguinte, possam ser medidos; **recentes** – tanto quanto possível, os indicadores devem ser o mais próximo possível da actualidade e permitir **ser actualizados**, preocupação que acompanhou a selecção, já que a ideia é tornar possível uma avaliação periódica da sustentabilidade municipal.

No tratamento dos dados, fomos encontrando e transpondo dificuldades. Como se referiu, a diferente unidade de medida de cada indicador exigiu que se padronizassem os indicadores, e, nesse sentido, foi necessário encontrar critérios que permitissem com a maior coerência possível. Na prática, a questão está na equivalência entre a escala do

indicador e a escala padrão. A primeira tentativa foi utilizar o bom senso, mas logo se percebeu que isso incorreria na utilização de critérios diferentes para alguns dos indicadores. Foram testadas várias possibilidades, além do método de cálculo que utilizámos, que é em quase tudo igual ao de Siena (2002). Experimentou-se o zscore, o método do mínimo e do máximo e indagou-se especialistas da estatística acerca da possibilidade da utilização de qualquer um destes ou outro método, assim como a análise factorial e/ou de clusters. Era necessário saber até que ponto o método de cálculo de Siena poderia ser ou não a mais adequada.

O método do Zscore e do mínimo e máximo não se mostraram relevantes porque a pretensão não era somente avaliar e comparar os valores dos 13 concelhos, mas pretendia-se também avaliar estes concelhos em relação a valores meta, quando tais existissem. A análise factorial e a de clusters também não se utilizou porque o que se pretendia não era entender como é que cada indicador, em conjunto com outros, explicava o comportamento de um concelho, mas como é que as dimensões da sustentabilidade se manifestam em cada um deles.

Inviabilizadas estas possibilidades, utilizou-se o método de cálculo de Siena (2002). Contudo, este levantou um problema essencial: que valor servir de referência para os indicadores? Para evitar a proliferação de critérios, um para cada indicador, fez-se a opção de atribuir o valor meta, quando existisse, ou o valor médio nacional como base do intervalo mais elevado da escala do indicador, correspondendo ao valor 80 na escala padrão. Do mesmo modo, sempre que possível, como ponto de partida, considerou-se o valor mínimo e máximo existentes no país, sendo que o valor médio do mesmo foi colocado na base do referido intervalo. Os restantes intervalos foram considerados, na grande maioria, como intervalos iguais. Nos **Anexo 3** (Ficha do Indicador) e **Anexo 4** (Pontuação e Escala dos Indicadores) são explicados os critérios que referimos, sendo que, quando não se utiliza outro critério, assume-se a disposição em intervalos iguais.

6.6. Avaliação da sustentabilidade do ADV

Depois da explicação das opções tomadas, referida no item anterior, vamos agora fazer a avaliação da sustentabilidade da região do ADV. Para tal, como já foi

mentionado, não se atribuiu um peso diferente a cada aspecto ou a cada dimensão. A agregação foi simples e apenas contou com a média. Assim, da média dos indicadores de cada aspecto resultou no valor do aspecto; a média dos valores dos aspectos originou o valor de cada dimensão; o valor médio de todas as dimensões deu origem ao valor da sustentabilidade de cada município (ver **Anexo 5**). A média dos valores de todos os municípios deu origem ao valor da sustentabilidade regional.

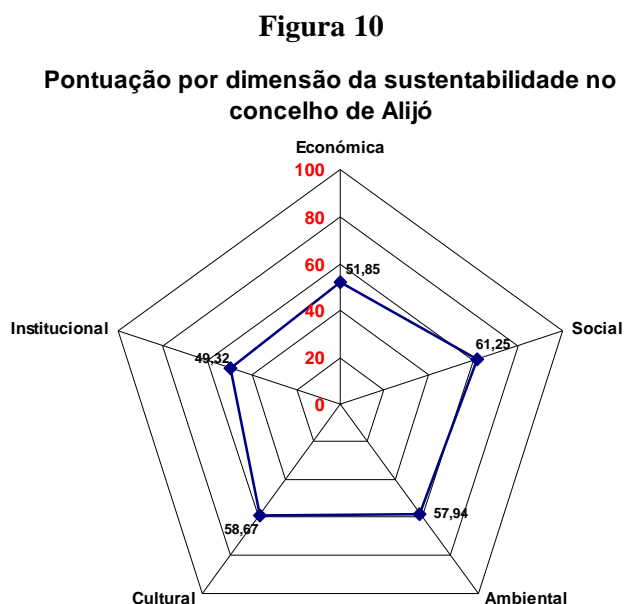
Antes de detalhar os resultados, é de toda a pertinência mencionar quatro aspectos introdutórios e esclarecedores, com os quais nos deparámos. O primeiro deles diz respeito à dimensão espacial. Para esta dimensão, como se poderá constatar no **Anexo 2**, não se contou com nenhum indicador. Este facto merece-nos duas observações. Uma a respeito dos indicadores que se pretendiam utilizar não estarem ainda disponíveis, existindo somente para 2001. Pelo desfasamento de tempo, não foram utilizados. A outra concerne ao facto de que outros indicadores, utilizados noutros aspectos e dimensões, terem em si uma referência ao espaço, já que tudo o que acontece num dado território, desde a população, passando pelas actividades económicas, pela urbanização, pelas infra-estruturas, etc., tudo acontece no espaço e, por conseguinte, esta dimensão, mesmo não tendo nenhum indicador, está subentendida nas outras.

O segundo aspecto prende-se com o facto de que mesmo havendo cada vez mais informação disponível pelas instituições acerca dos concelhos, ela nem sempre cobre todos os concelhos. A título de exemplo, no aspecto educação pretendia-se ter mais indicadores dado que é um tema muito importante para o DS, como notámos no capítulo III. A publicação do GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, que publica os dados referentes a cada região, por concelho, é uma publicação excelente, mas foi muito pouca a contribuição para esta investigação. Do mesmo modo, apesar dos vários contactos com diversas instituições a respeito de alguns indicadores, a resposta morosa e às vezes inexistente, sem aparente razão que o justificasse, poderá ter condicionado o índice que se desenvolveu neste investigação²⁶⁸. Neste, como noutros casos, foram utilizados os indicadores possíveis, o que é manifestamente uma limitação.

²⁶⁸ O condicionalismo a que nos referimos tem a ver, essencialmente, com a disponibilidade de dados mais recentes, ou o acesso a outros dados que pudessem caracterizar melhor uma ou outra dimensão, ou mesmo o levantamento do segredo estatístico. Estamos a referir-nos, por exemplo, aos dados sobre o turismo, publicados pelo INE, a alguns dados da Agência Portuguesa do Ambiente, a outros do UMIC – Agência Portuguesa para a Sociedade do Conhecimento, a outros da CCDRN, da Região Hidrográfica do

A terceira questão tem a ver com o diferente número de indicadores para cada dimensão. Neste caso, não há muito a dizer, jogou-se com os indicadores possíveis em número possível.

O quarto e último aspecto é um esclarecimento. Na verdade, quando se utiliza o nível nacional como referência, como foi o caso de 44,7% dos indicadores seleccionados, poder-se-á ter a tentação de referir que o resultado final da avaliação da sustentabilidade será a consideração do concelho face ao valor médio nacional de cada indicador. Ora, se isto acontece com 34 indicadores, com os restantes 42 isso não acontece. Neste contexto, quando se referir a situação da sustentabilidade de cada concelho não nos estamos a reportar somente à situação deste concelho em relação ao país, mas à situação do concelho em relação à sustentabilidade, que, em alguns indicadores, tem como ponto de referência o valor médio do país.



Em **Alijó** a media dos valores das dimensões atinge o valor de **55,81** pontos, na 11ª posição entre os 13 concelhos. A Figura 10, que é a síntese dos aspectos e respectivos indicadores, mostra que a dimensão mais forte é a social (61,25 pontos), seguido da dimensão cultural (58,67 pontos), da ambiental (57,94 pontos), da

Norte, da DREN – Direcção Regional da Educação do Norte (entre outras instituições). Estamos seguros de que com o enquadramento institucional certo (por exemplo, numa instituição do Governo), o acesso a esses dados teria sido célere e facilitado.

económica (51,85 pontos) e por último, da institucional (49,32 pontos) (para um melhor entendimento deste gráfico, recomenda-se a leitura do **Anexo 5** e **Anexo 4**).

Na dimensão económica, com pontuação média de **51,84** pontos, os aspectos que estão em desvantagem são o “turismo” (39,3 pontos) e a “dinâmica empresarial” (26,20 pontos), com valores inferiores ao intervalo 40 (20-40 = classificação “mau”). O aspecto “energia” (44,53 pontos) detém um valor pouco superior, incluindo-se no intervalo “intermédio” (40-60). Os aspectos “rendimento” (60,87 pontos), “endividamento” (76,42 pontos) e “dinâmica local” (63,76 pontos) são os que têm uma classificação mais elevada, situando-se no intervalo “aceitável” (60-80).

No geral, percebe-se que, em relação a esta dimensão, ainda há muito a fazer na certificação energética de edifícios, na atracção de empresas, na oferta turística e na excessiva especialização das explorações agrícolas, remetendo para a necessária diversificação, como foi referenciado no capítulo II.

Na dimensão social, com o valor médio de **61,25** pontos, o aspecto “segurança” (85,11 pontos) está em destaque com a melhor pontuação para os aspectos desta dimensão, situando-se no intervalo “bom” (80-100). Os aspectos “protecção social/respostas sociais” (78,19 pontos), “habitação” (69,90 pontos) e “género” (66,70 pontos), com a melhor pontuação em toda a região para este aspecto, são os que, juntamente com o anterior, mais contribuem para a pontuação desta dimensão. O ónus da menor pontuação recai nos indicadores “desemprego” (43,22 pontos) e “educação” (40,30 pontos), ambos situados no início do intervalo “intermédio” (40-60).

Na dimensão ambiental, com valor médio de **57,94** pontos, o destaque vai para os aspectos “água” (95,36 pontos) e “ar” (79,88 pontos). A maior dificuldade parece estar nos indicadores “despesa em ambiente” (13,10 pontos), este situado no intervalo “péssimo” (0-20), com o menor resultado para este indicador na região, e “resíduos” (41,33 pontos). Os indicadores utilizados neste último mostram que, no geral, se tem vindo a evoluir positivamente, por exemplo, na reciclagem, mas ainda muito dependente do aterro como destino final dos resíduos. O destaque neste concelho vai para o indicador “percentagem de resíduos recolhidos selectivamente”, com o valor mais elevado para este indicador em toda a região. O aspecto “biodiversidade” (60,06 pontos) é o que tem a 2ª maior pontuação para este indicador, no contexto de todos os concelhos, somente superado pela pontuação de Mesão Frio (62,81 pontos). Saliente-se,

ainda, o baixo valor do indicador “área em modo de produção biológico” (13,55 pontos), situado na 4ª melhor posição deste indicador.

A dimensão cultural, com valor médio de **58,67** pontos, é a segunda dimensão com maior pontuação, no contexto das outras dimensões. A maior contribuição para esta pontuação vem dos indicadores “despesa em cultura” (82,19 pontos) e “bens imóveis culturais por mil habitantes” (81,21 pontos), que é, aliás, a tendência da região. Ainda assim, há que ter em conta que há indicadores, por exemplo aqueles ligados ao acesso à cultura que não estão disponíveis para todos os municípios (ver **Anexo 7**). A maior dificuldade parece estar na atracção de estrangeiros para viver no concelho, o que é comum aos restantes concelhos. Na verdade, a percentagem de estrangeiros legalmente residentes no concelho está muito aquém do valor médio do país, ainda assim, se se observar, especificamente, a variação do número de estrangeiros por concelho, percebe-se que esta realidade é um pouco diferente, porque praticamente todos os concelhos da região ganharam novos residentes estrangeiros.

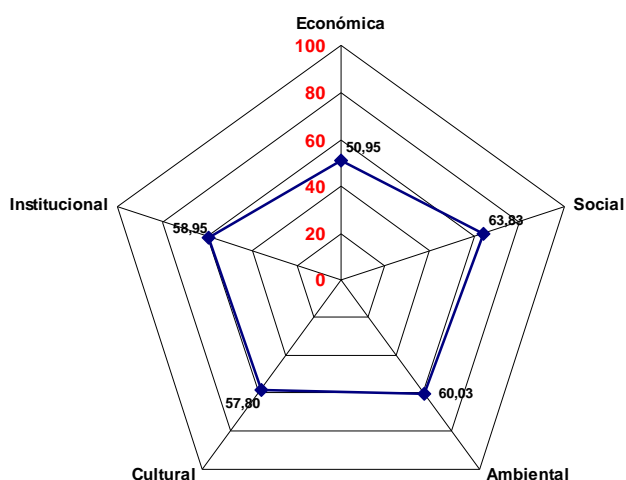
A dimensão institucional, com o valor médio dos aspectos de **49,32** pontos, é a mais débil. A maior dificuldade parece residir no aspecto “gestão municipal” (27,27 pontos), situada no intervalo “mau”. Ainda assim, é preciso ter em atenção que os valores referentes ao indicador “serviço de informação das autarquias na Web” (12,9 pontos), com a 3ª menor pontuação deste indicador na região, podem ser diferentes na actualidade, já que este indicador remete para 2007. O tempo que medeia esse ano e a actualidade (ano 2012) é muito amplo para não ter havido uma melhoria significativa neste indicador.

Se se tiver em conta o valor médio do país, em relação ao indicador “participações no SEPNA por mil habitantes” (98,61 pontos), é em Alijó que se encontra a pontuação mais alta, revelando que há na população uma preocupação elevada com as questões do ambiente e do território, facto que igualmente se constata se se analisar o aspecto “desempenho institucional” (59,21 pontos), embora com valores menos significativos. Ainda no aspecto “participação” (61,50 pontos) há que destacar a elevada abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, resultado provável do distanciamento deste órgão em relação à vida das pessoas e à pouca informação sobre a União Europeia, em geral, observação que é, igualmente, replicável para os outros concelhos. Embora os valores em relação à abstenção nos vários tipos de eleições não sejam tão baixos como se poderia supor, é relevante investir na dinamização do aspecto

“participação”, seja no que for possível fazer para incentivar as pessoas a votar, seja na procura e implementação de novos métodos participativos.

Em relação à dimensão institucional, há ainda um aspecto que é necessário explicitar. Na caracterização desta dimensão utilizaram-se os indicadores possíveis, mas temos consciência que esse facto poderá originar uma sobrevalorização desta dimensão, mesmo que, no caso de Alijó, isso nem tenha acontecido. O que é certo é que no capítulo V se percebeu que há dificuldades manifestas no relacionamento institucional no ADV, evidenciadas por vários actores. No entanto, essas dificuldades não foram captadas pelos indicadores existentes, pelo que se tem de ter em conta essa realidade que os indicadores não mostram, como veremos no último capítulo.

Figura 11
Pontuação por dimensão da sustentabilidade no
concelho de Armamar



Em **Armamar** a média da pontuação das dimensões é de **58,31** pontos, na 5ª posição entre os concelhos do ADV. A Figura 11 permite observar que as duas dimensões mais fortes são a social (63,83 pontos) e a ambiental (60,03 pontos), com a primeira a tomar a dianteira. Ambas, com mais de 60 pontos, situam-se no intervalo “aceitável” da escala padrão (60-80). A estas seguem-se as dimensões institucional (58,95 pontos), cultural (57,80 pontos) e económica (50,95 pontos), todas situadas a meio do intervalo “intermédio” (40-60). Este é, aliás, um dos quatro concelhos cujas dimensões não têm valores inferiores aos 50 pontos (os restantes são: Lamego, São João da Pesqueira e Vila Real).

A dimensão económica, com a pontuação global de **50,95** pontos, tem como aspecto mais fraco a “dinâmica empresarial” (39,44 pontos), muito próximo do intervalo “intermédio” (40-60), mas ainda assim o mais fraco de todos, revelando a necessidade de se atrair empresas para o concelho e com isso gerar mais emprego e riqueza. O aspecto que mais contribui para a pontuação desta dimensão é o aspecto “endividamento” (77,54 pontos) com a maior pontuação entre os aspectos desta dimensão. No aspecto “energia” (42,36 pontos) o mesmo destaque, referido para Alijó, ao indicador “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (3,07 pontos) revelando, igualmente, o muito que há a fazer.

Ainda em relação à dimensão económica, releve-se o valor do indicador “alojamento em TER” (77,7 pontos) posicionando-se na 2ª posição no contexto dos restantes concelhos, somente ultrapassado por Sabrosa (80,9 pontos). Ainda assim, como se salientou no capítulo IV, a oferta hoteleira terá de crescer em quantidade e em qualidade, o que se aplica a todos os concelhos. No aspecto “dinâmica local” (46,80 pontos) refira-se o valor mais baixo de toda a região no indicador “cobertura das importações pelas exportações” (1,57 pontos).

A dimensão social, com **63,83** pontos, constitui a dimensão com o valor mais elevado, no contexto das outras dimensões, e apenas perde para Vila Real (73,27 pontos) e Lamego (65,77 pontos). O destaque vai para o aspecto “segurança” (92,88 pontos), com a pontuação mais elevada da região, situada no intervalo “bom” (80-100). Também o aspecto “desemprego” (53,46 pontos), que é, em toda a região, um factor crítico, tem em Armamar a posição dianteira, com a pontuação mais alta da região para este aspecto. O aspecto “género” (58,92 pontos), apesar de um valor baixo para o indicador “participação da mulher no processo político” (26 pontos), situa-se na 4ª posição no contexto do mesmo indicador para toda a região, com uma pontuação apenas inferior a Alijó (48 pontos), Vila Real (30 pontos) e Peso da Régua (27 pontos).

Em relação ao aspecto “dinâmica demográfica” (56,82 pontos), outro dos aspectos críticos da região (a NUT III Douro perdeu 5,9% da população entre 2001 e 2011), Armamar situa-se numa posição intermédia no contexto da região, na 7ª posição entre os 13 concelhos, o que não significa que esteja numa posição confortável, já que

está entre os concelhos que mais população perdeu no contexto de todos os concelhos do país (21,9%)²⁶⁹.

Tendo obtido uma pontuação superior aos 60 pontos, dentro do intervalo “aceitável” (60-80), a dimensão ambiental (**60,03** pontos) é a segunda melhor pontuada neste concelho. O destaque vai para os aspectos “ar” (79,43 pontos) e “água” (77,78 pontos) com pontuação muito próxima dos 80 pontos (limite superior do intervalo “aceitável” – 60-80).

O aspecto “resíduos” (49,94 pontos) está em destaque com a melhor pontuação obtida entre todos os municípios para este aspecto. As indicações europeias vão no sentido de reduzir a percentagem de resíduos destinados a aterro, pelo que há ainda um longo caminho a ser percorrido.

O aspecto “biodiversidade” (39,21 pontos) também merece destaque, sobretudo os indicadores “área florestal” (18,51 pontos) e “área em modo de produção biológico” (5,74 pontos), ambos situados no intervalo “mau” (0-20), dando a indicação de que é preciso fazer mais para aumentar a área em modo de produção biológico, assim como procurar, dentro do possível, aumentar o coberto arbóreo.

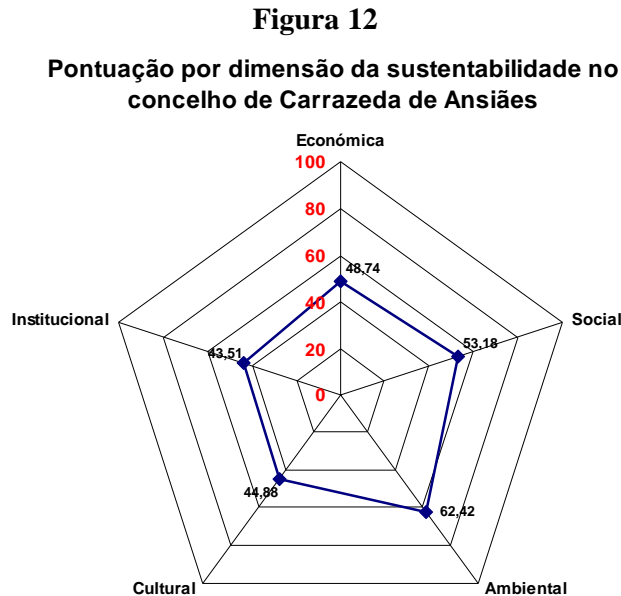
A dimensão cultural, com **57,80** pontos (intervalo intermédio 40-60), revela que apenas no indicador que se refere aos estrangeiros há motivo de alguma atenção. Na verdade, observado o movimento de estrangeiros por município é possível constatar que, por exemplo, de 2009 para 2010, não se fixaram novos estrangeiros em Armamar, o que pode transparecer a ideia de falta de atractividade deste concelho.

A dimensão institucional, com **58,95** pontos, assume a terceira posição no contexto das restantes dimensões. Entre os 3 aspectos desta dimensão, o aspecto “gestão municipal” (39,92 pontos) é o que tem a menor pontuação, situando-se no intervalo “mau” (20-40), ainda que muito próximo do valor limite deste intervalo (40).

No aspecto “participação” (59,01 pontos) aplica-se o mesmo referido para o município de Alijó, com o indicador “abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu” (33,9 pontos) a ser o valor que menos contribui para a pontuação deste

²⁶⁹ A casualidade da leitura de uma das actas da Assembleia Municipal de Armamar, permitiu perceber que, segundo o Sr. Presidente da Câmara, há um erro no INE na contabilização dos residentes em Armamar. Na impossibilidade de apurar a veracidade da informação apresenta-se o valor provisório da perda da população, publicado pelo INE, fazendo a salvaguarda de que poderá haver um possível erro em relação ao apuramento do número de residentes no concelho de Armamar (www.cm-armamar.pt – Actas da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Armamar de Setembro de 2011).

aspecto. A mesma validade para a necessidade de serem implementadas outras formas de participação, assim como o que se referiu em relação à dificuldade de estes indicadores reflectirem todas as dificuldades institucionais que se constata na região.



O concelho de **Carrazeda de Ansiães** obteve uma pontuação geral de **50,55** pontos, posicionando-se em último lugar no conjunto dos concelhos do ADV. Não obstante este valor se situar na posição intermédia (entre 40-60), as dimensões económica (48,74 pontos), institucional (43,51 pontos) e cultural (44,88 pontos) têm pontuações inferiores ao centro deste intervalo (50 pontos).

A dimensão económica deste município obteve **48,74** pontos. Os aspectos mais débeis desta dimensão são, claramente, a dinâmica empresarial e o turismo, sendo que no indicador “alojamento nos estabelecimentos hoteleiros” (11,2 pontos) tem a pontuação mais baixa, considerando que São João da Pesqueira tem o valor 0 para este indicador. No indicador “alojamento em TER” (28,5 pontos), está na penúltima posição entre todos os concelhos, revelando que é necessário cativar investidores dispostos a apostar neste sector.

No aspecto “rendimento” (56,43 pontos) este é o concelho que tem a segunda menor pontuação da região para o indicador “poder de compra per capita” (40,49 pontos), apenas superior à pontuação de Armamar (39,59 pontos), e o indicador “ganho

médio mensal” (34,03 pontos), tem, igualmente, um dos valores mais baixos da região. Ainda assim, no indicador “depósitos e créditos” (94,76 pontos) obteve a segunda melhor pontuação, somente superada por Torre de Moncorvo (98,93 pontos). No aspecto “energia” (54,32 pontos) aplica-se a mesma consideração feita para concelhos anteriores no que diz respeito ao indicador “edifícios com certificação energética e qualidade do ar interior” (2,76 pontos). O aspecto “endividamento” (85,29 pontos) é o que tem a maior pontuação do conjunto dos aspectos da dimensão económica, situando-se entre as 7 melhores pontuações da região.

No cômputo geral, nesta dimensão o concelho situa-se na 4ª pior pontuação, sendo que apenas Santa Marta de Penaguião (47,12 pontos), Torre de Moncorvo (47,25 pontos) e Tabuaço (48,37 pontos) têm uma pontuação inferior.

A dimensão social, com **53,18** pontos, quando comparada com os resultados da mesma dimensão nos outros concelhos, obtém a pontuação mais baixa. O aspecto “dinâmica demográfica” (36,71 pontos) posiciona-se em último lugar no conjunto dos 13 concelhos. Observando os valores dos indicadores que compõem este aspecto, pode constatar-se que Carrazeda de Ansiães tem, em todos eles, os valores mais altos observados na região e, por conseguinte, os que têm menor pontuação (ver **Anexo 4**).

O aspecto “educação” (35,10 pontos) é outro dos que tem uma pontuação muito baixa, situando-se no intervalo “mau” (20-40). Pela positiva, destacam-se os aspectos “protecção social/respostas sociais” (76,25 pontos) e o aspecto “segurança” (81,80 pontos), o primeiro ainda no intervalo “aceitável” (60-80), mas muito próximo da base do intervalo “bom” (80-100), o segundo neste último intervalo.

A dimensão ambiental, com **62,42** pontos, é sem margem de dúvida, a dimensão que tem a pontuação mais elevada neste concelho no contexto das outras dimensões, ocupando, para esta mesma dimensão, a 5ª posição entre os concelhos. Os aspectos “ar” (77,47 pontos) e “água” (97,06), à semelhança do que acontece com os outros concelhos têm pontuações altas. No caso deste último, pertence a este concelho a pontuação mais elevada encontrada na região.

O aspecto “biodiversidade” (36,93 pontos) é o que tem a menor pontuação desta dimensão. Contribui para este baixo valor a “área em modo de produção biológico” (0,59 pontos), que é praticamente inexistente, e a “área florestal” (33,64 pontos).

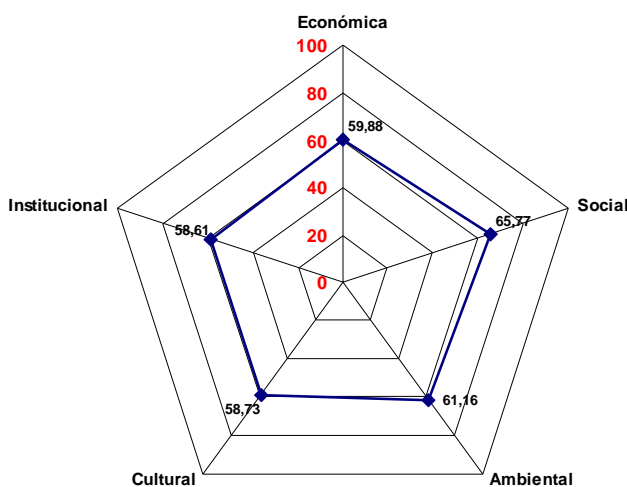
No aspecto “resíduos” (44,44 pontos) detém a 3ª posição no conjunto dos concelhos, apenas atrás de Armamar (49,49 pontos) e Tabuaço (45,11 pontos). Ainda assim, a mesma observação feita para os concelhos de Alijó e Armamar, a respeito dos resíduos com destino a aterro, mantém-se para este concelho.

A dimensão cultural, com **44,88** pontos, somente tem valores inferiores em Mesão Frio (41,50 pontos) e Peso da Régua (42,70), sendo que, entre todos os concelhos, é aquele onde menos se gasta em cultura. O indicador “estrangeiros residentes” (29,1 pontos) tem a terceira melhor posição, somente superada por Santa Marta de Penaguião (36,1 pontos) e Vila Nova de Foz Côa (29,7 pontos), valores corroborados pela variação positiva no número de estrangeiros.

A dimensão institucional, com a pontuação de **43,51** pontos, situa-se, nesta dimensão entre todos os concelhos, na penúltima posição, tendo com pontuação inferior apenas Vila Nova de Foz Côa (42,32 pontos). O baixo contributo para esta pontuação cabe aos indicadores “independência financeira do município” (7,4 pontos), com a pontuação mais baixa obtida para este indicador, e “denúncias recebidas e acções de fiscalização” (7,14 pontos), mostrando que as acções de fiscalização quase se resumiram ao número das denúncias recebidas.

Figura 13

Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Lamego



O concelho de **Lamego**, com a média final de **60,83** pontos, situa-se, no conjunto dos concelhos da região, na 2ª posição, com pontuação somente superada por Vila Real (60,90 pontos). Duas das 5 dimensões consideradas (social e ambiental) superam a marca dos 60 pontos, situando-se no intervalo “aceitável” (60-80). As restantes 3 dimensões (económica, institucional e cultural) têm valores muito próximos do topo do intervalo “intermédio” (40-60), isto é, estão próximas dos 60 pontos. Lamego é o segundo concelho, dos que até agora foram referidos, que não tem valores inferiores a 50 pontos (o outro foi Armamar) para todas as dimensões.

O melhor desempenho da dimensão económica (**59,88** pontos) vai para os aspectos “endividamento” (84,84 pontos), “rendimento” (63,49 pontos) e “dinâmica local” (61,07 pontos). É no aspecto “energia” (46,59 pontos) e “dinâmica empresarial” (46 pontos) que estão os indicadores com menor contribuição, entre os quais se salienta o indicador “certificação energética e qualidade do ar interior dos edifícios” (5,66 pontos), ainda assim situando-se apenas atrás de Vila Real (8,89 pontos) e Peso da Régua (7,07 pontos), que têm as melhores pontuações para este indicador. Na dinâmica empresarial registou uma das variações negativas mais acentuadas no número de empresas no município no contexto da região (-5,09% – ver **Anexo 4**).

A dimensão social, com **65,77** pontos, é para este concelho a que tem a pontuação mais elevada entre as outras dimensões. Os aspectos “segurança” (89,07 pontos) e “protecção social/respostas sociais” (88,10 pontos) são os que têm a pontuação mais elevada, situando-se no intervalo “bom” (80-100), seguidos do aspecto “Saúde” (71,24 pontos). Os aspectos com a menor pontuação são o “desemprego” (49,67 pontos), cujo menor contributo cabe ao indicador “taxa de desemprego” (37,39 pontos), o aspecto “género” (54,89 pontos), com pontuação baixa no indicador “participação da mulher no processo político” (23 pontos), e o aspecto “habitação” (56,33 pontos).

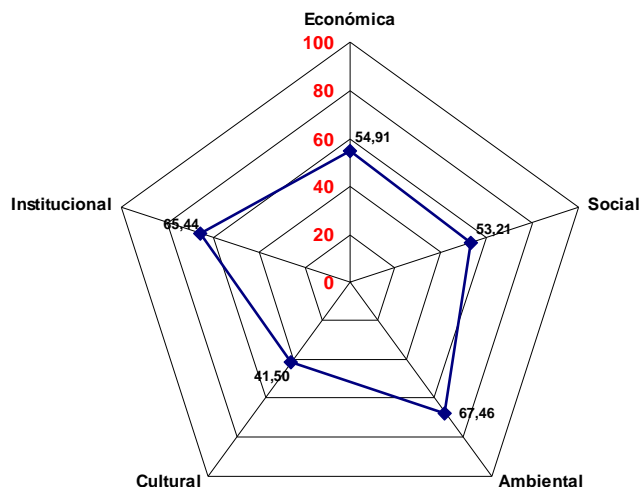
A dimensão ambiental é a segunda com melhor desempenho, situando-se nos **61,16** pontos. Destacam-se os aspectos “água” (88,49 pontos) e “ar” (80,89 pontos), com pontuações situadas no intervalo “bom” (80-100). O aspecto “despesa em ambiente” (62,33 pontos), situado no intervalo “aceitável” (60-80), surge em quinto lugar no contexto dos outros concelhos.

No oposto, o aspecto “biodiversidade” (30,53 pontos) e “resíduos” (43,58 pontos) são os que menor pontuação têm, o primeiro pelos fracos desempenhos dos indicadores “área em modo de produção biológico” (3,54 pontos), “área florestal” (20,22 pontos) e “variação do número de colmeias e cortiços povoados” (26,4 pontos), o segundo pelos desempenhos menores nos “RSU com destino a aterro” (13,16 pontos) e na “proporção dos RSU recolhidos selectivamente” (42,67 pontos).

A dimensão cultural, com **58,73** pontos, posiciona-se em penúltimo lugar no contexto das outras dimensões, mas na 5ª posição no contexto geral desta dimensão na região. O indicador “número de estrangeiros residentes” (9,8 pontos) é o que menos contribui para a pontuação desta dimensão, estando entre os 3 piores resultados da região para este indicador.

A dimensão institucional, com **58,61** pontos, é a que se apresenta em último lugar entre as outras dimensões. O aspecto “participação” (60,50 pontos) é o único que supera a barreira dos 60 pontos, situando-se no início do intervalo “aceitável” (60-80). Os outros aspectos estão próximos da base deste intervalo ao obterem uma pontuação próxima dos 60 pontos (“desempenho institucional” com 57,05 pontos e “gestão municipal” com 58,29 pontos). Nestes aspectos, saliente-se que é Lamego que tem a pontuação mais alta em “gestão municipal” (58,29 pontos), no contexto deste indicador e do conjunto dos municípios da região. No aspecto “desempenho institucional” (58,61 pontos) o destaque vai para o indicador “gravidade dos autos levantados pelo SEPNA” (4,55 pontos), sendo o concelho em toda a região onde a grande maioria dos autos levantados foram classificados como “grave” e “muito grave” (95,5%), revelando a gravidade das situações encontradas.

Figura 14
Pontuação por dimensão da sustentabilidade no
concelho de Mesão Frio



O concelho de **Mesão Frio**, com a pontuação global de **56,50** pontos, situa-se na 9ª posição entre todos os concelhos. Todas as dimensões estão incluídas no intervalo “intermédio” (entre os 40 e 60 pontos). Em destaque está a dimensão ambiental (67,46 pontos), com a maior pontuação, e a dimensão institucional (65,44 pontos). Seguem-se-lhes a dimensão económica (54,91 pontos), a social (53,21 pontos) e, em último lugar, a cultural (41,50 pontos).

Observando os valores da dimensão económica em todos os concelhos, Mesão Frio, com **54,91** pontos, posiciona-se em 4º lugar. Entre os diversos aspectos desta dimensão, o destaque vai para “endividamento” (67,86 pontos), “dinâmica local” (66,44 pontos) e “rendimento” (63,62 pontos), com valores situados no intervalo “aceitável” (60-80). O aspecto “dinâmica empresarial” (59,64 pontos) aproxima-se igualmente deste intervalo. No oposto, a maior debilidade está nos aspectos “energia” (39,44 pontos) e “turismo” (32,45 pontos). No primeiro caso, o indicador “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (3,79 pontos) e o “consumo de derivados de petróleo no sector dos transportes” (8,97 pontos) são os que menos contribuem para a pontuação deste aspecto. No segundo caso, é ao “alojamento TER” (22,6 pontos) que cabe a menor pontuação.

A dimensão social, com **53,21** pontos, tem a sua pontuação mais elevada nos aspectos “segurança” (78,91 pontos), “protecção social/respostas sociais” (74,37

pontos) e “saúde” (70,21 pontos), situados no intervalo “aceitável” (60-80). Dentro do segundo aspecto referido, merece destaque o indicador “idosos servidos por equipamentos sociais” (92,13 pontos) com a melhor pontuação da região para este aspecto. As piores pontuações estão nos aspectos “desemprego” (28,94 pontos) e “habitação” (28,29 pontos). No aspecto “género” (47,42 pontos) merece destaque o indicador “participação da mulher no processo político” (7 pontos) por ser o segundo valor mais baixo da região (pior só Sabrosa com 3 pontos). O aspecto “educação” (45,82 pontos) evidencia o menor valor regional para o indicador “população residente com ensino superior completo” (28,09 pontos).

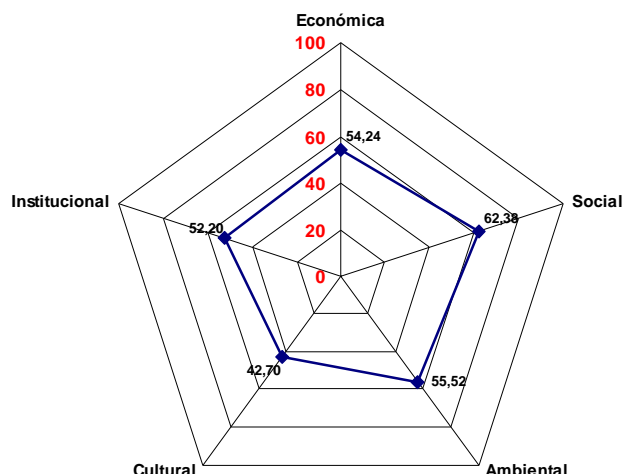
A dimensão ambiental, com **67,46** pontos, é a que mais destaque tem neste concelho. Entre os aspectos que mais contribuem para este valor estão o aspecto “despesa em ambiente” (82,17 pontos), uma das pontuações mais elevadas da região, somente superada por Santa Marta de Penaguião (83 pontos) e Tabuaço (82,55 pontos), o aspecto “ar” (80,38 pontos) e “água” (79,41 pontos), à excepção deste último, com pontuações situadas no intervalo “bom” (80-100), embora este último muito próximo dos 80 pontos. Ainda que sem pontuação no indicador “área em modo de produção biológico” (0 pontos), a pontuação do aspecto “biodiversidade” (62,81 pontos), situada no intervalo “aceitável” (60-80), é a melhor pontuação em toda a região para este aspecto. A Maior dificuldade parece estar no aspecto “resíduos” (32,51 pontos), em particular, no indicador “resíduos com destino a aterro” (6,72 pontos) e “resíduos recolhidos selectivamente por residente” (32 pontos).

A dimensão cultural, com **41,50** pontos, é a que menos pontos tem no contexto de todos os concelhos, com a 4ª menor pontuação no indicador “estrangeiros residentes” (11 pontos), e a 3ª menor no indicador “despesa em cultura” (27,37 pontos).

A dimensão institucional, com **65,44** pontos, é a segunda dimensão melhor pontuada no conjunto das dimensões. O aspecto que mais contribui para esta pontuação é o “desempenho institucional” (89,93 pontos), com uma pontuação no intervalo “bom” (80-100). O aspecto “participação” (64,47 pontos) situa-se no intervalo “aceitável” (60-80). O aspecto “gestão municipal” (41,94 pontos), embora com uma pontuação muito próxima da base do intervalo “aceitável” (40-60), é a 3ª melhor pontuação da região, perdendo apenas para Lamego (58,29 pontos) e Santa Marta de Penaguião (47,49 pontos).

Figura 15

**Pontuação por simensão da sustentabilidade no
concelho de Peso da Régua**



O município de **Peso da Régua**, com a pontuação global de **53,41** pontos, situa-se, no contexto da região, na 12^a posição, com a dimensão social (62,38 pontos) na dianteira, a única posicionada no intervalo “aceitável” (60-80). A pontuação das restantes dimensões situa-se no intervalo “intermédio” (40-60).

A dimensão económica, com **54,24** pontos, apresenta-se com o terceiro melhor desempenho no conjunto das restantes dimensões. O “endividamento” (88,28 pontos) é o aspecto que tem o melhor desempenho, no âmbito do intervalo “bom” (80-100). No intervalo “aceitável” (60-80) está o aspecto “rendimento” (68,86 pontos), com o segundo melhor desempenho da região, perdendo somente para Vila Real (73,16 pontos). Entre os aspectos com o desempenho mais fraco temos o “turismo” (32,75 pontos), a “energia” (36,15 pontos) e a “dinâmica empresarial” (44,79 pontos).

Nestes, o pior desempenho é para os indicadores “Alojamento em TER” (2,9 pontos), “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (7,07 pontos), ainda assim com a segunda melhor pontuação da região (somente Vila Real – 9,89 pontos – tem pontuação superior); “consumo de derivados do petróleo no sector dos transportes” (10,27 pontos), a segunda pior pontuação, ganhando somente a Mesão Frio (8,97 pontos), e “variação do número de empresas” (21,8 pontos), com a terceira maior perda percentual de empresas entre 2008 e 2009 (-5,65% – ver **Anexo 4**, indicador 4.1.).

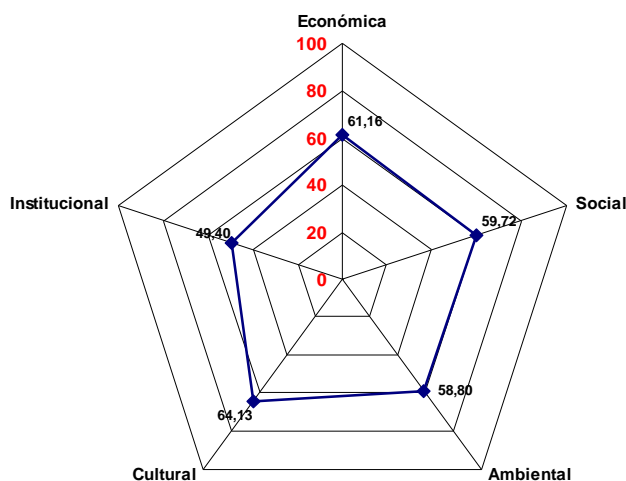
A dimensão social (**62,38** pontos) é a que maior pontuação tem entre as várias dimensões, situando-se na 5ª posição no contexto da região, no início do intervalo “aceitável” (60-80). Os aspectos “segurança” (81,95 pontos) e “protecção social/respostas sociais” (80,47 pontos), situados no intervalo “bom” (80-100), são os que mais contribuem para o desempenho desta dimensão. Segue-se-lhes o aspecto “saúde” (70,35%) com uma pontuação situada no intervalo “aceitável” (60-80). Os aspectos menos bem conseguidos são a “educação” (48,68 pontos) e “desemprego” (49,68 pontos).

A dimensão ambiental, com a pontuação de **55,52** pontos, é a segunda com melhor desempenho no concelho, mas no contexto da região está na antepenúltima posição, ganhando apenas a Vila Real (50,91 pontos) e a Vila Nova de Foz Côa (53,70 pontos). O aspecto que mais contribui para esta pontuação é o “ar” (82,08 pontos), o único que se situa no intervalo “bom” (80-100). O aspecto “água” (78,20 pontos), embora situado no intervalo “aceitável” (60-80), tem neste concelho a segunda pontuação mais baixa, ganhando apenas a Armamar (77,78 pontos). No pior desempenho estão os aspectos “despesa com ambiente” (29,12 pontos) e “resíduos” (31,95 pontos). O primeiro, com indicador homónimo, situa-se na 5ª posição entre todos os concelhos. O segundo tem uma fraca pontuação nos indicadores “RSU com destino a aterro” (5,96 pontos), este com o valor mais baixo da região, e “RSU recolhidos selectivamente por tipo de material” (33,31 pontos).

A dimensão cultural, com **42,70** pontos, sendo aquela que tem a menor pontuação entre as dimensões, é a que tem o segundo pior desempenho da região (perde apenas para Mesão Frio – 41,50 pontos). É o indicador “despesa em cultura” (27,37 pontos) e “estrangeiros residentes” (17,1 pontos) que menos contribuem para este desempenho.

A dimensão institucional, com a pontuação de **52,20** pontos, na penúltima posição entre as restantes dimensões, tem o seu melhor desempenho no aspecto “desempenho institucional” (70,47 pontos), situado no intervalo “aceitável” (60-80). O pior desempenho está no aspecto “gestão municipal” (28,04 pontos).

Figura 16
Pontuação por dimensão da sustentabilidade em Sabrosa



O concelho de **Sabrosa**, com a pontuação de **58,64** pontos, situa-se muito próximo do limite máximo do intervalo “intermédio” (40-60), e está posicionado na 4ª posição entre todos os concelhos. A dimensão que mais contribui para tal pontuação é a dimensão cultural (64,13 pontos), seguido da económica (61,16 pontos), ambas situadas no intervalo “aceitável” (60-80). Próximas deste intervalo temos as dimensões social (59,72 pontos) e ambiental (58,80 pontos). A que menor desempenho tem é a dimensão institucional (49,40 pontos).

A dimensão económica, com **61,16** pontos, é a segunda dimensão com melhor desempenho no concelho. Para tal contribuem o aspecto “endividamento” (90,16 pontos), pontuação apenas superada por Vila Real (100 pontos), Vila Nova de Foz Côa (93,51 pontos) e Santa Marta de Penaguião (92,09 pontos); o aspecto “dinâmica local” (72,74 pontos), que assume, neste concelho, a dianteira em relação ao mesmo aspecto nos restantes concelhos, com o valor mais elevado observado na região, e o aspecto “turismo” (64,15 pontos) com a maior pontuação da região. Os aspectos “dinâmica empresarial” (31,30 pontos), e “energia” (44,48 pontos), embora situados em intervalos diferentes – um no “mau” (20-40) e o outro no “intermédio” (40-60) –, são os que menos contribuem para o desempenho da região. Os indicadores “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (2,26 pontos), “densidade de empresas” (18,62 pontos) e o “volume de negócios por empresa” (20,48 pontos) são os responsáveis pelo baixo desempenho destes aspectos.

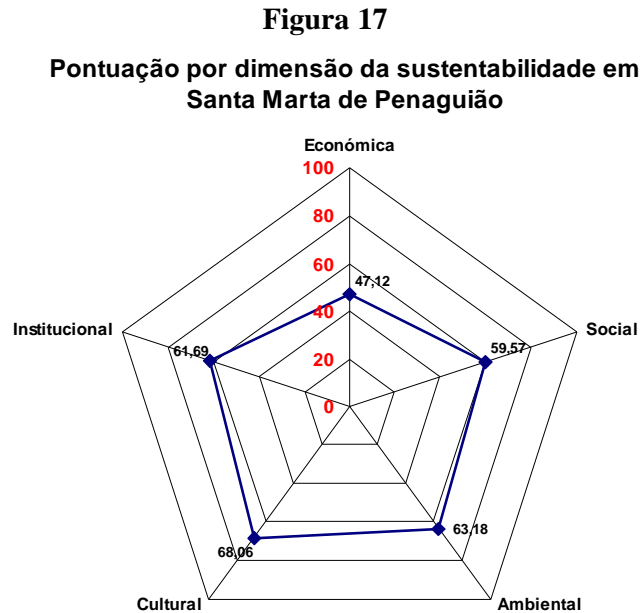
A dimensão social, com a pontuação geral de **59,72** pontos, situa-se na terceira posição entre as dimensões. Os aspectos “segurança” (88,82 pontos) e “protecção social/respostas sociais” (82,65 pontos) são os que mais contribuem para o desempenho desta dimensão, valores situados no intervalo “bom” (80-100). Os aspectos “dinâmica demográfica” (61,12 pontos) e “habitação” (60,73 pontos) situam-se no intervalo “aceitável” (60-80). Nas pontuações mais baixas temos o aspecto “educação” (38,32 pontos), na 8ª posição entre os restantes concelhos, o aspecto “género” (43,24 pontos), cujo resultado é o segundo pior, perdendo apenas para Torre de Moncorvo (37,50 pontos) (com apenas 3 pontos no indicador “participação da mulher no processo político”) e o aspecto “saúde” (53,77 pontos) na 10ª posição no conjunto dos concelhos.

A dimensão ambiental, com **58,80** pontos, surge em 4º lugar no conjunto das outras dimensões e na 8ª posição entre os concelhos. O aspecto que mais se destaca é o aspecto “água” (90,63 pontos), situado no intervalo “bom” (80-100). Segue-se-lhe o aspecto “ar” (79,59 pontos), muito próximo do valor base do mesmo intervalo, embora ainda posicionado no intervalo “aceitável” (60-80). Os que menos contribuem para a pontuação da dimensão são os aspectos “resíduos” (33,72 pontos), posicionando-se na antepenúltima posição no contexto do mesmo aspecto nos outros concelhos, e “biodiversidade” (40,43 pontos). Os indicadores “RSU com destino a aterro” (7,23 pontos), “área em modo de produção biológico” (8,38 pontos), são os que menos contribuem para a pontuação desta dimensão. Ainda assim, este último situa-se na 5ª posição na região.

A dimensão cultural, com **64,13** pontos, é a que melhor pontuação tem entre as outras dimensões, com a maior pontuação no indicador “despesa em cultura” (93,08 pontos) de toda a região. Em contrapartida, o indicador “residentes estrangeiros” (9,6 pontos) tem uma das pontuações mais baixas da região, perdendo apenas para Armamar (9,2 pontos) e Mesão Frio (11 pontos), revelando que pode ser um concelho pouco atractivo para os estrangeiros residirem.

A dimensão institucional, com **49,40** pontos é a dimensão com a menor pontuação entre as dimensões, situando o concelho na 9ª posição entre os restantes, em relação a esta dimensão. Embora o aspecto “participação” (61,12 pontos) se situe no intervalo “aceitável”, o aspecto “gestão municipal” (32,84 pontos), por influência do indicador “serviço de informação das autarquias na Web” (11,61 pontos), é o que menos contribui, estando em penúltimo lugar relativamente ao mesmo aspecto entre os

restantes concelhos. Uma chamada de atenção para este indicador, que remete para a situação de 2007, sendo que o mais provável é que o resultado tenha melhorado (o mesmo se aplica aos restantes concelhos, como assinalado anteriormente).



O concelho de **Santa Marta de Penaguião**, com a pontuação de **57,50** pontos, situa-se na 7ª posição no contexto dos concelhos. Tem três dimensões acima dos 60 pontos, por conseguinte, situadas no intervalo “aceitável” (60-80): a dimensão cultural (68,06 pontos), a dimensão ambiental (63,18 pontos) e a dimensão institucional (61,69 pontos). A dimensão social (59,57 pontos) está muito próxima da base deste mesmo intervalo, embora ainda dentro do intervalo anterior, o “intermédio” (40-60).

A dimensão económica, com **47,12** pontos, mostra ser a mais débil no conjunto das outras dimensões. Neste caso tem, inclusive, o pior desempenho para a dimensão económica em toda a região. O aspecto “endividamento” (92,09 pontos) é o que mais contribui para esta dimensão, com o terceiro melhor desempenho da região, apenas superado por Vila Real (100 pontos) e por Vila Nova de Foz Côa (93,51).

Os aspectos “rendimento” (53,19 pontos), “dinâmica local” (49,35) e “energia” (44,23 pontos) situam-se no intervalo “intermédio” (40-60). No último destes aspectos estão os indicadores “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (2,21 pontos), com a segunda pontuação mais baixa deste indicador na região,

“consumo de derivados de petróleo no sector dos transportes” (19 pontos), na antepenúltima posição em toda a região, que apresentam os mais baixos valores.

Os aspectos “turismo” (17,65 pontos) e “dinâmica empresarial” (26,23 pontos) apresentam-se com a menor pontuação nesta dimensão, com os indicadores “variação do número de empresas” (6,9 pontos) na última posição para este indicador em toda a região, e “alojamentos nos estabelecimento hoteleiros” (12,8 pontos) com um valor significativamente baixo, ambos situados no intervalo “mau” (0-20).

A dimensão social, com **59,57** pontos, situa-se em 4º lugar entre as dimensões e na 10ª posição se a dimensão for considerada no contexto da região. Para este desempenho contribui, com a maior pontuação, o aspecto “segurança” (89,42 pontos) e o aspecto “protecção social/respostas sociais” (80,58 pontos), situados no intervalo “bom” (80-100), e, com menor classificação, o aspecto “dinâmica demográfica” (61,33 pontos), este último na 3ª melhor posição entre os concelhos.

As pontuações menores, situadas no intervalo “mau” (20-40), são as do aspecto “educação” (36,04 pontos) e “desemprego” (30,09 pontos), este último com a segunda menor pontuação da região, ultrapassando apenas Mesão Frio (28,94 pontos). O aspecto “saúde” (52,93 pontos) está posicionado entre os três piores resultados para este aspecto em toda a região, sendo apenas superior ao de Vila Nova de Foz Côa (46,25 pontos) e de Armamar (52,92 pontos). Neste aspecto, as pontuações dos indicadores “médicos por mil habitantes” (6,82 pontos), “consultas por habitante” (22,33 pontos) e “enfermeiros por mil habitantes” (33,6 pontos), situam-se entre as mais baixas da região, sendo que o primeiro e o terceiro têm a menor pontuação observada para estes indicadores.

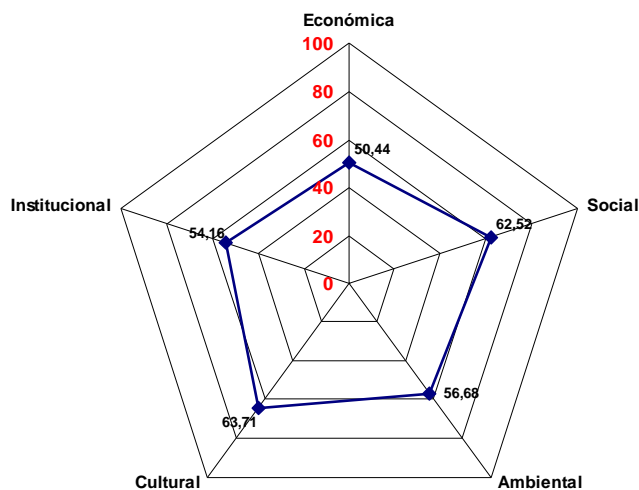
A dimensão ambiental, com **63,18** pontos, é a segunda melhor pontuação entre as dimensões, tem nos aspectos “água” (85,13 pontos), “despesa em ambiente” (83 pontos), com a maior pontuação para este aspecto em toda a região, e “ar” (80,84 pontos) os maiores contribuintes para o seu valor final. Os aspectos “biodiversidade” (32,48 pontos) e “resíduos” (34,43 pontos) são os que menos aportam, sendo que as pontuações mais baixas são as dos indicadores “área em modo de produção biológico” (0 pontos), “área florestal” (21,7 pontos) e “RSU com destino a aterro” (8,7 pontos).

A dimensão cultural, com **68,06** pontos, é aquela que está mais bem posicionada entre as outras dimensões, tendo a segunda melhor pontuação na região, somente ultrapassada pela de Vila Nova de Foz Côa (70,18 pontos).

A dimensão institucional, com **61,69** pontos, posicionada em 3º lugar entre as dimensões, situa-se na 2ª posição para a mesma dimensão entre os restantes concelhos, sendo apenas ultrapassada por Mesão Frio (65,44 pontos). Cabe ao aspecto “desempenho institucional” (80,51 pontos) o maior contributo para tal pontuação. Do mesmo modo, também o aspecto “gestão municipal” (47,49 pontos), embora com menor pontuação do que o anterior, tem a segunda melhor pontuação para este aspecto na região, apenas superada por Lamego (58,29 pontos). Em contrapartida, no aspecto “participação” (57,09 pontos) tem a segunda pior pontuação da região para este aspecto, apenas maior do que a de São João da Pesqueira (56,59 pontos).

Figura 18

Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de São João da Pesqueira



O concelho de **São João da Pesqueira**, com a pontuação global de **59,92** pontos, constitui a 3ª melhor pontuação da região, apenas inferior à de Lamego (60,83 pontos) e de Vila Real (60,90 pontos). A primeira das constatações é que é um dos 4 concelhos que, com Armamar, Lamego e Vila Real, tem pontuação superior a 50 pontos em todas as dimensões. Duas das cinco dimensões, a cultural (63,71 pontos) e a social (62,52 pontos) situam-se no intervalo “aceitável” (60-80) e as restantes no intervalo “intermédio” (40-60).

A dimensão económica, com a pontuação de **50,44** pontos, é a dimensão mais fraca deste concelho. O aspecto que mais contribui para a pontuação deste dimensão é o “endividamento” (86,81 pontos) situado no intervalo “bom” (80-100). Segue-se-lhe o

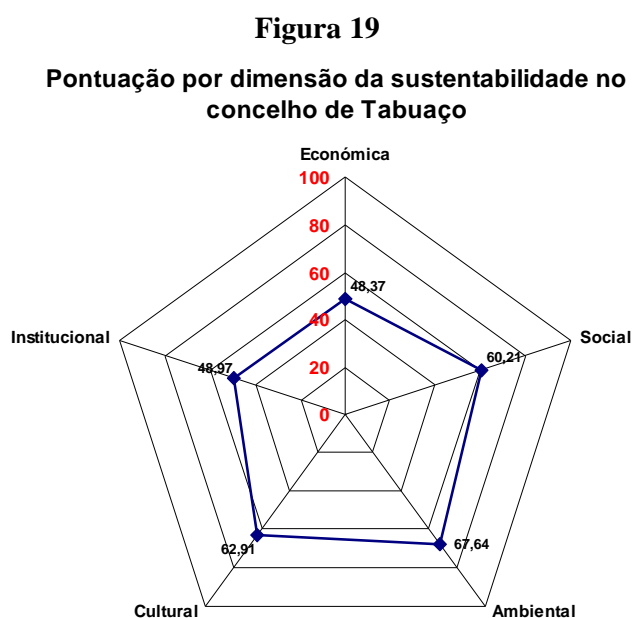
aspecto “dinâmica local” (68,10), “rendimento” (58,95 pontos) e “energia” (48,25 pontos). O destaque vai para o primeiro e terceiro, porque ambos, entre os mesmos aspectos, têm o 3º melhor resultado da região.

A dimensão social, com **62,52** pontos, ocupa a 4ª melhor posição para esta dimensão entre os concelhos da região. Para esta pontuação contribui em maior grau os aspectos “segurança” (92,08 pontos), com o segundo melhor resultado da região, e “protecção social/respostas sociais” (84,74 pontos), situados no intervalo “bom” (80-100). Em menor grau contribuem os aspectos “habitação” (72,90 pontos), “dinâmica demográfica” (61,69 pontos), este na 3ª melhor posição para o mesmo aspecto nos restantes concelhos, e “saúde” (60, 40 pontos), situados no intervalo “aceitável” (60-80), e os aspectos “desemprego” (51,74) e “género” (51,22 pontos), sendo que o primeiro destes tem a 2ª melhor pontuação da região, apenas inferior à de Vila Real (52,09 pontos). A pior situação pode observar-se no aspecto “educação” (25,35 pontos), com a menor pontuação para este aspecto na região.

A dimensão ambiental, com a pontuação de **56,68** pontos, tem no aspecto “água” (96,16 pontos) a sua maior contribuição, sendo este o valor mais elevado observado para este aspecto em toda a região, situando-se no intervalo “bom” (80-100). Segue-se-lhe o aspecto “ar” (76,09 pontos), no intervalo “aceitável” (60-80). Os aspectos que menos contribuem para esta dimensão são o aspecto “resíduos” (41,40 pontos) e o aspecto “biodiversidade” (44,52 pontos), ainda assim posicionados no intervalo “intermédio” (40-60). De ressaltar, neste último aspecto, as baixas pontuações do indicador “variação do número de colmeias e cortiços povoados” (3,71 pontos), a segunda pior pontuação da região. No oposto, a pontuação do indicador “área em modo de produção biológico” (16,57 pontos) é uma das mais elevadas da região, apenas superada por Torre de Moncorvo (39,65 pontos) e Vila Nova de Foz Côa (53,65 pontos), numa posição confortável se tivermos em conta que a meta nacional para 2010 é entre os 10 e 20% (ver **Anexo 4**).

A dimensão cultural, com a pontuação de **63,71** pontos, é a que maior pontuação teve entre as dimensões neste concelho e, na mesma dimensão, encontra-se na 6ª posição na região. Este concelho está entre os que mais despesa têm em cultura e é um dos 5 municípios que mais acolhe estrangeiros residentes.

A dimensão institucional, tendo **54,16** pontos, está em 4º lugar entre as dimensões e posiciona-se na 6ª posição do contexto da mesma dimensão entre os restantes concelhos. O valor que mais contribui para esta dimensão é o aspecto “desempenho institucional” (76,63 pontos), e o que menos contribui é o aspecto “gestão municipal” (29,27 pontos), com destaque, pela negativa, do indicador “serviços de informação das autarquias na Web” (7,21 pontos), o resultado mais fraco de toda a região para este indicador, e, na positiva, pela melhor pontuação para o indicador “formação superior nos municípios” (67,5 pontos), entre os concelhos.



O concelho de **Tabuaço**, com uma pontuação média global de **57,62** pontos, posiciona-se na 6ª posição entre os restantes concelhos. Três das cinco dimensões (ambiental, cultural e social), com pontuações superiores a 60 pontos, situam-se no intervalo “aceitável” (60-80). As outras duas têm pontuações inferiores a 50 pontos, situadas praticamente a meio do intervalo “intermédio” (40-60).

A dimensão económica, tendo **48,37** pontos, é uma das mais baixas pontuações da região, situando este concelho, nesta dimensão, na 11ª posição. Piores resultados só foram obtidos por Santa Marta de Penaguião (47,12 pontos) e Torre de Moncorvo (47,25 pontos). O aspecto “endividamento” (62,53 pontos), que nos outros concelhos tem uma pontuação mais alta, assume em Tabuaço a última posição, com o pior

desempenho da região, ainda que classificado no intervalo “aceitável” (60-80). De resto, este foi o aspecto que nesta dimensão teve a pontuação mais elevada. Segue-se-lhe o aspecto “dinâmica local” (60,63 pontos), e os aspectos “rendimento” (54,97 pontos) e “energia” (50,14 pontos). No último destes aspectos, foi o indicador “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (2,4 pontos) que menor valor aportou.

No aspecto “turismo” (42,15 pontos) o concelho obteve a 3ª melhor pontuação da região para o indicador “alojamento em TER”. O aspecto “dinâmica empresarial” (19,79 pontos) é o que tem a menor pontuação nesta dimensão, sendo que tem, igualmente, a menor pontuação da região para este aspecto, o que se revela, principalmente, na segunda maior perda de empresas (-7,42%), ultrapassada somente por Santa Marta de Penaguião (-8,62%) (ver **Anexo 4** – indicador 4.1.).

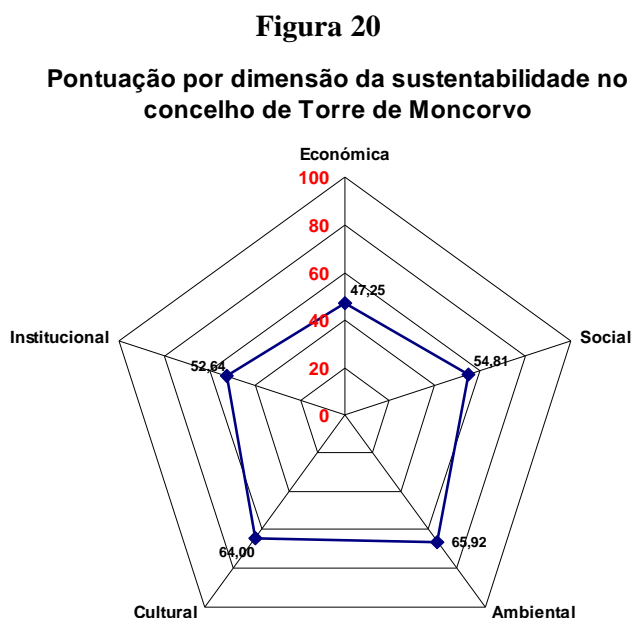
A dimensão social, com **60,21** pontos, posiciona-se na 7ª posição para a mesma dimensão entre os concelhos. O aspecto que mais contribui para esta pontuação é o aspecto “segurança” (91,28 pontos) na 3ª melhor posição da região. Segue-se-lhe o aspecto “protecção social/respostas sociais” (83,63 pontos). Estes dois aspectos situam-se no intervalo “bom” (80-100). Posicionados no intervalo “aceitável” temos os aspectos “habitação” (67,51 pontos), na 5ª melhor posição da região, e o aspecto “saúde” (61,85 pontos) na 6ª posição para este indicador. No oposto, o aspecto “educação” (29,12 pontos) tem o segundo valor mais baixo da região, somente ultrapassado pelo de São João da Pesqueira (25,35 pontos).

A dimensão ambiental, com **67,64** pontos, é a dimensão com melhor desempenho no concelho e no contexto da mesma dimensão em toda a região. Os aspectos que mais contribuem para esta pontuação são os aspectos “água” (91,11 pontos) e “despesa em ambiente” (82,55 pontos), este último com o 2º melhor resultado da região, somente ultrapassado por Santa Marta de Penaguião (83 pontos). Ambos se situam no intervalo “bom” (80-100). A estes dois aspectos segue-se o aspecto “ar” (77,95 pontos). Algum destaque para dois indicadores do aspecto “biodiversidade”: o indicador “área em modo de produção biológico” (0 pontos – pior pontuação) e o indicador “área florestal” (80,21 pontos), este último na 3ª melhor posição da região.

A dimensão cultural, com a pontuação de **62,91** pontos, está na 7ª posição no contexto da mesma dimensão entre os concelhos. O destaque vai para a 3ª melhor

posição do indicador “bens imóveis culturais por mil habitantes” (88,38 pontos), apenas superada por Vila Nova de Foz Côa (97,29 pontos) e Sabrosa (89,7 pontos).

A dimensão institucional, com **48,97** pontos, assume a 3ª pior pontuação da região, apenas ultrapassada pela de Carrazeda de Ansiães (43,51 pontos) e Vila Nova de Foz Côa (42,32 pontos). O aspecto que mais contribui para esta pontuação é o aspecto “participação” (61,36 pontos), situado no início do intervalo “aceitável” (60-80). No topo do intervalo “intermédio (40-60), temos o valor do aspecto “desempenho institucional” (59,91 pontos). A pontuação mais baixa pertence ao aspecto “gestão municipal” (25,64 pontos), que está entre as quatro pontuações mais baixas de região, com o indicador “serviço das autarquias na Web” (15,81 pontos) entre as 4 piores pontuações para este aspecto.



O concelho de **Torre de Moncorvo**, com a pontuação global de **56,92** pontos, situa-se na 8ª posição entre os restantes concelhos. Com uma pontuação superior a 60 pontos, duas das suas dimensões (ambiental e cultural) estão posicionadas no intervalo “aceitável” (60-80). As restantes posicionam-se, aproximadamente, a meio do intervalo “intermédio” (40-60).

A dimensão económica, com a pontuação de **47,25** pontos, tem neste concelho a segunda pior pontuação, perdendo somente para Santa Marta de Penaguião (47,12). Os

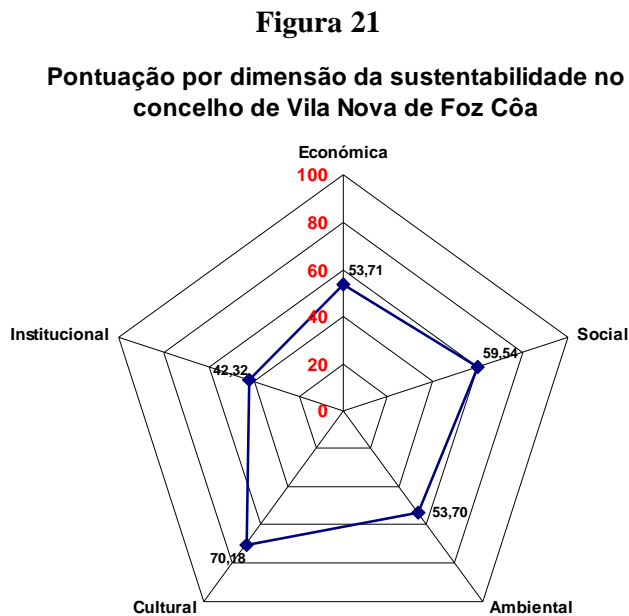
valores dos aspectos “endividamento” (70,67 pontos) e “rendimento” (66,85 pontos) são os que mais contribuem para a pontuação desta dimensão, situando-se no intervalo “aceitável” (60-80). O caso deste último aspecto merece destaque por ter obtido a 3ª melhor posição, perdendo apenas para Vila Real (73,16 pontos) e para Peso da Régua (68,86 pontos). A menor contribuição para esta dimensão vem dos aspectos “dinâmica empresarial” (27,11 pontos) e “turismo” (25,5 pontos), situados no intervalo “mau” (20-40). A pontuação do indicador “densidade de empresas” (8,97 pontos) tem neste concelho a pontuação mais baixa de toda a região.

A dimensão social, com **54,81** pontos, situa-se, entre os concelhos, na 11ª posição, sendo que apenas Mesão Frio (53,21 pontos) e Carrazeda de Ansiães (53,18 pontos) têm pior pontuação do que Torre de Moncorvo nesta dimensão. Os aspectos “protecção social/respostas sociais” (73,87 pontos) e “segurança” (71,79 pontos) são os que mais contribuem para a pontuação desta dimensão, situando-se a meio do intervalo “aceitável” (60-80). Igualmente no mesmo intervalo, mas com menor pontuação, segue-se o aspecto “habitação” (65 pontos) e “saúde” (62,23 pontos), este na 5ª melhor posição da região. O aspecto “dinâmica demográfica” (42,52 pontos) detém a 2ª pior pontuação de toda a região, ganhando apenas a Carrazeda de Ansiães (36,50 pontos). O aspecto “género” (37,5 pontos) é o que menos contribui para esta dimensão e constitui, igualmente, a pior pontuação da região para este aspecto, sobretudo porque é onde se encontra a maior “disparidade de ganho entre sexos” (48 pontos).

A dimensão ambiental, pontuada com **65,92** pontos, é a que assume a dianteira no concelho em questão, e está classificada na 5ª posição desta dimensão entre os concelhos da região. Os aspectos “água” (92,13 pontos), situado no intervalo “bom” (80-100), “ar” (75,61 pontos) e “despesa em ambiente” (68,97 pontos), no intervalo “intermédio” (60-80), são os que mais contribuem para a pontuação desta dimensão. No aspecto “biodiversidade” (48,95 pontos) destacam-se, embora em tendência oposta, o indicador “área em modo de produção biológico” (39,65 pontos), com a segunda melhor pontuação da região para este indicador, e o indicador “área florestal” (0,6 pontos), com a menor pontuação da região neste indicador.

Com **64** pontos, a dimensão cultural é a segunda dimensão mais pontuada do concelho, e, no contexto de mesma dimensão entre os concelhos, situa-se na 5ª posição.

A dimensão institucional, com **52,64** pontos, está em 4º lugar entre as dimensões neste concelho e na 7ª posição para a mesma dimensão entre os restantes concelhos. É ao aspecto “desempenho institucional” (76,90 pontos) que cabe a maior contribuição para esta dimensão. A menor contribuição é a do aspecto “gestão municipal” (23,36 pontos), com uma pontuação que é menor apenas em Carrazeda de Ansiães (22,26 pontos) e em Vila Nova de Foz Côa (21,68 pontos).



O concelho de **Vila Nova de Foz Côa** tem uma pontuação média global de **55,89** pontos e situa-se, entre os restantes concelhos, na 10ª posição. A sua dimensão mais forte é, claramente, a cultural (70,18 pontos), com a pontuação mais elevada da região para esta dimensão. As restantes dimensões situam-se no intervalo “intermédio” (40-60), com o menor valor a pertencer à dimensão institucional (42,32 pontos).

A dimensão económica obteve, entre as outras dimensões no concelho, a segunda melhor pontuação (**53,71** pontos), posicionando-se na 6ª posição no contexto geral da mesma em relação aos outros concelhos. O “endividamento” (93,51 pontos) é o aspecto que mais contribui para a pontuação desta dimensão, situando-se no intervalo “bom” (80-100), e obteve, igualmente, a 2ª melhor pontuação da região neste aspecto, superada apenas por Vila Real (100). O aspecto que se lhe segue é “dinâmica local”

(70,30 pontos), no intervalo “aceitável” (60-80), com a 2ª melhor pontuação da região para este aspecto, somente superada pela de Sabrosa (72,74 pontos).

Nos aspectos com menor pontuação temos o “turismo” (22,75 pontos) e “dinâmica empresarial” (26,85 pontos), ambos situados no intervalo “mau” (20-40). No caso deste último, o destaque vai, pela negativa, para o indicador “densidade de empresas” (9,66 pontos), com a 2ª pior pontuação da região para este indicador, sendo que somente Torre de Moncorvo (8,97 pontos) tem pior pontuação.

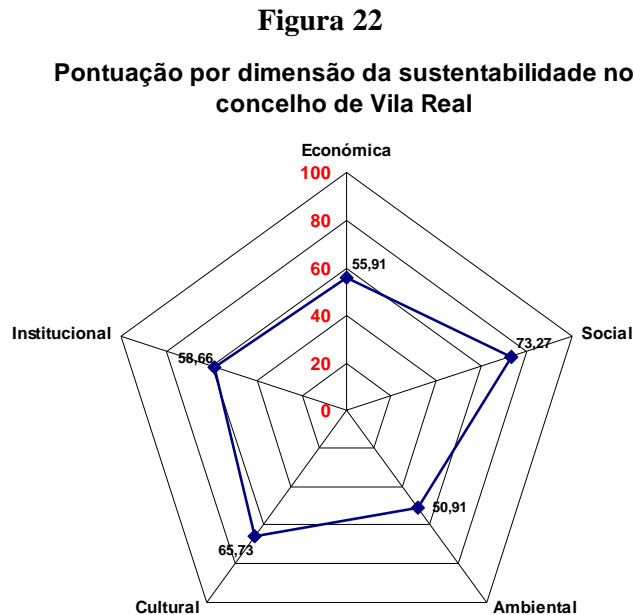
A dimensão social, com **59,54** pontos, tem a segunda melhor pontuação entre as dimensões no concelho, e ocupa a 10ª posição desta dimensão na região. O aspecto que mais contribui para a pontuação desta dimensão é a “segurança” (86,92 pontos) situado no intervalo “bom” (80-100). Segue-se-lhe o aspecto “protecção social/respostas sociais” (76,78 pontos) e o aspecto “habitação” (72,54 pontos), situados no intervalo “aceitável” (60-80), sendo que este último é também o 3º melhor resultado para este indicador na região. As menores contribuições situam-se no intervalo “intermédio” (40-60), sendo que o aspecto “saúde” (46,25 pontos) se apresenta com a menor pontuação que este aspecto tem em toda a região.

A dimensão ambiental, com **53,70** pontos, assume a 4ª posição entre as dimensões e a 12ª posição nesta dimensão no contexto do conjunto dos concelhos, sendo que apenas Vila Real (50,91 pontos) tem uma pontuação menor. Situado no intervalo “bom” (80-100), é ao aspecto “água” (82,64 pontos) que cabe a maior contribuição para a pontuação desta dimensão. Segue-se-lhe o aspecto “ar” (76,17 pontos) situado no intervalo “aceitável” (60-80). A menor contribuição é a do aspecto “despesa em ambiente” (24,21 pontos), no intervalo “mau” (20-40), com a terceira pior pontuação do aspecto na região.

A dimensão cultural, tendo tido a pontuação de **70,18** pontos, é a que melhor pontuação tem no contexto das outras dimensões e nesta dimensão na região. Contribui largamente para esta pontuação o valor do indicador “bens imóveis culturais por mil habitantes” (97,29 pontos), com a pontuação mais elevada encontrada para este indicador entre os municípios.

A dimensão institucional, com **42,32** pontos, apresenta-se na última posição, tanto em relação às outras dimensões como no contexto desta dimensão entre os

concelhos. O aspecto “gestão municipal” (21,68) neste concelho é o que menor pontuação tem em toda a região.



O concelho de **Vila Real**, com a pontuação global de **60,90** pontos, é o concelho que está mais bem posicionado no contexto da região, ocupando a 1ª posição. É, igualmente, um dos 4 concelhos em que todas as dimensões têm valores superiores a 50 pontos.

A dimensão económica, com **55,91** pontos, tem a terceira melhor pontuação da região para esta dimensão, somente ultrapassada pela de Lamego (59,88 pontos) e de Sabrosa (61,16 pontos). O aspecto que mais contribui para esta pontuação é o aspecto “endividamento” (100 pontos), situado no intervalo “bom” (80-100). O aspecto “rendimento” (73,16 pontos) é o que aporta a segunda melhor contribuição, inclusive, com a pontuação mais elevada da região para este aspecto. O aspecto que menor pontuação tem é o aspecto “turismo” (16,65), posicionado no intervalo “mau” (20-40), com o indicador “alojamento em TER” (4,4 pontos) com a segunda pontuação mais baixa de toda a região para este indicador, ganhando apenas à pontuação de Peso da Régua (2,9 pontos). No aspecto “energia” (40,03 pontos) é neste concelho que se observa a maior pontuação para o indicador “edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior” (8,89 pontos).

A dimensão social, com **73,27** pontos, é a dimensão com o valor mais elevado no contexto das outras dimensões neste concelho, do mesmo modo que é a pontuação mais elevada para esta dimensão em toda a região, e constitui, ainda, a maior pontuação observada em qualquer uma das dimensões. Os aspectos “segurança” (86,47 pontos), “protecção social/respostas sociais” (83,54 pontos) e “saúde” (82,68 pontos) são os que mais contribuem para o desempenho desta dimensão. Seguem-se-lhes os aspectos “dinâmica demográfica” (77,50 pontos), “habitação” (73,22 pontos) e “educação” (71,70 pontos). No que se refere ao aspecto “género” (59 pontos), é o concelho com a segunda melhor pontuação para este aspecto, ultrapassado somente pela pontuação de Alijó (66,70 pontos).

A dimensão ambiental classificada, com **50,91** pontos, é a que tem a menor pontuação entre as outras dimensões no concelho, e, em simultâneo, para esta dimensão, a que menor pontuação tem na região. A maior contribuição vem dos aspectos “ar” (87,34 pontos) e “água” (83,43 pontos), ambos situados no intervalo “bom” (80-100). A menor contribuição vem dos aspectos “resíduos” (32,72 pontos), com destaque para o indicador “RSU com destino a aterro” (7,08 pontos), com a segunda menor pontuação para este indicador; “biodiversidade” (31,05 pontos), com baixa pontuação nos indicadores “área em modo de produção biológico” (1,27 pontos) e “área florestal” (10,99 pontos); “despesa em ambiente” (20 pontos) com a menor contribuição para esta dimensão, e a segunda pior pontuação para este indicador na região.

A dimensão cultural, com **65,73** pontos, é a segunda dimensão mais bem pontuada no concelho, pontuação que o situa na 3ª posição, para esta dimensão, nos restantes concelhos

A dimensão institucional obteve a pontuação de **58,66** pontos, situando-se na 4ª posição, tanto entre as restantes dimensões quanto no contexto desta dimensão nos concelhos da região. Os aspectos “desempenho institucional” (75,24 pontos) e “participação” (60,65 pontos) são os que mais contribuem para a pontuação desta dimensão.

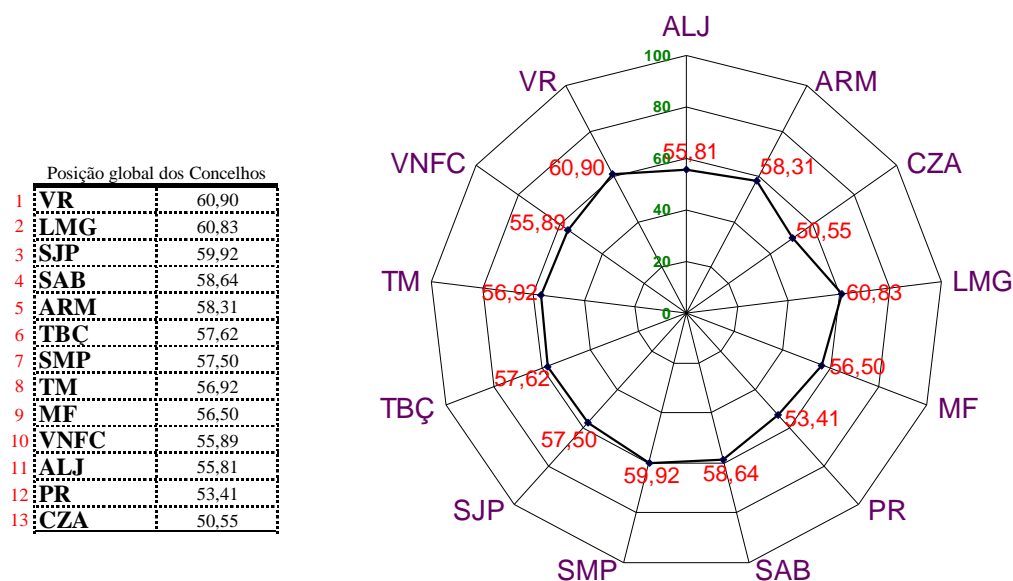
Tendo comentado os valores, para cada dimensão em cada concelho, apresentamos, em seguida, a Figura 23. Ela indica-nos a posição de cada concelho no contexto dos outros concelhos. Do mesmo modo, mostra-nos que, no geral, os concelhos da região têm pontuações muito próximas do limite do intervalo

“intermédio”. A excepção é Vila Real (60,90 pontos) e Lamego (60,83 pontos) situadas já no intervalo “aceitável” (60-80), embora ainda no início. Assim, no geral, tendo em conta a metodologia e os indicadores utilizados, podemos referir que a região tem uma posição relativamente confortável em direcção à sustentabilidade, estando muito próximo de uma situação “aceitável”.

Resulta, igualmente, interessante observar que, apesar de pontuações muito próximas entre os vários concelhos, cabe aos municípios mais urbanos – neste caso Lamego e Vila Real – as melhores pontuações. A surpresa vai para o município de Peso da Régua com a segunda pior pontuação da região, com mais de 7 pontos de diferença em relação aos dois municípios acima referidos.

A Figura 23 permite, igualmente, perceber o potencial da região, e, ao mesmo tempo, antever que, tomadas as medidas certas e imprimida a direcção mais correcta, é possível a região melhorar o seu desempenho. A este respeito, outros comentários serão referidos no próximo capítulo.

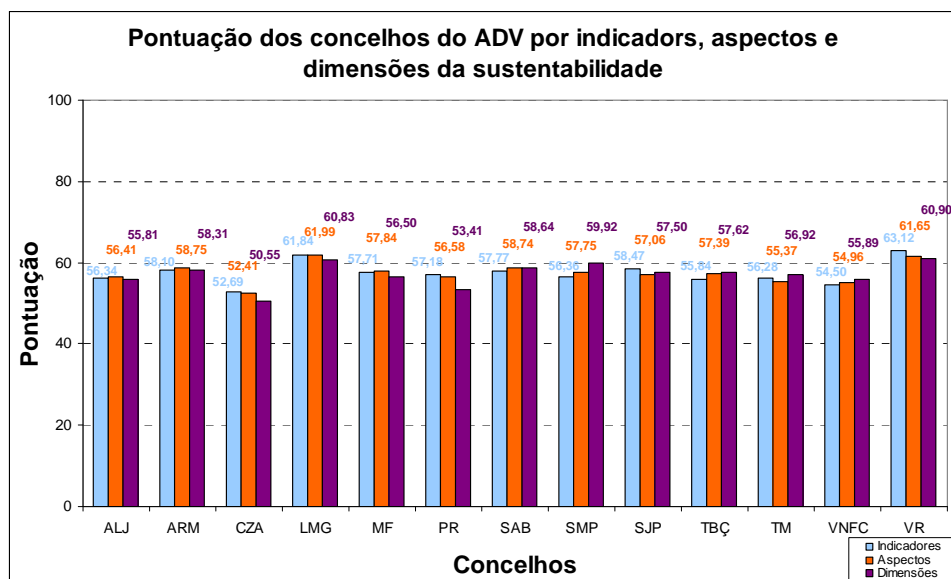
Figura 23
Pontuação global da sustentabilidade dos concelhos do ADV



No enalço do que foi antes referido neste capítulo, há ainda a referir que esta pontuação é a que é em função do método que se seguiu. Não obstante a evidência desta

observação, quisemos ainda experimentar agrupar os aspectos de modo diferente. Os Gráficos 18 e 19 dão conta dessas duas outras experiências.

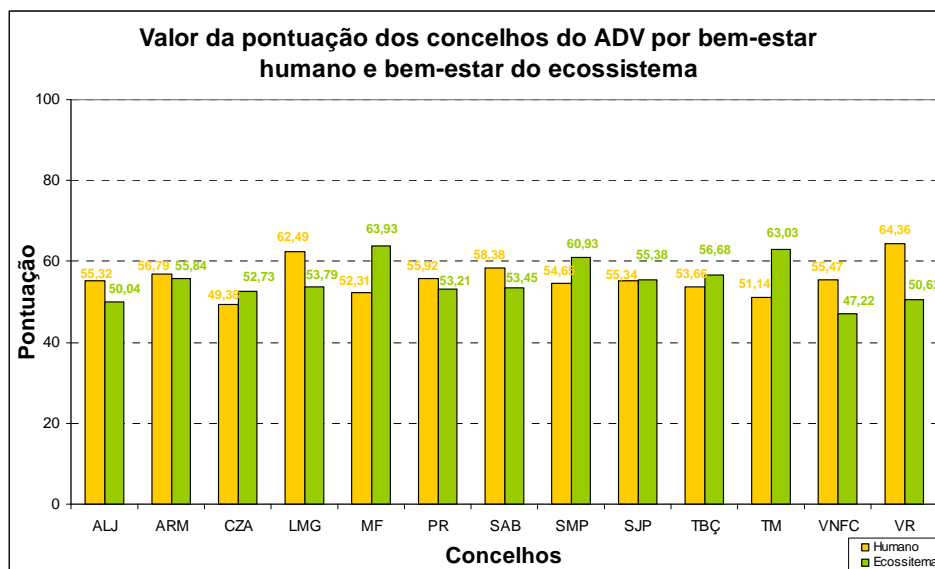
Gráfico 18



O Gráfico 18 dá conta dos valores globais agrupados por indicadores, aspectos e dimensões. No primeiro caso, somaram-se as pontuações de todos os indicadores e calculou-se o seu valor médio. No segundo caso, agruparam-se os indicadores por aspectos, considerando-se a média de todos os aspectos. No terceiro caso, agrupados os indicadores em aspectos, estes foram agrupados em dimensões, sendo que o valor da dimensão resulta da média dos aspectos (foram estes os valores considerados para a análise que antes se fez).

O Gráfico 19 dá conta de outro modo de agrupar os aspectos considerados, organizados à volta de dois subsistemas já mencionados anteriormente (subsistema humano e ecossistema). Assim, em vez de os agruparmos em dimensões, experimentou-se, por curiosidade, agrupar os aspectos em cada um destes subsistemas. Na prática, os aspectos referentes às dimensões económica, social, cultural e institucional (exceção feita ao aspecto “desempenho institucional” que, como se refere a questões do ambiente e território, foi agrupado na dimensão ambiental), foram agrupados para dar origem ao subsistema humano, e os aspectos da dimensão ambiental, mais este aspecto acima referido da dimensão institucional, foram agrupados no subsistema humano.

Gráfico 19
Valor da pontuação dos concelhos ADV por bem-estar humano e bem-estar do ecossistema



Sem outras considerações, apenas três observações. Em primeiro lugar, como parece evidente, usar uma metodologia diferente, neste caso, aponta para resultados diversos. A segunda das observações para salientar que, com este modo de agrupar os aspectos, os valores limite observados são menos elevados do que os da metodologia anterior. A terceira observação para salientar que, em 7 dos 13 concelhos, o subsistema humano tem melhor pontuação do que o ecossistema. Este último apenas tem um valor inferior aos 50 pontos em Vila Nova de Foz Côa, o que em nenhum dos casos acontecia com os valores da dimensão ambiental na anterior metodologia (todos os valores eram superiores aos 50 pontos).

6.7. Análise SWOT final

Esta análise SWOT final contempla todos os aspectos abordados ao longo desta investigação, igualmente, concentrados nas duas análises SWOT feitas anteriormente. Esta será a síntese das outras duas, com a qual se pretende salientar o que, em nosso entender, é mais relevante para a região, tendo em conta tudo o que foi referido.

PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Património natural, histórico e arqueológico ❖ Mosaico da paisagem, cultura, povoamento ❖ O Museu do Douro com vários núcleos museológicos ❖ Oferta cultural local diversa ❖ Ser reconhecido e classificado como património Mundial ❖ Primeira região demarcada do mundo ❖ Possibilidade de integrar a cultura com a paisagem e o turismo ❖ A forma requintada de as pessoas receberem ❖ Qualidade de vida ❖ Ter um tecido social que sempre foi capaz de reinventar e sustentar a região ❖ Dimensão do território – não há nenhuma região como património mundial com a dimensão do Douro ❖ Proximidade com Espanha ❖ Gastronomia ❖ Boas condições para produção de energia de fontes renováveis ❖ Bons produtos e de qualidade ❖ Exploração da cultura da vinha, do património vitivinícola da região ❖ Potencial turístico (enoturismo, geoturismo, ecoturismo...) ❖ Potencial para explorar de forma sustentável, sem comprometer o futuro ❖ Qualidade ambiental: ar, água, biodiversidade, reduzida poluição ❖ Saberes tradicionais ❖ Vinho do Porto e DOC

PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Falta de equipamentos culturais mais espalhados pela região ❖ Deficiente oferta de serviços (saúde, educação/formação) ❖ Não há um sítio onde se consultar todas as actividades que acontecem no Douro ❖ Há o Douro da televisão, cinema, dos que têm posses, e o daqueles cuja vida não melhora muito ❖ Há discussão sobre o território, mas falta verdade na discussão ❖ Não há uma estratégia de recuperação do edificado ❖ Individualismo dos viticultores do Douro ❖ Estrutura demográfica débil: perda acentuada de população e envelhecimento ❖ Fraca qualificação dos recursos humanos ❖ Desemprego ❖ Elevados valores de iliteracia ❖ Abandono de agregados populacionais de pequena dimensão ❖ Disputam-se infra-estruturas que são próximas das de concelhos vizinhos ❖ Tudo muito concentrado no rio, Régua, Lamego e Vila Real ❖ Artificialidade do eixo urbano Lamego, Régua e Vila Real ❖ Dispersão de povoamento ❖ Dificuldade de recolha de lixo especializados ❖ Pequena dimensão e dispersão das parcelas agrícolas ❖ A oferta turística não atinge todas as classes ❖ Sazonalidade do turismo ❖ O vinho e a vinha são cada vez menos rentáveis ❖ Rendimento per capita dos menores do país ❖ Economia pouco diversificada e débil ❖ Ausência de alguma indústria (não poluente)

❖	Baixa do benefício (autorização de produção) do Vinho do Porto
❖	Insustentabilidade do turismo fluvial e do modelo dos grandes hotéis e SPA's
❖	Os benefícios do turismo ainda não estão a ser distribuídos
❖	Falta uma sinalização comum ao Douro
❖	Dificuldade de atrair turistas estrangeiros
❖	Dificuldade de criar um produto turístico completo (compósito)
❖	Subsídio-dependência
❖	Caminho-de-ferro subaproveitado
❖	Sede das grandes empresas exportadoras do Vinho do Porto fora da região
❖	Dificuldade em conseguir criar e manter empregos qualificados
❖	Dependência excessiva das firmas do Vinho do Porto
❖	Dificuldade dos pequenos produtores em escoar os produtos
❖	Não há gestão nem implementação do PIOTADV
❖	Deficiente articulação institucional e pouca associação entre os municípios
❖	Burocracia (demasiado tempo para obter licenças, vistorias e autorizações
❖	Falta de um poder regional, intermunicipal e com financiamento próprio
❖	Prevalência do municipalismo e "Partidarite" no funcionamento das instituições
❖	Falta receptividade das autarquias para possíveis empreendedores
❖	Excesso de autarquias
❖	Deficiente cultura democrática
❖	Não existe clareza legislativa
❖	Diferentes limites administrativos e em demasia
❖	Falta flexibilidade no planeamento
❖	Não há estruturas de políticas sem o controle do Estado
❖	Ausência de lideranças fortes na região
❖	Sector cooperativo em crise (políticas erradas, falta de formação dos directores)
❖	Região maquilhada (todos se querem mostrar e ser protagonistas) e pejada de inveja e maledicência, de boicotes e querelas antigas
❖	Paralisia nas instituições que regulam o sector dos vinhos
❖	Produtores de costas voltadas e divididos
❖	Modelo criado após 1995 (retirou competências à CD para as atribuir ao IVDP)
❖	Pouca força das estruturas de produção
❖	Falta de entrosamento entre os operadores turísticos e os agentes culturais da região
❖	Pouco trabalho em rede e parceria
❖	Incipiente qualidade da água
❖	Falta capacidade para transmitir às pessoas valores ambientais essenciais
❖	Degradação da biodiversidade sem a devida compensação
❖	Poluição do Rio Douro
❖	Impacte ambiental dos postes de média e alta tensão, aerogeradores, barragens
❖	Erosão das margens do Douro por causa da navegabilidade
❖	Guerra dos preços provocada pelas grandes cadeias de distribuição

OPORTUNIDADES	
❖	Valorização do património religioso
❖	Aposta nas indústrias da cultura (indústrias criativas)
❖	Investimento no ambiente, cidadania e educação
❖	Agenda intermunicipal da cultura
❖	Criar rotas entre concelhos (VP, Cister, Romanos...)
❖	Levantamento exaustivo do que existe ao nível da Junta de Freguesia para aproveitamento turístico

- ❖ Definir uma estratégia de recuperação do património edificado abandonado
- ❖ Apostar na formação profissional para colmatar as carências regionais
- ❖ Atração de jovens quadros de várias áreas científicas e profissionais
- ❖ Apostar na via-férrea do Douro
- ❖ Construção de um aeroporto regional
- ❖ Ligação do Douro a outros patrimónios mundiais – rota dos patrimónios mundiais
- ❖ Criar uma política de desenvolvimento integrado
- ❖ Recuperar o tecido urbano das aldeias: criar condições de habitabilidade e conforto
- ❖ Todos os concelhos servidos por ETAR's a funcionar bem
- ❖ Construção sustentável
- ❖ Esquemas alternativos da gestão de resíduos
- ❖ Regeneração urbana
- ❖ Trazer para a região a sede das empresas do Vinho do Porto e do turismo
- ❖ Retirar 1% às empresas que actuam na região mas têm sede fora
- ❖ Receitas das energias renováveis (1% para fundo de preservação)
- ❖ Implementar uma eco-taxa – taxa turística
- ❖ Ligar o rio à periferia (atrair os visitantes às margens)
- ❖ Aumentar a oferta turística para a classe média
- ❖ Enoturismo
- ❖ Integração/federação das cooperativas agrícolas e vitivinícolas para se promoverem conjuntamente e se tornarem mais competitivas e se modernizarem
- ❖ Preparar os jovens para o empreendedorismo
- ❖ Diversificar a economia
- ❖ Rio enquanto activo económico
- ❖ Criar o *Stuart Council* – Carta do Geoturismo
- ❖ Constituir o concelho regional para o DS
- ❖ Abrir-se a novos mercados (China, Angola, Brasil...)
- ❖ Alavancar o desenvolvimento em torno dos recursos endógenos
- ❖ Criação de uma estrutura para a comercialização dos vinhos
- ❖ Ter apoios e incentivos para promover e vender os produtos
- ❖ Agricultura biológica
- ❖ Criação de uma entidade supramunicipal, eleita na região (Regionalização)
- ❖ Planeamento regional mais forte e capaz (nível estratégico, entrosamento e coordenação)
- ❖ Articulação e cooperação: desenvolvimento de projectos que têm raízes locais
- ❖ Novos paradigmas de governação com a participação dos cidadãos
- ❖ Trabalhar em rede
- ❖ Ter uma visão integrada da região
- ❖ Agência de Desenvolvimento Regional
- ❖ A CD deveria ter mais poderes para equilibrar a região
- ❖ Implementar um modelo de desenvolvimento sustentável
- ❖ Criação, reestruturação e partilha de serviços intermunicipais
- ❖ Integrar os locais no processo turístico
- ❖ Fomento do diálogo associativo
- ❖ Estudar a questão das alterações climáticas
- ❖ Fomentar a educação ambiental nas escolas
- ❖ Manter a qualidade da água
- ❖ Fomentar a participação da mulher nos órgãos de decisão

AMEAÇAS

- ❖ Não saber preservar a memória e a riqueza cultural
- ❖ Perigo de abandono do património classificado
- ❖ Individualismo exacerbado
- ❖ Falta de iniciativas, incentivos e políticas para atrair e fixar pessoas na região
- ❖ Despovoamento, declínio demográfico, envelhecimento da população
- ❖ Falta de emprego
- ❖ Risco de erosão: monocultura em patamares
- ❖ Dispersão urbana
- ❖ Desordenamento do território
- ❖ Não garantir a sustentabilidade e equilíbrio do território
- ❖ Inexistência de meios de mobilidade com carácter intermunicipal
- ❖ Insustentabilidade do turismo
- ❖ Não haver actividades económicas alternativas à monocultura da vinha e vinho
- ❖ Dependência excessiva dos armazenistas (empresas exportadoras)
- ❖ Dificuldades nas telecomunicações (vale ou afluentes)
- ❖ Não atribuir valor acrescentado aos produtos que saem da região
- ❖ Conjuntura económica e política actual
- ❖ A liberalização do mercado e descida do preço do vinho
- ❖ Globalização (também oportunidade)
- ❖ Cortes sistemáticos no benefício e perda da qualidade dos vinhos
- ❖ Excesso de imagem: assumpção de que as potencialidades são vantagens assumidas
- ❖ Inexistência do Gabinete Intermunicipal
- ❖ Ausência de uma visão integrada para a região e fraco entrosamento institucional
- ❖ Diálogo de surdos entre produtores e exportadores
- ❖ Falta de políticas e processos que apoiem o tecido associativo
- ❖ Falta de sincronia e ligação entre os actores no terreno
- ❖ Interesses das instituições a sobrepor-se aos da região
- ❖ Excessiva burocracia e máquina institucional pesada e tardia
- ❖ Falta de implementação dos PDM's
- ❖ Falta de liderança regional para a sustentabilidade
- ❖ Pouca celeridade na implementação de actividades, de projectos, de estudos
- ❖ Deixar subir as quotas da plantação da vinha
- ❖ Ausência de consciencialização colectiva da importância das questões ambientais
- ❖ Comprometer a qualidade dos recursos hídricos
- ❖ Guerra de preços originada pelas grandes cadeias distribuidoras

CAPÍTULO VII

Conclusões e contributos para as Linhas Estratégicas do Alto Douro Vinhateiro

«Ninguém nos desenvolve, somos nós que nos desenvolvemos a nós próprios.»

José Artur Cascarejo, Presidente da CM de Alijó e CIMDOURO

O último capítulo desta investigação apresenta uma reflexão final sobre região, face ao desenvolvimento rural e sustentável, assim como as (im) possibilidades de implementar ou não o DS. Testada a hipótese inicial, mediante a aplicação do índice de sustentabilidade, validar-se-á a tese inicial. Terminar-se-á com os principais contributos para as estratégias da região, conclusões, comentários e recomendações.

7.1. A região face do desenvolvimento rural e sustentável

Quando no segundo capítulo se reflectiu sobre o mundo rural, percebeu-se que este está cheio de potencialidades. Contam-se, entre estas, novas oportunidades de emprego relacionadas a sectores ligados à agricultura e outros (novos) sectores como as energias renováveis, novas tecnologias, gestão de equipamentos, serviços sociais ligados a crianças, jovens e de geriatria, unidades de turismo. Mas se alargarmos a perspectiva, percebe-se que o mundo rural é pleno de amenidades, sejam elas a segurança, a paz e tranquilidade, qualidade ambiental, o silêncio, o contacto com a natureza, a gastronomia, abundantes manifestações culturais, património arquitectónico e vernacular, sejam questões de identidade, tão apreciadas por quem procura sinais de genuinidade e autenticidade.

As relações entre o urbano e o rural, marcadas fundamentalmente por interesses urbanos, de novas procuras, novos interesses, têm moldado este último, mas é do equilíbrio entre ambos que brotará a maior valorização do rural. Não que o rural não tenha valor por si só, mas porque, no actual mundo globalizado, as fronteiras entre o urbano e o rural são muito ténues e, por vezes, quase imperceptíveis.

No caso do ADV, salientou-se a importância do eixo urbano Lamego, Régua e Vila Real como estruturante da região, como garante da articulação entre o ordenamento territorial e a preservação da natureza, mas também como promotor da integração funcional e reforço da coesão social. Se uns dizem que este eixo é demasiado artificial, outros, porém, notam que serão estas pequenas cidades do interior o garante de uma maior sustentabilidade regional. Sendo que, como se viu, são vários os actores que sustentam a segunda opinião, fará sentido equacionar até que ponto estes centros urbanos constituem ou não espaços de integração e de sustentabilidade e até que ponto estimulam (ou não) os concelhos rurais circunvizinhos.

A multifuncionalidade, a diversidade e a pluriactividade são conceitos essenciais para caminhar em direcção a rural sustentável, fundamentalmente quando a actividade agrícola deixa de ser rentável, quando o envelhecimento se acentua, quando o risco de abandono da actividade agrícola se intensifica, quando os mais jovens partem em busca de melhores condições de vida, quando a globalização tende a tudo uniformizar.

A abundância dos recursos regionais endógenos, ligados à agricultura, à gastronomia, ao património arquitectónico, à cultura da vinha e do vinho, às energias renováveis, à paisagem, à identidade, ao rio, ao ambiente, ao turismo, aos produtos de qualidade, mostra que não há razão que justifique a actual letargia da região. Só a um outro nível esta pode ser explicada.

A estratégia para o mundo rural parece assentar na tríplice combinação de agricultura, turismo e ambiente. A agricultura, porque é a actividade principal, sem a qual o rural ficaria desfigurado; o turismo, como “panaceia” para superar todas as dificuldades; o ambiente, porque encerra, em si mesmo, grande potencial de atracção, inclusive ao nível de novos investimentos. Todos eles têm a potencialidade de criar emprego, atrair pessoas e gerar riqueza, isto é, têm a capacidade de criar dinâmica local.

Se na literatura foi possível registar as virtualidades deste triângulo, na região foi apenas mencionado por um dos muitos interlocutores abordados. Se nesta tríplice combinação reside a estratégia da região, ela não parece ser assumida e, menos ainda, assimilada por todos. Quando a agricultura tem mão-de-obra cada vez mais envelhecida, com parca instrução, fraca rentabilidade, com um crescente desinteresse pela actividade, sem uma estratégia comum e sem um movimento associativo forte; quando o turismo não tem mostrado ainda o seu potencial e tem criado poucas dinâmicas regionais, para o qual, há ainda muitas coisas a mudar²⁷⁰; quando os recursos do ambiente favorecem sobretudo uma minoria, percebe-se que, se é esta a estratégia, mais ou menos delineada e menos assimilada, há ainda muito a fazer para que tal possa constituir a espinha dorsal do desenvolvimento da região. Do mesmo modo, não se pode descurar o facto de não se saber que aspectos são valorizados ou a valorizar em cada um dos vértices desse triângulo.

²⁷⁰ Pelas dificuldades que tivemos no acesso a dados sobre o turismo, percebe-se que ainda não se sabe, com exactidão, qual é o seu potencial, as mais-valias que este pode trazer para a região, por exemplo ao nível da criação de riqueza, de emprego, de sustentabilidade. Saber, por exemplo, quantas pessoas emprega, quanta riqueza produz e é deixada na região, que contributo dá para a sustentabilidade, parece-nos algo que favorecerá, com certeza, a sua maior valorização enquanto aposta estratégica da região.

Considerando a eventualidade de esta estratégia ser comumente aceite pelas lideranças da região, resta ainda saber se ela é percebida pelos seus habitantes, que são os verdadeiros destinatários e os principais implicados no desenvolvimento da região e para quem faz sentido a sua existência. O seu desinteresse por estas e outras questões relativas à região mostra, com alguma clareza, que o hiato entre as lideranças e os restantes cidadãos existe e tem de ser quebrado.

O desenvolvimento rural sustentável diz respeito a todos e ninguém pode desresponsabilizar-se. Resulta, por isso, bastante claro que as populações têm de ser envolvidas no processo de desenvolvimento. Os agentes locais têm de ser assumidos como protagonistas e parceiros activos desse desenvolvimento. A eventual tentativa de justificação da ausência de massa crítica para o sucesso de tal estratégia, como se percebeu, não tem qualquer fundamento (e carece de ser comprovada).

Outro dos elementos a considerar são os produtos endógenos. Parece haver um consenso alargado relativamente à linha a seguir em relação a estes produtos. Desde o vinho ao azeite, passando por outras fileiras com representatividade na região, como a amêndoa e a castanha, os citrinos, a maçã, a cereja, os produtos de origem animal, todos devem evidenciar-se pela qualidade, mostrando as características identitárias da região.

Embora não tenhamos conseguido obter os dados relativos à área de protecção integrada por concelho, tudo indica que uma larga percentagem da região estará sob este modo de produção. O modo de produção biológico parece também constituir uma mais-valia para a região se se assumir como uma directriz estratégica (veja-se o que foi referido no capítulo II).

Na verdade, somente Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, com 9,9% e 10,91% da área de SAU, respectivamente, se aproximam da meta nacional estipulada para 2010 de área de modo de produção biológico (entre os 10 e os 20%). Os restantes concelhos estão muito aquém destes valores.

Não se percebe, portanto, a razão de ser deste atraso, sendo que a agricultura biológica traz valor acrescentado e proporciona um rendimento mais elevado ao agricultor, além de favorecer e fomentar a biodiversidade, e penetrar em nichos de mercado, nomeadamente através das exportações, o que não acontece com outros modos de produção. É mais incompreensível, ainda, se se tiver em conta que tem havido recursos financeiros para ministrar formação em diversas áreas relacionadas com a

agricultura e para suportar a, possível e desejável, mudança. Pode ser que o facto de não haver estruturas de comercialização ou estruturas associativas para estes efeitos possa surgir como desculpa, mas alguém tem de dar o passo em frente. Este passo, quanto a nós, poderia ser dado pelos municípios, suportados por informações e pareceres da Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Ou seja, parece-nos fazer sentido que se saiba com exactidão o potencial agrícola de cada concelho e, dentro deste, o potencial do modo de produção biológico.

A floresta é outro dos elementos a considerar. Se na vertente comercial ela pode não ser rentável em todos os concelhos, como recurso estratégico para a sustentabilidade ela terá de ser mais valorizada, sobretudo na luta contra os intermináveis incêndios, como sumidouro de carbono e contra a erosão dos solos. Percebe-se que, também neste aspecto, não se faz tudo o que é possível fazer (veja-se o indicador 18.4 – **Anexo 4**; e o Capítulo V).

Na questão dos resíduos sólidos urbanos, muito se tem evoluído nos últimos anos na sua recolha e tratamento, ainda assim muito dependentes do aterro como destino final, e sem a possível e desejável valorização energética e orgânica dos mesmos. Esta evolução aplica-se, igualmente, ao tratamento das águas residuais e respectivas infra-estruturas. Neste aspecto, parece haver uma displicência em vários concelhos. Na verdade, se os valores dos indicadores seleccionados para este tema se aproximam das metas nacionais, com praticamente todos os habitantes a ser cobertos por sistemas de tratamento de águas residuais, o mesmo não se pode dizer da realidade que se constatou. Algumas vezes fruto da casualidade, outras da curiosidade, pôde perceber-se que nem todos os aglomerados populacionais têm as suas águas residuais tratadas. Reflecte bem esta realidade o que nos foi dito em alguma das entrevistas a este respeito. A ideia é que interessa mais a determinados líderes fazer infra-estruturas vistosas, que poderão ser mostradas para ganhar votos nas eleições, do que enterrar canos, ou seja, do que fazer uma coisa que não tem a mesma visibilidade (embora possa até ser mais importante).

A organização do sector dos vinhos parece ser outro dos aspectos na premência de ser pensado. A história do vinho, em geral, e do vinho do Porto, em particular, é marcada por avanços e contrariedades, normalmente associados ao funcionamento dos mercados e da sua feroz competitividade. São várias as questões que estão em cima da mesa, que vão desde o excesso de produção, ao aumento da plantação de vinha, à produção de vinhos de elevada qualidade, mas, igualmente, à questão da propriedade

(Pina, 2009: 419), do rendimento dos produtores, sobretudo os pequenos e médios, da organização do sector e da interferência dos distribuidores.

Sendo perfeitamente aceitável e até desejável que grandes investidores tenham interesses no Douro e lá invistam, seja na produção e comercialização do vinho, seja noutros sectores, como o turismo (turismo em espaço rural – TER –, enoturismo, turismo de natureza, restauração e hotelaria, etc.), a verdade é que estes, pela natureza dos seus investimentos, pretendem obter o maior lucro possível (para isso fazem o investimento), e com esse fim traçam as estratégias necessárias para a prossecução dos seus objectivos. Até aí, funciona o mercado, ou seja, estes, pela sua natureza, são os que conseguem defender-se e ajustar as suas estratégias às oscilações dos mercados e, por conseguinte, são os que sobrevirão.

O mesmo não acontece com os pequenos e médios produtores. Estes, na verdade, muitas vezes dependentes dos primeiros, a quem vendem as suas produções, ou sem o suporte das cooperativas, que não lhes pagam a produção de há vários anos, como acontece com algumas destas instituições, estão desprotegidos.

Com estas constatações não se pretende diabolizar as grandes companhias que, supõe-se, estão interessadas no bom funcionamento da região, nem adjectivar os pequenos e médios produtores de “coitadinhos”. Pretende-se tão-somente observar que, enquanto uns se defendem por si sós, outros não têm quem os defenda²⁷¹. O IVDP, cuja missão, entre outras, é ser o órgão gerador de equilíbrio entre a produção e o comércio, serve, na realidade, os interesses do Estado. E o Estado, infelizmente, não é o mais fiel nem o mais avalizado defensor do ADV. É preciso ter-se a coragem de resolver definitivamente a questão da Casa do Douro, uma instituição que, em teoria, representa os quase 40 mil produtores da região, mas, na prática, está desacreditada e esvaziada de funções²⁷².

As outras questões, como o excesso de produção, o aumento da área de plantação de vinha, a produção de vinhos de elevada qualidade, a dimensão da propriedade e do rendimento dos produtores, porque fundamentais, serão alvo de algumas considerações.

²⁷¹ Nem uma instituição que os defenda, nem eles mesmos se unem, ficando mais vulneráveis.

²⁷² Entende-se que é necessário encontrar uma solução para a Casa do Douro. Os viticultores estão desprotegidos, confusos e sem entender o que se passa com esta instituição. O pior é que esta situação se prolonga há vários anos, sem solução à vista, o que a torna mais incompreensível.

O excesso de produção é um dos aspectos com que o Douro se tem debatido, ao longo dos tempos. Não é sempre que isso acontece, mas, na já longa história do Vinho do Porto, tem acontecido por diversas vezes. Este excesso não é benéfico, nem para os produtores nem para o comércio, e agrava-se grandemente se o vinho não for escoado no mercado. Isso supõe baixar os preços, menores rendimentos, logo pagamentos mais baixos aos produtores. Rentabilidade menor pode significar o abandono da cultura da vinha e a descapitalização dos produtores, se esta continuar a ser a constante²⁷³.

Se já se produz em excesso, por que razão permitir o aumento da área de plantação de vinha? São várias as vozes que se levantam contra a plantação de mais vinhas, algumas delas em quota superior, onde o vinho tem qualidade inferior. Se o Estado estivesse interessado em mais do que receber impostos e em potenciar o desenvolvimento da região, essa teria de ser uma questão a ser levantada com as outras instituições a actuar na região e equacionada a sua pertinência e possível resolução²⁷⁴.

O rendimento dos viticultores e a dimensão da propriedade são, igualmente, aspectos a ter em conta. O primeiro deles, porque, pelo que antes se assinalou, não só diminuiu como incorre no risco de continuar a diminuir, tornando incomportável a actividade. Como isso sempre aconteceu na região, ao longo dos tempos, este assunto pode ser visto como um aspecto trivial, mas o risco do abandono existe, com consequências imprevisíveis para o mosaico paisagístico da região e para o tecido social (económico e cultural).

O segundo destes aspectos tem sido assinalado, com frequência, na literatura e pelos actores da região. Se o que se encontra com mais frequência na região são propriedades de pequena dimensão, algumas delas, eventualmente, não rentáveis e, se, ao mesmo tempo, se percebe que muitos dos proprietários têm outra actividade principal, sendo que o rendimento da sua propriedade serve apenas como complemento,

²⁷³ Convém referir que nem sempre há sobreprodução. Há anos em que a produção é menor. No entanto, ao produzir-se mais do que o que se vende, pode incorrer-se no abaixamento dos preços, com as consequências descritas. Recorde-se que já foi atribuição da Casa do Douro absorver os excedentes em anos de sobreprodução e libertar no mercado estes excedentes, em anos de subprodução.

²⁷⁴ Ressalte-se que a própria CCDRN e Estrutura de Missão do Douro, em Agosto de 2011, chamaram a atenção para as dificuldades que vive a Região Demarcada do Douro. Entre as diversas questões colocadas, refira-se a diminuição do “benefício” de ano para ano, a quebra acentuada dos preços do mosto beneficiado, a solução direccionada para a exportação, através da exploração de mercados emergentes e de mercados com maior poder aquisitivo, a urgência de um plano de marketing, que não existe, as dificuldades do sector cooperativo e a transferência de mais de 8 milhões de euros do IVDP para a Administração Central. Ainda que não anule a reflexão feita, hoje (Maio de 2012), é possível constatar que mudaram o Presidente da CCDRN, o Encarregado da Estrutura de Missão do Douro, como mudou a presidência do IVDP e, há um ano atrás, o governo.

resulta ser pouco compreensível a possível solução dos emparcelamentos. Poder-se-ia encetar esta solução sem transformar a paisagem? Será exequível pensar numa solução colectiva? Que tipologia de solução, a existir, poderia ser? É aí que entra a questão do modelo associativo, que equacionaremos em item subsequente.

Relativamente às interferências dos distribuidores, a questão está na “guerra dos preços”, iniciada pelas grandes cadeias de distribuição. Foi isso que Paul Symington, à frente de um dos grupos (famílias) mais poderosos do Douro, e um dos maiores proprietários da região, disse à *Dinheiro Vivo*, em Março de 2012 (Pinto, 2012: 10). Em sua opinião, as grandes cadeias de distribuição estão a desestabilizar o Douro ao pressionarem as empresas do Vinho do Porto a vender o vinho a baixos preços e a encetar um processo de concorrência desleal, com consequências nefastas para o sector.

A questão dos transportes e correspondentes infra-estruturas é recorrente mas crucial para o desenvolvimento rural e sustentável. Na verdade, têm sido feitos enormes esforços em tornar a região facilmente acessível, valorizando fundamentalmente o transporte terrestre. Há uma espécie de condicionamento mental em relação às distâncias que se percorrem, *ad extra* e *ad intra*. O Porto está a pouco mais de 100 km da Régua. Torre de Moncorvo está a 101km da Régua. Será esta distância significativa? Se se demorar 1h:30m a chegar do Porto à Régua e vice-versa, ou 1h:50m a chegar a Torre de Moncorvo, considerar-se-á demasiado tempo? Ou de outro modo, justificará os avultados valores que se têm gasto na construção, por exemplo, de auto-estradas? Não será mais preocupante, para quem não tem transporte particular e vive na região, demorar 2 a 3 horas (quando não é mais) para chegar, por exemplo, ao hospital de Vila Real?

Sem se querer entrar em remoques e desvalorizar o muito que se tem feito, julgamos ser necessário pensar melhor a mobilidade interna na região. E quando afirmamos isto, não estamos a referir-nos somente ao acesso às zonas urbanas, referimo-nos, por exemplo, ao contacto entre as sedes de município²⁷⁵. Neste sentido, o encerramento da linha-férrea do Corgo (ligava Régua a Vila Real) parece incompreensível, mais ainda se se lhe associar o potencial turístico. O que parece claro é não haver uma estratégia delineada para a mobilidade regional. Se se considerar, como

²⁷⁵ A este respeito, não deixa de ser interessante ter encontrado pessoas que, vivendo na região, nunca foram a Torre de Moncorvo ou a Vila Nova de Foz Côa ou a Carrazeda de Ansiães ou a outros municípios, praticamente vizinhos. Aliás, poderia, inclusive, ser muito interessante estudar este fenómeno e aferir o grau de pertença de cada um dos durienses à região, como um todo.

fizemos, que os derivados do petróleo consumidos na região são, maioritariamente, com o sector dos transportes, o que antes se referiu soa ainda mais estranho e pertinente.

O mais interessante é que a região está servida de transporte terrestre; fluvial, com o rio navegável; ferroviário, ligando o Porto a Espanha (e a outros patrimónios mundiais) e aéreo, a ser devidamente considerado e potenciado. Faz sentido perguntar que outra região, em Portugal, reúne tais condições? Mas fará sentido, igualmente, equacionar o que fazer com tanto potencial.

Uma última indicação para o facto de a maioria dos concelhos da região não ter uma Agenda 21 Local. Vinte anos depois da RIO-92, é incompreensível tal situação, sobretudo se esta pode constituir a força motriz do DS, como refere Queirós (2007: 68).

7.2. (Im) possibilidades de implementação do DS na região

Chegados ao ponto central deste trabalho, faz sentido perguntarmos se é possível implementar uma estratégia de DS na região do ADV.

Este questionamento leva-nos de volta às primeiras ideias que alinhavaram esta investigação e que indiciavam que a região não estava a ser gerida de modo sustentável, e que, de resto, estiveram na sua origem. As leituras feitas, embora realistas, eram, ao mesmo tempo, pessimistas e auguravam resultados negativos, o que, em boa medida, não vieram a confirmar-se.

Segundo a classificação utilizada (0-20 = péssimo; 20-40 = mau; 40-60 = intermédio; 60-80 = aceitável; 80-100 = bom), a região obteve, no geral, a média de **57,14** pontos, situando-se, nesta escala, no intervalo “intermédio”, muito próxima do limite deste intervalo e base do intervalo seguinte (60 pontos). A maior pontuação foi a de Vila Real (60,90 pontos) e a menor foi a de Carrazeda de Ansiães (50,55 pontos), sendo que nenhum dos concelhos obteve uma pontuação inferior a 50 pontos. Esta é uma boa notícia: a região está a caminhar no bom sentido, em direcção à sustentabilidade. Ainda assim, a melhor notícia é a de que estes resultados nos permitem antever que, tomando as medidas certas na direcção certa, esta pontuação pode subir e a situação melhorar substancialmente.

A partir da pontuação e da descrição do item 6.5. (Avaliação da Sustentabilidade do ADV) do capítulo anterior, é possível tecer algumas considerações sobre a sustentabilidade na região.

A primeira dessas considerações tem a ver com a pontuação das áreas urbanas da região – Lamego, Régua e Vila Real. Peso da Régua é o concelho com a segunda menor pontuação da região, mas os outros dois concelhos são os que tiveram a melhor pontuação, sugerindo que as áreas urbanas podem constituir o seu eixo estruturante, mesmo em termos de sustentabilidade, seja na articulação entre o ordenamento territorial e a preservação da natureza, seja promovendo a integração funcional e o reforço da coesão social, como antes de observara.

Se se fizer uma leitura a partir dos aspectos considerados, podemos salientar que, no geral, as melhores pontuações cabem aos aspectos “endividamento”, “protecção social/respostas sociais”, “ar” e “água”.

No aspecto “rendimento”, apesar de as pontuações não serem muito baixas, foi ao indicador “depósitos e créditos” que coube a maior contribuição para a pontuação final. Os outros dois indicadores (“poder de compra per capita” e “ganho mensal”), com pontuações significativamente mais baixas, são os que precisam de mais atenção.

No aspecto “energia”, mesmo que o consumo energético seja menor do que o valor médio nacional, segue-se uma tendência contrária à do país, com o crescimento do consumo, enquanto naquele a tendência é para diminuir. O outro destaque vai para o indicador “edifícios com certificação energética e qualidade do ar interior”, com valores significativamente baixos para todos os concelhos da região.

Na verdade, como se sabe, a certificação energética de edifícios é ainda recente, o que pode explicar a baixa pontuação. Ainda assim, não é por isso que deixa de ser importante. Como se referiu, segundo dados da Agência Portuguesa de Energia (ADENE), 40% do consumo total de energia é efectivado nos edifícios. Se, como se refere no seu sítio Web, esse consumo pode ser reduzido em 50%, tem de haver uma aposta clara, por parte dos municípios, neste aspecto, tanto para edifícios particulares, como, com mais razão, para os edifícios públicos.

O consumo de derivados do petróleo no sector dos transportes, pela sua elevada percentagem (ver **Anexo 4**), exige uma séria reflexão, já que a tendência é para o seu

aumento, dada a crescente utilização do transporte particular e a parca oferta de transportes públicos.

O aspecto “dinâmica empresarial”, como era expectável, assume uma maior dinâmica nos concelhos urbanos, onde há maior número de empresas, mas não tem de ser exclusivo destes. Na era da globalização, as empresas não têm de estar somente na urbe. Mais do que fazer parques industriais para estar abandonados ou ser alvo de especulação imobiliária, parece-nos ser necessário traçar objectivos e políticas que evitem a deslocalização e que atraiam novas empresas ou a criação de empresas pelos locais. Disponibilizar o espaço, água e energia a baixo custo poderá constituir um óptimo ponto de partida. Ou então, como acontece noutros concelhos no país, criar um “ninho de empresas” onde, pelas sinergias criadas, é possível empreender, inovar e criar valor acrescentado.

O desempenho do aspecto “dinâmica local”, deve muito à produção de vinho de qualidade e à cobertura das importações pelas exportações, no entanto, a especialização agrícola, o envelhecimento tendencial da mão-de-obra e a sua baixa instrução, assim como o rendimento da actividade agrícola, podem-no comprometer.

O aspecto “género” é talvez um dos aspectos que maior perplexidade suscita. Se na disparidade de ganho entre sexos os concelhos têm uma pontuação confortável, o mesmo não sucede com a participação da mulher no processo político. Olhando para a composição das Assembleias Municipais, mas também para a presidência das autarquias e das Juntas de Freguesia, percebe-se claramente que este é um aspecto a dar mais importância. Se o Douro sempre foi mais másculo pela dureza do trabalho, fazendo distinção entre o salário das mulheres e o dos homens, assim como das tarefas, hoje as coisas mudaram significativamente. Não existe justificação para o afastamento da mulher dos lugares de destaque e de decisão. Esta pretensa “virilidade” é injustificada e está mais que ultrapassada.

No aspecto “saúde” nenhum dos concelhos obteve pontuação inferior a 50 pontos, o que revela que este pode não ser um aspecto com maior preocupação. Ainda assim, os indicadores podem esconder uma outra realidade. Pode cumprir-se as metas nacionais para determinados indicadores, mas é preciso olhar, igualmente, para a questão da distância que os utentes têm de percorrer para aceder a certos cuidados de saúde e o tempo que gastam nestas deslocações, sobretudo quando nem sempre existe

meio de transporte, ou, quando existe e é dispendioso. Poderia ser útil estudar a maior ou menor dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, sobretudo quando se trata de populações que vivem mais distantes dos centros urbanos ou da sede do município.

O aspecto “protecção social/respostas sociais”, com as pontuações elevadas que teve, superiores a 70 pontos em todos os concelhos, revela que nos concelhos do interior há uma oferta considerável, superior aos valores médios do país. É revelador do trabalho desenvolvido por muitas instituições, nem sempre sob a tutela do Estado. Continuará a haver coisas por fazer, mas a pontuação demonstra que se está no bom caminho.

O aspecto “segurança” é outro dos aspectos fortes da região. Apenas dois concelhos têm pontuações que se situam entre os 70 e os 80 pontos. Os restantes 11 têm valores superiores a 80 pontos. A pontuação deste aspecto revela que a região se mostra segura e isso é um capital importante para captar novos habitantes e atrair turistas, revelando-se relevante, igualmente, para o turismo.

Como salientado, apesar de todos os indicadores relativos à educação não estarem disponíveis, percebe-se que a região tem um baixo desempenho neste aspecto. Houve melhorias. Comentámo-las no capítulo IV. Seguindo a tendência do país, a região nunca foi tão instruída, mesmo que a grande maioria da população possua somente o ensino básico e que haja muita gente sem qualquer grau de ensino (em tendência regressiva). Este aspecto não tem subjacente que toda a gente tenha de ter o ensino superior, mas elevar o nível de qualificação dos durienses terá de continuar a ser uma prioridade regional, não exclusiva ao ensino regular, mas contando, igualmente, com o ensino profissional, dando resposta às necessidades da região (depois de definidas). Os altos valores da iliteracia, oscilando entre os 18,5% e os 27%, não deixam margem para dúvida: há ainda muito a ser feito.

A dinâmica demográfica é um aspecto muito importante para a região, não só pelo envelhecimento, mas, igualmente, pela saída dos locais e consequente diminuição da população residente. Alguns aspectos relativos a este tema foram comentados no capítulo IV. O que aqui se quer evidenciar é que os resultados do índice elaborado, ao contrário do que seria de esperar, não se apresentam muito negativos. Aliás, apenas três concelhos (Carraceda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) tiveram pontuações abaixo dos 50 pontos, o que indica que nem tudo parece ser negativo.

Estão documentados a perda acentuada da população entre os dois últimos períodos censitários, em alguns dos concelhos, das mais severas do país, o envelhecimento, a baixa de natalidade, mas ainda assim a situação não parece ser dramática. Isto não quer dizer que a tendência não seja a de piorar, já que o envelhecimento é um processo que, em si, não pode ser travado: as pessoas continuarão a envelhecer. A par desta evidência, se as condições económicas e sociais tenderem a ser menos favoráveis, os mais novos continuarão à procura de novas e melhores condições de vida, que é o mesmo que dizer que continuarão a sair, e a pensar duas vezes antes de equacionar ter um ou mais filhos e viver na região.

Neste contexto, e tendo em conta que novas profissões têm surgido no mundo rural, é preciso ter uma estratégia para atrair novos residentes e criar condições para diminuir a saída dos que vivem na região. Se este aspecto for um assunto importante para a região, o que não é de todo claro, o que parece relevante ser pensado é a estratégia a traçar para seduzir novos residentes. Recorde-se, a tipo de exemplo, o movimento “novos povoadores”, cuja pretensão é colocar em concelhos do interior cerca de 500 famílias, algumas das quais em Alfândega da Fé, um concelho da NUT III Douro, embora não pertença à região de estudo²⁷⁶.

A questão do desemprego, pelos dados apresentados tem de constituir, certamente, uma das primeiras preocupações. Os valores calculados a partir dos dados do actual Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) são excessivamente altos (ver **Anexo 4**, Indicadores 13.1., 13.2. e 13.3.). Na verdade, não estando ainda disponíveis os dados do INE por município, não se pode comparar com os dados aqui usados, e, deste modo, não é possível perceber se os que aqui se calcularam estão sobre ou subvalorizados.

A taxa de desemprego atinge valores que variam entre o mínimo de 17%, em São João da Pesqueira, e o máximo de 30,6%, em Santa Marta de Penaguião. Contudo, a situação mais dramática parece ser a percentagem de mulheres que está desempregada. As percentagens calculadas não deixam margem para dúvida: a maior percentagem de desempregados é do sexo feminino, contando com o valor mínimo em Peso da Régua (52,5%) e o valor máximo em Mesão Frio (72,3%), ultrapassando, em todos os casos, os 50%. Embora se saiba que, muitas vezes, funciona a economia

²⁷⁶ Este movimento, claro está, não é exclusivo de Alfândega da Fé. O que se passa é que é notória a apatia de alguns dos concelhos do ADV, no que a este assunto diz respeito.

paralela com trabalho não declarado, os dados oficiais revelam uma realidade que tem de ser considerada, forçosamente, nas estratégias da região. O mesmo é válido para o desemprego de longa-duração. Embora com percentagens menores, entre os 24,8% de Torre de Moncorvo e os 53,6% de Mesão Frio, e ainda excessivamente altas, o desemprego de longa-duração é um fenómeno que deve merecer maior atenção por parte das autoridades regionais e municipais.

Sendo um aspecto bastante importante, a habitação é apenas retratada com um indicador. Considera-se que, no futuro, este poderá ser um aspecto melhor tratado, quando estiverem disponíveis outros indicadores do Censos de 2011. Ainda assim, permite perceber que há concelhos onde nem todos os alojamentos têm as condições mínimas exigíveis para uma habitação digna e confortável. As maiores debilidades estão nos concelhos de Carraceda de Ansiães e no de Mesão Frio com as menores pontuações da região (36,50 e 28,29 pontos, respectivamente).

Os aspectos ambientais estão entre os que mais notoriedade têm em toda a região. Para o ar e água vale o que foi referido: são, no geral, os que têm a melhor pontuação entre todos os outros aspectos, sendo reveladores da qualidade ambiental da região. No entanto, se, por um lado, esta qualidade é verificável nestes indicadores, é possível constatar que nem sempre isto é verdade. Recorde-se a menção feita a alguns focos de poluição por águas residuais não tratadas. Um dos exemplos facilmente comprováveis é a classificação da qualidade das águas superficiais da foz do rio Corgo, com a classificação de “muito má”. Aqui a questão não é só saber, estatisticamente, quantas pessoas estão servidas por ETAR. Trata-se de uma questão de fundo, já que a água (e a sua qualidade) é um recurso estratégico, do presente e do futuro.

A despesa municipal em ambiente, maioritariamente, despendidas na gestão das águas (abastecimento e tratamento) e dos resíduos, assume pontuações assimétricas nos vários concelhos da região. Crê-se que o ambiente deveria ter maior atenção por parte dos municípios, valorizando e fomentando atitudes preventivas em vez das reactivas. É nossa convicção que, quando assuntos relacionados com o ambiente estiverem nos programas políticos e este for um “trunfo” para ganhar eleições, nesse momento começar-se-á a reconhecer a importância que este tema tem para a qualidade de vida dos durienses.

A indisponibilidade de indicadores directos sobre a biodiversidade fez-nos usar indicadores indirectos. Queremos destacar dois aspectos. Um deles já foi antes abordado, pelo que só o vamos enunciar. A agricultura biológica, já se percebeu, pelas mais diversas razões, constitui um potencial enorme para as áreas rurais. Parece-nos de toda a pertinência equacionar esta questão como uma das soluções que favorecerá a prossecução do rural sustentável.

O segundo destes aspectos relaciona-se com os valores da variação do número de colmeias e cortiços povoados. Em apenas 10 anos, as variações deste número são por de mais elevadas para não serem consideradas. É certo que o maior ou menor número de abelhas num determinado local pode ser condicionado por diversos factores, estando entre eles as doenças próprias da espécie e a utilização de herbicidas e insecticidas. Sendo a sua maior ou menor existência um sinal da vitalidade, diversidade e equilíbrio dos ecossistemas, parece ser necessário prestar mais atenção a estas variações negativas, antes referidas. Sobre a questão dos resíduos, já abordada, não teceremos outras observações.

A dimensão cultural, que integra temas como a cultura, informação, lazer, etnicidade, é a dimensão que dispõe de menos indicadores. Não pela sua inexistência, mas tão-só pela indisponibilidade de alguns indicadores para cada um dos municípios da região de estudo. Se o índice se referisse à NUT III Douro haveria outros indicadores a ser usados, mas tratando-se de apenas 13 dos 19 concelhos desta NUT, estes não podem ser usados (ver **Anexo 6**).

Repare-se que, tanto a despesa em cultura e desporto, quanto a existência de bens imóveis culturais, assumem pontuações elevadas para todos os municípios da região, revelando tratar-se de um ponto forte, o que não é de surpreender se nos ativermos à diversidade de manifestações culturais existentes na região, aos monumentos, espalhados por todo o território, e ao modo como isso é verificável nesse território e na diversificada bibliografia sobre a região.

Por último, recorde-se o que já foi referido acerca da dimensão institucional no capítulo anterior. Na verdade, uma das primeiras coisas que se percebeu foi que a região não funciona bem do ponto de vista institucional, o que passa pelas dificuldades de entrosamento e cooperação entre as diversas instituições a actuar no território, e pelas dificuldades em fazer parcerias e em unir-se em movimentos associativos. Muito

embora, os aspectos seleccionados possam ser reveladores de alguns aspectos desta dimensão, eles não mostram nada acerca das dificuldades acima referidas. Este foi, aliás, um aspecto somente possível de ser apreendido nas entrevistas e nas conversas informais com os locais.

No aspecto “participação”, tudo indica que a abstenção é um fenómeno a ser, dentro do possível, corrigido. Hoje, mais do que nunca, ninguém pode desresponsabilizar-se de escolher os seus representantes, os seus líderes. Ainda assim, isso não significa que o processo democrático termine aí. A democracia participativa é, como se demonstrou ao longo deste trabalho, um valor essencial para caminhar em direcção à sustentabilidade.

O aspecto “gestão municipal”, com as pontuações baixas que obteve, mostrou que há ainda muito a fazer no serviço de informação das autarquias na Web, na sua maior independência financeira e na formação interna dos municípios.

Esta dimensão mostrou, igualmente, que os cidadãos estão cada vez mais conscientes das preocupações a ter com o ambiente e o ordenamento do território. Este é, aliás, um dos aspectos que merece continuar a ser monitorizado, já que a evolução anual do número de denúncias junto do SEPNA mostrará a maior ou menor percepção que os locais têm destas agressões. Do mesmo modo, também se perceberá a acção das autoridades competentes, quando nada lhes é reportado, isto é, perceber-se-á a iniciativa das instituições no desempenho das suas funções relativamente ao ambiente e ordenamento do território.

7.3. Validação da hipótese

Por tudo o que já foi referido, ao longo desta investigação, perceber-se-á que a hipótese colocada, inicialmente, não foi comprovada. Se o que se percebera mostrava que a região não estava a ser gerida para a sustentabilidade, o que se comprovou com o índice de sustentabilidade foi que esta se apresenta com um resultado positivo a rondar os 60 pontos, numa escala de 0-100.

Com o que se acaba de referir, poder-se-á deduzir que está tudo feito e que a região pode abrandar porque está no bom caminho? Um rotundo e contundente NÃO.

Este índice é um ponto de partida, é um indício de que as coisas não estão tão mal como pareciam estar (recorde-se que se pretendeu ter uma visão o mais alargada possível da região), e que é possível estar melhor, se a correcta direcção for imprimida ao rumo que se pretende seguir.

A não verificação da hipótese colocada inicialmente remete para a ideia de que o ADV tem todas as condições para se constituir e consolidar como a região mais sustentável do país. Esse é, quanto a nós, um potencial inegável, tanto para os locais, com uma qualidade de vida excelente, quanto como chamariz para visitantes e potenciais residentes.

7.4. Contributos para as estratégias da região

A primeira das contribuições para as estratégias da região coincide com o **resultado positivo do índice**. Se o caminho a percorrer é ainda significativo, o percorrido é animador. A região está no bom caminho, só é necessário continuar a melhorar o seu desempenho. Neste sentido, parece-nos relevante continuar a avaliar a sustentabilidade, quanto mais não seja para perceber em que direcção se está a ir, que aspectos potenciar e dificuldades superar. O resultado final, maior do que o que, inicialmente, se supunha, indica à região, quanto a nós, a **direcção a seguir**, que é, inequivocamente, **a da sustentabilidade**.

Decorre das observações desta primeira contribuição a elaboração de um **Relatório de Sustentabilidade Municipal (ou Regional)**, com esta ou outra metodologia. A sua realização parece-nos ser uma importante mais-valia para a melhoria de cada um dos concelhos por si e da região como um todo. Se o facto de haver nos municípios diversos relatórios, seja sobre o ambiente e ordenamento do território, seja sobre o desempenho socioeconómico do concelho, e, em alguns casos, a Agenda 21 Local, pode servir de desculpa para não se realizar mais um relatório, inclusive alegando-se dificuldades financeiras e a não existência de profissionais qualificados para tal, recorde-se que a metodologia utilizada nesta investigação é de simples utilização e actualização, já que todos os indicadores estão disponíveis e podem ser actualizados facilmente.

Em nosso entender, são diversas as mais-valias da elaboração de um relatório de sustentabilidade municipal. A primeira e mais importante delas é o facto de este supor o início de um processo participativo, fundamentalmente, em busca da visão da sustentabilidade e da definição de indicadores. Os mais cépticos observarão que esse é um processo moroso, pode ser caro, enfim, salientarão as dificuldades, como é usual fazerem. No entanto, note-se que se há lugar onde isso é mais fácil fazer, pela proximidade, pelo conhecimento da realidade municipal e, quem sabe, pela vontade de mudança, é nos espaços rurais.

A segunda dessas vantagens é favorecer a imagem externa. Quando se diz *externa*, estamos a referir-nos à imagem que se transmite ao país e ao mundo. Quanto não poderia ser favorecida a imagem do Douro no mercado do turismo? Já se imaginou o impacte que teria, a vários níveis, ser no Douro onde se produz os primeiros relatórios da sustentabilidade municipal? O slogan ***Douro Sustentável*** não constituiria uma valorização significativa do território duriense?

Imagine-se, por exemplo, os passos que não poderiam ser dados na **construção sustentável**. Ou os resultados que poderiam ser alcançados na transformação das actuais vilas e aldeias em **eco-aldeias e eco-vilas**. Ou a economia que se lograria se estas aldeias, vilas, cidades, constituíssem aldeias, vilas e cidades de **baixo carbono**, à semelhança do que está a ser feito, por exemplo, em Seia. Mas, como conseguir isto sem a definição de uma visão e o surgimento de uma liderança para a sustentabilidade? A região precisa, urgentemente, de líderes para a sustentabilidade!

A segunda maior contribuição, relacionada com esta primeira, brota da imperiosa necessidade de **promover novos e inovadores meios participativos**. Era nossa convicção, antes de iniciar esta investigação, que este era um tema chave na direcção da sustentabilidade. Os resultados a que chegamos solidificaram esta ideia.

Como se disse, qualquer que seja a abordagem em torno do desenvolvimento terá de assumir os agentes locais como protagonistas e parceiros activos, a partir da construção de uma visão positiva sobre as suas potencialidades. Estas estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, têm de dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os estrangulamentos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e libertar as energias sociais e a imaginação.

Esta participação tem de ser inclusiva, isto é, tem de ser aberta a todos os grupos, mesmo os mais desfavorecidos e débeis, aproveitando o saber-fazer, o conhecimento detalhado da realidade e a vontade de agir dos actores sociais locais. Este é, em nosso entender, o único caminho possível. Outro caminho poderá ser qualquer outra coisa, menos sustentável. E este não é sustentável somente por isso, mas como ponto de partida, a sua validade é inegável. De tal modo que, em todos os documentos oficiais, a participação é sempre um tema central. Só o não é, ainda, na prática. E isso é parece ser necessário mudar.

Quando no capítulo V foi abordada a necessidade de ser criado um nível regional, ou mais especificamente a regionalização, mesmo que esta ideia não tenha sido expressa por todos, foi referido, em nossa opinião, um dos aspectos mais importantes para o bom funcionamento da região. Na verdade, só numa lógica centralista se pode admitir que o Estado central intervenha tanto num determinado território, como o faz no Douro, sendo que esta intervenção nem sempre é benéfica para a região. A região precisa de instituições próximas, instituições que dialoguem e estimulem o diálogo, que cooperem e trabalhem em rede, que trabalhem para o bem-comum, em vez de apenas zelar por interesses particulares.

Uma das sugestões do capítulo V era criar, na região, um *Conselho de Sábios ou Senado*, ou um Conselho Económico e Social, ou uma Agência de Investimento ou o *Stuart Council* (ligado ao geoturismo). Se estas sugestões são muito interessantes e têm a vantagem de partir dos locais, se a direcção imprimida na região fosse a sustentabilidade, a nossa sugestão iria para a constituição de um **Conselho Regional para o Desenvolvimento Sustentável (CRDS)**.

A funcionar de modo autónomo ou na dependência da CIMDOURO²⁷⁷, o CRDS teria a função de promover a sustentabilidade regional. Caber-lhe-ia a tarefa de elaborar o Relatório Municipal (ou Regional) de Sustentabilidade (e a definição das suas directrizes). Seria, igualmente, sua função promover acções de formação nos municípios e nas mais diversas instituições, assim como, promover, local e regionalmente, acções de divulgação dos princípios do DS.

O CRDS promoveria a educação para o DS. Em colaboração com as instituições locais, este Conselho emitiria pareceres relativos, por exemplo, à construção sustentável

²⁷⁷ Ou ainda na dependência de cada município, se se optasse pela constituição de um Conselho Municipal para a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

ou a empreendimentos ligados ao turismo, e a outros assuntos relacionados com a visão regional da sustentabilidade. O CRDS poderia, igualmente, ser o responsável por atrair investimentos para a região ligados directamente à sustentabilidade (construção sustentável, energias renováveis, turismo sustentável, etc.).

Outra das contribuições desta investigação vai no sentido de se ter percebido que o papel das mulheres continua pouco valorizado. Sendo que esta afirmação carece de maior aprofundamento, sobretudo o que resultar de um **estudo específico sobre as mulheres em cargos de maior responsabilidade** ou, em sentido mais geral, o papel da mulher no ADV, pudemos constar que, em relação a cargos políticos, esta afirmação é verdadeira. A inexistência de mulheres com a presidência da Câmara e o baixo número de presidentes de Junta de Freguesia, assim como o baixo número de mulheres nas Assembleias Municipais (apenas 18,6%), sugerem que este é um assunto ao qual ainda não se prestou a devida atenção. Na sustentabilidade as questões relativas ao género são questões de elevada monta, razão pela qual têm de ser devidamente consideradas (ver Hernández, 2010).

Sendo que a **água**, a **energia** e a **biodiversidade** são três dos mais relevantes temas estratégicos para o futuro próximo, também eles suscitam sugestões. Relativamente à água, percebeu-se que esta nem sempre é receptora da melhor atenção, tanto por parte das autoridades como das pessoas, em geral. A vários níveis, o rio Douro constitui um recurso estratégico e, como espelho de água, tem de ser mais considerado. Além da constatação de haver pontos onde as águas superficiais têm a classificação de “muito má” ou em estado ecológico “pobre” e “mau”, é necessário ter em conta que ainda se encontram águas residuais não tratadas a ser vertidas em afluentes do Douro. Se em tempos, esse facto não causava tanta estranheza, hoje é inaceitável que tal aconteça.

A sugestão vai no sentido de se estudar em pormenor, por aglomerado populacional, sem esquecer as quintas, o destino final das águas residuais, e, por outro lado, fazer uma **análise minuciosa do funcionamento das ETAR's**, fazendo do ADV uma região na linha da frente do país, como já deveria estar há muito tempo. Estariam incluídas nesta análise as adegas (vinho) e as azenhas (azeite).

A segunda questão estratégica, a energética, tem de ser melhor pensada na dimensão da **produção de energias renováveis**, no **consumo** e na **eficiência**. Percebeu-

se que a região tem um enorme potencial de produção de energia de fontes renováveis, como é o caso da hídrica, eólica e, quem sabe, na solar. Se como se disse, quem tem capital para investir faz os devidos estudos e investe de acordo com o potencial e capital disponíveis, assumindo a energia uma dimensão estratégica, percebe-se que se pode dar um passo em frente.

Referimo-nos à elaboração de um **estudo** que permita perceber-se o **potencial energético da região**. Este estudo seria elaborado tendo o município como unidade territorial de base e resultaria numa carta do potencial de produção municipal de energia eólica, hídrica, solar e da biomassa. A percepção deste potencial teria de ser complementado com dois outros componentes. Um deles teria de ser um plano municipal de exploração de energia eléctrica, para evitar a proliferação desregrada e indiscriminada de torres eólicas ou painéis solares. Tanto a carta como o Plano poderiam constar no relatório da sustentabilidade municipal.

O segundo dos aspectos teria de ser uma intervenção no mercado, proporcionando soluções acessíveis a quem quisesse explorar energia para consumo próprio e, por conseguinte, para a sua auto-suficiência (independência) energética. Quando nos referimos à intervenção no mercado referimo-nos, especificamente, à **negociação/parceria com empresas do sector**, de modo a proporcionar equipamentos a baixo custo e, por consequência, acessíveis à maioria dos potenciais compradores/utilizadores, na linha do “fazer negócios com os pobres” (as parcerias público/privadas têm de servir para alguma coisa).

Na segunda das dimensões da questão energética, ainda que se tenha percebido que na região o consumo de energia *per capita* é menor do que os valores médios do país, na verdade, como vimos, enquanto os consumos do país diminuem, os dos concelhos aumentam, em direcção oposta. Quando as directrizes europeias e nacionais vão no sentido da **diminuição do consumo energético**, percebe-se aqui uma oportunidade. É possível diminuir na iluminação pública²⁷⁸, constituindo uma vantagem económica para os municípios, na eficiência energética dos edifícios, no uso de electrodomésticos mais eficientes, na substituição de processos menos eficientes por processos mais eficientes. Voltamos a evocar o município de Seia, que nestas questões se revela exemplar. Se o ambiente fosse uma prioridade das políticas públicas, alguns

²⁷⁸ Sem os actuais cortes da iluminação nocturna que acontecem em alguns dos concelhos da região, comprometendo a segurança das populações.

destes passos já teriam sido dados. O ambiente tem de ser assumido como uma componente estratégica regional.

Por todas as razões já apontadas, parece de toda a conveniência um **estudo** relativo ao **potencial agro-ecológico municipal**. Relançada na opinião pública a questão da agricultura, face à actual crise mundial, é momento de pensar que a região é mais do que viticultura e olivicultura. Não se quer diminuir a importância destas duas culturas milenares na região, mas a diversificação pode assumir-se como um modo de dinamizar a actividade agrícola e o tecido económico e demográfico da região, tal como é alvitado pela Estratégia Europa 2020 (Avillez *et al*, 2010: 2). Referimo-nos à **agricultura biológica**. As metas para Portugal são audaciosas – entre os 10% e os 20%, em 2010 –, mas sem se perceber a importância deste modo de produção e sem a sua assunção como estratégia regional, este potencial estará, com certeza, comprometido e subaproveitado. Entra neste enquadramento a floresta. Isto suporia equacionar o movimento associativo na região, questionamento tanto relevante quanto urgente (questionar e encontrar soluções).

7.5. Comentários e recomendações

Esta investigação, onde foi passada em revista uma grande variedade de temas, tendo como pano de fundo o conceito de DS, mostrou, em primeiro lugar, que este conceito pode ser útil para a análise de uma determinada região e para o equacionamento das suas estratégias. Pudemos reflectir que o DS é um conceito ambíguo, vago, e, em certo sentido, um modo de disfarçar o carácter predador do capitalismo ou de o “esverdear”. No entanto, também se percebeu que na dose certa, com as motivações certas e com o fundo correcto (Sabedoria Universal), é possível fazer uso deste conceito para melhorar o desempenho de um dado território.

O facto de nos termos valido de várias dimensões prova a valência do conceito. Pensamos ser mais útil pensar a realidade nas suas mais variadas formas e dimensões do que apenas focar os aspectos negativos e daí tirar ilações, que nem sempre se adequam à realidade da região, ou mesmo valermo-nos apenas de algumas dimensões (as três mais usuais: económica, social e ambiental).

Quando iniciámos esta empresa, pelo que fora lido, tínhamos a sensação de que os resultados poderiam ser mais negativos, o que não aconteceu. É claro que poderá sempre haver sub ou sobre valorizações, mas, na verdade, ficamos surpreendidos pelo resultado final. Esperamos que esse resultado constitua um modo de encorajar o surgimento de novos líderes capazes de perceber o potencial de, mais do que caminhar numa certa direcção, caminhar em conjunto na direcção que todos definirem e com a qual se identificarem. Se este trabalho encorajar o surgimento de alguma liderança para a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, um certo optimismo, não pretensioso, mas de vontade de fazer mais e melhor, consideramo-nos satisfeitos. Se encorajar uma discussão à volta do tema da sustentabilidade da região, melhor nos sentiremos. Mas se suscitasse uma verdadeira revolução, o que é pouco provável, e ajudasse a melhorar a vida dos durienses, aí a felicidade seria total.

A propósito da metodologia seguida, não escondemos que é subjectiva, como todas o são quando se trata de um tema como a sustentabilidade. O nosso esforço foi no sentido de aumentar a objectividade, tanto quanto possível, mesmo que nem sempre o conseguíssemos. Este método, mais do que ter algumas limitações, tem a vantagem de constituir uma primeira abordagem. É um ponto de partida²⁷⁹.

Estamos conscientes das muitas limitações que surgiram, algumas das quais, estamos certos, podem ser superadas. Provavelmente, a maior delas foi não ter confrontado dois importantes aspectos com os actores na região. Um deles, de certo modo contornado no capítulo V, tem a ver com a visão da região. Muitos dos aspectos, que podem ser importantes nesta pretensa visão, foram percebidos no diagnóstico, na consulta aos actores locais e na bibliografia da especialidade e sobre a região. Ainda assim, como foi várias vezes salientado, a visão surgirá de um processo participativo (segundo aspecto) que incluirá todos os durienses, sem exclusões nem excepções, e esse processo ainda não foi iniciado. Na dinâmica deste processo estará incluída, não só a definição da visão, mas, igualmente, a selecção dos indicadores, a discussão e revisão de resultados e a reformulação de todo o processo. Esperemos que, no futuro próximo, isso possa ser feito.

Os últimos comentários são para enfatizar algo que não pudemos provar cientificamente, mas que foi perceptível pelas longas conversas tidas com os locais.

²⁷⁹ Depois deste trabalho poderia ser interessante fazer uma análise pormenorizada dos concelhos, no sentido de se perceber a razão de ser destes resultados.

O primeiro desses comentários tem a ver com duas coisas intimamente ligadas. A primeira é a presunção de que no Douro toda a gente sabe tudo. Toda a gente sabe a razão de ser das coisas, todos sabem quais são os problemas, quais são as soluções, quem são os culpados, quem são os ganhadores e os perdedores. Na hora da verdade, cada um encafua-se em si mesmo, fazendo *jus* àqueles que percebem o individualismo que caracteriza o duriense. Deixar o individualismo de parte e assumir uma atitude de humildade, nunca fez mal a ninguém. A segunda ideia é a de que “todos” no Douro gostam de protagonismo, gostam de aparecer, de se mostrar. A busca do bem-comum parece ser uma miragem, tal como a transparência e a prestação de contas. Pode perceber-se uma inversão de valores.

Outro comentário para aludir à doença da “partidarite aguda”. Embora este não seja um problema exclusivo do Douro, ter uma visão, quando se tem, para 4 anos é uma limitação muito grande. A região precisa de ultrapassar a busca de interesses comezinhos, partidários, individualistas e imediatos. Voltamos à questão da busca desinteressada do bem-comum. Será uma utopia? Se outros conseguem, os durienses também o conseguirão. O duriense está habituado a superar-se a si mesmo. Se assim não fosse, o “Douro” não seria o que é hoje.

O penúltimo dos comentários é direccionado para as dificuldades encontradas na realização desta investigação. A maior delas foi, sem margem para dúvida, o acesso aos actores locais, quando realizámos as entrevistas. A outra prende-se com o acesso aos indicadores, o que tem a ver, directamente, com a (in) disponibilidade das instituições. Se houve as que, prontamente, responderam à solicitação, outras houve que só com muita insistência se logrou alguma coisa. De outras, ainda, estamos há meses à espera dos dados que nunca chegaram. Estamos certos de que estes contratempos condicionaram a investigação, e, de certo modo, a limitaram. Estamos convencidos de que, com outro enquadramento institucional, os resultados aqui apresentados poderiam ser superiores.

O último comentário para reforçar a ideia do associativismo. Pensamos que é, relativamente claro, pelo menos para algumas pessoas do Douro, que o associativismo, por certo, em novos moldes, será a solução para os diversos problemas que a região enfrenta. Protelar decisões e tomadas de decisão e acção neste sentido só vão acentuar os sintomas, até se perceber que, já em decadência e desespero, essa será a única solução.

A assunção do paradigma do DS pela região, em sintonia com as directrizes europeias²⁸⁰, pode constituir um dos maiores desafios a ser enfrentados, mas, em simultâneo, um dos que mais sucesso lhe poderá trazer, com benefícios para todos e não apenas para alguns.

Para o futuro, espera-se uma liderança para a sustentabilidade e, em consequência, *re-ligare* o Douro aos seus habitantes, e fazer do DS mais do que apenas uma ideia abstracta.

Com boa-vontade e perseverança, tendo com guia o bem-comum, acreditamos ser possível tornar a região do ADV numa das regiões mais sustentáveis do país. De olhos postos na sustentabilidade planetária, a verdadeira revolução não começa senão em cada um dos durienses, em cada um de nós individualmente.

²⁸⁰ Sustentabilidade, inteligência e coesão constituem as directrizes da Europa que se quer ter em 2020.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri (1998), «Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 128-138.
- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APAMBIENTE) (2011), *Emissões de poluentes atmosféricos por concelho, 2009*, Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente, Departamento de Alterações Climáticas, Ar e Ruído, pp. 66.
- AGUIAR, Fernando Bianchi (Coord.) (2000), *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*, Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, pp. 113.
- AGUIAR, Fernando Bianchi *et al* (2000a), *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) – Vol. I, Diagnóstico da Situação*, Vila Real: UTAD, Disponível em: www.ccdm.pt, Última Consulta em: 16/05/2011.
- AGUIAR, Fernando Bianchi *et al* (2000b), *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) – Vol. II, Orientações Estratégicas*, Vila Real: UTAD, Disponível em: www.ccdm.pt, Última Consulta em: 16/05/2011.
- AGUIAR, Fernando Bianchi *et al* (2000c), *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) – Vol. III, Anexos*, Vila Real: UTAD, Disponível em: www.ccdm.pt, Última Consulta em: 16/05/2011.
- ALBINO, José Carlos (1998), «Perspectivar Portugal no todo nacional», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 171-175.
- ALMEIDA JR, José Maria G. de (2000), «Um novo Paradigma de Desenvolvimento Sustentável». *Estudo*, Setembro/2000, Brasília: Câmara dos Deputados, pp. 23.
- ALMEIDA, Fernando (2007), *Os desafios da Sustentabilidade, Uma ruptura urgente*, Campus-Elsevier: Rio de Janeiro, 2ª Ed., 280 p.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1998), «A Agricultura nos processos de desenvolvimento», In PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 23-30.
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2004), «O Mundo rural e os novos desafios», *Actas do II Congresso de Estudos Rurais – Periferias e espaços Rurais*, 29 de Setembro a 3 de Outubro de 2004, Angra do Heroísmo: Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, Disponível em: www.cer.pt, Última Consulta: 07/02/2011.
- ATKINSON, Giles; DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric, (Edit.) – (2007), *Handbook of Sustainable Development*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 498.
- AVILLEZ, Francisco (Coord.) *et al* (2010), *A Agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós-2013*, Lisboa: MADRP, Disponível em: www.dpp.pt, Última consulta em: 03/03/2011.

- BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS (2003), *Turismo no Vale do Douro*, Porto: Agência Portuguesa de Investimentos.
- BAPTISTA, Ana (2011), «Assinalados 10 contractos para explorar minas». *Jornal de Notícias, Economia e Trabalho*, Quinta-feira, 03 de Novembro de 2011, p. 41.
- BARROS, Vítor Coelho (2003), *Desenvolvimento Rural, Intervenção Pública, 1996-2002*, Col. Questões de economia, Lisboa: Terramar, pp. 189.
- BARTOLI, Henri (2003), *Repensar o Desenvolvimento, Acabar com a Pobreza*, Col. Economia e Política 90, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 216.
- BATISTA, Paulo e FIGUEIREDO, Elisabete (2010), «Caminhos possíveis do rural em Portugal: as prioridades do novo Programa de Desenvolvimento Rural», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 665-684.
- BATOUXAS, Mariana (2001), «Turismo, ambiente e desenvolvimento regional», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, "Ambiente e Usos do Território"*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.
- BATTY, Sue (2001), «The Politics of Sustainable Development», In LAYARD, Antonia, DAVOUDY, Simin and BATTY, Susan (eds), *Planning for a Sustainable Future*, London: Spon Press, pp. 19-31
- BECKER, Alexandre; DUTRA, Ivan M.; BUSS, Lenisse I. (2006), «A dimensão cultural do desenvolvimento sustentável», In SILVA, Christian Luiz da (org.) (2006), *Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 29-47.
- BELL, Simon; MORSE, Stephen (2003), *Measuring Sustainability: learning by doing*, London: Earthscan, pp. 189.
- BELL, Simon e MORSE, Stephen (1999), *Measuring the immeasurable*, London: Earthscan, pp. 169.
- BELLEN, Hans M. van (2010), «As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação», *Revista de Ciências da Administração*, Vol. 12, N.º 27, Maio/Agosto 2010, pp. 118-142.
- BELLEN, Hans M. van (2004), «Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação», *Ambiente & Sociedade*, Vol. VII, n.º 1, Jan./Jun. 2004, pp. 67-87.
- BELLEN, Hans M. van (2002), *Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa*, Tese de Doutoramento, Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, pp. 235.
- BOLETIM INFORMATIVO EIXO URBANO DO DOURO (BI) (2009), *Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro*, N.º 01, Ano 01, Fevereiro/Março 2009, Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, pp. 26.
- BLÜK, Kurt G. (2008), *A fraude do Efeito-estufa. Aquecimento Global, mudança climática: os factos*, S. Paulo: Ed. PHL, pp. 316.
- BLUME, Roni (2004), *Território e Ruralidade: A desmitificação do fim do Rural*, Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Económicas, pp. 182.

BOFF, Leonardo (2006), «Ética e Sustentabilidade», *Caderno de Debate, Agenda 21 e Sustentabilidade*, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/CadernodeDebates10.pdf>, Última Consulta em 20-04-2009, p. 16.

BOSSEL, Hartmut (1999), *Indicators for Sustainable Development: theory, methods, applications. A report to the Balaton Group*, Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, pp. 138.

BRAGA, Tânia M. *et al* (2004), «Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar», *Nova Economia*, 14 (3), Setembro-Dezembro de 2004, pp. 11-33.

BRAIDOTTI, Rosi *et al* (2000), *Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável. Para uma síntese teórica*, Perspectivas Ecológicas, Lisboa: Piaget, pp. 282.

BRÜSEKE, Franz Josef (1998), «O Problema do Desenvolvimento Sustentável», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 29-40.

BURSZTYN, Marcel (Org.) (2005), *A difícil Sustentabilidade, Política energética e conflitos ambientais*, Brasília: Garamond Universitária, pp. 260.

BURSZTYN, Marcel (2005), «Políticas Públicas para o Desenvolvimento (sustentável)», in BURSZTYN, Marcel (Org.) (2005), *A difícil Sustentabilidade, Política energética e conflitos ambientais*, Brasília: Garamond Universitária, pp. 59-76.

BURSZTYN, Marcel (2002), «Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios do novo século», in BURSZTYN, Marcel (Org.) – (2002), *Ciência, Ética e Sustentabilidade, Desafios ao Novo Século*, 3ª Edição, Brasília: Cortez Editora, pp. 115-142.

BURSZTYN, Marcel (org.) (1993), *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo: Editora Brasiliense, p. 163.

CABETTE, Eduardo L. S. (2004), *É sustentável a tese do desenvolvimento sustentável?*, Disponível em: www.lo.unisal.br, Última consulta em: 20/01/2009.

CALEIRAS, Jorge (2001), «Sobre a conflitualidade rural em Portugal no primeiro decénio de integração europeia. Algumas reflexões com ilustração empírica», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, “Mundo Rural e Património”*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

CAMARGO, Ana L. B. (2002), *As Dimensões e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável: Concepções, Entraves E Implicações à Sociedade Humana*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 198.

CANÁRIO, Rui (1998), «Educação e perspectivas de desenvolvimento», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 31-45.

CAPUCHA, Luís M. A. e GUERREIRO, Maria das D. (1998), «Rendimento Mínimo Garantido: instrumento de desenvolvimento do mundo rural», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 149- 161.

- CAPUCHO, Maria J. e FRANCISCO, José P. (2010), «Cultura, competitividade e desenvolvimento sustentável: algumas considerações sobre o caso do Vale do Côa», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 232-248.
- CARDOSO, António M. F. (2008), «As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, 1 a 3 de Novembro de 2007, Faro: Universidade do Algarve, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011.
- CARDOSO, António M. F. (2001), «Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais*, “Ambiente e Usos do Território”, Vila Real: UTAD, 16 a 18 de Setembro de 2001, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011, pp. 24.
- CARNEIRO, Inês (2010), «Porque é que não existe uma política de Desenvolvimento Rural em Portugal?», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 696-707.
- CARNEIRO, Inês (2004), «O Desenvolvimento Rural em Portugal: dos discursos à Prática», *Actas do II Congresso de Estudos Rurais*, 29 de Setembro a 3 de Outubro de 2004, Angra do Heroísmo: Centro de Congressos de Angra do Heroísmo, Disponível em: www.cer.pt, Última Consulta: 07/02/2011, pp. 45.
- CARSON, Rachel (2010), *Primavera silenciosa*, São Paulo: Gaia Editora, pp. 328
- CARTA DA TERRA (1991), Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf, Última Consulta em: 20-04-2009, pp. 7.
- CARVALHO, Guilhermino M. M. de (1998), «Perspectivas de desenvolvimento rural para o Interior», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 203-216.
- CARVALHO, Maria L. S.; LUCAS, Maria R. D. V.; HENRIQUES, Pedro D. (2008), «A Multifuncionalidade na Agricultura e suas valências», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, Algarve, 1-3 de Novembro de 2007, Faro: Universidade do Disponível em: www.cer.pt, Última Consulta: 17/01/2011.
- CASTILLO, Maribel E. e FLORES, Maria E. S. (2010), «Impactes del Turismo en el medio rural: el caso de México», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 249-260.
- CASTRO, José P., MARTINS, Filomena M. C. (2010), «Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional – Dinâmicas Turísticas», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 262-279.
- CATARINO, Acácio F. (1998), «Desenvolvimento Local: alguns imperativos e recomendações», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 177-188.

CAVACO, Carminda (2004), «Desafios de Desenvolvimento Rural. Notas de leitura», *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XXXIX, nº 78, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 99-112.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 262.

CAVALCANTI, Clóvis (1998), «Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 17-25.

CLOKE, Paul (2006), *Conceptualizing Rurality. In The Handbook of Rural Studies*, London: Sage Publications. Disponível em: http://www.sage-reference.com/hdbk_rural/Article_n2.html. Última Consulta em: 19/05/2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (1988), *O Futuro do Mundo Rural, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, COM (88) 591 Final*, Boletim das Comunidades Europeias, Suplemento 4/88, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, pp. 80.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO NORTE (CCDRN) (2010), *NORTE 2020, Iniciativa Competitividade e Convergência*, Porto: CCDRN, Versão Provisória, Abril de 2010, Disponível em: www.ccdrn.pt/norte2020, Última Consulta em: 10/01/2012, pp. 184.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO NORTE (CCDRN) (2008a), *Vale do Douro, Norte de Portugal, Relatório Executivo do Sistema de Medição da Excelência nos Destinos*, Porto: CCDRN / Estrutura de Missão do Douro.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO NORTE (CCDRN) (2008b), *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD 2007-2013)*, Porto: CCDRN, Estrutura de Missão do Douro, Disponível em: www.ccdrn.pt, Última Consulta em: 2/06/2011, pp. 51.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (CCRN) (1996), *Programa de Desenvolvimento do Douro, 1º Relatório da Situação*, Porto: CCRN, Disponível em: www.ccdrn.pt, Última Consulta em: 05/06/2011, pp. 44.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (CCRN) (1991), *PROZED, 12. Perfil de Aproveitamento Turístico*, Porto: CCRN, Disponível em: www.ccdrn.pt, Última Consulta em: 05/06/2011, pp. 44.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (CCRN) (1990), *PROZED – Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro*, Porto: CCDRN, Disponível em: www.ccdrn.pt, Última Consulta em: 05/06/2011, pp. 19.

COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2000), *Agenda 2000, Para uma União reforçada e alargada*, Série: A Europa em movimento, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, pp. 23.

CÓNIM, Custódio N. P. da Silva (1999), *População e desenvolvimento humano, uma perspectiva de quantificação*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Planeamento, pp.128.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2006), *Nova estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável*, Bruxelas, 26 de Junho de 2006, pp. 29.

- COVAS, António (2010), «Os “futuros” do mundo rural português. De espaço produto a espaço produzido: mercados emergentes e neo-rurais», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 9-19.
- COVAS, António (1999), *As amenidades rurais, um contributo para o desenvolvimento das zonas desfavorecidas*, Col. Estudos e Análises 8, Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, pp. 55.
- COVAS, António (1997), *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Col. Estudos e Análises, Lisboa: Direcção Regional do Desenvolvimento Regional, pp. 36.
- COVAS, Maria das M. C. M. (2008), «Herança fundiária: problema ou oportunidade?», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, 1 a 3 de Novembro de 2007, Faro: Universidade do Algarve, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011, pp. 10.
- CRISTÓVÃO, Artur e MIRANDA, Raquel (2005). «Organizações locais e desenvolvimento local», in CRISTÓVÃO, Artur; DIÉGUEZ; BAPTISTA, Alberto (Coord.) (2005), *Dinâmicas organizacionais e desenvolvimento local no DOURO-DUERO*, Vila Real: UTAD, pp. 29-50.
- CRISTÓVÃO, Artur (1999), «Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro», *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. IV (8), pp.19-31.
- CUNICO Jr., António C.; GUARAGNI, Marcus V.; TORTATO, Rafael (2006), «Novas alternativas para a dimensão económica do desenvolvimento sustentável», in SILVA, Christian Luiz da (org.) (2006), *Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 89-102.
- DALY, Herman E. (2004), «Crescimento Sustentável? Não, obrigado», *Economia e Sociedade*, Vol. VII, n.º 2 Julho/Dezembro 2004, pp. 197-201.
- DAVÉ, Bhasker e NALCO, Ondeo (2004), «Sustainable Development: Role of Industrial Water Management», in NORLING, Parry; WOOD-BLACK, Frankie e MASCIANGIOLI, Tina M., (Ed.) – (2004), *Water and Sustainable Development: Opportunities for the Chemical Sciences – A Workshop Report to the Chemical Sciences Roundtable*, Washington D.C.: National Research Council, Disponível em: <http://www.nap.edu/catalog/10994.html>, Última Consulta em: 28/07/2009, pp. 66-74.
- DAVOUDI, Simin and LAYARD, Antonia (2001), «Sustainable Development and planning: an Overview», in LAYARD, Antonia, DAVOUDL, Simin and BATTY, Susan (eds), *Planning for a Sustainable Future*, London: Spon Press, 7-17 p.
- DELGADO, Natalia Aguilar (2007), *A inovação sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável: os casos de uma cooperativa de lacticínios brasileira e de outra francesa*, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 230.
- DELOITTE CONSULTING / NEOTURIS (2003), *Turismo no Vale do Douro*, Porto: Agência Portuguesa de Investimentos.
- DEPONTI Cidônea, ALMEIDA, Jalcione (2002), *Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local*, Porto Alegre: UFRGS, pp. 10.
- DINIS, Anabela (2010), «Empreendedorismo em meios rurais: uma tipologia a partir da perspectiva dos agentes de apoio institucional», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 1256-1279

DINIS, Gorete; PANYIK, Emese; BREDÁ, Zélia (2010), «O papel dos Grupos de Acção Local (GAL) no desenvolvimento do turismo em áreas rurais em Portugal», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 303-318.

DINIZ, Eliezer Martins (2007), «Lessons from the Kyoto Protocol», *Ambiente & Sociedade* – Ano X – Nº 1 – Jan.-Jun. 2007, pp. 27-38.

DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE – DGA (2000), *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, Amadora: Direcção Geral do Ambiente, pp. 224.

DOMINGOS, Tiago *et al* (Coord.) (2006), *Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal – Continente*, Versão Preliminar, Documento 2 – Avaliação, Lisboa: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, pp. 94.

DOMINGUES, Álvaro (1998), «Desenvolvimento do Interior», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 69-74.

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS – ERSAR (2010), *RASARP – Relatório Anual do sector de Águas e Resíduos em Portugal (2009)*, Vol. III, *Avaliação da Qualidade do Serviço Prestado aos Utilizadores*, Lisboa: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pp. 416

EUSÉBIO, Celeste e KASTENHOLZ, Elisabeth (2010), «Quem procura o Turismo no Espaço Rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 334-346.

FABER, Niels (2006), *Knowledge in sustainable behavior, using Knowledge-based decision support systems for the improvement of sustainability*, Ridderkerk: Labirint Publications, pp. 228.

FARREL, Gilda (Coord.) (1999), *Competitividade territorial. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*, Caderno n.º 6 – Fascículo 1, Observatório Europeu LEADER, Dezembro de 1999, pp. 43.

FARREL, Gilda (Coord.) (2000), *Competitividade Económica. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*, Caderno n.º 6 – Fascículo 4, Observatório Europeu LEADER, Julho de 2000, pp. 51.

FARREL, Gilda (Coord.) (2001), *Competitividade dos territórios rurais à escala global. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*, Caderno n.º 6 – Fascículo 5, Observatório Europeu LEADER, Fevereiro de 2001, pp. 55

FERNANDES, Ana Matos (2010), «O discurso de reinvenção da ruralidade – exigências e representações urbanas na construção de uma ruralidade consumível», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 347-361.

FERRÃO, João (2000), «Relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro», *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, 2000, pp. 45-54.

FERRÃO, João (1998), «Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão dos actores», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 87-91.

FERREIRA, António Cardoso (1998), «Exclusão social, desenvolvimento e cidadania escrevem-se de maneira diferente consoante a vida das pessoas e comunidades que têm por dentro», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 189-199.

FERREIRA, Fábíola e BOMFIM, Zulmira A. C. (2010), «Sustentabilidade ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica?», *ambientalMENTEsustentable*, Xaneiro-Dezembro, 2010, Ano V, Vol. 1, N.º 9-10, pp. 37-51.

FERREIRA, Leonor V. (Coord.); RODRIGUES, Carlos F. (2002), *A situação da Região Norte no Domínio Social, Distribuição do Rendimento, Pobreza e Papel das Políticas Redistributivas*, Porto: CCRN, pp. 99.

FIGUEIRA, Alexandra (2011), «Norte é mais atractivo para o turismo nacional», *Jornal de Notícias*, Terça-feira 6 de Setembro de 2011, pp. 5-6.

FIGUEIREDO, Carlos (2011), «ECO2 Seia, Low carbon city», *III Conferência Internacional de Agenda 21 e Sustentabilidade Local*, Cascais, 30 de Novembro de 2011. Disponível em: www.agenda21local.info, Última Consulta em: 23.02.2012.

FIGUEIREDO, Elisabete *et al.* (Coord.) (2010), «Mundos rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 1590.

FILHO, Gilberto M. (1993), «Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável», *Textos Economia*, Vol. 4, Nº 1, Florianópolis, pp. 131-142.

FILIFE, Marisa e MASCARENHAS, José M. (2010), «Aldeias abandonadas e preservação do património cultural e paisagístico: linhas mestras para a sua recuperação e valorização multifuncional. A aldeia de Broas como estudo de caso», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 362-377.

FIRMINO, Ana (2008), «Dialéctica entre o Homem e o Ambiente na obra de Alexander von Humboldt», in MENDES, Anabela e FRAGOSO, Gabriela (2008), *Garcia da Orta e Alexander von Humboldt*, Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 61-67.

FIRMINO, Ana (2006), «O Desafio da Sabedoria Universal», in TOSTÕES, Ana *et al.* (Org.) (2006), *Encontro de Saberes: Três Gerações de Bolseiros da Gulbenkian*, Lisboa: Gulbenkian, 197-208.

FIRMINO, Ana (2000), «Desenvolvimento Sustentável: a aliança entre a Natureza e o Bom-Senso», *Geolnova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento*

Regional, nº 1, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 115-127.

FONSECA, Fernando F e RAMOS, Rui. A. R. (2008), «O Turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, 1 a 3 de Novembro de 2007, Faro: Universidade do Algarve, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011, pp. 16.

FREY, Klaus (2001), «A dimensão Político-Democrática das teorias de Desenvolvimento Sustentável e suas implicações para a Gestão Local», *Ambiente & Sociedade*, Ano IV, Nº 9 – segundo semestre de 2001, pp. 1-34.

GABINETE DE ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO (GEPE) (2011), *Regiões em números: Volume I – Norte*, Lisboa: GEPE, pp. 382.

GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICA AGRO-ALIMENTAR (GPPAA) (2005), *Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013, Objectivos estratégicos e princípios orientadores de programação*, Lisboa: MADRP, pp. 6.

GADOTTI, Moacir (s/d), *A Agenda 21 e a Carta da Terra*, Disponível em: www.cartadaterra.com.br; Última Consulta em: 15/06/2012, pp. 6.

GALVÃO, Maria João (2010), «Proposta de ordenamento do território par ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com vista ao seu desenvolvimento», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 966-979.

GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY (GWU) (2010), *The George Washington University Tourism Consulting Practicum 2010, Douro Valley, Final Report*, Porto: CCDRN, Disponível em: www.ccdrn.pt, Última Consulta em: 10/01/2012, pp.141.

GEORGE, James (1998), *Olhando pela Terra: o despertar para a crise ecológica*, São Paulo: Gaia, pp. 252.

GIBSON, Robert B. *et al* (2005), *Sustainability Assessment, Criteria and Processes*, London: Earthscan, pp. 254.

GIL, Helena (Org) *et al* (2006), *Educação para a Sustentabilidade. Guião da Sustentabilidade para a Educação – Carta da Terra*, Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, pp. 58.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI) – (2006), *Directrizes para Relatório de Sustentabilidade*, Versão em Português, São Paulo, Disponível em: <http://www.globalreporting.org>, Última consulta em: 23/03/2007.

GOLDSMITH, Edouard (1995), *O desafio Ecológico*, Col. Perspectivas Ecológicas 10, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 574.

GRÁCIO, Joaquim e CRISTÓVÃO, Artur (2001), «Associativismo Cultural no Douro: um património a valorizar», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, “Território, Agricultura e Desenvolvimento”*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

GRAVATO, M. Natália (Coord.) (2011), *Caracterização dos Recursos Humanos dos Municípios da Região Norte, Dados de 2010*, 2ª Edição, Porto: CCDRN, pp. 1323.

GRAVATO, M. Natália (Coord.) (2010), *Orçamentos Municipais 2010 – Região do Norte de Portugal*, Porto: CCDRN, pp. 157.

GUERREIRO, Fidélio (1998), «Problemas das empresas em regiões do Interior», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 227-231.

GUERREIRO, João (1998), «O desenvolvimento das áreas do Interior exige inovação em matéria de enquadramento empresarial», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 131-142.

GUERREIRO, Vivelinda (2001), «As medidas Agro-Ambientais nas Políticas de Desenvolvimento Rural: Um Estudo de Caso», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, "Território, Agricultura e Desenvolvimento"*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

GUIBENTIF, Pierre (1998), «Convocar os agentes de desenvolvimento regional?», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 163-169.

GUILHERME, Márcia L. (2007), *Sustentabilidade sob a ótica global e local*, São Paulo: Annablume, pp. 233.

GUIMARÃES, Roberto P. (2001), «La sostenibilidad del desarrollo entre RIO-92 y Johannesburgo 2002: eramos felices y no lo sabíamos», *Ambiente & Sociedad – Ano IV – Nº 9 – 2º Semestre de 2001*, pp. 1-20.

HARDI, Peter e ZDAN, Terrence (1997), *Assessing Sustainable Development, Principles in Practice*, Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, pp. 166.

HARDI, Peter *et al* (1995), *Models and Methods of measuring Sustainable Development performance*, Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, pp. 36.

HEINK, Ulrich and KOWARIK, Ingo (2010), «What are indicators? On the definition of indicators in ecology and environmental planning», *Ecological Indicators*, 10, pp. 584–593.

HENRIQUES, José M. (1990), *Municípios e desenvolvimento. Caminhos possíveis*, Colecção Estudos, nº 2, Lisboa: Escher, pp. 203.

HENRIQUES, Maria A. (2010), «Presente e Futuro do Desenvolvimento Rural-Territorial: novas formas de governação na programação 2007-2013», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 735-747.

HENRIQUES, Maria A. (2001), «Uma alternativa associativa para o Desenvolvimento Rural», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, "Sociedade, Conhecimento e Política"*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

HERNÁNDEZ, Carmen O. (2010), «Gênero e Meio Ambiente: a construção do discurso par ao Desenvolvimento Sustentável», *Ambiente y Desarrollo*, Volumen XIV, N.º 26, Enero-Junio de 2010, pp. 13-33.

HITCHCOCK & WILLARD (2008), *The Step-by-step Guide to Sustainability Planning, How to create and implement sustainability plans in any business or organization*, London: Earthscan, pp. 173.

INÁCIO, Ana I. (2010), «Enoturismo na região do Douro: criação de valor e de dinâmicas identitárias, uma forma de desenvolvimento regional», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 393-

INÁCIO, Ana I. (2008), «O Enoturismo: da tradição à inovação, uma forma de desenvolvimento rural», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, Faro: Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011.

INE (2011), *Anuário estatístico da Região Norte 2010*, Lisboa: INE, pp. 559.

INE (2010), *Anuário Estatístico da Região Norte 2009*, Lisboa: INE, pp. 514.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2004), *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: IBGE, pp. 333.

INSTITUTO DA ÁGUA (2001), *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro, Relatório Final*, Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, pp. 550.

JESUS, Lúcia de; KASTENHOLZ, Elisabeth; FIGUEIREDO, Elisabete (2010), «“Estratégias do TER”, percepções e atitudes da população: desenhando um modelo de análise», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 406-419.

JESUS, Maria L. F. G. (Coord.) et al (2004), *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), Proposta Técnica*, Porto: CCDRN, Disponível em: www.ccdrn.pt, Última Consulta em: 02/06/2011, pp. 191.

JORDÃO, Nuno (2010), «Análise comparativa de atitudes e práticas da administração, face ao desenvolvimento rural, casos da Irlanda, Grécia, Sérvia e Portugal», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 748-760.

JÚNIOR, Ivanaldo S. S. (2001), *Do desenvolvimento humano ao desenvolvimento sustentável: análise dos conteúdos jurídicos e filosóficos dos conceitos do direito ao desenvolvimento e do direito do desenvolvimento*, Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2493>, Última Consulta em 19/01/2009.

JUNIOR, Roberto S. B. e BURSZTYN, Marcel (2002), «Prudência e utopismo: Ciência e Educação para a Sustentabilidade», in BURSZTYN, Marcel org. (2002), *Ciência, Ética e Sustentabilidade, Desafios ao Novo Século*, 3ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, 159-188.

KASTENHOLZ, Elisabeth (2010), «Experiência Global em Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 420-435.

- KERK, Guert van, MANUEL, Arthur R. (2008), «A comprehensive index for a sustainable society: The SSI – the Sustainable Society Index», *Ecological Economics*, 66, pp. 228-242.
- KLINK, Carlos A. (2005), «O papel da pesquisa ecológica na gestão ambiental e manejo dos ecossistemas», in BURSZTYN, Marcel (Org.) (2005), *A difícil Sustentabilidade, Política energética e conflitos ambientais*, Brasília: Garamond Universitária, pp. 77-84.
- KONDYLI, Julia (2009), «Measurement and evaluation of sustainable development. A composite indicator for the Islands of the North Aegean region, Greece», *Environmental Impact Assessment Review*, pp. 10.
- LAYARD, Antonia; DAVOUDL, Simin; BATTY, Susan (Eds.) – (2001), *Planning for a Sustainable Future*, London: Spon Press, pp. 326.
- LAYRARGUES, Philippe P. (1997) «Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?», *Proposta*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, pp. 1-5.
- LEFF, Enrique (2000), «Tiempo de Sustentabilidad», *Ambiente & Sociedad – Ano III – Nº 6/7 – 1º Semestre de 2000*, pp. 5-13.
- LEIS, Héctor R. (1998), «Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo», *Ambiente & Sociedad – Ano I – Nº 2 – 1º Semestre de 1998*, pp. 41-60.
- LEIS, Héctor R. e D'AMATO, José L. (1998), «O Ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 77-103.
- LIMA, Alda Valadas (2008), «Agricultura a tempo parcial e multifuncionalidade do rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural?», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, Faro: Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011.
- LOPES, Margarida Chagas (1998), «Desemprego e Interioridade: breves notas», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 47-57.
- LOUETTE, Anne (Org) (2008), *Indicadores de Nações, Uma Contribuição ao diálogo da sustentabilidade*, 1ª Edição, WHH: São Paulo, pp. 112.
- LOURENÇO, Filipa M. D. (2001), «Agricultura e Ruralidade – Algumas reflexões sobre o Desenvolvimento Rural», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, “Mundo Rural e Património”*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011, pp. 17.
- MACHADO, Arnaldo (Coord.) et al (2010), *Relatório do Estado das Massas de Água, 2009 – REQual 2009*, Vol. I: *Documento Base e Anexos Técnicos*, Porto: Administração da Região Hidrográfica do Norte, pp. 122.
- MACHADO, Robison X. (2005), «Concepção de desenvolvimento sustentável», *Contabilidade e Informação*, Ijuí, Ano 8, Nº 23, Julho/Dezembro 2005, pp. 75-86.

- MACHADO, Robison X.; BRUM, Neiva M.; SOUZA, José D. S. (2004), «A concepção do desenvolvimento sustentável», *Área Temática N.º 6 – Agricultura e Meio Ambiente*, pp. 15.
- MACHADO, Vilma F. (2005), *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à RIO-92*, Tese de Doutorado, Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, pp. 315.
- MAGALHÃES, Antônio R. (1998), «Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi-árido», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 417-429.
- MARQUES, Teresa Sá (2005), *Norte 2015. Dinâmicas e desafios territoriais*, Grupo de Prospectiva: o Território, Documento de enquadramento preliminar, Porto: CCDRN, Disponível em: www.norte2015.com.pt, Última Consulta em: 09/04/2009, pp. 45.
- MARQUES, Teresa Sá (2004), *Portugal na Transição do Século. Retratos e dinâmicas territoriais*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, pp. 466.
- MARTINS, Sergio R. (2004), *Desenvolvimento Sustentável: desenvolvendo a Sustentabilidade*, Disponível em: www.danieljs.prof.ufsc.br, Última Consulta em: 19-02-2009, pp. 10.
- MASCARENHAS, André *et al* (2010), «The role of common local indicators in regional sustainability assessment», *Ecological Indicators*, 10, 646-656.
- MATOS, Jorge Rocha de (1998), «Portugal a duas velocidades?», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 223- 226.
- MAXWELL, Simon; UREY, Ian e ASHLEY, Caroline (2001), *Emerging issues in rural development, An issues paper*, London: Overseas Development Institute, pp. 10
- MAY, Peter (1998), «Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 235-255.
- MELIDES, Rosário; MEDEIROS, Vera e CRISTÓVÃO, Artur (2010), «Aldeias Vinhateiras, Aldeias Vivas?», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 460-474.
- MENDES, Adérito (Coord.) *et al* (2011), *Relatório de Estado do Abastecimento de Água e do Tratamento das Águas Residuais, Sistemas Públicos Urbanos, INSAAR 2010 (Dados de 2009)*, Lisboa: Instituto da Água, pp. 228.
- MENDES, Armando Dias (1998), «Envolvimento e Desenvolvimento: Introdução à simpatia de todas as coisas», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 54-76.
- MESQUITA, Westerley Sousa (2006), «Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo», *Caderno Virtual do Turismo*, Vol. 6, n.º 3, pp. 81-89.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS (MADRP) (2007), *Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural 2007-2013*.

Portugal, Lisboa: MADRP, Disponível em: <http://www.gpp.pt>, Última Consulta em: 20/03/2012, pp. 96.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007), *Plano Estratégico de Abastecimento da Água e de Saneamento de Águas Residuais – PEAASAR II 2007-2013*, Lisboa: MAOTDR, pp.171.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007), *PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016*, Lisboa: MAOTDR, pp.196.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO (MEID) (2010), *RE.NEW.ABLE, A Inspirar Portugal, Plano Novas Energias, ENE2020*, Lisboa: MEID, 24 p.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2004), *PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos, Relatório Final*, Lisboa: Ministério da Economia, pp. 154.

MITTLER, Daniel (2001), «Hijacking Sustainability? Planners and the Promise and Failure of Local Agenda 21», in LAYARD, Antonia, DAVOUDL, Simin e BATTY, Susan (eds) (2001), *Planning for a Sustainable Future*, London: Spon Press, 53-60.

MORAN, Daniel *et al* (2008), «Measuring sustainable development – Nation by Nation», *Ecological Economics*, 64, pp. 470-474.

MOSCA, João (2001), «Redefinição das funções das regiões periféricas o quadro da União Europeia», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, “Sociedade, Conhecimento e Política”*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

MOTA, Carlos Renato (2005), «As principais Teorias e Práticas de Desenvolvimento», in BURSZTYN, Marcel (Org.) (2005), *A difícil sustentabilidade, política energética e conflitos ambientais*, Brasília: Garamond Universitária, Terra Mater, pp. 25-40.

MOTA, Isabel *et al* (2005), *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Um projecto para Portugal*, Lisboa: Pandora, pp. 216.

NADER, Manal R. *et al* (2008), «Environment and sustainable development indicators in Lebanon: A practical municipal level approach», *Ecological Indicators*, 8, 771-777.

NASCIMENTO, Elimar P. (2002), «Educação e Desenvolvimento na Contemporaneidade: dilema ou desafio?», in BURSZTYN, Marcel (org.), *Ciência, Ética e Sustentabilidade, Desafios ao Novo Século*, 3ª Edição, Brasília: Cortez Editora, pp. 95-113.

NATÁRIO, Maria M.; BRAGA, Ascensão; REI, Constantino (2010), «A produção biológica e o desenvolvimento das regiões», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, pp. 112-127.

NEDEL, José (1996), «Ecologia e ética ambiental», *Revista Cultura e Fé*, N.º 75, Out./Dez., Disponível em: <http://idc.org.br>, Última Consulta em: 12/01/2009.

NETO, Paulo Alexandre (1998), «A necessidade de encontrar uma estratégia que confira intencionalidade ao esquema de desenvolvimento espacial da União Europeia», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da*

Interioridade, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 99-101.

NEVES, A. Oliveira das; MAGALHÃES, Andreia; RELVAS, Sónia (2001), «A Competitividade das áreas rurais, uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing». *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, "Ambiente e Usos do Território"*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

NEVES, Lafaiete S.; KLEINMAYER, Luiz A. M.; TOCACH, Regis (2007), «A transição do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável», *II Seminário de Sustentabilidade*, 2007, Curitiba, pp. 10.

NORLING, Parry; WOOD-BLACK, Frankie e MASCIANGIOLI, Tina M., (Ed.) – (2004), *Water and Sustainable Development: Opportunities for the Chemical Sciences – A Workshop Report to the Chemical Sciences Roundtable*, Washington D.C.: National Research Council, Disponível em: <http://www.nap.edu/catalog/10994.html>, Última Consulta em: 28/07/2009, pp. 94.

NORTON, Bryan G. (2007), «Ethics and sustainable development: an adaptive approach to environmental choice», in ATKISON, Giles; DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric, (Edit.) – (2007), *Handbook of Sustainable Development*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 27-44.

OLIVEIRA, Rosário; D'ABREU, Alexandre C.; SANTOS, José C. (2008), «Que multifuncionalidade? Uma Abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, Faro: Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011.

OLIVEIRA, Jaci Lara Silveira (2006), «Desenvolvimento sustentável: um desafio intergeracional», *RETUR*, Vol. 01, pp. 1-10.

OLIVEIRA, Leandro D. (2007), «A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental», 5.º *CEMARX – Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2007, Campinas. Comunicações. Campinas: UNICAMP.

OLIVEIRA, Leandro D. (2005), «A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão», *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, p. 33-38.

OLIVEIRA, Luís Valente de (1998), «Problemas do mundo rural», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 93-97.

ORGANIZACIÓN DE LAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2002), *Informe de la Cumbre Mundial sobre em Desarrollo Sostenible*, Johannesburgo (Sudáfrica), 26 de Agosto a 4 de Septiembre de 2002, pp.184.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2000), *Cimeira do Milénio – Declaração do Milénio das Nações Unidas*, Disponível em: <http://www.unric.org>, Última Consulta em: 20/03/2012.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1998), «Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem para a sustentabilidade», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo*

Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 59-68.

PAULA, João A. *et al* (1997), «5. Fundamentos Históricos e Metodológicos da Questão Ambiental», in PAULA, João Antônio & alli (ed.) (1997), *Biodiversidade, população e economia: uma região da mata atlântica*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, pp.199-256.

PEARCE, David W. and ATKINSON, Giles D. (1993), «Capital theory and the measurement of sustainable development: an indicator of “weak” sustainability», *ecological Economics*, 8, pp. 103-108.

PEREIRA, Margarida (2003), «Os Próximos desafios do Planeamento Municipal», *Geolnova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, Nº 7, Lisboa: FCSH–UNL, pp. 179-200.

PESSOA, Argentino (2008), «Tourism and regional competitiveness: the case of the Portuguese Douro Valley», *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º 18, pp. 55-75.

PINA, Maria Helena M. (2010), «The importance of complementarity in the territorial cohesion and sustainability of rural areas: the case of Cambres, a Douro winegrowing area, and Magueija, a mountainous area», *Revija za Geografijo – Journal for Geography*, 5-2 2010, Moribor: Univerza v Maribou, pp. 27-42.

PINA, Maria Helena M. (2009), «The multi-functionality of the Douro landscapes, on of the strategies for its sustainability», in FRUTOS *et al* (2009), *New ruralities and sustainable use of the territory. Proceeding of the 16th Colloquium of the Commission on the Sustainability of Rural Systems of the International Geographical Union*, Jaca – Saragossa – Turnel (Spain), Agosto de 2009, pp. 405-429.

PINTO, Eduardo (2010), «Novos hotéis no Douro criam 46 postos de trabalho», *Jornal de Notícias, Norte*, Domingo 15 de Agosto 2010, p. 13.

PINTO, Ilídia (2012), «Vinho do Porto», *Dinheiro Vivo*, N.º 30, Sábado, 24 de Março de 2012, p. 10.

PINTO, José Manuel C. (2002), *Novo Prontuário Ortográfico*, Lisboa: Plátano Editora, pp. 484.

PORTELA, José (1999), «Do (sub) desenvolvimento do Douro: um rol de perguntas», *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. IV (8), pp. 11-18.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 273.

PROCÓPIO, Argemiro (2002), «Segurança Humana, Educação e Sustentabilidade», in BURSZTYN, Marcel org. (2002), *Ciência, Ética e Sustentabilidade, Desafios ao Novo Século*, 3ª Edição, Brasília: Cortez Editora, pp. 115-142.

PROENÇA, João (1998), «Promover o desenvolvimento do Interior», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 217-221.

- QUEIRÓS, Margarida (2007), «Agenda 21 local: auto-organização, cooperação e inteligência descentralizada», *Finisterra*, XLII, 83, 2007, pp. 65-77.
- RAMOS, Tomás B. (2009), «Development od regional sustainability indicators and the role of academia in this process: the Portuguese practice», *Journal of Clean Production*, 17, 1101-1115.
- RATTNER, Henrique (1999), «Sustentabilidade – uma visão humanista», *Ambiente & Sociedade* – Ano II – Nº 5 – 2º Semestre de 1999, pp. 233-240.
- RAULI, Fabiano C.; ARAÚJO, Fábio T.; WIENS, Simone (2006), «Indicadores de desenvolvimento sustentável», in SILVA, Christian Luiz da (org.) (2006), *Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 145-172.
- REIS, José (1998), «Interior, desenvolvimento e território», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 77-86.
- REIS, Pedro Silva (2008), «Ciência, tecnologia e desenvolvimento rural: desafios e oportunidades par ao período 2007-2013», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, Faro: Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011.
- RIBEIRO, Gilberto A.; MENDES, Jerónimo; FILHO, Pedro S. (2006), «A questão espacial do desenvolvimento sustentável: características de delimitações», in SILVA, Christian Luiz da (org.) (2006), *Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 49-63.
- RIBEIRO, José Alves (2000), «Caracterização genérica da região vinhateira do Alto Douro», *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. V (10), pp. 11-29.
- RIBEIRO, José Alves (2001), «O Alto Douro Vinhateiro e a gestão da sua paisagem agrária», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, “Território, Agricultura e Desenvolvimento”*, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real: UTAD, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.
- RIBEIRO, Manuela (1998), «Turismo e desenvolvimento na região do Douro – Processos e (alguns) resultados da evolução recente do sector», *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. III (6), pp. 25-49.
- RIBEIRO, Pedro (2010), «Porquê uma política de Desenvolvimento Rural», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 20-21.
- ROBERTS, Peter (2006), «Evaluating Regional Sustainable Development: Approaches, Methods and the Politics of Analysis», *Journal of Environmental Planning and Management*, Vol. 40, No. 4, pp. 515-532.
- ROCA, Maria de Nazaré, LEITÃO, Nuno (2006), «Sustentabilidade demográfica e o desenvolvimento dos concelhos», *GeoInova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, nº 12 – 2006, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 237-254.
- RODRIGO, Isabel (2001a), «A questão ambiental no rural e nas agriculturas da União Europeia», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, “Ambiente e Usos do Território”*,

Vila Real: UTAD, 16 a 18 de Setembro de 2001, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

RODRIGO, Isabel (2001b), «Política Agro Ambiental», *Actas do I Congresso de Estudos Rurais, "Ambiente e Usos do Território"*, Vila Real: UTAD, 16 a 18 de Setembro de 2001, Disponível em: <http://home.utad.pt>, Última Consulta: 07/02/2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés (1998), «A utopia da sociedade sustentável», *Ambiente & Sociedade* – Ano I – Nº 2 – 1º Semestre de 1998, pp. 133-138.

RODRIGUES, Jacinto (2006), *Razões para o decrescimento sustentável*, Disponível em: <http://www.apagina.pt>, Última Consulta em: 19/01/2009.

RODRIGUES, Jacinto (2001), *O Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado: alternativa ao capitalismo na era da globalização*, Disponível em: <http://www.apagina.pt>, Última Consulta em: 19/01/2009.

ROHDE, Geraldo Mário (1998), «Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado», in CAVALCANTI, Clóvis (Org.) – (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 14-53.

ROLDÁN, Adrián B. e VALDÉS, Américo S. (2002), «Proposal and application of a Sustainable Development Index», *Ecological Indicators*, 2, pp. 251-256.

ROMEIRO, Ademar R. (1999), «Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares», *Revista Econômica*, Vol. 1, Nº 1, pp. 75-103.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.) – (2004), *Sustentabilidade uma paixão em movimento*, Porto Alegre: Sulina, pp. 181.

RUSCHEINSKY, Aloísio (2004), «No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade», in RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) (2004), *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*, Porto Alegre: Sulina, 15-33 p.

SACHS, Ignacy (2007), «A revolução energética do século XXI», *Estudos Avançados* 21 (59), pp. 21-37.

SACHS, Ignacy (2004), *Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado*, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, pp. 151.

SACHS, Ignacy (1993), «Estratégias de Transição para o Século XXI», in BURSZTYN, Marcel (1993), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 29-56.

SACHS, Ignacy (1986), *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*, São Paulo: Vértice, pp. 207.

SALAMONI, Giancarla e GERARDI, Lúcia H. O. (2001), «Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar», in GERARDI, L. H. O e MENDES, I. A. (Org.) (2001), *Teoria, técnicas, espaços e actividades – temas da Geografia Contemporânea*, V., Rio Claro: AGETEO, pp. 73-96.

SALDANHA, Eduardo E. (2007), *Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Socioambiental*, Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 122.

SAMPAIO, Dora Isabel M. (2008), «O papel do desenvolvimento rural para a coesão dos territórios: novas tendências para o meio rural algarvio», *Actas do III Congresso de*

- Estudos Rurais*, Faro: Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Disponível em: <http://www.cer.pt>, Última Consulta: 17/01/2011.
- SANDINO, José Luís (1996), «O desenvolvimento sustentável: um debate em curso», *Estudos Sociedade e Agricultura*, 3, Novembro de 1994, pp. 194-198.
- SANSON, César (2009), *Descarbonizar a Economia*, Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br>, Última Consulta em: 20/04/2009.
- SANTOS, Leonel D. e AMARAL, Luís A. M. (2008), *Presença na Internet das Câmaras Municipais portuguesas em 2007, Estudo sobre Local eGovernment em Portugal*, Guimarães: Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade de Informação, Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, pp.146.
- SANTOS, Igor Raatz (2007), «Desenvolvimento Sustentável: O que trará o amanhã?», *Páginas do Direito*, Vol. 1, Disponível em: <http://www.tex.pro.br>, Última Consulta em: 19/01/2009, pp. 1-18.
- SANTOS, Selene H. (1992), «Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz», in GOLDENBERG, M. (org.) (1992), *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*, Rio de Janeiro: Revan, p. 9-48.
- SARRIA, Carmen F. (2005), *La Ética Ecológica como Ética aplicada en enfoque desde la Ética Discursiva*, Tese de Doutoramento, Castellón: Universitat Jaume I de Castellón, pp. 473.
- SCHMIDT, Luísa (2007), *País (in) sustentável. Ambiente e qualidade de vida em Portugal*, Lisboa: Esfera do Caos, pp. 320.
- SCHMIDT, Luísa (Coord.) (2006), *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Contributo para a sua dinamização em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO-Portugal, pp. 34.
- SCHNEIDER, Sérgio, BLUME, Roni (2004), «Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia», *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº 107, pp. 109-135, Julho/Dezembro de 2004.
- SELMAN, Paul (1996), *Local Sustainability, Managing and Planning Ecologically Sound Places*, London: Paul Chapman Publishing, Ltd., pp. 175.
- SHEPHERD, Andrew (1998), *Sustainable rural development*, London: Macmillan Press Ltd., pp. 283.
- SIENA, Osmar e COSTA, Gleimíria B. (2007), «Desenvolvimento Sustentável: algumas questões sobre a construção de indicadores», *2º Seminário sobre Sustentabilidade*, Curitiba: UNIFAE. Disponível em: www.fae.edu/publicacoes/pdf, Última Consulta em: 05/04/2012, pp. 15.
- SIENA, Osmar; COSTA, Gleimíria B.; OLIVEIRA, Oleides F. (2007), «Desenvolvimento Sustentável: discussão conceitual», *2º Seminário sobre Sustentabilidade*, Curitiba : UNIFAE, pp. 16.
- SIENA, Osmar (2002), *Método para avaliar o progresso em direcção ao desenvolvimento sustentável*, Tese de Doutoramento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 234.

- SILVA, Ana L. F. Lavrador da (2011), *Paisagens de Baco. Identidade, mercado e desenvolvimento. Regiões Demarcadas: Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo*, Lisboa: Colibri, pp. 215.
- SILVA, Ângela (2010), «Turismo, património e desenvolvimento rural no Baixo Tâmega», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 532-545.
- SILVA, Carla; KASTENHOLZ, Elisabeth e ABRANTES, José Luís (2010), «Percepções dos turistas sobre os impactos do desenvolvimento do turismo em áreas naturais», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 546-557.
- SILVA, Christian L. (org.) (2006), *Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 176.
- SILVA, Christian L. (2006), «Proposta de um modelo de monitoramento do desenvolvimento sustentável», in SILVA, Christian L. (org.) (2006), *Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 15- 28.
- SIMÃO, José P. R. V. (2009), *O turismo como motor do desenvolvimento local: o caso do vale do Tua*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 151.
- SOARES, Salomão; STRAUCH, Júlia Célia M.; AJARA, César (2006), «Comparação de metodologias utilizadas para análise do desenvolvimento sustentável», *XIV Encontro de Estudos Populacionais*, Caxambú: ABEP, pp. 18.
- SOUSA, Vanessa Duarte de (2010), «Velhas e Novas Colonialidades sobre os Espaços Rurais», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 585-594.
- SPANGENBERG, Joachim H. *et al* (2002), «Towards indicators for institutional sustainability: lessons from an analysis of Agenda 21», *Ecological Indicators*, 2, 61-77.
- SPIDOURO (2003), *Turismo no Vale do Douro*, Porto: Agência Portuguesa de Investimentos.
- SPIDOURO (2000), *Diagnóstico estratégico do potencial turístico do Douro*, Pinhão: Vintage House.
- STAHEL, Andri Werner (1998), «Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis», in CAVALCANTI, Clóvis (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 2ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, pp. 104-127.
- STIGLITZ, Joseph E. (2002), *Globalização. A Grande Ilusão*, Lisboa: Terramar, pp. 305.
- TERLUIM, Ida, STRIJKER, Dirk and MUNCH, Wolfgang (2010), «18. Economic dynamis in rural regions», in OSKAM, Arie, MEESTER, Gerrit, and SILVIS, Huib (Eds.) (2010), *EU policy for agriculture, food and rural areas*, Wageningen, NL: Wageningen Academic Publishers, pp. 309-323.
- THIRION, Samuel e CAVACO, Cristina (Coord.) (2003), *O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade. Os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos*,

produzidos no quadro das actividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, Lisboa: Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, pp. 365.

TIBÉRIO, Luís; CRISTÓVÃO, Artur; ABREU, Sónia (2008), «Microproduções agrícolas e desenvolvimento sustentável em regiões periféricas», *Estudos regionais*, nº 17, Vila Real: UTAD, Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, pp. 5-24.

TIBÉRIO, Manuel Luís e CRISTÓVÃO, Artur (2005), «Microproduções e desenvolvimento local», in CRISTÓVÃO, Artur; TIBÉRIO, Manuel Luís; DIÉGUEZ (Coord.) (2005), *Microproduções agrícolas e desenvolvimento local no DOURO-DUERO*, Vila Real: UTAD, pp. 15-27.

TISDELL, Clement A. (2007), «Sustainable agriculture», in ATKINSON, Giles; DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric, (Edit.) – (2007), *Handbook of Sustainable Development*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 362-375.

TODT, Arno e KASTENHOLZ, Elisabeth (2010), «Tourists as a driving force for sustainable rural development – a research framework», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, 4 a 6 de Fevereiro de 2010, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 633-645.

TURISMO DE PORTUGAL (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), Para o Desenvolvimento Turístico em Portugal*, Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação, Disponível em: www.turismodeportugal.pt, Última consulta em: 02/06/2011, pp. 133.

UNITED NATIONS COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (UNCED) (1987), *Our Common Future. Report of the World Commission on Environment and Development*, Disponível em: http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=70b57c4742a047dfbe5c1ee3e4a4bfa8, Última Consulta em: 30/01/2007).

VALLINA, Jaime Izquierdo (2002), *Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Ideas y propuestas para moverse entre la conservación del patrimonio y el desarrollo local*, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, pp. 453.

VEIGA, José Eli da (2009), *Como monitorar o desenvolvimento sustentável? Resposta da Comissão Stiglitz-Sem-Fitoussi (CMEPSP) de Julho de 2009*, Disponível em: www.zeeli.pro.br, Última Consulta em: 20-03-2012, pp. 12.

VEIGA, José Eli da (2008), *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Garamond Universitária, pp. 226.

VEIGA, José Eli da e ZATZ, Lia, (2008), *Desenvolvimento Sustentável: que bicho é esse?*, São Paulo: Autores Associados, pp. 96.

VELOSO, Irene (1998), «Perspectivas de desenvolvimento do Interior (algumas considerações)», in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1998), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*, Debates da Presidência da República, Idanha-a-Nova 13 de Junho de 1997. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 143-147.

- VIEIRA, Susana C. (2008), *Desenvolvimento sustentável. A evolução do conceito*, Disponível em: <http://jus2.uol.com.br>, Última Consulta em: 19/01/2009.
- VIEIRA, Luís M. Ribeiro (2006), *Um estudo sobre a maturidade dos serviços de informação das autarquias*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, pp.66.
- VILAR, Rui e SILVA, Nuno (2010), «O papel da viticultura e do enoturismo na socioeconomia e valorização territorial duriense: o caso de Alijó», *Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 205-213.
- VITORINO *et al* (2005), *Serviços desconcentrados na Região de Lisboa e Vale do Tejo*, Ilha de Ideias, Lisboa: CCDR-LVT.
- WHEELER, Stephen (2004), *Planning for Sustainability, Creating livable, equitable, and ecological communities*, Oxon: Routledge, pp. 280.
- WHITEHEAD, Mark (2007), *Spaces of sustainability, Geographical Perspectives on the Sustainable Society*, London and New York: Routledge, pp. 242.
- WILLIAMS, Jo (2001), «Achieving Local Sustainability in Rural Communities», in LAYARD, Antonia; DAVOUDL, Simin; BATTY, Susan (Ed.), *Planning for a Sustainable Future*, London: Spon Press, pp. 235-251.
- WOODS, Michael (2005), *Rural Geography, Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring*, London: SAGE Publications, pp. 330.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de enquadramento da região de estudo	006
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama da Investigação	010
Figura 2 – Recursos turísticos do Douro.....	205
Figura 3 – Desempenho excelente na classificação do SMED.....	206
Figura 4 – Visão sistémica do Desenvolvimento Sustentável	302
Figura 5 – Dimensões e interações do Desenvolvimento Sustentável	302
Figura 6 – Dimensões da Sustentabilidade – visão Sistémica	303
Figura 7 – Etapas do Processo de Avaliação da Sustentabilidade	307
Figura 8 – Aspectos do Desenvolvimento Sustentável por dimensão	309
Figura 9 – Bandas da Escala Padrão.....	313
Figura 10 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Alijó.....	317
Figura 11 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Armamar..	320
Figura 12 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Carrazeda de Ansiães	323
Figura 13 – Pontuação dimensão da sustentabilidade no concelho de Lamego	325
Figura 14 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Mesão Frio	328
Figura 15 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Peso da Régua	330
Figura 16 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Sabrosa ...	332
Figura 17 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Santa Marta de Penaguião	334
Figura 18 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de São João da Pesqueira	336
Figura 19 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Tabuaço ...	338
Figura 20 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Torre de Moncorvo	340
Figura 21 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Vila Nova de Foz Côa	342

Figura 22 – Pontuação por dimensão da sustentabilidade no concelho de Vila Real..	344
Figura 23 – Pontuação global da sustentabilidade dos concelhos do ADV.....	346

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Densidade populacional nos concelhos do ADV, 2011	023
Tabela 2 – Variação do N° de empresas nos concelhos do ADV, 2008-2009	148
Tabela 3 – Indicadores de empresas nos municípios do ADV, 2009	149
Tabela 4 – Mão-de-obra agrícola nos municípios do ADV, 2009	155
Tabela 5 – Proporção de produtores agrícolas singulares segundo o nível de escolaridade nos concelhos do ADV, 2009	155
Tabela 6 – Poder de Compra per capita nos concelhos do ADV, 2009.....	159
Tabela 7 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos dos concelhos do ADV, segundo o sector de actividade e o sexo, 2009	160
Tabela 8 – Trabalhadores nos estabelecimentos dos concelhos do ADV por nível de habilitações, 2005 e 2009.....	162
Tabela 9 – Indicadores de saúde nos municípios do ADV, 2010	164
Tabela 10 – Índices de cobertura/atendimento nos concelhos do ADV, 2009	174
Tabela 11 – Resíduos urbanos por tipo de destino nos concelhos do ADV, 2010	177
Tabela 12 – Ranking dos serviços de informação das autarquias, 2006	184
Tabela 13 – Presença na Internet das Câmaras Municipais, 2007	184
Tabela 14 – Variação da população residente nos concelhos do ADV, 2001-2011 ...	186
Tabela 15 – Indicadores demográficos dos concelhos do ADV	189
Tabela 16 – População residente por nível de escolaridade nos concelhos do ADV, 2001-2011	191
Tabela 17 – Efectivos municipais por modalidade de vinculação por cargo/carreira nos concelhos do ADV, 2010	194
Tabela 18 – Total de efectivos por género e índices de feminização e masculinização nos concelhos do ADV, 2010	195
Tabela 19 – Índices de tecnicidade e taxa de formação superior nos concelhos do ADV, 2010.....	195
Tabela 20 – Composição actual das Assembleias Municipais dos concelhos do ADV	199

Tabela 21 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31.07.2010 nos concelhos do ADV	208
Tabela 22 – Indicadores de hotelaria nos municípios do ADV, 2010	208
Tabela 23 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência, 2010	209
Tabela 24 – Produção de energia de fontes renováveis e consumo de energia na NUT III Douro e no ADV, 2009	212
Tabela 25 – Consumo de energia eléctrica por habitante nos concelhos do ADV, 2008-2009	214
Tabela 26 – Produtos de qualidade nos concelhos do ADV	216
Tabela 27 – Entrevistas realizadas: instituições, entrevistados, tipo de instituição, número de contactos feitos.....	224
Tabela 28 – Classificação dos temas por ordem de importância 4 e 5.....	253
Tabela 29 – Classificação dos temas por ordem de importância 5	253

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de população empregada nos concelhos do ADV, 2005-2009.....	150
Gráfico 2 – Trabalhadores por sector de actividade nos concelhos do ADV, 2009 ...	151
Gráfico 3 – Evolução da população desempregada nos concelhos do ADV, 2005-2009	156
Gráfico 4 – Taxa de desemprego no País, Norte e concelhos do ADV, 2005-2009...	157
Gráfico 5 – Principais usos do solo no ADV, 2006.....	175
Gráfico 6 – Principais usos do solo nos concelhos do ADV, 2006.....	176
Gráfico 7 – Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por tipo de material nos concelhos do ADV, 2010	178
Gráfico 8 – Evolução da população dos concelhos do ADV, 1991-2011.....	187
Gráfico 9 – Evolução da taxa de retenção e desistência do ensino básico nos concelhos do ADV, 2003-2010	192
Gráfico 10 – Evolução da taxa de retenção e desistência do ensino secundário nos concelhos do ADV, 2003-2010.....	193
Gráfico 11 – Efectivo municipal segundo o nível de escolaridade nos concelhos do ADV, 2010.....	197

Gráfico 12 – Primeira Impressão da Região	228
Gráfico 13 – 10 Aspectos valorizados como maiores riquezas da região.....	229
Gráfico 14 – Como se sente por viver no ADV	243
Gráfico 15 – Desempenho Regional no Contexto do País	248
Gráfico 16 – Melhor Estratégia para a região: cooperação ou competição	259
Gráfico 17 – Existe cooperação entre a sociedade civil as empresas e o Estado?	259
Gráfico 18 – Pontuação dos concelhos do ADV por indicadores, aspectos e dimensões	347
Gráfico 19 – Valor da pontuação dos concelhos do ADV por bem-estar humano e por bem-estar do ecossistema.....	348

ANEXO 1 – GUIÃO E CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

a) GUIÃO

ENTREVISTA – ADV:

1. IDENTIFICAÇÃO:

Data: / /

Nome:	Idade:
Sexo: M () F () Profissão:	
Naturalidade (concelho):	Tempo a viver na região (anos):
Concelho de residência:	Freguesia de residência:
Habilitações literárias:	

2. REGIÃO

2.1. Quando pensa na região do ADV, o que lhe vem à mente? (Primeira Impressão)

2.2. Em sua opinião, quais as maiores riquezas da região?

2.3. Que medidas se tornam urgentes para termos uma região mais equilibrada e sustentável?

2.4. QUAL O PAPEL da Agricultura, floresta, produção animal, do turismo, e dos patrimónios natural e cultural / arquitectónico no desenvolvimento regional/local?

2.4.1. Agricultura:

2.4.2. Produção Animal:

2.4.3. Floresta:

2.4.4. E do turismo?

2.4.5. E do património natural?

2.4.6. E do património cultural/arquitectónico?

2.5. A partir da sua experiência, COMO SE SENTE POR VIVER no ADV?

☐ Muito satisfeito ☐ Satisfeito ☐ Indiferente ☐ Pouco satisfeito ☐ Insatisfeito

3. ANÁLISE SWOT:

a) Dificuldades/pontos fracos:

b) Pontos Fortes/Vantagens:

c) Oportunidades:

d) Ameaças:

4. OUTROS ASPECTOS:

4.1. Que condições criar para que as pessoas (jovens) permaneçam na região?

4.2. Pensando no ADV como um todo, que MODELO DE DESENVOLVIMENTO para a região? (VISÃO)

4.3. Cooperação ou competição: qual lhe parece ser a melhor estratégia para desenvolver a região?

Cooperação (...) Competição (...)

4.3.1. Existe cooperação entre as entidades públicas, as empresas e a sociedade civil organizada? SIM (...) NÃO (...)

4.4. Que aspectos mais aprecia na região?

4.5. Por que razões considera que as pessoas procuram a região?

4.6. Como classifica o seu desempenho no contexto do País? A nível:

Económico	Ambiental	Social	Cultural	Institucional	Espacial
Muito Fraco	Muito Fraco	Muito Fraco	Muito Fraco	Muito Fraco	Muito Fraco
<input type="radio"/> Fraco	<input type="radio"/> Fraco	<input type="radio"/> Fraco	<input type="radio"/> Fraco	<input type="radio"/> Fraco	<input type="radio"/> Fraco
<input type="radio"/> Normal	<input type="radio"/> Normal	<input type="radio"/> Normal	<input type="radio"/> Normal	<input type="radio"/> Normal	<input type="radio"/> Normal
<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Bom
<input type="radio"/> Muito bom	<input type="radio"/> Muito bom	<input type="radio"/> Muito bom	<input type="radio"/> Muito bom	<input type="radio"/> Muito bom	<input type="radio"/> Muito bom

4.7. PRIORIDADES para os próximos 20 anos?

4.8. Que importância tem a PARTICIPACÃO (intervenção) da sociedade civil na definição de políticas públicas e na intervenção/acompanhamento do processo de desenvolvimento?

☐ Muito importante ☐ Importante ☐ Indiferente ☐ Pouco Importante ☐ Sem importância

4.8.1. A sociedade civil na região tem uma intervenção activa? SIM () NÃO ()

4.9. Em que medida a INOVAÇÃO é importante para o desenvolvimento da Região?

☐ Muito importante ☐ Importante ☐ Indiferente ☐ Pouco Importante ☐ Sem importância

4.9.1. Em que sectores ela deve ser potenciada?

4.10. Que contributo a sua instituição/você pode dar para a sustentabilidade da região?

5. Para melhorar o desempenho da região, que IMPORTÂNCIA se deve atribuir a estes assuntos?

TEMA		IMPORTÂNCIA (da < para a >)				
		1	2	3	4	5
1	Emprego (desemprego)					
2	Salário / rendimento					
3	Água					
4	Luz/Energia (energias renováveis)					
5	Esgoto (recolha e tratamento)					
6	Lixo (recolha, tratamento, reciclagem)					
7	Habituação					
8	Educação / formação					
9	Cultura e património					
10	Saúde					
11	Segurança					
12	Meio Ambiente					
13	Floresta					
14	Leis					
15	Política					
16	Governo					
17	Turismo					
18	Participação da sociedade civil					
19	Poluição					
20	Cooperativismo/Associativismo					
21	Envelhecimento da população					
22	Transportes públicos					
23	Dinamização da comunidade					
24	Serviços de proximidade					
25	Inovação e tecnologia					

6. Como encara o futuro? () Com OPTIMISMO () Com PESSIMISMO

MUITO OBRIGADO PELA SUA ATENÇÃO!

b) CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

2. REGIÃO:

2.1. PRIMEIRA IMPRESSÃO

	INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
1	CM ALJ	Beleza da Paisagem
2	CM ARM	É uma região em que as grandes mais-valias são a gente e a cultura, a paisagem e a cultura do vinho; construções em xisto; o vale do Douro, criando uma região única no mundo.
3	CM CZA	Paisagem de excelência, com muitas potencialidades agrícolas e turísticas.
4	CM VNFC	Dimensão histórica na criação do espaço. Espaço construído por uma sociedade de uma visão aristocrática e de uma operacionalização rural.
5	CM LMG	Rio, vinho, vinha, paisagem, turismo.
6	CM MF	Muito sangue e suor. Muito trabalho.
7	CM PR	Rio, território (em consequência disso, um vinho).
8	CM SAB	Património construído. Douro rico e Douro pobre.
9	CM SJP	Pólo de desenvolvimento desaproveitado. Potencialidades económicas: vinho, paisagem, turismo. Pouca cooperação entre as instituições e concelhos.
10	CM SMP	É a minha terra; é um dom, um privilégio ter nascido nesta terra tão bonita, onde todos se revêem e gostam cada vez mais.
11	CM TM	Região com grandes potencialidades
12	CM TBÇ	Rio, tudo o que ele congrega (vinho, tradições, imaginário (histórias, lendas, pessoas....)).
13	CM VR	Potencial, discrepâncias sociais, beleza, paisagem.
14	ADVID	Arquitectura da paisagem.
15	AETUR	Região organizada em termos agrícolas, monocultura, paisagem única e variada.
16	AEVP	Região próspera e de investimento e mais valia, tanto na parte da vitivinicultura como no turismo.
17	AVIDOURO	Linda demais
18	Beira Douro	Paisagem.
19	CD	Vinhos, muros, beleza da paisagem.
20	CITMAD	Paisagem e as gentes.
21	Douro Alliance	Paisagem, vinhas e turismo.
22	Douro Histórico	Potencial não devidamente aproveitado.
23	Douro Superior	Socalcos, vinha, vinho, rio, vinhas
24	DRAP-TMAD	Paisagem, beleza.
25	EMD	Vinha
26	ETD	Património da humanidade construído pelo Homem
27	IVDP	Riqueza; dureza; muito trabalho pela frente para lapidar este diamante.
28	LADPM	Recursos endógenos locais: vinha, vinho, rio, paisagem (socalcos).
29	NERVIR	Região com potencialidades, mas que continua a ser pobre.
30	UNIDOURO	Região única no mundo.
31	UTAD- Artur Cristóvão (AC)	Riqueza dos vinhos, diversidade e qualidade dos vinhos. Douro e vinho. Paisagem.
32	UTAD - João Rebelo (JR)	Paisagem vinhateira e o Rio.
33	UTAD - Lúcia Madureira (LM)	Paisagem, Rio, Importância da Vitivinicultura, associada ao turismo e ao vinho.

2.2. MAIORES riquezas da região?

- + **CM ALJ**: 1. Gastronomia; 2. Vinhos; 3. Paisagem; 4. Cultura; 5. Agricultura; 6. Turismo.
- + **CM ARM**: 1. Cultura do Vinho; 2. Património Arquitectónico, fundamentalmente religioso (igrejas e palácios); 3. Socalcos – Paisagem; 4. Navegabilidade do Douro; 5. Gentes do Douro (povoamento – enriquece a paisagem)
- + **CM CZA**: 1. Paisagem; 2. Vinho; 3. Douro.
- + **CM VNFC**: 1. Património (rural, cultural, edificado – paisagem e o imaginário); 2. Diversidade de recursos passíveis de gerar actividades económicas; 3. A condição microclimática é uma riqueza (a vinha não tem a mesma condição para se desenvolver); 4. Rio Douro e a navegabilidade – é uma riqueza que tem sido aproveitada para múltiplas actividades (lazer e turismo); 5. Construção da paisagem – vinhas e quintas – anfiteatro das vinhas, associado ao facto de ser a região demarcada mais antiga do mundo.
- + **CM LMG**: 1. Componente paisagística que resulta da actividade vitivinícola e enquadramento cénico do rio; 2. Energia (hídrica e eólica).
- + **CM MF**: 1. Produção Vitivinícola; 2. Actividade turística e cultural, associada à produção dos vinhos; 3. Produção de azeite e amêndoa.
- + **CM PR**: 1. Pessoas (fundamentalmente); 2. Território (complexo, muito variado e com muita intervenção).
- + **CM SAB**: 1. As pessoas; 2. A cultura (tudo o que as pessoas fazem); 3. Ambiente e património.
- + **CM SJP**: 1. Vinho – principal motor da economia (SJP tem 22% da RDD e são os maiores produtores de vinho da região); 2. Paisagem que é única.
- + **CM SMP**: 1. Paisagens; 2. Vinho; 3. Cultura e pessoas.
- + **CM TM**: 1. Vinho Generoso (VP); 2. Vinho de Mesa; 3. Turismo; 4. Paisagem; 5. Gastronomia; 6. Maneira de ser dos naturais.
- + **CM TBC**: 1. Vinho; 2. Potencial paisagístico; 3. Pessoas; 4. Gastronomia.
- + **CM VR**: 1. Produção vitivinícola; 2. Turismo.
- + **ADVID**: 1. Paisagem; 2. Potencial qualitativo da região, por ex. no Vinho do Porto e Douro; 3. Rio.
- + **AETUR**: 1. Produto único (vinho do Porto e Douro); 2. Turismo (aproveitamento turístico da região); 3. Pessoas – hospitalidade, afabilidade para receber quem visita; 4. Paisagem.
- + **AEVP**: 1. Cultura do vinho; 2. Serviços do turismo (rural, de habitação...).
- + **AVIDOURO**: 1. Vinho generoso (VP); 2. Azeite; 3. Vinhos de Mesa; 4. Paisagem.
- + **Beira Douro**: 1. Paisagem; 2. Vinho; 3. Rio.
- + **CD**: 1. Vinhos; 2. Muros; 3. Paisagem; 4. Pessoas.
- + **CITMAD**: 1. Vinho (presente em 169 países; Vinho Matheus = 170 países); 2. Pessoas; 3. Actividade turística.
- + **Douro Alliance**: 1. Particularidades que a região tem, relativamente a tudo o que está relacionado com a vitivinicultura; 2. Características ambientais (biodiversidade).
- + **Douro Histórico**: 1. Paisagem; 2. Produtos locais; 3. Cultura e História.
- + **Douro Superior**: 1. Paisagem (sem dúvida); 2. Vinho; 3. Pessoas.
- + **DRAP-TMAD**: 1. Vinho; 2. Paisagem; 3. Produtos de qualidade (amêndoa, azeite, artesanato; 4. Turismo (como actividade de complementar – diversificar a economia); 5. Património; 6. Cabaz para vender.
- + **EMD**: 1. Paisagem humana / humanizada; 2. Rio Douro; 3. Património, material e imaterial.
- + **ETD**: 1. Vinho; 2. Diversidades identitárias das sub-regiões do Douro e das regiões ribeirinhas com as zonas mais altas do ADV.
- + **IVDP**: 1. Vinhas e vinho; 2. As pessoas e o *know how* acumulado (vinho); 3. A paisagem e os recursos naturais; 4. Rio Douro; 5. Turismo.
- + **LADPM**: 1. Pessoas (transversal – em todo o lado); 2. Caldo cultural criado à volta do vinho (várias expressões do vinho: grandes quintas, pequenos proprietários).
- + **NERVIR**: 1. Vinho; 2. Turismo; 3. Paisagem; 4. Gastronomia.
- + **UNIDOURO**: 1. Vinho; 2. Azeite; 3. Paisagem; 4. Pessoas.

+ **UTAD-AC:** 1. Paisagem; 2. Potencialidades agrícolas (vinho, azeite, amêndoas...); 3. Recursos vitivinícolas; 4. Densidade histórica.

+ **UTAD-JR:** 1. Paisagística: vinha nas suas mais variadas configurações; 2. Economia: vinho, em especial o do Porto; 3. Turismo, ligado aos anteriores

+ **UTAD-LM:** 1. Pessoas; 2. Património paisagístico; 3. Património cultural; 4. Tradição do vinho, que se tem vindo a modernizar.

2.3.MEDIDAS urgentes para uma região mais EQUILIBRADA E SUSTENTÁVEL?

+ **CM ALJ:** 1. Maior articulação entre políticas públicas e privadas, uma voz mais forte que coordene isso com autonomia financeira e uma estrutura supramunicipal (eleita na região – regionalização); 2. Acessibilidades: aposta séria na linha-férrea do Douro; Acesso directo à região por avião com um aeroporto regional (por exemplo em ALJ, em complemento com o IC 5); 3. Falta oferta intermédia. Há um grande desequilíbrio na oferta numa relação custo-benefício (para a classe média portuguesa, por exemplo). A oferta turística não atinge todas as classes (há oferta de baixa classe e oferta de elite, mas falta oferta para a classe média); 4. Combater a sazonalidade do turismo no Douro, com oferta para a classe média, com a oferta de turismo de congressos (numa boa relação qualidade-preço e aproveitando a imagem internacional do Douro e outros eventos que dão visibilidade ao Douro); e oferta de Turismo de golfe associado a um projecto imobiliário.

+ **CM ARM:** 1. Muito cuidado com o Ordenamento do Território – não destruir a riqueza da paisagem; 2. Valorizar a cultura do vinho (Douro, Porto, Favaio) e outros produtos (laranja, frutos secos, cereja, ervas e arbustos aromáticos, cogumelos, mel, azeite de excelente qualidade...); 3. O desenvolvimento do turismo e da hotelaria tem de ser cuidado (sem destruir a paisagem) – não pode ser de grandes massas (virado para a parte do vinho para não perder a paisagem); 4. Incentivar à segunda habitação (pessoas da cidade).

+ **CM CZA:** 1. A Administração central promover a coesão territorial através da implementação de políticas adequadas (agricultura, económica, turismo); 2. Municípios promover o desenvolvimento de actividades económicas, sociais através de iniciativas que valorizem os produtos e os promovam.

+ **CM VNFC:** 1. Concluir o Plano de Desenvolvimento Turístico do ADV (A estrutura e nova diversificação); 2. Atrair e fixar populações e qualificar recursos humanos (associado ao marketing territorial – pessoas para virem e ficarem); 3. Barreira: divisão do território – visão fracturante. Abordagem mais funcionalista do território: devia ter ido mais longe na avaliação do Alto Douro (qualquer medida tomada nunca terá o alcance que deveria ter – há CC que pertencem a diferente NUT II e NUT III); 4. Tem actividades com potencial para se desenvolver (concretizar as medidas que estão no terreno = turismo) – economia; 5. Reforma profunda das instituições – criar estruturas de carácter estruturante e reconhecidas pelas instituições locais. Há instituições que se sobrepõem. O ADV é um pouco teórico, mais para promoção, mas que não tem o alcance que deveria ter para a região; 6. Não há uma integração de imagem coerente do Douro – não só do ADV – tem-se a percepção de que o Douro termina na Régua. Os actores estratégicos são actores que agem em termos da estruturação do território, como se o Douro fosse a parte “atlântica”. Todas as estruturas estão no Porto, mas uma estrutura mental que não consegue pensar o Douro da Régua para cima. Limite mental. Deveria haver uma integração coerente harmoniosa – não há participação dos locais. A construção mental – pertença – é feita em três realidades: transmontana, duriense e beira. A Unidade territorial é complexa – não se sabe quem é quem. Por exemplo, quem definiu as áreas turísticas não conhece o território; 7. É um tema muito discutido. Não há união e não é potenciada pelos líderes; 8. Integração harmoniosa e coerente de valências e valores, recursos no marketing territorial – Douro Vinhateiro, Norte de Portugal, Portugal... 9. Desfazer a ideia aristocrática do Douro; 10. A distância psicológica é pesadíssima, mais do que a real.

+ **CM LMG:** 1. Continuar a desenvolver a principal actividade da região vitivinícola combinada com o turismo; 2. Crescer em termos de qualidade totalidade da oferta turística para ser um destino turístico real; 3. Encontrar uma formulação para, assegurando a riqueza paisagística, poder inserir alguns investimentos de grandes dimensões e de pequena dimensão.

+ **CM MF**: **1.** Melhorar as acessibilidades (escoar os produtos, fazer chegar mais rápido os turistas); **2.** Requalificação dos aglomerados urbanos (não só cidades ou vilas, mas também aldeias) – pacote financeiro só para as aldeias, para dar mais conforto e habitabilidade. Não sendo possível (limitando a construção nova) é fundamental requalificar as existentes; **3.** Incentivos à fixação de pessoas e micro, PME para se fixarem e criarem novos postos e mais postos de trabalho = mais competitivos e estares no mercado ao mesmo nível dos outros; **4.** Ministério da Agricultura criar uma PAC específica para esta região = o Douro tem especificidades próprias que necessitam ser apoiadas (dureza do trabalho; solo; declives dos socos – orografia acentuada; qualidade e especificidade dos produtos da região).

+ **CM PR**: **1.** Problemas institucionais da região no sector vitivinícola; **2.** Vencer os níveis de pobreza, que são contrários à riqueza região.

+ **CM SAB**: **1.** Regionalização (escrutinar uma estratégia para a região; conferir poder à região; território que está a morrer) por oposição a um modelo centralista; **2.** redimensionar as freguesias associadas a cada concelho (falta de recursos).

+ **CM SJP**: **1.** Criar escoamento dos vinhos (vinhos de qualidade não são escoados e quando o são, são-no pelas grandes companhias que fazem os preços); **2.** Definir o Douro com destino turístico, ter boas acessibilidades; **3.** Aumentar o alojamento; **4.** Aposta no Enoturismo.

+ **CM SMP**: **1.** Têm sido adoptadas medidas, mas não resolveram a questão fundamental: deveríamos ter uma região onde as pessoas tivessem uma vida mais confortável. A riqueza não se reflecte num melhor nível de vida das pessoas. É preciso rentabilizar esse potencial, para resolver esse problema e que esses benefícios sejam realmente efectivos para as pessoas; **2.** Não há modelos no imediato para resolver os problemas; **3.** A riqueza que é o vinho dá pouco dinheiro: as pessoas fazem por ter outros empregos; **4.** Que o sector do vinho desse o salto que se deseja, mas o preço do vinho tem baixado significativamente.

+ **CM TM**: **1.** Modernizar o que temos. Concluir a rede de estradas (Plano Rodoviário Nacional) para facilitar o acesso; **2.** Modernizar a linha-férrea do Douro (melhorar equipamentos e gestão mais agressiva); **3.** Diluir um pouco pelo território algumas unidades hoteleiras de charme; **4.** Qualificar as pessoas: restauração (maior qualidade, serviços mais profissionais).

+ **CM TBC**: **1.** Falta articulação (intercâmbio intermunicipal); **2.** Estão feitas as coisas no papel, mas falta a prática; **3.** Há muitos organismos, mas cada um fala à sua maneira, não há uma voz que catalise todos os actores.

+ **CM VR**: **1.** Tentar expandir, vender o melhor possível a região pelo turismo, ligado à produção do vinho (vender a região ao mundo); **2.** Formar profissionalmente os que trabalham no vinho, de modo que possam aferir melhores salários e melhores condições de vida, de modo a melhorar o social; **3.** Carência de muitas pessoas nas aldeias (o Rendimento de Inserção veio tirar pessoas que tinham possibilidade de trabalhar); **4.** Fixar jovens.

+ **ADVID**: **1.** Ordenamento do território; **2.** Ordenamento vitícola; **3.** Ordenamento do sector cooperativo (reforçadas para se tornarem eficazes; **4.** Estabelecer modelos de sustentabilidade para os diferentes modelos: modelos semi-empresariais e empresariais.

+ **AEVP**: **1.** Nos últimos 10 anos a melhoria nas acessibilidades permitiu que a região fosse mais conhecida e visitada; **2.** Criar normas de protecção à riqueza natural da região que é o vinho (Institucional: protecção vitivinícola); **3.** Promover turisticamente o Douro. O Vinho e o turismo estão interligados, daí que se tenha de desenvolver essas duas vertentes; **4.** Criar condições para que as pessoas fiquem.

+ **AETUR**: **1.** Reordenamento e recuperação do edificado (construção, aplicação do PDM...) – ter padrões obrigatórios na construção: casas inacabadas terminá-las; novas construções; **2.** Limpeza e manutenção dos espaços público e florestas em toda a região = ser uma preocupação assumida pelas autarquias.

+ **AVIDOURO**: **1.** Força política – dar força à política; **2.** Protocolos entre Câmaras, JF (deitar a mão a isto) – trabalharem todos em conjunto.

+ **Beira Douro**: **1.** Mais organização – falta articulação entre as entidades que trabalham para o desenvolvimento da região.

+ **CD**: **1.** Que fosse menos citado o argumento de que a Europa é um empecilho; **2.** Que as autoridades regionais pudessem tomar medidas que equilibrassem de forma justa a repartição da

riqueza produzida; **3.** A região tem de ser regulamentada, sob pena de ficar com grandes desequilíbrios – quem produz ganha pouco (migalhas) e os grandes comerciantes é que ganham o grande bolo. Quando se coloca isto em questão – o livre mercado, o monopolismo – vem-se depois com a desculpa de que a Europa manda isto e aquilo. Há uma preguiça, uma incapacidade de diálogo. O grande desafio é equilibrar os produtores e os comerciantes. Este desequilíbrio é uma nódoa para os autarcas e para todos os dirigentes. Como é que esta região em que os produtos são de grande qualidade, ocupando os lugares cimeiros a nível mundial – Vinho do Porto, DOC, Douro, Azeite, Frutos secos – e a maioria das pessoas vive no limiar da pobreza?

+ **CITMAD**: **1.** Consolidação das populações (não deixar sair as populações); **2.** Limpeza; **3.** Sinalética no terreno; **4.** Cativar investimentos (criar novos produtos a partir do que é feito na região: mel, bombons de azeitona, castanha... inovar nos produtos); **5.** Criar negócios – criar estruturas de planos de negócios e buscar ao terreno pessoas que queriam assumir essas ideias, ligá-las a medidas e ter uma pré-aprovação (projectos feitos à medida para o investidor); **6.** Ver o que se faz noutras regiões com características semelhantes ao Douro. Ver o que Fazem para ver o que é essencial e aproveitar para fazer na região todo o processo (por ex. na castanha); **7.** Portal do Douro, a cargo do CITMAD, UTAD e Universidade do Porto – portal aglomerador de toda a informação existente (gastronomia, turismo, locais para visitar, monumentos...); **8.** Plataforma de regiões mundiais que oferecem condições semelhantes ao Douro: chegar aos turistas onde eles estão (paisagens semelhantes); ligações aos operadores turísticos de outros locais (“oferecer” os mesmo turistas), fazer-se publicidade em todos estes locais.

+ **Douro Alliance**: **1.** Projecção internacional, mas feita de uma forma articulada em termos das instituições do Douro (internacionalização da região, feita de forma articulada pelas várias instituições); **2.** Ter uma estratégia concertada ligada ao vinho e à vinha, cultura, autarquias, associações de desenvolvimento.

+ **Douro Histórico**: **1.** As instituições têm de se organizar na prática e não se sobreporem nos trabalhos que executam (trabalhar em parceria. Não funcionam na prática e sobrepõem-se no campo de trabalho); **2.** Aplicar a estratégia que está definida (mas não aplicada). Procuram-se fundos, mas depois há essa desorganização espacial (instituições); **3.** Pagar imposto para a paisagem (as empresas que operam. Ninguém se importa com o lixo que deixou).

+ **Douro Superior**: **1.** Cuidar da paisagem; **2.** Criar sítios, locais onde os turistas possam ficar mais de um dia (deixarem de ser visitantes e passar a ser turistas).

+ **DRAP-TMAD**: **1.** Consciencialização colectiva de que estamos numa região que tem excelentes recursos endógenos e que tem de se virar par ao mercado (só depende de nós e não do Governo); **2.** Grande problema institucional – modelo de negócio e gestão. No Douro há os privados, grandes empresas e os pequenos e médios agricultores, sendo 80% e estão associados em cooperativas que não funcionam. O que fazer com estes pequenos, que não conseguem estar virados par ao mercado? É preciso profissionalizar os agricultores. Mas como os profissionalizar? Os grandes fazem já uma viticultura profissional – estão integrados numa estrutura que os obriga a produzir como o mercado exige = com qualidade; **3.** A grande questão é que os ganhos da região não ficam cá: o que seria de Vila Nova de Gaia sem as Caves do Vinho do Porto? Só a harmonização dos preços captura para a região 1 milhão de euros = ALJ, Favaio... (moscatel); **4.** Dois níveis: tirar proveito da notoriedade do Vinho do Porto e com isso vender bem os DOC's Douro (obedece a determinados regras, requisitos). Vender os vinhos com denominação de origem (vinhos de qualidade). Por outro lado, é uma região com elevados custos de produção. As cooperativas não conseguem rentabilizar bem o vinho para remunerarem bem os agricultores. A grande questão está nos pequenos agricultores que não conseguem criar riqueza: eles ficam, e os filhos? Estamos a assistir a uma desertificação humana. Se criar riqueza, fixo os jovens; **5.** Formação / qualificação dos recursos humanos a todos os níveis. Posso ter gente formada, mas não ser qualificada – saber fazer: modos de produção, saber podar, utilizar os produtos fitofármacos, saber inglês, produtos engarrafados...; **6.** Profissionalizar toda a fileira do sector associativo (desde dirigentes, gestores, técnicos...); **7.** Criar um novo modelo de forma a ter um novo modelo de negócio e criar economias de escala (muitas não têm).

+ **EMD**: **1.** Travar as feridas da paisagem; temos o PIOT que limita, mas é preciso disciplinar o homem que tem a retroescavadora. A Administração pública tem de fazer de polícia; **2.**

Conseguir ganhos do estatuto de Património Mundial (por ex: turismo), com a população mais envolvida (não há um ganho líquido para as populações). Manter a paisagem e dar melhores condições para as pessoas.

+ ETD: 1. Evoluir em termos de visão de conjunto; 2. Evoluir em termos de aproveitamento em rede das potencialidades; 3. Evoluir em termos de abertura, fazendo *jus* à expressão “Entre, quem é?”; 4. Fomentar o espírito de articulação / coesão. Criar espírito de abertura, porque de modo a potenciar as potencialidades. Ex. Quintas: produzem vinho do Porto e DOC Douro e ajudam a manter a paisagem; abertura de algumas ao turismo.

+ IVDP: 1. Reforço de medidas de apoio ao rendimento dos vitivinicultores mais tradicionais, de forma a ajudar a manter a paisagem (vinhas do Douro Património Mundial); 2. Maior valorização dos vinhos produzidos na região (é urgente, embora não seja fácil – continuar esse trabalho); 3. Reforço de formação das pessoas, de forma a valorizar a maior riqueza da região: as pessoas (mais oportunidades e melhoria de vida das pessoas).

+ LADPM: 1. No imediato não é possível. No médio e longo prazos: mais investimento noutros sectores (não deve estar tão polarizada só na agricultura e vinho, mais turismo e indústria (convívio entre a malha urbana e rural). As manchas urbanas têm de ter alguma indústria, serviços (tem de haver outras actividades além do vinho e da vinha); 2. É necessário que haja empresas e mais indústria adequada aos recursos endógenos (vinho, vinha, turismo), mas também ligada à tecnologia (criar outro tipo de empregabilidade); 3. Requer uma estratégia global, que passa pelos CC se prepararem. A estratégia não pode passar somente pelo vinho. Os municípios têm de ter uma estratégia de longo-prazo; 4. Captação de investimento (não há uma estratégia de captação). Os bons recursos vão-se embora porque não há empregabilidade.

+ NERVIR: 1. Forte promoção nos vários aspectos (turismo, produtos...), a nível nacional e internacional; 2. Incrementar o Plano de Desenvolvimento Turístico, que não está a ser aplicado na região, o mais rápido possível; 3. Desenvolver o transporte rodoviário (vias secundárias, caminhos de acesso a quintas e miradouros) e o transporte ferroviário (ligação até Espanha; linha do Corgo), em complemento ao transporte fluvial.

+ UNIDOURO: 1. Formação profissional (todos os níveis, desde os trabalhadores rurais, até aos mais altos cargos de gestão da empresa agrícola); 2. Acessibilidades (IC 24) via estruturante que liga o litoral até à A25.

+ UTAD-AC: 1. Forte apoio a pequenas e médias empresas para se fixarem na região; 2. Criação de empresas e emprego; 3. Qualificação dos recursos humanos; 4. Inovação no turismo (diversificação da oferta turística).

+ UTAD-JR: 1. Conservar em sentido evolutivo a paisagem vinhateira; 2. Incrementar as actividades económicas ligadas ao vinho e ao turismo (geridos por privados).

+ UTAD-LM: 1. Fixação de população (problema) – capacidade de fixar e atrair novos habitantes; 2. Gestão da paisagem (as coisas vão-se fazendo, mas não há gestão da paisagem – um dos principais recursos turísticos. Gestão articulada das várias vertentes; 3. Paisagem classificada que deveria ter um plano de gestão e não tem; 4. Integrar as pessoas na região; 5. Criar mecanismos que ajudem os pequenos produtores a escorar os produtos; 6. Distribuir os benefícios do turismo.

2.4. PAPEL da Agricultura, floresta, produção animal, do turismo, e dos patrimónios natural e cultural / arquitectónico no desenvolvimento regional/local?

2.4.1. AGRICULTURA

+ CM ALJ: Continua a ter um papel essencial, porque é a base de sustentação da maioria das pessoas no Douro. O vinho é um produto de excelência, mas deve-se apostar noutros produtos (floresta, gado, pastorícia, castanha...Oferta de um produto agrícola compósito: vinho associado a uma gastronomia – turismo de gastronomia e vinhos (enoturismo). Parte tudo do território: o que tem para dar? Base económica – bom gado, boa gastronomia, bom vinho, bom azeite, bons legumes – gastronomia e vinhos. É o ponto de partida para outros produtos como o turismo, lutando contra a sazonalidade turística (associada à gastronomia e vinhos). Podemos competir nesse tipo de oferta (congressos, seminários), mas para isso é necessário preservar a base económica e dar-lhe.

+ **CM ARM:** É fundamental. É o sector agrícola que mais fixa pessoas no Douro e dá emprego; a paisagem é constituída por milhares de pequenas propriedades.

+ **CM CZA:** Essencial, porque é um dos sectores principais (vinho, maça, amêndoa).

+ **CM VNFC:** Há uma disparidade de actividades económicas agrícolas. A vinha está a colocar limites à sustentabilidade de fixação da vinha, do ponto de vista dos solos, mas também económico. As actividades agrícolas que se colocam de 2º nível (a nível parcial, se subsistência). Agricultura de subsistência e agricultura de base empresarial. A agricultura de subsistência está em regressão, mas é fundamental para o aproveitamento dos recursos – olival, amendoal – em regressão. A agricultura empresarial aumenta em volume (há) e me volume de negócios (empurra e não integra a agricultura de subsistência). Há a percepção de que a agricultura é displicente no desenvolvimento da região (valores tradicionais) com consequências ambientais, como o abandono das terras. Há uma redução da população e do modelo de agricultura camponesa (quase se vê uma correlação).

+ **CM LMG:** fundamental ainda, quer na componente vitivinícola, quer na olivicultura, fruta (zonas mais periféricas). Já viu melhores dias (o Vinho do Porto já foi mais regulado). Assegurar a sobrevivência de largos milhares de pessoas pela manutenção da paisagem classificada.

+ **CM MF:** Vai ao encontro da riqueza da região (maior riqueza da região), mas não tem havido a justa repartição da riqueza pelo trabalho.

+ **CM P. Régua:** A agricultura, particularmente, o vinho, serve de suporte regional. Se a produção do vinho desaparecesse, seria uma catástrofe.

+ **CM SAB:** Tem tido e sempre terá um papel fundamental. Mas não é suficiente. Deveríamos ter uma agricultura do século XXI.

+ **CM SJP:** Fundamental (principal) – não se pode pensar só no vinho, mas noutros produtos (amêndoa e azeite). Total dependência do sector agrícola. Bola de Neve (sem rentabilizar o vinho da melhor forma, pouca coisa se consegue). Se a agricultura estiver bem, o CC está bem, se não estiver o CC não estará também.

+ **CM SMP:** É o sector principal no Douro. É o sector de maior empregabilidade, embora não tenha actualmente as mesmas taxas que tinha antes. As pessoas estudam e saem da agricultura, mas ainda hoje contribui de forma crucial para a região. Ainda emprega bastante gente (entre 40% a 50%). Continuamos à espera que o vinho dê alguma coisa. Devido à orografia, não é fácil mudar a cultura, produção.

+ **CM TM:** Fundamental. A agricultura de subsistência deve poder ser complementada com as sociedades agrícolas de grande dimensão (interligação), no sentido da rendabilidade, do cuidado da paisagem e protecção contras incêndios (abandono agrícola). É preciso manter as pessoas.

+ **CM TBC:** Há menos gente a trabalhar, mas produz-se mais e melhor. Melhores produtos e de grande qualidade (como é o caso do vinho e azeite). Central criar um gabinete de apoio ao agricultor, que articule todos os sectores: vinho, azeite, fruta, castanha.

+ **CM VR:** Importante. É uma região que vive disso (vinho e azeite). Tem vindo agora a ganhar grande apetência o Turismo.

+ **ADVID:** Enorme e quase único (não há outra actividade económica que sustente a região), a não ser serviços.

+ **AETUR:** Fundamental na manutenção do território como território produtivo e organizado. Sem agi perde-se o potencial financeiro, turístico que a região oferece. É a base económica da região.

+ **AEVP:** Bastante importante: especificamente a vinha, vinho (há 40 mil pequenos e médios produtores, que têm entre 3 a 4 hectares). Por uma questão social tem de ser protegido (também a biodiversidade tem de ser protegida, para protecção das vinhas e dos lavradores).

+ **AVIDOURO:** Fundamental. Sem a agricultura não há nada na região. É a base de sustentação das aldeias.

+ **Beira Douro:** É a que mais representa em termos de receita. É um facto de distinção. É o que nos distingue mais e é o mais importante para o desenvolvimento da região.

+ **CD:** Fundamental. Viticultura, vitivinicultura, mas falamos também da amêndoa, do azeite, vinho, mel. Não estamos numa região atractiva – repele as novas gerações. Vive dos idosos. Faço um diagnóstico altamente negativo, embora seja optimista.

+ **CITMAD**: É de subsistência, mas não deveria deixar de existir. Criar nichos de quintas (espaços estruturados que produzem produtos para consumo dos que lá vivem. Criar quintas comuns, onde se produz e vende os produtos produzidos. Vivem lá umas 20 a 30 pessoas que produzem e consomem o que lá produzem (agricultura e pecuária). Comprar mais o que é nosso; criar postos de trabalho no local.

+ **Douro Alliance**: Deveria ter um papel preponderante. O futuro da região está no desenvolvimento deste sector. A população agrícola está envelhecida, por isso é necessário captar jovens para o sector. A população agrícola está desligada dos enólogos e com rendimentos baixos. Há um manifesto défice de empresários agrícolas. A região vive de grandes empresas que não estão sedeadas aqui e depois tem a população local, funcionando como dois mundos diferentes. A continuidade da agricultura depende da captação e permanência dos jovens (o sonho dos jovens é ir para a cidade). São necessárias novas empresas, novos povoadores. Tem muito a ver com a posse e valor da terra. Há uma dificuldade de adquirir terra: a terra aqui é muito valiosa. É difícil alguém vir de novo, pois terá dificuldade em adquirir terras. A inexistência de políticas agrícola nacionais é uma outra questão. É necessário incentivar a diversificação (outras actividades agrícolas que não a vinha). Outras actividades como o turismo poderiam incentivar a promoção de produtos locais (para mercados locais). Incentivar a agricultura com alguma inovação e trabalho para os mercados locais.

+ **Douro Histórico**: É essencial (sobretudo a vitivinicultura). Se isso falha, falha tudo. É o que proporciona as grandes características da paisagem.

+ **Douro Superior**: Como existe ou como queremos? Vinhas ao alto, manter os socos em pedra e não só fazê-los. Equilíbrio entre a paisagem que precisamos de manter e criar riqueza para as pessoas. A agricultura não pode ser só sazonal (vinhas). É preciso procurar alguma diversificação para manter as pessoas.

+ **DRAP-TMAD**: Fundamental. É o motor do desenvolvimento, centrada no vinho e nos produtos de qualidade, como o azeite, a amêndoa.

+ **EMD**: base económica da região – vinho – sustento para muita gente (taxa de desemprego relativamente baixa). Complemento para as pessoas. Forma de sustentar a população local. O agricultor é o grande jardineiro da paisagem.

+ **ETD**: Fundamental, em duas vertentes: viticultura e olivicultura. A quinta produzia de tudo, era auto-suficiente.

+ **IVDP**: É o mais importante de todos; esqueleto do sustento da economia da região.

+ **LADPM**: Muito importante. 80% do rural é agrícola, embora não signifique que 80% das pessoas se dediquem à agricultura. A agricultura neste momento cria pouco emprego, por isso não é solução única. A vinha e o vinho são fundamentais. Não geram muitos empregos qualificados mas são essenciais para manter a paisagem.

+ **NERVIR**: Tem um papel essencial. Devíamos voltar para a agricultura para ter e consumir os nossos produtos (noutros moldes). Abandonou-se a agricultura. É necessário estudar os solos agrícolas e iniciar uma nova agricultura.

+ **UNIDOURO**: Fundamental. É a actividade principal e a que mais pode contribuir para a sustentabilidade.

+ **UTAD-AC**: Fundamental. Pilar da região (região que vive dos recursos agrícolas, que constroem a paisagem, fornece grande parte do emprego, importantes na economia em geral e nos produtos manufacturados.

+ **UTAD-JR**: Centra-se na vinha e em menor grau nas oliveiras, no amendoal. A vinha é determinante.

+ **UTAD-LM**: Muito importante. O vinho é o suporte da região.

2.4.2. PRODUÇÃO ANIMAL

+ **CM ALJ**: Com significado para a gastronomia.

+ **CM ARM**: Tem alguma relevância em algumas zonas (ex. Cabrito de ARM). Há produção de caprinos. Mas em geral, não é muito significativo.

+ **CM CZA**: Não é muito significativa.

+ **CM VNFC**: não tem grande relevância. Algum gado ovino. No contexto regional não tem significância.

+ **CM LMG**: Não tem significância. É marginal, mas nas zonas periféricas tem alguma. É o caso da raça baronesa e riqueza. LMG perdeu o pouco que tinha. Há mais para Moimenta da beira alguma concentração de ovinos e caprinos, o que é importante cruzado sobretudo com a gastronomia.

+ **CM MF**: Não tem significância.

+ **CM PR**: Pode ter alguma importância em zonas de franja, sobretudo nas zonas mais altas. Será sempre em situação de zona limite, e não de exploração extensiva.

+ **CM SAB**: Já teve mais. Infelizmente, está a diminuir. A terciarização da economia (serviços) conduziu a uma menor expressão da agricultura e da pecuária.

+ **CM SJP**: Sem significância.

+ **CM SMP**: quase nula. Tivemos até à década de 70 nas franjas do Marão algumas aldeias que tinham alguns rebanhos.

+ **CM MONCORVO**: Relevante. No concelho gado ovino (20 mil cabeças)

+ **CM TBC**: No concelho não há rebanhos, mas há algum potencial para explorar (reserva agrícola).

+ **CM VR**: Não tem grande potencialidade. Se se sair do Douro, poderá ter uma maior significância. Pesqueira, VNFC, Moncorvo – ovinos e caprinos. Terra quente e planalto Mirandês. Pode funcionar como complemento à produção agrícola e ao turismo, com produtos de qualidade (carne, queijo...).

+ **ADVID**: Inexistente ou residual. Não tem capacidade para matéria forrageira para produção animal.

+ **AETUR**: Existe e não pode ser descurado, como é o caso de produtos de origem animal (carnes, enchidos...) e laticínios. Tem de ser mantido e melhorado.

+ **AVIDOURO**: Era importante, mas há poucos pastos. Era importante para produzir estrumes para as hortas e vinhas.

+ **AEVP**: Há zonas específicas onde há bovinos, caprinos. Mas em termos da região do ADV não sei se será um caminho a seguir.

+ **Beira Douro**: Não tem nem pode vir a ter escala para ser uma actividade económica com relevo.

+ **CD**: Na mancha em questão tem muito pouco significado.

+ **CITMAD**: Não sabe dizer.

+ **Douro Alliance**: Pouca expressão e não vejo maneira de poder vir a ter, mas nas franjas do ADV, pequenos ruminantes, pode ter. O mel é também um produto a explorar.

+ **Douro Histórico**: Potencial sempre tem: a raça baronesa. Pode ser uma operação rentável mas difícil (é feita pelos mais velhos).

+ **Douro Superior**: tem algum potencial nas raças autóctones – pequenos ruminantes: ovelhas e cabras. Escola de pastores. Criar a valorização de uma profissão estável.

+ **DRAP-TMAD**: Diversificação dos produtos de qualidade (quem vem gosta de provar a gastronomia)

+ **EMD**: Alguma relevância, mas ainda assim secundária. Existe nas zonas mais altas com menos vinho (Ex. cabrito de ARM). Não há com expressão.

+ **ETD**: Até há uns anos era coadjuvante ao trabalho da quinta, jogando com as zonas mais altas (ovinos e caprinos).

+ **IVDP**: importante nas zonas limítrofes, podendo ser um factor interessante de integração com a paisagem (turismo; produtos transformados: queijo, cabrito. Por ex. chegar a desenvolver o cabrito de ARM, ao nível do leitão da Bairrada – a qualidade é que interessa.

+ **LADPM**: Relevante pela criação e manutenção de algumas raças autóctones. As pequenas produções acabam por criar várias tonalidades no Douro, mas do ponto de vista económico, não é muito relevante.

+ **NERVIR**: A região tem algumas raças autóctones, que devia preservar e potenciar, numa óptica de poder proporcionar produtos regionais (queijo, enchidos...).

+ **UNIDOURO**: Residual. Só mesmo para consumo próprio. Pequenos ruminantes para que a gastronomia tradicional não se perca.

+ **UTAD-AC**: Importância mais residual nas franjas do Douro. Como um complemento que tem interações com a agricultura e pode ter um papel importante para a sustentabilidade, fomentando a utilização de adubos orgânicos.

+ **UTAD-JR**: irrelevante.

+ **UTAD-LM**: não tem sido tradicionalmente relevante.

2.4.3. FLORESTA

+ **CM ALJ**: Importante numa óptica de diversificação e complemento.

+ **CM ARM**: Em alguns concelhos tem algum significado; tem de haver uma alteração; evitar o eucalipto (por poder provocar a desertificação). Manter o Douro com a floresta autóctone: sobreiro, freixo...

+ **CM CZA**: Poderia tirar-se partido da floresta, mas é um dos sectores que não está muito aproveitado.

+ **CM VNFC**: Papel importante, porque é parte integrante das actividades de lazer. Não é relevante na perspectiva económica, mas na preservação dos recursos para as actividades de lazer e na manutenção da paisagem.

+ **CM LMG**: Fundamental. Na zona vinhateira não tem grande relevância. Hoje está a desaparecer. Não tem grande margem de transformação. O problema coloca-se na gestão das zonas florestais, assunto que deveria ser melhor trabalhado.

+ **CM MF**: Muito pouco. No ADV não tem grande expressão.

+ **CM TM**: Papel fundamental. Vertente financeira, se for bem gerida, através das receitas da madeira. Mas é necessário cortar e plantar. Vertente ecológica. É necessário planificar e gerir a médio/longo prazos. Cortiça, pinho, carvalho, azinheiras, cedros atlânticos, abrunheiros e medronheiros.

+ **CM PR**: Situação idêntica à produção animal. Não parece que tenha grande possibilidade (não parece viável). Em zonas de franja pode constituir um complemento à agricultura.

+ **CM SAB**: Mais de 1/3 são baldios, o que dificulta a gestão. O município não pode intervir. O ordenamento é quase caótico em matéria de incêndios. O excesso de baldios, deficitária rede de limpeza releva a importância de bombeiros profissionais.

+ **CM SJP**: algum peso sobretudo na parte sul do concelho.

+ **CM SMP**: tem algum peso, mas não muito. Algumas manchas que têm desaparecido com os fogos. No ADV não tem expressão.

+ **CM TBC**: Tem-se feito grandes investimentos para a reflorestação, no sentido de criar mais valias financeiras. A região tem ainda manchas de floresta consideráveis. Há um potencial para a floresta nas zonas onde não dá mais nada.

+ **CM VR**: No ADV muito pouca. Nas zonas de montanha, sim. VR, ALJ, mas também outras zonas do ADV. Podemos ter uma mais-valia económica da floresta, como a cortiça, amêndoa (ADV, SJ Pesqueira, VNFC). Sim, desde que devidamente ordenada.

+ **ADVID**: Só nas quotas limítrofes da região acima dos 500 metros de altitude, onde se encontra o pinheiro e/ou eucalipto.

+ **AETUR**: Fundamental. Deve ser mantida e limpa. É um complemento necessário e ideal para que toda a região fique bem organizada.

+ **AEVP**: Já teve em tempos (ex. sobreiro). O que existe está em cotas mais elevadas.

+ **AVIDOURO**: Muito Importante. Boa para a saúde, para respirar ar puro.

+ **Beira Douro**: Mais um pouco do que a produção animal. Enquanto NUT (III) já tem mais potencial. No ADV nem tem condições físicas que permitam desenvolver a floresta a uma escala economicamente rentável.

+ **CD**: Não nesta mancha. Douro Superior (12% vinha) – poderia ter alguma relevância; Baixo Corgo (33% vinha); Cima Corgo (23/4% de vinha). Numa região de 250 mil hectares, só 45 mil são de vinha.

+ **CITMAD**: É preciso colocar em prática os planos directores florestais, investir no melhoramento das matas e na prevenção de incêndios; no melhoramento dos caminhos.

+ **Douro Histórico**: Tem expressão na parte norte da região, apesar dos problemas dos fogos. No geral, temos arbustos e não árvores. Não temos dimensão. Mas temos de continuar a potenciar.

- + **Douro Superior**: Não tenho ideia.
- + **Douro Alliance**: Não parece uma região vocacionada para a floresta. No entanto, é necessário manter algumas manchas para manutenção da paisagem, ou como complemento a esta agricultura.
- + **DRAP-TMAD**: Sem relevância.
- + **EMD**: Não há manchas de floresta no ADV. O mosaico é constituído de vinha e de mato mediterrâneo.
- + **ETD**: Pouco significativa no ADV. Há bosques e bosquetes nas quintas, o que traz outro pormenor interessante, que é a caça.
- + **IVDP**: Importante na sustentabilidade da paisagem, natureza do mosaico do ADV e na integração com a actividade da produção animal.
- + **LADPM**: É um recurso estratégico. Quem cá vive saber disso. Tem importância para várias pessoas. Deve haver uma estratégia que delimite o que se tem passado em tempos anteriores. Veja o exemplo da Portucel que não deixa mais-valias económicas para a região, e substitui a diversidade da flora plantando o eucalipto. Havia uma convivência entre a floresta e as povoações. Mas há outras mais-valias na floresta como a cortiça (sobreiros) e na floresta ligada a outras culturas, como o azeite, a castanha, a amêndoa (criar manchas com valor económico).
- + **NERVIR**: É muito importante não só pela produção que pode dar, mas também para travar a erosão. Tem estado ao abandono e não tem havido reflorestação. A floresta melhora a paisagem, regulariza o clima.
- + **UNIDOURO**: É necessário ordenar mais eficazmente (o que neste momento não existe), com acessibilidades que possibilitem o combate aos incêndios. É necessário também proteger as espécies autóctones.
- + **UTAD-AC**: É importante em algumas áreas, pequenos bosques, estão na própria construção da paisagem: vinha, oliveiras, pequenos bosques. Até na protecção de pequenos animais – papel protector da biodiversidade. Manter a floresta e apoiá-la.
- + **UTAD-JR**: Irrelevante - existem matos mediterrâneos que não têm valor comercial, só valor paisagístico.
- + **UTAD-LM**: No ADV não parece relevante, mas deveria ser. Proteger os matos mediterrâneos. A expansão da vinha das zonas mais altas destrói o bosque / matos.

2.4.4. TURISMO

- + **CM ALJ**: Muito importante a partir dos produtos e condições que temos, que estão na base de uma oferta turística abrangente e de qualidade. É preciso estimular o surgimento de alojamento de gama média alta e formatar um produto turístico par ao Douro que não tem, para poder deixar de ser sazonal (Inverno = congressos; Verão = paisagem). Por isso, é necessário ter bons guias turísticos, que vendam o que temos de melhor (faltam empresas de animação turística, falta de animação turística, animação nocturna. O turismo é o que melhor se liga ao que temos de melhor: base económica tradicional. Integrar o turismo como parte integrante da região.
- + **CM ARM**: Pode ajudar a equilibrar a região, mas para tal é necessário que atingir um mínimo de 5000 camas para poder ser competitivo. É necessário promover a região norte e sul do Douro. Captar turistas ligados à vinha e vinho.
- + **CM CZA**: Fala-se muito. Poderíamos aproveitar mais, mas não se tem infra-estruturas para isso: não se tem hotéis. Esperamos que nos próximos tempos as coisas mudem um pouco. O turismo é a grande aposta do futuro (turismo termal, hotelaria, restauração...).
- + **CM VNFC**: Papel relevante ao nível da conservação e usufruição dos recursos da região, como elemento contributivo de especialização social e económica da região, actividade passível de promover a inovação na região, elemento com potencial para elevar os níveis de qualificação dos recursos humanos. É a actividade que está a começar a trazer riqueza para a região. Tem um papel mais vasto e alargado para integrar as dimensões da sustentabilidade. A vinha e o turismo têm um enorme potencial para desenvolver a região.
- + **CM LMG**: Supostamente deveria ser a actividade económica resultante de todos estes elementos: Vinho do Porto, ADV, Património Mundial. Aproveitamento intensivo desses factores. É preciso crescer, mas estamos ainda longe das potencialidades. É ainda muito sazonal.

É um dos elementos fundamentais para esta região ser sustentável (pessoas fixadas e a trabalhar, mantendo todo este património).

+ **CM MF:** Tem um grande potencial, que associado à gastronomia, vinha turismo náutico, às visitas culturais, tem um papel fundamental se devidamente articulado com estas actividades. É o futuro da região se devidamente dimensionado. É necessário ter em atenção a capacidade de carga.

+ **CM PR:** Aposta que já existe. Mas falta a capacidade de empreender, de capacidade para investir. Falta divulgação e promoção da uma região que está a começar a mostrar-se e que é já uma referência.

+ **CM SAB:** Muito importante, sobretudo pela possibilidade de poder integrar os diferentes elos na cadeia vitivinícola. Depois de 2000 há uma clara valorização do território (mais atractivo).

+ **CM SJP:** Muita importância. Há passos a dar sobretudo no alojamento. Valências: GR14, rota das amendoeiras em flor, castanheiro e oliveiras (se vier um autocarro de 50 pessoas para se hospedarem, não terão onde ficar. Os cruzeiros no Douro não trazem valor acrescentado para o CC (sugestão de os CC fazerem a mesma coisa que os investidores fazem no Rio – Cruzeiros). VINDOURO – Feira do Vinho e da Vinha.

+ **CM SMP:** É uma esperança muito forte da nossa parte. Tem fluxo nas zonas de bons produtos, gastronomia, cultura, paisagem. É preciso dar o salto qualitativo = colocar a cultura ao serviço dos turistas; os restaurantes servir com maior disponibilidade e pratos típicos que façam os turistas gostar da terra. É necessário que os agentes económicos locais dêem passos decisivos no sentido de melhorar a oferta. A Câmara tem feito tudo ao seu dispor.

+ **CM TM:** Toda a região tem essa potencialidade. Navegabilidade do Douro promove as visitas. Devia haver a hipótese de esses visitantes visitar outros monumentos nas sedes de concelho.

+ **CM TBC:** Tem estado em crescimento (infra-estruturas), em dois sentidos: atrair pessoas e criar alojamento. O CC de TBC não tem alojamento. É necessário criar dinâmica cultural, gastronomia (local) que atraia pessoas; criar alojamentos; dinâmica com as pessoas locais (produtos).

+ **CM VR:** Funciona como complemento às actividades agrícolas, de modo que as pessoas possam ter um rendimento agrícola que de outro não teriam. O turismo traz empresas que criam emprego. Daí a necessidade de formação académica e profissional. O turista é consumidor de paisagem, gastronomia, vinhos... É preciso cativar turistas para as zonas limítrofes do Douro (Trás-os-Montes e AD). Turismo também ligado à preservação da biodiversidade (fauna e flora), como mais um valor a explorar. VR tem um projecto de preservação da biodiversidade, que pode ser uma mais-valia para a região.

+ **ADVID:** Grande potencial de desenvolvimento. Ainda não totalmente explorado – mas está a sê-lo em crescimento.

+ **AETUR:** Em fase de afirmação. Não somos ainda um destino turístico. Viremos a sê-lo nos próximos 10 anos. Faltam camas (temos à volta das 2500, mas temos de chegar às 7000), faltam meios complementares, como restaurantes, animação, recursos turísticos identificados e disponibilizados, falta formação e mão-de-obra especializada.

+ **AEVP:** Sim, cada vez mais tem sentido nesta última década. Tem de ser incentivado. O Douro Surge no mundo como um destino de luxo. Poderá ser uma alternativa. Quem vem conhecer o vinho fica em hotéis. Aproveita-se a beleza da região e os vinhos para ficarem. A paisagem tem sempre algo de novo. É de grande beleza natural. Há uma clara relação de simbiose entre a paisagem e o vinho.

+ **AVIDOURO:** Muito importante. Cria riqueza no global. A riqueza que deixa pode potenciar outros empreendimentos.

+ **Beira Douro:** Central para o desenvolvimento da região, sempre que interligado com a componente agrícola, que se pode substanciar nas quintas do Douro.

+ **CD:** Actividade nascente. Tem grande potencialidade (Douro). Mas há questões que têm de ser desmascaradas: o turismo do rio não traz nenhum benefício para a região – é importante mas não deixa valor na região. O Douro tem potencialidade para ter um turismo de qualidade, mas muitas vezes está-se perante um emaranhado de burocracia e exigências que desincentiva qualquer pessoa que queria tomar uma atitude mais arrojada (desincentiva os investidores).

+ **CITMAD**: É a parte mais importante. Esta região tem de ser sobretudo turística. Mostrar a região porque sabemos que as pessoas que vêm cá vão dizer coisas boas da região. É preciso cativar turistas, trazê-los cá. Explorar as épocas (diversos pontos de vista): dar indicações aos agentes turísticos – investir no turista e indicar-lhes outras alturas para visitar) e isso passa pela formação, onde a UTAD e as Escolas de Turismo têm um papel de relevância. Mas a Universidade tem de abrir mais os cursos às empresas, nem que seja em voluntariado. Há abertura das empresas.

+ **Douro Alliance**: É uma actividade importantíssima para o desenvolvimento da região. Na região cabem diferentes tipos de produtos, diferentes turistas: turismo 5 estrelas, turismo mais rural de pequena escala, turismo de aldeia, com a vantagem de criar mais efeitos multiplicadores do que outros tipos de turismo (um turismo associado à agricultura, por exemplo, a biológica). As pessoas trabalham de costas voltadas, municípios, associações, freguesias. As coisas ainda se fazem um pouco avulso. É tudo muito bonito, mas é necessário profissionalismo (formação para se ser profissional).

+ **Douro Histórico**: O turismo está na moda. Turismo, turismo e mais turismo! É preciso saber o que é o turismo. Pode e terá um papel importante na região. Talvez não sejam suficientes os meios financeiros disponibilizados pelas entidades públicas. Tem de haver uma mudança de mentalidade no alojamento turístico. Às vezes o invulgar passa a ser vulgar. Não basta abrir uma nova modalidade de alojamento, é preciso divulgar, mostrar. O turista que vem com um pacote turístico, vem formatado sem margem de manobra. Quando o turista vem, é necessário dar condições, que a maior parte das vezes a região não tem. É preciso oferecer mais soluções complementares entre a agricultura e o turismo (ex. ecoturismo). Falhamos na gastronomia que é fraca, mas ainda assim pouco potenciada.

+ **Douro Superior**: Tem potencial de desenvolvimento, criação de riqueza, de investimento. Não matar a galinha dos ovos de ouro. Cuidado com os turistas que queremos e com os serviços que oferecemos. Diferenciar entre turista e visitante: turista que ficasse (amendoeira em flor, barcos...). Não pode ser um turismo de massas. Dificuldade de oferta ao turista.

+ **DRAP-TMAD**: Como complemento, mas nunca como actividade principal (as pessoas conhecem o Douro pelo vinho – o resto vem depois).

+ **EMD**: Tem potencial de transformar em valor económico a paisagem (só é turismo se for sustentável). COM o vinho dá alguma sustentabilidade às pessoas. Já temos unidades hoteleiras de luxo, temos capacidade de alojamento, mas as camas estão vazias. Precisamos de maior capacidade de alojamento para captar pessoas. Temos algumas unidades de TER em licenciamento. Já tem alguma oferta de qualidade que não nos envergonha. As acessibilidades são um problema quase resolvido. As distâncias são psicológicas. Temos uma via navegável que traz 200 mil turistas por ano. Défices de promoção turística (animação), de sinalização (falha) e de marketing turístico.

+ **ETD**: Complemento à actividade económica de muitas quintas. É a actividade económica de muitas quintas. É actividade económica em crescimento neste território do ADV. Novas vias de comunicação favorecem um destino mais alargado aumentando a capacidade de carga (**1 milhão de visitantes/ano**).

+ **IVDP**: O turismo apresenta-se como uma grande oportunidade, mas com alguns riscos associados: explorar demasiado o turismo – não se pode transformar o Douro no Algarve. É necessário desenvolver o turismo sem se tornar num Algarve nos próximos 10-20 anos.

+ **LADPM**: Particularidade: há um certo equívoco que tende a estar presente. Quando se fala de turismo fala-se de forma particular. Não tem uma forma particular de se exprimir economicamente: está sempre ligado a outras actividades. O turismo, tendo a capacidade de centrar elementos fixos (alojamento), tem outros elementos que não são particulares da actividade turística (restaurantes – são para os locais). Se o turismo conseguir ligar todos estes sectores, pode ser importante. Mas se ligarmos o turismo a hotéis, bancos, não pode ser exclusivamente a taxa de ocupação. É uma visão reducionista atribuir exclusiva relevância aos estabelecimentos hoteleiros para o desenvolvimento turístico do território. Do ponto de vista hoteleiro, a região cresceu muito (13%), mas do ponto de vista da sustentabilidade da região, como é que esse crescimento se reflecte no território? Nos serviços conexos não houve crescimento na oferta. Houve, sim, um aumento na capacidade hoteleira entre os 30 e os 40%,

tem havido um esforço de comunicação maior (que tem a ver também com as acessibilidades); 70% da procura tem origem no mercado interno (é mais fácil atrair os nacionais: classificação do ADV como Património Mundial; esforço de algumas instituições, como a CP, a crescente mobilidade (auto-estrada) e a navegabilidade do Douro. Mas a procura externa tem crescido pouco. Há uma incapacidade de o Douro oferecer um produto turístico completo (que inclua várias componentes), e que não se esgota nos barcos e nas quintas. Por outro lado, tem havido um esforço de requalificação do território, que é essencial para serem mais atractivos. A oferta privada não é ainda significativa. É preciso contar também com os entraves legais que dificultam o aumento da oferta às necessidades da região: alojamento, transporte, animação; o próprio alvará das agências de viagens é de difícil aquisição.

+ **NERVIR**: Factor muito importante. Promove o vinho, no sentido de ser consumido, mas para isso é preciso valorizar os vinhos correntes (com pouco valor). É necessário haver uma reflexão séria à volta do sector dos vinhos e ver como dar a volta à sua recuperação. Grande potencialidade além do vinho desde que continue a manter as designações e a implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico (captar turistas selectivos). Tem de haver uma forte integração (trabalho de conjunto) entre o sector do turismo e dos vinhos.

+ **UNIDOURO**: É complementar. Podendo tornar-se principal. Não pode ser um turismo de massa, mas especificamente dirigido para os aspectos da vinha, vinho e paisagem.

+ **UTAD-AC**: Não se pode falar do turismo sem falar de uma agricultura que esteja viva. Tem o seu papel. Não é uma receita para todas as dificuldades como se tende a dizer (não é para todas as ocasiões nem para todos os lugares). É mais um complemento que se tem vindo a revelar interessante e atractivo. Tem havido interesse e investimento de pequena dimensão (turismo rural) e até segmentos mais volumosos em investimento. Já é importante. É indubitável que o papel do turismo vá crescer (papel do turismo, emprego). As coisas estão a mexer e vão continuar a crescer (barcos mais pujantes). Turismo sem existir uma vitivinicultura viva não tem sentido (o que é que as pessoas vêm ver? O Douro atrai pela paisagem, vinho, gastronomia, cultura, mas a agricultura é essencial).

+ **UTAD-JR**: Começa a ter algum peso, origem e consequência do incremento do turismo fluvial, ainda que deixe pouca riqueza na região. É importante o surgimento de hotéis, enoturismo (emprego, turistas visitam a área envolvente - o turismo de autocarro deixa muito pouco na região).

+ **UTAD-LM**: É muito importante por poder criar valor acrescentado para a região. Não há risco de um turismo de massa.

2.4.5. PATRIMÓNIO NATURAL

+ **CM ALJ**: Importante como complemento das diversas componentes.

+ **CM ARM**: O ADV é uma região rica em vales: Corgo, Têdo, Côa com uma enorme riqueza natural e paisagística. Têm uma riqueza ambiental e paisagística muito forte.

+ **CM CZA**: O desenvolvimento passa por aí. Tem potencial. Conciliar o património natural e o património arquitectónico. Temos as coisas, só temos de as arranjar para as poder oferecer.

+ **CM VNFC**: Tem a ver com a sustentabilidade do ambiente e do espaço – Parque do Douro Internacional, Douro Património da Humanidade, ZPE do Vale do Côa = reserva privada = ATN (Associação de Transumância e Natureza). Pode contribuir para a sustentabilidade e OT, assim como para actividades de lazer. É a base de diferenciação do território (em relação a outros territórios) – base distintiva de territórios (relevante na diferenciação de outros territórios). Construção histórica do espaço – não tem a ver somente com as pessoas, mas também com o património geológico. É necessário armar todos estes aspectos e formar uma visão do território.

+ **CM LMG**: Fundamental, sempre articulado com as vivências humanas dado que a região é fortemente ocupada. Combinado com outras actividades respeitadoras dos valores ecológicos.

+ **CM MF**: Fundamental. Desempenha um papel fundamental que importa preservar, fluir e potenciar.

+ **CM PR**: É fundamental. É nesse que temos de nos agarrar e preservar. Património fortemente humanizado e sem controle não funciona bem. É um grande trunfo que temos de proteger. É a base de todo o desenvolvimento que a região encerra.

+ **CM SAB**: Não vejo o Douro como património natural. É um património cultural. A variável cultura é maior do que a natural.

+ **CM SJP**: Relevante. A parte ribeirinha do CC é um excelente património natural (vinha – Douro). Rio = elemento que une todos os CC.

+ **CM SMP**: O Gabinete Técnico Inter-Municipal do ADV, com o objectivo de disciplinar todas as intervenções no Douro (inclusive os PDM's), consubstanciou os princípios nos PDM's, mas este gabinete que poderia ainda ser extremamente útil, foi desmantelado. Reformulado e melhorado na sua actuação poderia ser uma entidade interessante, não só como fiscal, mas também com atitude pedagógica. O IPAR (administrador das zonas classificadas) e a CCDR (entre outros, ambiente e reclassificação das vinhas) fiscalizam mal as intervenções no Douro. Há saibramentos que intervêm nas linhas de água, desfiguram a paisagem – alteram as curvas de nível –, todos dão razão, mas depois não intervêm. Os saibramentos são projectos com pouca qualidade: não são muito planeados e depois ficam ao engenho do homem da máquina.

+ **CM TM**: É relevante. Projecto de criação de uma área protegida Sabor / Revoreda (Serra da Revoreda).

+ **CM TBC**: A qualidade do local resulta de um todo: paisagem. É um dom, é um recurso fantástico, se for bem aproveitado. Se pensarmos num todo, o Douro é 50% do património (os outros 50% são as pessoas). É um dom da natureza, um potencial natural. É um potencial de desenvolvimento regional.

+ **CM VR**: Ninguém fica indiferente à grandiosidade da paisagem. É um recurso muito importante: parques naturais, paisagem, biodiversidade, Rio, Vinha e sua evolução, espécies animais e vegetais (répteis, morcegos, borboletas...).

+ **ADVID**: Cultura da vinha, sistematização das terras através das vinhas tradicionais (socalcos com muros em xisto); património ecológico – biodiversidade.

+ **AETUR**: Mais um dos componentes essenciais para a afirmação de um destino turístico. É necessário um esforço de preservação e de melhoria dos parques classificados.

+ **AEVP**: Tem relevância. Há uma preocupação com as vinhas velhas (com referência de 3 ou 4 castas) que fazem vinhos de referência (baixa produção, mas com um produto sempre valorizado).

+ **AVIDOURO**: É fundamental (muito importante) = Paisagem. Seduz investidores.

+ **Beira Douro**: Ligado ao turismo pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento da região.

+ **CD**: Muito importante. Temos coisas muito apreciáveis: rio Douro, miradouros, multiplicidade de paisagens, daí a grande valia. O Douro é bastante bafejado. O turismo poderia crescer. Tem de ser feita uma protecção ao legado que os antepassados nos legaram: socalcos em pedra... Erro de tentar concorrer nos mesmo patamares que os outros. Não pode concorrer com o Alentejo onde a produção é maior. O Douro tem de se mostrar pela qualidade dos seus produtos. Concorrência entre agentes do Douro, para que se aprimorem. Com outras regiões é um erro tremendo. Não temos produtividade por há que os outros têm, como podemos falar em concorrer?

+ **CITMAD**: Ligado ao turismo. Contribui muito para o turismo.

+ **Douro Alliance**: Apoia o sector turístico. É um património a preservar. Uma agricultura de qualidade (com boas práticas) favorece a sustentabilidade do património natural.

+ **Douro Histórico**: Importantíssimo. É difícil de manter, preservar. Na cultura da vinha fizeram-se aberrações.

+ **Douro Superior**: Aproveitar. Ter cuidado em mantê-lo – interacção entre a agricultura e a paisagem. Perigo de perda de identidade.

+ **DRAP-TMAD**: É importante. É preciso tirar proveito da actividade principal que é o vinho: dentro da diversificação temos de tudo um pouco, como a paisagem, produtos de qualidade.

+ **EMD**: Fundamental para o turismo de natureza. Complemento (destino turístico) par ao turismo.

+ **ETD**: O ADV não tem património cultural. Não tem parques naturais, mas tem um património natural muito rico: granitos, xistos = património zoológico; faunístico: águas, garças, etc.

+ **IVDP**: Muito importante. Deve ser gerido com as actividades humanas, e em equilíbrio com elas, o que foi sempre, mais ou menos, possível fazer no Douro. Douro Património da Humanidade = paisagem moldada pelo Homem).

+ **LADPM**: Importante. Dois pólos relevantes no território: áreas protegidas (Alvão e Douro Internacional). Temos de lhe conceder importância. Há interesse turístico nestas zonas, como no Marão também. Turismo de natureza (turismo mais ambiente). Contribui para enriquecer a região (maior atractividade e dinâmica económica).

+ **NERVIR**: Importantíssimo. Classificação do Douro como Património da Humanidade, classificação do Parque de VNFC; parques naturais, albufeiras.

+ **UNIDOURO**: Falta muita intervenção: é necessário que as autarquias preservem o património natural imaterial (as ITI's estão a dar um contributo muito significativo).

+ **UTAD-AC**: O Rio, água são a espinha dorsal. Natural já há muito pouco (o rio já está domado = barragem). Existe alguma fauna interessante no Douro Superior (aves). Tem um papel importante (parque natural no Douro internacional = área muito importante).

+ **UTAD-JR**: Paisagem – mosaico do Douro, as vinhas nas suas várias formas, as matas mediterrâneas; árvores em bordadura, tendo com pano de fundo o Rio.

+ **UTAD-LM**: Muito importante. As vinhas, por exemplo, são reportórios de uma grande diversidade biológica. Paisagem mosaico: olivais em bordadura, o bosque, a vinha e outras manchas (laranjal, amendoal...). É uma paisagem que tem grande valor em termos de biodiversidade e os turistas apreciam.

2.4.6. PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUITECTÓNICO

+ **CM ALJ**: Juntamente com a agricultura serve de base a uma oferta turística patrimonial /cultural que pode ser feita todo o ano (combater a sazonalidade). O município de ALJ tem mais de 70 sítios classificados (antas, caminhos romanos, árvores....VER SITE da CM). Por isso, é necessário ter bons guias turísticos.

+ **CM ARM**: É preciso preservá-lo, pois é riquíssimo tanto relativo às adegas (temos das adegas mais bem equipadas e das melhores do mundo), como o religioso.

+ **CM CZA**: Tem potencial conciliado com o património natural e com o turismo.

+ **CM VNFC**: É importante como elemento de valorização económica e não tanto na sustentabilidade (não há acção a nível de preservação). Papel relevante das indústrias criativas da cultura, das artes (papel a potenciar). Tem condições para ter pujança: arte rupestre, paisagem, artes vernaculares rurais – daqui saíram muitos actores da nossa história.

+ **CM JSJP**: O património tem colaborado e muito para o desenvolvimento da região.

+ **CM LMG**: Há um conjunto de monumentos notáveis na região, que tem vindo a ser mantido e valorizado. Haverá algum património que não estará a ser mantido nas melhores condições. Bem tratado e valorizado pode ser utilizado como oferta turística.

+ **CM MF**: Fundamental. Principal atractivo, associado à produção do vinho. Riqueza arquitectónica, o saber fazer, o quotidiano é por si só um cartaz cultural. Trabalhado como produto turístico para ser vendido (comercializado) e trazer frutos para a região.

+ **CM PR**: Não é propriamente que tenha um património excepcional. Temos alguns, como é o caso de LMG. Está bem preservado, tanto no material como imaterial. Relevante para o desenvolvimento da região. É necessário que as pessoas tenham consciência do seu património (não somos muito cuidadosos).

+ **CM SAB**: Muito importante na medida em que é singular e na medida em que pode ser utilizado e colocado à disposição para capacitar a região (recursos). Gera e cria novos recursos para a região.

+ **CM SMP**: Tem havido cuidado por preservar, embora não haja ainda algum património por classificar. Património cuidado. A sociedade civil começa a ter algum cuidado na preservação. Contribui também para dar uma grande ajuda para mostrar o património, ao dispor e serviço das pessoas que nos visitam e com isso trazer algum rendimento. O património classificado é pouco, mas há diversidade de património. Circuitos pedestres muito visitados: 6 ou 7 percursos.

+ **CM TM**: Significativo. Monumentos nacionais, com interesse e classificados (mais de 2 dezenas). Fomentar protocolos com associações para gerirem os organismos municipais.

+ **CM TBC**: Outro factor importante. Arquitectónico e imaterial (imaginário). Há um potencial enorme. Na relação com a natureza, o homem criou todo este património imaterial. Natural, imaterial e material.

+ **CM VR**: Existe muita coisa para se ver, desde a pré-história. A preservação do património arquitectónico que acompanha a História pode ser um potencial para o desenvolvimento da região. A região é muito rica neste património: igrejas, capelas, pré-história...

+ **ADVID**: Importante, sempre ligado à cultura da vinha: pequenas ermidas, igrejas e quintas tradicionais. Médio potencial de utilização.

+ **AETUR**: Recuperação do património. Recuperação das linhas de água. É decisivo na oferta – quanto maior for melhor. Sem melhor oferta cultural corre-se o risco de a região não ser visitada. Porque não se faz, por exemplo, um inventário por freguesia de tudo o que possa ter valor turístico: uma casa antiga, uma árvore, uma nascente de água pura e cristalina, entre tantas outras coisas? Este, de resto, seria um passo muito simples, mas significativo para uma estratégia turística. Imagine-se, por exemplo, que cada freguesia da região teria de receber um autocarro de 45 lugares e tinha de criar um programa com as coisas que tem para entreter estes 45 turistas de várias partes do mundo, durante um dia ou dois? Com o património reunido e elencado, seria muito mais fácil criar atractividade, porque muitos turistas vêm à procura da identidade dos lugares.

+ **AEVP**: Há muita coisa ainda abandonada, mas também muitas coisas recuperadas. É bom para a história: voltar a viver a história.

+ **Beira Douro**: Temos esse potencial.

+ **CD**: É rico.

+ **CITMAD**: Contribui igualmente para o turismo.

+ **Douro Alliance**: A região tem algum património classificado. É necessário valorizar esse património, tanto em ambiente urbano quanto rural, para promoção turística e para quem cá vive (criação de condições de vida para sustentar a população – é necessário pensar em quem cá está e quem cá vive). A preservação do património tem de ter esta ambivalência: para os turistas e para os autóctones. Há também a necessidade de mais preservação do património nas pequenas aldeias. Temos aldeias descaracterizadas. Dentro da paisagem classificada é necessário formar pessoas que cá estão (autarquias, freguesias), no sentido de não se prejudicar o turismo. Nesta região permitem-se coisas de “bradar aos céus”, e isso não pode ser.

+ **Douro Histórico**: Muito importante. Património religioso, Quintas, solares, casas brasonadas. A recuperação é onerosa, mas com enorme potencial, por exemplo, para o turismo (habitação, rural...).

+ **Douro Superior**: Precisamos de animar o património (não interessa ter uma riqueza bonita e fechada). Necessidade de uma sinalética comum e única para o Douro. Definir o que é importante preservar. Apostar no património – socalcos – manter com património arquitectónico.

+ **DRAP-TMAD**: As pessoas olham para o Douro como um todo, mas o Douro acaba por estar fragmentado, porque o próprio poder local tem a sua capelinha.

+ **EMD**: Ligado ao turismo (paisagístico e cultural), com capacidade de visitação (investimento no turismo – património cultural).

+ **ETD**: As quintas são a máxima expressão arquitectónica. Os monges cistercienses trouxeram o gótico para cá; barroco civil: Palácio Mateus. Riqueza de monumentos em Freixo de Espada à Cinta. Várias presenças; romana, medieval...

+ **IVDP**: Muito importante. Nas mesmas condições do património natural.

+ **LADPM**: Relevante (recursos de natureza primária). Têm de ser triados. Os melhores são os que devem ser estimulados e mantidos. Como identificá-los? Não é fácil, mas é preciso fazê-lo. É necessário aumentar a capacidade de criar pólos de interesse.

+ **NERVIR**: Muitos equipamentos culturais: igrejas, escavações e arqueologia... Bem enquadrado e sinalizado poderia atrair novos turistas.

+ **UNIDOURO**: É fundamental para preservar a identidade da região. Património cisterciense (a ser intervencionado), mas é necessário mais vontade para se recuperar esse património. O Museu do Douro tem dado um óptimo contributo.

+ **UTAD-AC**: Há muita coisa: criação de rotas (mosteiros de Cister). Tem um património muito grande. Património religioso. Gravuras de VNFC (arte rupestre); quintas históricas, aldeias vinhateiras = património riquíssimo. Há um manancial enorme. Começa a surgir também arquitectura moderna (combinada com a paisagem). Há um tanto de monumentos do ponto de vista histórico, arqueológico, arquitectónico inegáveis.

+ **UTAD-JR**: Localiza-se mais fora do Douro Património Mundial - zonas tampão - ligado ao religioso. Centros principais: LMG, Tarouca, Ucanha, Palácio Mateus (Vila Real)...

+ **UTAD-LM**: Muito importante, sobretudo o património religioso.

+ **AVIDOURO**: Também é tão importante. Talvez não tão importante quando os outros, mas é importante.

2.5. A partir da sua experiência, COMO SE SENTE POR VIVER no ADV? MUITO SATISFEITO (MS); SATISFEITO (S); INDIFERENTE (IND); POUCO SATISFEITO (PS); INSATISFEITO (INS)

INSTITUIÇÃO	MS	S	IND	PS	INS
CM ALJ	X				
CM ARM	X				
CM CZA		X			
CM VNFC		X			
CM LMG	X				
CM MF	X				
CM PR	X				
CM SAB	X				
CM SJP	X				
CM SMP		X			
CM TM	X				
CM TBC	X				
CM VR		X			
ADVID	X				
AETUR	X				
AEVP	X				
AVIDOURO	X				
Beira Douro		X			
CD					X
CITMAD		X			
Douro Alliance		X			
Douro Histórico					X
Douro Superior		X			
DRAP-TMAD		X			
EMD	X				
ETD	X				
IDVP	X				
LADPM	X				
NERVIR					X
UNIDOURO		X			
UTAD-AC		X			
UTAD-JR		X			
UTAD-LM		X			

3. ANÁLISE SWOT: Económico; social; ambiental; político/institucional; cultural e espacial

a) PONTOS FRACOS:

+ CM ALJ: Incipiente articulação entre políticas públicas e privadas; - Ausência de uma voz forte com autonomia financeira e de carácter supramunicipal eleita na região; - A oferta turística não atinge todas as classes: falta oferta para a classe média; - Sazonalidade do turismo; - Falta o comboio dos patrimónios mundiais: ligar o Douro a outros destinos em Espanha – ligar as duas euroregiões (falar a uma só voz e fazer uma candidatura a fundos globais); - Faltam guias turísticos; - Faltam empresas de animação turística; - Sociedade civil descapitalizada, força as autarquias a fazer aquilo que de outro modo não seria feito.

+ CM ARM: - Incipiente riqueza para a fixação (é necessário criar mais riqueza para poder fixar) (económica); - Dificuldade de oferta de emprego para jovens com qualificações superiores (Económica); - Está a desaparecer a pequena propriedade e as que existem são mais mecanizadas (leva as pessoas a mudar de actividade) (Económica); - Há alguma pobreza que atinge os idosos e as pessoas com menos formação (Social); - Desequilíbrio entre o litoral e o interior (institucional); - Alguma dificuldade financeira para desenvolver algumas componentes na área da cultura (Cultural); - As regiões do interior do País não têm poder de reivindicação; - A divisão administrativa impede o desenvolvimento da região (uma região em 4 distritos) – não há um nível estratégico, um entrosamento dos vários sectores, coordenação, planeamento regional mais forte e mais capaz; - Desertificação humana – em riqueza e sem emprego temos um território deshumanizado.

+ CM CZA: - Não se trabalha em rede; - Acessibilidades ainda não satisfatórias para todos os concelhos; - Parca oferta turística (alojamento e restauração); - Grandes problemas sociais: pessoas com dificuldades; - Falta de estratégia para que os rendimentos fiquem cá; - EMD – O Douro não é só a Régua (em termos práticos não se faz nada; por exemplo, não se podem criar espectáculos só na Régua; - Falta de entrosamento entre a EMD e os municípios a nível cultural (devia haver uma maior ligação).

+ CM VNFC: - Não articulação entre actores (institucional); - Baixa densidade demográfica – regressão demográfica (social); - Fraca qualificação dos recursos humanos (social); - Qualidade da água (ambiental) – extremos climáticos; - Fracas competências nível empresarial (económica); - A cultura tradicional não é valorizada como deveria – tendência geral (cultural); - Indiferenciação da projecção da gastronomia (não e valoriza correctamente) – estudo da gastronomia da região (económica).

+ CM LMG: - Dificuldade de internalizar os ganhos com a agricultura, turismo...; - Articular as dificuldades de captar investimento com os entraves do OT (Turismo – dificuldades de licenciamento) = ultrapassar alguns dilemas; - OT determinístico = quem tem de escolher o sítio é quem vai investir (no turismo mas também no vinho); - Sazonalidade; - Pouca massa crítica – de recursos humanos e de capacidade empreendedora; - Falta de uma sinalização comum ao Douro; - Fracos restaurantes; - Não há gestão do PIOT – a área classificada não tem um instrumento de gestão; - Institucional: dificuldades de articulação institucional (gestão articulada e correcta do território); - Cultural: falta de uma agenda comum – articulação com oferta mais racionada; - Institucional: a Estrutura de Missão – tem sido feito um caminho notável – gere o Plano de Desenvolvimento Turístico e a área classificada, mas não consta nas atribuições da EMD. Supunha-se maior efectividade; - Institucional: não se olha para o território com um todo. O Estado é sectorial. As Autarquias olham para os concelhos e estão legitimadas para olhar para os seus próprios problemas (Governo Regional do Norte – 5 Regiões Plano); - Social: subsídio-dependência.

+ CM MF: - As autarquias não se entendem (Institucional); - Demasiada burocracia no licenciamento de actividades complementares à agricultura (produtos vitivinícolas) (Institucional); - Sede das grandes empresas exportadoras do VP fora da região; - Retirar 1% às empresas que actuam cá mas têm sede fora; - Fracas acessibilidades; - Lixeiras a céu aberto (entulhos à beira das estradas e rio) = terminar com as dissonâncias ambientais (ambiente); - Falta de apoios a quem trabalha na região – poucos apoios a quem trabalha na agricultura, os salários são baixos e é sazonal; - Já foi pior, mas tem-se assistido a melhorias. Os autarcas já começaram a falar entre eles e até já há alguma convergência de ideias, daquilo que deve ser a estratégia, os investimentos. A Estrutura de Missão do Douro tem um papel relevante na

colocação dos autarcas a falar entre eles – papel de interlocutor (marcar reuniões, ouvir os autarcas, ouvir os técnicos locais, intermedia as decisões, os conflitos – interesses divergentes – interesses públicos e privados (institucional); - Por vezes falta receptividade das autarquias para possíveis empreendedores (estimular continuamente esses empresários) – (ponto fraco e oportunidade).

+ **CM PR:** - Dificuldade de entrosamento institucional; - Défice de oportunidades de trabalho; - Défice de actividades (serviços); - Ambiental: falta capacidade para transmitir às pessoas valores ambientais essenciais (região ainda bastante natural); - Alterações climáticas podem alterar as condições para a agricultura; - Deficiente capacitação das pessoas (Câmaras); - O tratamento dos resíduos ainda falta em alguns núcleos; - Produzimos muita energia de fontes renováveis mas temos poucas vantagens disso.

+ **CM SAB:** - O nível de democracia (debilidades institucionais. A maioria de alguns serviços são prestados pelo 3º sector; - Densidade rarefeita (deficitária); - Fraco poder regional em relação às estruturas de comercialização (vinho e turismo); - Não haver regionalização, fragiliza-nos; - Nenhum município gere o recurso água (está a ser tratado de forma leviana); - Maior taxa de abandono escolar do país.

+ **CM SJP:** - Pouca associação entre os municípios; - Más acessibilidades; - Pouco alojamento; - Desemprego associado à agricultura – assumindo dimensões preocupantes; - OT – PDM (de 1992) em actualização; - Importância da Casa do Douro (pouca intervenção); - Desfasamento institucional / local.

+ **CM SMP:** - Comunidade romena que vive com algumas dificuldades (CC de SMP); - Desemprego – pouca gente na vinha e mais gente com instrução que foge ao trabalho da vinha; - Limites e constrangimentos à edificação em área classificada; - Decréscimo do licenciamento de obras particulares (decrécimo de receitas); - O vinho e a vinha dão cada vez menos rendimento; - Dificuldades do sector cooperativo (não soube colocar-se à altura dos novos tempos, dirigido por agricultores que não souberam adaptar-se aos tempos modernos – gestão amadora. Era necessário uma gestão profissionalizada, que evitasse a criação de lobbies; - Para nós o VP é o melhor vinho do mundo, vivemos dele, mas temos pouco hábito de o beber (10%) – não o consumimos; - Deficientes acessibilidades – IC26 (Régua, Amarante, Sta Marta e douro sul); - Os agricultores começam a gastar as suas reservas para manter as vinhas; - Continuam algumas lixeiras à beira da estrada e do rio – ainda continua a haver –, é necessário redobrar a sensibilização e fiscalização face aos munícipes (ambiente); - Alguma dificuldade de diálogo, parceria entre as autarquias e a administração central – muita burocracia e complicações (Estado burocrático) (Institucional) – a solução pode passar pela regionalização (a região de Trás-os-Montes e AD sempre se bateram por isso). Poderia muito bem ser a região Norte com uma boa articulação entre o litoral e o interior – primeiro fazer a regionalização e depois acertar pormenores; - O Douro não tem uma liderança forte – as instituições deviam funcionar de forma articulada (as adegas não têm voz; os autarcas falam de forma diferente). Não há uma estrutura no Douro que seja locomotiva desse desenvolvimento (a regionalização podia inverter essa situação).

+ **CM TM:** - Fragilidade económica; - Qualificação das pessoas; - Empresários com pouca capacidade financeira; - Falta de um poder regional; - Falta de investimento privado (tecido empresarial débil).

+ **CM TBC:** - Despovoamento; - Tudo muito concentrado no ri, Régua, LMG e Vila Real; - Muita política de quintal; - Falta uma visão integrada para a região (existe no papel – PIOTDV), mas não existe na prática; - Disputam-se infra-estruturas que são próximas de outras em outras concelhos; - Há um discurso de actuação em rede, mas onde estamos na rede?; - Falta de articulação institucional; - faltam acessibilidades secundárias (TB,SJP estão encravados); - Os mesmos actores estão em todos os movimentos (o rio congrega, mas ao mesmo tempo prejudica a intervenção); - Falta de massa crítica (falta mais se estivermos de costas voltadas; - O quer deveria ser simples acaba por ser complicado (simplicidade vs complexidade); - Não há cultura democrática (pelo contrário, há um necessidade sempre latente de se afirmar individualmente; - A regionalização iria espalhar mais (só se estivermos com uma mentalidade virada para o todo – não há uma perspectiva concentrada, mas egoísta, o que se opõe ao saber estar, à cidadania).

+ CM VR: - Isolamento face ao poder central (fala-se de solidariedade com a região, mas essa solidariedade é só para obter fundos europeus); - Problemas de ordem social (pessoas sem acesso ao emprego); - Centralismo no ensino e noutras coisas; - Desertificação (sem o homem, degrada-se a paisagem e outros valores patrimoniais, imateriais); - O rendimento per capita é um dos menores do país; - O acesso à água é mais caro do que noutras regiões do país (a instalação e manutenção são mais caras; os municípios têm uma sobrecarga muito grande na rede capilar (distribuição); no mesmo espaço – 1km – não serve o mesmo número de pessoas que no litoral); - A recolha e tratamento dos resíduos é mais cara no interior; - A produção de energia não deixa ficar na região mais-valias (tanto se paga no interior do país como no centro de Lisboa); - A água e a energia deveriam ter tratamentos iguais (não deveria haver regiões que pagam a água mais cara do que outras, como é o caso do ADV); - Viver no interior penaliza os habitantes (acesso à educação, acesso à saúde – há pessoas que começam a equacionar essas questões à hora de vir ou não viver para o interior); - Caminho-de-ferro subaproveitado; - Desertificação, despovoamento; - Desentendimentos institucionais; - Sector cooperativo em crise (políticas erradas, falta de formação dos directores, a colocar o agricultor na ruína...); - CD devia ser a entidade reguladora; O turismo precisa de marketing, mas também é preciso pensar se as propostas feitas têm o devido retorno; - Diaboliza-se o poder local como o grande gastador.

+ ADVID: - Viticultura de encosta; - Dimensão das explorações; - Custo da exploração; - Dificuldades de motorização; - Possibilidade de desertificação do tecido rural (abandono da actividade); - Perda do peso das estruturas cooperativas; - Falta de Ordenamento da encosta em termos de estruturas de suporte (ausência de muros); - Organização Institucional para a regulamentação da actividade vitivinícola (o desenho é forte, mas a implementação não o é – IVDP); - Distância da região face aos grandes centros culturais – Porto e Lisboa – falta de equipamentos culturais; - Falta de grandes eventos na região; - Falta de implementação do PIOT, por falta de implementação dos PDM,s; - Degradação da biodiversidade (cada vez que se faz uma vinha nova destrói-se as bordaduras, além de se destruir os nichos ecológicos que existem no interior das parcelas sem fazer uma devida compensação).

+ AETUR: - Alguma inaptidão por parte dos residentes para o turismo em geral – a população ainda não está preparada para esta revolução; - População local envelhecida – precisamos de quadros na nossa região; - Acabar de melhorar as acessibilidades – não podemos passar sem elas; - Dispersão por parte das entidades públicas – não se consegue união, ainda não se consegue que funcionem de forma integrada, devia funcionar mais como uma região e não como um conjunto de municípios – funcionar com uma região e não como um conjunto de coisas dispersas (condiciona o desenvolvimento da região. É impossível, por exemplo, oferecer um programa cultural, se não houver uma união; - Estamos perante uma região maquilhada – vivemos de imagens (todos querem mostrar-se, evidenciar-se, todos querem ter protagonismo); - É uma região pejada de inveja, de maledicência, de boicotes e querelas antigas; - As Quintas criam a ilusão da volta à influência inglesa – snobismo.

+ AEVP: - Há uma crise que afecta um produto que não é um bem essencial (não se vende). O VP decresceu a sua venda, o que significa menor rendimento. Se o produto final não se vende, tudo o que está atrás fica em questão; - A crise também influenciou a vida das pessoas do Douro; - O IVDP como entidade reguladora funciona bem, mas há uma paralisia nas instituições que regulam o sector dos vinhos, o que quer dizer que poderiam trabalhar mais em conjunto para uma melhor regulação final do sector dos vinhos (Alfândega: muita burocracia); - Falta de interdisciplinaridade entre os organismos (poderia ser uma mais-valia para a região). Os poderes activos na região são muito diferenciados e sem partilha de informação; - No essencial, não há interligação entre as instituições (muita burocracia), com pouca flexibilidade para projectos de grande dimensão e que podem ser uma mais-valia para a região; - Demora-se (perde-se) muito tempo para obter licenças, obter vistorias e autorizações, o que pode afastar possíveis investidores.

+ AVIDOURO: - Inoperância das instituições públicas (JF, Câmaras); têm de incentivar e cativar as pessoas; - Casa do Douro sem poderes.

+ **Beira Douro:** - A questão da governação – gestão do território. Deficiente desempenho institucional; - Falta de massa crítica; - Economia pouco diversificada; - Falta de estratégia (não se pensa a longo termo, mas a curto-prazo); - Falta de flexibilidade do planeamento.

+ **CD:** - Repele os jovens (Social); - Vive ainda dos idosos (Estado Social = que tipo de estado permite que idosos de mais de 70 anos ainda seja quem trabalha na agricultura – vinhas (Social); - Instituições legalmente e caprichosamente desprovidas de competências e receitas (institucional); - Desertificação (não é uma fatalidade = é preciso lutar contra isso); - As pessoas que tiveram responsabilidades estão a abandonar a região; - Fazem-se esforços positivos, às vezes extremistas, mas acredita no equilíbrio e no bom senso; - Acabar com tudo o que fira o ambiente (ambiental); - Defende a vinha em contínuo, mas nem todos os terrenos podem ter vinha (os que têm maior declive) – caminhou-se para essa situação, mas já se deram conta do erro que fizeram (ambiental – espacial); - O Douro só dá conta da doença, mas não das causas da doença (nunca é do colectivo, mas individualizados); - Abandono de tudo o que vinha do passado pelas instituições (terramoto), sem salvaguardar o que era bom – (Institucional): a Casa do Douro deixou de ter o papel que deveria ter (caminhamos em sentido contrário às outras regiões = interprofissões). Aqui domina o Estado e isso significa doenças (favorecimento, compadrio político). Não augura nada de bom no funcionamento institucional da região (Institucional); - Tentação das Câmaras para tudo dominarem – devem perceber onde devem actuar por si sós e onde devem trabalhar em conjunto com outras instituições (Institucional); - Casa do Douro: aglutinação dos agricultores se eles quisessem, mas as forças são de separação. É preciso que exista clareza legislativa e não existe. Ex: o cadastro (existe uma Lei do Parlamento), esvazia de conteúdo a CD, que está cada vez mais a ser destinada a ser uma Associação Sócio-Profissional. Augura-se um futuro difícil e sombrio mas com solução, que o Estado assuma as suas responsabilidades e anule o modelo pós 1995, onde retira competências à CD para as atribuir ao IVDP (questão da exclusividade da aguardente para a produção do VP – antes isso era da competência da CD e era absorvida grande parte do excedente do vinho de outras regiões); - Individualismo dos viticultores do Douro; - O Douro merecia mais (Espacial); - Acessibilidades deficientes – precisamos de uma via que não tornasse esta viagem num sacrifício = via de comunicação que atravessasse o Douro de alto a baixo; - O Douro está espalhado – será Douro quando tiver uma unidade que o identifique: poderia ser um bom exemplo para experimentação de uma unidade administrativa – região (4 distritos).

+ **CITMAD:** - Acessibilidades; - Baixa de número de casas (alojamento): inviabiliza muito o crescimento do turismo; - Parque desportivo deficiente.

+ **Douro Alliance:** - Postos de turismo fechados; - Pouco profissionalismo; - Baixa oferta cultural; - Quem vive aqui não tem tantas oportunidades a nível dos serviços de saúde, educação/formação.

+ **Douro Histórico:** - Somos muito individualistas (individualismo): não há sentimento de partilha; - Fraco entrosamento institucional; - Dificuldade de recolha de lixo especializados; - Há concelhos encravados sem acessibilidades adequadas; O rio surge como uma fronteira física entre os CC a Norte e a Sul, em vez de ser um elo de ligação/unidade; - Falta de entrosamento institucional; - Falhamos nas políticas de desenvolvimento rural; - Falhas na valorização da gastronomia; - Os lucros provenientes do turismo ficam no Porto; - Há discussão sobre o território, mas falta verdade na discussão (discute-se fora do trabalho, mas depois não se diz o que se devia dizer).

+ **Douro Superior:** - Ter ruas e aldeias limpas (não temos); - Cuidado com os esgotos, que ainda não temos; - acessibilidades (deficientes) – estradas rápidas e boas, mas também estradas panorâmicas (não têm receptividade das entidades públicas); - Instituições que não cooperam; - GAT – não consegue cooperar; - Cooperativas que não cooperam, que não trabalham em conjunto; - Não há um sítio onde se consultar todas as actividades que acontecem no Douro.

+ **DRAP-TMAD:** - Decréscimo do consumo do vinho; - Concorrência com o novo mundo que produz vinhos a baixo custo; - Concentração comercial (de distribuição em todo mundo); - População envelhecida; - Baixa qualificação dos recursos humanos; - Grande fragilidade do movimento associativo e cooperativo; - Excesso de endividamento, principalmente no sector cooperativo; - Pequena dimensão das parcelas e dispersão; - Baixos níveis de mecanização; - Deficiente cooperação entre os vários agentes; - Deficiente sensibilidade ambiente – as pessoas

não estão ainda sensibilizadas (manter e melhorar a magnífica paisagem: dificuldades financeiras, a paisagem é importante, mas tem custos); - Faltam infra-estruturas de apoio aos idosos (para terem uma melhor qualidade de vida); - Faltam pessoas qualificadas na área da geriatria (falta de estruturas – não se consegue criar emprego), que são a maioria (fizeram a magnífica paisagem); - Falta a dignificação da profissão do agricultor (viticultor) – não há dignificação da profissão, o que leva a que os jovens se afastem, porque os pais querem ver os filhos noutras profissões; - Presença de pequenas lixeiras, um pouco por toda a região; - Fraca cooperação institucional; - Há muitos organismos a trabalhar na região mas a trabalhar de forma desconcertada; - Não há uma estratégia de recuperação do edificado; - Há muitas entidades públicas e muitas com função que não são claramente definidas, o que acaba por criar alguma confusão dentro das empresas e da sociedade civil.

+ EMD: - Dependência do sector primário; - Limites administrativos; - Ausência de alguma indústria (não poluente); - Desemprego; - Não há grandes bolsas de pobreza no Douro porque toda a gente tem um quintal; - Envelhecimento da população (recursos humanos); - Êxodo – défice de formação qualificada; - Limites estatísticos, já que o ADV não inclui as unidades urbanas de LMG, Vila Real e Peso da Régua; - Diferentes limites administrativos (demasiado); - As instituições não funcionam bem – funcionam de costas voltadas; - Comercialização do Vinho limitada a algumas famílias; - Deficiente animação cultural.

+ ETD: - Do ponto de vista económico e institucional não se tem conseguido equilibrar o valor do irmão rico e pobre. O irmão rico é o vinho de benefício (VP); o irmão pobre é o vinho não classificado e o DOC Douro. Quando a diferença de valor é superior a 5 (este ano é de 1/10), não há equilíbrio possível; - Questão institucional ao nível dos municípios: dispersão (IVDP, IVV, Alfândega...). Muitas tutelas numa região com tantas especificidades é uma desvantagem (ex. “eu sou o presidente no município x”); - Conflito latente entre quem tem funções relacionadas com o ambiente e OT (CCDR, Municípios) – tem prejudicado as potencialidades do ADV; - Só se vê o PIOTDV e o PBH nos aspectos negativos (é necessário ver as virtualidades e os constrangimentos ao mesmo tempo); - O turismo não pode desenvolver-se a todo o custo. É necessário desenvolver-se de forma sustentável (o ganho é maior); - Feridas na paisagem.

+ IVDP: - Baixos níveis de rendimento médio da população (económico); - Isolamento em relação aos grandes centros de consumo (económico); - O facto de a principal actividade ser intensiva – dificuldade em conseguir capital para investir. O investimento maior é feito por quem tem capital (não é gerado internamente) (económico); - Alguma exclusão social, ligada a problemas de disfunções sociais, que resultam na maior parte de problemas de alcoolismo e toxicodependência (nestas ou nas gerações anteriores) (Social); - Problemas de atrasos mentais (Social); - Desigualdades sociais grandes, mas a maioria das pessoas vive relativamente bem. Só vive mal quem tem famílias disfuncionais (muitos filhos; não têm casa, nem emprego...) (Social); - Falta de gente nova (Social); - Falta de atractividade (Social); - Falta de prestígio aliado à agricultura (Social); - Fuga de gente, mas vai haver retorno, com uma geração por meio (Social); - Conjugação das actividades económicas e agrícolas, turismo com a preservação da paisagem e do ambiente (Ambiental); - Actividades que fazem grande pressão no ambiente, que precisam deste e de intervir na natureza (fazer isto de forma integrada é o grande desafio) (Ambiental); - As máquinas provocam desequilíbrios muito grandes (Ambiental); - Não é por acaso que o Douro é assim como é: tem limites (Ambiental); - Excesso de instituições, tornando difícil o diálogo entre elas (Institucional); - Falência de uma organização forte da lavoura (Casa do Douro) (Institucional); - Excesso de autarquias – deveria haver uma fusão de municípios, com o objectivo de tornar a gestão mais sustentável do ponto de vista dos custos (Institucional); - Contrariar algum bairrismo doentio/concelhio – criar oportunidades e desafios de melhorar as capacidades dos actores políticos (Institucional); - As pessoas não se conseguem juntar por grupos – ainda não descobriram o que é trabalhar em conjunto e conseguir coisas para a causa comum (benefício de todos na organização) (Institucional); - Distritos – se não houvesse não se notaria a diferença (Institucional); - Dificuldade em atrair capital para o interior (Institucional); - Não há estruturas de políticas sem o controle do Estado (tudo o que é fora do aparato estatal não funciona) (Institucional); - Falta de sofisticação cultural na oferta e na procura (mesmo que na oferta cultural mais local e tradicional – havendo tradição nas aldeias do interior) (Cultural); -

Não se conseguiu qualificar o que era mais tradicional e popular e ficou tudo no “Pimba” e nos centros comerciais (Cultural); - Competição dos teatros de Vila Real e da Régua (Cultural); - Orografia (espacial); - Dispersão de povoamento (espacial); - O eixo urbano Vila Real, Régua e LMG é demasiado artificial (os factores que as separam são maiores do que os que as podem atrair e fundir-se (espacial).

+ **LADPM:** - Recursos humanos ainda não disponíveis em quantidade e qualidade; - Não há informação a montante especificamente sobre o Douro; - Dificuldade de as instituições perceberem que o Douro é um só; - Incapacidade de se correr alguns riscos (privados); - Dificuldade de atrair turistas estrangeiros; - Dificuldade de criar um produto turístico completo; - Entraves legais à criação de empresas ligadas ao sector turístico; - Visão reducionista do turismo; - Inexistência de uma estratégia global; - Dificuldade em conseguir criar e manter empregos qualificados; - Dificuldade em atrair investimento.

+ **NERVIR:** - As decisões sobre a região não são tomadas localmente; - Dificuldades de entendimento do Conselho Interprofissional; - Os órgãos locais não têm poder de decisão; - A região tem de poder decidir sobre coisas específicas; - Faltam organizações na comercialização; - Dependência excessiva das firmas do VP, que se aproveitam da fragilidade dos lavradores; - Os lavradores vivem de costas voltadas; - A diferenciação (letras) leva a que haja muita competição; - Os lavradores do Douro não sabem vender; - Há muitas associações e todas querem ter protagonismo; - As instituições deveriam funcionar muito melhor; - A CD precisa de uma resolução urgente.

+ **UNIDOURO:** - Economia débil (faço um negócio e não sei quando vou receber – única região do mundo onde isso acontece); - O funcionamento institucional tem falhas a todos os níveis (as pessoas sentem-se desamparadas); - Faltam lideranças fortes na região que defendam os interesses da região; - Pouca força das estruturas de produção (o comércio é que coloca as normas; - O facto de se ter retirado as competências à CD (verdadeiro representação do sector). Desmantelou-se a CD, a única instituição que poderia ajudar a resolver os problemas da região relacionados com o vinho (e outros económicos e sociais); - falta de iniciativas que atraiam os jovens; - As instituições atrapalham-se umas às outras.

+ **UTAD-AC:** - Economia muito dependente do primeiro sector (agricultura e vinho em particular) – precisava de criar outras opções (Economia); - Sector empresarial bastante frágil (limitado) – dificuldade de gerar emprego (Economia); - Fuga das aldeias – despovoamento (Social); - Falta de gente (Social); - Há ainda muita pobreza na região – região rica com muitos pobres (Social); - Envelhecimento da população (Social); - Natalidade em baixa (Social); - Rio Douro poluído (ambiente); - Lixeiras (em grande parte removidas) – (Ambiente); - Escombros – lixo das obras (ambiental); - Caos urbanístico com efeitos na paisagem (Espacial); - Faltam instâncias supra-municipais de decisão (Institucional); - Estrutura de Missão, Museu do Douro – sinais interessantes, mas também debilidade, falta de entrosamento e de coesão (Institucional); - Pouco trabalho em rede e parceria (Institucional); - Prevalência do municipalismo (Institucional); - “Partidarite” no funcionamento das instituições – prevalecem as lógicas pessoais e partidárias (Institucional) – a regionalização poderia ser um passo interessante para resolver alguns desses problemas; - Fragilidade financeira da área cultural – tudo muito limitado (Cultura); - Dificuldades de OT mais nas vilas (centros urbanos mais importantes) – o Douro é bonito, mas a qualidade dos centros urbanos deixa muito a desejar.

+ **UTAD-JR:** - Elevada concorrência internacional (vinho), com pressão sobre os preços; - Baixa do benefício (autorização de produção) do Vinho do Porto; - Elevados custos de produção; - Estrutura de produção de reduzidas dimensões; - Estrutura cooperativa vitivinícola em graves dificuldades (pode colocar em causa a sobrevivência de um elevado número de pequenos vitivinicultores, com consequências nefastas para a paisagem); - Envelhecimento da população; - Iliteracia; - Abandono dos agregados populacionais de pequena dimensão para a sede de concelho (perda de população da região e população das freguesias para as sedes de concelho; - As energias eólica e das barragens deixam pouco para a região; - Utilização dos fitofármacos; - Inexistência de recolha e tratamento de resíduos da construção e demolições (sobretudo onde há mais pressão); - Intrusões ambientais na paisagem (ex. muros de cimento da CP; as eólicas (zonas marginais) têm um impacto negativo na paisagem...); - Impacte ambiental dos postes de grande e alta tensão; - Impacte ambiental negativo das barragens; - A própria

navegabilidade tem impactes negativos, provocando erosão nas margens; - Indefinição institucional - ausências de instituições políticas com poder de decisão democrática (ausência de regionalização); - Pulverização das estruturas de decisão (burocracia); - Estrangulamentos ligados à própria dinâmica da população (ausência de População e de actividades alternativas para os jovens); - Algumas intrusões no edificado, isoladamente, sem se ter em conta a paisagem; - Casebres para arrumos agrícolas (losalite, tijolo...); - Ligados às rodovias; - Agregados urbanos (vilas e cidades) com certo desordenamento; - Abandono dos centros urbanos.

+ **UTAD-LM:** - Falta integração das pessoas, embora haja interesses comuns, mas falta integração da população; - Dificuldade de os pequenos produtores escoar os produtos, o que acarreta o risco de abandono da actividade, e acaba por acentuar a centralização nas grandes quintas (os pequenos agricultores são fundamentais para a manutenção da paisagem – manter a diversidade da paisagem); - Há dois Douros: um o da televisão, cinema, das pessoas com posses, e ou outro das pessoas que não melhoram muito (fraca rentabilidade da viticultura; - Os benefícios do turismo ainda não estão a ser distribuídos; - Insustentabilidade do turismo fluvial – pode já haver uma sobrecarga com impactos de poluição, e o tempo que os turistas passam na região é pouco (não deixam benefícios localmente); - Barco hotel – dorme e come lá – não deixa nada na região; - Envelhecimento; - Despovoamento (uma região só é atractiva para o turista se for atractiva para as pessoas que vivem lá – sem pessoas não há atractividade); - Falta de diversidade económica; - O aspecto social é o ponto mais fraco da sustentabilidade; - Os turistas ficam admirados porque não vêem ninguém à sua passagem. Mas mesmo não vendo ninguém, a manutenção da paisagem implica a existência de pessoas; - O modelo dos grandes hotéis, dos grandes SPA's não é sustentável; - Dificuldades de as quintas conseguirem fixar trabalhadores. Recrutam populações de imigrantes, mas esses quando estão por lá e tem uma oportunidade na cidade, logo abandonam as quintas (não há uma ligação efectiva à região); - Impacte negativo dos barcos na qualidade da água do Rio Douro; - O Douro não tem uma agenda cultura nem dimensão cultural, o que tem a ver com a sócio-demografia que, quando é frágil, tem impactes negativos na parte cultural; - Região de baixa densidade e dispersa; - Os operadores turísticos não se enquadram com a região, com os agentes culturais da região – fazem as coisas somente para os turistas sem o envolvimento dos locais. Porque não fazer para os locais e envolver os turistas?; - Multiplicação de infra-estruturas e equipamentos numa lógica intermunicipal não foi muito bem conseguida – uma instância supramunicipal poderia ajudar a gerir esta situação; - Dificuldade em trabalhar em rede – dificuldade de organização (ex. turismo de quinta em rede). Trabalhar em rede não é só uma questão de escala mas também de ganhar com isso (ex. o vinho ganha nome e isso traduz-se em benefício para todos); - Competitividade territorial – ser mais atractiva (os jovens investidores mantêm-se cá se houver condições de atractividade); - O mercado não funciona de modo eficiente; - A questão dos clusters, que são uma visão sectorial da realidade: tem de ser uma lógica territorial e não sectorial. No caso do cluster do vinho, é preciso ir mais longe fazendo uma integração com o turismo e a paisagem.

b) PONTOS FORTES:

+ **CM ALJ:** - Paisagem; - Gastronomia; - Boas condições técnicas e boa localização para o turismo de golfe e de congressos; - Boas condições para produção de energia de fontes renováveis, com benefícios nacionais mas também regionais.

+ **CM ARM:** - Aposta no Turismo (Económica); - Desenvolvimento do sector energético (barragens, mini-hídricas, parques eólicos) (Económica); - Novas culturas (vinho do Douro; outros produtos; componente alimentar; artesanato...) (económica); - Com mais educação e formação há mais emprego; - Com o turismo, o investimento em novas tecnologias e os novos equipamentos (desporto e cultura) geram-se novas oportunidades para empregos qualificados (económica/social); - As novas apostas económicas (ex. energias) geram empregos qualificados – as novas ofertas nos ramos a energia, educação, infra-estruturas (lazer, cultura, educação) geram emprego mais qualificado; - Investimento em lares (mais de 5 milhões) necessita de pessoas especializadas (gera emprego) (económica / social); - Preocupações com a paisagem (ambiente); - Óptimo trabalho tem sido feito na construção de várias ETAR's (Ambiental); - Há uma agenda cultura cada vez melhor (cultura).

+ **CM CZA:** - Património natural, histórico e arqueológico; - Bons produtos e de qualidade.

+ **CM VNFC:** Diversidade de recursos, alguns deles ilimitados – arte rupestre única em dimensão e ao ar livre; Casamento feliz entre saber e convivência harmoniosa entre as populações e na natureza; - Dimensão histórica do espaço (há poucos lugares que reportam a tal antiguidade); - Paisagem; - Existência de uma cultura milenar – persistência de sociedades que se sucederam e actuam no território de forma acentuada (gente de trabalho e persistente); - Preservação do ambiente – região de baixa densidade – solos estão tratados; - Persistência de políticas públicas para a região; - Plano Nacional de Turismo (1985) – figura de ordenamento turístico – refere a região como uma região específica de aproveitamento turístico; - A região está a ser alvo de grandes investimentos públicos (**investimento público per capita**); - Projecção de uma imagem do território com capacidade de atracção de actividades humanas que trouxeram elementos de inovação – vinho (produção, comercialização, distribuição), gastronomia (de autor e não tanto tradicional) e hotelaria (SPA's, Wellness...), modelos de inovação turística.

+ **CM LMG:** - Paisagem e todo o enquadramento ambiental que o Douro usufrui, incluindo a paisagem; - Quinta como elemento fundiário da região: turismo, vinha (Quinta do Seixo; Quinta do Nápoles; Quinta do Pêgo... enquadramento paisagístico). A região tem excesso de infra-estruturas, superior à procura, superior às regiões urbanizadas. Impedir que sejam criados equipamento municipais, quando equipamentos supra-municipais resolviam o problema.

+ **CM MF:** - Rio; - Paisagem (vinho, oliveiras) – do ponto de vista do cartaz turístico; - Potencial para explorar de forma sustentável, ir retirando da região tudo o que pode dar, sem comprometer o futuro.

+ **CM PR:** - Paisagem; - Vinho; - Gente; - Gastronomia; Valorização do comboio.

+ **CM SAB:** - Pessoas e sua cultura; - Vinho; - Turismo; - Ambiente; - Paisagem.

+ **CM SJP:** - Contexto em que se insere; - Vinho de excelência.

+ **CM SMP:** - O CC está todo servido com ETAR's; - Qualidade dos vinhos com bons técnicos); - Cuidados nos tratamentos das uvas – há muita gente entendida na matéria; - Turismo e fileira da vinha – estão fracos mas devidamente reformulados podem ser a grande aposta do futuro; - Paisagem; - Criação de uma zona oficial que aglutina todas as oficinas dispersas pelo concelho: sapateiros; serralheiros; ligados ao vinho e à fileira da vinha...

+ **CM TM:** - Cultura de parceria (embora ainda não seja interiorizada por todos); - Os municípios já deram também um passo grande nas parcerias (entendem-se melhor); - Consolidar essas questões (objectivos), a curto-prazo com apoios do QREN, a médio longo-prazo com uma visão para região daqui a 20 anos;

+ **CM TBC:** - Qualidade dos vinhos; - Paisagem; - Gastronomia; Pessoas.

+ **CM VR:** - Paisagem; - Vinhos; - Biodiversidade; - Região única; - Agenda XXI local.

+ **ADVID:** - Clima; - Potencial de denominação de origem; - A imagem de marca (Porto); - Falta de emprego; - Fraca assistência social – deficientes serviços sociais de apoio; - Baixo nível de formação; - Pequenas explorações como complemento das famílias – agregado família; - Reduzida poluição (atmosférica, rios, etc.); - Clima (permite uma cultura sem necessidade de utilização de pesticidas); - Estar sob a égide de uma instituição interprofissional, embora ainda não implementada (permite um mecanismo de regulamentação importante, com o IVDP à cabeça); - Exploração da cultura da vinha, do património vitivinícola da região; - Dimensão do território – não há nenhuma região como património mundial com a dimensão do Douro (há muito para estragar e muito para intervenções correctas).

+ **AETUR:** - A vinha ajuda à preservação ambiental; - Região emergente em termos de notabilidade, curiosidade e interesse turístico – destino turístico em construção; - Muita oferta a nível da parte cultural, monumentos (Igrejas, Solares que marcam épocas e estilos...e que têm um valor imenso em toda a região), que abarcam um período enorme: gravuras até ao actual (ex. novas adegas) – novos focos de atractividade (Quinta do Vallado, Quinta Nápoles, Quinta do Portal); - Equilíbrio ambiental.

+ **AEVP:** - Melhoria das acessibilidades nos últimos anos; - Melhores acessibilidades com mais lugares onde ficar, traz mais pessoas ao Douro (as pessoas começam a vir ao Douro); - Grandes transformações nos últimos 15/20 anos, a todos os níveis; - É mais fácil vir, ver e ir embora no mesmo espaço/tempo (mesmo dia).

+ **Douro Superior:** - Estrutura de Missão do Douro (ponto forte e ponto fraco) – pode ter um papel significativo (ainda não faz muito, mas pode fazer); - As pessoas gostam desta região; - Paisagem; - Já há muitas coisas feitas, mas é possível fazer mais (espectáculos, preservação do património).

+ **AVIDOURO:** - Douro; - Vinha; - Paisagem.

+ **Beira Douro:** - Riqueza da paisagem; - O rio enquanto activo económico; - O Vinho (Porto e Douro), não só enquanto produto, mas também como sustento da paisagem (sem o vinho (vinho) o Douro não seria o mesmo); - Ambiente natural ainda preservado; - Gastronomia rica, mas não totalmente explorada.

+ **CD:** - Clima; - Pessoas; - Douro e afluentes (Bacia Hidrográfica do Douro); - A forma requintada de as pessoas receberem; - Paisagem.

+ **CITMAD:** - Paisagem; - Ser património Mundial (ser reconhecido); - Produtos: vinha e vinho, 1ª Região Demarcada do Mundo, e pelos mercados onde está o vinho – ligar o vinho à região – tirar dividendos desses mercados e captar pessoas para o turismo; - Evoluções que houve na indústria do vinho.

+ **Douro Alliance:** - Questão ambiental – qualidade de vida em termos ambientais; - Rapidez de mobilidade; - Segurança (também para captação de novos promotores).

+ **Douro Histórico:** - Tem havido cuidados com a paisagem e ambiente (dissonâncias ambientais); - Paisagem, vinho; - Qualidade de vida.

+ **DRAP-TMAD:** - Vinho; - Paisagem; - Potencial turístico; - Ambiente ainda com grande qualidade; - OT – belíssimo trabalho em termos de PDM's (algumas alterações estão a ser feitas decorrentes do PDM). É importante que não se façam alterações capotadas de interesse público (só a criação de emprego não é interesse público – há atentados ambientais de de OT justificadas pelos interesses públicos = Hotel Douro, Régua).

+ **EMD:** - Paisagem / vinho = inseparáveis; - Rio Douro; - Património; - Escola de Hotelaria e Turismo de LMG (emprego e formação também para as famílias mais desfavorecidas); - Território limpo; - Esforço claro de requalificação da região; - Esforço de fazer ETARS para cobrir toda a região; - Práticas agrícolas mais amigas do ambiente – protecção integrada; - Combate aos entulhos; - Geoturismo; - Campanha Douro limpo (exemplo de sustentabilidade) – UTAD, Navegabilidade...; - Rede escolar, saneamento, ETARS; - Para construir casas no ADV é preciso uma autorização do Ministério da Cultura.

+ **ETD:** - Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO); - A divisão da CCDRN em Vila Real é vantajosa.

+ **IVDP:** - Grande potencial de produzir produtos de alta qualidade (vinhos, frutos, produtos agro-alimentares transformados, cultura, paisagem...) (económico); - Tudo o que há no Douro é bom! (económico); - Ter um tecido social que sempre foi capaz de muitas vezes “fazer das tripas coração”: reinventar e sustentar a região (Social); - Equilíbrio social, apesar das diferenças sociais (não há conflitos sociais por causa disso) (Social); - Tem um sistema muito diversificado e muito equilibrado – foi sendo gerado ao longo de muitas gerações (basta ter capacidade de o saber preservar) (Ambiental); - Começou a criar-se instituições com autoridade/responsabilidade sobre a totalidade do território do ADV (NUT Douro, Bacia Hidrográfica do Douro) (Institucional); - Possibilidade de integrar a cultura com a paisagem e com o turismo (componente cultural forte) (Cultural); - Douro – Inspirador de cultura (Cultural); - Mosaico da paisagem, cultura, povoamento (espacial).

+ **LADPM:** - Pessoas; - Paisagem; - Vinha e Vinho; - Património natural e cultural; - Potencialidades turísticas e de actividades conexas.

+ **NERVIR:**

+ **UNIDOURO:** - Região única no mundo (a única a produzir o VP de extrema qualidade); - Paisagem; - Vinho; - Azeite.

+ **UTAD-AC:** - Possibilidade de criar empresas em novos sectores, no campo do turismo (Economia); - Desafios que existem vitivinicultura (explorar mais a qualidade da vinha) (Economia); - Tecido de associações, de pequenas associações culturais, de banda, de teatro (embora com algumas fragilidades) – sinal de mobilização (envolvimento da sociedade), embora pouco articulados entre si (há alguma dinâmica que precisava de ser apoiada, acarinhada) (social); - Paisagem (ambiente); - Riqueza patrimonial (ambiente); - Museu do

Douro (Cultural); - Património Histórico (cultural); - Infra-estruturas culturais (um pouco espalhadas pela região (VR, LMG, ...há um centro de profusão de infra-estruturas culturais (salas de exposições, centros culturais); - Proximidade com Espanha (cultural); - Progressos nas acessibilidades (tem cada vez melhores ligações com o exterior), embora alguns concelhos estejam um pouco encravados, sobretudo no Douro Superior (espacial); - Museu de VNFC – Gravuras (arte rupestre) (cultural).

+ UTAD-JR: - Vinho do Porto (marca internacional); - Estrutura empresarial do Vinho do Porto relativamente forte; - Produção do vinho de mesa elevada qualidade (vinhas identificadas com o território - “terroir”; - Boa aceitação destes vinhos nos mercados; - Surgimento de um razoável número de técnicos (ex. enólogos) de perfil internacional; - Surgimento de iniciativas empresariais do vinho DOC (Denominação de Origem Controlada); - No sector do Vinho - as Universidades têm formado bons especialistas (ex. enólogos) que se mantiveram na região; - No sector do Turismo - A escola Profissional do Turismo de LMG; - Aparecimento de iniciativas empresariais; - A oferta tem aumentado fortemente, nomeadamente aos níveis das infra-estruturas (centros culturais; de instituições fundamentais como o Teatro de LMG e Vila Real - artes performativas (representação), cinema/shopping de Vila Real); - Surgimento do Museu do Douro com vários núcleos museológicos; - Oferta cultura local: ranchos, bandas...; - Produção cultural ligada ao teatro em Vila Real, UTAD.

+ UTAD-LM: - Ter um produto reconhecido – VP – apesar da competitividade dos mercados internacionais; - Potencial para o turismo; - Há uma nova geração de profissionais de novas profissões (enólogos, por ex.) que puxam um pouco pela região; - Hoje não se produz tanto em quantidade mas em qualidade (trabalha-se muito com a qualidade); - Há um cluster empresarial de sustentabilidade (nos produtores do vinho – é uma exigência) com preocupações na responsabilidade social corporativa (além da preocupação ambiental, preocupação também com o social); - Tem uma elite (positivo / negativo) que tem influência, que vai puxando para o Douro muitas coisas, mas também pode ser negativo, porque a população local fica fora das iniciativas; - Paisagem diversa; - Agricultura / viticultura bastante sustentável (não se pode manipular muito porque não suportaria); - As Câmaras deviam ter um protagonismo maior no desenvolvimento da região, mas deveriam entender-se melhor (não faz sentido ser a CCDR a gerir o Douro); - Ter uma região de baixa densidade permite haver sempre população e quintas espalhadas pelo território, permitindo um turismo de baixa densidade.

c) OPORTUNIDADES:

+ CM ALJ: - Criação de uma entidade supramunicipal, eleita na região; - Turismo de Golfe associado a um projecto imobiliário; - Aumentar a oferta turística para a classe média (estimular a oferta de camas de gama média alta); - Apostar na linha-férrea do Douro; - Construção de um aeroporto regional; - Apostar estrategicamente nas acessibilidades (as terrestres e fluviais estão boas, mas há uma lacuna na aérea e ferroviária); - Ligação do Douro a outros patrimónios mundiais – rota dos patrimónios mundiais (PT e Espanha); - Deslocalizar as empresas do Vinho do Porto para a região: fazer tudo aqui e depois exportar, o que supõe boas acessibilidades. Já está a acontecer; - Turismo patrimonial / cultura: pode ser feito todo o ano.

+ CM ARM: - Ligar o rio à periferia (atrair os visitantes às margens) (económica); - Apostar na componente hoteleira (económica); - Apostar em produtos naturais (económica); - Colocar a região ao serviço dos visitantes (económica); - Criar emprego para os jovens com formação superior (económica); - A maior preocupação com o social incentiva o investimento em organizações de cariz social (ex. lares, centros de dia, creches) e exige pessoas especializadas; - Preocupações sociais actuais geram emprego e novas oportunidades (o apoio à pessoa é muito maior do que no passado); - Apostar na formação profissional para colmatar essas carências; - Novas apostas económicas que não eram comuns na região (energia, turismo, novos equipamentos, novas tecnologias) têm potencial para gerar empregos qualificados; - Construções que se adaptem às características do ADV (ambiente); - Manter a qualidade da água e turismo (ambiente); - Regionalização – identidade mais forte e desenvolvimento mais acelerado (institucional); - Desenvolvimento mais equilibrado entre o litoral e o interior (institucional); - Valorizar as acessibilidades (espacial); - Criar uma política de desenvolvimento integrado (riqueza e desenvolvimento para todos) (espacial); - Vias de comunicação que criem

dinâmica de desenvolvimento (VR- Bragança; LMG-Vilar Formoso...); - Poder regional forte – as autarquias por si só não têm grande poder de reivindicação, daí serem mais desfavorecidos; - Como não há um nível estratégico, um entrosamento dos vários sectores, coordenação, seria necessário um planeamento regional mais forte e mais capaz; - O eixo urbano como motor da região e depois mobilizar o desenvolvimento para toda a região; - Aposta forte nos grupos culturais; - Valorização do património religioso (mais 500 mil euros); - Rotas: do VP, Cister, Romanos...; - Criar uma dinâmica de desenvolvimento – base cultural do processo de desenvolvimento.

+ **CM CZA**: - Trabalhar em rede (com grande vantagem); - Regionalização; - Acessibilidades (concluir o IC5).

+ **CM VNFC**: - Turismo – indústria da cultura (indústrias criativas); - Nichos de produtos genuínos e com carga de inovação (vinhos e outros produtos); - Conclusão dos eixos rodoviários – oportunidade para atrair pessoas para segunda residência ou até para vir vier para a região por opção; - Captação de mercados limítrofes (ex. Espanha).

+ **CM LMG**: - A sustentabilidade tem de ser estruturada à volta dos pólos urbanos (pólo de desenvolvimento urbano) para fixar jovens e alcançar massa crítica; - Ofertas complementares que fixem as pessoas; - Articulação e cooperação: desenvolvimento de projectos que têm raízes locais. São mais sustentáveis – ficam aí depois dos fundos europeus (festas locais, etc...); - Actua-se como o produto estivesse feito, como se fosse o melhor do mundo, mas não é!

+ **CM MF**: - Mais poder às autarquias – regionalização (institucional); - Criação e fixação de empresas ligadas ao turismo; - Produção e comercialização de vinhos e azeite, frutos secos...; - Integração / federação das cooperativas agrícolas e vitivinícolas para se promoverem conjuntamente e se tornarem mais competitivas e se modernizarem. Dinamizar as instituições cooperativas – associar-se entre si e cooperarem para vingar no mercado; - Recuperação do tecido urbano das aldeias, criando condições de habitabilidade e conforto.

+ **CM PR**: - Estudar a questão das alterações climáticas; - O turismo é fundamental para a região, mas esta oportunidade se não for bem canalizada pode-se subverter (é preciso ter tudo no lugar próprio; - Gastronomia; - Energias renováveis.

+ **CM SAB**: - Nichos de mercado associados à produção vitivinícola, turismo, caracterização do património, à produção multimédia; - Regionalização e reforma administrativa do Estado (se a região tiver mais recursos e mais meios poderá ser mais capaz); - Ambiente: investir cada vez mais no ambiente, cidadania e educação.

+ **CM SJP**: - Vinho do Porto de Excelência; - Aumentar e diversificar a oferta turística; - Diversificar a economia (DOP – Denominação de Origem Protegida – para o Azeite.

+ **CM SMP**: - Turismo; - Vinho; - Paisagem

+ **CM TM**: - Haver um poder regional que é fundamental para criar uma visão regional (poder intermédio para que os investimentos sejam mais bem geridos regionalmente); - Contrariar a desertificação do interior (Inverter).

+ **CM TBC**: - Agenda intermunicipal da cultura; - Falta alguém agarrar nisto e dar uma visão integrada à região; - Criar uma rota entre concelhos; - Mudança ética na política; - O turismo é a grande aposta de região (envolve mais organismos: agricultores, produtos endógenos, eventos culturais, mostrar aos outros o que nós temos), tem um papel aglutinador.

+ **CM VR**: - O sector cooperativo tem um potencial para o desenvolvimento da região; - A CD como entidade reguladora; - Descentralização; - Novos paradigmas de governação, como a participação dos cidadãos; - Regionalização (essencial para uma melhor repartição dos recursos); - As pessoas e instituições do Douro deviam procurar entender-se e provocar o real desenvolvimento da região (o vinho do Porto devia sair daqui para a exportação e não do Porto e VNG); - Preparar os jovens para o empreendedorismo.

+ **ADVID**: - Desenvolvimento do vinho de mesa; - Enoturismo; - Outros produtos associados às quintas, ainda que de forma residual (azeite, compotas...); - Criação de processos sócias de apoio e de reintegração social (ex. formação dirigida); - Explorações de enoturismo (está ainda por fazer) – explorada em muitas regiões vitícolas do mundo, promovendo circuitos pedestres e actividades ao ar livre; - Crescimento do tecido associativo; - Efectivo estabelecimento de um museu do território – está a ser implementado, mas ainda não é visível; - Valorização das quintas como nichos culturais.

+ **AETUR**: - Destino turístico em construção; - Intervenções urbanísticas: preservação do edificado, valorizando a parte cultural; - Recuperar património antigo abandonado há muito; - Cativar jovens quadros: ambiente, arquitectura, ordenamento, parte social (sociólogos, psicólogos, psiquiatras...); - Fazer levantamento exaustivo do que existe ao nível da Junta de Freguesia para aproveitamento turístico; - O Douro pode ser um destino cultural; - Reforma administrativa: é necessário um novo modelo de organização territorial – não é possível haver mudanças porque tudo está minado (a mudança tem de ser global); - Agência de Desenvolvimento Regional.

+ **AEVP**: - Há 15 anos atrás ninguém vinha ver o Douro, quem quisesse ver e provar o VP ia a NV Gaia; - Rearranjar os acessos, criando condições de fácil trânsito e desfrute da paisagem (estradas panorâmicas); - Abrir-se a novos mercados (China, Angola...), procurar novos mercados; - Os vinhos “Douro” começam já a ser uma nova aposta para a região; - O Governo deveria promover o vinho lá fora no estrangeiro. A *Vini Portugal*, instituição representante dos vinhos portugueses, mostra os vinhos no estrangeiro, mas devia haver um poder mais forte de apresentação dos vinhos portugueses, uma aposta forte do Estado para promoção no exterior (VP e Douro, dois tipos da mesma matéria-prima); - Se as instituições trabalhassem interligadas (interligação institucional) as coisas poderiam ser muito melhores; - O *Simplex* do IVDP veio facilitar muito.

+ **AVIDOURO**: - A CD havia de ter mais poderes para equilibrar a região; - Parques de campismo, parques de merendas (atrair pessoas para consumir e deixar valor acrescentado na região e atrair novos investimentos; - Movimento associativo.

+ **Beira Douro**: - Diversificar a economia; - O potencial do rio enquanto activo económico; - Turismo associado ao vinho (Enoturismo), turismo cultural (património), activo (natureza); - Produtos, artes e ofícios tradicionais (algum saber fazer que ainda se preserva na região e que pode trazer benefícios para a região).

+ **CD**: - Produtos de qualidade – vinho, produtos da natureza; - Maior aproximação dos grandes centros.

+ **CITMAD**: - Empresas ligadas ao sector turístico; - Empresas de eventos, hotelaria, alojamentos – estar ligados aos operadores turísticos.

+ **Douro Alliance**: - Turismo (a longo prazo) com actividades conexas (animação, agricultura...); - Criação de infra-estruturas ligadas à saúde, cultura, formação, segurança e agricultura. Os turistas vêm ver a paisagem humanizada. Ao promover estas actividades como actividades conexas ao turismo, contribui-se para a sustentabilidade da região.

+ **Douro Histórico**: - Oferecer o melhor para activar os jovens; - Turismo: todo o turismo interessa como ponto de partida para outras coisas (mas há muitas dificuldades em fazer uma segunda viagem); - Dentro da estratégia local, privilegiar investimento em lugares mais deprimidos; - Valorizar pela qualidade e não pela quantidade.

+ **Douro Superior**: - Ter uma regionalização (enquanto tivermos autarcas a olhar para a sua capela e a CCDDR a olhar para todo o Norte...); - Melhorar a comunicação interna (por ex. a questão das rotas – não há uniformização); - Museu do Douro (para o Douro) – tem potencial, mas a informação não passa (é necessário repensar toda esta situação).

+ **DRAP-TMAD**: - Criar ligações mais rápidas ao longo do Rio até Barca D’Alva (encurtar distâncias); - Começar a fazer educação ambiental nas escolas; - Classificar as atribuições dos organismos de uma vez por todas; - Haver uma estratégia de recuperação do património edificado; - Ligado ao Turismo do Douro – concentrar a dinâmica da oferta de guias turísticos de modo a ser fácil encontrar um quando necessário; - Melhorar os acessos sem descaracterizar o Douro (um dos grandes estrangulamentos); - Haver dinâmicas – há muitas rotas, mas é necessário haver dinâmicas que permitam dar a conhecer essas rotas existentes (Cister, Romanos, Vinho...); - Faz falta o Turismo terrestre – só o fluvial não é suficiente (não deixa riqueza na região).

+ **EMD**: - Construção de acessibilidades; - Modernização do aeroporto; - Articulação entre os agentes locais (a Estrutura de Missão acaba por funcionar como um chapéu – a Estrutura de Missão favorece o entendimento); - O turismo pode coser todas as outras dinâmicas; - Preocupação com os resíduos de construção; - Criar o *Stuart Council* – Carta do Geoturismo; - ETAR – todos os concelhos – libertar esta carga sobre o Douro; - Preocupação em manter o

Douro protegido; - O Plano Nacional do Turismo definiu o Douro como destino prioritário...não havia nada; - Recuperação cultura (ex. vale do Varosa; Museu do Douro); - Regeneração urbana (regenerar com efeitos económicos ligados ao turismo – articulando a economia local/regional.

+ **ETD**: - Melhorar a relação entre as instituições de modo a potenciar os recursos do Douro (Ambiente e OT); - Criar uma visão de conjunto entre os municípios; - Acessibilidades: equilíbrio entre o chegar disperso e o chegar aos lugares; - Preocupação com o ambiente, o OT e a sustentabilidade estão a tornar-se uma oportunidade; Liderança e participação (“Deixem respirar a sociedade e nós podemos ir mais além”).

+ **IVDP**: - Desenvolvimento económico sustentado, materializado na satisfação da procura crescente que há para os produtos de alta qualidade, que o Douro tem conseguido produzir (económico); - Abertura do Douro ao mundo, essencialmente com o turismo e com algum investimento estrangeiro, que permite dar o pulo do séc. XIX para o séc. XXI (Social); - Preservação da paisagem cultural, evolutiva e viva, única no mundo e que, ao mesmo tempo, é o sustento da região e do espaço (Ambiental); - Regionalização, não na horizontal, mas na vertical (Douro – Norte e Centro = Douro, Trás-os-Montes e Beira Alta, mais do que propriamente o Norte) - Diferença nas formas (Institucional); - Região Norte – tem o perigo da dicotomia Litoral/Interior (Institucional); - A região Norte interior tem riqueza endógena para se desenvolver (Institucional); - Competição dos territórios – o Porto capta recursos cá para os investir lá (Institucional); - Qualificar os públicos para ofertas mais qualificadas – criar públicos e oportunidades (Cultural); - Poupar nas estruturas para investir noutros lugares (Cultural); - Capacidade de atrair novos e diversificados públicos e produtores de cultura (Cultural); - Desenvolver formas de povoamento e ordenamento do espaço e território mais adaptados às boas práticas ambientais e de sustentabilidade (espacial); - Construção sustentável (espacial); - Criar melhores condições para se pode viver nas quintas (vinha, vinho, turismo) – dificuldade em manter as pessoas para trabalhar nas quintas (ex. para o turismo) (espacial); - Criar infra-estruturas de cultura e lazer nos núcleos e criar condições para a fixação de quadros; - Esquemas alternativos da gestão de resíduos (espacial).

+ **LADPM**: - Conseguir alavancar o desenvolvimento em torno dos recursos instalados e criar uma maior qualidade de vida; - Aproveitar as possibilidades de investimento público que no futuro poderão não existir; - Estrutura de Missão como uma oportunidade que no futuro também poderá não existir.

+ **NERVIR**: - Criação de uma estrutura para a comercialização dos vinhos; - Criar empresas que possam vender os seus produtos; - Muita formação aos restaurantes no sentido de valorizarem os produtos locais; - Fomento do diálogo associativo; - Renovação das associações por parte da produção; - Regionalização (região interior Norte): região mais homogénea, de acordo com as especificidades regionais (se tiverem poder de decisão; gastar-se-ia menos do que o poder central gasta hoje).

+ **UNIDOURO**: - Ter apoios e incentivos para promover o produto como tal. As pessoas não têm possibilidade de o fazer; - Interação entre os vários organismos. As Autarquias deviam estar mais viradas para o desenvolvimento rural em vez de estar viradas para o cimento (betão); - O turismo (mas até que ponto pode ser uma ajuda ao escoamento do produto? Ainda não há pacotes para os turistas ficarem na região; - Mais aposta na produção; - Introdução de técnicas ao nível da gestão e marketing, apoio ao agricultor na produção (apoio técnico). Só com grande qualidade é que se pode impor (competitividade pela qualidade); - criar programas para que consigam que os turistas fiquem mais de 2 dias.

+ **UTAD-AC**: - Turismo (economia); - Agricultura biológica (Economia); - Produção de figo de boa qualidade (economia); - Pode haver lugar para oportunidades de lazer, turismo, educação ambiental (através dos parques), Museu do Douro, Liga dos Amigos do DPM (Ambiente); - Museu do Douro pode criar sinergias (Cultural); - Linha do caminho-de-ferro (pouco explorado) – passageiros e mercadorias.

+ **UTAD-JR**: - Incremento das actividades turísticas; - Aproveitamento de possibilidades vitivinícolas; - Aproveitamento de alguns produtos locais e tradicionais (artesanato...produtos de origem biológica); - Novos empregos melhor remunerados ligados ao Vinho, ao Turismo, à cultura e ao envelhecimento da população (assistência); - Aproveitar o ecossistema, incluindo a

vinha, as galerias ripícolas, a preservação dos matos mediterrâneos; - Manter a qualidade da água e turismo; - Regionalização; - Produção de actividades culturais de proximidade, a serem utilizadas juntamente com o turismo (actividades à volta do Turismo); - Alguma reconversão de centros históricos de agregados populacionais de pequena dimensão (vilas aldeias vinhateiras: Provesende, Barcos, Favaio, Ucanha...); - Mudanças junto ao Rio na Régua - passou a ser assimilada culturalmente; - Reconversão dos centros urbanos (históricos) - bom exemplo: o Pinhão (perfeita intrusão); - Quinta do Seixo, Hotel Douro, Aqua Pura - bem enquadrados paisagisticamente; - Na mancha o que se fizer tem de ser fazer com cuidado, o que não quer dizer que não haja modernidade.

+ UTAD-LM: - Fazer uma eco-taxa – taxa turística; - Potencial de turismo em fazer da região uma região sustentável (o problema é esta falta de integração – já não é só as pessoas que não são integradas, mas também as câmaras) – turismo promovido para segmento 5 estrelas mas que não tem qualidade para isso; - Vinho – o sector do vinho está a crescer e a ficar mais sólido; - O Douro é uma região extraordinária, mas há outras regiões também pelo mundo magníficas (perigo de cair neste regionalismo). Sem prejuízo desse turismo (5 estrelas), não descuidar o turismo para a classe média; - No turismo tudo está concentrado em poucos agentes, por isso existe o perigo de deixar de lado outras possibilidades, como é a possibilidade de integrar os locais no processo; - Não se decida à séria a manutenção ou não da linha do Tua; - Se o turismo for sustentável, há oportunidades – as pessoas investem em pequenos negócios, que geram mais empregos. Há oportunidades dependendo do modo como o turismo se implementa; - Conseguir implementar um modelo de desenvolvimento sustentável – a região tem de ser atractiva para quem vem como para quem cá vive. Atrair os visitantes, mas atrair os locais também; - Para conseguir uma região sustentável, a produção tem de se aproximar do sustentável – começa a ser uma cultura. O ambiente vende. O problema está na dimensão social; - Criação, reestruturação e partilha de serviços intermunicipais – criação de uma instância supramunicipal.

d) AMEAÇAS:

+ CM ALJ: - A crise actual; - Descapitalização dos privados; - Não fazer os investimentos devidos no tempo devido.

+ CM ARM: - Desertificação (não se pode perder os jovens); - Desertificação humana (sem riqueza e emprego, o território desumaniza-se, o que é altamente negativo); - Manter a paisagem (não a deixar degradar) (ambiente); - Qualidade da água (ambiente); - Não destruir o património paisagístico (não descaracterizar a paisagem) (ambiente); - Evitar grandes movimentos de terra (ambiente); - Preservar os recursos hídricos (ambiente).

+ CM CZA: - Outros concelhos que nos podem tirar os turistas (estamos fora); - A Escola profissional tem dificuldade por falta de alunos; - Há oferta gastronómica, artesanato mas não está organizada e deveria ter mais qualidade.

+ CM VNFC: - Relação entre a pequenez das instituições versus a sua instrumentalização política; - Falta de liderança do ponto de vista regional; - Não saber aproveitar os meios de que dispõe para melhorar a economia; - Monocultura do vinho e da vinha – risco de se tornar um factor de desequilíbrio e de instabilidade da base económica; - Abandono do tratamento dos campos (paisagem), da cultura da terra; - Poluição do Douro (lixos, qualidade da água e dos aquíferos, a utilização indevida de fertilizantes e fitofármacos, a poluição dos barcos); - Desordenamento do território – processos de rápido desordenamento do território (ex. construção de moradias em REN e RAN – ameaça em potencial); - Dispersão urbana (dificuldade de receitas nos CC – a tendência será o licenciamento); - Abandono das aldeias – abandono do território – falência por inteiro de aglomerados urbanos, com a consequência artificial de se querer ir viver para a sede de CC; - Medida – discriminação positiva para áreas com problemas de baixa densidade no ensino básico e não provocar o desenraizamento das populações das aldeias; - Inexistência de meios de mobilidade com carácter intermunicipal.

+ CM JSP: - A tutela não olhar para o Douro como deveria olhar e não criar os benefícios do apoio gerido e das acessibilidades; - Cada vez somos menos e isso é uma ameaça; - Poder cada vez mais atroz das empresas exportadoras – estão a alargar o seu espaço de produção, acabando por não precisar dos pequenos agricultores e produtores; - Cortes sistemáticos no benefício

(deixa os pequenos agricultores de fora). As grandes empresas não vão precisar dos produtores engarrafadores para nada.

+ **CM LMG**: - Se calhar estamos a andar ao contrário de outras regiões vitivinícolas no mundo: fixam as pessoas, vendem vinho a preços mais acessíveis; - Não temos capacidade para aproveitar as nossas capacidades por não estarmos preparados para tomar as devidas alterações; - A liberalização do mercado é uma preocupação. Dúvida de manter um sistema fechado ou ir para uma situação de competição com outras regiões vitivinícolas com melhores situações. Os grandes crescem e permanecem e os pequenos desaparecem; - A vinha mudou muito nas últimas décadas: socalcos, castas em talhões = talhões com monocastas. A vinha tem alguma flexibilidade, o que dá uma certa margem de manobra e permite adaptá-la a novas condições; - O pior que pode acontecer ao Douro é iludir-se, é assumir que as potencialidades são vantagens assumidas. Não são! É preciso trabalhá-las. Excesso de imagem. Como se fosse o paraíso e depois quando vêm é que vêm os problemas.

+ **CM MF**: - Poluição do Rio – se ficar poluído os turistas deixarão de visitar; - Os vinhos perderem qualidade; - Continuar o poder de decisão centralizado em Lisboa (institucional); - Perigo de as instituições ficarem a vier para dentro, a lutar por si só, com o fim da EMD (Institucional).

+ **CM PR**: - Alterações climáticas; - Fraco entrosamento institucional (com implicações profundas ao nível económico e social). No Douro há 40 mil viticultores, muitos pequenos e médios. Com a descida do preço do vinho, a agricultura deixa de ser rentável e a paisagem começa a degradar-se. Produzimos um produto nobre e continuamos a ter graves problemas sociais e de pobreza.

+ **CM SAB**: - Pirâmide demográfica invertida; - Globalização (oportunidade e ameaça).

+ **CM SMP**: - Se a situação do vinho se mantiver, por mais 3 ou 4 anos, e não se inverter vai ser uma situação dramática (sector dos vinhos).

+ **CM TM**: - Desertificação

+ **CM TBC**: - Despovoamento; - Falta de sincronia, de ligação entre os actores no terreno.

+ **CM VR**: - Desentendimento institucional (não potencia o desenvolvimento – se não se entenderem tem de vir de fora quem faça entender); - As instituições têm de subordinar os interesses individuais aos interesses da região; - As Universidades estarão a fazer uma boa formação académica? É deste tipo de formação que precisamos? A Universidade devia discutir com o sector empresarial e com as outras instituições.

+ **ADVID**: - Alterações climáticas (já se sentem); - Concorrência a preços de “combate” – outras regiões têm um grande volume de produção com o qual não conseguimos competir; - Falta de emprego; - Desertificação – abandono da actividade vitivinícola; - Clima e condições do solo (cultura de rusticidade – culturas muito adaptadas a estas condições agrestes); - Cultura da vinha não ordenada (fora do IVDP e das regulamentações); - Falta de implementação dos PDM's; - Intermitência da política cultural para a região; - Não assumir o seu verdadeiro potencial (cultura); - Pressão urbanística do turismo sobre a vinha.

+ **AETUR**: - O tempo – corre contra nós. Perdemos muito tempo: devíamos estar mais acelerados na implementação das actividades, de projectos, de estudos; - Incapacidade de fixar na região as pessoas adequadas; - A monocultura gera a acumulação; - Desaparecer o homem do Douro; - Perder-se o pequeno e médio agricultor / propriedade.

+ **AEVP**: - Crise; - A máquina institucional pesada e tardia (inoperância de algumas instituições para que as coisas avancem e sejam uma mais valia para a região); - Descapitalização; - Dificuldades actuais de implementação de novos projectos, o que pode dificultar a exportação para outros mercados; - As dificuldades económicas interligam-se com problemas sociais. Só quem está bem posicionado tem hipótese de sobreviver; - A regionalização não faz sentido, mas a descentralização, sim, com algum poder de decisão, no sentido de aproximar as instituições das pessoas; - O tempo que se demora a obter licenças, obter vistorias e autorizações pode afastar possíveis investidores.

+ **AVIDOURO**: - Desertificação (deixar tudo a monte); - O Governo devia deitar a mão a isto.

+ **Beira Douro**: - A falta de entrosamento entre as instituições; - Turismo no sentido de que o surgimento de novos destinos turísticos podem constituir uma ameaça ao desenvolvimento turístico do Douro.

+ **CD**: - Devia ser uma região atractiva, mas repele, embora tenha condições para ser atractiva.

+ **CITMAD**: - Conjuntura económica e política actual (as famílias estão endividadas – é preciso dinheiro para investir); - As instituições a olhar só para elas próprias – estão muito fechadas; - As parcerias são mais fáceis de fazer com investidores de fora do que daqui da região (toda a gente quer mandar).

+ **Douro Alliance**: - Crise económica actual; - Falta de investimento; - Desertificação humana (nada via funcional sem se resolver este problema); - As novas empresas ligadas a novas tecnologias podem instalar em zonas mais afastadas dos grandes centros, mas é preciso haver condições para que os filhos se sintam bem.

+ **Douro Histórico**: - Crise actual (forte ameaça); - Não se fomenta uma cultura do mercado (desprestígio de ir à praça fazer compras); - Individualismo; - Dificuldades de entrosamento institucional; - Sobreposição institucional (várias instituições a fazer a mesma coisa).

+ **Douro Superior**: - Dificuldade em fazer valer a marca Douro (o que está a ser feito); - Não manter a paisagem; - Regionalização que não foi feita ainda.

+ **DRAP-TMAD**: - Não haver uma consciencialização colectiva da importância das questões ambientais; - Destruição da paisagem vitícola – destruição dos muros; - Utilização cada vez mais de herbicidas (diminui a biodiversidade).

+ **EMD**: - Não há risco de um turismo de massa porque os planos o limitam; - Vinho nos mercados internacionais (oportunidade e ameaça); - Turismo (a mesma coisa do que o vinho).

+ **ETD**: - Saibramentos que não obedecem da natureza e do Ministério da Agricultura (provocam deslizamentos); - Não há ameaças do ponto de vista do turismo; - Dificuldades de comunicações (telecomunicações no vale ou afluentes).

+ **IVDP**: - Ser capaz de lá chegar – ser capaz de vender diamantes polidos em vez de pedras em bruto onde há diamantes dentro (económico); - O Douro normalmente é preguiçoso para conseguir dar valor acrescentado aos produtos que saem daqui; - Os produtos de luxo exigem muito trabalho e são difíceis de vender; muito trabalho a publicitar (económico) (económico); - Há produtos que podem estar a esse nível, mas falta conhecer esses mercados (económico); - Continuar a mobilizar este tecido social (Social); - Promovê-lo no seu conjunto (Social); - Usar essas diferenças sociais como força e não como desvantagem (pode haver vantagens nisso) (Social); - Preservar este diamante (Ambiental); - Resistir à tentação de fazer tudo demasiado depressa e com máquinas muito grandes (tudo é mais rápido, mas perde as suas características) (Ambiental); - Todo o equilíbrio do Douro foi feito com muitos anos, ao ritmo da natureza (Ambiental); - Regionalizar verticalmente (Institucional); - Organização profissional e sindical dos empresários dos vários sectores (fazer uma coisa a sério), com a mesma forma do corporativismo, mas sem as desvantagens do corporativismo (controlo estatal) (Institucional); - Estrangulamentos ligados à dinâmica populacional (ausência e falta de actividades para os jovens) (Cultural); - Saber preservar a memória e a riqueza cultural, ao mesmo tempo que se abre a novas culturas e ao mundo (Cultural); - Garantir a sustentabilidade e equilíbrio do território (no Douro não se pode mexer muito) (espacial); - Oportunidade e desafio de fazer uma gestão rural (transformar as vilas em aldeias e o não o contrário) (espacial).

+ **LADPM**: - Floresta; - Alteração das dinâmicas na agricultura (maior pressão, globalização do fenómeno), que poderão desvalorizar o produto. A paisagem depende deste economia.

+ **NERVIR**: - Lavradores vivem de costas voltadas; - As associações não trabalham em conjunto; - Dependência excessiva dos armazenistas.

+ **UNIDOURO**: - Abandono da actividade vitivinícola; - Perigo de abandono do património classificado (abandono da propriedade, descaracterização da paisagem classificada); - Desertificação; - Falta de iniciativas para que os jovens permaneçam na região (incentivos concretos para que o tecido populacional se rejuvenesça); - Diálogo de surdos entre produtores e exportadores.

+ **UTAD-AC**: - Falta de políticas que apoiem a fixação de gente no território (institucional); - Falta de políticas e processos que apoiem o tecido associativo (Institucional); - Desordenamento do território (Espacial); - Construção de vinha em sítios indevidos (espacial); - Desabamento de terras – tem-se pouco em conta os declives = derrocadas de terras; - RIO DOURO – reserva de água – oportunidade e ameaça. As barragens têm efeitos nem sempre desejáveis: efeito no transporte dos sedimentos, na fauna e na flora piscícola, nas algas, introdução de espécies

exógenas piscícolas; - Falta de mão-de-obra na agricultura e qualificada no turismo (Social); - Mudanças climáticas que podem ter implicações na vinha, olival (Ambiental); - Despovoamento, declínio demográfico, envelhecimento da população (social).

+ **UTAD-JR**: - Possibilidade de que pequenos produtores vitivinícolas terem que abandonar a produção com consequências negativas sobre a conservação da paisagem; - Perda e envelhecimento da população; - Envelhecimento da população; - Abandono dos agregados populacionais de pequena dimensão para a sede de concelho (perda de população da região e população das freguesias para as sedes de concelho; - Não há actividades económicas alternativas (serviços, o vinho e alguns turismo - problema de sazonalidade); - Captar pessoas capazes de responderem aos desafios das actividades económicas (vinho, turismo, cultura); - Alterações na cultura (plantação) da vinha; - Pressão turística; - Estrangulamentos ligados à dinâmica populacional (ausência e falta de actividades para os jovens); - Construção da Barragem do Tua - vai destruir um património que é maior do que a barragem - património que deveria ser preservado e utilizado (na perspectiva de que é um património cultural); - As eólicas - receitas - 1% - fundo para a preservação; - Mesmo do ponto anterior para as barragens; - Os locais não têm benefícios directos (nem das barragens nem das eólicas).

+ **UTAD-LM**: - Competitividade do mercado dos vinhos (é um campeonato difícil); - Turismo – torná-lo mais sustentável (criar oportunidades para pequenos negócios, não só as quintas que aparecem em todas as revistas); - Tudo o que for destruir a diversidade da paisagem não é bom (a monocultura em patamares aumenta o risco de erosão); - Corre-se o risco de a paisagem se tornar mais monótona, e ter impactos negativos na atractividade da paisagem (a gestão sustentável requer pensar nisso); - Não se está a gerir de forma sustentável ao, por exemplo, deixar subir as quotas da plantação da vinha; - Gastou-se muito dinheiro a fazer um plano – PIOTADV – e agora está na gaveta (as Câmaras eram responsáveis pelo plano, mas não se aplicou); - A EMD não faz sentido – faria mais sentido um Gabinete Intermunicipal, como de resto já existiu; - O Pólo de Turismo também não faz sentido, porque há o perigo de não funcionar como o Gabinete Intermunicipal não funcionou; - Turismo dos barcos – massificado – há 10 anos que não traz nada para a região. A aposta no grande deixa o pequeno sem apoios (não há recurso, nem capital social crítico mínimo – quando se chega a um determinado nível, fica complicado); - Mesmo economicamente, não e deve apostar num modelo único, mas na diversidade; - O Douro é demasiado politizado (gerido pela CCDR-N); - As populações não têm capacidade para se organizar; - Alterações climáticas podem ter consequências nefastas (há uma possibilidade latente de perder a diversidade); - Barcos / rio podem ter implicações severas na qualidade da água.

4. OUTROS ASPECTOS:

4.1. Condições para permanecer na região?

+ **CM ALJ**: 1. Aplicação do modelo económico sustentável, modelo do tripé (agricultura, ambiente, turismo).

+ **CM ARM**: 1. Emprego (sectores em desenvolvimento: turismo, restauração, novos empreendimentos / equipamentos); 2. Empresas novas ligadas à agricultura (vinho e fruticultura), energia, ligadas ao envelhecimento da população; 3. Desenvolvimento do tal eixo urbano que pode gerar investimento e emprego; 4. Desenvolvimento do pólo universitário de VR.

+ **CM CZA**: 1. Criar emprego; 2. Oferta cultural.

+ **CM VNFC**: 1. Criar condições de emprego com condições; 2. Criar dinamismo económico; 3. Medidas de ordem fiscal (ex. IMI); 4. Promoção do valor que tem viver em *low life* – valor que têm lugares de baixa densidade.

+ **CM LMG**: 1. Emprego (não tem actividades económicas que sustentem empregos bem pagos) – a grande parcela do emprego é na esfera pública; 2. Reforço do eixo urbano – criação de grandes empresas com criação de auto-emprego = falta empreendedorismo e de iniciativa.

+ **CM ME**: 1. Habitação; 2. Emprego.

+ **CM PR**: 1. Criação de emprego; 2. Dinamização da economia (a actividade turística pode desempenhar um papel muito importante).

+ **CM SAB**: 1. Criar emprego; 2. Bons serviços básicos (ambiente, saúde, educação...); 3. Bom ambiente, espaço de vida.

+ **CM SJP**: 1. Captar investimento (o CC está a tentar fazer). Sem investimento não há emprego e sem emprego os jovens saem; 2. Alargamento das zonas industriais; 3. Acessibilidades que possibilitem chegar mais rápido, com celeridade.

+ **CM SMP**: 1. Emprego – criar outras fontes de empregabilidade (o Douro não é uma zona industrial), ligados ao azeite, compotas, turismo, vinho. Podem ser um pequeno contributo, mas são estes pequenos contributos que podem ajudar a resolver estes problemas.

+ **CM TM**: 1. Emprego; 2. Fomentar a cultura de empreendedorismo (transformar mais ideias em realidade, criar o próprio emprego e o de outros).

+ **CM TBC**: 1. Infra-estruturas de turismo – criar postos de trabalho (criação de emprego); 2. Projectos de apoio à agricultura, como a criação de pequenos negócios (estufas; cabrito; criação de animais, articulada com o turismo, gastronomia).

+ **CM VR**: 1. Potenciar a sustentabilidade em termos económicos (ter um rendimento que permita a pessoas fixar-se); 2. Emprego; 3. Acesso mais fácil à saúde, ao ensino, ao desporto e à cultura.

+ **ADVID**: 1. Acesso ao ensino; 2. Acesso à cultura; 3. Fomento da empregabilidade.

+ **AETUR**: 1. Ter outros jovens à volta, da mesma idade, com preocupações semelhantes, pessoas com quem possam falar, divertir-se, com quem tenham mais afinidade.

+ **AEVP**: 1. Ligar o saber com a indústria; 2. Cativar as cabeças da região em diferentes áreas para ficar na região; 3. Focalizar o saber universitário (UTAD) para a região.

+ **AVIDOURO**: 1. Emprego; 2. Desenvolvimento das vinhas (se desse dinheiro, havia trabalho – sensibilizar os jovens para a agricultura (mulheres, trabalho mais barato)).

+ **Beira Douro**: 1. Criar mercado de emprego atractivo (embora seja muito complicado); 2. Criar um facilitador de negócios (fazer da região um atractivo para novos investimentos) – Uma entidade responsável por captar investimentos (Agência de Investimento); 3. As entidades regionais (autarquias) não saem da cadeira. 4. É necessário mudar o ambiente de negócios: criar condições para fixar empresas, benefícios...; 5. Criar uma instituição supra-municipal; 6. É necessário ter uma estratégia (saber onde se quer estar daqui por 10/20 anos). Ex. Empresa de Novos Povoadores.

+ **CD**: 1. Percebam que a região produz, criação de emprego que lhes dê condições base de vida; 2. A Universidade é vital para os problemas da região.

+ **CITMAD**: 1. Trazer empresas – criar um pólo industrial; 2. Criar espaços para as empresas que queiram vir para cá a baixos preços sem especulação; 3. Melhorar o parque desportivo que é ainda deficiente.

+ **Douro Alliance**: 1. Boas condições em termos escolares (oferta em educação e saúde); 2. Criar uma boa rede escolar e estruturas base de saúde (é difícil deslocar-se em família, sem ter como motivação uma boa oferta de infra-estruturas de saúde e educação, uma agricultura respeitada e moderna).

+ **Douro Histórico**: 1. Que as instituições facilitassem em logística.

+ **Douro Superior**: 1. Criar emprego e riqueza (riqueza / emprego) – não pode ser o Estado a criar tudo para todos: têm de ser as pessoas a criar as suas próprias coisas. Têm de saber o que querem; 2. Que o Estado tivesse a visão de se descentralizar. O Estado tem de ter a coragem de descentralizar serviços.

+ **DRAP-TMAD**: 1. Criação de riqueza (que o cabaz dê dinheiro). Se os jovens ganharem dinheiro não se fixam. Só se cria riqueza vendendo o cabaz; 2. Ter uma boa remuneração pelo trabalho que de faz.

+ **EMD**: 1. Emprego; 2. Universidades mais próximas das empresas; 3. Cultura do empreendedorismo (défice de empreendedorismo).

+ **ETD**: 1. Turismo (mais emprego); 2. Desafio ligado à vitivinicultura (mostrar as vantagens de uma actividade económica como é a vitivinicultura); 3. É preciso saber responder a algumas exigências dos jovens, valorizando a componente de animação, que permita a esses jovens não ter a tentação de sair.

+ **IVDP**: 1. Consolidar as oportunidades de vida com grande qualidade na região (divulgar); 2. Oferta educativa em igualdade de oportunidade com o litoral (escolas a todos os níveis, mais no

secundário); **3.** Condições de saúde; **4.** Melhorar as condições de vida. Rendimento, oferta de educação e oferta de saúde e cultura. Criar um modelo organizativo auto-sustentado sem precisar do Estado.

+ **LADPM:** **1.** Emprego qualificado.

+ **NERVIR:** **1.** Escola avançada de empreendedorismo: espaço para onde os empresários existentes tenham formação, alterar o tipo de negócio, pegar nos jovens que saem da escola e dar-lhes apoio empresarial e possam desenvolver o seu projecto. Arranjar um espaço onde possam desenvolver a sua empresa; **2.** Mudar a mentalidade dos jovens: mais do que procurar emprego, criar a sua própria empresa. A própria região deveria ter condições especiais para o fomento dessas empresas; **3.** A EDP deveria disponibilizar um fundo para ajudar o empreendedorismo (60 % da energia de fontes renováveis é produzida no Norte); **4.** Regionalização – estabelecer condições para fixar pessoas.

+ **UNIDOURO:** **1.** Ter uma actividade lucrativa, para ter condições de vida semelhantes à de outros jovens; **2.** Criar condições para que algum jovem que queira instalar-se na actividade possa efectivamente instalar-se.

+ **UTAD-AC:** **1.** Emprego – fundamental; **2.** Condições de qualidade de vida; **3.** Saúde, educação (escolas, centros de saúde, infantários, ginásios...) – as infra-estruturas de educação e saúde nem sempre estão próximas; **4.** Comércio e cultura (estarmos mais bem servidos).

+ **UTAD-JR:** **1.** Dinamização das actividades económicas e de suporte e cultura; **2.** É fundamental criar um pólo tecnológico (ligado às agro-indústrias, às castanha, com ramificações em lugares onde haja instituições de ensino superior); **3.** Turismo – alguma promoção.

+ **UTAD-LM:** **1.** Emprego – criação de auto-emprego, qualidade do emprego; **2.** Turismo como oportunidade para pequenos negócios; **3.** Auto-estima pela região – emprego e gestão da região – vai compensar a desvantagem competitiva que existe na região (a desvantagem competitiva pode ser compensada pelo sentir-se bem).

4.2. Pensando no ADV como um todo, que MODELO DE DESENVOLVIMENTO para a região? (VISÃO)

+ **CM ALJ:** A estratégia (o rumo) de uma região de excelência só pode afirmar-se se apostar: na **qualidade dos produtos** (vinho, azeite, gastronomia, paisagem); na **diferença** (imagem de excelência) – estar bem servida a nível rodoviário, fluvial e ter um comboio do século XXI (tudo o que oferecer tem de ter qualidade, passando a ser um nicho); **diversificar a base produtiva** (não há turismo sem uma aposta na agricultura). O Douro não pode deixar de ser uma região vinhateira, tendo com base económica a vinha e o vinho. Daí parte tudo o resto. Não nos podemos afirmar pela quantidade, mas pela qualidade, logo o vinho não pode ser o único produto, daí a aposta no azeite, frutos secos, produtos hortícolas, gastronomia (cabrito...). Já temos acessibilidades (falta aérea regional e ferroviária), agora é preciso estimular a oferta de camas de gama média alta, mas não há um produto específico do Douro, ainda é preciso formatá-lo (tem de ser diversificado e deixar de ser sazonal).

+ **CM ARM:** Só pode desenvolver-se se houver atractividade: criar através de investimentos excepcionais, fiscalidade (taxas de imposto menores – pagar menos IVA, IRS, IRC), política fiscal atractiva. Desenvolvimento do pólo Universitário de Vila Real, que atrairá mais licenciados para a região.

+ **CM CZA:** Passaria, em primeiro lugar, pela regionalização, que deveria apostar nas acessibilidades e nas principais actividades económicas, passando pela agricultura (produtos essenciais da região: vinho, azeite, maça, frutos secos), sem esquecer a vertente turística, onde todos põem a esperança, mas a mim não me convence muito. O Douro é paupérrimo. Dentro de poucos anos o Douro terá problemas sociais graves. Fizeram-se grandes investimentos mas que não contribuíram para o desenvolvimento da região, mas para as grandes firmas. Em termos estruturais, vendo de município em município, não se nota tanto assim. Na região de TOM e AD tem de haver algum organismo supra e inter municipal que definisse as estratégias para toda a região, sem passar pelo capricho de um ou outro município (turismo, acessibilidades). A EMD poderia ser um primeiro passo para gerir a região, como uma espécie de coordenação dos municípios.

+ **CM VNFC**: Que não se baseie num único cluster económico. Multi-actividades centradas em clusters: turismo, vinha e vinho, indústria da cultura (indústrias criativas), a indústria da pedra (com enorme potencial), articulado com a gestão territorial, agricultura clássica (com uma estratégia clara que aposte na inovação, na qualidade, com produtos de origem controlada. A região tem potencial para ser a região mais dinâmica do País nos factores socioeconómicos, contribuindo para a competitividade do País – valores, recursos, imagem ... – tem capacidade no contexto actual para ser a região mais dinâmica do País (potencial real). O investimento de que precisa está no QREN. É necessário pensar o Douro – qual é a base económica que devia estruturar o território? Seria necessário ter alguns clusters centrais: assistência e inovação no cluster do vinho – são as casas produtoras e comercializadoras que hoje inovam, mas o Estado tem de ter o seu papel.

+ **CM LMG**: Não pensamos o ADV como região, porque região é mais extensa. A região tem 19 municípios – Comunidade Urbana do Douro. Ninguém pensa a região só com 13 concelhos. Incluir mais alguns municípios fora da região como Moimenta da Beira, Penedono e Sernancelhe. Seguindo linhas de orientação em que o vinho e o turismo estão na primeira linha, com uma rede urbana que funcionasse em rede: serviços (dificuldade em articular projectos comuns).

+ **CM MF**: Trabalho articulado entre todos os intervenientes públicos, privados e cooperativos. Retirarem o maior proveito das sinergias criadas daquilo que há-de ser o futuro da região, que passam pela melhoria das condições de vida das populações (apoios à agricultura, criação de emprego, redefinição dos centros hospitalares, escolas). Que todos os actores definam uma estratégia coerente e exequível para a região.

+ **CM PR**: O ADV é um território que tem um produto único e nobre o VP, mas tem também outros vinhos que podem constituir uma alternativa. Além do vinho, a outra actividade que cria condições de desenvolvimento é o turismo, como complemento ao vinho e não substituição ao vinho.

+ **CM SAB**: Douro pobre e Douro rico. O Douro da aristocracia com o passar do tempo acentuou-se em vez de se diluir. Diferente distribuição de poderes na produção do VP. A cadeia de valor do vinho (vitivinicultura) tem sido transformada ao longo do tempo (havia organização). Os pequenos agricultores uniram-se em cooperativas e assim resolveram alguns problemas, mas não têm capacidade de acrescentar valor. Quem acrescenta valor à venda do vinho são as grandes estruturas comercializadoras (e não os produtores nem as cooperativas). Os pequenos produtores só depois de 2000 é que começaram a produzir vinhos com valor acrescentado no local (vinho, cultura, turismo) – criar e fixar valor no local. Está-se a conseguir pouco a pouco que o valor fique no território. Tem havido uma maior integração da cadeia de valor ligada ao vinho (ligada ao turismo, à cultura). Regionalização. Não há governação sem haver limite para a governação.

+ **CM SJP**: A nível da gestão criar uma entidade. Diversificação da produção, pegar nos produtos agrícolas emblemáticos e todos a trabalhar para o desenvolvimento (e não só o vinho). Projecto integrado: valorizar os produtos, torná-los rentáveis e aproveitar o turismo para os potenciar e escoar. Regionalização: Douro com entidade própria – CIMES é um grande avanço.

+ **CM SMP**: Engenho e arte para criar nichos, espaços para gerar emprego, ligados ao sector da terra. Só o turismo por si não pode fazer tudo. É necessário diversificar a ocupação das pessoas.

+ **CM TM**: Continuar a manter a qualidade de seus produtos (vinhos). O turismo surge como âncora disto tudo. Não poderemos ser uma região industrializada mas seremos uma região turística.

+ **CM TBC**: Passa por algumas estruturas de maior dimensão mas também por pequenas e médias empresas (criação de oportunidades de negócio); criar um lugar onde as pessoas possam ter os seus produtos expostos e vendidos. Passa por pequenos negócios articulados (pequenos produtores), bem articulados. Produtos bons têm sempre venda.

+ **CM VR**: Ter por base a agricultura e o turismo, com os outros sectores à destes dois pilares. Apostar na inovação e no empreendedorismo. Criar um pólo de desenvolvimento tecnológico (ciência e tecnologia), ligado à vinha e ao vinho, mas também à castanha...a outros produtos provenientes da actividade agrícola.

+ **ADVID**: Elaborado sob os princípios do PIOT – que integre a cultura vinícola, com o património, cultura (falta efectividade). O modelo de desenvolvimento preconizado pelo PIOT está bem ajustado à região, embora não esteja a ser aplicado. Tem de haver um maior entrosamento entre o PIOT e os PDM's.

+ **AETUR**: Que funcionasse tudo em torno de aproximações, em torno da mesma mesa, de nichos de discussão. Temos todos de nos sentar à mesma mesa. Não existem modelos estáticos, tem de haver pessoas a rumar para o mesmo lugar. Sentar-se à mesma mesa e definir o rumo a dar.

+ **AEVP**: Vinho e turismo como *ex libris* e mais valia da região. O turismo como nova riqueza a potenciar e sustentar a região. Desenvolver actividades à volta do vinho e do turismo, como restauração, serviços, profissões e serviços colaterais...

+ **AVIDOURO**: Continuar a manter a qualidade de seus produtos (vinhos). O turismo surge como âncora disto tudo. Não poderemos ser uma região industrializada mas seremos uma região turística.

+ **Beira Douro**: Região que se apostar nas potencialidades que tem (vinho, património, paisagem, e actividades conexas), tem possibilidades de se desenvolver.

+ **CD**: Vinho, vinha – não vejo outra coisa qualquer. A continuar as coisas vejo desertificação e abandono das vinhas.

+ **CITMAD**: Criação de uma estrutura regional que incorpore o Douro, onde estão os municípios à volta de região. Valorizar as pessoas do Douro – são essas pessoas que o conhecem. Desenvolver um esforço de cooperação institucional e política.

+ **Douro Alliance**: Polinucleado (em termos de OT), tendo o eixo urbano como motor do desenvolvimento de todo o ADV, baseado numa estrutura empresarial de pequena e média dimensão, ligadas ao 1º e ao 3º sectores (agricultura, turismo e outros serviços). O eixo urbano tem de ser estruturante para o ADV e ser vir de zona tampão à saída para o litoral ou estrangeiro.

+ **Douro Histórico**: Melhorar ao nível da agricultura. Aumento da produção agrícola (vinho e outros produtos como o azeite, a amêndoa – nichos que podem ser explorados e mais valorizados (ex. vaga do sabugueiro, chás...), o turismo. Promoção e valorização do território.

+ **Douro Superior**: Diversidade. Procurar situações em que se potencie o emprego, que não seja sazonal. Não tem claro que modelo de desenvolvimento para a região. É importante ter uma VISÃO. Temos de nos sentar todos à mesma mesa e ver o que se pode fazer.

+ **DRAP-TMAD**: Cabaz.: pensar o Douro como vinhos, paisagem, turismo, produtos de qualidade. Aproveitar a notoriedade do Vinho do Porto para vender o cabaz todo. Como vender? As empresas têm a sua estratégia e profissionalizaram-se. No turismo também. O que é que se faz com os pequenos – quase 20 mil pessoas?

+ **EMD**: Agricultura (viticultura) moderna, associada ao enoturismo de qualidade com inovação associada – os restantes produtos girarão à volta deste.

+ **ETD**: Valorizando o desafio da UNESCO, temos de ser capazes de encontrar formas em que o desenvolvimento é maior rendimento, maior bem-estar, melhor acesso à saúde, melhor acesso à educação. Tem de ser possível com uma actividade económica que parta do sector primário, mas que encontra no sector terciário uma parceria (indústria do turismo) que lhe dê mais-valias. Essa mais-valia não está ainda aproveitada. Há caminho ainda a percorrer no tema da animação. Ainda há mercado em Lisboa que não sabe que é possível chegar ao Douro em 3,5 horas. É necessário encontrar um outro figurino para a educação que se concentra nos centros escolares dos principais núcleos urbanos (LMG, Vila Real, Chaves) – uma educação mais bem organizada.

+ **IVDP**: Região onde seja possível as pessoas viverem e trabalharem; criar valor acrescentado nos produtos habituais, na região, no vinho e na vinha, turismo, património e na paisagem. Uma região onde para acrescentar valor a esses produtos tem gente mais qualificada a todos os níveis (desde os mais pequenos e simples até às profissões mais exigentes. Qualificação dos recursos humanos e que encarem os desafios (sobretudo o turismo) como potencial de desenvolvimento e não como exploração dos turistas ou dos locais pelos empresários de turismo. O turismo é muito exigente.

+ **LADPM**: Como foi descrito antes, deve ser um modelo que consiste na diversidade de actividades, onde a vinha e o vinho jogam um papel muito importante, juntamente com o turismo, numa valorização dos recursos endógenos locais, cativando investidores, empregos qualificados e turistas estrangeiros (e nacionais também).

+ **NERVIR**: Modelo que assente no empreendedorismo, que consiga cativar os jovens e fixá-los na região. Resolver o problema da CD e criar organizações de comercialização. Favorecer o diálogo institucional e trabalhar em rede na região. Diminuir a dependência face aos armazenistas.

+ **UNIDOURO**: Estamos à espera de um novo modelo de desenvolvimento (nível regional). Os poderosos são cada vez mais poderosos e os fracos mais fracos. Porque o Douro tem potencialidades. Um modelo que diminua as clivagens sociais e aproxime as pessoas.

+ **UTAD-AC**: Uma economia mais diversificada, mais valorizadora dos seus recursos (humanos, históricos, naturais), que assente na diversidade de actividades (agricultura como base), no turismo (rural, natureza, religioso), serviços de qualidade, parques industriais não poluentes, ligados a recursos existentes (agro-industriais e outros), que fixem mão-de-obra qualificada e geradora de riqueza. Uma região institucionalmente em rede, mais entrosada, mais forte em parcerias, mas trabalho pró-activo nas instituições. Sociedade civil mais activa e organizada. Uma região mais qualificada (gente pouco qualificada – construção civil). Precisamos de uma região mais qualificada, mais pronta para trabalhos em diversos sectores e mais habilitada para participar no desenvolvimento da região. Região mais atractiva (gente para morar, fixar trabalhadores), o que passa pelas infra-estruturas.

+ **UTAD-JR**: Primeiro, não há modelos ideais de desenvolvimento. Mas é necessária uma visão para o AVD, que tem no centro o Vinho, turismo, actividades correlacionadas ou de suporte (cultura, património edificado - monumentos, centros históricos). Ter o Vinho como base, o turismo (ex. venda de vinho no local) e as infra-estruturas. O Museu do Douro tem um papel fundamental porque tem como missão a preservação da paisagem cultural evolutiva e viva. Criar instituições com poder de decisão e responsáveis e responsabilizáveis - “Conselho de Sábios” ou Senado. Não existe uma visão estratégica. Os autarcas têm uma visão para a região, mais ou menos certa, mas olham fundamentalmente para o seu concelho, com objectivos de curto prazo, relacionados com o ciclo eleitoral. Por ex.: a construção de pavilhões, piscinas... são decisões coerentes de promoção da eleição política e com a estrutura do processo de decisão (não haver uma entidade supra municipal, com poder democrático e sujeito a prestação de contas (*accountability*) (a inexistência dessa entidade condiciona o estado de coisas).

+ **UTAD-LM**: Não há modelo /modelos ideais. No mundo actual marcado pela incerteza, é preciso apostar em tudo o que tenha potencial para ser lucro: regiões criativas, aproveitar o capital social, as ideias.

A CIM tem uma visão mais global sobre a região, que consiste na melhoria da qualidade de vida das pessoas (tratamento dos resíduos; recolha e tratamento...). Falta que o tecido empresarial tenha força para investir. Se não houver qualidade de vida (água, esgotos, infra-estruturas...), complementada com a iniciativa privada nunca se atingirão os objectivos (se a iniciativa privada não der um passo no sentido de investir. Não havendo emprego, os mais jovens têm de procurar noutras regiões ou mesmo no estrangeiro.

Aliar tradição à modernidade. A nível de desenvolvimento regional, ressalta a importância do **ambiente, das energias renováveis**, como factor de desenvolvimento regional e económico inquestionável: (1) diminuir a dependência face ao exterior; (2) são energias limpas, logo diminuem as emissões de CO₂, (3) traz mais-valias para região, através do aproveitamento directo e de impostos directos. Antes os investimentos não tinham contrapartidas substanciais para a região (só o todo nacional aproveitava isso). Agora, houve mudança de paradigma: do produto, riqueza criada há: renda paga localmente (imposto municipal pago sobre o investimento; a derrama que antes era paga em Lisboa passa a ser paga localmente; 3% do aproveitamento eléctrico total reverte para a região. Explorar a componente ambiental é contribuir para a sustentabilidade económica e social. É sentimento regional que o desenvolvimento da região passa por uma aposta estratégica na agricultura, ambiente e turismo.

Se tudo isto funcionar bem, a região vai ser economicamente sustentável, e terá comércio, mais indústria (mas nunca será a base da região)

4.3. MELHOR ESTRATÉGIA para a região: Cooperação (COOP) ou competição (COMP)?

4.3.1. Existe cooperação entre as entidades públicas (EP), as empresas € e a sociedade civil organizada? S / N

	INSTITUIÇÃO	COOP	COMP	EP.E.SCO SIM	EP.E.SCO NÃO	OUTRA
1	CM ALJ	X		X		A ser Melhorada
2	CM ARM	X		X		Boa relação
3	CM CZA	X		X		Pouca
4	CM VNFC	X	X	X		Desarticulada
5	CM LMG	X			X	
6	CM MF	X		X		Alg Resistência
7	CM TM	X		X		Melhorada (Int.)
8	CM PR	X		X		Pouca
9	CM SAB	X		X		Ainda ã suficiente
10	CM SJP	X		X		Pontualmente
11	CM SMP	X		X		Pouca
12	CM TBC	X		X		A ser Melhorada
13	CM VR	X		X		Devia existir mais
14	ADVID	X		X		Pouca
15	AETUR	X		X		Pouca
16	AEVP	X		X		
17	AVIDOURO	X			X	
18	Beira Douro		X		X	
19	CD	X		X		
20	CITMAD	X		X		Ainda ã suficiente
21	Douro Alliance	X		X		Pouca
22	Douro Histórico	X			X	
23	Douro Superior	X		X		Incipiente
24	DRAP-TMAD	X		X		Muito a fazer
25	EMD	X		X		Poucas X
26	ETD	X		X		Em construção
27	IVDP	X		X		Pouca
28	LADPM	X		X		Pouca
29	NERVIR	X		X		Pouca
30	UNIDOURO	X			X	
31	UTAD-AC	X		X		Frágil
32	UTAD-JR		X	X		Pouca
33	UTAD-LM	X		X		

4.4. Que aspectos mais aprecia na região?

+ **CM ALJ**: 1. Paisagem; 2. Vinhos; 3. Pessoas.

+ **CM ARM**: 1. Beleza paisagística; 2. Componente monumental (românico, gótico – riqueza muito grande); 3. Natureza: a nível ecológico temos um estado de preservação bastante positivo; 4. Forte desenvolvimento no turismo.

+ **CM CZA**: 1. Paisagem; 2. Vinho; 3. Douro.

+ **CM VNFC**: 1. Valores (humanos, culturais, patrimoniais); 2. Quadro geográfico único com carácter de excepção.

+ **CM LMG**: 1. Rio; 2. Região Demarcada (paisagem que esmaga, que se sobrepõe); 3. Vinho em geral.

+ **CM MF**: 1. Segurança; 2. Tranquilidade; 3. Escolha de vida – projecto de vida (segurança).

+ **CM PR**: 1. Pessoas; 2. Paisagem; 3. Vinhos.

+ **CM SAB**: 1. As pessoas; 2. A cultura (tudo o que as pessoas fazem); 3. Ambiente e património.

+ **CM SJP**: 1. Pessoas – dinamismo que têm para a ajudar a construir a paisagem (suor e história) e seu entorno (o que criar e a motivação para criar); 2. Paisagem.

+ **CM SMP**: 1. Paisagens; 2. Vinho; 3. Cultura e pessoas; 4. Qualidade de vida.

+ **CM TM**: 1. Tranquilidade; 2. Segurança; 3. Ar puro.

+ **CM TBC**: 1. Paisagem; 2. Vinhos; 3. Gastronomia

+ **CM VR**: 1. Paisagem; 2. Vinhos; 3. Gastronomia

+ **ADVID**: 1. Paisagem; 2. Qualidade de vida; 3. Reconhecimento e valorização de quem nos visita – deixa orgulhoso por fazer parte disto.

+ **AETUR**: 1. Diferenciação paisagística; 2. Gastronomia (pouco desenvolvida, mas existente); 3. Pessoas.

+ **AEVP**: 1. Vinhos; 2. Qualidade de vida; 3. Oferta diversificada da região: para conhecer, relaxar....

+ **AVIDOURO**: 1. Paisagem; 2. Vinhedos; 3. Douro.

+ **Beira Douro**: 1. Qualidade de vida.

+ **CD**: 1. Vinho; 2. Muros; 3. Paisagem; 4. Pessoas.

+ **CITMAD**: 1. Gentes; 2. Actividade que se faz no Douro (actividade e esforço das gentes).

+ **Douro Alliance**: 1. Paisagem natural / humanizada; 2. Pessoas.

+ **Douro Histórico**: 1. Paisagem (Outono); 2. Vinhos.

+ **Douro Superior**: 1. Paisagem; 2. Vinho; 3. Pessoas.

+ **DRAP-TMAD**: 1. Vinho; 2. Paisagem; 3. Produtos de qualidade; 4. Património.

+ **EMD**: 1. Paisagem; 2. Gastronomia e vinho; 3. Rio Douro.

+ **ETD**: 1. Paisagem; 2. Gastronomia; 3. Tranquilidade; 4. Segurança.

+ **IVDP**: 1. Vinhas e vinhos; 2. Paisagem; 3. A luz; 4. As pessoas; 5. A Comida.

+ **LADPM**: 1. Pessoas; 2. Caldo cultural à volta da vinha e do vinho

+ **NERVIR**: 1. Paisagem; 2. Gastronomia; 3. Potencialidades da região.

+ **UNIDOURO**: 1. Solidariedade; 2. Persistência (construir a paisagem com sofrimento); 3. Pessoas – activo muito importante (é preciso é dar-lhes condições).

+ **UTAD-AC**: 1. Qualidade de vida; 2. O ADV está mais ligado com o exterior; 3. Oportunidades culturais (Museu do Douro, teatro de LMG e Vila Real); 4. Paisagem; 5. Bons ares (sem poluição); 6. Acesso a bons produtos: pão, queijo, azeite, vinho...

+ **UTAD-JR**: 1. Paisagem evolutiva viva; 2. Qualidade de vida.

+ **UTAD-LM**: 1. Pessoas; 2. Património; 3. Paisagem, rio.

4.5. Por que razões considera que as pessoas procuram a região?

+ **CM ALJ**: 1. Pelas maravilhas da região: paisagem, vinhos e gastronomia;

+ **CM ARM**: 1. Riquezas naturais – paisagem, arquitectura, cultura, gastronomia; 2. Maneira afável com que se recebe as pessoas; 3. Produtos locais – vinho, maçã, azeite, mel...

+ **CM CZA**: 1. Paisagem.

+ **CM VNFC**: 1. Paisagem; 2. Construção humana.

+ **CM LMG**: 1. Paz; 2. Sossego; 3. Uma coisa diferente.

+ **CM MF**: 1. Conhecer a região; 2. Produtos e serviços – paisagem, vinho, gastronomia, passeios de barco.

+ **CM PR**: 1. Porque não há mais nenhuma outra região no mundo igual ao Douro. Combinações raras: fortemente intervencionada pelo ser humano, beleza natural, produto único.

+ **CM SAB**: 1. Diferenciação (região diferente), monumento da humanidade, força do homem em relação à natureza, espaço titânico de gerações; 2. Cultura; 3. Beleza da Paisagem

+ **CM SJP**: 1. Verificar *in loco* a classificação Património Mundial que tem (curiosidade); 2. Comprar vinhos; 3. Gastronomia; 4. Passeios de barco (SJP é um CC atractivo, mas com dificuldade de alojamento).

- + **CM SMP**: 1. Ao tornar-se uma zona classificada o Douro tornou-se mais apetecível. Espera-se que traga benefícios / riqueza para a região.
- + **CM TM**: 1. Ser bonita para visitada; 2. Riqueza gastronómica; 3. Vinhos de qualidade; 4. Cultura do seu povo.
- + **CM TBC**: 1. Paisagem; 2. Vinhos; 3. Gastronomia
- + **CM VR**: 1. Paisagem; 2. Biodiversidade; 3. Região única.
- + **ADVID**: 1. Paisagem única; 2. Vinho do Porto – produto único.
- + **AETUR**: 1. Por ser novidade; 2. Por se estar a organizar; 3. Por conhecerem mal; 4. Por começar a haver oferta diferenciada e de qualidade.
- + **AEVP**: 1. Paisagem; 2. Produto único (as pessoas vêm à procura de ser surpreendidos e são-no); 3. Fruticultura: azeite, azeitonas, laranjas, frutos secos (a complementar a parte *Gourme*), a cor, o contraste...
- + **AVIDOURO**: 1. Porque é bonita, espectacular.
- + **Beira Douro**: 1. Paisagem diferente e única; 2. Bem-estar.
- + **CD**: 1. Paisagem; 2. Vinhos; 3. Gastronomia.
- + **CITMAD**: 1. Ouviram falar e querem comprovar; 2. Património Mundial; 3. Alimentação (gastronomia); 4. Curiosidade.
- + **Douro Alliance**: 1. Pelo que ela tem de singular e único; 2. Pelas suas gentes.
- + **Douro Histórico**: 1. Curiosidade (ouvir falar); 2. Vinho; 3. Emoções.
- + **Douro Superior**: 1. Paisagem.
- + **DRAP-TMAD**: 1. Turismo fluvial (o turista vai teleguiado – o que deixa na região é muito pouco); 2. Turismo terrestre não organizado – sai desiludido com a desorganização. Admira a paisagem, a gastronomia, mas sai com uma visão de que existem várias entidades que actuam de forma desorganizada e algumas sem grande empenho. **CRÍTICA**: onde estão os postos de venda dos produtos regionais, onde os encontrar?
- + **EMD**: 1. Autenticidade do local; 2. Património; 3. Enoturismo (vinho e paisagem).
- + **ETD**: 1. Curiosidade por conhecerem; 2. Paisagem; 3. Vinho; 4. Gastronomia.
- + **IVDP**: 1. Paisagem; 2. Perceber porque o Douro está – começa a estar – na moda; 3. Gastronomia; 4. Riquezas naturais e patrimoniais.
- + **LADPM**: 1. Paisagem; 2. Vinha e vinho; 3. Rio
- + **NERVIR**: 1. Vinho; 2. Paisagem; 3. Gastronomia; 4. Usufruir de uma região única.
- + **UNIDOURO**: 1. Paisagem; 2. Produtos regionais; 3. Pessoas; 4. Monumentalidade (está na moda).
- + **UTAD-AC**: 1. Paisagem; 2. Gastronomia; 3. Vinho; 4. Qualidade do acolhimento - hospitalidade; 5. Carácter exclusivo (não se encontra noutros sítios)
- + **UTAD-JR**: 1. Paisagem; 2. Gastronomia (em menor grau); 3. Monumentos – património edificado.
- + **UTAD-LM**: 1. Paisagem; 2. Património arquitectónico e natural.

4.6. DESEMPENHO REGIONAL no contexto do País? Muito Bom (MB); Bom (B); Normal (N); Fraco (F); Muito Fraco (MF)

Instituição	Económica	Ambiental	Social	Cultura	Institucional	Espacial
CM ALJ	N	B	B	N	B	N
CM ARM	N	B	B	B	N	B
CM CZA	N	B	B	F	N	N
CM VNFC	N	B	F	F	F	N
CM FR	MB	MB	F	B	N	F
CM LMG	F	B	F	B	F	F
CM TM	F	B	F	N	B	B
CM PR	B	F	MF	N	F	B
CM SAB	F	B	B	MB	F	B
CM SJP	MB	B	B	B	N	F
CM SMP	F	N	F	B	N	F
CM TBC	B	B	N	N	N	N

CM VR	N	MB	F	B	N	N
ADVID	N	N	F	F	F	F
AETUR	N	B	F	F	F	F
AEVP	B	B	N	B	N	N
AVIDOURO	F	B	F	F	MF	N
Beira Douro	F	B	N	N	F	N
CD	N	B	N	N	F	F
CITMAD	F	N	B	B	N	F
Douro Alliance	F	N	N	F	F	N
Douro Histórico	N	B	B	F	F	N
Douro Superior	F	F	N	F	B	N
DRAP-TMAD	B	N	F	N	N	N
EMD	F	MB	B	B	N	B
ETD	B	B	F	B	N	B
IVDP	N	B	F	F	N	N
LADPM	F	N	F	N	N	F
NERVIR	N	B	N	N	F	N
UNIDOURO	F	MF	N	N	N	F
UTAD-AC	F	B	N	B	N	N
UTAD-JR	F	B	F	N	F	N
UTAD-LM	F	N	F	F	MF	N

4.7. PRIORIDADES para os próximos 20 anos?

+ **CM ALJ**: - Consolidar e desenvolver o modelo de desenvolvimento (agricultura, ambiente e turismo); - Maior ligação entre a oferta formativa e o mercado de trabalho.

+ **CM ARM**: **1.** Educação vital para o desenvolvimento da região; **2.** Formação profissional; **3.** Desenvolvimento económico; **4.** Desenvolvimento da rede viária; **5.** Apoios fiscais ou outros para a fixação de pessoas; **6.** Apostar em novos produtos que tenham a ver com a região (ervas e arbustos aromatizantes, cogumelos...), como complemento ao vinho, renovar a cultura da amêndoa, produção de azeite de altíssima qualidade em pequenas quantidades.

+ **CM CZA**: **1.** Turismo (criar uma estratégia); **2.** Captar pessoas; **3.** Atrair investimentos.

+ **CM VNFC**: **1.** Concluir o Plano de Desenvolvimento Turístico do ADV (A estrutura e nova diversificação); **2.** Atrair e fixar populações e qualificar recursos humanos (associado ao marketing territorial – pessoas para virem e ficarem); **3.** Barreira: divisão do território – visão fracturante. Abordagem mais funcionalista do território: devia ter ido mais longe na avaliação do Alto Douro (qualquer medida tomada nunca terá o alcance que deveria ter – há CC que pertencem a diferente NUT II e NUT III); **4.** Tem actividades com potencial para se desenvolver (concretizar as medidas que estão no terreno = turismo) – economia; **5.** Reforma profunda das instituições – criar estruturas de carácter estruturante e reconhecidas pelas instituições locais. Há instituições que se sobrepõem. O ADV é um pouco teórico, mais para promoção, mas que não tem o alcance que deveria ter para a região; **6.** Não há uma integração de imagem coerente do Douro – não só do ADV – tem-se a percepção de que o Douro termina na Régua. Os actores estratégicos são actores que agem em termos da estruturação do território, como se o Douro fosse a parte “atlântica”. Todas as estruturas estão no Porto, mas uma estrutura mental que não consegue pensar o Douro da Régua para cima. Limite mental. Deveria haver uma integração coerente harmoniosa – não há participação dos locais. A construção mental – pertença – é feita em três realidades: transmontana, duriense e beira. A Unidade territorial é complexa – não se sabe quem é quem. Por exemplo, quem definiu as áreas turísticas não conhece o território;

+ **CM LMG**: **1.** Região fundamentalmente desenvolvida no Turismo; **2.** Hotelaria, alojamento, gastronomia, venda de produtos regionais, monumentos, centros históricos; **3.** Que o Douro possa viver disso: articulação do vinho com o turismo – adegas visitáveis, região bem limpa, em sinalizada, onde os turistas se sintam bem e gostem de estar; **4.** Crescimento das cidades sem esvaziar as periferias (empreendedorismo, economia).

+ **CM MF**: 1. Acessibilidades; 2. Emprego – criar condições para melhorar as condições de trabalho; 3. Criar condições sociais para que as populações possam ter perspectivas de futuro (de vida), para poderem cá continuar a viver e a trabalhar (escolas, hospitais...); 4. Dar passos para que a região caminhe por si só; 5. Criar um centro incubador de empresas municipal ou intermunicipal; 6. Criar condições para que os empreendedores emerjam (incentivos);

+ **CM PR**: 1. Criar condições para as pessoas se fixarem – actividade económica, condições para viverem, vinho e turismo; 2. Estar atento às questões ambientais e fazer de tudo para alterar o rumo dos acontecimentos.

+ **CM SAB**: 1. Regionalização (escrutinar uma estratégia para a região; conferir poder à região; território que está a morrer) por oposição a um modelo centralista; 2. redimensionar as freguesias associadas a cada concelho (falta de recursos).

+ **CM SJP**: 1. Emprego sustentável (evita a desertificação e o abandono); 2. Qualificação da população (escolaridade e formação profissional); 3. Criar um mercado sustentável (exterior).

+ **CM SMP**: 1. Apreensão porque o mercado anda muito rápido; 2. Que os avanços científicos e tecnológicos cheguem de forma rápida à região do Douro; 3. Maior desempenho da UTAD no diagnóstico permanente da região e que ela tenha um contributo notável para o desenvolvimento da região.

+ **CM TM**: - Desenvolvimento económico, com a criação de emprego; - Qualificação das pessoas (profissional...); - Qualificação dos recursos naturais; - Fazer um projecto para a região (visão regional).

+ **CM TBC**: 1. Apostar no turismo de qualidade (pensar bem no turismo); 2. Valorização dos produtos endógenos; 3. Desenvolver uma maior articulação entre as instituições.

+ **CM VR**: 1. Fixação das pessoas na região (mais emprego, com mais qualidade e inovação); 2. Empreendedorismo.

+ **ADVID**: 1. Ordenamento vitivinícola; 2. Ordenamento do sector cooperativo; 3. Ajustamento / rectificação da área produtiva (ajustar a produção e a dimensão); 4. Fomentar a eficiência das operações vitivinícolas (ser mais eficiente em todos os sentidos: produção, vinho...).

+ **AETUR**: 1. Renovação do tecido social; 2. Fixação de quadros jovens; 3. Multiplicação de equipamentos turísticos (aumentar o número de camas; 4. Preservação ambiental.

+ **AEVP**: 1. Boa relação entre o poder institucional e o regulamentar para potenciar o que a região tem de melhor: a vinha e o vinho, protegendo quem faz disto o modo de vida (melhoramento económico e social); 2. Criar ferramentas para que esta qualidade se consiga na promoção no exterior deste produto de excelência.

+ **AVIDOURO**: 1. Bom desempenho institucional (autarquias); 2. Mais trabalho: mais ajudas do governo para as vinhas (desenvolvimento da região passa pela viticultura).

+ **Beira Douro**: 1. Organização regional. A capacitação das instituições que passarão a ter outra força e outra visão; 2. Turismo: criar um destino turístico do Douro. Organizar o Douro turisticamente (oferta articulada entre agentes públicos e privados). O trabalho interno é que não está feito. O Douro não está organizado e não comunica bem (não se dá a conhecer). Não é uma questão de falta de meios, mas uma questão de articulação. É preciso que quem procura tenha facilidade em encontrar; 3. Falta dinâmica privada que possibilite estes serviços (e ninguém se dispõe a assumir estes riscos); 4. O Planeamento deve ser mais flexível.

+ **CD**: 1. Vinho; 2. Turismo; 3. Cultura; 4. Continuar a apostar nos produtos de qualidade;

+ **CITMAD**: 1. Turismo e alojamento; 2. Cooperação; 3. Divulgação.

+ **Douro Alliance**: 1. Inovação conjunta da região e internacionalização; 2. Apoio à exportação do tecido empresarial; 3. Políticas para a retenção da população; 4. Articulação institucional (local e regional).

+ **Douro Histórico**: 1. Mudanças pessoais e institucionais; 2. As instituições sem fins lucrativos no futuro entrarão no mercado (concorrência); 3. Educação (sistema educativo); 4. Regionalização.

+ **Douro Superior**: 1. Manter a paisagem; 2. Grande preocupação ecológica (lixos – resíduos, qualidade da água, qualidade do ar; 3. Preocupação de encontrar nichos de mercados para o turismo – turismo diferenciado (não sabemos o que queremos – não sabemos o que fazer); 4. Falta de uma estratégia global par ao Douro em todos os aspectos e não só no turismo.

+ **DRAP-TMAD**: **1.** Em termos de vinha: plano de reestruturação das cooperativas; **2.** Ambiente: sensibilização (criar mecanismos que limpem a região (curto prazo)) nas escolas (em paralelo); **3.** Qualificar os recursos humanos – abrir as escolas aos empresários (são os grandes empregadores da região – abrir-lhes a escola. Duas vertentes: parte dos próprios (consciencialização); apoio estatal (criar mecanismos para aliviar o endividamento das cooperativas); **4.** Criar mecanismos de apoio à internacionalização (dinâmica colectiva virada para a internacionalização). Criar mecanismos de marketing; **5.** Que a região falasse a uma só voz – haver liderança na região e falar a uma só voz –, haver um organismo inter-profissional que liderasse a região. Falta de liderança – quem lidera? Não há uma estratégia, há várias estratégias, sendo que cada organismo tem as suas. Não há uma voz para a região; **6.** Incentivar mais a inovação e a criatividade.

+ **EMD**: **1.** Vinho e turismo; **2.** Inovação associada à produção do vinho; **3.** Preservar o património genético associado à vinha (pode fazer a diferença no futuro).

+ **ETD**: **1.** Criar redes a vários níveis; **2.** Melhorar as condições de circulação na perspectiva da fruição (estradas seguras, e fruição da paisagem); **3.** Conseguir inovar, trazer uma estrutura tecnológica inovadora para o sector primário (vitivinicultura) e produzir vinho com maior qualidade (cada vez mais); **4.** Parque tecnológico a partir da vitivinicultura e depois passar para outros sectores conexos.

+ **IVDP**: **1.** Sustentabilidade ambiental e da paisagem; **2.** Garantir a integração das várias actividades (vinho, turismo, cultura, património); **3.** Integração numa região administrativa (Norte e Centro interior); **4.** Ter condições de atractividade/condições de vida ao nível de outras regiões do país; **5.** Aumentar os níveis da qualificação geral – Educação.

+ **LADPM**: **1.** Empregabilidade (segurar a população); **2.** Unir as várias componentes numa visão estratégica (de longo prazo): agricultura, indústrias conexas (produtos endógenos) e turismo; captação de investimento para todos os sectores (emprego qualificado).

+ **NERVIR**: **1.** Medidas que contrariem a desertificação e nos aproximem da Europa; **2.** Criar a nível nacional condições excepcionais de investigação no campo da ciência e da tecnologia.

+ **UNIDOURO**: **1.** Acessibilidades; **2.** Organização institucional (vários organismos que se atrapalham uns aos outros); **3.** Investimento forte na formação (sem mudança de mentalidades não há mudança possível).

+ **UTAD-AC**: **1.** Qualificação das pessoas; **2.** Diversificar a economia; **3.** Criar condições para que haja trabalho (apoiar as empresas); **4.** Manter e melhorar a qualidade dos serviços; **5.** Melhorar as acessibilidades intra-regionais; **6.** Melhorar a qualidade do ambiente (águas, biodiversidade, agricultura sustentável e biológica); **7.** Apostar na manutenção da agricultura e mantê-la mais dinâmica.

+ **UTAD-JR**: **1.** Preservação da paisagem; **2.** Preservação do património edificado, material e imaterial; **3.** Actividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos endógenos (vinhas, paisagem, património, ambiente); **4.** Actividades económicas - vinha e turismo.

+ **UTAD-LM**: **1.** Estratégia de diversidade, de minimização de riscos (por causa da incerteza que o mundo atravessa); **2.** Educação; **3.** Cultura (valorização da cultura, das actividades culturais); **4.** Criar stock de capital criativo – sociedade do conhecimento e informação (competitividade).

4.8. PARTICIPAÇÃO no processo de desenvolvimento? 4.8.1. Sociedade civil activa?

Muito Importante (MI); Importante (IM); Indiferente (IND); Pouco Importante (PI); Sem Importância (SI)

INSTITUIÇÃO	MI	IM	IND	PI	SI	SCA_S	SCA_N	OUTRA
CM ALJ	X						X	Cada vez mais
CM ARM		X				X		Mas podia ser mais
CM CZA		X					X	
CM VNFC	X						X	
CM LMG		X					X	
CM MF	X						X	
CM PR	X						X	

CM SAB	X					X	
CM SJP	X				X		A nível local
CM SMP	X					X	
CM TM	X					X	A ficar mais activa
CM TBÇ	X					X	
CM VR	X				X		Devia haver mais
ADVID	X					X	
AETUR	X					X	
AEVP	X				X		
AVIDOURO	X					X	
Beira DOuro	X					X	Não se fomenta
CD	X					X	
CITMAD	X					X	
Douro Alliance	X				X		Poucos efeitos
Douro Histórico	X					X	
Douro Superior	X					X	
DRAP-TMAD		X			X		Começa a haver
EMD		X				X	
ETD	X					X	
IVDP	X					X	
LADPM		X				X	Começa a haver
NERVIR		X				X	
UNIDOURO	X				X		Devia haver mais
UTAD-AC	X					X	
UTAD-JR	X				X		Tem de haver mais
UTAD-LM	X					X	Quase nunca

4.9. Importância da INOVAÇÃO? MUITO IMPORTANTE (MI); IMPORTANTE (IM); INDIFERENTE (IND); POUCO IMPORTANTE (PI); SEM IMPORTNÂNCIA (SI)

INSTITUIÇÃO	MI	IM	IND	PI	SI
CM ALJ	X				
CM ARM	X				
CM CZA	X				
CM VNFC	X				
CM LMG	X				
CM MF	X				
CM MONCORVO	X				
CM PR	X				
CM SAB	X				
CM SJP	X				
CM SMP	X				
CM TBÇ	X				
CM VR	X				
ADVID	X				
AETUR	X				
AEVP	X				
AVIDOURO	X				
Beira Douro	X				
CD	X				
CITMAD	X				
Douro Alliance	X				
Douro Histórico		X			
Douro Superior	X				

DRAP-TMAD	X				
EMD	X				
ETD		X			
IVDP	X				
LADPM	X				
NERVIR	X				
UNIDOURO	X				
UTAD-AC	X				
UTAD-JR	X				
UTAD-LM	X				

4.9.1. Em que sectores ela deve ser potenciada?

+ **CM ALJ**: - Todos os sectores (Empresa Xisto Azul – robot para pisar vinho).

+ **CM ARM**: - Novas tecnologias (informática), energias renováveis, gestão do território (aproveitando sectores abandonados – produtos tradicionais e artesanato).

+ **CM CZA**: Em todos os sectores.

+ **CM VNFC**: Vinho, turismo, gastronomia, indústrias criativas, indústria da cultura, produtos da terra.

+ **CM LMG**: Em todos os sectores. No vinho já existe. É preciso noutras actividades: no desenvolvimento regional tudo o que pode ser aproveitado de forma inovadora.

+ **CM MF**: Produção dos vinhos (enologia), sector agro-alimentar (produtos regionais), produtos e serviços turísticos.

+ **CM PR**: Em todos os sectores. Tem de ser transversal a todos os sectores.

+ **CM SAB**: Nas instituições, na organização do Estado, na economia, sociedade.

+ **CM SJP**: Agricultura (produtos locais – já está a ser feito. Todas as áreas.

+ **CM SMP**: Vinho, em termos empresariais, turismo.

+ **CM TM**: - Vinhos; - Restauração; - Hotelaria; - em áreas que possam ser vir para a criação do próprio emprego; - turismo; - Agro-indústria (pequenas coisas).

+ **CM TBC**: Turismo, agricultura, relacionamento institucional.

+ **CM VR**: Em todos os sectores (turismo, agricultura, vinhos, restauração (SPA's), formação de governos).

+ **ADVID**: em todos os sectores.

+ **AETUR**: em todos.

+ **AEVP**: Nos vários sectores. Qualquer diferenciação que se possa fazer no produto final é sempre uma mais-valia (aparecem no mercado como algo diferente).

+ **AVIDOURO**: - Infra-estruturas; - Turismo (habitação, natural.....).

+ **Beira Douro**: Agricultura (ligada ao vinho); turismo; inovação societária...

+ **CD**: vinho.

+ **CITMAD**: Em todos os sectores: indústria, turismo, comércio, organização institucional e social...

+ **Douro Alliance**: Em todos os sectores: articulação institucional, educação.... Formação e educação alavancam tudo o resto.

+ **Douro Histórico**: A nível da prestação de serviços (turismo), na produção agrícola, na qualidade dos produtos, a nível da promoção e marketing.

+ **Douro Superior**: Em todos: agricultura, turismo, acessibilidades...

+ **DRAP-TMAD**: Processos e procedimentos

+ **EMD**: Vinho de qualidade, turismo, agricultura (apostar em produtos inovadores).

+ **ETD**: Produção vitivinícola, qualificação das pessoas, estabelecimento de redes de comunidades aos vários níveis.

+ **IVDP**: Em todos os sectores em geral, mas sobretudo na educação e nas formas de ocupação do espaço (voltar um pouco ao passado – sofisticação ambiental).

+ **LADPM**: Em todos os que estão activos. Alojamento; restauração (em quantidade e qualidade); agricultura (tem-se adaptado); na formas de cooperação; no ensino superior (mais ligado à sociedade).

- + **NERVIR**: Em todos os sectores. Floresta, energias, vinhos....
- + **UNIDOURO**: Em todos os sectores.
- + **UTAD-AC**: Em todos: inovação para a acção política, a nível social, institucional, agricultura, turismo...
- + **UTAD-JR**: Mecanização, nos produtos - linha biológica e outros produtos.
- + **UTAD-LM**: em todos os sectores.

4.10. CONTRIBUTO da sua instituição para a SUSTENTABILIDADE da região?

- + **CM ALJ**: A autarquias – poder local – são fundamentais para haver coesão territorial e para diminuir as assimetrias (despovoamento).
- + **CM ARM**: A gestão autárquica prepara o território e as pessoas para lhes dar uma melhor qualidade de vida – serve como coordenação e apoio. Terá de ser o principal motor do desenvolvimento local.
- + **CM CZA**: Tem de ser o motor a nível local, cada vez mais nos tempos de hoje, através da promoção de actividades e iniciativas que possibilitem que as pessoas se fixem e criar atractividade. Criar condições dignas para que as pessoas se sintam bem nos concelhos.
- + **CM VNFC**: Criar e fomentar actividades económicas, potenciar infra-estruturas e equipamentos de suporte. Constituir-se uma plataforma interlocutora do Vale do Côa. Projectar o território com base nos elementos diferenciadores e únicos (natureza e arte rupestre). Valorização do património local (material e imaterial – a Câmara já faz e pode continuar a fazer).
- + **CM LMG**: Muiíssimo importante: gerir e incentivar o território, as actividades económicas, as pessoas. São fundamentais nessa matéria.
- + **CM MF**: Muito importante, criando incentivos ou articulando a criação do próprio emprego, agilizando os procedimentos do licenciamento das novas actividades e a fixação de empresas nos CC e na região, promovendo e criando condições para comercialização de produtos locais / regionais.
- + **CM PR**: Vários contributos: tentar criar condições para que as pessoas vivam melhor neste concelho; criar equipamentos sociais, culturais, de lazer...; recuperar a frente ribeirinha; fixar as pessoas e dar-lhes melhores condições.
- + **CM SAB**: Já dá um contributo muito importante na medida em que na esfera da acção (município) tem uma estratégia virada para a educação, cultura, património (me sentido lato, preservação do património).
- + **CM SJP**: Criar um contexto favorável para que isso aconteça. Infra-estruturas que ajudam a criar esse objectivo. Estão a dar-se alguns passos na cooperação inter-municipal.
- + **CM SMP**: Criar as condições essenciais ao nível da qualidade de vida, ao nível das estruturas básicas, equipamentos sociais, educação, saúde, apoiar o comércio e indústria (local).
- + **CM TM**: Proporcionar aos seus munícipes qualidade de vida, bem-estar, segurança.
- + **CM TBC**: Promoção de iniciativas. Ser promotor que congregue os vários actores económicos do CC, de forma a que haja este encaixe na região toda. Promotor de dinâmica concelhia que depois encaixa na dinâmica regional.
- + **CM VR**: A CM é deve ser um pólo aglutinador de um conjunto de vertentes e iniciativas e ter um papel desafiador para o resto da sociedade (debate, novas ideias para desenvolver a região). Questões ligadas à cultura, desporto, pólos tecnológicos, desenvolvimento mais integrado. Pensar as estratégias a nível regional (VR tem um papel aglutinador, provocar o desenvolvimento da região (pólo dinamizador do desenvolvimento da região)). Pensar no todo e apenas nas partes, o que significa ter uma estratégia (e não cada um olhar para o seu umbigo). Em momento de crise, há que pensar num conjunto de questões (não se teriam cometido alguns disparates que se fizeram).
- + **ADVID**: Fomento de competências, conhecimento, I&D, desenvolvimento de competências para a actividade vitivinícola da região, por exemplo, através do *Cluster dos Vinhos da Região demarcada do Douro*.
- + **AETUR**: Ser interventiva e apontar caminhos e soluções e estar disponível na construção de um futuro melhor.

+ **AEVP**: Empregabilidade; estabelecimento a 100% na região, com as mais-valias de impostos e geração de riqueza no concelho onde estamos. Produzimos na região, as mais-valias têm de ficar na região. Desde o princípio: produzir e engarrafar é feito na região, trazendo as mais-valias comerciais para região. Todo o processo é feito aqui. A mão-de-obra é da região. Ajuda a região a absorver mão-de-obra qualificada que vem da UTAD ou das escolas profissionais.

+ **AVIDOURO**: Muito. Lutar por uma agricultura mais activa, uma agricultura única, lutar por um melhor modo de vida para os agricultores. Lutar para melhorar a região.

+ **Beira Douro**: Contributo relevante na facilitação de investimento (favorece o investimento, o emprego...). Pode ser relevante para a articulação entre instituições (instituição supra municipal), ainda que sejam relações desiguais (poder público e Associação privada).

+ **CD**: Muito importante na medida em que consiga continuar a congregar todos os viticultores.

+ **CITMAD**: Contribuir na prática auxiliando os empresários, criando postos de trabalho, criando negócios, articulando entre as instituições. Ajuda a outras instituições associadas do CITMAD. Fazer coisas diferentes das outras instituições.

+ **Douro Alliance**: Cooperação e desenvolvimento da região através da inovação, onde a UTAD e as associações construam novos modelos inovadores de desenvolvimento do espaço urbano (por exemplo, a Agência Ecológica Urbana), modelos de eficiência energética, modelos inovadores de mobilidade, gestão eficiente da iluminação pública, optimização dos equipamentos culturais do eixo urbano. Gerir o território como um todo, onde o eixo urbano desempenha um papel essencial, na criação de uma “Cidade do Douro”. Implementação de um “Observatório Económico e Social”.

+ **Douro Histórico**: Dotação e volume financeiro. Somos intermediários de um processo de financiamento mais próximo do promotor, elucidando sobre os cuidados a ter na promoção da sustentabilidade.

+ **Douro Superior**: Reflexão, preocupação e também com aquilo que pouco a pouco se vai trazendo para a região (fundos do PRODER).

+ **DRAP-TMAD**: O Ministério da Agricultura é fundamental na estratégia da vitivinicultura. Contributo: experimentação, implementação de novos progressos (da estruturação da vinha ao desenvolvimento rural), apoio técnico (castas sistemas de instalação de vinha em socacos do Douro), propostas ao Governo para a região. Faz alguma experimentação, desenvolvimento e apoio técnico. Implementa os mecanismos que o Governo coloca à disposição.

+ **EMD**: Dar indicações para aprovar projectos mais sustentáveis. Articulação institucional e que estimule a participação da sociedade civil.

+ **ETD**: Pugar pela excelência e sustentabilidade do destino. Não se deixar influenciar pelo aumento apressado de visitantes.

+ **IVDP**: Cumprir bem com as suas funções na defesa das denominações de origem “Porto” e “Douro”; compensar, em parte, nos serviços aos viticultores a falência da Casa do Douro.

+ **LADPM**: A Liga tem uma função de natureza pedagógica, de observador (a base dos associados é muito diversa, com um conjunto de interesses diversos), de contribuição para sustentabilidade do Douro, alertando e sensibilizando.

+ **NERVIR**: Formação dos empresários e dos trabalhadores. Na situação de regionalização, instituições como o NERVIR poderiam constituir gabinetes de descentralização técnica, em que tutela do Estado tinha somente o papel de supervisionar. Criar um gabinete técnico para ajudar a aplicar as medidas de apoio às regiões do interior.

+ **UNIDOURO**: Definindo um modelo de intervenção diferente que possibilite uma maior rentabilidade para os associados. A Subvidouro pode ter um papel importante no sentido de transformar os subprodutos. As cooperativas são fundamentais para o desenvolvimento da região, mas a estrutura financeira é tão má (obrigam-se a receber a produção de todos os associados; recebe-se o bom e o mau, daí que se produz um vinho de pouca qualidade. Dada a estrutura débil, tem atrasado o pagamento aos sócios. Neste sentido, é necessário repensar as cooperativas. É necessário haver maior disponibilidade do poder político, novos modelos de futuro. As cooperativas têm de ser rentáveis. As cooperativas mais unidas teriam mais força. As pessoas sentem-se desamparadas e os exportadores sabem disso. Daí que as cooperativas unidas teriam outra força para ajudar a resolver os problemas da região.

+ **UTAD-AC**: A UTAD tem de ser um elemento fulcral. Está longe de o ser. Forma muita gente que trabalha na região. Está envolta em algumas dinâmicas, mas devia estar mais entrosada com as instituições, com os actores mais interventivos. **OUTRA**: caminhar para um nível superior de envolvimento, que passa pela abertura das entidades públicas (poder local) que se não se pode assumir como dono do território, mas como agente (as pessoas é que são os verdadeiros donos do território). Têm de se abrir, trabalhar com os parceiros da sociedade civil; as escolas têm de formar pessoas comprometidas. As pessoas, os empresários têm de caminhar para um nível maior de envolvimento. Com o cenário que se está a seguir já não se acredita: espiral de descomprometimento, desinteresse pelo bem público. É necessário criar instâncias para que as pessoas sejam ouvidas, como por exemplo: a Agenda 21Local; o Orçamento Participativo; Presidência Aberta... É necessário reinventar as instituições e formas de governo e articular com o cidadão comum.

+ **UTAD-JR**:

+ **UTAD-LM**: Fazer estudos. Tem um comportamento socialmente sustentável. A Universidade já faz alguma coisa.

5. Para melhorar o desempenho da região, que IMPORTÂNCIA se deve atribuir a estes assuntos?

TEMA		IMPORTÂNCIA (da < para a >)				
		1	2	3	4	5
1	Emprego (desemprego)				4	29
2	Salário / rendimento			6	14	13
3	Água			4	7	23
4	Luz/Energia (energias renováveis)		2	5	11	14
5	Esgoto (recolha e tratamento)		1	3	10	19
6	Lixo (recolha, tratamento, reciclagem)		1	2	12	18
7	Habituação		1	5	16	11
8	Educação / formação				2	31
9	Cultura e património				13	20
10	Saúde			1	7	25
11	Segurança		2	6	13	12
12	Meio Ambiente			2	9	22
13	Floresta			6	17	10
14	Leis / Legislação	1	1	11	14	6
15	Política	2	2	10	7	12
16	Governo	2	4	11	7	9
17	Turismo			1	4	28
18	Participação da sociedade civil				15	18
19	Poluição		1	4	13	15
20	Cooperativismo/Associativismo			2	13	18
21	Envelhecimento da população			1	12	20
22	Transportes públicos			4	13	16
23	Dinamização da comunidade			1	12	20
24	Serviços de proximidade				15	18
25	Inovação e tecnologia				4	29

6. Como encara o FUTURO?

INSTITUIÇÃO	Optimismo	Pessimismo	TIPO
CM ALJ	X		Com determinação
CM ARM	X		
CM CZA	X		
CM VNFC	X		Moderado
CM LMG	X		Assusta-se com o caminho que levamos

CM MF	X		
CM PR	X		
CM SAB	X		
CM SJP	X		
CM SMP	X		
CM TM	X		
CM TBC	X		
CM VR	X		Reservado
ADVID	X		
AETUR	X		
AEVP	X		Razões, mais-valias e condições para vencer
AVIDOURO	X		Moderado
Beira Douro	X		Reservado
CD	X		
CITMAD	X		
Douro Alliance	X		
Douro Histórico	X		
Douro Superior	X		Temos todas as possibilidades
DRAP-TMAD	X		
EMD	X		
ETD	X		
IVDP	X		
LADPM	X		
NERVIR	X		Moderado
UNIDOURO	X		
UTAD-AC	X		Temos tudo. Falta o cimento (articulação)
UTAD-JR	X		
UTAD-LM	X		

ANEXO 2 – LISTA DOS INDICADORES, ASPECTOS E DIMENSÕES

1. RENDIMENTO

- 1.1. Poder de compra per capita (índice)
- 1.2. Ganho mensal médio (€)
- 1.3. Depósitos e créditos (%)

2. ENERGIA

- 2.1. Consumo de energia eléctrica por habitante (kWh/ hab)
- 2.2. Edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior (%)
- 2.3. Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab)
- 2.4. Consumo de derivados de petróleo no sector dos transportes (%)

3. ENDIVIDAMENTO

- 3.1. Endividamento líquido per capita (€)

4. DINÂMICA EMPRESARIAL

- 4.1. Variação do número de empresas (%)
- 4.2. Densidade de empresas (Nº/Km)
- 4.3. Volume de negócios por empresa (€)

5. TURISMO

- 5.1. Alojamentos nos estabelecimentos hoteleiros por mil habitantes (‰)
- 5.2. Alojamento no TER por mil habitantes (‰)

6. DINÂMICA ECONÓMICA LOCAL

- 6.1. Produção de Vinho de Qualidade (%)
- 6.2. Cobertura das importações pelas exportações (%)
- 6.3. SAU por orientação técnico-económica: vinha e olival (%)
- 6.4. Mão-de-obra agrícola com mais de 55 anos (%)
- 6.5. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no sector primário (€)

E
C
O
N
Ó
M
I
C
A

7. GÉNERO

- 7.1. Participação da mulher no processo político (Nº)
- 7.2. Disparidade de ganho entre sexos (%)

8. SAÚDE

- 8.1. Médicos por mil habitantes (‰)
- 8.2. Enfermeiros por mil habitantes (‰)
- 8.3. Consultas por habitante (hab)
- 8.4. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)
- 8.5. Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)
- 8.6. Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)

S
O
C
I
A
L

9. PROTECÇÃO SOCIAL

- 9.1. Cobertura do desemprego pelo Subsídio de Desemprego (%)
- 9.2. Respostas sociais por município (‰)
- 9.3. Equipamentos sociais para idosos (%)

10. SEGURANÇA

10.1. Criminalidade (‰)

11. EDUCAÇÃO

11.1. Taxa de Iliteracia (%)

11.2. População residente com ensino superior completo (%)

11.3. Retenção e desistência no ensino básico (%)

12. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

12.1. Índice de envelhecimento (Nº)

12.2. Índice de dependência de idosos (Nº)

12.3. Taxa de fecundidade geral (‰)

12.4. Taxa de crescimento efectivo (%)

12.5. Taxa de crescimento natural (%)

12.6. Crescimento migratório (%)

13. DESEMPREGO

13.1. Taxa de desemprego (%)

13.2. Desemprego feminino (%)

13.3. Desemprego de longa duração (%)

14. HABITACÃO

14.1. Alojamento sem pelo menos uma infra-estrutura (%)

S
O
C
I
A
L

15. AR

15.1 Emissões de poluentes atmosféricos (t/hab)

15.2. CO² per capita (t/hab)

16. ÁGUA

16.1. Qualidade da água para consumo humano (%)

16.2. Consumo de água por habitante (L/dia/hab)

16.3. Pop. Servida por Sistemas públicos de Abastecimento de água (%)

16.4. Pop. Servida por Sistemas de drenagem de águas residuais (%)

16.5. Pop. Servida por ETAR ((%)

17. DESPESA COM AMBIENTE

17.1. Despesa municipal em ambiente (%)

18. BIODIVERSIDADE

18.1. Área em Agricultura biológica (%)

18.2. Área florestal (%)

18.3. Superfície florestal ardida (%)

18.4. Variação do número de colmeias e cortiços povoados (%)

19. RESÍDUOS

19.1. RSU por habitante (kg/hab)

19.2. RSU com destino a aterro (%)

19.3. Proporção dos RSU recolhidos selectivamente (%)

19.4. RSU recolhidos selectivamente por habitante (kg/hab)

A
M
B
I
E
N
T
A
L

19.5. RSU recolhidos selectivamente por tipo de material (%)

.....

20. CULTURA, LAZER E INTEGRAÇÃO

20.1. Despesa em desporto e Cultura (%)

20.2. Bens imóveis culturais por mil habitantes (‰)

20.3. População estrangeira com estatuto de residente (‰)

.....

21. PARTICIPAÇÃO

21.1. Abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%)

21.2. Abstenção nas eleições para a Presidência da República (%)

21.3. Abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%)

21.4. Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu (%)

21.5. Participações no SEPNA por mil habitantes (‰)

22. GESTÃO MUNICIPAL

22.1. Serviço de informação das autarquias na web (posição ranking)

22.2. Independência Financeira do município (%)

22.3. Formação superior nos municípios (%)

23. DESEMPENHO INSTITUCIONAL

23.1. Gravidade do Autos levantados pelo SEPNA (%)

23.2. Proporção das denúncias recebidas alvo de Auto (%)

23.3. Acções de fiscalização do SEPNA por mil hab (‰)

23.4. Denúncias recebidas e acções de fiscalização (%)

C
U
L
T
U
R
A
L

I
N
S
T
I
T
U
C
I
O
N
A
L

ANEXO 3 – FICHA DOS INDICADORES

Aspecto	Rendimento
Indicador	<ol style="list-style-type: none"> 1. IPCC – Índice de Poder de Compra Concelhio, 2009 2. Ganho médio mensal por município, 2009 3. Cobertura do valor do crédito concedido pelo valor dos depósitos efectuados, 2008
Discrição ou justificativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compara o poder de compra dos diversos municípios (e regiões) com o valor médio de referência nacional, correspondente ao índice 100. Coloca em evidência as assimetrias inter e intra-regionais. Facilita a percepção da relação entre o grau de urbanização e o nível do poder de compra dos municípios. 2. O rendimento disponível é um indicador do nível de vida. Maior rendimento pode significar mais possibilidades de realização, melhor bem-estar. Sendo um indicador importante, ele não é tudo uma vez que o rendimento não pode crescer indefinidamente. 3. A relação entre o crédito concedido pelas instituições bancárias e o montante depositado é relevante para se perceber a saúde e a robustez do rendimento dos habitantes e a poupança que é feita. A concessão de créditos é sempre um peso sobre o futuro das gerações. Quanto maior for a poupança melhor a situação financeira e menor a dependência.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valor de índice 100. 2. O valor mínimo é o salário mínimo nacional. Em questões de rendimento assume-se que quanto maior for melhor será a situação. 3. Não existem metas para este indicador, mas entende-se que, no mínimo, o montante em crédito não deve ultrapassar o montante em depósitos (poupança).
Fonte do critério	1. INE; 2. Não existe; 3. Não existe.
Metodologia	<ol style="list-style-type: none"> 1. O IPCC é calculado pelo INE para todos os municípios portugueses, tendo por base um conjunto de 17 variáveis (não utilizadas neste índice), relativizadas pela população residente em cada um desses municípios. Na escala do indicador, o valor índice 100 é colocado na base do último intervalo, por haver no país valores maiores que 100 (máximo = 185,3 - Oeiras). 2. Este indicador é publicado pelo INE. A escala do indicador considera o mínimo 450€ (valor do salário mínimo em 2009) e o valor máximo do país (Lisboa = 1692,5€), situando o valor médio nacional na base do último intervalo, correspondendo, igualmente, à base do último intervalo da escala padrão (80). Entre o salário médio nacional e o salário mínimo (valor base do intervalo menor), utilizou-se, como critério, intervalos iguais. Note-se que em 2011 o salário mínimo era de 485€. No entanto, não existem dados publicados referentes ao ganho mensal para esse ano. 3. Para o cálculo deste indicador considerou-se o montante de depósitos pelos clientes nas instituições bancárias e o montante em crédito concedido pelas mesmas instituições. Considerados estes valores, calculou-se a proporção de um valor em relação ao outro em percentagem. Os valores inferiores a 100% indicam que os montantes em crédito concedido são superiores aos depósitos e os valores superiores a esta percentagem indicam que o montante depositado é superior ao montante concedido em crédito. Quanto maior for o valor em relação a 100%, tanto maior será a poupança, isto é, tanto maior será o valor do montante depositado. <p>Na escala do indicador, o valor médio nacional corresponde à base do último intervalo (80 da escala padrão). Os restantes intervalos são distribuídos em intervalos iguais. Desconhecendo-se o valor mais elevado deste indicador para o País, optou-se por colocar no topo da escala do indicador um valor que supere o maior valor observado nos concelhos e fique em aberto, no sentido de poder contemplar outros valores.</p>

Fonte e periodicidade	1. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); bienal 2. e 3. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (1.1.; 1.2.; 1.3.)

Aspecto	Energia
Indicadores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consumo energético por habitante, 2009 2. Certificação energética de edifícios e qualidade do ar interior, 2009 3. Consumo de combustível automóvel por habitante, 2009 4. Consumo total de derivados do petróleo no sector dos transportes, 2009
Discrição ou justificativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. A disponibilidade e o consumo de energia é uma das principais preocupações das estratégias de DS. O aumento do consumo energético na sociedade contemporânea é uma preocupação das instituições europeias e nacionais. A indicação é a sua diminuição. 2. Contando que 40% da energia gasta é-o nos edifícios, este aspecto assume-se como relevante para a prossecução do DS. Diminuir o gasto energético em edifícios é, pois, uma prioridade. No sítio Web da ADENE refere-se que este gasto pode ser diminuído em 50%. 3. O consumo de combustível automóvel é uma importante fonte de poluição, sobretudo se se considerar que, cada vez mais, por diversas razões, se utiliza o automóvel particular nas deslocações diárias. Este facto acresce de importância quando se trata de uma área rural, onde os elementos naturais assim como a qualidade do ar são factores relevantes. Do mesmo modo, dada a incipiente oferta de transportes públicos, os habitantes têm de utilizar mais o transporte particular. Neste sentido, é importante monitorizar o valor do consumo de combustível. Na escala do indicador, o valor nacional é considerado na base do último intervalo. 4. Do ponto de vista energético, o sector dos transportes é um dos sectores que mais consome energia, e que, por conseguinte, mais pode comprometer o uso sustentável dos recursos não renováveis. Além disso, o consumo feito por este sector é um dos grandes emissores de poluentes de origem antrópica na atmosfera, razão pela qual deve ser considerado, monitorizado e controlado.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. A meta expressa na ENE2020 é que em 2020 haja uma diminuição do consumo geral de energia em 20%. 2. Não existe nenhuma meta relativamente a este indicador. Ainda assim, assume-se que todos os edifícios deverão ser certificados. Como apenas uma pequena parte dos edifícios o são (4,47% no ADV), assume-se que quanto maior for o número de edifícios certificados tanto melhor a situação, já que o consumo energético diminui como é pretensão geral para este sector. 3. Embora não haja uma meta específica para este indicador, o gasto 0 de combustível constitui a melhor situação (utópica, mas possível). Assim, quanto menor for o gasto de combustível automóvel melhor 4. Não existe meta para este indicador, mas uma menor dependência face aos derivados do petróleo será uma situação superior.
Fonte do critério	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano Nacional Novas Energias – ENE2020 2. ADENE (www.adene.pt) 3. e 4. Não se conhece
Metodologia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tendo em conta que a meta é a diminuição do consumo geral de energia em 20% até 2020, calculou-se o número de anos que distam entre 2009 (últimos valores disponíveis) e 2020 (11 anos). Dividiu-se os 20% por 11 anos e obteve-se a taxa anual de diminuição do consumo energético (1,82). Calculou-se, em seguida, a variação do consumo energético de 2008 para 2009 e comparou-se com a taxa anual expectável de diminuição deste consumo. À base do último intervalo da escala padrão – 80 – fez-se corresponder o valor médio observado no País. 2. Os dados disponíveis relativamente a este sector estão disponíveis a partir de

	<p>2008. Somou-se o total de edifícios certificados, entre 2008-2011 e dividiu-se pelo número total de edifícios multiplicados por cem, obtendo-se o número de edifícios certificados por cada 100 edifícios. Na escala do indicador optou-se por intervalos iguais.</p> <p>3. Considerou-se o valor do combustível automóvel por habitante, medido em <i>tep/hab</i> (tonelada equivalente de petróleo por habitante), tendo como pano de fundo os valores extremos do País (Tabuaço = 0,1 tep/hab; Alcanena = 13,6 tep/hab). Sendo que o objectivo é ter valores mais próximos de 0, na escala do indicar, o valor médio do País corresponde ao valor da base do último intervalo da escala padrão (80).</p> <p>4. O cálculo deste indicador é a percentagem do consumo de derivados do petróleo pelo sector dos transportes na totalidade das actividades económicas (consumo de derivados do petróleo no sector dos transportes (t) ÷ consumo total em todos os sectores x 100). A escala do indicador assume intervalos iguais com uma amplitude que vai entre 0 (melhor situação) e 100 (pior situação).</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. e 3. INE; Anual</p> <p>2. ADENE; Anual (desde 2008)</p> <p>4. DGGE – Divisão de Planeamento e Estatística; Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (2.1.; 2.2.; 2.3.; 2.4.)

Aspecto	Endividamento
Indicador	Endividamento per capita (€/hab) 2010
Descrição ou justificativa	Sendo que o conceito de DS atribui importância tanto às gerações actuais quanto às futuras, o endividamento representa um encargo que se prolonga pelo futuro, tendo implicações directas com as gerações futuras e, por conseguinte, um elemento a ter em conta
Metas	Não havendo uma meta, em particular, assume-se que a situação que mais interessa é aquela em que o endividamento é menor (quanto mais próximo de 0 tanto melhor)
Fonte do critério	Não se conhece
Metodologia	O cálculo do indicador contempla a dívida total em relação a cada um dos indivíduos que compõe a população da unidade territorial a que essa dívida diz respeito. A escala do indicador assume como valores extremos 0 e o valor do concelho com maior endividamento que foi, em 2010, Fornos de Algodres com 6488€. A escala do indicador assume intervalos iguais.
Fonte e periodicidade	DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais; Anual INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)
Valor – pontuação	ANEXO 4 (3.1.)

Aspecto	Dinâmica empresarial
Indicadores	<p>1. Variação do nº de empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008-2009</p> <p>2. Densidade de empresas por município, 2009</p> <p>3. Volume de negócios por empresa e por município, 2009</p>
Descrição ou justificativa	1. Este indicador afere a diferença entre o número de empresas com sede no município de 2008 para 2009. Quanto maior for o número de empresas com sede no município tanto maior poderá ser a dinâmica empresarial e as mais-valias para o município, por exemplo, ao nível dos impostos. Recorde-se, igualmente, que um dos aspectos apontados no Capítulo V, sobre a sede das empresas do sector vitivinícola, se referia ao facto de estas empresas terem sede no Porto e em Gaia. Este indicador assume maior importância quando se pretende que estas empresas tenham a sua sede nos municípios da região, pagando lá os seus impostos,

	<p>utilizando mão-de-obra local, fazendo localmente todo o processo do vinho, desde a sua produção à exportação.</p> <p>2. Muito embora se trate de uma região rural, a densidade de empresas é um factor que, tal como o número de empresas com sede no município, é relevante para aferir a dinâmica empresarial local.</p> <p>3. O volume de negócios por empresa indica a solidez das empresas e a sua dinâmica.</p>
Metas	<p>1. e 2. Não existe meta, mas entende-se que quanto maior for o número de empresas com sede no município tanto melhor a dinâmica empresarial do mesmo</p> <p>3. Não existe meta, mas assume-se que as empresas serão mais sólidas e robustas se o seu volume de negócios for superior.</p>
Fonte do critério	1., 2. e 3. Não existe
Metodologia	<p>1. Considerando o número de empresas com sede no município em 2008 e 2009, calcula-se a sua variação de um ano para o outro, permitindo aferir em que municípios este número diminuiu ou aumentou, em consonância ou não com os valores médios da NUT II, Região Norte e País. Dado que a variação assume valores negativos e positivos, a escala do indicador engloba a variação máxima (positiva e negativa), entre -10 e 10, em intervalos iguais</p> <p>2. Este indicador é calculado pelo INE e diz respeito ao número de empresas por km². Obtém-se dividindo o número de empresas pela área do município (km²). Pressupõe-se que uma maior densidade de empresas em cada concelho poderá revelar uma situação melhor, no sentido de que mais empresas significa mais emprego. Desconhecendo-se o melhor valor para as áreas rurais, a escala do indicador assumiu a amplitude de 0 e 1123,1 (Lisboa), considerando na base do último intervalo o valor médio do país, correspondendo à base do mesmo intervalo da escala padrão (80).</p> <p>3. Consideram-se os dados publicados pelo INE sobre o volume de negócios das empresas por município. A escala do indicador teve em conta o valor máximo (Oeiras = 1086100€) e o mínimo (Alcoutim = 54100€) e o valor médio do país foi colocado na base do último intervalo. Os restantes intervalos foram classificados como iguais.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2009 e 2010, Qd.III.3.5; Anual</p> <p>2. e 3. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010, Qd.III.3.1; Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (4.1.; 4.2.; 4.3.)

Aspecto	Turismo
Indicador	<p>1. Alojamentos nos estabelecimentos hoteleiros, 2010</p> <p>2. Alojamentos em TER, 2011</p>
Descrição ou justificativa	1. e 2. Sendo uma prioridade nacional para a região, o desenvolvimento do sector do turismo assume particular relevância nas estratégias regionais de desenvolvimento. Face a esta prioridade, o sector do turismo tem, forçosamente, de crescer (em quantidade e em qualidade), gerando emprego e riqueza (sobretudo dentro da região). O TER acaba por ser um modo de diversificar a oferta e de valorizar as potencialidades locais, por exemplo ao nível dos produtos endógenos.
Metas	1. e 2. Não existem metas, mas entende-se que a oferta tem de crescer, aproximando-se, pelo menos tendencialmente, da média da oferta do país.
Fonte do critério	Não existe.
Metodologia	<p>1. O indicador é disponibilizado no Anuário Estatístico da Região Norte, publicado pelo INE. É uma relação entre o número de camas e os habitantes (número de camas ÷ população residente x 1000). A escala do indicador assume como amplitude de 0 e 1027 (valor de Albufeira), com o valor médio nacional a ser colocado na base do último intervalo.</p> <p>2. Para este indicador foram considerados os valores disponibilizados no sítio Web</p>

	da Entidade de Turismo do Douro (www.turismo-douro.pt), que consideram os estabelecimentos de turismo de habitação, agro-turismo, turismo de aldeia, casa de campo e hotel rural. Este organismo elaborou um inquérito que enviou a todos os estabelecimentos hoteleiros da região para preenchimento. O sítio Web do Turismo de Portugal também disponibiliza dados referentes ao TER. Entre as duas entidades os valores não coincidem. Pela proximidade ao local, optou-se pelos dados da Entidade de Turismo do Douro. Para a elaboração do indicador utilizou-se o valor das camas por cada mil habitantes. Sem a referência nacional, a escala do indicador assumiu intervalos iguais, sendo que o valor mais elevado da escala (20) é superior ao valor mais elevado encontrado nos concelhos (Sabrosa = 16,2).
Fonte e periodicidade	1. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.11.1); Anual 2. Entidade de Turismo do Douro (www.turismo-douro.pt)
Valor – pontuação	ANEXO 4 (5.1.; 5.2.)

Aspecto	Dinâmica económica local
Indicador	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção de vinho de qualidade, 2009 2. Taxa de cobertura das importações pelas exportações, 2010 3. SAU por orientação técnico-económica: vinha e Olival, 2009 4. Mão-de-obra agrícola com mais de 55 anos, 2009 5. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no sector primário, 2009
Descrição ou justificativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sendo que a região de estudo é essencialmente vinícola, a produção de vinho é essencial. Porque há regiões que produzem mais vinho do que o Douro, este só pode impor-se no mercado nacional e internacional pela produção de vinho de qualidade superior. Por esse motivo, pareceu-nos relevante a inclusão deste indicador, essencialmente porque só a produção de vinho de qualidade poderá constituir uma vantagem competitiva. Em Portugal, segundo dados do IVV, o Douro detém 21,6% da produção de vinho nacional e 26,67% de vinho classificado como IGP e DOP. Dos 21,6% produzidos, 90% está classificado como IGP ou DOP. 2. Este indicador considera o comércio internacional declarado por município, mediante as exportações e importações ocorridas em cada município, medidas em valores monetários (€). Sendo que as exportações são um factor importante na dinâmica económica nacional, considerou-se que a dinâmica será tanto maior quanto as exportações cobrirem o valor das importações. 3. A multifuncionalidade e a diversificação são dois conceitos importantes e actuais para áreas rurais, razão pela qual a especialização agrícola pode fragilizar a dinâmica rural da região. 4. O envelhecimento da população é um dos elementos que marca o mundo rural português. Este indicador pretende reflectir esta situação, incidindo na mão-de-obra agrícola que tem 55 ou mais anos. 5. Numa região fortemente agrícola, sendo que a agricultura nem sempre foi uma actividade atractiva (e continua a não ser, sobretudo para os mais jovens), o que auferem, em média, os que trabalham nesta actividade pode reflectir o nível de vida de todos os que trabalham do sector primário, assim como a atractividade ou não dos salários que se podem auferir, e satisfazer ou não as necessidades desses trabalhadores (e suas famílias)
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Embora não haja metas estabelecidas para este indicador, assume-se que a melhor situação seria aquela em que todo o vinho produzido é de qualidade superior. 2. Não havendo metas declaradas para este indicador, considerou-se, por um lado, a situação em que somente há exportações, classificando-a com o valor 100, por outro lado, a situação em que as exportações não cobrem as importações (situação

	<p>menos positiva) e o inverso, em que as exportações são superiores às importações (situação mais positiva).</p> <p>3. Não existem metas para este indicador, no entanto entende-se que a maior especialização pode corresponder uma maior fragilidade potencial.</p> <p>4. Não existe uma meta, mas entende-se que se a mão-de-obra rural é mais jovem o sector primário tem mais probabilidade de ser mais sólido e dinâmico.</p> <p>5. Para este indicador entende-se que quanto maior for o rendimento médio, maior pode ser a atractividade das actividades ligadas ao primeiro sector.</p>
Fonte do critério	Não se conhece
Metodologia	<p>1. O cálculo deste indicador refere-se à % de vinho produzido com denominação DOP e IGP, no total da produção vinícola (Vinho com denominação DOP e IGP ÷ produção vinícola total x 100). Na escala do indicador foram considerados intervalos iguais ao da escala padrão.</p> <p>2. Para este indicador considerou-se a taxa de cobertura das importações pelas exportações (exportações ÷ importações x 100). A escala do indicador considerou o valor 100 (o valor das importações é igualado pelo das exportações) como o valor correspondente à base do último intervalo. Como valor topo deste intervalo considerou-se o valor máximo observado nos concelhos (80000%). Os restantes intervalos são iguais.</p> <p>3. Considerou-se a área de vinha e olival na área total de SAU por município (área de vinha e Olival ÷ área total de SAU x 100).</p> <p>4. Este indicador calculou-se considerando a mão-de-obra agrícola com mais 55 anos no total da mão-de-obra agrícola. A escala do indicador assumiu os mesmos intervalos da escala padrão, mas invertida, considerando como melhor situação (hipotética) a que mais se aproxima do 0.</p> <p>5. Este indicador é publicado pelo INE. Na escala do indicador fez-se corresponder à base do último intervalo o valor médio do país. Os restantes intervalos são iguais.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. INE, Anuário Estatístico da Região Norte (Qd.III.5.7); Anual</p> <p>2. INE, Anuário Estatístico da Região Norte (Qd.III.4.5); Anual</p> <p>3. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Decenal</p> <p>4. MTSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento; Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (6.1.; 6.2.; 6.3.; 6.4.)

Aspecto	Género
Indicador	<p>1. Participação da mulher no processo político</p> <p>2. Disparidade no ganho mensal entre sexos na população empregada por conta de outrem, 2009</p>
Descrição ou justificativa	A preocupação com a igualdade é uma questão fundamental para o DS. Uma sociedade sustentável não pode senão tender para a igualdade de género, igualdade de direitos, de deveres, de oportunidades. A questão da igualdade de género é uma questão de direitos humanos, por isso, crucial para uma sociedade sustentável.
Metas	<p>1. A meta natural para este indicador é a paridade, isto é, a igualdade em número dos membros masculinos e femininos nas Assembleias Municipais. A Lei refere que obrigatoriamente todas as listas de candidatos às eleições têm de ter pelo menos 33,3% de mulheres.</p> <p>2. Paridade</p>
Fonte do critério	<p>1. Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de Agosto</p> <p>2. Siena, 2002: 214; Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007 – III Plano Nacional para a Igualdade, cidadania e género (2007-2010)</p>
Metodologia	1. Para o cálculo do indicador fez-se um levantamento da composição das Assembleias Municipais nos sítios web de cada município. Só Armamar não tinha esta informação disponível no seu sítio na web, tendo motivado, por essa razão, a deslocação à Câmara Municipal.

	<p>Em primeiro lugar, calculou-se a percentagem de mulheres que compunham as Assembleias Municipais. Posteriormente, tendo em conta que o objectivo é a paridade, comparam-se os municípios em relação ao valor 1 (paridade). A escala do indicador foi organizada em intervalos iguais com uma amplitude entre 0 e 1.</p> <p>2. Os valores são calculados pelo INE. Para a escala do indicador, considera-se o valor 0 como a ausência de discrepância e no extremo o concelho com maior discrepância (Vila Velha de Ródão = 27,2%). O valor médio do país é colocado na base do último intervalo, correspondendo ao valor 80 da escala padrão. Os restantes intervalos são iguais.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. Sítios web dos municípios</p> <p>2. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (7.1.; 7.2.)

Aspecto	SAÚDE – Acesso aos cuidados de Saúde
Indicadores	<p>1. Número de médicos por mil habitantes, 2010</p> <p>2. Número de enfermeiros por mil habitantes, 2010</p> <p>3. Número de consultas por habitante, 2010</p> <p>4. Taxa quinquenal de mortalidade infantil, 2005-2009</p> <p>5. Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, 2010</p> <p>6. Taxa de mortalidade por tumores malignos, 2010</p>
Descrição ou justificativa	<p>O acesso à saúde é um direito fundamental, materializando-se na disponibilidade de pessoal de saúde, de equipamentos e de infra-estruturas. Dada a organização da região (concentração em Vila Real e Lamego), neste indicador não é possível considerar nem os equipamentos nem as infra-estruturas, pelo que apenas será considerado o pessoal de saúde e as consultas (acesso aos cuidados de saúde).</p> <p>4-6. Estes três indicadores referem-se de modo directo às condições de saúde. O primeiro deles (mortalidade infantil) é um indicador da disponibilidade e qualidade dos cuidados perinatais, sendo normalmente resultado de condições de saúde débeis aquando do nascimento. Os outros dois permitem indirectamente monitorizar o impacte de políticas e programas de saúde e, de certo modo, mesmo que indirectamente, as condições de vida.</p>
Metas	<p>1. Até 2010 = 3,5 por 1000 habitantes</p> <p>2. Até 2010 = 5 por 1000 habitantes</p> <p>3. Não existe</p> <p>4. ENDS 2015: 3 por 1000 nados-vivos em 2010; Plano Nacional de Saúde 2004-2010.</p> <p>5. e 6. Não existe</p>
Fonte do critério	<p>1. ENDS 2015</p> <p>2. Plano Nacional de Saúde 2004-2010</p> <p>3. Não se conhece</p> <p>4. Direcção Geral da Saúde</p> <p>5. 6. Não se conhece</p>
Metodologia	<p>1. O indicador é calculado pelo INE. Tendo como referência os valores almejados para 2010, comparou-se para esse ano os valores de cada município com a meta, considerando, igualmente, os valores máximo e mínimo do país (Pampilhosa = 0; Condeixa a Nova = 27,4). O valor que constitui a meta é colocado na base do último intervalo, correspondendo ao valor do mesmo intervalo da escala padrão (80).</p> <p>2. Utilizou-se o mesmo procedimento do indicador anterior, embora os valores considerados como mínimo e máximo sejam diferentes (Mínimo = 0,2 Viana do Alentejo; Máximo = 26,5 Coimbra)</p> <p>3. Este indicador é calculado pelo INE que contabiliza as consultas por habitante e por concelho. Nos valores relativos a este indicador é possível saber que o valor</p>

	<p>mínimo de consultas é em Alijó (1,5) e o valor máximo é em Póvoa de Varzim (12,7). Na escala do indicador o valor médio nacional foi colocado na base do último intervalo, correspondendo à mesma classe da escala padrão (80). Os restantes valores são distribuídos em intervalos iguais.</p> <p>4. Este indicador é calculado e publicado pelo INE e refere-se ao quociente entre o somatório dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade no período relativo aos últimos 5 anos e o somatório dos nados-vivos no mesmo período de tempo (óbitos de crianças com menos de 1 ano ÷ 1000 nados vivos). A escala do indicador obedece aos mesmos critérios dos indicadores anteriores.</p> <p>5. Indicador, igualmente, calculado e publicado pelo INE, diz respeito aos óbitos por doenças do aparelho circulatório por cada mil habitantes (número de óbitos por doença do aparelho circulatório ÷ população estimada do ano em questão x 1000). Para a escala do indicador usaram-se os critérios dos indicadores anteriores.</p> <p>6. À semelhança do anterior, este indicador publicado pelo INE diz respeito aos óbitos por tumores malignos (número de óbitos por tumores malignos ÷ população estimada do ano em questão x 1000). A escala do indicador obedeceu aos critérios dos indicadores anteriores.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. e 2. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010, Qd.II.4.7 e Qd.II.4.1; Anual</p> <p>3. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)</p> <p>4. 5. 6. INE, Anuário Estatístico da Região Norte (Qd.II.4.1); Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (8.1.; 8.2.2.; 8.3.; 8.4.; 8.5.; 8.6.)

Aspecto	Protecção Social – Respostas sociais
Indicador	<p>1. Cobertura do desemprego pelo Subsídio de Desemprego, 2010</p> <p>2. Respostas sociais por município, 2010</p> <p>3. Idosos servidos por equipamentos sociais, 2010</p>
Descrição ou justificativa	<p>1. Estar desempregado sem receber qualquer apoio é uma situação que fragiliza as pessoas, não só pela ausência de um rendimento, mas também pela situação já de si precária de não ter um emprego e a incerteza de poder não conseguir um no tempo que mais é necessário. A cobertura do desemprego pelo subsídio de desemprego é condição da manutenção de um padrão de vida básico, até se conseguir, novamente, emprego.</p> <p>2. A resposta de cada município às necessidades dos seus cidadãos mais vulneráveis, como as crianças, jovens e idosos, é um aspecto relevante da coesão social e da manutenção de uma sociedade saudável, solidária, equitativa e coesa.</p> <p>3. A população idosa é uma população frágil e pode estar desamparada, pela ausência de familiares ou de apoios sociais, razão pela qual a disponibilização de infra-estruturas para a sua integração e cuidado, quando necessário, é um factor distintivo.</p>
Metas	<p>1. Cobertura total</p> <p>2. Não existe uma meta em particular, no entanto, entende-se que quanto maior for a oferta social melhor será a situação de cada concelho.</p> <p>3. Maior cobertura possível.</p>
Fonte do critério	Não existe
Metodologia	<p>1. Considerou-se o número de desempregados, contabilizados pelo IEFP, em Dezembro de 2010, e o número de pessoas a receber o subsídio de desemprego, com valores publicados pelo Anuário Estatístico da Região Norte (Número de beneficiários a receber subsídio de desemprego ÷ total de desempregados x 100). Sem referências em relação à escala do indicador, optou-se por intervalos iguais aos da escala padrão.</p> <p>2. Para a construção deste indicador foram considerados os dados das cartas sociais dos municípios. A informação é disponibilizada pelo GEP (Gabinete de Estratégia e Planeamento) do Ministério do Trabalho (actual Ministério da Solidariedade e da</p>

	<p>Segurança Social – MSSS). Os dados são disponibilizados por concelho e agrupados em distrito. Retirados os dados dos concelhos do ADV, calculou-se o número de respostas sociais por município tendo como referência a população residente (por mil habitantes). As respostas sociais contemplam as creches, Centro de Actividades Ocupacionais, Lares Residenciais, Centros de Dia, Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos). O cálculo obedeceu à seguinte fórmula: número total de respostas ÷ população estimada de 2010 x 1000. Desconhecendo-se os valores máximo e mínimo dos outros concelhos do país, a escala do indicador contemplou o valor do país na base do último intervalo, correspondendo à base do último intervalo da escala padrão (80). Os restantes valores são distribuídos em intervalos iguais.</p> <p>3. Neste indicador foram considerados todos os idosos que são servidos por centro de dia, lar e apoio domiciliários em relação à população com 65 e mais anos. Na escala do indicador foi utilizado mesmo critério do indicador anterior.</p>
Fonte e periodicidade	1. IEF (www.iefp.pt); Mensal – INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.6.4); Anual
Valor – pontuação	2. e 3. GEP – Carta Social; INE, Anuário Estatístico da Região Norte; Anual
	ANEXO 4 (9.1.; 9.2; 9.3)

Aspecto	Segurança
Indicador	Taxa de Criminalidade, 2010
Descrição ou justificativa	A prossecução de um estado de desenvolvimento superior (sustentável) requer condições de segurança que permitam garantir o bem-estar das pessoas. Embora, os crimes cometidos em cada concelho nem sempre sejam cometidos pelos habitantes locais, a maior ou menor afluência de crimes, seja qual for a sua tipologia, condiciona o modo como os locais e os visitantes vêem o concelho (região). A percepção de maior ou menor criminalidade pode ter consequências directas no sector do turismo (na fixação de novos habitantes e segunda habitação)
Metas	Embora não sejam identificadas metas a nível “oficial”, supõe-se como a melhor situação a total ausência de criminalidade
Fonte do critério	Não existe (ver Siena, 2002: 213; SIDS Algarve, indicador 42)
Metodologia	O INE disponibiliza os dados referentes a este indicador, seja a taxa já calculada, seja publicando o número de crimes registados pelas autoridades policiais e a categoria de crime. Tendo em conta estes valores e a população estimada para cada ano, este indicador pode ser calculado, igualmente, a partir destes dados (total de crimes registados ÷ população residente x 1000). Na escala do indicador, o valor médio do país é considerado na base do último intervalo, correspondendo ao valor 80 da escala padrão.
Fonte e periodicidade	INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (10.1)

Aspecto	Educação
Indicador	1. Taxa de Iliteracia, 2011 2. População residente com ensino superior completo, 2011 3. Retenção e desistência no ensino básico, 2009/10
Descrição ou justificativa	Como se percebeu no Capítulo III a educação é um elemento crucial para o DS. O seu contrário é sinal de subdesenvolvimento. Sociedades evoluídas são sociedades em que os seus elementos são instruídos, informados e cientes de que o seu contributo é relevante para traçar caminhos, estipular objectivos, definir e avaliar estratégias.
Metas	1. Atingir o valor 0, ou seja, que todos tenham algum nível de ensino e saibam,

	<p>consequentemente, ler e escrever.</p> <p>2. Não há uma meta específica para este indicador, mas quanto mais elevado for o número de habitantes com habilitações superiores tanto maiores são as possibilidades de uma região se desenvolver.</p> <p>3. Não existem metas directamente fixadas, mas o valor será tanto melhor quanto mais se aproximar de 0.</p>
Fonte do critério	Não existe
Metodologia	<p>1. O cálculo é feito com base nos dados censitários publicados pelo INE referentes à população residente com o nível de escolaridade mais elevado completo. Deste quadro, relaciona-se a população sem nenhum nível de escolaridade com a população residente no mesmo ano (população sem nenhum nível de escolaridade ÷ população total residente x 100). A escala do indicador assumiu intervalos iguais numa amplitude de 0 e 35, valor que cobre o valor mais elevado do conjunto dos concelhos. Neste caso não se optou por colocar o valor médio nacional na base do último intervalo, porque o que se pretende é que a taxa de iliteracia se aproxime o mais possível de 0.</p> <p>2. À semelhança do indicador anterior, considerou-se a população com ensino superior completo em relação à população residente total (população com ensino superior completo ÷ população residente x 100). A escala do indicador assumiu intervalos iguais com o mínimo de 0 e o máximo de 20, espectro que inclui todos os valores dos concelhos da região. O valor médio nacional foi considerado como o valor base do último intervalo.</p> <p>3. O cálculo é feito pelo INE que apresenta esta taxa para o ensino básico, secundário e superior. Pela inexistência de valores para os concelhos de Armamar e Santa Marta de Penaguião, não é possível considerar o valor para a taxa de retenção e desistência para o ensino secundário. Este poderia ser um valor mais interessante, dado que se pretende tornar o ensino secundário como o ensino obrigatório. Relativamente ao ensino superior, apenas Lamego e Vila Real têm valores. A escala do indicador assumiu intervalos iguais tendo como referência a amplitude 0 e 16,2 (maior valor observado no país).</p> <p>Recorde-se que outros indicadores ligados à educação não estão disponíveis dado que os resultados do Censos de 2011 ainda não estão disponíveis.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. e 2. INE, Censo 2011 – Dados Estatísticos (www.ine.pt); Decenal</p> <p>3. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (11.1.; 11.2.; 11.3.)

Aspecto	Dinâmica Demográfica
Indicador	<p>1. Índice de envelhecimento, 2011</p> <p>2. Índice de dependência de idosos, 2010</p> <p>3. Taxa de fecundidade geral, 2010</p> <p>4. Taxa de crescimento efectivo, 2010</p> <p>5. Taxa de crescimento natural, 2010</p> <p>6. Taxa de crescimento migratório, 2010</p>
Descrição ou justificativa	A dinâmica demográfica é um aspecto relevante no que concerne a qualquer estratégia de desenvolvimento. Tudo o que se faz em matéria de desenvolvimento é para as pessoas e tem-nas no centro do processo. Conhecer a população é um elemento crucial para delinear, implementar e corrigir políticas. O envelhecimento da população, associado à saída de população em idade activa, à baixa natalidade e incipiente crescimento migratório justificam ser aspectos a ter em conta em qualquer região, em particular, nas regiões rurais, onde estes fenómenos são mais intensos.
Metas	Não estão definidas metas para nenhum dos indicadores, mas entende-se que o rejuvenescimento da população, assim como o fomento da sua estrutura dinâmica e

	robustez são directrizes fundamentais a ter em conta.
Fonte do critério	Não existe
Metodologia	<p>1. Expressa a relação entre a população idosa e a população jovem e é habitualmente definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Expressa-se em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).</p> <p>Fórmula de cálculo: $IE = (P1 \div P2) \times 100$</p> <p>P1: população com idade igual ou superior a 65 anos;</p> <p>P2: população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.</p> <p>2. Expressa a relação entre a população idosa e a população em idade activa e é habitualmente definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Expressa-se em percentagem (por 100 pessoas com 15-64 anos).</p> <p>Fórmula de cálculo: $IDI = (P1 \div P2) \times 100$</p> <p>P1: população com idade igual ou superior a 65 anos; e</p> <p>P2: população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.</p> <p>3. Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período, habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil;</p> <p>4. Variação populacional observada durante um determinado período de tempo (entre os momentos "0" e "t" – geralmente um ano civil), relativamente à população média desse período. Pode ser expressa por 100 ou 1000 habitantes.</p> <p>Fórmula de cálculo: $TCE = (Pt - P0) \div [(P0 + Pt) \div 2] \times 100$</p> <p>P0: população no momento "0"; e</p> <p>Pt: população no momento "t".</p> <p>5. É o saldo natural observado num determinado período de tempo (entre os momentos "0" e "t" – geralmente um ano civil), relativamente à população média desse período. Pode ser expresso por 100 ou 1000 habitantes.</p> <p>Fórmula de cálculo: $TCN = SN \div [(P0 + Pt) \div 2] \times 100$</p> <p>SN: saldo natural entre os momentos "0" e "t";</p> <p>P0: população no momento "0"; e</p> <p>Pt: população no momento "t".</p> <p>6. É o saldo migratório observado num determinado período de tempo (entre os momentos "0" e "t" – geralmente um ano civil), relativamente à população média desse período. Pode ser expresso por 100 ou 1000 habitantes.</p> <p>Fórmula de cálculo: $TCM = SM \div [(P0 + Pt) \div 2] \times 100$</p> <p>SM: saldo migratório entre os momentos "0" e "t";</p> <p>P0: população no momento "0"; e</p> <p>Pt: população no momento "t".</p> <p>Em todos os indicadores, a escala do indicador o valor médio nacional como base do último intervalo, correspondendo ao valor 80 da escala padrão. Nos restantes utiliza-se intervalos iguais.</p>
Fonte e periodicidade	INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (12.1.; 12.2.; 12.3.; 12.4.; 12.5.; 12.6.)

Aspecto	Desemprego
Indicador	<p>1. Taxa de desemprego, 2009</p> <p>2. Desemprego feminino, 2009</p> <p>3. Desemprego de longa duração, 2009</p>

Discrição ou justificativa	Sendo o emprego um valor essencial para proporcionar o acesso à satisfação das necessidades básicas e à qualidade de vida, a que todos aspiram, e um direito fundamental, o desemprego não é senão uma situação anómala, que pode encerrar em si a falta de coesão. As taxas de desemprego são um elemento a que se deve prestar uma cuidada atenção, em particular, ao desemprego feminino e ao de longa duração, sobretudo porque, em ambos os casos, se trata de situações em que estão em causa dois grupos de pessoas fragilizadas.
Metas	Menor valor possível (mais próximo de 0)
Fonte do critério	Não existe
Metodologia	Considerou-se o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, contabilizados pelo IEFP em Outubro de 2009, e os valores relativos ao emprego disponibilizados pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do MSSS relativos a Outubro de 2009. 1. Fórmula de cálculo: população desempregada total ÷ população activa x 100 2. Fórmula de cálculo: população feminina desempregada ÷ total de desempregados x 100 3. Fórmula de cálculo: população desempregada há 12 ou mais meses ÷ total de desempregados x 100 (Número de beneficiários a receber subsídio de desemprego ÷ total de desempregados x 100). A escala dos 3 indicadores foi dividida em intervalos iguais. No primeiro caso, em intervalos de 7, já que o máximo observado nos concelhos foi 30,6%, sendo que quanto menor for a taxa de desemprego melhor a situação. Nos dois outros casos, a escala do indicador tem os mesmos intervalos que a escala padrão, mas invertidos, já que a melhor situação é aquela que mais se aproxima do valor 0.
Fonte e periodicidade	IEFP (www.iefp.pt); Mensal; MSSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento; Mensal
Valor – pontuação	ANEXO 4 (13.1.; 13.2.; 13.3.)

Aspecto	Habitação
Indicador	1. Alojamento sem pelo menos uma infra-estrutura, 2011
Discrição ou justificativa	1. A habitação é um direito humano reconhecido. Todo o ser humano tem direito a ter um lugar onde viver em condições dignas. Esse indicador mostra como nem todos os alojamentos têm ainda as condições necessárias, ou seja, nem todos os alojamentos estão providos de água, drenagem das águas e banho ou duche.
Metas	Não existem, mas o objectivo é que todos os alojamentos detenham as condições necessárias para uma existência digna.
Fonte do critério	
Metodologia	1. A partir dos dados publicados do INE, referentes ao Censo de 2011, calculou-se a % de alojamentos desprovidos de água, ou drenagem das águas residuais ou banho ou duche no número total de alojamentos.
Fonte e periodicidade	INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Decenal
Valor – pontuação	ANEXO 4 (14.1.)

Aspecto	Ar
Indicador	Qualidade do ar 1. Emissões de CO ₂ <i>per capita</i> , 2009 2. Emissões de poluentes atmosféricos <i>per capita</i> , 2009
Discrição ou justificativa	1. e 2. Estes indicadores permitem avaliar as emissões de origem antropogénica, que contribuem para o efeito estufa, como é o caso do CO ₂ e de outros poluentes atmosféricos (óxido de enxofre (SO ₂), óxidos de azoto (NOx), compostos

	orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) e amónia (NH ₃)), em todos os concelhos do ADV.
Metas	1. e 2. A meta da Região Norte é diminuir 35% das emissões de CO ₂ até 2020. O valor actual desta região é de 4,47 t/pc. Com a diminuição deste valor teríamos a emissão de 2,9 t/pc. Internacionalmente, tem-se como aceitável valor inferior a 2 t/pc. Considerou-se que a melhor situação seria entre as 0 e as 2 t/pc. Nos outros poluentes as metas nacionais são (até 2010): SO ₂ = 160kt (0,015 t/pc); NO _x = 250kt (0,024 t/pc); COVNM = 180kt (0,017 t/pc) e NH ₃ = 90kt (0,008 t/pc).
Fonte do critério	1. e 2. Siena, 2002; Directiva 2001/81/CE; APAMBIENTE, 2011; www.ccdralg.pt ; Kerk e Manuel, 2008.
Metodologia	1. e 2. Em ambos os casos, os poluentes são medidos em t/km ² . Tendo a população e as áreas (INE), calculou-se a emissão de poluente <i>per capita</i> em termos de t/pc. No caso dos outros poluentes que não o CO ₂ , fizeram-se os respectivos cálculos para a passagem da unidade de medida kt para t. Só depois se calculou a tonelagem <i>per capita</i> (área x tonelagem/km ² ÷ população estimada 2009). Neste último caso, calculou-se a pontuação de cada um deles e, no final, fez-se a média desses poluentes. Na escala referente a cada um dos poluentes o valor topo do último intervalo é 0 (ausência de poluição de origem antropogénica). Os restantes intervalos são intervalos iguais, com a particularidade de a base do último intervalo incluir o valor meta do indicador.
Fonte e periodicidade	Agência Portuguesa do Ambiente; Anual INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (15.1.; 15.2.)

Aspecto	Água
Indicador	1. Qualidade da água para consumo humano, 2010 a) Número de Análises realizadas b) Cumprimento dos valores paramétricos 2. Consumo de água por habitante, 2008 3. Índice de cobertura de abastecimento de água, 2009 4. Índice de cobertura do sistema de drenagem de águas residuais, 2009 5. Índice de cobertura de estações de tratamento de águas residuais, 2009
Descrição ou justificativa	1. Este indicador é composto por duas componentes: a) número de análises realizadas à água para consumo humano e b) cumprimento dos valores paramétricos, e refere-se à proporção da água de abastecimento que apresenta níveis recomendados pela legislação nacional e internacional. O não cumprimento dos valores paramétricos pode comprometer a saúde pública, daí a razão de ser da importância destes indicadores. 2. A Água é um recurso vital para os ecossistemas e para o desenvolvimento humano. A sua salvaguarda em quantidade e qualidade adequadas para os diversos fins, assim como a sua preservação é essencial como garantia do DS. 3. 4. e 5. Estes 3 indicadores são de extrema importância para aferir o estado de desenvolvimento e para dar indicações sobre as condições básicas de vida e sobre o uso e a preservação de recursos.
Metas	1. Valor 100 2. Não foram encontradas metas, mas entende-se que a melhor situação é aquela em que, sem comprometer o bem-estar humano, se gasta menos água <i>per capita</i> .
Fonte do critério	1-5. INSAAR, 2011
Metodologia	1. Os dois indicadores são apresentados no volume 4 do ERSAR e refere-se à percentagem total do número de análises realizadas e à percentagem dessas análises que cumprem os valores paramétricos. A escala do indicador assumiu intervalos iguais, à semelhança da escala padrão.

	<p>2. O cálculo do indicador é apresentado pelo INE e diz respeito à quantidade de água que gasta cada habitante medida em m³ no ano em questão. Considerou-se o ano de 2008, porque os dados referentes a 2009 não estão disponíveis para os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua e Vila Nova de Foz Côa. Transformou-se os m³ em litros e dividiu-se por 365 dias, resultando no número de litros que gasta em média cada habitante por dia. Na escala do indicador utilizou-se intervalos iguais.</p> <p>3-5. Estes 3 indicadores são apresentados pelo INSAAR e dizem respeito à percentagem de população coberta por sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais. A indisponibilidade de dados para alguns concelhos em 2009 (Mesão Frio, Peso da Régua e Vila Nova de Foz Côa) foi superada com a utilização de valores mais antigos, utilização devidamente sinalizada.</p> <p>Para a escala destes três últimos indicadores, na base do último intervalo foi considerado o valor da meta correspondente, evidenciando os que estão mais próximos da maior percentagem (100%) e, de certo modo, penalizando os que estão abaixo dessas metas.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. ERSAR; anual</p> <p>2. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); anual</p> <p>3-5 INSAAR; anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (16.1.; 16.2.; 16.3.; 16.4.; 16.5.)

Aspecto	Ambiente
Indicador	Despesa municipal em ambiente, 2009
Descrição ou justificativa	Embora a grande percentagem da despesa em ambiente seja mais relacionada à gestão de resíduos, entre os outros aspectos possíveis (protecção da qualidade do ar e clima; gestão de resíduos; protecção e recuperação dos solos, águas subterrâneas e superficiais; protecção contra ruídos e vibrações; protecção da biodiversidade e paisagem; protecção contra radiações, investigação e desenvolvimento e outras actividades de protecção do ambiente), a despesa em ambiente revela a importância que se atribui a este tema. O ambiente é, no geral, um tema crucial para o DS.
Metas	Não existe meta estabelecida.
Fonte do critério	Não se conhece.
Metodologia	Calcula-se a percentagem da despesa efectuada por cada município em ambiente em relação à despesa total. A despesa em ambiente está disponível no Anuário Estatístico da Região Norte e a despesa total para este mesmo ano está disponível no sítio Web do Portal Autárquico. Assume-se uma escala que vai da inexistência de qualquer gasto até ao máximo de 5%, valor que cobre o máximo observado na região. O valor médio do país é posicionado na base do último intervalo, equivalendo ao valor 80 do mesmo intervalo da escala padrão. Os restantes são intervalos iguais.
Fonte e periodicidade	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.I.2.7) e Portal Autárquico (www.portalautarquico.pt); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (17.1.)

Aspecto	Biodiversidade
Indicador	<p>1. Área de modo de produção biológico, 2010</p> <p>2. Área florestal, 2006</p> <p>3. Superfície florestal ardida, 2010</p> <p>4. Colmeias e cortiços povoados, 1999/09</p>
Descrição ou	1. O modo de produção biológico pelas suas características é um meio de produção

justificativa	<p>favorável à preservação dos recursos (solo, água, fauna, flora), favorece a biodiversidade e a segurança alimentar.</p> <p>2. Pelas mais diversas razões o coberto florestal é fundamental para o DS, seja como sumidouro de carbono, preservação da biodiversidade, seja na luta contra a desertificação e na preservação dos solos.</p> <p>3. A manutenção da superfície florestal é um importante factor de equilíbrio, na preservação da biodiversidade, como protecção contra os elementos naturais, protegendo contra a erosão do solo e a desertificação.</p> <p>4. A maior ou menor existência de abelhas num determinado território é um barómetro do equilíbrio do ecossistema, e pode significar que, em determinado tempo, pelas mais diversas razões, como por exemplo, a pulverização de herbicidas, insecticidas ou mesmo outros químicos usados na agricultura, houve uma diminuição destes insectos, podendo ter consequências nefastas na produtividade agrícola e manutenção do ecossistema.</p>
Metas	<p>1. O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 estabelece como meta para 2013 aumentar a SAU em agricultura biológica relativamente ao valor de 2005. O Plano Nacional da Agricultura Biológica 2004-2007 estipula como meta que a agricultura biológica atinja, em 2010, 10-20% da SAU.</p> <p>2. A nível internacional calcula-se que se deve reservar pelo menos 12% do uso do solo para a natureza e biodiversidade.</p> <p>3. Não existe uma meta definida, mas entende-se como melhor situação a ausência de superfície florestal ardida.</p> <p>4. Não existindo metas para este indicador, entende-se que maior número de colmeias e cortiços pode demonstrar um maior equilíbrio do ecossistema.</p>
Fonte do critério	<p>1. Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2014.</p> <p>2. Kerk e Manuel, 2008</p> <p>3. ENDS e Estratégia Nacional para as Florestas.</p>
Metodologia	<p>1. Considerou-se a área em modo de produção biológico no total da SAU. Pela indisponibilidade de dados, os valores da SAU são os publicados pelo INE no Anuário Estatístico da Região Norte 2010, relativos a 2009. Segundo informações do GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas do MAMAOP, os valores das áreas de modo de produção biológica só existe para 2010 e não para 2009. Com esta limitação, utilizaram-se os dados de 2009, relativos à área de SAU, e de 2010 relativos à área de modo de produção biológico. O cálculo obteve-se do seguinte modo: $\text{área de modo de produção biológico} \div \text{área total de SAU} \times 100$. Para a escala do indicador considerou-se a meta nacional prevista de 20%. A escala do indicador assumiu como extremos os valores 0 e 100, sendo que o valor meta deste indicador foi considerado como a base do último intervalo, valor 80 da escala padrão.</p> <p>2. O cálculo deste indicador resultou da razão da área de floresta do <i>Corine Land Cover</i>, publicado pelo Instituto Geográfico Português, referente a 2006, na área total do município. Foram consideradas apenas as áreas de “florestas de folhosas”, “florestas de resinosas” e “florestas mistas”. Obtendo a soma destas áreas, calculou-se a sua percentagem na área total do município ($\text{área florestal} \div \text{área total do município} \times 100$). Na escala do indicador, tomou-se os 12% como valor de referência, razão pela qual o fizemos corresponder ao valor 80, base do último intervalo.</p> <p>3. Considerou-se a taxa de superfície florestal ardida calculada e publicada pelo INE. À semelhança dos outros indicadores, o valor médio do País foi colocado como valor base do último intervalo. Os restantes intervalos até ao máximo valor (42,7), observado em Ribeira de Pena, são intervalos iguais.</p> <p>4. Calculou-se a taxa de variação das colmeias e cortiços entre 1999 e 2009 ($\text{n}^\circ \text{ de colmeias e cortiços em 2009} - \text{número de colmeias e cortiços em 1999} \div \text{número de colmeias e cortiços em 1999} \times 100$). Dado haver apenas valores negativos, a</p>

	escala o indicador contemplou uma amplitude entre -100 e 100, sendo que o valor nacional (também negativo) foi colocado na base do último intervalo, correspondendo à base do mesmo intervalo na escala padrão (80).
Fonte e periodicidade	1. MAMAOT – Gabinete de Planeamento e Políticas; Anual 2. Instituto Geográfico Português 3. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.5.13); Anual 4. INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Decenal
Valor – pontuação	ANEXO 4 (18.1.; 18.2.; 18.3.; 18.4)

Aspecto	Resíduos
Indicador	1. RSU recolhidos por habitante, 2010 2. RSU destinados a aterro, 2010 3. Proporção de RSU recolhidos selectivamente, 2010 4. RSU recolhidos selectivamente por habitante, 2010 5. RSU recolhidos selectivamente por tipo de material, 2010
Descrição ou justificativa	A produção, recolha, tratamento e gestão de resíduos é um aspecto crucial para o DS, uma vez que se relaciona directamente com o consumo e a preservação de recursos. A política da UE relativamente aos resíduos aponta para a sua prevenção e, quando não se podem evitar, devem ser reutilizados, reciclados ou valorizados, tanto quanto possível, promovendo a diminuição do consumo de recursos e mitigando o impacte ambiental que resultaria da sua deposição.
Metas	1. Não é conhecida meta, mas entende-se que a melhor situação é aquela em que há redução do número de kg de resíduos por habitante 2. A melhor situação é representada na menor quantidade de resíduos com destino a aterro. Tem-se como meta que até 2009 apenas 50% dos resíduos vão para aterro, e em 2016 apenas 35%. 3. Não existe uma meta, mas pressupõe-se o aumento da percentagem dos resíduos recolhidos selectivamente. 4. Pressupõe-se o aumento do número de kg/hab de resíduos recolhidos selectivamente. A meta para 2011 é de 50 kg/hab. 5. As metas referentes a este indicador indicam para 2011: vidro > 60%; papel e cartão > 60%; Plásticos > 22,5%.
Fonte do critério	PERSU II, 2007-2016 SIDS Algarve
Metodologia	1. O indicador é calculado pelo INE (total dos resíduos ÷ população estimada). 2. Com base nos dados fornecidos pelo INE, é calculada a percentagem dos resíduos destinados a aterro (resíduos destinados a aterro ÷ total dos resíduos x 100). 3. O indicador é calculado e publicado pelo INE (resíduos urbanos recolhidos selectivamente ÷ total dos resíduos x 100) 4. Indicador calculado pelo INE (resíduos recolhidos selectivamente ÷ população estimada). 5. No total dos resíduos recolhidos selectivamente por tipo de material, calculou-se a percentagem de cada material (valor do tipo de material ÷ valor total dos resíduos recolhidos selectivamente por tipo de material x 100). A escala destes indicadores contemplou, por um lado, quando existe meta, o valor da meta na base do último intervalo, correspondendo ao mesmo intervalo na escala padrão (80). Nos outros casos, quando não existe uma meta, o valor médio nacional foi colocado no mesmo intervalo, tal como foi feito na grande maioria dos indicadores.
Fonte e periodicidade	INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (19.1; 19.2; 19.3; 19.4; 19.5)

Aspecto	Cultura e Lazer
Indicador	1. Despesa em desporto e cultura, 2009 2. Bens imóveis culturais por mil habitantes, 2009 3. População estrangeira com estatuto de residente, 2010
Descrição ou justificativa	1. Sendo a cultura um elemento crucial para o DS, este indicador pretende avaliar a participação do poder público na arte, cultura e desporto, factor crucial na identidade dos povos. 2. A disponibilidade de bens culturais constitui um potencial de desenvolvimento endógeno, em si mesmo e pelas sinergias que pode favorecer, por exemplo, com o turismo. 3. Este indicador pode ser relevante por duas razões: por um lado, porque mostra até que ponto uma região ou um concelho é ou não atractivo para os estrangeiros, e, por outro lado, porque pode revelar como estes são acolhidos e integrados na comunidade onde residem.
Metas	1. Não havendo uma meta específica para os investimentos em cultura e desporto, adopta-se a mesma meta que a do investimento em ciência e tecnologia, que na Região Norte está estipulada nos 3% até 2020. 2. Não existe qualquer meta, razão pela qual se considerou apenas a melhor e a pior situação. 3. Não existe, mas um número mais elevado de estrangeiros pode significar que, entre outras coisas, o concelho pode ser mais ou menos atractivo para residir e trabalhar.
Fonte do critério	1. Siena, 2002: 220; www.cedr-n.pt/norte2020 2. e 3. Não existe
Metodologia	1. Estipulando os 3% como meta para 2020, igualmente, para investimento em ciência e tecnologia e cultura, este valor assumiu-se como referência. Ainda assim, foram consultados os valores mínimos e máximos de despesa em cultura e desporto em todos os municípios portugueses. O valor máximo coube a Castelo de Vide (32,2%). Assim, a escala do indicador contemplou este valor como o máximo (topo da escala do indicador), seguido da meta dos 3% (base do último intervalo do indicador). Os restantes valores foram dispostos em intervalos iguais. 2. Considerou-se o número de bens imóveis culturais por município, em relação à população desse município (por cada mil habitantes). A escala do indicador assumiu o valor nacional como o valor base do último intervalo, correspondendo ao mesmo valor do intervalo correspondente na escala padrão (80). 3. Calculou-se o número de estrangeiros por cada mil habitantes (n° de estrangeiros com estatuto de residente \div população desse ano \times 1000). A escala deste indicador foi organizada em intervalos iguais, sendo que o valor médio nacional foi colocado na base do último intervalo, correspondendo ao valor 80 da escala padrão.
Fonte e periodicidade	1.-3. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.3.1; Qd.II.3.5; Qd.II.3.1); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (20.1; 20.2)

Aspecto	Participação
Indicador	1. Abstenção nas eleições para a Presidência da República 2. Abstenção nas eleições para a Assembleia da República 3. Abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais 4. Abstenção nas eleições para Parlamento Europeu 5. Denúncias recebidas na linha SOS – Ambiente e Território, 2011
Descrição ou justificativa	Para o DS a participação assume uma importância crucial. Não se trata só de participação representativa, mas igualmente a participação directa. A abstenção

	<p>mostra, por um lado, uma certa decepção com a política, no geral, e, por outro lado, a despreocupação dos cidadãos em relação a assuntos que são fundamentais para a comunidade. Captar estas tendências é muito importante para se equacionar e efectivar outros tipos de participação e fomentar nos cidadãos uma cultura democrática.</p> <p>O número de denúncias recebidas na linha SOS – Ambiente e Território é um indicador da preocupação dos cidadãos em relação a questões ambientais e do território. Além disso revela, igualmente, a atenção destes mesmos cidadãos em relação a estas questões, denotando maior ou menor cultura cívica.</p>
Metas	<p>1-4. O valor da abstenção deve ser o mais baixo possível ou mesmo, numa situação ideal, igual a 0.</p> <p>5. Não existe uma meta, mas o maior número de participações pode denotar uma maior consciência cívica.</p>
Fonte do critério	Não se conhece
Metodologia	<p>1-4. Para o cálculo dos indicadores considerou-se a abstenção nas últimas eleições. Embora se pudesse utilizar a Taxa de participação nos últimos actos eleitorais, optou-se pela abstenção, uma vez que é um problema “crónico” português, já que em todas as eleições há sempre uma abstenção muito elevada. A referência é a população que se absteve em relação à população em idade eleitoral.</p> <p>5. Para o cálculo do indicador foram considerados os valores das denúncias recebidas a nível nacional na Linha SOS – Ambiente e Território do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da GNR em relação à população residente (dados provisórios do Censos de 2011) (denúncias ÷ população residente x 1000).</p> <p>A escala do indicador considerou o valor nacional como o valor base do último intervalo, correspondendo ao valor do mesmo intervalo da escala padrão (80).</p>
Fonte e periodicidade	<p>1-4. INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.IV.3.1.); Anual</p> <p>5. GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente; Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (21.1; 21.2; 21.3; 21.4; 21.5)

Aspecto	Gestão Municipal
Indicadores	<p>1. Serviço de informação das autarquias na Web, 2007</p> <p>2. Independência financeira do município, 2009</p> <p>3. Formação superior nos municípios, 2009</p>
Descrição ou justificativa	<p>1. O serviço de informação das Autarquias é um serviço essencial para a modernização administrativa, razão pela qual se entende que a posição de cada município será tanto melhor quanto mais próxima estiver da posição 1.</p> <p>2. A independência financeira dos municípios diz respeito às receitas próprias de cada município, revelando a maior ou menor solidez de cada município em relação às suas fontes de financiamento, e, consequentemente, a sua maior ou menor independência financeira.</p> <p>3. Entre outros possíveis indicadores, como por exemplo, o Índice de Tecnicidade, optou-se por aferir a percentagem de funcionários municipais com formação superior no total dos funcionários municipais, fundamentalmente porque um número maior de funcionários com nível superior de instrução poderá ser um factor distintivo do potencial de desenvolvimento dos municípios. Mais funcionários com instrução superior pode significar maior tecnicidade, melhor desempenho nas suas funções, maior criatividade.</p>
Metas	<p>1. Obter a melhor posição possível no ranking (mais próxima de 1).</p> <p>2. Assume-se que a melhor situação é aquela em que o município tem maior independência financeira, isto é, quando a percentagem de receitas próprias em relação às receitas totais é maior.</p> <p>3. Não existe meta para este indicador. Ainda assim, assume-se que uma maior percentagem de funcionários municipais com formação superior trará mais-valias</p>

	para os municípios, tornando, pelo menos hipoteticamente, maior o potencial de desenvolvimento dos municípios.
Fonte do critério	1-3. Não existe
Metodologia	<p>1. A classificação em ranking do serviço de informação das autarquias é um trabalho publicado anualmente pelo Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, que posiciona os municípios de acordo com ao seu desempenho em relação a vários itens relativos à presença do município na web. Muito embora se possa encontrar informações sobre a presença na internet, transacção, incluindo pagamentos, <i>download</i> e <i>upload</i> de formulários e consulta aos processos, publicação de informação, na verdade somente é possível obter informação para todos os concelhos em dois itens: classificação geral (presença na net) e publicação de informação. A escala do indicador foi organizada em intervalos iguais</p> <p>2. Calcula-se a percentagem das receitas próprias no total das receitas de cada município ($\text{Independência financeira} = \text{receitas próprias} \div \text{receitas totais} \times 100$). A escala do indicador contempla como valores extremos 0 e 100, sendo dividida em intervalos iguais.</p> <p>3. Para o cálculo deste indicador consideram-se todos os funcionários com formação superior na totalidade de funcionários municipais ($\text{N}^\circ \text{ de funcionários com formação superior} \div \text{N}^\circ \text{ total dos funcionários} \times 100$). A escala do indicador assume como valores extremos 0 e 50, dividindo-se em intervalos iguais.</p>
Fonte e periodicidade	<p>1. Santos e Amaral, 2008 (Departamento de Sistemas de Informação, Universidade do Minho, 2008); Anual</p> <p>2. Gravato, 2010 (CCDRN); Anual</p> <p>3. Gravato, 2011 (CCDRN); Anual</p>
Valor – pontuação	ANEXO 4 (22.1.; 22.2.; 22.3.)

Aspecto	Desempenho Institucional
Indicador	<p>1. Gravidade dos autos levantados pelo SEPNA, 2011</p> <p>2. Proporção de denúncias recebidas pelo SEPNA alvo de auto, 2011</p> <p>3. Acções de fiscalização do SEPNA, 2011</p> <p>4. Denúncias recebidas e acções de fiscalização realizadas pelo SEPNA, 2011</p>
Descrição ou justificativa	<p>1. O maior ou menor número de autos considerados “Grave” e “Muito Grave” permite observar a gravidade da situação relativa às denúncias ou acções de fiscalização levadas a cabo em cada concelho.</p> <p>2. Os valores das denúncias, acções de fiscalização (maior do que o das denúncias) e dos autos aplicados revelam que nem todas as denúncias são alvo de um auto. No entanto, a relação directa entre as denúncias e o autos mostra, por outro lado, que nem todos os autos partem de denúncias feitas, sendo fruto das acções de fiscalização (iniciativa institucional). Esta relação entre as denúncias e os autos aplicados indica a pertinência das denúncias feitas pelos cidadãos, mostrando, ao mesmo tempo, a percepção que estes têm dos problemas ambientais e da responsabilidade ambiental.</p> <p>3. Este indicador releva-se importante porque permite perceber o desempenho institucional, nomeadamente da Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente, uma vez que as acções de fiscalização do SEPNA são em número superior ao número de queixas.</p> <p>4. Ao colocar a ênfase nas acções de fiscalização realizadas pelo SEPNA (em relação às denúncias recebidas) pode observar-se a iniciativa das autoridades (mediante a sua actividade operacional) nas diversas áreas de intervenção ligadas ao ambiente e território.</p>
Metas	Não existem metas conhecidas
Fonte do critério	Não tem

Metodologia	<p>1. Este indicador foi calculado tendo em conta o número de autos com a classificação “Grave” e “Muito Grave” face ao total de todos os autos levantados (autos “Grave” e “Muito Grave” ÷ total dos autos x 100). A melhor situação é expressa no menor número possível de autos com estas duas classificações. A escala do indicador assume uma amplitude que varia entre 0 e 100, sendo que, neste caso, quanto mais se aproximar do zero melhor é a situação.</p> <p>2. Este indicador refere-se à relação entre as denúncias efectuadas no SEPNA e as denúncias alvo de auto (autos elaborados pelo SEPNA ÷ denúncias recebidas x 100). A escala do indicador tem como amplitude os valores de 0 e 100, sendo que, neste caso, o valor 100 revela a melhor situação possível.</p> <p>3. Este indicador refere-se a todas as acções de fiscalização (inclui as decorrentes das denúncias dos cidadãos) levadas a cabo em cada concelho, em função da população residente referente ao mesmo ano (n° total de fiscalizações ÷ população residente x 1000). Na escala do indicador, o valor do país é colocado na base do último intervalo, correspondendo ao valor 80 da escala padrão.</p> <p>4. Considerando-se o número de denúncias recebidas e as acções de fiscalização por concelho calcula-se a percentagem de denúncias recebidas no total das acções de fiscalização (denúncias ÷ n° total de fiscalizações x 100). A escala do indicador assume como amplitude os valores 0 e 100, sendo que, neste caso, o valor 0 representa a melhor situação.</p>
Fonte e periodicidade	1-4. GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA); Anual
Valor – pontuação	ANEXO 4 (23.1.; 23.2.; 23.3; 23.4)

ANEXO 4 – INDICADORES E PONTUAÇÃO

A) FÓRMULAS DE CÁLCULO

FÓRMULA 1: Pontuação = topo banda da escala padrão – {[valor do indicador – valor base da banda do indicador) ÷ (valor topo da banda do indicador – valor base da banda do indicador)] x 20}.

FÓRMULA 2: Pontuação = {[valor do indicador – valor base da banda do indicador) ÷ (valor topo da banda do indicador – valor base da banda do indicador)] x 20} + base da banda da escala padrão.

B) INDICADORES

1. RENDIMENTO

1.1. Índice do poder de Compra (fórmula 2)

Poder de compra per capita nos concelhos do ADV, 2009		
Concelho	Valor Índice	Pontuação
Alijó	55,66	44,53
Armamar	49,49	39,59
Carraceda de Ansiães	50,61	40,49
Lamego	78,95	63,16
Mesão Frio	59,01	47,21
Peso da Régua	80,79	64,63
Sabrosa	54,39	43,51
Santa Marta de Penaguião	51,55	41,24
São João da Pesqueira	55,56	44,45
Tabuaço	51,61	41,29
Torre de Moncorvo	57,69	46,15
Vila Nova de Foz Côa	54,49	43,59
Vila Real	102,53	80,59

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
185,3	100
100	80
75	60
50	40
25	20
0	0

Máximo
Oeiras = 185,27
Mínimo
Senancelhe = 47,36

1.2. Ganho médio mensal (fórmula 2)

Ganho médio mensal nos concelhos do ADV, 2009		
Licalização Geográfica	€	Pontuação
Portugal	1034,2	80,00
Continente	1036,4	80,30
Norte	901,4	61,81
Douro	806,4	48,80
Alijó	820,6	50,75
Armamar	716,8	36,54
Carrazeda de Ansiães	698,6	34,04
Lamego	765,5	43,20
Mesão Frio	869	57,37
Peso da Régua	866,7	57,06
Sabrosa	894,1	60,81
Santa Marta de Penaguião	705,3	34,96
São João da Pesqueira	784,3	45,78
Tabuaço	721,2	37,14
Torre de Moncorvo	855,2	55,48
Vila Nova de Foz Côa	772,3	44,13
Vila Real	873,8	58,03

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
1692,5	100
1034,2	80
888,2	60
742,1	40
596,05	20
450	0

Máximo
Lisboa = 1692,5
Mínimo
Mondim de Basto = 616

1.3. Cobertura do valor do crédito concedido pelo valor dos depósitos efectuados (fórmula 2)

Poupança e Crédito nos concelhos do ADV, 2008				
Localização geográfica	Depósitos de Clientes (€)	Crédito Concedido a Clientes (€)	% dos depósitos face ao crédito	Pontuação
Portugal	177.490.916.000	290.485.188.000	61,10	80,00
Região Norte	44.535.035.000	66.037.473.000	67,44	80,67
Douro	2.411.827.000	2.283.999.000	105,60	84,71
Alijó	106.112.000	81.366.000	130,41	87,34
Armamar	57.379.000	47.179.000	121,62	86,41
Carrazeda de Ansiães	84.380.000	42.084.000	200,50	94,76
Lamego	271.008.000	270.953.000	100,02	84,12
Mesão Frio	49.231.000	40.894.000	120,39	86,28
Peso da Régua	167.865.000	156.599.000	107,19	84,88
Sabrosa	56.235.000	41.151.000	136,66	88,00
Santa Marta de Penaguião	64.164.000	69.147.000	92,79	83,36
São João da Pesqueira	116.246.000	93.958.000	123,72	86,63
Tabuaço	69.860.000	57.179.000	122,18	86,47
Torre de Moncorvo	130.204.000	54.277.000	239,89	98,93
Vila Nova de Foz Côa	73.041.000	41.358.000	176,61	92,23
Vila Real	702.864.000	1.015.958.000	69,18	80,86

Fonte: CCDRN (www.ccdn.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
250	100
61,1	80
45,83	60
30,55	40
15,28	20
0	0

2. ENERGIA

2.1. Consumo de energia eléctrica por habitante (fórmula 2)

Variação do consumo de energia eléctrica por habitante nos concelhos do ADV, 2008-2009				
Localização geográfica	2008	2009	Δ %	Pontuação
	kWh/ hab.	kWh/ hab.		
Portugal	4630,5	4587,2	-0,935	80,00
Continente	4692,1	4646,8	-0,965	80,57
Norte	4105,7	4041,3	-1,57	91,90
Douro	2698,9	2830,4	4,87	55,99
Aljô	2140,8	2410	12,57	45,24
Armamar	2807,2	2974,1	5,95	54,49
Carraceda de Ansiães	2181,8	2391,2	9,60	49,40
Lamego	2858	2971,9	3,99	57,23
Mesão Frio	1887,1	2023,8	7,24	52,68
Peso da Régua	2661,7	2747,5	3,22	58,29
Sabrosa	2210,9	2509,2	13,49	43,96
Santa Marta de Penaguião	1735,3	1776,9	2,40	59,45
São João da Pesqueira	2339,1	2377,6	1,65	62,41
Tabuaço	2156,9	2150,9	-0,28	75,52
Torre de Moncorvo	2349,3	2531,3	7,75	51,98
Vila Nova de Foz Côa	2533,3	3593,6	41,85	4,39
Vila Real	3436,3	3437,1	0,02	73,47

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
-2	100
-0,935	80
2	60
16,33	40
30,67	20
45	0

Meta
ENE = 2020
Diminuir 20%
1,81% ano

2.2. Edifícios com certificação energética e qualidade do ar interior (fórmula 2)

Edifícios com certificação energética e ar interior nos concelhos do ADV, 2011				
Concelho	Total-ED	ED com CE	%	Pontuação
	Nº	Nº		
Aljô	8016	175	2,18	2,18
Armamar	4783	147	3,07	3,07
Carraceda de Ansiães	5141	143	2,78	2,78
Lamego	12412	702	5,66	5,66
Mesão Frio	2215	84	3,79	3,79
Peso da Régua	6749	477	7,07	7,07
Sabrosa	4516	102	2,26	2,26
Santa Marta de Penaguião	4345	96	2,21	2,21
São João da Pesqueira	5289	147	2,78	2,78
Tabuaço	4214	101	2,40	2,40
Torre de Moncorvo	6728	143	2,13	2,13
Vila Nova de Foz Côa	6053	143	2,36	2,36
Vila Real	21188	1883	8,89	8,89

Fonte: www.adene.pt

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
80	80
80	60
40	40
20	20
0	0

2.3. Consumo de combustível automóvel por habitante (fórmula 1)

Consumo de combustível automóvel por habitante nos concelhos do ADV, 2009		
Localização Geográfica	tep/ hab.	Pontuação
Portugal	0,6	80
Continente	0,6	80
Norte	0,5	83,3
Douro	0,4	86,7
Alijó	0,3	90
Armamar	0,7	79,4
Carraceda de Ansiães	0,3	90
Lamego	0,5	83,3
Mesão Frio	0,4	86,7
Peso da Régua	0,5	83,3
Sabrosa	0,2	93,3
Santa Marta de Penaguião	0,2	93,3
São João da Pesqueira	0,2	93,3
Tabuaço	0,1	96,7
Torre de Moncorvo	0,4	86,7
Vila Nova de Foz Côa	0,4	86,7
Vila Real	0,6	80

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
0,6	80
3,85	60
7,1	40
10,4	20
13,6	0

Máximo
Alcanena = 13,6
Mínimo
Tabuaço = 0,1

2.4. Consumo total de derivados do petróleo no sector dos transportes (fórmula 1)

Vendas de produtos derivados do petróleo no sector dos transportes nos concelhos do ADV, 2009				
Localização geográfica	Total	Transportes	%	Pontuação
Portugal	10683190	6073375	56,8	43,15
Região Norte	3072445	1880217	61,2	38,80
Alijó	5205	3086	59,3	40,71
Armamar	6541	4416	67,5	32,49
Carraceda de Ansiães	4556	1492	32,7	67,25
Lamego	21247	11745	55,3	44,72
Mesão Frio	2085	1898	91,0	8,97
Peso da Régua	9905	8888	89,7	10,27
Sabrosa	1288	993	77,1	22,90
Santa Marta de Penaguião	1758	1424	81,0	19,00
São João da Pesqueira	2387	1876	78,6	21,41
Tabuaço	1579	798	50,5	49,46
Torre de Moncorvo	8430	1962	23,3	76,73
Vila Nova de Foz Côa	3931	2627	66,8	33,17
Vila Real	44152	30361	68,8	31,24

Fonte: DGGE - Divisão de Planeamento e Estatística

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

3. ENDIVIDAMENTO

3.1. Endividamento per capita (fórmula 1)

Endividamento per capita nos concelhos do ADV, 2010				
Concelho	População 2010	Dívida total	Dívida- €/pc	Pontuação
Alijó	13149	20112837	1529,6	76,42
Armamar	6911	10069481	1457	77,54
Carrazeda de Ansiães	6476	6182456	954,7	85,29
Lamego	25175	24768470	983,9	84,84
Mesão Frio	4182	8720241	2085,2	67,86
Peso da Régua	16450	12512545	760,6	88,28
Sabrosa	6421	4100555	638,6	90,16
Santa Marta de Penaguião	7926	4067260	513,2	92,09
São João da Pesqueira	7805	6678923	855,7	86,81
Tabuaço	6041	14686719	2431,2	62,53
Torre de Moncorvo	8544	16257487	1902,8	70,67
Vila Nova de Foz Côa	7703	3241575	420,8	93,51
Vila Real	49897	0	0	100

Fonte: DGAL - www.portautarquico.pt; INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA
Indicador Padrão

0	100
1297,6	80
2595,2	60
3892,8	40
5190,4	20
6488	0

Máximo
Fornos de Algodres = 6488€

4. DINÂMICA EMPRESARIAL

4.1. Variação do nº de Empresas por município da sede, segundo a CAE-Ver.3 (fórmula 2)

Variação no Nº de empresas por município da sede segundo a CAE-Ver.3 nos municípios do ADV, 2008-2009				
Localização Geográfica	2008	2009	Δ %	Pontuação
Portugal	1096255	1060906	-3,22	33,9
Continente	1054373	1019248	-3,33	33,3
Norte	355991	342044	-3,92	30,4
Douro	16503	16075	-2,59	37,0
Alijó	823	791	-3,89	30,6
Armamar	383	382	-0,26	48,7
Carrazeda de Ansiães	450	447	-0,67	46,7
Lamego	2201	2089	-5,09	24,6
Mesão Frio	251	270	7,57	87,8
Peso da Régua	1416	1336	-5,65	21,8
Sabrosa	421	425	0,95	54,8
Santa Marta de Penaguião	487	445	-8,62	6,9
São João da Pesqueira	523	503	-3,82	30,9
Tabuaço	391	362	-7,42	12,9
Torre de Moncorvo	668	670	0,30	51,5
Vila Nova de Foz Côa	575	573	-0,35	48,3
Vila Real	5107	5025	-1,61	42,0

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Norte, 2009 e 2010. (Qd. III.3.5.)

ESCALA
Indicador Padrão

10	100
6	80
2	60
-2	40
-6	20
-10	0

4.2. Densidade de empresas (fórmula 2)

Densidade de empresas nos municípios do ADV, 2009		
Localização Geográfica	N.º/km²	Pontuação
Portugal	11,5	80,00
Continente	11,4	80,00
Norte	16,1	80,08
Douro	3,9	26,90
Alijó	2,7	18,62
Armamar	3,3	22,76
Carrazeda de Ansiães	1,6	11,03
Lamego	12,6	80,02
Mesão Frio	10,1	70,34
Peso da Régua	14,1	80,05
Sabrosa	2,7	18,62
Santa Marta de Penaguião	6,4	44,29
São João da Pesqueira	1,9	13,10
Tabuaço	2,7	18,62
Torre de Moncorvo	1,3	8,97
Vila Nova de Foz Côa	1,4	9,66
Vila Real	13,3	80,03

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.3.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
1123,1	100
11,5	80
8,6	60
5,8	40
2,9	20
0	0

Máximo
Lisboa = 1123,1
Mínimo
Idanha a Nova = 0,4

4.3. Volume de negócios das empresas fórmula 2)

Volume de negócios das empresas nos municípios do ADV, 2009		
Localização Geográfica	€	Pontuação
Portugal	316600	80
Continente	318000	80,04
Norte	267400	68,75
Douro	130000	35,71
Alijó	112900	29,39
Armamar	171600	46,86
Carrazeda de Ansiães	90500	21,11
Lamego	123700	33,38
Mesão Frio	89600	20,78
Peso da Régua	121400	32,53
Sabrosa	88800	20,48
Santa Marta de Penaguião	107800	27,50
São João da Pesqueira	161200	44,48
Tabuaço	108700	27,84
Torre de Moncorvo	89800	20,85
Vila Nova de Foz Côa	94500	22,59
Vila Real	151700	42,31

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.3.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
1086100	100
316600	80
229100	60
141600	40
87500	20
54100	0

Máximo
Oeiras = 1086100€
Mínimo
Alcoutim = 54100€

5. TURISMO (ECONOMIA)

5.1. Alojamentos por mil habitantes (fórmula 2)

Capacidade de alojamento nos municípios do ADV, 2010		
Localização Geográfica	Alojamento/hab (%)	Pontuação
Portugal	26,3	80
Continente	23,9	72,7
Norte	10,3	31,3
Douro	11,1	33,8
Alijó	19,5	59,3
Armamar	4,3	13,1
Carrazeda de Ansiães	3,7	11,2
Lamego	26,5	80
Mesão Frio	13,9	42,3
Peso da Régua	20,6	62,6
Sabrosa	15,6	47,4
Santa Marta de Penaguião	4,2	12,8
São João da Pesqueira	0,0	0
Tabuaço	5,5	16,7
Torre de Moncorvo	9,5	28,9
Vila Nova de Foz Côa	9,1	27,7
Vila Real	9,5	28,9

ESCALA	
Indicador	Padrão
1027	100
26,3	80
19,73	60
13,15	40
6,58	20
0	0

Máximo
Albufeira = 1027

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. III.11.1)

5.2. Alojamento em TER por mil habitantes (fórmula 2)

Capacidade de alojamento em TER nos municípios do ADV, 2011				
Localização Geográfica	População*	Alojamento TER	Alojamento/hab (%)	Pontuação
Douro	205947	969	4,7	23,5
Alijó	11933	46	3,9	19,3
Armamar	5853	91	15,5	77,7
Carrazeda de Ansiães	6322	36	5,7	28,5
Lamego	26707	185	6,9	34,6
Mesão Frio	4423	20	4,5	22,6
Peso da Régua	17097	10	0,6	2,9
Sabrosa	6367	103	16,2	80,9
Santa Marta de Penaguião	7324	33	4,5	22,5
São João da Pesqueira	7932	35	4,4	22,1
Tabuaço	6360	86	13,5	67,6
Torre de Moncorvo	8583	38	4,4	22,1
Vila Nova de Foz Côa	7318	26	3,6	17,8
Vila Real	52219	46	0,9	4,4

ESCALA	
Indicador	Padrão
20	100
16	80
12	60
8	40
4	20
0	0

Fonte: INE, Censo 2011 - Resultados Provisórios; Entidade de Turismo do Douro (www.douro-turismo.pt)

* Dados provisórios

6. DINÂMICA LOCAL

6.1. Produção de vinho de qualidade (fórmula2)

Produção vinícola por qualidade nos concelhos do ADV, 2009				
Localização geográfica	Produção total	DOP e IGP		Pontuação
	hl	hl	%	
Portugal	5688015,41	4086452	71,84	71,84
Continente	5635372,82	4047265	71,82	71,82
Norte	2185240,57	1945331	89,02	89,02
Douro	1182894,43	1025491	86,69	86,69
Alijó	211053,4	196712	93,2	93,2
Armamar	18177,59	14650	80,6	80,6
Carrazeda de Ansiães	30063,46	26894	89,64	89,64
Lamego	136612,76	122025	89,32	89,32
Mesão Frio	18081,66	13600	75,21	75,21
Peso da Régua	84394,6	77702	92,07	92,07
Sabrosa	71034,01	62199	87,56	87,56
Santa Marta de Penaguião	124256,81	88188	70,97	70,97
São João da Pesqueira	165545,7	159073	96,09	96,09
Tabuaço	35704,81	34704	97,2	97,2
Torre de Moncorvo	16408,73	13707	83,54	83,54
Vila Nova de Foz Côa	91280,51	88174	96,6	96,6
Vila Real	98710,39	77152	78,16	78,16

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.5.7)

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
80	80
60	60
40	40
20	20
0	0

6.2. Taxa de cobertura das importações pelas exportações (fórmula2)

Cobertura das importações pelas exportações nos municípios do ADV, 2010				
Localização Geográfica	Exportações	Importações	Tx Cobertura	Pontuação
	€	€	%	
Portugal	36762238417	57053114820	64,44	51,55
Continente	33833803810	51046764281	66,28	53,02
Norte	13126114488	10791164785	121,64	80,01
Douro	44101159	54426915	81,03	72,41
Alijó	4897907	1459114	335,68	80,06
Armamar	219722	11190572	1,96	1,57
Carrazeda de Ansiães	187475	794333	23,60	18,88
Lamego	8935286	9395414	95,10	76,08
Mesão Frio	17591	0	100	100
Peso da Régua	2949371	1451561	203,19	80
Sabrosa	7349603	9693	75823,82	98,95
Santa Marta de Penaguião	1170734	1223451	95,69	76,55
São João da Pesqueira	2299284	337486	681,30	80,15
Tabuaço	241182	469952	51,32	41,06
Torre de Moncorvo	171249	847357	20,21	16,17
Vila Nova de Foz Côa	2511986	4724	53174,98	93,29
Vila Real	4732039	11445871	41,34	33,07

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.4.5)

ESCALA	
Indicador	Padrão
80000	100
100	80
75	60
50	40
25	20
0	0

6.3. SAU por orientação técnico-económica: vinha e Olival (fórmula 1)

SAU por orientação técnico-económica: vinha e olival, nos concelhos do ADV, 2009					
Localização geográfica	Total ha	Vinha ha	Olival ha	Vinha e Olival %	Pontuação
Portugal	3668145	163876	152599	8,63	91,37
Continente	3542305	162861	152599	8,91	91,09
Norte	644027	77815	21366	15,40	84,60
Douro	125170	56302	3698	47,93	52,07
Alijó	8628	6987	57	81,64	18,36
Armamar	4538	2192	39	49,16	50,84
Carrazeda de Ansiães	6795	3686	83	55,47	44,53
Lamego	5395	2947	11	54,83	45,17
Mesão Frio	1074	1042	1	97,11	2,89
Peso da Régua	4197	4032	8	96,26	3,74
Sabrosa	5083	3399	44	67,74	32,26
Santa Marta de Penaguião	3582	3070	3	85,79	14,21
São João da Pesqueira	13105	9654	164	74,92	25,08
Tabuaço	4090	2586	118	66,11	33,89
Torre de Moncorvo	14312	1955	980	20,51	79,49
Vila Nova de Foz Côa	12694	7406	431	61,74	38,26
Vila Real	10576	2668	19	25,41	74,59

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

6.4. Mão-de-obra agrícola com 55 anos ou mais (fórmula 1)

Mão-de-obra agrícola com 55 ou mais anos nos municípios do ADV, 2009				
Localização geográfica	Total	Com 55 ou mais anos	%	Pontuação
Portugal	367393	200776	54,6	45,4
Continente	341502	190272	55,7	44,3
Norte	148088	81173	54,8	45,2
Douro	33099	15472	46,7	53,3
Alijó	2854	1262	44,2	55,8
Armamar	1707	624	36,6	63,4
Carrazeda de Ansiães	1975	1041	52,7	47,3
Lamego	2546	1089	42,8	57,2
Mesão Frio	546	157	28,8	71,2
Peso da Régua	1884	717	38,1	61,9
Sabrosa	1646	611	37,1	62,9
Santa Marta de Penaguião	1719	717	41,7	58,3
São João da Pesqueira	2957	1045	35,3	64,7
Tabuaço	1261	571	45,3	54,7
Torre de Moncorvo	1728	1061	61,4	38,6
Vila Nova de Foz Côa	1860	903	48,5	51,5
Vila Real	3548	2093	59,0	41,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.5.6)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

6.5. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no sector primário nos concelhos do ADV (fórmula 2)

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no sector primário nos concelhos do ADV, 2009		
Localização geográfica	€	Pontuação
Portugal	738,0	80,00
Continente	737,8	79,94
Norte	638,7	52,42
Douro	649,4	55,39
Alijó	707,0	71,39
Armamar	585,3	37,58
Carrazeda de Ansiães	633,5	50,97
Lamego	585,3	37,58
Mesão Frio	874,5	82,88
Peso da Régua	577,2	35,33
Sabrosa	833,8	82,02
Santa Marta de Penaguião	546,2	26,72
São João da Pesqueira	721,7	75,47
Tabuaço	724,6	76,28
Torre de Moncorvo	581,7	36,58
Vila Nova de Foz Côa	707,5	71,53
Vila Real	549,1	27,53

ESCALA	
Indicador	Padrão
1684,5	100
738	80
666	60
594	40
522	20
450	0

Máximo
Caminha = 1684,5

INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd. II.5.19)

7. GÉNERO

7.1. Participação da mulher no processo político (fórmula 2)

Composição actual das Assembleias Municipais dos concelhos do ADV					
Concelhos	Total	H	M	M/H	Pontuação
		Nº	Nº		
Alijó	40	27	13	0,48	48
Armamar	39	31	8	0,26	26
Carrazeda de Ansiães	39	32	7	0,22	22
Lamego	49	40	9	0,23	23
Mesão Frio	29	27	2	0,07	7
Peso da Régua	33	26	7	0,27	27
Sabrosa	31	30	1	0,03	3
Santa Marta de Penaguião	25	21	4	0,19	19
São João da Pesqueira	29	25	4	0,16	16
Tabuaço	35	29	6	0,21	21
Torre de Moncorvo	38	30	8	0,27	27
Vila Nova de Foz Côa	35	28	7	0,25	25
Vila Real	61	47	14	0,30	30

ESCALA	
Indicador	Padrão
1	100
0,8	80
0,6	60
0,4	40
0,2	20
0	0

Meta
Paridade

Lei Orgânica n.º 3/2006
de 21 de Agosto

Fonte: Sítios Web das autarquias (excepto Armamar)

7.2. Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (fórmula 1)

Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem nos concelhos do ADV, 2009		
Concelho	%	Pontuação
Portugal	11,5	80
Continente	11,5	80
Norte	10,5	81,74
Douro	8	86,09
Alijó	8,4	85,39
Armamar	4,7	91,83
Carraceda de Ansiães	12	77,44
Lamego	7,6	86,78
Mesão Frio	7	87,83
Peso da Régua	13,3	70,77
Sabrosa	9,5	83,48
Santa Marta de Penaguião	7,1	87,65
São João da Pesqueira	7,8	86,43
Tabuaço	10,8	81,22
Torre de Moncorvo	17,8	48,00
Vila Nova de Foz Côa	10,3	82,09
Vila Real	6,9	88

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
11,5	80
15,4	60
19,4	40
23,3	20
27,2	0

Máximo
V.V. de Ródão = 27,2
Mínimo
Sernancelhe = 1,8

8. SAÚDE – ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

8.1. Médicos por mil habitantes, 2010 (fórmula 2)

Médicos por 1000 habitantes por Local de residência, nos concelhos do ADV, 2010		
Local Geográfica	N.º	Pontuação
Portugal	3,9	80,33
Continente	4	80,42
Norte	3,7	80,17
Douro	2	45,68
Alijó	0,5	11,36
Armamar	0,4	9,09
Carraceda de Ansiães	0,9	20,46
Lamego	2,1	47,95
Mesão Frio	1,9	43,41
Peso da Régua	2,2	50,23
Sabrosa	0,8	18,18
Santa Marta de Penaguião	0,3	6,82
São João da Pesqueira	0,9	20,46
Tabuaço	0,5	11,36
Torre de Moncorvo	0,8	18,18
Vila Nova de Foz Côa	1	22,76
Vila Real	4,6	80,92

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.4.7)

ESCALA	
Indicador	Padrão
27,4	100
3,5	80
2,63	60
1,75	40
0,88	20
0	0
Máximo	
Condeixa a Nova = 27,4	
Mínimo	
Pampilhosa da Serra = 0	
Meta	
2010 = 3,5/1000hab	

8.2. Enfermeiros por mil habitantes, 2010 (fórmula 2)

Enfermeiros por 1000 habitantes por Local de trabalho nos concelhos do ADV, 2010		
Local de trabalho	N.º	Pontuação
Portugal	5,9	80,84
Continente	5,8	80,74
Norte	5,8	80,74
Douro	6,4	81,30
Alijó	3,1	49,60
Armamar	1,9	30,40
Carraceda de Ansiães	5,3	80,28
Lamego	7,7	82,51
Mesão Frio	2,2	35,20
Peso da Régua	6	80,93
Sabrosa	2,3	36,80
Santa Marta de Penaguião	2,1	33,60
São João da Pesqueira	2,6	41,60
Tabuaço	3,1	49,60
Torre de Moncorvo	4,8	76,80
Vila Nova de Foz Côa	3,1	49,60
Vila Real	13,3	87,72

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.4.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
26,5	100
5	80
3,75	60
2,5	40
1,25	20
0	0

Máximo

Coimbra = 26,5

Mínimo

Viana do Castelo = 0,2

Meta

2010= 5/1000hab

8.3. Consultas por habitante, 2009 (fórmula 2)

Consultas por habitante nos concelhos do ADV, 2009		
Local de Residência	Consulta/hab	Pontuação
Portugal	4,0	80,06
Continente	4,1	80,24
Norte	3,9	77,42
Douro	3,8	75,96
Alijó	1,5	29,32
Armamar	2,3	46,49
Carraceda de Ansiães	2,5	50,81
Lamego	3,4	67,78
Mesão Frio	4,8	81,75
Peso da Régua	2,6	51,92
Sabrosa	2,4	47,64
Santa Marta de Penaguião	1,7	22,33
São João da Pesqueira	2,8	56,91
Tabuaço	4,6	81,47
Torre de Moncorvo	2,2	44,16
Vila Nova de Foz Côa	2,8	56,60
Vila Real	6,8	86,45

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 (Qd.II.4.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
12,7	100
4	80
3	60
2	40
1	20
0	0

Máximo

Póvoa do Varzim = 12,7

Mínimo

Alijó = 1,5

8.4. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (fórmula 1)

Taxa quinquenal de mortalidade infantil nos concelhos do ADV, 2005-2009		
Localização Geográfica	‰	Pontuação
Portugal	3,4	80,00
Continente	3,4	80,00
Norte	3,3	80,59
Douro	3,2	81,18
Alijó	2,4	85,88
Armamar	0,0	100
Carraceda de Ansiães	4,6	74,29
Lamego	2,8	83,53
Mesão Frio	0,0	100
Peso da Régua	3,0	82,35
Sabrosa	4,0	77,14
Santa Marta de Penaguião	0,0	100
São João da Pesqueira	0,0	100
Tabuaço	4,7	73,81
Torre de Moncorvo	0,0	100
Vila Nova de Foz Côa	14,4	23,75
Vila Real	3,9	77,62

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.4.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
3,40	80
7,60	60
11,80	40
16,00	20
20,20	0

Máximo
Gavião = 20,2

8.5. Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (fórmula 1)

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório nos concelhos do ADV, 2010		
Localização Geográfica	‰	Pontuação
Portugal	3,2	80,00
Continente	3,2	80,00
Norte	2,6	83,75
Douro	3,6	76,71
Alijó	3,9	74,24
Armamar	4,6	68,48
Carraceda de Ansiães	5,3	62,72
Lamego	3,9	74,24
Mesão Frio	3,3	79,18
Peso da Régua	2,7	83,13
Sabrosa	2,5	84,38
Santa Marta de Penaguião	3	81,25
São João da Pesqueira	5,5	61,07
Tabuaço	3,3	79,18
Torre de Moncorvo	4,5	69,30
Vila Nova de Foz Côa	4,6	68,48
Vila Real	2,8	82,50

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.4.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
3,20	80
5,63	60
8,05	40
10,48	20
12,9	0

Máximo
Vila de Rei = 12,9
Mínimo
Felgueiras = 1,5

8.6. Taxa de mortalidade por tumores malignos (fórmula 1)

Taxa de mortalidade por tumores malignos nos concelhos do ADV, 2010		
Localização Geográfica	‰	Pontuação
Portugal	2,3	80,00
Continente	2,3	80,00
Norte	2,1	81,74
Douro	2,6	73,55
Alijó	2,9	67,10
Armamar	2,6	73,55
Carraceda de Ansiães	2,4	77,85
Lamego	2,7	71,40
Mesão Frio	2,1	81,74
Peso da Régua	2,6	73,55
Sabrosa	3,3	58,48
Santa Marta de Penaguião	2,6	73,55
São João da Pesqueira	2	82,61
Tabuaço	2,5	75,70
Torre de Moncorvo	3	64,95
Vila Nova de Foz Côa	3,4	56,30
Vila Real	2,2	80,87

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.4.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
2,3	80
3,23	60
4,15	40
5,08	20
6	0

Máximo
Vila de Rei = 6
Mínimo
Lousada = 1,2

9. PROTECÇÃO SOCIAL/ Respostas Sociais

9.1. Cobertura do desemprego pelo subsídio de desemprego (fórmula 2)

Cobertura do desemprego pelo Subsídio de Desemprego nos concelhos do ADV, 2010				
Concelho	Beneficiários do SD*	Desempregados**	Cobertura do SD (%)	Pontuação
Alijó	425	685	62,04	62,04
Armamar	219	321	68,22	68,22
Carraceda de Ansiães	149	284	52,46	52,46
Lamego	1 575	1880	83,78	100
Mesão Frio	192	450	42,67	42,67
Peso da Régua	820	1083	75,72	75,72
Sabrosa	253	340	74,41	74,41
Santa Marta de Penaguião	348	463	75,16	75,16
São João da Pesqueira	241	266	90,60	90,60
Tabuaço	306	383	79,90	79,90
Torre de Moncorvo	224	490	45,71	45,71
Vila Nova de Foz Côa	128	282	45,39	45,39
Vila Real	2 376	2694	88,20	88,20

Fonte: *INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.6.4); **IEFP (www.iefp.pt).

* Informação relativa ao ano de 2010

** Informação relativa a Dezembro de 2010

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
80	80
60	60
40	40
20	20
0	0

9.2. Respostas sociais por concelhos (fórmula 2)

Capacidade das Respostas Sociais dos concelhos do ADV, 2010				
Localização geográfica	População	Total de respostas	‰	Pontuação
Portugal	10636979	336920	31,67	80,00
Douro	205964	10559	51,27	84,44
Alijó	13149	844	64,19	87,36
Armamar	6911	282	40,80	82,07
Carraceda de Ansiães	6476	522	80,61	91,08
Lamego	25175	825	32,77	80,25
Mesão Frio	4182	286	68,39	88,31
Peso da Régua	16450	664	40,36	81,97
Sabrosa	6421	445	69,30	88,52
Santa Marta de Penaguião	7926	367	46,30	83,31
São João da Pesqueira	7805	258	33,06	80,31
Tabuaço	6041	316	52,31	84,67
Torre de Moncorvo	8544	724	84,74	92,02
Vila Nova de Foz Côa	7703	820	106,45	96,93
Vila Real	49897	1803	36,13	81,01

Fonte: GEP, Carta Social (www.cartasocial.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
120	100
31,67	80
23,78	60
15,85	40
7,93	20
0	0

9.3. Idosos servidos por equipamentos sociais (centro de dia, lar e apoio domiciliário) (fórmula 2)

Idosos servidos por equipamentos sociais (centro de dia, lar e apoio domiciliário) nos concelhos do ADV, 2010				
Concelhos	População com 65 e mais anos	Idosos servidos por centro de dia, lar e apoio domiciliário	%	Pontuação
Localização geográfica	Nº	Nº		
Continente	3862914	190842	4,94	80,00
Douro	85128	5303	6,23	81,71
Alijó	6314	558	8,84	85,18
Armamar	2900	168	5,79	81,13
Carraceda de Ansiães	3702	328	8,86	85,21
Lamego	9044	722	7,98	84,04
Mesão Frio	1428	201	14,08	92,13
Peso da Régua	5412	419	7,74	83,72
Sabrosa	2982	260	8,72	85,02
Santa Marta de Penaguião	3346	248	7,41	83,28
São João da Pesqueira	3112	231	7,42	83,30
Tabuaço	2486	241	9,69	86,31
Torre de Moncorvo	5302	417	7,86	83,88
Vila Nova de Foz Côa	4502	494	10,97	88,01
Vila Real	16922	1016	6,00	81,41

Fonte: GEP, Carta Social (www.cartasocial.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
20	100
4,94	80
3,71	60
2,47	40
1,24	20
0	0

10. SEGURANÇA

10.1. Taxa de Criminalidade (fórmula 1)

Taxa de Criminalidade nos concelhos do ADV, 2010		
Localização geográfica	Tx Criminalidade	Pontuação
Portugal	39,9	80,00
Continente	38,3	80,80
Norte	33,8	83,06
Douro	26,9	86,52
Alijó	29,7	85,11
Armamar	14,2	92,88
Carraceda de Ansiães	36,3	81,80
Lamego	21,8	89,07
Mesão Frio	40,9	78,91
Peso da Régua	36	81,95
Sabrosa	22,3	88,82
Santa Marta de Penaguião	21,1	89,42
São João da Pesqueira	15,8	92,08
Tabuaço	17,4	91,28
Torre de Moncorvo	47,4	71,79
Vila Nova de Foz Côa	26,1	86,92
Vila Real	27	86,47

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
39,9	80
58,18	60
76,45	40
94,73	20
113	0

Máximo
Albufeira = 113
Mínimo
Sousel = 11,1

11. EDUCAÇÃO

11.1. Iliteracia (fórmula 2)

Taxa de iliteracia nos concelhos do ADV, 2011		
Localização Geográfica	%	Pontuação
Portugal	19,16	45,26
Continente	19,04	45,60
Norte	18,79	46,31
Douro	22,17	36,66
Alijó	23,25	33,57
Armamar	23,01	34,26
Carraceda de Ansiães	25,72	26,51
Lamego	21,64	38,17
Mesão Frio	24,16	30,97
Peso da Régua	21,48	38,63
Sabrosa	25,07	28,37
Santa Marta de Penaguião	27,01	22,83
São João da Pesqueira	24,56	29,83
Tabuaço	23,43	33,06
Torre de Moncorvo	23,88	31,77
Vila Nova de Foz Côa	23,33	33,34
Vila Real	18,54	47,03

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
7	80
14	60
21	40
28	20
35	0

11.2. População residente com ensino superior completo (fórmula 2)

Proporção da população residente com ensino superior completo nos concelhos do ADV, 2011		
Localização Geográfica	%	Pontuação
Portugal	11,95	80,00
Continente	12,10	80,37
Norte	10,32	69,10
Douro	9,14	61,20
Alijó	5,21	34,85
Armamar	4,78	31,97
Carraceda de Ansiães	6,15	41,14
Lamego	10,19	68,23
Mesão Frio	4,20	28,09
Peso da Régua	8,01	53,62
Sabrosa	5,47	36,59
Santa Marta de Penaguião	5,46	36,52
São João da Pesqueira	4,51	30,17
Tabuaço	4,61	30,84
Torre de Moncorvo	6,86	45,91
Vila Nova de Foz Côa	7,13	47,72
Vila Real	16,34	90,91

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
20	100
11,95	80
8,96	60
5,98	40
2,99	20
0	0

11.3. Retenção e desistência no ensino básico (fórmula 1)

Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nos concelhos do ADV, 2009/2010		
Localização geográfica	%	Pontuação
Portugal	7,9	51,23
Continente	7,6	53,09
Norte	6,2	61,73
Douro	6,2	61,73
Alijó	7,7	52,47
Armamar	2,9	82,10
Carraceda de Ansiães	10,1	37,65
Lamego	4,9	69,75
Mesão Frio	3,5	78,40
Peso da Régua	7	56,79
Sabrosa	8,1	50,00
Santa Marta de Penaguião	8,3	48,77
São João da Pesqueira	13,6	16,05
Tabuaço	12,4	23,46
Torre de Moncorvo	7,4	54,32
Vila Nova de Foz Côa	8,2	49,38
Vila Real	3,7	77,16

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
3,24	80
6,48	60
9,72	40
12,96	20
16,20	0

Máximo
Alter do Chão = 16,2
Mínimo
Castelo de Vide = 1,5

12. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

12.1. Índice de envelhecimento (fórmula 1)

Índice de envelhecimento nos Concelhos do ADV, 2011		
Localização Geográfica	N.º	Pontuação
Portugal	128,6	80,0
Continente	131,3	79,5
Norte	113,9	82,3
Douro	176,2	71,9
Alijó	250,2	59,4
Armamar	193,4	69,0
Carraceda de Ansiães	323,4	47,0
Lamego	146,0	77,1
Mesão Frio	162,2	74,3
Peso da Régua	145,4	77,2
Sabrosa	214,9	65,4
Santa Marta de Penaguião	207,2	66,7
São João da Pesqueira	172,2	72,6
Tabuaço	193,3	69,1
Torre de Moncorvo	396,1	38,4
Vila Nova de Foz Côa	287,9	53,0
Vila Real	121,7	81,1

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
128,6	80
246,9	60
364,7	40
482,6	20
600	0

Máximo
Penamacor = 600

12.2. Índice de dependência de idosos (fórmula 1)

Índice de dependência de idosos nos concelhos do ADV, 2010		
Localização Geográfica	N.º	Pontuação
Portugal	27,2	80,00
Continente	27,7	79,63
Norte	23,4	82,79
Douro	31,1	73,92
Alijó	36,9	64,88
Armamar	31,2	73,76
Carraceda de Ansiães	46,8	49,44
Lamego	26,2	80,74
Mesão Frio	25	81,62
Peso da Régua	23,5	82,72
Sabrosa	35,9	66,44
Santa Marta de Penaguião	31,6	73,14
São João da Pesqueira	30,1	75,48
Tabuaço	30,6	74,70
Torre de Moncorvo	51,5	42,11
Vila Nova de Foz Côa	48,1	47,41
Vila Real	24,8	81,76

Fonte: INE, Dados Estatístico (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
27,2	80
40,03	60
52,85	40
65,68	20
78,5	0

Máximo
Idanha a Nova = 78,5
Mínimo
Albufeira = 22

12.3. Taxa de fecundidade geral (fórmula 2)

Taxa de fecundidade geral nos concelhos do ADV, 2010		
Local de residência	%	Pontuação
Portugal	39,8	80,00
Continente	39,7	79,68
Norte	35	64,52
Douro	31,3	52,46
Alijó	25,4	33,23
Armamar	26,4	36,45
Carraceda de Ansiães	20,1	16,13
Lamego	28,5	43,28
Mesão Frio	31	51,48
Peso da Régua	33	58,03
Sabrosa	32	54,75
Santa Marta de Penaguião	28,4	42,95
São João da Pesqueira	34,7	63,55
Tabuaço	19,2	13,23
Torre de Moncorvo	25,3	32,90
Vila Nova de Foz Côa	26,5	36,77
Vila Real	39,5	79,03

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
69,3	100
39,8	80
33,6	60
27,5	40
21,3	20
15,1	0

Máximo

Montijo = 69,3

Mínimo

Alfândega de Fé = 15,1

12.4. Taxa de crescimento efectivo (fórmula 2)

Taxa de crescimento efectivo nos concelhos do ADV, 2010		
Local de residência	%	Pontuação
Portugal	-0,01	80,0
Continente	-0,01	80,0
Norte	-0,12	77,3
Douro	-1,03	54,6
Alijó	-1,25	49,1
Armamar	-1,31	47,7
Carraceda de Ansiães	-2,21	25,3
Lamego	-1,48	43,5
Mesão Frio	-2,18	26,0
Peso da Régua	-1,56	41,5
Sabrosa	-1,15	51,6
Santa Marta de Penaguião	-0,89	58,0
São João da Pesqueira	-1,31	47,7
Tabuaço	-1,50	43,0
Torre de Moncorvo	-1,64	39,5
Vila Nova de Foz Côa	-1,44	44,4
Vila Real	-0,24	74,3

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
3,81	100
-0,01	80
-0,81	60
-1,62	40
-2,42	20
-3,22	0

Máximo

Sesimbra = 3,81

Mínimo

Almeida = -3,22

12.5. Taxa de crescimento natural (fórmula 2)

Taxa de crescimento natural nos concelhos do ADV, 2010		
Local de residência	%	Pontuação
Portugal	-0,04	80,0
Continente	-0,05	79,7
Norte	0,02	81,8
Douro	-0,48	66,3
Alijó	-0,78	56,8
Armamar	-0,82	55,6
Carraceda de Ansiães	-1,39	37,5
Lamego	-0,52	65,0
Mesão Frio	-0,69	59,7
Peso da Régua	-0,33	70,9
Sabrosa	-0,57	63,4
Santa Marta de Penaguião	-0,41	68,4
São João da Pesqueira	-0,48	66,3
Tabuaço	-0,85	54,6
Torre de Moncorvo	-1,01	49,5
Vila Nova de Foz Côa	-1,11	46,3
Vila Real	0,12	84,7

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0,64	100
-0,04	80
-0,68	60
-1,31	40
-1,95	20
-2,58	0

Máximo

Maíra = 0,64

Mínimo

V.V. de Ródão = -2,58

12.6. Taxa de crescimento migratório (fórmula 2)

Taxa de crescimento migratório nos concelhos do ADV, 2010		
Localização Geográfica	%	Pontuação
Portugal	0,04	80,0
Continente	0,03	79,6
Norte	-0,14	72,7
Douro	-0,56	55,5
Alijó	-0,48	58,8
Armamar	-0,49	58,4
Carraceda de Ansiães	-0,82	44,9
Lamego	-0,96	39,2
Mesão Frio	-1,49	17,1
Peso da Régua	-1,23	27,9
Sabrosa	-0,57	55,1
Santa Marta de Penaguião	-0,48	58,8
São João da Pesqueira	-0,83	44,5
Tabuaço	-0,64	52,2
Torre de Moncorvo	-0,63	52,7
Vila Nova de Foz Côa	-0,34	64,5
Vila Real	-0,35	64,1

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
3,5	100
0,04	80
-0,45	60
-0,94	40
-1,42	20
-1,91	0

Máximo

Sesimbra = 3,5

Mínimo

Lisboa = -1,91

1.3. DESEMPREGO – COESÃO SOCIAL

13.1. Taxa de desemprego em Outubro de 2009 (fórmula 1)

Desemprego nos concelhos do ADV em Outubro de 2009				
Concelhos	População Activa	Desempregados	Taxa de Desemprego	Pontuação
	Total	Total	%	
Alijó	2665	631	23,7	32,35
Armamar	1456	254	17,4	50,16
Carrazeda de Ansiães	1021	251	24,6	29,76
Lamego	6717	1472	21,9	37,39
Mesão Frio	1173	358	30,5	12,80
Peso da Régua	4919	1075	21,9	37,56
Sabrosa	1513	300	19,8	43,35
Santa Marta de Penaguião	1502	460	30,6	12,50
São João da Pesqueira	1699	289	17,0	51,40
Tabuaço	1135	325	28,6	18,19
Torre de Moncorvo	1676	488	29,1	16,81
Vila Nova de Foz Côa	1217	285	23,4	33,09
Vila Real	14742	2710	18,4	47,48

Fonte: MTSS - Gabinete de Estratégia e Planeamento; IEFP, Estatísticas (www.iefp.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
7	80
14	60
21	40
28	20
35	0
Valor de Portugal	
10,2%	
Média Europeia	
9,3%	

13.2. Desemprego feminino em Outubro de 2009 (fórmula 1)

Desemprego feminino nos concelhos do ADV em Outubro de 2009				
Concelhos	Desempregados		Desemprego Feminino	Pontuação
	Total	M	%	
Alijó	631	364	57,7	42,31
Armamar	254	156	61,4	38,58
Carrazeda de Ansiães	251	149	59,4	40,64
Lamego	1472	867	58,9	41,10
Mesão Frio	358	259	72,3	27,65
Peso da Régua	1075	564	52,5	47,53
Sabrosa	300	162	54,0	46,00
Santa Marta de Penaguião	460	268	58,3	41,74
São João da Pesqueira	289	170	58,8	41,18
Tabuaço	325	185	56,9	43,08
Torre de Moncorvo	488	329	67,4	32,58
Vila Nova de Foz Côa	285	165	57,9	42,11
Vila Real	2710	1456	53,7	46,27

Fonte: IEFP, Estatísticas (www.iefp.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

13.3. Desemprego de longa-duração em Outubro de 2009 (fórmula 1)

Desemprego de longa duração nos concelhos do ADV em Outubro de 2009				
Concelhos	Desemprego		Desempregados de Longa Duração (%)	Pontuação
	Total	1 ano e +		
Alijó	631	284	45,0	54,99
Armamar	254	72	28,3	71,65
Carraceda de Ansiães	251	64	25,5	74,50
Lamego	1472	434	29,5	70,52
Mesão Frio	358	192	53,6	46,37
Peso da Régua	1075	378	35,2	64,84
Sabrosa	300	126	42,0	58,00
Santa Marta de Penaguião	460	170	37,0	63,04
São João da Pesqueira	289	108	37,4	62,63
Tabuaço	325	108	33,2	66,77
Torre de Moncorvo	488	121	24,8	75,20
Vila Nova de Foz Côa	285	90	31,6	68,42
Vila Real	2710	1016	37,5	62,51

Fonte: IEFP, Estatísticas (www.iefp.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

14. HABITAÇÃO

14.1. Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura (fórmula 1)

Alojamentos familiares sem pelos menos uma infra-estrutura nos concelhos do ADV, 2011				
Localização geográfica	Total	Alojamentos sem água, drenagem das águas e sem banho ou duche		Pontuação
	N.º	Nº	%	
Portugal	3997378	118469	2,96	80,00
Continente	3824696	114943	3,01	79,72
Norte	1320817	48223	3,65	75,36
Douro	78082	4047	5,18	65,03
Alijó	4752	212	4,46	69,90
Armamar	2314	112	4,84	67,34
Carraceda de Ansiães	2667	251	9,41	36,50
Lamego	9874	639	6,47	56,33
Mesão Frio	1515	161	10,63	28,29
Peso da Régua	6217	387	6,22	58,00
Sabrosa	2440	142	5,82	60,73
Santa Marta de Penaguião	2743	147	5,36	63,84
São João da Pesqueira	2988	120	4,02	72,90
Tabuaço	2430	117	4,81	67,51
Torre de Moncorvo	3702	192	5,19	65,00
Vila Nova de Foz Côa	3022	123	4,07	72,54
Vila Real	19102	758	3,97	73,22

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt) - resultados provisórios

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
2,96	80
5,92	60
8,88	40
11,84	20
14,8	0

15. AR

15.1. Emissões de CO₂ per capita (fórmula 1)

Emissões de CO ₂ per capita (ton) e pontuação nos concelhos do ADV, 2009						
Concelho	Área (km ²)	Pop 2009	Emissões de CO ₂	Total-CO ₂	CO ₂ per capita	Pontuação
Alijó	297,6	13315	127	37795,2	2,8	78,67
Armamar	117,2	7002	176	20627,2	2,9	78,50
Carrizosa de Ansiães	279,2	6621	78	21777,6	3,3	77,83
Lamego	165,4	25550	399	65994,6	2,6	79,00
Mesão Frio	26,7	4274	434	11587,8	2,7	78,83
Peso da Régua	94,9	16708	405	38434,5	2,3	79,50
Sabrosa	156,9	6495	120	18828	2,9	78,50
Santa Marta de Penaguião	69,3	7997	300	20790	2,6	79,00
São João da Pesqueira	266,1	7908	105	27940,5	3,5	77,50
Tabuaço	133,9	6132	147	19683,3	3,2	78,00
Torre de Moncorvo	531,6	8685	59	31364,4	3,6	77,33
Vila Nova de Foz Côa	398,2	7815	69	27475,8	3,5	77,50
Vila Real	378,8	50015	297	112503,6	2,2	79,67

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2011: 41-62.

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
2	80
14	60
26	40
38	20
50	0

Meta Região Norte
menos 35% (2020)

Valor actual

4,47 t/pc

Valor aceitável

< 2 t/p

15.2. Emissões de poluentes atmosféricos

Emissões de Poluentes atmosféricos nos concelhos do ADV, 2009											
Localização geográfica	Área (km ²)	Pop 2009	SO ₂		NO _x		NH ₃		COVNM		Pontuação média
			t/km ²	t/pc	t/km ²	t/pc	t/km ²	t/pc	t/km ²	t/pc	
Portugal	92207,4	10637713	160000	0,015	250000	0,024	90000	0,008	180000	0,017	83,24
Alijó	297,6	13315	0,030	0,001	1,010	0,023	0,290	0,006	2,426	0,054	82,98
Armamar	117,2	7002	0,069	0,001	1,226	0,021	0,246	0,004	2,627	0,044	86,12
Carrizosa de Ansiães	279,2	6621	0,023	0,001	0,786	0,033	0,234	0,010	3,416	0,144	64,11
Lamego	165,4	25550	0,120	0,001	2,726	0,018	0,362	0,002	3,712	0,024	91,03
Mesão Frio	26,7	4274	0,086	0,001	3,170	0,020	0,391	0,002	3,367	0,021	91,13
Peso da Régua	94,9	16708	0,091	0,001	3,755	0,021	0,370	0,002	6,122	0,035	88,72
Sabrosa	156,9	6495	0,028	0,001	0,991	0,024	0,249	0,006	3,342	0,081	78,52
Santa Marta de Penaguião	69,3	7997	0,061	0,001	2,282	0,020	0,431	0,004	4,471	0,039	87,54
São João da Pesqueira	266,1	7908	0,065	0,002	0,883	0,030	0,338	0,011	1,731	0,058	77,93
Tabuaço	133,9	6132	0,070	0,002	1,145	0,025	0,268	0,006	2,226	0,049	83,46
Torre de Moncorvo	531,6	8685	0,210	0,013	0,540	0,033	0,232	0,014	1,191	0,073	69,85
Vila Nova de Foz Côa	398,2	7815	0,032	0,002	0,629	0,032	0,278	0,014	1,178	0,060	75,96
Vila Real	378,8	50015	0,069	0,001	2,061	0,016	0,387	0,003	4,714	0,036	89,29

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2011: 41-62; INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA				
Indicador				Padrão
SO ₂	NO _x	NH ₃	COVNM	
0	0	0	0	100
0,015	0,025	0,01	0,03	80
0,030	0,050	0,02	0,06	60
0,045	0,075	0,03	0,09	40
0,060	0,100	0,04	0,12	20
0,075	0,125	0,05	0,15	0

Metas = 2010

SO₂ = 160 t/km = 0,015 t/pc

NO_x = 250 t/km = 0,024 t/pc

NH₃ = 90 t/km = 0,008 t/pc

COVNM = 180 t/km = 0,017 t/pc

16. ÁGUA

16.1. Qualidade da água para consumo humano (fórmula 2)

a). Análises realizadas

b). Cumprimento dos valores paramétricos

Qualidade da Água para consumo humano, 2010				
Concelho	Análises realizadas	Cumprimento dos valores paramétricos	Valor médio	Pontuação
	%	%	%	
Alijó	100	98,09	99,05	99,05
Armamar	100	96,32	98,16	98,16
Carraceda de Ansiães	100	97,78	98,89	98,89
Lamego	99,93	98,68	99,31	99,31
Mesão Frio	100	92,15	96,08	96,08
Peso da Régua	99,81	94,82	97,32	97,32
Sabrosa	86,80	94,05	90,43	90,43
Santa Marta de Penaguião	100	96,71	98,36	98,36
São João da Pesqueira	100	96,94	98,47	98,47
Tabuaço	100	96,39	98,2	98,2
Torre de Moncorvo	99,95	95,98	97,97	97,97
Vila Nova de Foz Côa	100	98,45	99,23	99,23
Vila Real	99,91	97,88	98,9	98,9

ESCALA	
Indicador	padrão
100	100
80	80
60	60
40	40
20	20
0	0

Meta
100%

Fonte: ERSAR, 2011: 236-241 (RASARP - Controlo da qualidade das águas para consumo humano, vol.4)

16.2. Consumo de água por habitante (fórmula 1)

Consumo de água por habitante nos concelhos do ADV, 2008			
Localização geográfica	m³/ hab.	litros/dia/hab	Pontuação
Continente	61	167,12	79,25
Norte	47	128,77	84,01
Douro	45	123,29	84,69
Alijó	36	98,63	87,75
Armamar	36	98,63	87,75
Carraceda de Ansiães	40	109,59	86,39
Lamego	26	71,23	91,15
Mesão Frio	50	136,99	82,99
Peso da Régua	45	123,29	84,69
Sabrosa	42	115,07	85,71
Santa Marta de Penaguião	27	73,97	90,81
São João da Pesqueira	52	142,47	82,31
Tabuaço	46	126,03	84,35
Torre de Moncorvo	45	123,29	84,69
Vila Nova de Foz Côa	45	123,29	84,69
Vila Real	58	158,90	80,27

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
161,1	80
322,30	60
483,30	40
644,40	20
805,50	0

Máximo

Albufeira = 805,5 L/d/hab

Mínimo

Sta Maria da Feira = 41,1 L/d/hab

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

16.3. Índice de cobertura do abastecimento de água (fórmula 2)

16.4. Índice de cobertura de drenagem das águas residuais (fórmula 2)

16.5. Índice de cobertura de estações de tratamento (fórmula 2)

Índices de cobertura/atendimento nos concelhos do ADV, 2009						
Concelho	Abastecimento		Drenagem		Tratamento	
	%	Pontuação	%	Pontuação	%	Pontuação
Alijó	100	100	99	98	96	92
Armamar	87	73	73	65	73	65
Carraceda de Ansiães	100	100	100	100	100	100
Lamego	96	84	96	92	85	76
Mesão Frio	100**	100	71**	63	62**	55
Peso da Régua	84*	71	80*	71	75*	67
Sabrosa	100	100	100	100	87	77
Santa Marta de Penaguião	100	100	86	76	68	60,4
São João da Pesqueira	100	100	100	100	100	100
Tabuaço	100	100	100	100	82	73
Torre de Moncorvo	100	100	100	100	94	88
Vila Nova de Foz Côa	100*	100	100*	100	33*	29,3
Vila Real	100	100	72	64	83	74

Fonte: Mendes, 2010: 220-228; INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA		
Indicador	Padrão	
100	100	100
95	90	80
71,25	67,5	60
47,50	45	40
23,75	22,5	20
0	0	0
Metas		
Abastecimento = 95%		
Drenagem = 90%		
Tratamento = 90%		

* Valores de 2001

** Valores de 2008

17. AMBIENTE

17.1. Despesas em Ambiente (Fórmula 2)

Despesas em ambiente nos concelhos do ADV, 2010				
Concelho	Despesa total (€)*	Despesa em ambiente (€)**	%	Pontuação
Portugal	8370326495	195031000	2,33	80
Norte	3971646377	63789000	1,61	55,73
Douro	423955839	2772000	0,65	22,59
Alijó	27934043	107000	0,38	13,10
Armamar	14929556	232000	1,55	53,79
Carraceda de Ansiães	18034582	292000	1,62	56,21
Lamego	52920000	952000	1,80	62,33
Mesão Frio	11964000	314000	2,62	82,17
Peso da Régua	40161209	336000	0,84	29,12
Sabrosa	19637115	281000	1,43	49,66
Santa Marta de Penaguião	12940000	353000	2,73	83,00
São João da Pesqueira	11702580	85000	0,73	25,26
Tabuaço	22999350	613000	2,67	82,55
Torre de Moncorvo	20943676	416000	1,99	68,97
Vila Nova de Foz Côa	19612084	137000	0,70	24,21
Vila Real	53200000	306000	0,58	20,00

Fonte: * INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 (Qd.I.2.7)

** DGAL - Portal Autárquico (www.portalautarquico.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
5	100
2,33	80
1,73	60
1,15	40
0,58	20
0	0

18. BIODIVERSIDADE

18.1. Área em modo de produção biológico (fórmula 2)

Área em modo de produção biológico nos concelhos do ADV, 2010				
Concelhos	Área SAU (2009)*	Área AB (2010)**	AB/SAU	Pontuação
	ha	ha	%	
Alijó	8628	292,28	3,39	13,55
Armamar	4538	65,14	1,44	5,74
Carrazeda de Ansiães	6795	10	0,15	0,59
Lamego	5395	47,72	0,88	3,54
Mesão Frio	1074	0	0	0
Peso da Régua	4197	26,94	0,64	2,57
Sabrosa	5083	106,11	2,09	8,35
Santa Marta de Penaguião	3582	0	0	0
São João da Pesqueira	13105	543	4,14	16,57
Tabuaço	4090	0	0,00	0
Torre de Moncorvo	14312	1417,4	9,90	39,61
Vila Nova de Foz Côa	12694	1385,21	10,91	43,65
Vila Real	10576	33,56	0,32	1,27

Fonte: * INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.5.2); ** MAMAOT - Gabinete de Planeamento e Políticas

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
20	80
15	60
10	40
5	20
0	0
Meta Nacional	
2010: 10-20%	
Média Nacional	
5,75%	

18.2. Área florestal (fórmula 2)

Área florestal nos concelhos do ADV, 2006				
Concelho	Área total	Área florestal		Pontuação
	ha	ha	%	
Alijó	29760	6290,51	21,14	82,08
Armamar	11720	325,44	2,78	18,51
Carrazeda de Ansiães	27920	1408,67	5,05	33,64
Lamego	16540	501,7	3,03	20,22
Mesão Frio	2670	2217,56	83,05	96,15
Peso da Régua	9490	666,36	7,02	46,81
Sabrosa	15690	516,87	3,29	21,96
Santa Marta de Penaguião	6930	225,54	3,25	21,70
São João da Pesqueira	26610	148,04	0,56	3,71
Tabuaço	13390	1727,82	12,90	80,21
Torre de Moncorvo	53160	51,41	0,10	0,64
Vila Nova de Foz Côa	39820	622,14	1,56	10,42
Vila Real	37880	624,53	1,65	10,99

Fonte: Igeo, Corine Land Cover 2006 (www.igeo.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
12	80
9	60
6	40
3	20
0	0
Meta	
12%	

18.3. Superfície florestal ardida (fórmula 1)

Taxa de superfície florestal ardida nos concelhos do ADV, 2010		
Localização geográfica	%	Pontuação
Continente	2,47	80,00
Norte	6,22	72,50
Douro	3,37	78,21
Alijó	3,22	78,50
Armamar	0,06	99,51
Carrazeda de Ansiães	7,03	70,88
Lamego	6,50	71,94
Mesão Frio	3,04	78,87
Peso da Régua	0,32	97,42
Sabrosa	10,37	64,21
Santa Marta de Penaguião	3,18	78,58
São João da Pesqueira	1,23	90,08
Tabuaço	18,73	47,48
Torre de Moncorvo	1,29	89,59
Vila Nova de Foz Côa	0,39	96,82
Vila Real	2,54	79,87

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
2,47	80
12,47	60
22,47	40
32,47	20
42,47	0

Máximo
Ribeira de Pena = 42,47
Mínimo
Nisa = 0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.III.5.13)

18.4. Colmeias e cortiços povoados, 1999-2009 (fórmula 2)

Variação do número de colmeias e cortiços povoados nos concelhos do ADV, 1999-2009				
Unidade Geográfica	1999	2009	Δ %	Pontuação
	N.º	N.º		
Portugal	285230	195596	-31,43	80,00
Continente	279928	192526	-31,22	80,03
Norte	70724	55417	-21,64	81,49
Douro	16471	8296	-49,63	61,24
Alijó	750	475	-36,67	66,11
Armamar	143	33	-76,92	33,07
Carrazeda de Ansiães	675	332	-50,81	42,62
Lamego	191	55	-71,20	26,40
Mesão Frio	128	70	-45,31	76,20
Peso da Régua	132	70	-46,97	78,13
Sabrosa	532	241	-54,70	67,15
Santa Marta de Penaguião	269	70	-73,98	29,64
São João da Pesqueira	1356	840	-38,05	67,73
Tabuaço	564	105	-81,38	38,28
Torre de Moncorvo	3584	2319	-35,30	64,51
Vila Nova de Foz Côa	3298	239	-92,75	11,54
Vila Real	1404	336	-76,07	32,08

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
-31,43	80
-48,57	60
-65,72	40
-82,86	20
-100	0

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

19. RESÍDUOS

19.1. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (fórmula 1)

Resíduos urbanos recolhidos por habitante nos concelhos do ADV, 2010		
Localização geográfica	kg/ hab.	Pontuação
Portugal	512	80,0
Continente	511	80,0
Norte	447	82,5
Douro	432	83,1
Alijó	332	87,0
Armamar	371	85,5
Carrazeda de Ansiães	424	83,4
Lamego	523	79,1
Mesão Frio	468	81,7
Peso da Régua	523	79,1
Sabrosa	432	83,1
Santa Marta de Penaguião	360	85,9
São João da Pesqueira	443	82,7
Tabuaço	377	85,3
Torre de Moncorvo	498	80,5
Vila Nova de Foz Côa	446	82,6
Vila Real	442	82,7

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
512	80
765,25	60
1018,75	40
1271,75	20
1525	0

Máximo
Albufeira = 1525
Mínimo
Vieira do Minho = 87

19.2. Resíduos urbanos com destino a aterro (fórmula 1)

Resíduos urbanos destinados a aterro nos concelhos do ADV, 2010				
Localização geográfica	Total	Aterro		Pontuação
	t	t	%	
Portugal	5319477	3253592	61,2	62,14
Continente	5183569	3251361	62,7	59,64
Norte	1673896	1017526	60,8	62,74
Douro	89380	83251	93,1	10,97
Alijó	4391	4133	94,1	9,40
Armamar	2580	2266	87,8	19,47
Carrazeda de Ansiães	2776	2525	91,0	14,47
Lamego	13277	12185	91,8	13,16
Mesão Frio	1977	1894	95,8	6,72
Peso da Régua	8673	8350	96,3	5,96
Sabrosa	2790	2664	95,5	7,23
Santa Marta de Penaguião	2868	2712	94,6	8,70
São João da Pesqueira	3477	3246	93,4	10,63
Tabuaço	2292	2064	90,1	15,92
Torre de Moncorvo	4288	3987	93,0	11,23
Vila Nova de Foz Côa	3461	3193	92,3	12,39
Vila Real	22072	21096	95,6	7,08

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
50	80
62,5	60
75	40
87,5	20
100	0
Meta	
2006 = 75%	
2009 = 50%	
2016 = 35%	

19.3. Proporção dos resíduos recolhidos selectivamente (fórmula 2)

Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente nos concelhos do ADV, 2010		
Localização geográfica	%	Pontuação
Portugal	15	80,00
Continente	15	80,00
Norte	13	69,33
Douro	7	57,33
Alijó	20	86,25
Armamar	12	64,00
Carrazeda de Ansiães	9	48,00
Lamego	8	42,67
Mesão Frio	4	41,33
Peso da Régua	4	41,33
Sabrosa	5	46,67
Santa Marta de Penaguião	5	46,67
São João da Pesqueira	7	57,33
Tabuaço	10	53,33
Torre de Moncorvo	7	57,33
Vila Nova de Foz Côa	8	42,67
Vila Real	4	41,33

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
31	100
15	80
11,25	60
7,5	40
3,75	20
0	0

Máximo

Oeiras = 31

Mínimo

Castelo Branco = 1

19.4. Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por habitante (fórmula 2)

Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por habitante nos concelhos do ADV, 2010		
Localização geográfica	kg/ hab.	Pontuação
Portugal	78	81,2
Continente	78	81,2
Norte	58	80,3
Douro	30	48,0
Alijó	20	32,0
Armamar	45	72,0
Carrazeda de Ansiães	38	60,8
Lamego	43	68,8
Mesão Frio	20	32,0
Peso da Régua	20	32,0
Sabrosa	20	32,0
Santa Marta de Penaguião	20	32,0
São João da Pesqueira	29	46,4
Tabuaço	37	59,2
Torre de Moncorvo	35	56,0
Vila Nova de Foz Côa	35	56,0
Vila Real	20	32,0

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA	
Indicador	Padrão
513	100
50	80
37,5	60
25	40
12,5	20
0	0

Máximo

Albufeira = 513

Mínimo

Castelo Branco = 4

Meta 2011

50 kg/hab

19.5. Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por tipo de material (fórmula 2)

Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por tipo de material nos concelhos do ADV, 2010											
Localização geográfica	Total	Vidro			Papel e cartão			Embalagens			Pontuação média
	t	t	%	Pontuação	t	%	Pontuação	t	%	Pontuação	
Portugal	526416,6	185007,3	35,1	46,86	182980,6	34,8	46,35	77840,3	14,8	52,45	48,55
Continente	517737,0	180162,8	34,8	46,40	181508,3	35,1	46,74	75482,8	14,6	51,71	48,28
Norte	181460,8	66608,2	36,7	48,94	54267,2	29,9	39,87	22647,2	12,5	44,22	44,34
Douro	5096,4	3229,1	63,4	81,68	1234,0	24,2	32,29	630,6	12,4	43,83	52,60
Alijó	230,2	229,9	99,9	99,94	0	0,0	0	0	0	0	33,31
Armamar	287,9	120,9	42,0	55,97	111,6	38,7	51,66	55,5	19,3	68,43	58,69
Carrazeda de Ansiães	146,7	52,5	35,8	47,68	56,7	38,6	51,50	37,6	25,6	80,80	59,99
Lamego	996,8	440,6	44,2	58,94	376,5	37,8	50,35	179,5	18,0	63,97	57,76
Mesão Frio	73,5	73,5	99,9	99,94	0	0	0	0	0	0	33,31
Peso da Régua	288,4	288,0	99,9	99,94	0	0	0	0	0	0	33,31
Sabrosa	112,3	112,2	99,9	99,94	0	0	0	0	0	0	33,31
Santa Marta de Penaguião	138,5	138,3	99,9	99,94	0	0	0	0	0	0	33,31
São João da Pesqueira	203,9	136,5	66,9	83,47	43,0	21,1	28,11	24,4	12,0	42,36	51,31
Tabuaço	204,7	105,7	51,7	68,89	67,0	32,7	43,66	31,9	15,6	55,25	55,93
Torre de Moncorvo	162,9	56,0	34,4	45,86	68,8	42,3	56,34	38,0	23,3	80,22	60,81
Vila Nova de Foz Côa	143,8	53,7	37,3	49,73	55,0	38,3	51,02	35,2	24,4	80,50	60,42
Vila Real	869,0	867,9	99,9	99,94	0	0	0	0	0	0	33,19

Fonte: INE, Dados Estatísticos (www.ine.pt)

ESCALA			
Vidro	P. e C.	Embalagens	Padrão
100,0	100,0	100,00	100
60,0	60,0	22,50	80
45,0	45,0	16,90	60
30,0	30,0	11,3	40
15,0	15,0	5,6	20
0,0	0,0	0	0

Metas 2011
 Vidro = maior de 60%
 Papel e cartão = maior do que 60%
 Embalagens = maior que 22,5%

20. CULTURA, LAZER E INTEGRAÇÃO

20.1. Despesa em cultura e desporto (fórmula 2)

Despesa em cultura e desporto no total de despesas nos concelhos do ADV, 2010		
Localização geográfica	%	Pontuação
Portugal	8,9	84,04
Continente	8,9	84,04
Norte	8,6	83,84
Douro	8,9	84,04
Alijó	6,2	82,19
Armamar	5	81,37
Carrazeda de Ansiães	0,8	21,05
Lamego	9,2	84,25
Mesão Frio	1,1	27,37
Peso da Régua	1,1	27,37
Sabrosa	22,1	93,08
Santa Marta de Penaguião	8,6	83,84
São João da Pesqueira	8,1	83,49
Tabuaço	14,6	87,95
Torre de Moncorvo	10	84,79
Vila Nova de Foz Côa	8,2	83,56
Vila Real	14,9	88,15

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 (Qd.II.3.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
32,2	100
3	80
2,25	60
1,5	40
0,75	20
0	0

Máximo
 Castelo de Vide = 32,2
Mínimo
 CZA = 0,8
Meta
 3% Orçamento

20.2. Bens imóveis culturais por 1000 habitantes (fórmula 2)

Bens imóveis culturais nos concelhos do ADV, 2010				
Localização Geográfica	Monumentos	População	%	Pontuação
Portugal	3845	10636979	0,36	80,00
Continente	3402	10143600	0,34	74,53
Norte	1203	3741092	0,32	71,46
Douro	314	205964	1,52	83,51
Alijó	10	13149	0,76	81,21
Armamar	9	6911	1,30	82,84
Carraceda de Ansiães	12	6476	1,85	84,50
Lamego	27	25175	1,07	82,15
Mesão Frio	10	4182	2,39	86,12
Peso da Régua	26	16450	1,58	83,68
Sabrosa	23	6421	3,58	89,70
Santa Marta de Penaguião	14	7926	1,77	84,24
São João da Pesqueira	5	7805	0,64	80,85
Tabuaço	19	6041	3,15	88,39
Torre de Moncorvo	17	8544	1,99	84,91
Vila Nova de Foz Côa	47	7703	6,10	97,29
Vila Real	42	49897	0,84	81,45

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 (Qd.II.3.5)

ESCALA	
Indicador	Padrão
7	100
0,36	80
0,27	60
0,18	40
0,09	20
0	0

20.3. População estrangeira com estatuto de residente por mil habitantes (fórmula 2)

População estrangeira com estatuto de residente nos municípios do ADV, 2010				
Localização geográfica	População	Estrangeiros	%	Pontuação
Portugal	10636979	443055	41,65	80,0
Continente	10143600	432837	42,67	82,4
Norte	3741092	49780	13,31	25,6
Douro	205964	2328	11,30	21,7
Alijó	13149	86	6,54	12,6
Armamar	6911	33	4,77	9,2
Carraceda de Ansiães	6476	98	15,13	29,1
Lamego	25175	128	5,08	9,8
Mesão Frio	4182	24	5,74	11,0
Peso da Régua	16450	146	8,88	17,1
Sabrosa	6421	32	4,98	9,6
Santa Marta de Penaguião	7926	149	18,80	36,1
São João da Pesqueira	7805	109	13,97	26,8
Tabuaço	6041	39	6,46	12,4
Torre de Moncorvo	8544	99	11,59	22,3
Vila Nova de Foz Côa	7703	119	15,45	29,7
Vila Real	49897	716	14,35	27,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010 (Qd.II.1.3)

ESCALA	
Indicador	Padrão
50,06	100
41,65	80
31,24	60
20,83	40
10,41	20
0	0

21. PARTICIPAÇÃO

Abstenção nas eleições (fórmula 1)

21.1. Abstenção nas eleições para a Assembleia da República

21.2. Abstenção nas eleições para a Presidência da República

21.3. Abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais

21.4. Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu

Abstenção nas últimas eleições nos município do ADV								
Localização Geográfica	Assembleia da República		Presidência da República		Câmaras Municipais		Parlamento Europeu	
	%	Pontuação	%	Pontuação	%	Pontuação	%	Pontuação
Portugal	40,3	59,7	37,4	62,6	41	59	63,2	36,8
Continente	38,9	61,1	36,8	63,2	40,8	49,2	62,2	37,8
Norte	37,4	62,6	35,7	64,3	35,6	64,4	61,7	38,3
Douro	44,1	55,9	42,9	57,1	35,4	64,6	66,3	33,7
Alijó	44,4	55,6	44,9	55,1	35,1	64,9	66,7	33,3
Armamar	44,9	55,1	43,4	56,6	33,2	66,8	66,1	33,9
Carraceda de Ansiães	45,2	54,8	45,7	54,3	35	65	63,9	36,1
Lamego	41,7	58,3	41	59	33,8	66,2	65,8	34,2
Mesão Frio	38,7	61,3	41,6	58,4	22,4	77,6	63,9	36,1
Peso da Régua	47,7	52,3	47,1	52,9	37,9	62,1	71,2	28,8
Sabrosa	44,6	55,4	43,1	56,9	33,8	66,2	68,8	31,2
Santa Marta de Penaguião	47,2	52,8	45,1	54,9	37,6	62,4	69,4	30,6
São João da Pesqueira	51,3	48,7	46,8	53,2	39,3	60,7	70,7	29,3
Tabuaço	41,5	58,5	43,1	56,9	30,5	69,5	67,2	32,8
Torre de Moncorvo	45,7	54,3	45,3	54,7	34,1	65,9	67,4	32,6
Vila Nova de Foz Côa	42,9	57,1	45,9	54,1	31,3	68,7	64,6	35,4
Vila Real	40,6	59,4	36,7	63,3	37,7	62,3	62	38

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 (Qd.IV.3.1)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

21.5. Denúncias recebidas na Linha SOS – Ambiente e Território

Denúncias recebidas na Linha SOS – Ambiente e Território nos concelhos do ADV, 2011				
Localização Geográfica	População*	Denúncias	%	Pontuação
Portugal	10356117	4846	0,468	80,00
Alijó	11933	67	5,615	98,61
Armamar	5853	7	1,196	82,63
Carraceda de Ansiães	6322	26	4,113	93,18
Lamego	26707	48	1,797	84,81
Mesão Frio	4423	13	2,939	88,93
Peso da Régua	17097	76	4,445	94,38
Sabrosa	6367	31	4,869	95,91
Santa Marta de Penaguião	7324	13	1,775	84,73
São João da Pesqueira	7932	28	3,530	91,07
Tabuaço	6360	19	2,987	89,11
Torre de Moncorvo	8583	6	0,699	80,84
Vila Nova de Foz Côa	7318	3	0,410	79,79
Vila Real	52219	28	0,536	80,25

Fonte: GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA)

* Dados provisórios

ESCALA	
Indicador	Padrão
6	100
0,468	80
0,353	60
0,235	40
0,118	20
0	0

22. GESTÃO MUNICIPAL

22.1. Serviço de informação das autarquias na web (fórmula 2)

Ranking do serviços das autarquias na web, 2007		
Concelho	Posição	Pontuação
Alijó	268	12,9
Armamar	152	50,82
Carraceda de Ansiães	204	33,77
Lamego	77	75,16
Mesão Frio	174	43,62
Peso da Régua	241	21,61
Sabrosa	272	11,61
Santa Marta de Penaguião	117	62,26
São João da Pesqueira	285	7,21
Tabuaço	259	15,81
Torre de Moncorvo	256	16,77
Vila Nova de Foz Côa	249	19,03
Vila Real	176	42,95

Fonte: Santos e Amaral, 2008

ESCALA	
Indicador	Padrão
1	100
62	80
124	60
185	40
246	20
308	0

22.2. Independência financeira do município (fórmula 2)

Independência Financeira do Municípios do ADV, 2010		
Concelho	%	Pontuação
Alijó	25,6	25,6
Armamar	31,9	31,9
Carraceda de Ansiães	7,4	7,4
Lamego	41,1	41,1
Mesão Frio	47,2	47,2
Peso da Régua	27,9	27,9
Sabrosa	43,7	43,7
Santa Marta de Penaguião	40,5	40,5
São João da Pesqueira	13,1	13,1
Tabuaço	28,2	28,2
Torre de Moncorvo	29,4	29,4
Vila Nova de Foz Côa	17,9	17,9
Vila Real	35,8	35,8

Fonte: Gravato, 2010

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
80	80
60	60
40	40
20	20
0	0

Máximo

Porto = 78,2%

Mínimo

Cinfães = 6,6%

22.3. Funcionários municipais com formação superior (fórmula 2)

Taxa de formação superior nos municípios do ADV, 2010		
Concelho	Tx formação Superior	Pontuação
Alijó	21,6	43,3
Armamar	18,5	37,0
Carrazeda de Ansiães	12,8	25,6
Lamego	29,3	58,6
Mesão Frio	17,5	35,0
Peso da Régua	17,3	34,6
Sabrosa	21,6	43,2
Santa Marta de Penaguião	19,9	39,7
São João da Pesqueira	33,8	67,5
Tabuaço	16,5	32,9
Torre de Moncorvo	12,0	23,9
Vila Nova de Foz Côa	14,0	28,1
Vila Real	20,7	41,5

Fonte: Gravato, 2011

ESCALA	
Indicador	Padrão
50	100
40	80
30	60
20	40
10	20
0	0

23. DESEMPENHO INSTITUCIONAL

23.1. Gravidade dos autos levantados pelo SEPNA (fórmula 1)

Gravidade dos autos levantados pelo SEPNA nos concelhos do ADV, 2011				
Concelho	Total	G + MG	%	Pontuação
Alijó	28	10	35,7	64,29
Armamar	7	6	85,7	14,29
Carrazeda de Ansiães	17	1	5,9	94,12
Lamego	22	21	95,5	4,55
Mesão Frio	25	2	8,0	92,00
Peso da Régua	65	21	32,3	67,69
Sabrosa	7	4	57,1	42,86
Santa Marta de Penaguião	17	5	29,4	70,59
São João da Pesqueira	32	16	50	50,00
Tabuaço	16	7	43,8	56,25
Torre de Moncorvo	16	5	31,3	68,75
Vila Nova de Foz Côa	7	3	42,9	57,14
Vila Real	157	6	3,8	96,18

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

G = Grave
MG = Muito Grave

Fonte: GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA)

23.2. Proporção de denúncias recebidas alvo de auto (fórmula 2)

Proporção de denúncias recebidas que foram alvo de auto nos concelhos do ADV, 2011				
	Denúncias recebidas	Autos	%	Pontuação
Portugal	4846	1061	21,9	21,9
Alijó	67	28	41,8	41,8
Armamar	7	7	100	100
Carraceda de Ansiães	26	17	65,4	65,4
Lamego	48	22	45,8	45,8
Mesão Frio	13	25	192,3	100
Peso da Régua	76	65	85,5	85,5
Sabrosa	31	7	22,6	22,6
Santa Marta de Penaguião	13	17	130,8	100
São João da Pesqueira	28	32	114,3	100
Tabuaço	19	16	84,2	84,2
Torre de Moncorvo	6	16	266,7	100
Vila Nova de Foz Côa	3	7	233,3	100
Vila Real	28	157	560,7	100

ESCALA	
Indicador	Padrão
100	100
80	80
60	60
40	40
20	20
0	0

Fonte: GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA)

23.3. Acções de fiscalização do SEPNA (fórmula 2)

Acções de fiscalização do SEPNA por mil habitantes no ADV, 2011				
Localização geográfica	População*	Acções de fiscalização	%	Pontuação
Portugal	10356117	154563	14,92	80,00
Alijó	11933	161	13,49	72,34
Armamar	5853	345	58,94	99,53
Carraceda de Ansiães	6322	28	4,43	23,75
Lamego	26707	689	25,80	84,83
Mesão Frio	4423	89	20,12	82,31
Peso da Régua	17097	208	12,17	65,23
Sabrosa	6367	106	16,65	80,77
Santa Marta de Penaguião	7324	90	12,29	65,89
São João da Pesqueira	7932	119	15,00	80,04
Tabuaço	6360	47	7,39	39,62
Torre de Moncorvo	8583	75	8,74	46,85
Vila Nova de Foz Côa	7318	4	0,55	2,93
Vila Real	52219	190	3,64	19,51

ESCALA	
Indicador	Padrão
60	100
14,92	80
11,19	60
7,46	40
3,73	20
0	0

Fonte: GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA)

* Dados Provisórios

23.4. Denúncias recebidas e acções de fiscalização (fórmula 1)

Denúncias recebidas e acções de fiscalização do SEPNA nos concelhos do ADV, 2011				
Localização geográfica	Acções de fiscalização	Denúncias recebidas	%	Pontuação
Portugal	154563	4831	3,1	96,87
Alijó	161	67	41,6	58,39
Armamar	345	7	2,0	97,97
Carrazeda de Ansiães	28	26	92,9	7,14
Lamego	689	48	7,0	93,03
Mesão Frio	89	13	14,6	85,39
Peso da Régua	208	76	36,5	63,46
Sabrosa	106	31	29,2	70,75
Santa Marta de Penaguião	90	13	14,4	85,56
São João da Pesqueira	119	28	23,5	76,47
Tabuaço	47	19	40,4	59,57
Torre de Moncorvo	75	6	8	92,00
Vila Nova de Foz Côa	4	3	75	25,00
Vila Real	190	28	14,7	85,26

Fonte: GNR, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA)

ESCALA	
Indicador	Padrão
0	100
20	80
40	60
60	40
80	20
100	0

ANEXO 5: SÍNTESE DA PONTUAÇÃO POR CONCELHO

INDICADORES	ANO	Publicação	ALJ	ARM	CZA	LMG	MF	PR	SAB	SMP	SJP	TBC	TM	VNFC	VR
			Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos	Pontos
RENDIMENTO															
Poder de compra per capita (índice)	2009	Bienal	44,53	39,59	40,49	63,16	47,21	64,63	43,51	41,24	44,45	41,29	46,15	42,59	80,59
Ganho mensal médio	2009	Anual	50,75	36,54	34,04	43,2	57,37	57,06	60,81	34,96	45,78	37,14	55,48	44,13	58,03
Depósitos e créditos	2008	Anual	87,34	86,41	94,76	84,12	86,28	84,88	88	83,36	86,63	86,47	98,93	92,23	80,86
			60,87	54,18	56,43	63,49	63,62	68,86	64,11	53,19	58,95	54,97	66,85	59,65	73,16
ENERGIA															
Consumo de energia eléctrica por habitante	2008/09	Anual	45,24	54,49	57,23	52,68	58,29	43,96	59,45	62,41	75,52	51,98	4,39	73,47	39,98
Edifícios com certificação energética e qualidade de ar interior	2007/11	Anual	2,18	3,07	2,78	5,66	3,79	7,07	2,26	2,21	2,78	2,4	2,13	2,36	8,89
Consumo de combustível automóvel por habitante	2009	Anual	90	79,4	90	83,3	86,7	83,3	93,3	93,3	93,3	96,7	86,7	87,7	80
Consumo de derivados de petróleo no sector dos transportes	2009	Anual	40,71	32,49	67,25	44,72	8,97	10,27	22,9	19	21,41	49,46	76,73	33,17	31,24
			44,53	42,36	54,32	46,59	39,44	36,15	44,48	44,23	48,25	50,14	42,49	49,18	40,03
ENDIVIDAMENTO															
Endividamento líquido per capita	2010	Anual	76,42	77,54	85,29	84,84	67,86	88,28	90,16	92,09	86,81	62,53	70,67	93,51	100
			76,42	77,54	85,29	84,84	67,86	88,28	90,16	92,09	86,81	62,53	70,67	93,51	100
DINÂMICA EMPRESARIAL															
Variação do nº de empresas	2008/09	Anual	30,6	48,7	46,7	24,6	87,8	21,8	54,8	6,9	30,9	12,9	51,5	48,3	42
Densidade de empresas	2009	Anual	18,62	22,76	11,03	80,02	70,34	80,05	18,62	44,29	13,1	18,62	8,97	9,66	80,03
Volume de negócios por empresa	2009	Anual	29,39	46,86	21,11	33,38	20,78	32,53	20,48	27,5	44,48	27,84	20,85	22,59	42,31
			26,20	39,44	26,28	46,00	59,64	44,79	31,30	26,23	29,49	19,79	27,11	26,85	54,78
TURISMO															
Alojamentos nos estabelecimentos hoteleiros	2010	Anual	59,3	13,1	11,2	80	42,3	62,6	47,4	12,8	0	16,7	28,9	27,7	28,9
Alojamento em TER	2011	Anual	19,3	77,7	28,5	34,6	22,6	2,9	80,9	22,5	22,1	67,6	22,1	17,8	4,4
			39,3	45,4	19,85	57,3	32,45	32,75	64,15	17,65	11,05	42,15	25,5	22,75	16,65
DINÂMICA LOCAL															
Produção de Vinho de Qualidade	2009	Anual	93,2	80,6	89,64	89,32	75,21	92,07	87,56	70,97	96,09	97,2	83,54	96,9	78,16
Cobertura das importações pelas exportações	2010	Anual	80,06	1,57	18,88	76,08	100	80	98,95	76,55	80,15	41,06	16,17	93,29	33,07
SAU por orientação técnico-económica: vinha e olival	2009	Anual	18,36	50,84	44,53	45,17	2,89	3,74	32,26	14,21	25,08	33,89	79,49	38,26	74,59
Mão de obra agrícola com mais de 55 anos	2009	Decenal	55,8	63,4	47,3	57,2	71,2	61,9	62,9	58,3	64,7	54,7	38,6	51,5	41
Rendimento mensal por conta de outrem no sector primário	2009	Decenal	71,39	37,58	50,97	37,58	82,88	35,33	82,02	26,72	74,47	76,28	36,58	71,53	27,53
			63,76	46,80	50,26	61,07	66,44	54,61	72,74	49,35	68,10	60,63	50,88	70,30	50,87
DIMENSAO ECONOMICA (MÉDIA DOS ASPECTOS)			51,85	50,95	48,74	59,88	54,91	54,24	61,16	47,12	50,44	48,37	47,25	53,71	55,91
GÉNERO															
Participação da mulher no processo político			48	26	22	23,00	7	27,00	3	19	16	21	27	25	30
Disparidade de ganho entre sexos	2009	Anual	85,39	91,83	77,44	86,78	87,83	70,77	83,48	87,65	86,43	81,22	48	82,09	88
			66,70	58,92	49,72	54,89	47,42	48,89	43,24	53,33	51,22	51,11	37,50	53,55	59,00
SAÚDE															
Médicos por mil habitantes	2010	Anual	11,36	9,09	20,46	47,95	43,41	50,23	18,18	6,82	20,46	11,36	18,18	22,76	80,92
Enfermeiros por mil habitantes	2010	Anual	49,6	30,4	80,28	82,51	35,2	80,93	36,8	33,6	41,6	49,6	76,8	49,6	87,72
Consultas por habitante	2010	Anual	29,32	46,49	50,81	67,78	81,75	51,92	47,64	22,33	56,91	81,47	44,16	56,6	86,45
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	2005/09	quinquenal	85,88	100	74,29	83,53	100	82,35	77,14	100	100	73,81	100	23,75	77,62

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	2010	Anual	74,24	68,48	62,72	74,24	79,18	83,13	84,38	81,25	61,07	79,18	69,3	68,48	82,5
Taxa de mortalidade por tumores malignos	2010	Anual	67,1	73,55	77,85	71,4	81,74	73,55	58,48	73,55	82,61	75,7	64,95	56,3	80,87
			52,92	54,67	61,07	71,24	70,21	70,35	53,77	52,93	60,44	61,85	62,23	46,25	82,68
PROTECÇÃO SOCIAL/Respostas Sociais															
Cobertura do desemprego pelo Subsídio de Desemprego	2010	Anual	62,04	68,22	52,46	100	42,67	75,72	74,41	75,16	90,6	79,9	45,7	45,39	88,2
Respostas sociais por concelho	2010	Anual	87,36	82,07	91,08	80,25	88,31	81,97	88,52	83,31	80,31	84,67	92,02	96,93	81,01
Idosos servidos por equipamentos sociais	2010	Anual	85,18	81,13	85,21	84,04	92,13	83,72	85,02	83,28	83,3	86,31	83,88	88,01	81,41
			78,19	77,14	76,25	88,10	74,37	80,47	82,65	80,58	84,74	83,63	73,87	76,78	83,54
SEGURANÇA															
Criminalidade	2010	Anual	85,11	92,88	81,8	89,07	78,91	81,95	88,82	89,42	92,08	91,28	71,79	86,92	86,47
			85,11	92,88	81,80	89,07	78,91	81,95	88,82	89,42	92,08	91,28	71,79	86,92	86,47
EDUCAÇÃO															
Taxa de Iliteracia	2011	Decenal	33,57	34,26	26,51	38,17	30,97	38,63	28,37	22,83	29,83	33,06	31,77	33,34	47,03
População residente com ensino superior completo	2011	Decenal	34,85	31,97	41,14	68,23	28,09	53,62	36,59	36,52	30,17	30,84	45,91	47,72	90,91
Retenção e desistência no ensino básico	2009/10	Anual	52,47	82,1	37,65	69,75	78,4	56,79	50	48,77	16,05	23,46	54,32	49,38	77,16
			40,30	49,44	35,10	58,72	45,82	49,68	38,32	36,04	25,35	29,12	44,00	43,48	71,70
DINÂMICA DEMOGRÁFICA															
Índice de envelhecimento	2011	Anual	59,4	69	47	77,1	74,3	77,2	75,4	66,7	72,6	69,1	38,4	53	81,1
Índice de dependência de idosos	2010	Anual	64,88	73,76	49,44	80,74	81,62	82,71	66,44	73,14	75,48	74,7	42,11	47,41	81,76
Tx de fecundidade geral	2010	Anual	33,23	36,45	16,13	43,28	51,48	58,03	54,75	42,95	63,55	13,23	32,9	37,77	79,03
Crescimento Efectivo	2010	Anual	49,1	47,7	25,3	43,5	26,0	41,5	51,6	58,0	47,7	43,0	39,5	44,4	74,3
Taxa de crescimento natural	2010	Anual	56,8	55,6	37,5	65	59,7	70,9	63,4	68,4	66,3	54,6	49,5	46,3	84,7
Crescimento migratório	2010	Anual	58,8	58,4	44,9	39,2	17,1	27,9	55,1	58,8	44,5	52,2	52,7	64,5	64,1
			53,70	56,82	36,71	58,14	51,70	59,71	61,12	61,33	61,69	51,14	42,52	48,90	77,50
DESEMPREGO															
Taxa de desemprego	2009	Mensal	32,35	50,16	29,76	37,39	12,8	37,56	43,25	12,5	51,4	18,19	16,81	33,09	47,48
Taxa de desemprego feminino	2009	Mensal	42,31	38,58	40,64	41,1	27,65	47,53	46	41,74	41,18	53,08	32,58	42,11	46,27
Desemprego de longa duração	2009	Mensal	54,99	71,65	74,5	70,52	46,37	64,84	58	63,04	62,63	66,77	75,22	68,42	62,51
			43,22	53,46	48,30	49,67	28,94	49,98	49,08	39,09	51,74	46,01	41,54	47,87	52,09
HABITAÇÃO															
Alojamento sem pelo menos uma infra-estrutura	2011	Decenal	69,9	67,34	36,5	56,33	28,29	58	60,73	63,84	72,9	67,51	65	72,54	73,22
			69,90	67,34	36,50	56,33	28,29	58,00	60,73	63,84	72,90	67,51	65,00	72,54	73,22
DIMENSÃO SOCIAL (MÉDIA DOS ASPECTOS)			61,25	63,83	53,18	65,77	53,21	62,38	59,72	59,57	62,52	60,21	54,81	59,54	73,27
AR															
Emissões de poluentes atmosféricos	2009	Anual	81,08	80,36	77,11	82,78	81,93	84,66	80,67	82,67	74,67	77,9	73,89	74,84	85
CO ² per capita	2009	Anual	78,67	78,5	77,83	79	78,83	79,5	78,5	79	77,5	78	77,33	77,5	89,67
			79,88	79,43	77,47	80,89	80,38	82,08	79,59	80,84	76,09	77,95	75,61	76,17	87,34
ÁGUA															
Qualidade da água para consumo humano	2010	Anual	99,05	98,16	98,89	99,31	96,08	97,32	90,43	98,36	98,47	98,2	97,97	99,23	98,9
Consumo de água por habitante	2008	Anual	87,75	87,75	86,39	91,15	82,99	84,69	85,71	90,81	82,31	84,35	74,69	84,68	80,27
Pop. Servida por Sistemas públicos de Abastecimento de água	2009	Anual	100	73	100	84	100	71	100	100	100	100	100	100	100
Pop. Servida por Sistemas de drenagem de águas residuais	2009	Anual	98	65	100	92	63	71	100	76	100	100	100	100	64
Pop. Servida por Sistemas ETAR	2009	Anual	92	65	100	76	55	67	77	60,5	100	73	88	29,3	74

			95,36	77,78	97,06	88,49	79,41	78,20	90,63	85,13	96,16	91,11	92,13	82,64	83,43
DESPESA EM AMBIENTE															
Despesa municipal em ambiente	2009	Anual	13,1	53,79	56,21	62,33	82,17	29,12	49,66	83	25,26	82,55	68,97	24,21	20
			13,10	53,79	56,21	62,33	82,17	29,12	49,66	83,00	25,26	82,55	68,97	24,21	20,00
BIODIVERSIDADE															
Área em Agricultura biológica	2010	Anual	13,55	5,74	0,59	3,54	0	2,57	8,38	0	16,57	0	39,65	53,65	1,27
Área florestal	2006	Periódica	82,08	18,51	33,64	20,22	96,15	46,81	21,96	21,7	3,71	80,21	0,6	10,42	10,99
Superfície florestal ardida	2010	Anual	78,5	99,51	70,88	71,94	78,87	97,42	64,21	78,58	90,08	47,48	89,58	96,82	79,87
Variação do número de colmeias e cortiços povoados	99/09	Decenal	66,11	33,07	42,62	26,4	76,2	78,13	67,15	29,64	67,73	38,28	64,51	11,54	32,08
			60,06	39,21	36,93	30,53	62,81	56,23	40,43	32,48	44,52	41,49	48,59	43,11	31,05
RESÍDUOS															
RSU por habitante	2010	Anual	87	85,5	83,4	79,1	81,7	79,1	83,1	85,9	82,7	86,3	80,5	82,6	82,7
RSU com destino a aterro	2010	Anual	9,4	19,47	14,47	13,16	6,72	5,96	7,23	8,7	10,63	15,92	11,23	12,39	7,08
Proporção dos RSU recolhidos selectivamente	2010	Anual	86,25	64	48	42,67	41,33	41,33	46,67	46,67	57,33	53,33	57,33	42,67	41,33
RSU recolhidos selectivamente por habitante	2010	Anual	32	72	60,8	68,8	32	32	32	32	46,4	59,2	56	56	32
RSU recolhidos selectivamente por tipo de material	2010	Anual	33,31	58,69	59,99	57,76	33,31	33,31	33,31	33,31	51,31	55,93	60,81	60,42	33,19
			41,33	49,94	44,44	43,58	32,51	31,95	33,72	34,43	41,40	45,11	44,31	42,35	32,72
DIMENSÃO AMBIENTAL (MÉDIA DOS ASPECTOS)			57,94	60,03	62,42	61,16	67,46	55,52	58,80	63,18	56,68	67,64	65,92	53,70	50,91
CULTURA, LAZER E ETNICIDADE															
Despesa em Cultura	2009	Anual	82,19	81,37	21,05	84,25	27,37	27,37	93,08	83,84	83,49	87,95	84,79	83,56	88,15
Bens imóveis culturais por mil habitantes	2010	Anual	81,21	82,84	84,5	82,15	86,12	83,63	89,7	84,24	80,85	88,39	84,91	97,29	81,45
Estrangeiros residentes	2010	Anual	12,6	9,2	29,1	9,8	11	17,1	9,6	36,1	26,8	12,4	22,3	29,7	27,6
			58,67	57,80	44,88	58,73	41,50	42,70	64,13	68,06	63,71	62,91	64,00	70,18	65,73
DIMENSÃO CULTURAL (MÉDIA DOS ASPECTOS)			58,67	57,80	44,88	58,73	41,50	42,70	64,13	68,06	63,71	62,91	64,00	70,18	65,73
PARTICIPAÇÃO															
Abstenção nas eleições para a Assembleia da República	----	----	55,6	55,1	54,8	58,3	61,3	52,3	55,4	52,8	48,7	58,5	54,3	57,1	59,4
Abstenção nas eleições para a Presidência da República	----	----	55,1	56,6	54,3	59	58,4	52,9	56,9	54,9	53,2	56,9	54,7	54,1	63,3
Abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais	----	----	64,9	66,8	65	66,2	77,6	62,1	66,2	62,4	60,7	69,5	65,9	68,7	62,3
Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu	----	----	33,3	33,9	36,1	34,2	36,1	28,8	31,2	30,6	29,3	32,8	32,6	35,4	38
Participações no SEPNA por mil habitantes	2011	Anual	98,61	82,63	93,18	84,81	88,93	94,4	95,91	84,73	91,07	89,11	80,84	79,79	80,25
			61,50	59,01	60,68	60,50	64,47	58,10	61,12	57,09	56,59	61,36	57,67	59,02	60,65
GESTÃO MUNICIPAL															
Serviço de informação das autarquias na web	2007	Anual	12,9	50,82	33,77	75,16	43,62	21,61	11,61	62,26	7,21	15,81	16,77	19,03	42,95
Independência Financeira do município	2010	Anual	25,6	31,9	7,4	41,1	47,2	27,9	43,7	40,5	13,1	28,2	29,4	17,9	35,8
Formação superior nos municípios	2010	Anual	43,3	37	25,6	58,6	35	34,6	43,2	39,7	67,5	32,9	23,9	28,1	41,5
			27,27	39,91	22,26	58,29	41,94	28,04	32,84	47,49	29,27	25,64	23,36	21,68	40,08
DESEMPENHO INSTITUCIONAL															
Gravidade do Autos levantados pelo SEPNA	2011	Anual	64,29	14,29	94,12	4,55	92	67,69	42,86	70,59	50	56,25	68,75	57,14	96,18
Proporção das denúncias recebidas alvo de Auto	2011	Anual	41,8	100	65,4	45,8	100	85,5	22,6	100	100	84,2	100	100	100
Ações de fiscalização do SEPNA por mil hab	2011	Anual	72,34	99,53	23,75	84,83	82,31	65,23	80,77	65,89	80,04	39,62	46,85	2,93	19,51
Denúncias recebidas e ações de fiscalização	2011	Anual	58,39	97,97	7,14	93,03	85,39	63,46	70,75	85,56	76,47	59,57	92	25	85,26
			59,21	77,95	47,60	57,05	89,93	70,47	54,25	80,51	76,63	59,91	76,90	46,27	75,24
DIMENSÃO INSTITUCIONAL (MÉDIA DOS ASPECTOS)			49,32	58,95	43,51	58,61	65,44	52,20	49,40	61,69	54,16	48,97	52,64	42,32	58,66

ANEXO 6 – LISTA DE INDICADORES INDISPONÍVEIS AO NÍVEL MUNICIPAL

1. PIB per capita municipal (NUT III)
2. Produtividade do emprego (NUT III)
3. Rendimento disponível das famílias per capita
4. Esperança média de vida (NUT III)
5. Rendimento inferior à linha de pobreza (pessoas a viver com menos de 60 do rendimento médio europeu)
6. Desigualdades na distribuição de rendimento (20% mais ricos e 20% mais pobres)
7. Áreas protegidas, rede Natura 2000, Protecção Integrada (nem todos os municípios têm)
8. Despesa em I&D (NUT III)
9. Investigadores por mil habitantes activos (NUT III)
10. Energia produzida de fontes renováveis (NU TIII)
11. Empresas com certificação ISSO 9001 e ISSO 14001 (só existe à NUT II e capital de distrito)
12. Cultura – espectáculos, visitantes.... (não existe para todos os concelhos)
13. Visitantes dos diversos recursos culturais (só existe para alguns concelhos e NUT III)
14. Jornais e revistas locais em circulação (consumo de publicações periódicas = não existe para todos concelhos)
15. Intensidade Exportadora (só existe para a NUT III)
16. População exposta ao ruído (Só para os núcleos urbanos)
17. Sazonalidade Turística (dados indisponíveis ao abrigo do segredo estatístico)
18. Intensidade turística (dados indisponíveis ao abrigo do segredo estatístico)
19. Taxa de retenção e desistência no ensino secundário (2 concelhos sem ensino secundário)
20. Qualidade da água subterrânea (não disponível para todos os concelhos)
21. Qualidade das águas superficiais (não disponível para todos os concelho)
22. Agendas 21 locais e planos de DS municipais (nem todos os municípios têm)
23. ONG de ambiente por cem mil habitantes (nem todos os concelhos têm)
24. Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal – ZIF (não existe para todos os concelhos)
25. Edificação dispersa (ainda não disponível para 2011)
26. Susceptibilidade à desertificação (os dados existem, mas não estão disponíveis ao público)
27. ECO escolas e alunos envolvidos nas actividades EE (EcoEscola) (não existe para todos os concelhos)